

# **Colina de Santana**

## **Documento Estratégico de Intervenção**

Câmara Municipal de Lisboa | DMPRGU | Departamento de Planeamento e Reabilitação Urbana | março 2014



## SINOPSE

A decisão do Estado de desativar um conjunto considerável de equipamentos sobre a área confinada da Colina de Santana aconselha a uma reflexão sobre os impactes do consequente processo de reconversão urbana, de forma mais alargada, numa leitura integrada do território. A primeira revisão do PDM, que conta com apenas um ano de vigência, foi elaborada no pressuposto da desativação do conjunto dos Hospitais situados nesta zona da Cidade, assinalando essa possibilidade como oportunidade de regeneração urbana da área.

A Lei estabelece o princípio da execução programada e coordenada do planeamento territorial por parte do município, com a colaboração das entidades públicas e privadas interessadas, tornado oportuna a elaboração do presente documento estratégico, que tomou como ponto de partida o Estudo Urbano da Colina de Santana, ampliando os vetores de reflexão, propondo uma leitura integrada, organizada em torno dos seguintes temas: enquadramento da Colina nos instrumentos de gestão territorial em vigor; demografia; edificado e dinâmica urbanística; equipamentos coletivos; ambiente e paisagem; acessibilidades; Economia; Património Cultural; critérios de intervenção sobre os elementos construídos; áreas a reabilitar e eficiência ambiental.

Da análise efetuada, relevam-se, como aspetos positivos, a localização sobre a Colina de Santana de um conjunto de atividades ligadas ao conhecimento (das quais destacamos as Universidades), uma surpreendente densidade de bens patrimoniais e a possibilidade única de intervenção sobre a cidade existente, no sentido de estabelecer continuidades urbanas e completar a rede de equipamentos locais e gerais (de Cidade). Constatou-se a diversidade económica do território, sem perfil de especialização, com atividades não ligadas à cadeia de valor dos hospitais. Como principal preocupação surge a possibilidade de desativação dos equipamentos sem uma intervenção física imediata, que provoque o efeito de esvaziamento com consequentes efeitos sociais e físicos nefastos.

Sob o ponto de vista estratégico, para o processo de regeneração urbana da Colina de Santana, apontaram-se três ideias chave:

- **Identificação do território como Colina do Conhecimento**, densificando a área central com atividades ligadas à Economia do Conhecimento e apostando no Turismo Cultural;
- **Reforço da componente residencial**, potenciada pela ideia de zona recatada e aprazível, onde se consegue ao mesmo tempo um relativo isolamento e uma surpreendente proximidade ao Centro Histórico e eixos centrais da Cidade;
- **Afirmação da Colina de Santana como Eco-Bairro Histórico**, através da aposta na reabilitação urbana, melhoria da ambiência urbana e da eficiência ambiental, designadamente tirando partido do aproveitamento do potencial solar.

No final do presente documento estratégico sintetizam-se as ações urbanísticas propostas a programar, promovendo-se a respetiva associação a cada unidade de execução, quando seja o caso.



<b>SINOPSE.....</b>	<b>1</b>
<b>ÍNDICE.....</b>	<b>3</b>
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
1.1 Âmbito	
1.2 Evolução histórica da ocupação do território	
<b>2. ENQUADRAMENTO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL.....</b>	<b>13</b>
2.1 Enquadramento no Plano Diretor Municipal	
2.2 Enquadramento no Plano de Urbanização da Av. da Liberdade e Zona Envolvente	
<b>3. DEMOGRAFIA.....</b>	<b>39</b>
3.1 População residente	
3.2 Estrutura etária	
3.3 Famílias	
3.4 Síntese e perspetiva	
<b>4. EDIFICADO E DINÂMICA URBANÍSTICA.....</b>	<b>51</b>
4.1 Introdução	
4.2 Caracterização do edificado	
4.2.1 Utilização dos edifícios	
4.2.2 Estado de conservação dos edifícios	
4.3 Caracterização dos alojamentos	
4.3.1 Condições de habitabilidade	
4.3.2 Dimensão dos alojamentos e regime de ocupação	
4.3.3 Índice de ocupação dos alojamentos	
4.4 Dinâmica urbanística	
<b>5. SEGURANÇA.....</b>	<b>65</b>
5.1 Introdução	
5.2 Riscos Naturais	
5.2.1 Introdução	
5.2.2 Fundamentação técnico-científica	
5.2.2 Considerações Finais	
5.3 Estado de Conservação e Segurança do Edificado	
5.3.1 Introdução	
5.3.2 Elementos Disponíveis	
5.3.3 Tipo de Estrutura do Edificado e Riscos Naturais	
5.3.4 Estado de Conservação e Segurança	
5.3.5 Considerações Finais	
<b>6. EQUIPAMENTOS COLETIVOS.....</b>	<b>77</b>
6.1 Introdução	
6.2 Equipamentos coletivos existentes na área da Colina de Santana e proposta de equipamentos para as áreas afetas às operações urbanísticas	

6.2.1 Equipamentos de saúde	
6.2.2 Proposta de equipamentos de saúde	
6.3 Equipamentos de ensino	
6.3.1 Proposta de equipamentos de ensino	
6.4 Equipamentos de desporto	
6.4.1 Proposta de equipamentos de desporto	
6.5 Equipamentos de cultura	
6.5.1 Proposta de equipamentos de cultura	
6.6 Equipamentos sociais	
6.6.1 Proposta de equipamentos sociais	
6.7 Proposta de equipamentos de proteção civil	
6.8 Síntese das propostas de equipamentos	
6.9 Considerações finais	
<b>7. AMBIENTE E PAISAGEM.....</b>	<b>109</b>
7.1 Introdução	
7.1.1 Objetivos PDML	
7.2 Caracterização biofísica	
7.2.1 Morfologia/Fisiografia	
7.2.2 Geomorfologia/Pedologia	
7.2.3 Clima	
7.3 Proteção de valores e recursos ambientais no PDML	
7.3.1 Estrutura ecológica municipal	
7.3.2 Outras componentes ambientais urbanas	
7.3.3 Riscos naturais e antrópicos	
7.4 Espaço público	
7.4.1 Evolução da ocupação	
7.4.2 Situação atual	
7.5 Património paisagístico	
7.5.1 Património classificado pela DGPC	
7.5.2 Carta municipal do património edificado e paisagístico	
7.6 Conclusão	
7.6.1 Síntese da caracterização	
7.6.2 Propostas de intervenção	
<b>8. ACESSIBILIDADES.....</b>	<b>141</b>
8.1 Caracterização	
8.2 Proposta	
<b>9. ECONOMIA.....</b>	<b>165</b>
9.1 O Centro Hospitalar Lisboa Central (CHLC)	
9.2 Turismo – oferta hoteleira	
9.3 Tecido empresarial – sociedades com sede na Colina de Santana	
9.4 Comércio a retalho	
9.5 Mapa do conhecimento, inovação e setores estratégicos	
9.6 Potencial impacto da deslocação das unidades hospitalares	
9.7 Perspetivas da dimensão de economia e inovação sobre as estratégias de intervenção	

<b>10. PATRIMÓNIO CULTURAL.....</b>	<b>179</b>
10.1 Caracterização da área de intervenção	
10.1.1 Descrição	
10.1.2 Estrutura cadastral	
10.2 Valores culturais	
10.2.1 Bens culturais imóveis dentro da área de intervenção	
10.2.2 Bens culturais imóveis dentro das unidades ESTAMO	
10.2.3 Eixo Rua de São José/Rua das Portas de Santo Antão	
10.2.4 Património integrado	
10.2.5 Bens culturais móveis	
10.2.6 Áreas de valor arqueológico	
<b>11. CRITÉRIOS DE INTERVENÇÃO SOBRE OS ELEMENTOS CONSTRUÍDOS.....</b>	<b>187</b>
11.1 Elementos construídos integrados na Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico	
11.2 Entidades urbanísticas: bairros e conjuntos	
<b>12. ÁREAS A REABILITAR.....</b>	<b>193</b>
12.1 Instrumentos de gestão Municipal para a Reabilitação	
12.2 Ocupação do Território	
12.3 Potencialidades e tendências de desenvolvimento com impacto na reabilitação do parque habitacional	
12.4 A intervenção municipal	
12.5 Propostas de intervenção	
<b>13. EFICIÊNCIA AMBIENTAL.....</b>	<b>201</b>
13.1 Premissas	
13.2 Energia	
13.2.1 Desempenho energético do edificado	
13.2.2 Iluminação pública	
13.3 Consumo de água	
13.3.1 Reutilização das águas residuais tratadas	
13.3.2 Águas pluviais recolhidas ao nível das coberturas e armazenadas	
13.3.3 Águas cinzentas para usos não potáveis	
13.4 Reciclagem de materiais	
13.4.1 Recolha de resíduos sólidos	
13.4.2 Reciclagem de resíduos orgânicos	
<b>14. CONCLUSÕES.....</b>	<b>211</b>
<b>EQUIPA TÉCNICA .....</b>	<b>219</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>221</b>
<b>ANEXOS CAPÍTULO 4.....</b>	<b>223</b>
Planta 4.1 Época de construção dos edifícios	
Planta 4.2 Estado de conservação dos edifícios	

<b>ANEXOS CAPÍTULO 5.....</b>	<b>229</b>
Planta 5.1 Localização da área em estudo	
Planta 5.2 Vulnerabilidade Sísmica dos Solos	
Planta 5.3 Carta Geológica (Escala 1:10000)	
Planta 5.4 Carta de Declives	
Planta 5.5 Movimentos de Massa em Vertentes	
Planta 5.6 Sobreposição da Cartografia de Movimentos de Massa em Vertentes à Carta de Declives	
<b>ANEXOS CAPÍTULO 10.....</b>	<b>243</b>
Quadro 10.1 Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico / Colina de Santana	
<b>ANEXOS CAPÍTULO 10.....</b>	<b>257</b>
Estudos 10.1 Estudos históricos e patrimoniais	
<b>ANEXOS CAPÍTULO 10.....</b>	<b>367</b>
Ficha 10.1 Hospital de São José	
Ficha 10.2 Hospital de Miguel Bombarda	
Ficha 10.3 Hospital dos Capuchos	
Ficha 10.4 Hospital do Desterro	
Ficha 10.5 Hospital de Santa Marta	
Ficha 10.6 Convento de Santa Joana	
<b>ANEXOS CAPÍTULO 10.....</b>	<b>409</b>
Planta 10.1 Unidades ESTAMO	
Planta 10.2 Estrutura cadastral	
Planta 10.3 CMP 1 – Edifícios classificados	
Planta 10.4 CMP 2 – Outros bens da Carta Municipal do Património	
<b>ANEXOS CAPÍTULO 13.....</b>	<b>419</b>
Planta 13.1 Avaliação da futura localização de pontos de recolha de RSU	
<b>ANEXOS CAPÍTULO 14.....</b>	<b>423</b>
Quadro 14.1 Síntese de ações	
<b>ANEXOS CAPÍTULO 14.....</b>	<b>429</b>
Planta 14.1 Equipamentos	
Planta 14.2 Ambiente e paisagem	
Planta 14.3 Acessibilidades	
Planta 14.4 Património e áreas com impacto na dinâmica de reabilitação local	



## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. Âmbito

Por decisão do Estado, um conjunto de grandes equipamentos situados sobre a Colina de Santana, em Lisboa, encontram-se desativados ou em processo de desativação.

Neste conjunto de equipamentos encontram-se já encerrados os Hospitais do Desterro e Miguel Bombarda e em desativação, o antigo Comando Metropolitano da PSP, no Convento de Santa Joana.

No âmbito da construção e entrada em funcionamento do novo Hospital Oriental de Lisboa, prevê-se o futuro encerramento dos Hospitais de São José, Capuchos e Santa Marta.

A desativação deste considerável conjunto de grandes equipamentos concentrados sobre uma área confinada da Cidade, situada em pleno Centro Histórico, por si só implicaria a necessidade de reflexão alargada das perspetivas de reconversão, de modo a constituir-se como oportunidade única de intervir sobre a Cidade existente.

Por outro lado, a grande valia patrimonial histórica e cultural dos imóveis e de parte do recheio, bem como o posicionamento estratégico destes antigos conventos, na sua relação com a paisagem urbana envolvente, implicam também uma abordagem integrada do processo de transformação deste território.

Neste contexto, por encomenda da Estamo, foi produzido o Projeto Urbano da Colina de Santana, coordenado pela Arq.<sup>a</sup> Inês Lobo, que tece um conjunto de orientações integradoras a observar nas diferentes intervenções a levar a cabo nas unidades cadastrais a reconverter.

Sob a orientação do Dr. Sarmento de Matos, o referido Projeto Urbano condensa uma análise histórica e patrimonial exaustiva, explicita a morfogénese do lugar e informa decisivamente o processo de transformação urbana a programar.

Também o PDM de Lisboa, revisto recentemente, procedeu à atualização da Carta Municipal de Património Cultural e Paisagístico e foi elaborado na perspetiva de reconversão dos grandes equipamentos em causa, regulando, concertadamente com as entidades da Administração Central de tutela da Cultura, de forma adequada, o uso e transformação do solo, bem como os mecanismos de programação, nos termos da legislação em vigor.

O art.º 118.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial<sup>1</sup> estabelece o princípio da execução programada e coordenada do planeamento territorial, por parte do município, com a colaboração das entidades públicas e privadas interessadas.

Nestes termos, o presente documento estratégico, tomando como ponto de partida o Projeto Urbano da Colina de Santana, amplia os vetores de reflexão, visando informar a programação das ações urbanísticas, para que os processos de reconversão urbana das unidades cadastrais em causa constituam uma oportunidade e uma alavanca de reabilitação e de regeneração urbana integrada da Colina de Santana.

---

<sup>1</sup> Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro, na sua redação atual.

## 1.2. Evolução histórica da ocupação do território<sup>2</sup>

A paisagem urbana da Colina de Santana é marcada por uma grande atividade e vitalidade humanas e pontuada pelas massas edificadas das unidades cadastrais de grande dimensão, correspondentes maioritariamente a construções de ordens religiosas, mais tarde refuncionalizadas e adaptadas a estabelecimentos de saúde e de ensino e ainda de segurança. Processo que teve início no séc. XVIII (em 1759) com a expulsão dos Jesuítas e, mais tarde, já no séc. XIX (em 1834), com a extinção das ordens religiosas em Portugal. É um lugar singular no contexto da cidade de Lisboa. Singular pela sua geografia e pela sua história.

A Colina de Santana como que forma uma península, contida pelo Vale Verde – o vale da Avenida da Liberdade – e pelo Vale de Arroios – Rua dos Anjos e Avenida Almirante Reis, que prolonga para sul, em direção à Baixa Pombalina, as cotas altas do planalto das Avenidas Novas. Sendo um território central na cidade, escapou à reconstrução pombalina pós-terramoto e ao traçado de Ressano Garcia para a expansão no planalto no final do séc. XIX.

A Lisboa medieval organizava-se entre o castelo e o casario, dentro e fora da cerca, numa dupla condição entre atividades comerciais e piscatórias junto ao rio, e atividades agrícolas e rotas terrestres para norte. Na periferia imediata do que seria o núcleo urbano denso, a Colina de Santana era lugar para a agricultura, num promontório entre dois vales, com cultura extensiva no alto e cultura intensiva ao longo dos vales.

No séc. XIV, ainda em convivência com a produção agrícola, surge a primeira ocupação hospitalar com a Gafaria de São Lázaro, dedicada ao tratamento de leprosos. Neste mesmo século é construída a Cerca Fernandina desenhando as novas linhas de defesa e de limites da cidade, deixando de fora a Colina de Santana.

No quadro dos melhoramentos da cidade promovidos no séc. XV, é decidido aqui localizar o matadouro devido aos bons acessos para transporte do gado, às boas áreas para o seu estacionamento e venda e à proximidade ao núcleo urbano. A fundamental existência de linhas de água e a posição geográfica no alto que facilita o escoamento de águas e circulação de ar para maior salubridade, são as razões da escolha do local.

Com os Descobrimentos a cidade recentra-se e desce do Castelo para o Terreiro do Paço. Ao mesmo tempo um significativo incremento populacional e a recente realização do Concílio de Trento conduzem a um grande impulso na construção de conventos. Estes são predominantemente construídos no espaço intra-muros devido à diretiva do rei D. Manuel que proibia a construção fora das muralhas, densificando assim a cidade intra-muros. Em 30 anos a Colina de Santana acolheu quatro conventos: Convento de Santana em 1561, Convento de Santo António dos Capuchos, em 1570, Colégio de Santo Antão-o-Novo, em 1575 e Convento de São Bernardo do Desterro, em 1591. Esta concentração, no espaço e no tempo, demonstra a grande atratividade da colina face ao centro urbano.

Entre a cidade densa e o campo, a Colina de Santana é um espaço de fronteira entre o urbano consolidado e a ocupação rarefeita ao longo das vias de acesso à cidade, em áreas associadas ainda ao cultivo da terra. Num curto espaço de tempo, a Colina de Santana inaugura uma forma de ocupação do território caracterizada pela definição de grandes unidades cadastrais muradas, em que a uma grande ocupação do território em extensão não corresponde propriamente a densidade de construção.

<sup>2</sup> Subcapítulo 1.2 elaborado com base em textos do Dr. José Sarmiento de Matos

A construção do Colégio de Santo-Antão-o-Novo volta a funcionar como barreira entre a Colina de Santana e a baixa da cidade: o poder dos jesuítas demonstra-se assim na posição privilegiada, na encosta a sul, com a igreja virada para a cidade, numa topografia difícil a que respondem com a construção de aterros ao longo da encosta.

A cidade de Lisboa do tempo de D. João V continua a não se expandir para norte, continuando o seu crescimento ao longo da frente ribeirinha. Deste modo, a Colina de Santana mantém-se como um dos limites da cidade, uma fronteira, a partir da qual a urbanização continua a ser feita ao longo das vias de acesso à cidade, já existentes.

Depois da vaga de construção de conventos no século XVI, segue-se agora a construção de palácios, entre os quais a do Palácio Mello no século XVII e do Palácio Centeno no século XVIII, no quarteirão do Convento dos Capuchos. O Palácio Centeno, ou das Açafatas da Rainha, está diretamente associado à construção do Paço da Rainha, na Bemposta, e que acaba por ser o programa que atrai a construção de todos os outros Palácios na zona durante este período.

Para além da produção arquitetónica, o reinado de D. João V deixará a sua marca em Lisboa com projetos para grandes infraestruturas (Aqueduto das Águas Livres, frente ribeirinha, etc.), e no tratamento dos espaços interiores, com a generalização da utilização dos azulejos.

O terramoto de 1755, durante o reinado de D. José, e a posterior reconstrução das áreas destruídas constituem-se como a primeira e efetiva oportunidade real de planeamento da cidade e sua execução, mas a que escapa a Colina de Santana. Tendo-se optado fundamentalmente pela reconstrução da Baixa, que já era o centro nevrálgico da cidade, a Colina de Santana é excluída da área de intervenção por ser demasiado periférica. Os planos executados pouco depois para áreas de expansão da cidade mais periféricas, voltam a excluir a Colina de Santana por ser demasiado central, ou apresentar apesar de tudo, uma estrutura urbana mais consolidada.

Entretanto, com a destruição completa do Hospital Real de Todos-os-Santos e com a expulsão dos Jesuítas muito pouco tempo depois do terramoto, é instituído o Hospital Real de São José no Colégio de Santo Antão-o-Novo, inaugurando de forma clara a vocação funcional desta colina, ou confirmando-a se pensarmos na existência da Gafaria desde o século XIV.

O período que decorre entre a queda de Pombal e o início do século XX é um período em que a situação político-económica não deixa muito espaço à construção de grandes projetos ou estratégias urbanas, o que se vai refletir também na cidade de Lisboa.

O alegado desastroso legado financeiro de Pombal leva ao refrear da obra pública logo a partir do reinado de D. Maria I, a que se seguirão as invasões francesas e a guerra civil, clima nada propício ao delinear de estratégias globais e coerentes para o planeamento da cidade. A cidade efetivamente construída no início do século XIX não é muito mais extensa do que a que encontramos nos séculos anteriores, apesar de os seus limites legais terem sido substancialmente alargados. A Colina de Santana permanece uma franja em que não são traçados novos arruamentos e onde se continua a densificar a construção à medida das necessidades, sobre a malha urbana já traçada.

A par de um novo olhar sobre o papel das infraestruturas, a ideia novecentista de jardim enquanto equipamento urbano associado simultaneamente a ideais higienistas, mas também a novas práticas sociais associadas ao lazer, vão finalmente permitir a integração

do Passeio Público de Pombal enquanto espaço da cidade, ao mesmo tempo que impulsiona a construção de novos espaços verdes.

A par da construção dos jardins da Estrela (1852), do Príncipe Real (1853) e do Miradouro de S. Pedro de Alcântara (1835), são realizadas as obras no Campo do Curral, com vista à sua transformação em jardim. Em 1871 é arborizado e ajardinado o Campo de Santana, passando a ser designado por Campo dos Mártires da Pátria, em memória de Gomes Freire e seus companheiros, aqui enforcados em 1817. Em 1878 é construída a primeira escola pública, a Escola Primária nº 1, no Largo da Pena.

No entanto, será a extinção das ordens religiosas em Portugal o acontecimento que marcará, de forma definitiva e até hoje, a vocação funcional da Colina de Santana, que inicia a reconversão de uma quantidade de edifícios religiosos em equipamentos diversos associados à saúde, assistência social, educação, exército, etc.

A expulsão das ordens religiosas em 1834 extingue no imediato, todos os conventos que são convertidos na sua maioria em edifícios públicos, permitindo ao Estado a implementação de novos programas, utilizando edifícios já existentes e associando a esta estratégia a venda do património como fonte de receita.

Na Colina de Santana, ao Hospital Real de São José irão juntar-se edifícios /instituições que o transformarão em Hospital Real de S. José e Anexos: o Convento do Desterro, convertido em Hospital do Desterro em 1857; o Convento de Santa Marta, convertido em Hospital para as vítimas da gripe em 1890, (posteriormente Escola Médica e Hospital de Santa Marta); e o Hospital dos Alienados posteriormente Hospital Miguel Bombarda, em 1848, dando início àquela que tem sido até hoje a vocação desta zona, associada aos equipamentos de saúde.

Outros equipamentos serão ainda construídos ex-novo: o Instituto de Medicina Legal em 1879, junto ao Hospital de São José, o Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto, na Rua do Passadiço, em 1889; e o Hospital D. Estefânia, em terrenos do Paço da Bemposta em 1877. Outros conventos são desativados sem função atribuída até à sua demolição, como no caso do Convento de Santana, ou reconversão mais tardia, como no caso do Convento da Encarnação. Ainda na colina de Santana, o Paço da Bemposta é destinado à Escola do Exército em 1850 e o Convento dos Capuchos é convertido em Asilo da Mendicidade, em 1836.

Em 1888 arranca o plano de Ressano Garcia para a expansão norte da cidade. Uma vez mais, a Colina de Santana escapa ao traçado urbano, desta vez não pelo seu carácter periférico, como terá ocorrido com o Plano de Pombal para a Baixa Pombalina, mas sim pelo seu carácter já demasiado central e consolidado, já que o plano das Avenidas Novas andou sobretudo à ilharga da cidade consolidada, se excetuarmos o traçado da Avenida Almirante Reis.

Apesar de mais uma vez a Colina de Santana escapar ao novo projeto urbano, é esta operação que a ignora, que introduz uma mudança substancial na sua posição relativa na cidade, fazendo-a abandonar em definitivo a sua condição de fronteira para o mundo rural, ou franja da cidade consolidada, para passar a estar encaixada entre sistemas urbanos de forte carácter e associados a momentos históricos marcantes: a Baixa Pombalina e as Avenidas Novas. O traçado regular destas grandes operações irá ainda reforçar, por contraste, o carácter inusitado do desenho do espaço público e da estrutura cadastral da Colina de Santana, ao envolver por completo esta zona da cidade em todas as suas vertentes: nos dois vales que a ladeiam e no planalto que se prolonga a Norte.

Entretanto, pelo lado do programa, assiste-se neste início de século, ao confirmar da vocação hospitalar de toda a Colina, com a construção da Escola Médica no lugar da Praça de Touros, e a localização de institutos de apoio ao Hospital em toda a área do Campo Santana. Em 1928 é instituído o Hospital de Santo António dos Capuchos.

Desde meados do século XX até à atualidade, a construção prosseguiu nos Hospitais, não só com demolições e reconstruções pontuais, mas também continuando as alterações por dentro do edificado existente e construindo novos volumes para albergar funções associadas às infraestruturas técnicas.

Em conclusão, desta leitura da geografia e da viagem pela história o que confere singularidade e um carácter particular à Colina de Santana:

- É tratar-se de uma espécie de península alcandorada sobre a Baixa, à ilharga dos grandes eixos estruturantes da cidade – está no centro, não sendo central;
- A acessibilidade muito condicionada, tanto para os peões como para os automóveis, com acentuados saltos de cota dificilmente transponíveis. Vide a Rua de São Lázaro, a ligação ao Martim Moniz, à Rua do Passadiço e ao Largo da Anunciada através da Calçada do Lavra, onde, não por acaso, se instalou o elevador público;
- A resiliência aos sismos que a tornou incólume ao terramoto de 1755, razão pela qual não foi objeto de uma grande operação de reconstrução urbana como sucedeu noutras zonas da cidade;
- Um cadastro fundiário marcado por grandes parcelas, as cercas dos antigos conventos, verdadeiros vazios no tecido urbano que condicionaram a forma urbana;
- Uma história de vida e de economia local que se desenrolou ao longo dos anos marcada por essa geografia, pelo cadastro, mas também pela capacidade de auto regeneração das grandes estruturas edificadas, os conventos e os palácios, e do grande terreno do Terreiro do Curral.

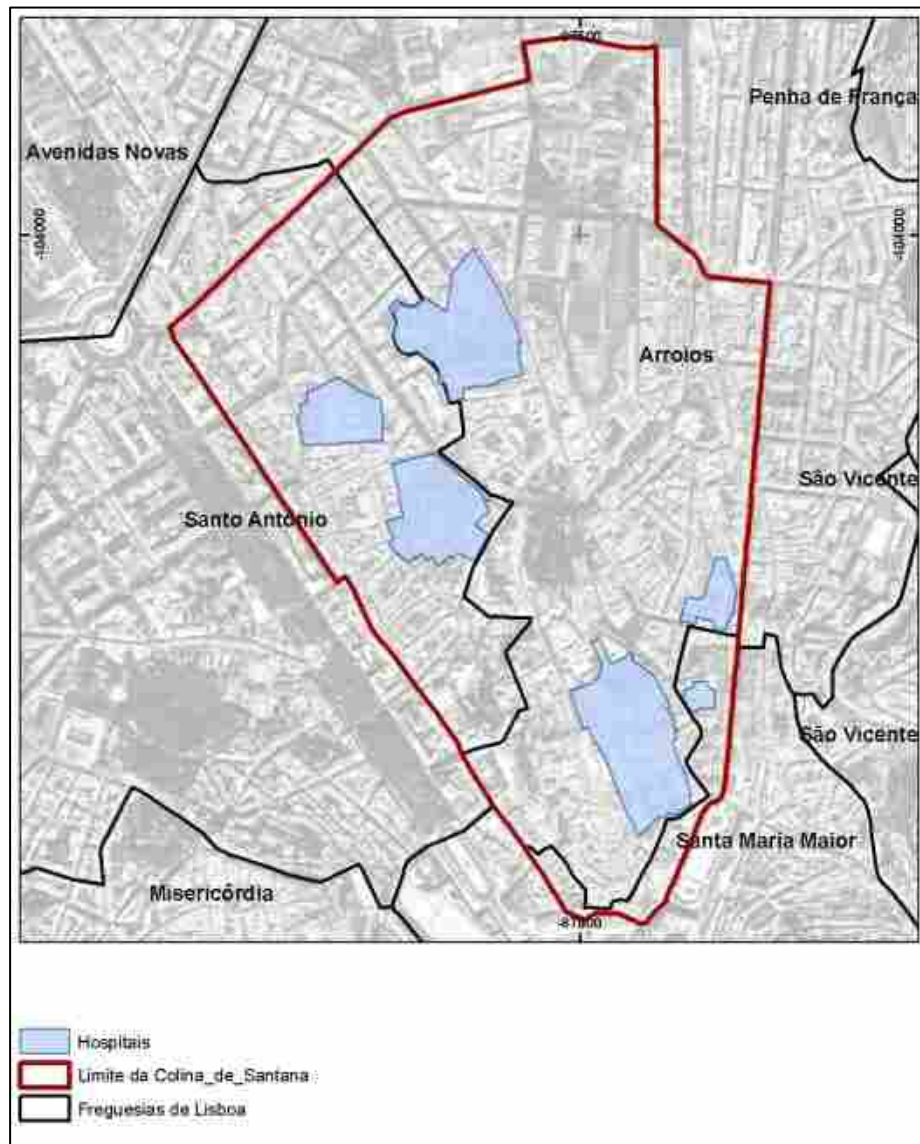
De território agrícola dos arrabaldes a lugar isolado que acolheu o Lazareto e mais tarde o matadouro; dos conventos e dos palácios a centro hospitalar de Lisboa, a Colina foi-se transformando até aos nossos dias, conservando um carácter único e um património cultural impar resguardado do público, nunca perdendo a sua vida própria diluída no todo da cidade.



## 2. ENQUADRAMENTO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

A área de intervenção do Projeto Urbano da Colina de Santana do presente documento estratégico é delimitada a nascente pela Rua José Estevão, Rua Febo Moniz e pela Avenida Almirante Reis, Rua da Palma, Largo do Martim Moniz e Rua D. Duarte; a sul pela Rua Barros Queirós e pelo Largo de São Domingos; a poente pelo eixo constituído pela Rua das Portas de Santo Antão, Rua de São José e Rua Rodrigues Sampaio e a norte a Avenida Duque de Loulé, Rua da Escola de Medicina Veterinária, Rua de Dona Estefânia e Rua Alexandre Braga.

Figura 2.1 – Enquadramento geográfico



O instrumento de planeamento territorial que enquadra a Colina de Santana é o Plano Diretor Municipal, sendo parcialmente, na parte jusante da colina poente, integrada na área de intervenção do Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente.

A área é de forma muito residual, afetada pelo Plano de Pormenor de Salvaguarda da Baixa Pombalina, que acaba por não ter expressão nas opções a tomar na Colina.

## 2.1. Enquadramento no Plano Diretor Municipal

A primeira Revisão do Plano Diretor Municipal foi publicada em Diário da República, 2.<sup>a</sup> série, n.º 168, de 30 de agosto de 2012, pelo aviso n.º 11622/2012.

**Quanto à qualificação do solo**, de acordo com a planta de qualificação do espaço urbano, a área da Colina de Santana situa-se em:

- **Espaço consolidado, central e residencial, traçado A**, que corresponde às malhas mais antigas de cariz orgânico e regular: Bairro de Santana, Bairro Andaluz, S. Bernardino, S. Lázaro, Mastro-Bemposta e Torel;
- **Espaço consolidado, central e residencial, traçado B**, que corresponde às malhas Ressano Garcia (tipologia de quarteirão), a norte, Bairro Camões, e a nascente, sobre a Rua da Palma e Av. Almirante Reis;
- **Espaço consolidado, verde de recreio e produção**, que corresponde aos jardins do Campo Mártires da Pátria, da Alameda dos Capuchos e do Hospital Rainha D. Estefânia;
- **Espaço consolidado, de usos especial de equipamentos**, correspondente ao Ateneu Comercial de Lisboa, Coliseu dos Recreios, Convento da Encarnação, Faculdade de Ciências Médicas, Instituto de Medicina Legal, Academia Militar, Quartel do Jogo da Bola, Hospital Rainha D. Estefânia e Sede da Polícia Judiciária;
- **Espaço a consolidar, central e residencial**, correspondente aos Hospitais de S. José, Capuchos, Santa Marta e Miguel Bombarda;
- **Espaço a consolidar, verde de recreio e produção**, correspondente aos jardins do Ateneu Comercial de Lisboa.

No que se refere aos **espaços consolidados**, de acordo com o n.º 1 do art.º 39.º do Regulamento do PDM: *“(...) integram o tecido urbano infraestruturado e predominantemente ocupado que se pretende preservar e valorizar, no que respeita às morfologias e tipologias urbanas, ao património edificado e aos elementos de caracterização e valorização da paisagem, tendo em consideração o tipo de traçado (...)”*.

No mesmo sentido, determina o n.º 1 do art.º 40.º do Regulamento do PDM: *“os traçados urbanos, cartografados na Planta de qualificação do espaço urbano, compreendem os espaços centrais e residenciais onde, pela singularidade dos respetivos traçados e características de ocupação urbana, devem ser preservadas as características morfológicas, ambientais e paisagísticas e elementos mais relevantes, no sentido da sua qualificação”*.

Consequentemente, o restante articulado do Regulamento do PDM, aponta para prioridade à reabilitação do edificado nos espaços centrais e residenciais consolidados, em detrimento da renovação destes tecidos urbanos. Devendo as operações urbanísticas enquadrarem-se nas características morfológicas e tipológicas dominantes e contribuírem para a valorização arquitetónica e urbanística dos tecidos onde se inserem (conforme estabelece o n.º 1 do art.º 42.º).



No que se refere aos **espaços a consolidar**, de acordo com o n.º 1 do art.º 58.º do Regulamento do PDM: *“correspondem a malhas urbanas a reverter urbanística e funcionalmente, bem como a espaços intersticiais onde se pretende estruturar uma ocupação urbana edificada ou destinados à estrutura ecológica municipal”*.

Determina o n.º 2 do mesmo artigo que *“em espaço a consolidar a execução do plano realiza-se no âmbito de unidades de execução, disciplinadas ou não por planos de urbanização ou de pormenor e utilizando os sistemas de execução que a lei prevê”*.

O n.º 1 do art.º 59.º define que *“os espaços centrais e residenciais a consolidar correspondem a áreas da cidade onde se preconiza a respetiva reconversão, designadamente antigas áreas industriais obsoletas ou ocupadas com construções de carácter precário ou degradadas, grandes equipamentos ou instalações militares em processo de desativação, grandes parcelas urbanas não edificadas a estruturar e Áreas Urbanas de Génesis Ilegal (AUGI)”* - sublinhado nosso.

Nessa medida, o PDM preconiza na área da Colina de Santana, a reconversão dos equipamentos hospitalares identificados, para espaços urbanos centrais e residenciais, a manutenção do Quartel do Cabeço da Bola como equipamento, para resposta à necessidade de localização de um estabelecimento de ensino da rede pública, e prevê a reconversão do logradouro do Ateneu Comercial de Lisboa como jardim público.

Essa reconversão, preconizada para os espaços a consolidar, nos termos do PDM, em articulação com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, deve processar-se de forma programada, no âmbito da delimitação de unidades de execução.

No que se refere à **estrutura patrimonial**, identificada na planta de qualificação do espaço urbano, releva-se:

- A grande densidade de bens classificados – 7 monumentos nacionais, 19 imóveis de interesse público, 2 conjuntos de interesse público, 1 monumento de interesse público e 1 imóvel de interesse municipal;
- A grande quantidade de bens não classificados mas identificados na Carta Municipal do Património (CMP) – 59 conjuntos arquitetónicos, 119 imóveis, 3 objetos singulares, 3 lojas de referência e 2 elementos que integram o património paisagístico;
- A identificação dos três níveis arqueológicos: o nível 1, que corresponde ao traçado da antiga Cerca Fernandina, bordeja a parte sul da Colina, tendo como limite norte o Convento da Encarnação, cruzando a Calçada de Santana, onde ficava o antigo Postigo de Santana; o nível 2, na restante área sul, com limite norte numa linha que sobe a encosta poente perpendicularmente à Av. da Liberdade, a eixo da Rua do Condes, no festo segue para norte a eixo da Calçada de Santana e Rua do Instituto Bacteriológico, contornando a Faculdade de Ciências Médicas, descendo a encosta nascente contornando o Instituto de Medicina Legal, pelo eixo da Rua Manuel Bento de Sousa, serpenteando pelo eixo da Calçada do Desterro até à Rua da Palma; o nível 3, em toda a restante área a norte.

No que se refere aos **princípios orientadores**, o art.º 27.º do Regulamento do PDM determina que *“as intervenções em imóveis da Carta Municipal do Património devem respeitar as suas características e ter presente as possibilidades de fruição pela comunidade, num processo de contínua adaptação”* (n.º1), e que *“as intervenções em conjuntos arquitetónicos da Carta Municipal do Património devem respeitar quer a*

*morfologia e as estruturas urbanas na sua interligação com o território envolvente, quer as características arquitetónicas substanciais dos imóveis que contribuem para a continuidade urbana, incluindo a morfologia, a volumetria, a altura das fachadas, o cromatismo e os revestimentos” (n.º2).*

Em relação aos **níveis arqueológicos**, o art.º 33.º do Regulamento do PDM prevê:

- *“Nas áreas de Nível Arqueológico I, os projetos de operações urbanísticas devem ser precedidos de estudo arqueológico que promova a consolidação e valorização do uso patrimonial científico-arqueológico e que integre, nomeadamente, a caracterização e avaliação dos valores arqueológicos em presença que justificam a adequação das soluções propostas” (n.º3);*
- *“Nas áreas de Nível Arqueológico II, deve privilegiar-se uma metodologia de intervenção arqueológica prévia onde os projetos de operações urbanísticas que impliquem qualquer impacto ao nível do subsolo são acompanhados, obrigatoriamente, de plano de trabalhos aprovado pelo órgão competente da administração central, o qual deve contemplar a avaliação de impactos ao nível do subsolo, descrevendo e fundamentando as ações e medidas a adotar para assegurar a identificação, preservação e/ou registo de valores arqueológicos cuja existência seja conhecida ou considerada provável” (n.º4);*
- *“Nas áreas de Nível Arqueológico III, a Câmara Municipal, mediante parecer técnico-científico, pode sujeitar as operações urbanísticas que tenham impacto ao nível do subsolo a acompanhamento presencial da obra e à realização de ações ou trabalhos, com vista à identificação, registo ou preservação de elementos de valor arqueológico eventualmente existentes no local” (n.º5).*

Quanto à **estrutura ecológica**, identificada na planta da estrutura ecológica municipal, assinalam-se:

- Os espaços verdes, identificados na planta de qualificação do espaço urbano;
- Os eixos arborizados, que correspondem à Av. Duque de Loulé, Rua do Conde de Redondo, Rua de D. Estefânia, Rua Gomes Freire, Rua Gonçalves Crespo, Rua Luciano Cordeiro / Alameda de Santo António dos Capuchos, Rua Camilo Castelo Branco, Rua Rodrigues Sampaio, Campo Mártires da Pátria, Paço da Rainha, Largo do Mitelo, Largo do Mastro, Rua Conselheiro Arantes Pedroso, Rua Manuel Bento de Sousa, Largo da Escola Municipal, Rua do Instituto Bacteriológico e Rua Júlio de Andrade;
- 17 logradouros verdes a preservar;
- Áreas afetas ao sistema húmido, relativas às bacias do Valverde (vale da Avenida da Liberdade) e da antiga Ribeira de Arroios (vale da Rua da Palma / Av. Almirante Reis)

Em termos regulamentares, destaca-se a exigência de manutenção de 90% permeável dos logradouros verdes a preservar (n.º 7 do art.º 44.º do Regulamento do PDM), bem como a possibilidade de condicionar as obras que intervenham no subsolo “à adoção de soluções técnicas compatíveis com a circulação de águas subterrâneas”, nas áreas em sistema húmido (n.º 6 do art.º 13.º do Regulamento do PDM).

Figura 2.2 – PDM, Planta de Qualificação do Solo

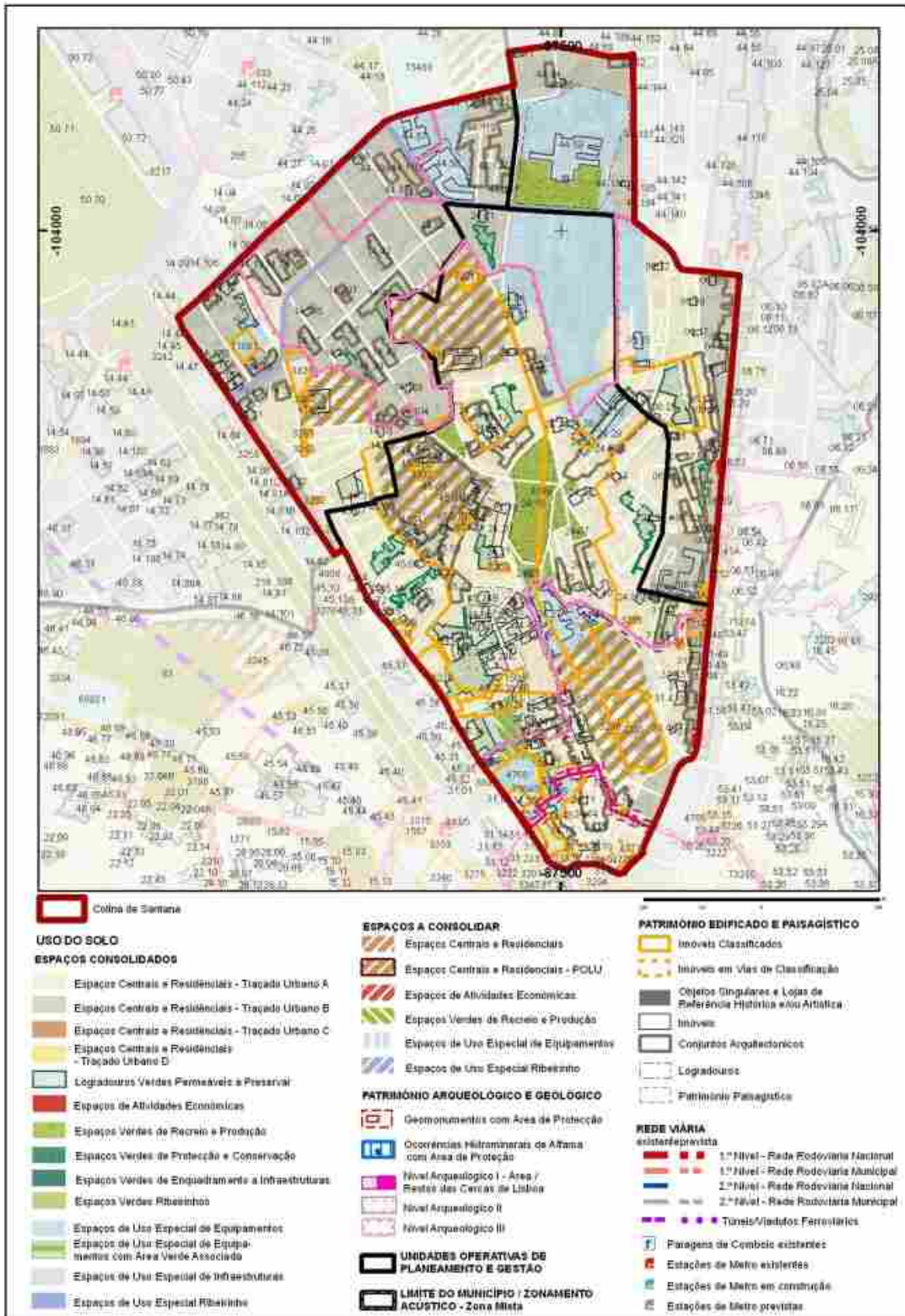
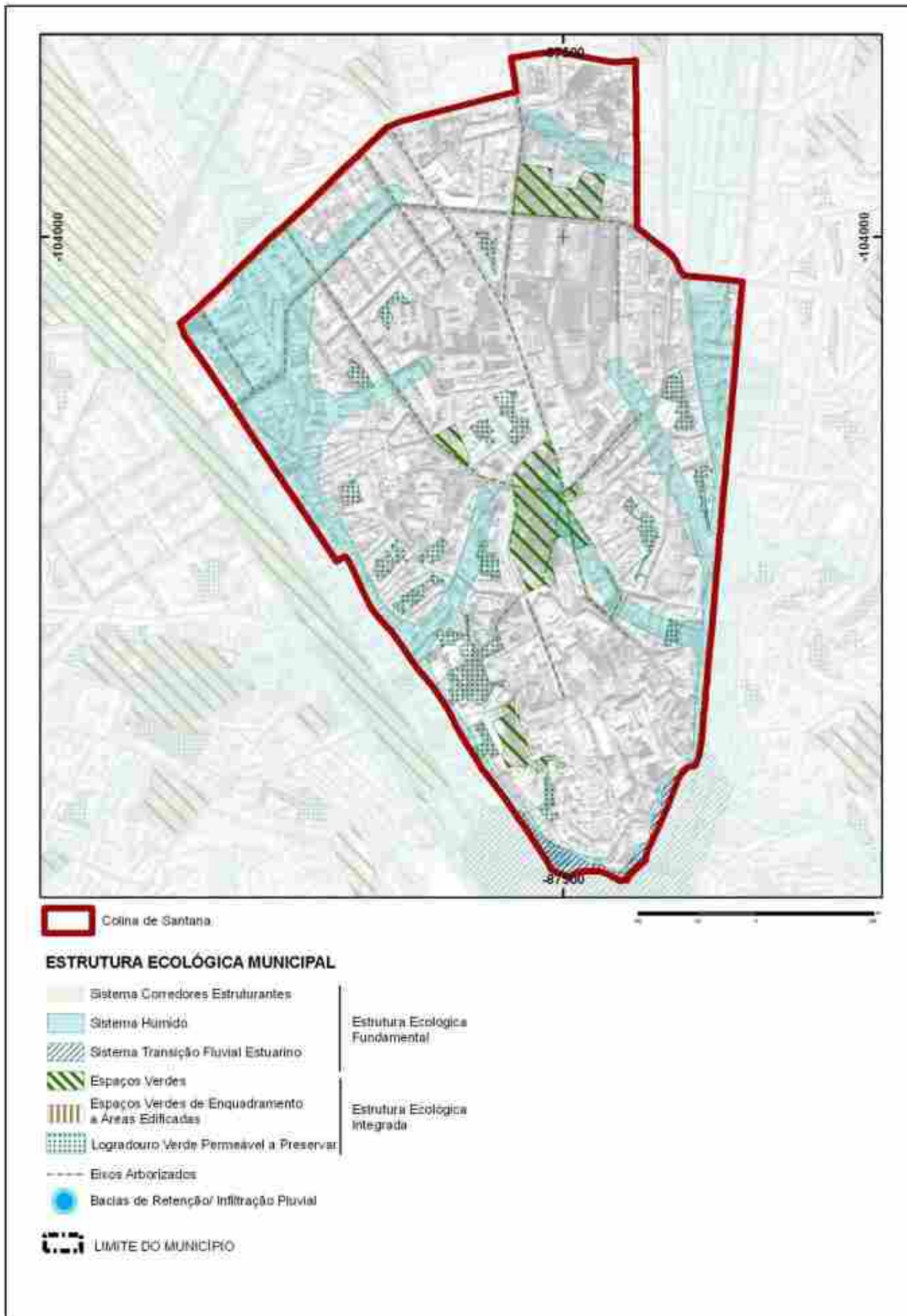


Figura 2.3 – PDM, Planta da Estrutura Ecológica Municipal



Quanto ao **sistema de vistas**, a área da Colina de Santana, pelo seu posicionamento geográfico singular, dispõe de 3 pontos de vistas, a partir do seu interior para os vales e colinas fronteiras, é afetada pelo subsistema de vales, relativo aos vales da Av. da Liberdade, Baixa e Rua da Palma / Av. Almirante Reis, e por um conjunto considerável de pontos de vista situados sobre as colinas fronteiras que afetam diretamente as áreas a reconverter dos Hospitais.

Em termos regulamentares, destacamos a obrigatoriedade de *“realização de estudos de impacte visual que permitam avaliar e estabelecer condicionamentos relativamente a novas construções, ampliações, alterações de coberturas e outras intervenções suscetíveis de prejudicar este sistema”*, conforme estabelece o n.º 4 do art.º 17.º do regulamento do PDM.

No que se refere a **riscos naturais e antrópicos I**, cartografados na respetiva planta, destacam-se:

- 11 diminutas áreas de risco de suscetibilidade de ocorrência de movimentos de vertente, sendo que uma corresponde a risco muito elevado (a nascente do Coliseu dos Recreios), 4 a risco elevado e as restantes 5, a risco moderado;
- Áreas de vulnerabilidade a inundações coincidentes em grande medida, com o sistema húmido, sendo que a zona junto à Baixa correspondem a risco muito elevado, e a da confluência entre a Rua das Pretas e a Av. da Liberdade, a risco elevado.

Sob o ponto de vista regulamentar, destaca-se a proibição de edificar sobre as áreas de elevada e muito elevada suscetibilidade a ocorrência de movimentos de vertente, coincidentes com espaços verdes, e a obrigatoriedade de realização de estudos geológico-geotécnico e hidrogeológico específico, nas restantes situações (art.º 23). Também se destaca a regra geral de interdição de ocupação em subsolo nas áreas de muito elevada vulnerabilidade a inundações (art.º 22.º).

Relativamente à vulnerabilidade sísmica dos solos, representada na planta dos **riscos naturais e antrópicos II**, a área da Colina de Santana caracteriza-se por dispor das seguintes áreas:

- Vulnerabilidade muito elevada, sobre as áreas aluvionares, onde se inclui a intervenção sobre Santa Joana;
- Vulnerabilidade elevada, que ocupa a grande maioria desta área, numa posição central, numa faixa norte/sul, onde se englobam as intervenções previstas para os Hospitais de S. José, Capuchos e Miguel Bombarda;
- Vulnerabilidade baixa, em estreitas faixas a bordejar os aluviões, onde se inserem a intervenção sobre o Hospital de Santa Marta.

As **condicionantes de infraestruturas**, cartografadas na respetiva planta, correspondem:

- À rede principal de drenagem, que segue arruamentos existentes, sob a malha consolidada;
- Ao traçado da rede de metro, que interfere com a área de intervenção junto ao eixo Rua da Palma /Av. Almirante Reis.

Figura 2.4 – PDM, Planta do Sistema de Vistas

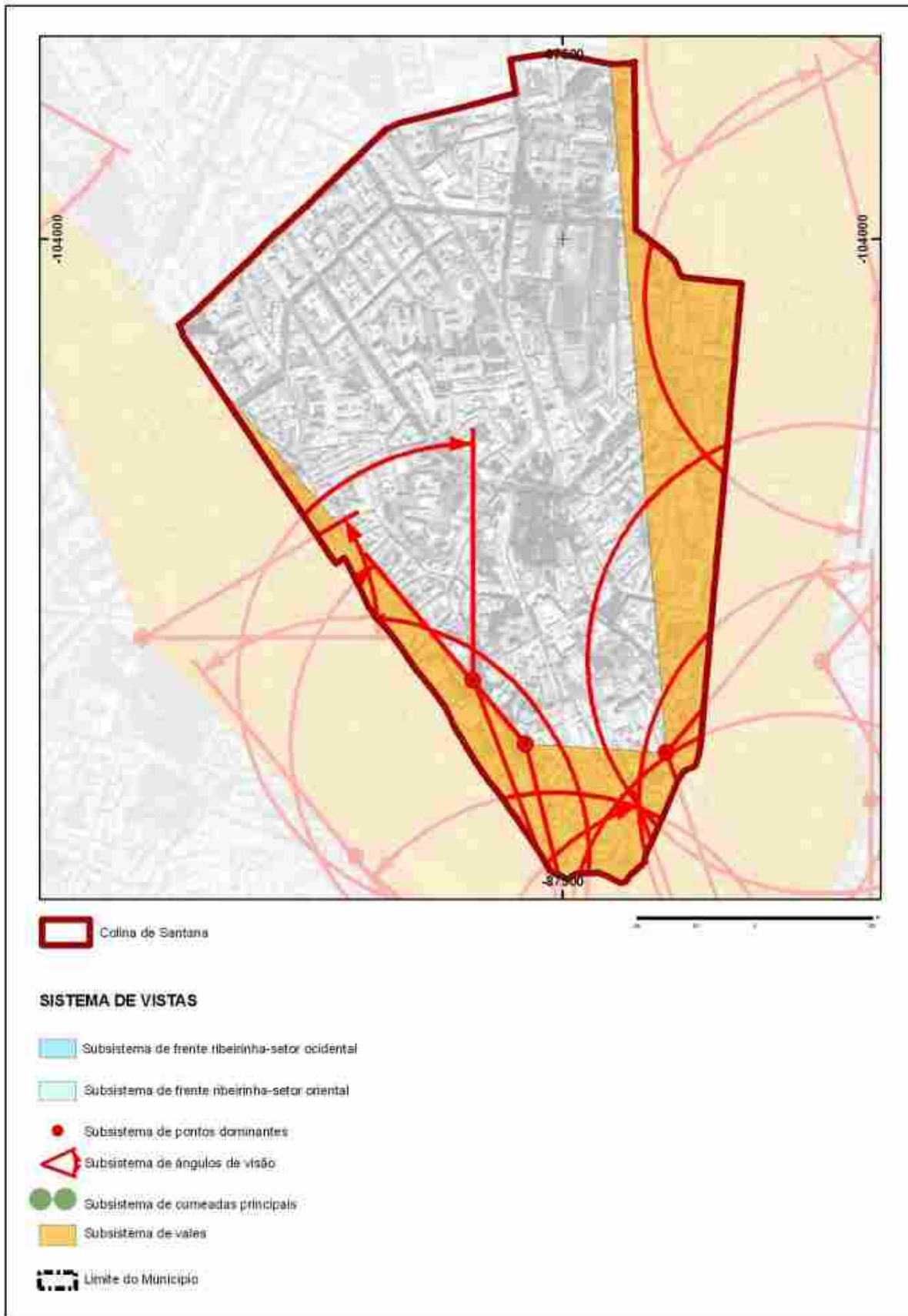


Figura 2.5 – PDM, Planta de Riscos Naturais e Antrópicos I

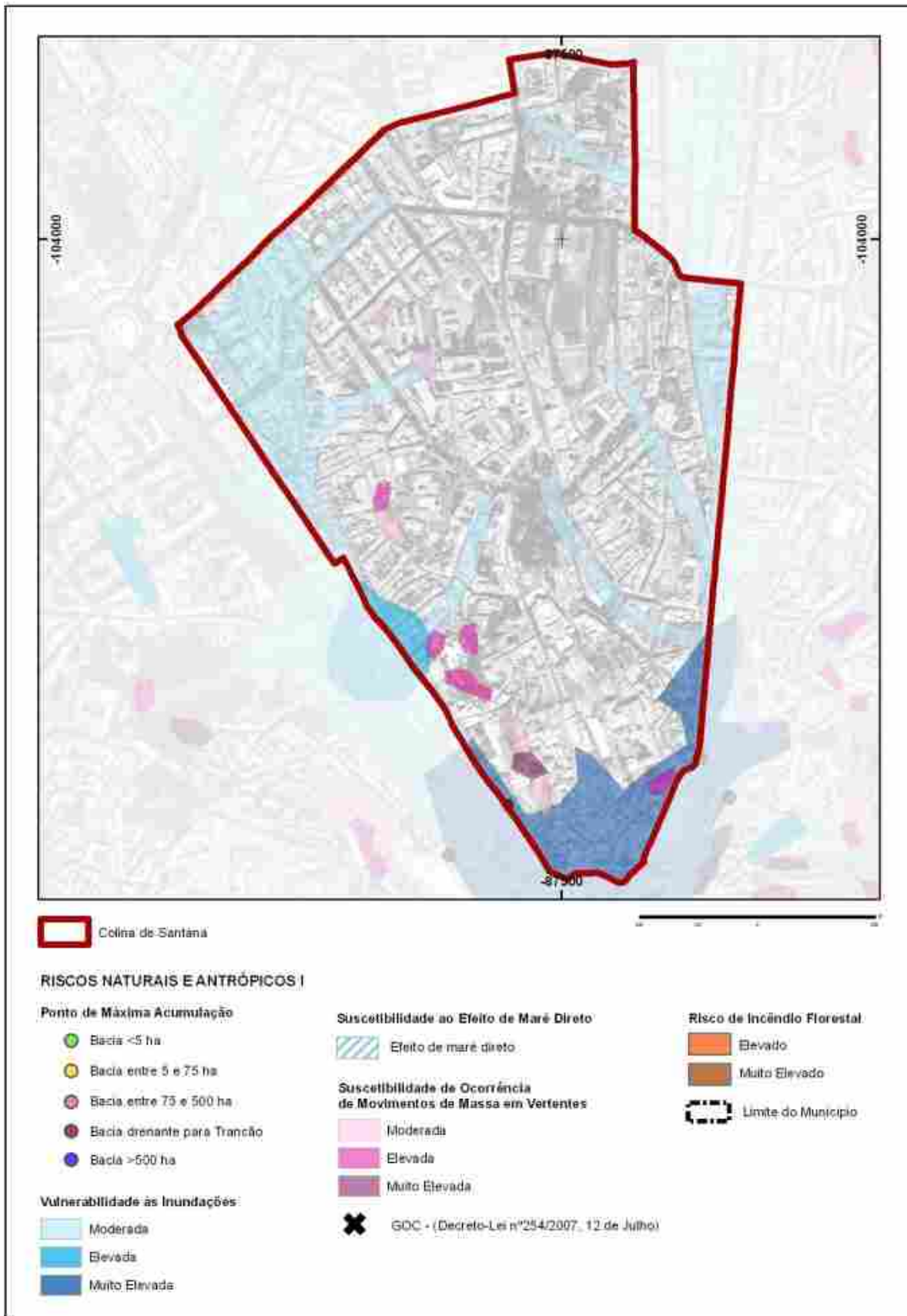


Figura 2.6 – PDM, Planta de Riscos Naturais e Antrópicos II

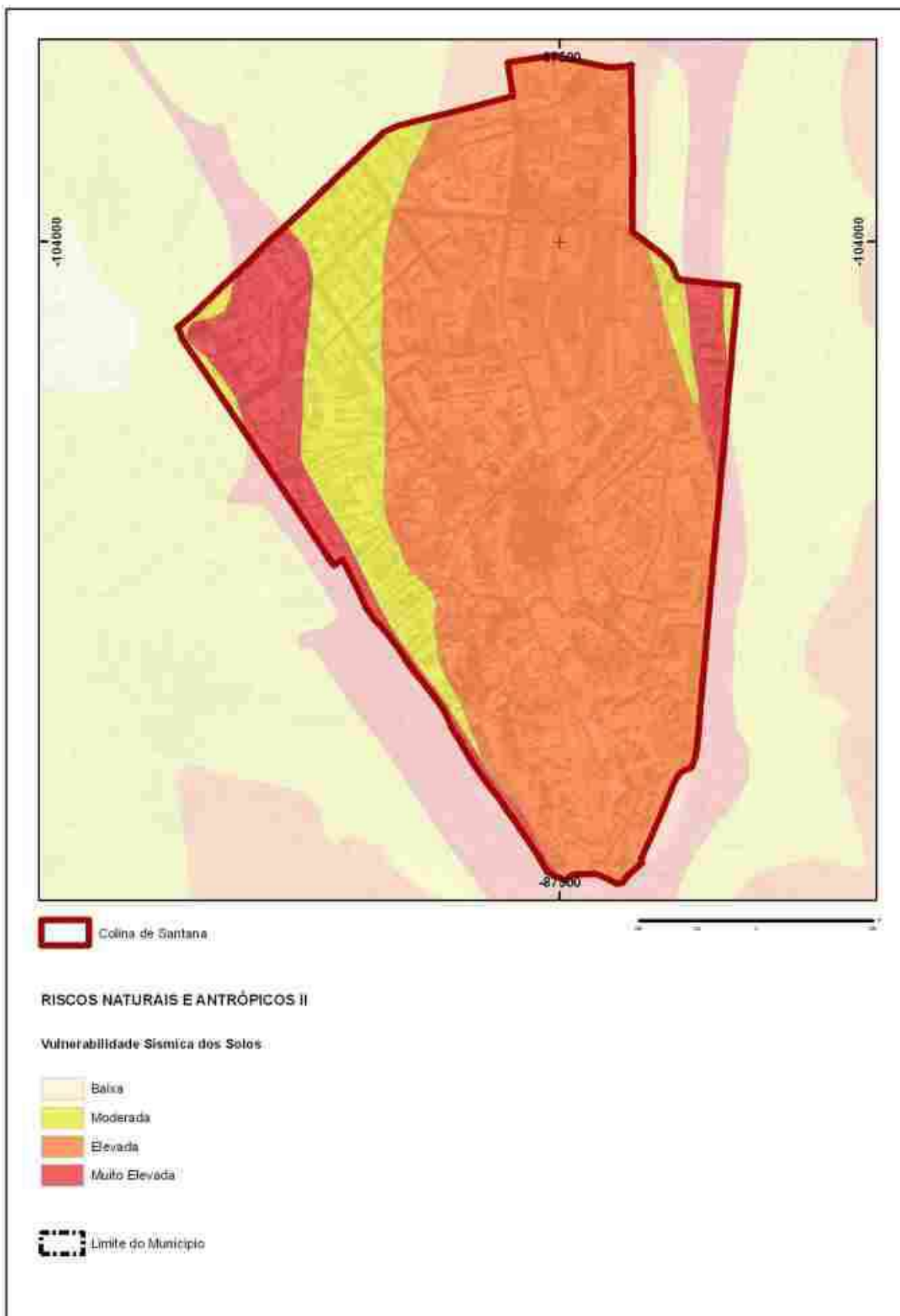
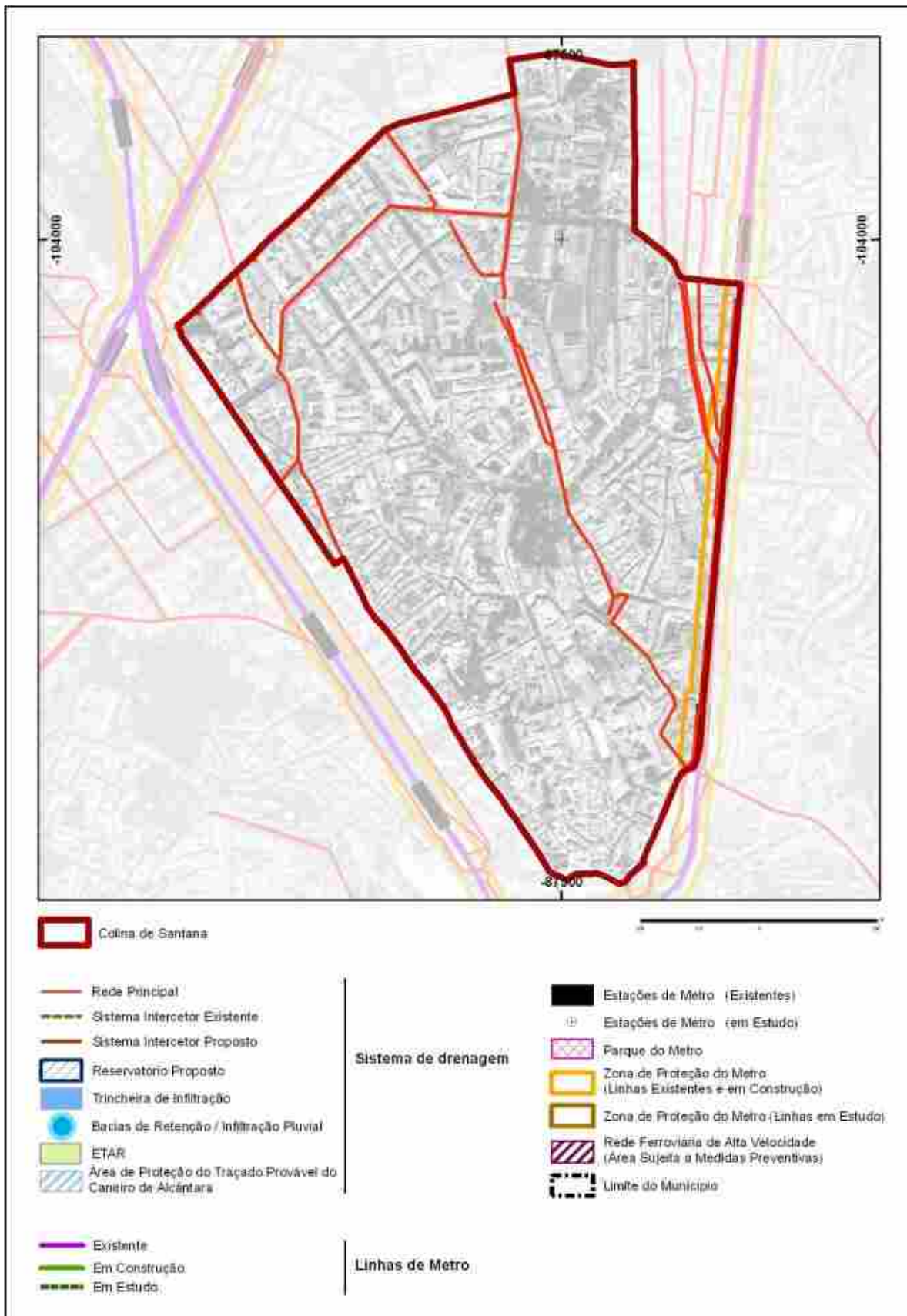




Figura 2.7 – PDM, Planta de Condicionantes de Infraestruturas



De acordo com a planta de **acessibilidade e transportes**, a Colina de Santana:

- Está residualmente sob a influência de duas interfaces de transportes de segundo nível: Marquês de Pombal e Restauradores (com influência do primeiro sobre Santa Joana);
- As zonas junto aos vales, na influência direta das estações de metropolitano, encontram-se em zonas de estacionamento A e B (com influência sobre o Hospital de S. José);
- As malhas mais antigas, a sul e nascente, encontram-se em zona de estacionamento C (onde se incluem os Hospitais dos Capuchos e Santa Marta);
- As malhas Ressano Garcia, a norte, situam-se em zona de estacionamento D (onde se inclui o Hospital Miguel Bombarda)
- Atravessam a área transversalmente, no sentido nascente/poente, dois eixos de segundo nível, constituídos pela Av. Duque de Loulé e pelo eixo da Rua Conde de Redondo / Rua Jacinta Marto, unidos, também no segundo nível hierárquico, por um troço da Rua Gomes Freire;
- A área é atravessada longitudinalmente, no sentido norte/sul, por um eixo em Y, de terceiro nível, constituído pela Rua Gomes Freire, Rua de D. Estefânia, Rua Conselheiro Arantes Pedroso e Rua de S. Lázaro.

Sob o ponto de vista regulamentar, destaca-se a diferenciação da regulação de estacionamento, consoante o zonamento, conforme estabelece o art.º 74.º do Regulamento do PDM.

Na planta de condicionantes, **servidões administrativas e restrições de utilidade pública I**, são cartografadas as seguintes servidões administrativas:

- 4 zonas de proteção a hospitais, correspondentes a S. José, Capuchos, Santa Marta e Rainha D. Estefânia;
- 3 instalações militares, CAS Lisboa, Academia Militar e Posto Astronómico e Geodésico do Paço da Rainha, sendo que estes dois últimos dispõem de uma zona de proteção única associada;
- 11 fitomonumentos, com área de proteção associada, condensados no Jardim do Campo Mártires da Pátria, sendo 10 relativos a árvores isoladas e 1 relativo a alameda;
- Aeroporto de Lisboa, com duas zonas da servidão: minoritariamente, na parte norte, Plano Horizontal Interior, sujeito a parecer da ANA, se cota máxima absoluta de construção for igual ou superior a 145m; e maioritariamente, na parte sul, Superfície Cónica de Transição, sujeito a parecer da ANA, se cota máxima absoluta de construção for igual ou superior a 145m no limite superior, variando em 5% até atingir os 245m no limite inferior.

Na planta de condicionantes, **servidões administrativas e restrições de utilidade pública II**, são cartografadas as servidões administrativas relativas a 30 imóveis classificados, sendo:

- 7 Monumentos Nacionais;
- 19 Imóveis de Interesse Público;
- 2 Conjuntos de Interesse Público;
- 1 Monumento de Interesse Público;
- 1 Imóvel de Interesse Municipal.

Figura 2.8 – PDM, Planta de Acessibilidades e Transportes

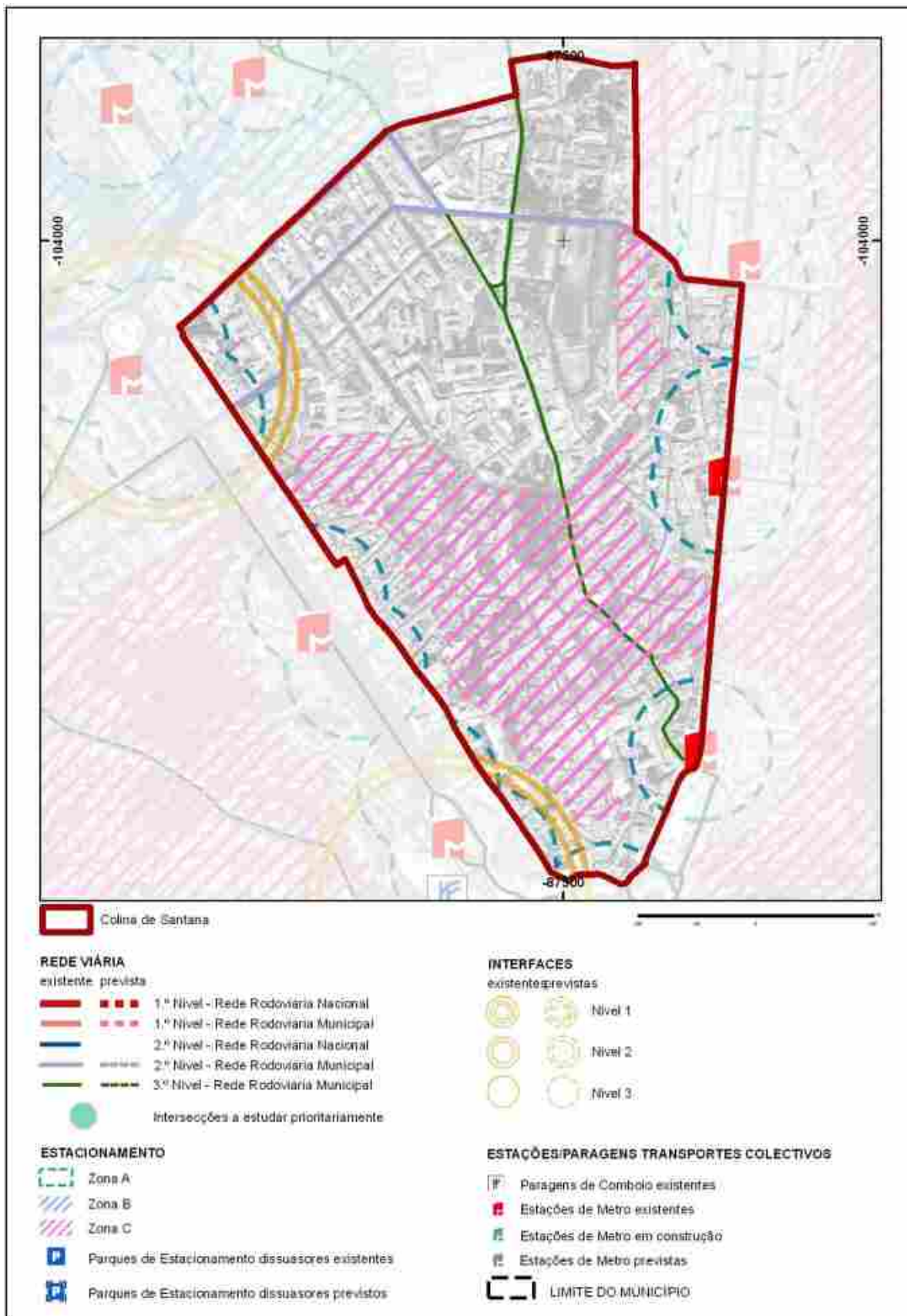


Figura 2.9 – PDM, Planta de Servidões Administrativos e Restrições de Utilidade Pública I

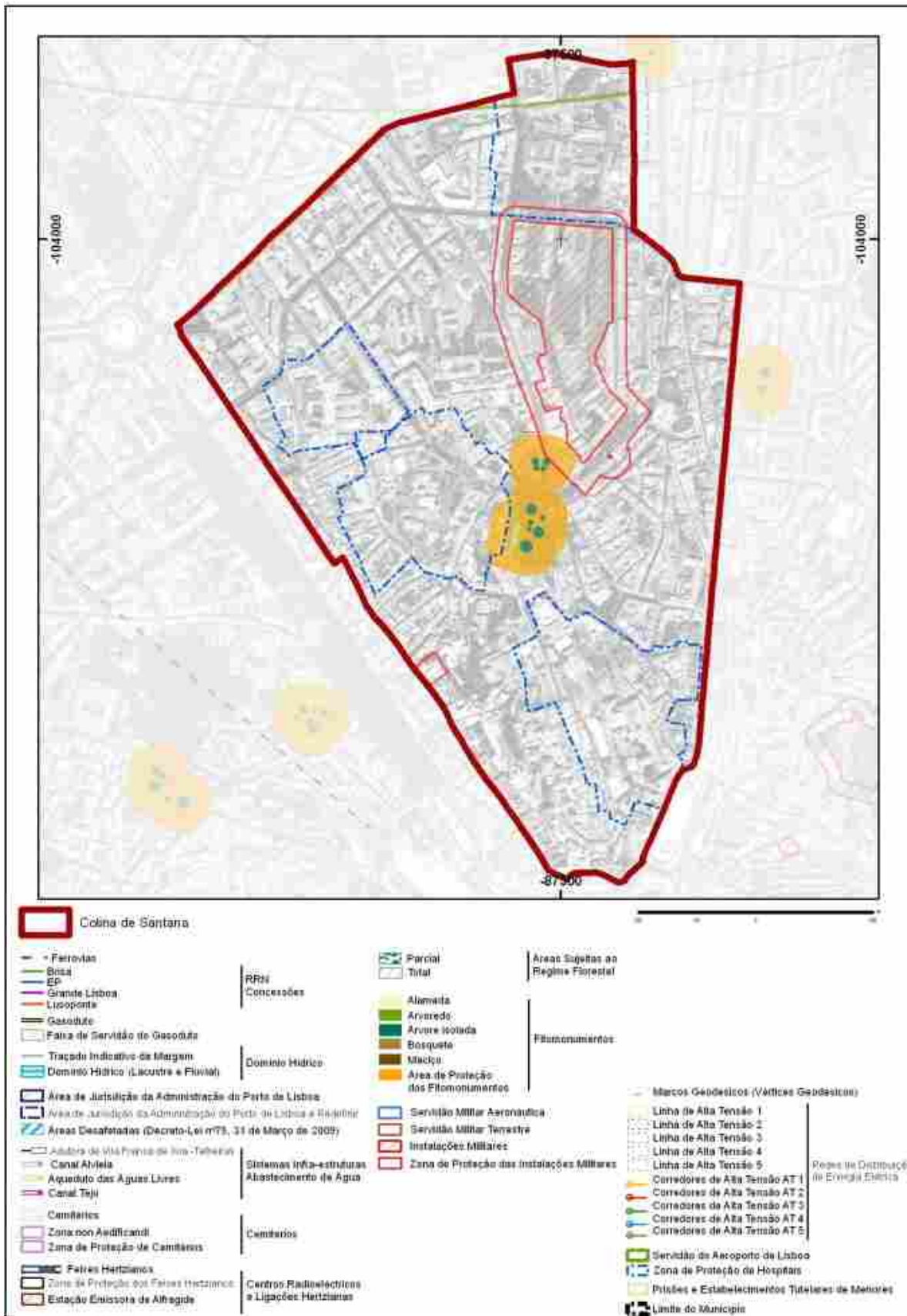
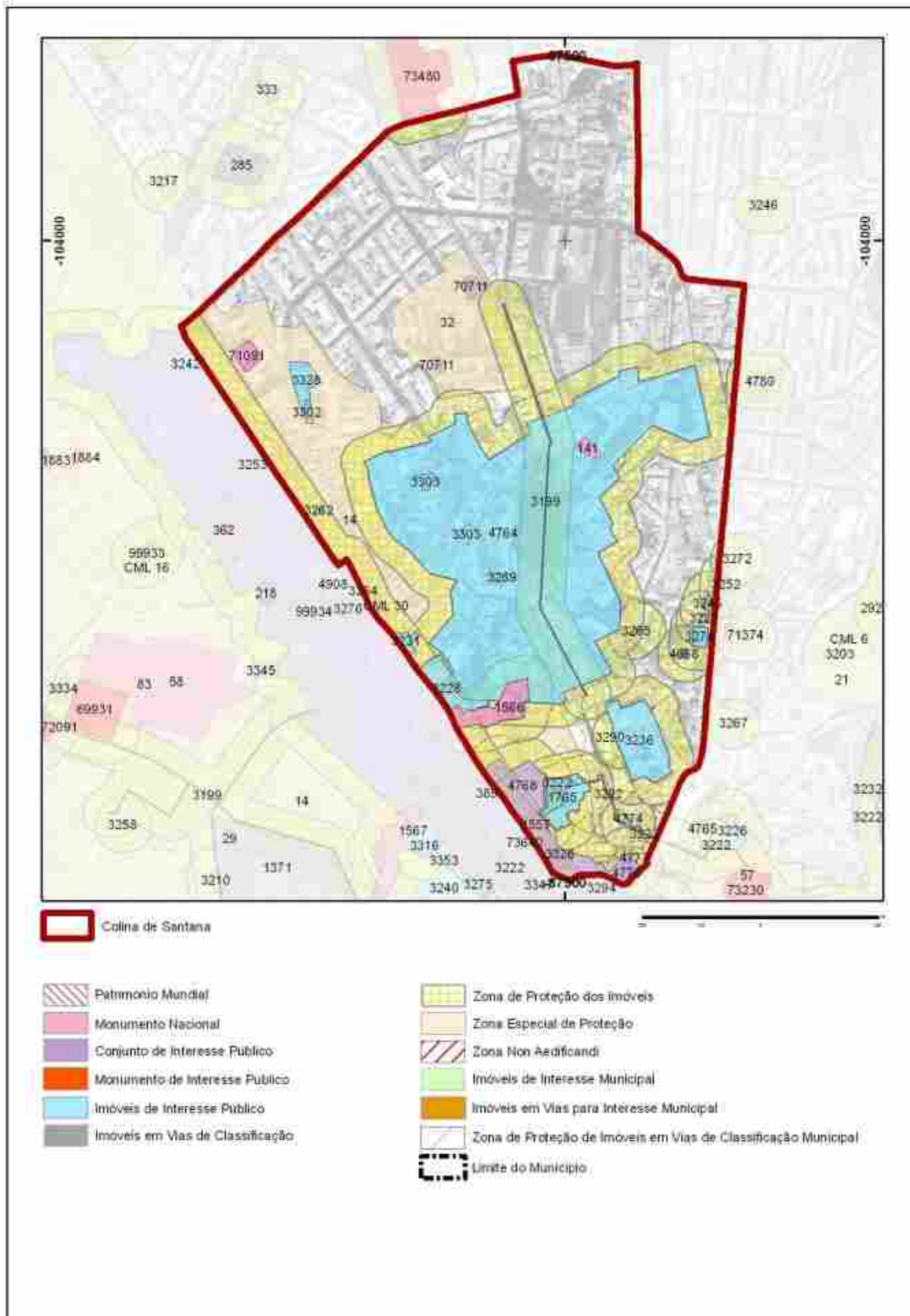


Figura 2.10 – PDM, Planta de Servidões Administrativos e Restrições de Utilidade Pública II



## 2.2 Enquadramento no Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente

O Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente foi publicado em Diário da Republica, 2ª série, N.º 17, de 9 de Setembro de 2009, pelo aviso n.º 15825/2009 o que constituiu o culminar de um processo de revisão, dez anos após a sua formulação inicial com a apresentação das Normas Provisórias para a área em estudo, posteriormente aprovadas pelo Executivo Camarário, em 24 de Junho de 1991.

**Quanto** à morfologia urbana, a área da intervenção na Colina de Santana situa-se no Sector B que compreende à encosta nascente da Avenida da Liberdade (Figura 2.11).

**Quanto** à classificação do espaço urbano, em função dos usos permitidos e de acordo com a mesma planta, a área da intervenção na Colina de Santana situa-se em:

- **Área Histórica Habitacional**, que corresponde às malhas mais antigas de cariz orgânico e regular, de origem medieval: Bairro Andaluz, Torel e Portas de Santo Antão.
- **Área Habitacional** que corresponde a troços de frentes de rua em que, nos novos edifícios, apenas é permitido o uso habitacional e a instalação de empreendimentos turísticos, “*com exceção de atividades de comércio ou outras atividades terciárias nos pisos do rés-do-chão e 1.º andar*” com imposição de condições relativamente aos acessos, enquanto nos edifícios existentes a alteração do uso habitacional para outros usos é fortemente condicionada (art.º 31ª).
- **Área Terciária** que corresponde a áreas de edifícios em que predomina a utilização mista ou exclusiva dos usos de comércio, de escritórios, de equipamentos coletivos públicos ou privados e empreendimentos turísticos, sendo condicionada a instalação do uso habitacional (art.º 32º).
- **Área de Equipamento** que correspondente ao Serviço Nacional de Bombeiros, Direção Geral dos Serviços Prisionais, Ateneu Comercial de Lisboa, Coliseu dos Recreios, Convento da Encarnação, Igreja do Sagrado Coração de Jesus e Universidade Autónoma de Lisboa.

Situa-se ainda em **Área Verde Privada a Salvaguardar**, que corresponde a interiores de quarteirão na malha Ressano Garcia, Bairro Andaluz, Torel, Portas de Santo Antão, a logradouros privados na Rua Câmara Pestana, e a jardins privados na Rua Júlio de Andrade.

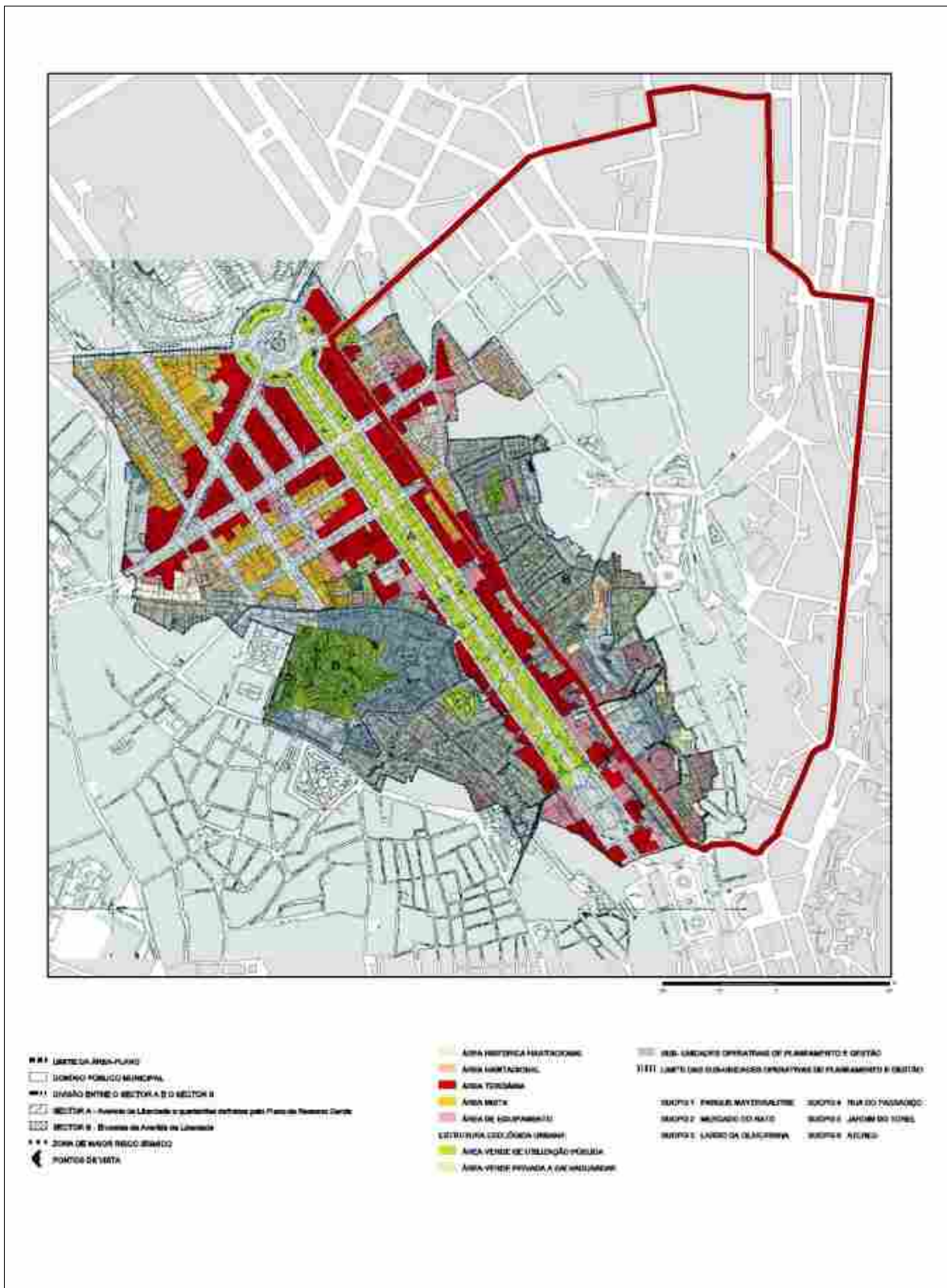
A área de intervenção da Colina de Santana abrange três das **Subunidade Operativa de Planeamento e Gestão** (SUOPG) previstas no PUALZE, a SUOPG 4 - Rua do Passadiço, a SUOPG 5 - Jardim do Torel e a SUOPG 6 – Ateneu:

- **SUOPG 4** - Rua do Passadiço – Esta SUOPG é constituída por um conjunto de parcelas, em grande parte de propriedade municipal, onde funciona uma escola primária e alguns equipamentos de apoio social. Com o objetivo de beneficiar e expandir os equipamentos instalados, requalificar e colmatar a Rua do Passadiço, criar percursos pedonais alternativos e áreas verdes de lazer, e criar estacionamento de apoio à revitalização habitacional do Bairro Andaluz, pretende-se a construção de um parque de estacionamento para residentes com cerca de 150 lugares, a construção de equipamentos complementares dos existentes, a definir pela autarquia, a criação de espaços verdes de lazer e de percursos pedonais de atravessamento e, eventualmente, a construção de edifícios de habitação;

- **SUOPG 5** - Jardim do Torel - Situado na encosta nascente da Avenida da Liberdade, este jardim caracteriza-se por uma sequência de espaços livres e arborizados dispostos em socalcos que acompanham a encosta, estabelecendo a ligação entre a Rua Júlio de Andrade, onde se localiza a entrada principal, a rua do Telhal, na base da colina, e ainda um acesso à Calçada do Moinho de Vento, a meia encosta.
  
- **SUOPG 6** - Ateneu – Esta SUOPG abrange *“um vasto espaço escassamente ocupado e parcialmente arborizado, situado a meio da encosta Nascente da Avenida da Liberdade, com acesso a partir da rua das Portas de Santo Antão e Calçada do Lavra. Integra dois interessantes edifícios oitocentistas com frente para a Rua das Portas de Santo Antão, a necessitar de reabilitação”*. Com o objetivo de promover a melhoria das condições ambientais e do enquadramento paisagístico da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente, promover a expansão de áreas verdes de estadia e recreio e incentivar a sua utilização coletiva através da criação de circuitos de atravessamento e a melhoria da sua acessibilidade, e possibilitar a instalação de equipamentos coletivos e atividades que contribuam para a animação urbana da área, pretende-se a requalificação paisagística de todo o espaço, a melhoria dos acessos aos arruamentos circundantes, a eventual construção de equipamentos de apoio à fruição do espaço verde, a recuperação dos edifícios existentes e a instalação de um empreendimento turístico de qualidade no Palácio de Rio Maior.



Figura 2.11 – PUALZE, Planta de Zonamento II | Morfologia Urbana e Uso do Solo



No que se refere a **intervenções no edificado** existente, o PUALZE tem por objetivo privilegiar a sua preservação e valorização. Sob o ponto de vista regulamentar, destacam-se as disposições comuns no que respeita às restrições impostas à demolição de

edifícios, só admitida “a) Quando seja necessária para a execução de planos de pormenor plenamente eficazes, mediante prévia autorização ou por deliberação da Câmara Municipal nos termos do disposto no artigo 48.º do RJUE; b) Em caso de ruína eminente do edifício, que ponha em risco a segurança de pessoas e bens, comprovada por vistoria municipal; c) Quando a Câmara Municipal considere que o edifício não cumpre os requisitos mínimos de segurança e salubridade aos fins a que se destina e que a sua conservação é técnica e economicamente inviável, o que deve ser comprovado por relatório conclusivo e por uma vistoria de técnicos camarários habilitados, a submeter à apreciação dos serviços municipais competentes nos termos previstos no Artigo 3.º; d) Quando a Câmara Municipal considere que o edifício não apresenta interesse urbanístico, arquitetónico ou cultural, tanto individualmente como para o conjunto em que se integra” (art.º 11º).

Ainda com este objetivo, em **Área Histórica Habitacional** e nas vias em que essa alteração é possível, o restante articulado do Regulamento do PUALZE, aquando de intervenção para alteração de habitação para uso terciário, aponta para a “Compatibilidade com as características arquitetónicas do edifício”; em **Área Habitacional** e “Em **edifícios existentes** não é permitida a alteração do uso habitacional para outros usos, exceto se verificadas as seguintes condições cumulativas a comprovar mediante vistoria municipal: a) Tratar-se de edifício considerado como Bem de Valor Patrimonial Elevado ou de Valor Patrimonial Relevante; b) Existir especial aptidão construtiva do edifício para o uso pretendido; c) Sejam preservadas as características arquitetónicas que determinaram a inventariação do edifício; d) Seja realizado o restauro ou reabilitação do edifício.” (art.º 30º e art.º 31º).

Também com este objetivo e **para todas as áreas** previstas no PUALZE: “1-As coberturas dos edifícios devem ser revestidas com materiais que, pela sua textura e cor, se integrem na envolvente, não sendo permitidos revestimentos em fibrocimento e telas asfálticas; 2-As instalações de equipamentos técnicos implantadas na cobertura dos edifícios deverão respeitar as seguintes exigências: a) Ser consideradas como parte integrante do projeto de arquitetura e participar na composição do remate de cobertura; b) Nas situações de cobertura plana, o seu volume deverá estar contido no interior de dois planos virtuais de igual inclinação que não deve ultrapassar 20 graus; c) Só é permitida a instalação de uma antena de televisão por cada condomínio” (artigo 18º).

No que se refere à **estrutura patrimonial** (Figura 2.12), releva-se:

- A grande densidade de bens com reconhecido valor patrimonial;
- A existência de 2 níveis arqueológicos.

No que se refere ao **património edificado**, o Regulamento do PUALZE classifica os edifícios e espaços livres a preservar em três categorias, em função do valor patrimonial em presença e do reconhecimento desse valor por estarem classificados, em vias de classificação, terem sido premiados ou constarem do Inventário Municipal do Património, estabelecendo o tipo de intervenção permitida em cada uma destas categoria, designadamente (n.º 8, art.º 7.º):

- “Em Bens de **Valor Patrimonial Elevado**, qualquer intervenção deve visar a salvaguarda dos valores essenciais da arquitetura original dos edifícios, sendo apenas admitidas obras de conservação e reabilitação.”
- “Em Bens de **Valor Patrimonial Relevante**, qualquer intervenção deve visar a preservação das características arquitetónicas do edifício, admitindo-se, no entanto,

*obras de reabilitação e de ampliação, desde que aceites pela estrutura consultiva referida no artigo 3.º do presente Regulamento, que, em função dos resultados de vistoria efetuada por técnicos municipais habilitados e da pretensão do requerente, determinará o tipo e características da obra a permitir e quais os elementos patrimoniais a valorizar.”*

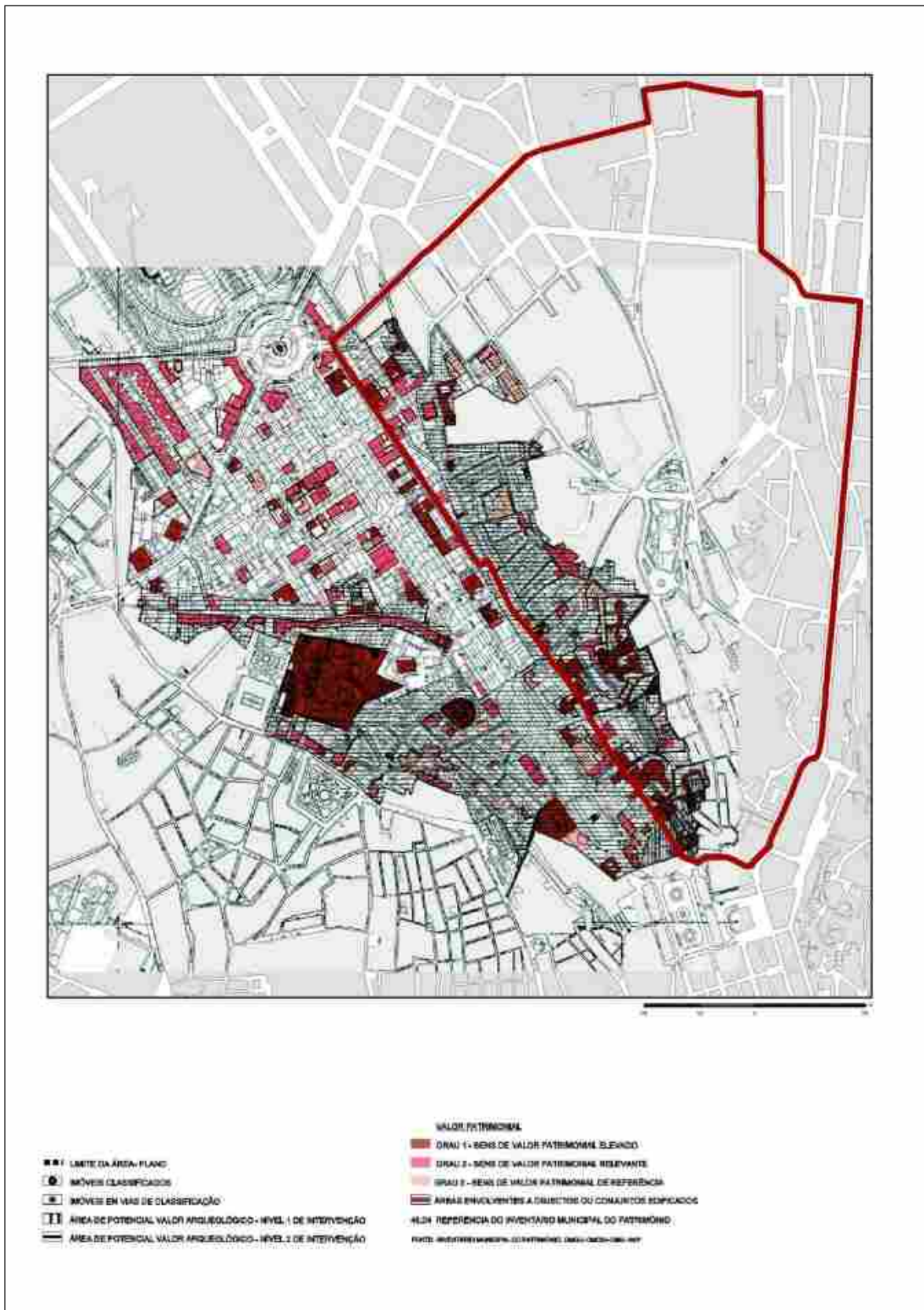
- *“Em Bens de Valor Patrimonial de Referência, qualquer intervenção deve respeitar as características arquitetónicas do edifício, sendo admitidas obras de reabilitação e de ampliação.”*

Em relação aos **níveis arqueológicos**, o Regulamento do PUALZE determina que *“Todos os projetos de obras localizadas nas áreas de potencial valor arqueológico, a realizar por entidades públicas ou privadas, e que impliquem escavação ou remeximento do subsolo, devem incluir extrato da carta arqueológica municipal ou, na falta desta, de outros elementos descritivos e cartográficos previamente solicitados à Câmara Municipal, que identifiquem áreas ou elementos de interesse arqueológico cuja existência seja conhecida ou considerada provável.”* (n.º 2, art.º 9.º).

Relativamente ao **nível 1 de intervenção**, determina que *“(…) as intervenções que impliquem escavações ou remeximento do subsolo devem ser precedidas de relatório elaborado por técnico especializado que descreva e fundamente as ações e medidas a adotar para que sejam asseguradas a identificação, preservação e ou registo de valores arqueológicos cuja existência seja conhecida ou considerada provável (…) e que o licenciamento de projetos fica sujeito a parecer da entidade municipal responsável pelo património cultural, podendo a realização de obras ser condicionada à prévia realização de trabalhos arqueológicos de acordo com parecer do IGESPAR, com as normas municipais de proteção e valorização do património ou com as orientações do relatório (…)”*referido (n.º 3 e n.º 4, art.º 9.º).

Relativamente ao **nível 2 de intervenção**, determina que *“a Câmara Municipal, com base em parecer da estrutura consultiva (...), pode estabelecer, no licenciamento de obras que impliquem escavação ou remeximento do solo, as condições a que devem obedecer a fiscalização e acompanhamento técnico municipal da obra, por forma a que sejam asseguradas a identificação, preservação e registo de valores arqueológicos, (...)”* (n.º 5, art.º 9.º).

Figura 2.12 – PUALZE, Planta de Zonamento I /Classificação Patrimonial



Quanto à **estrutura ecológica**, esta é constituída pelas Áreas Verdes Privadas a Salvaguardar *“em conjunto com as manchas vegetais qualificadas existentes ou previstas no espaço público e que estabelecem a ligação entre sistemas verdes, bem como outras componentes ambientais urbanas referenciadas no Plano Diretor Municipal de Lisboa”* (art.º 36.º).

De salientar os interiores de quarteirão e logradouros e jardins privados, existentes (Figura 2.11).

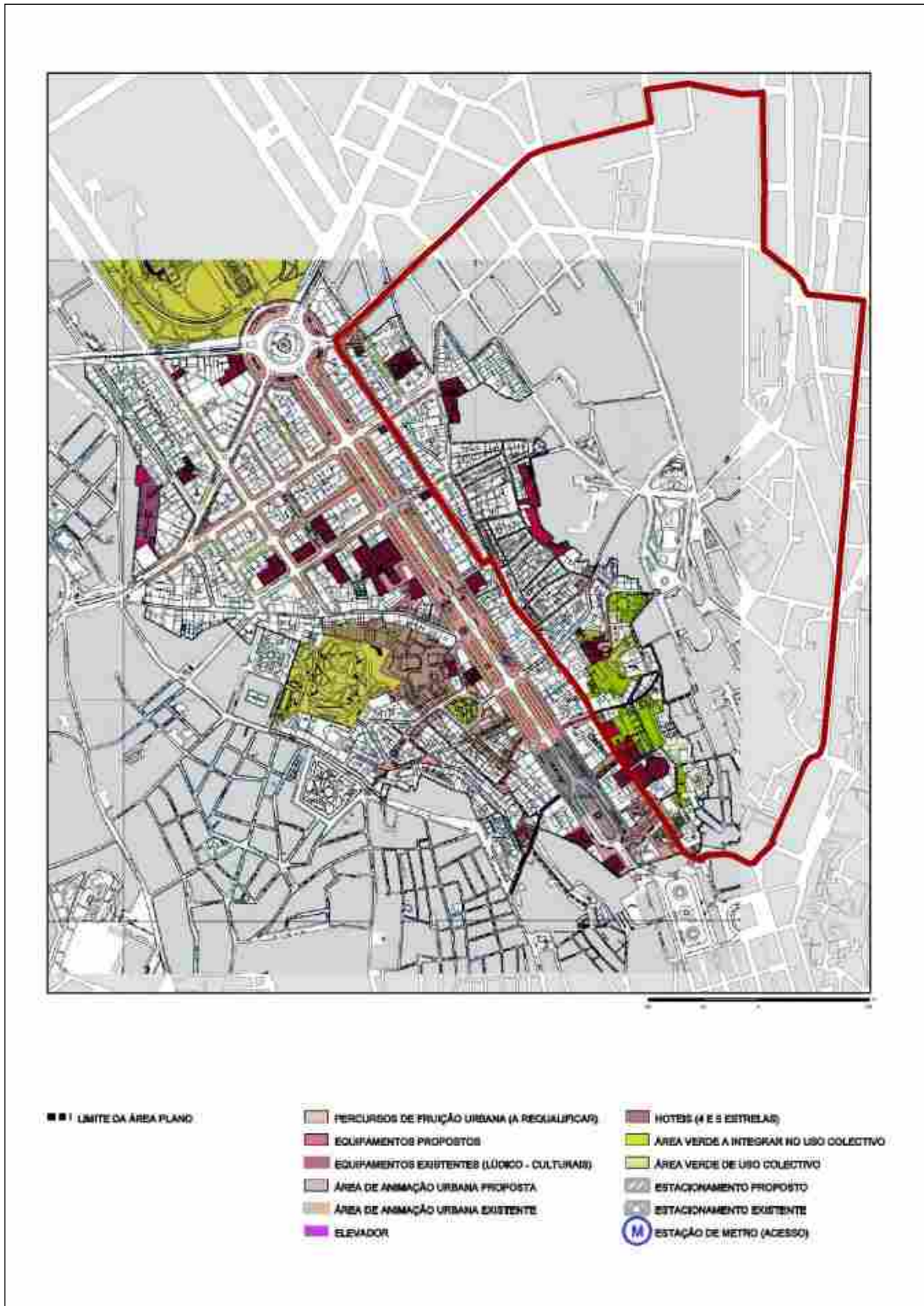
A estas áreas verdes acresce a da **SUOPG-5** – Jardim do Torel, com um programa que tem como objetivos a dinamização e requalificação do Jardim, e o potenciar das ligações pedonais que possibilita, prevendo-se que poderá ser alargado mediante a incorporação funcional do jardim pertencente aos C.T.T.

A este conjunto de áreas verdes e de ligações pedonais, há que acrescentar ainda as irão resultar da execução da **SUOPG 4** – Rua do Passadiço e da **SUOPG 6** – Ateneu.

A presença destes espaços na encosta nascente da Avenida da Liberdade justifica a *“proposta de reestruturação (...) prevista no PUALZE, visando a sua requalificação e a criação de um sistema que permita a sua interligação e funcionamento integrado, por forma a proporcionar uma dimensão que lhes permita constituírem-se como uma estrutura de espaços verdes e de lazer. Trata-se essencialmente de operação de “cirurgia” urbana que viabiliza, através de pequenas intervenções, a intensificação da utilização dos espaços públicos existentes e de outras áreas privadas que estão atualmente subaproveitadas (...).”*

No âmbito desta “cirurgia” urbana é de salientar a qualificação do eixo constituído pela Rua de Santa Marta/Rua de São José/ Rua das Portas de Santo Antão, classificado como Percurso de fruição urbana a requalificar (Figura 2.13).

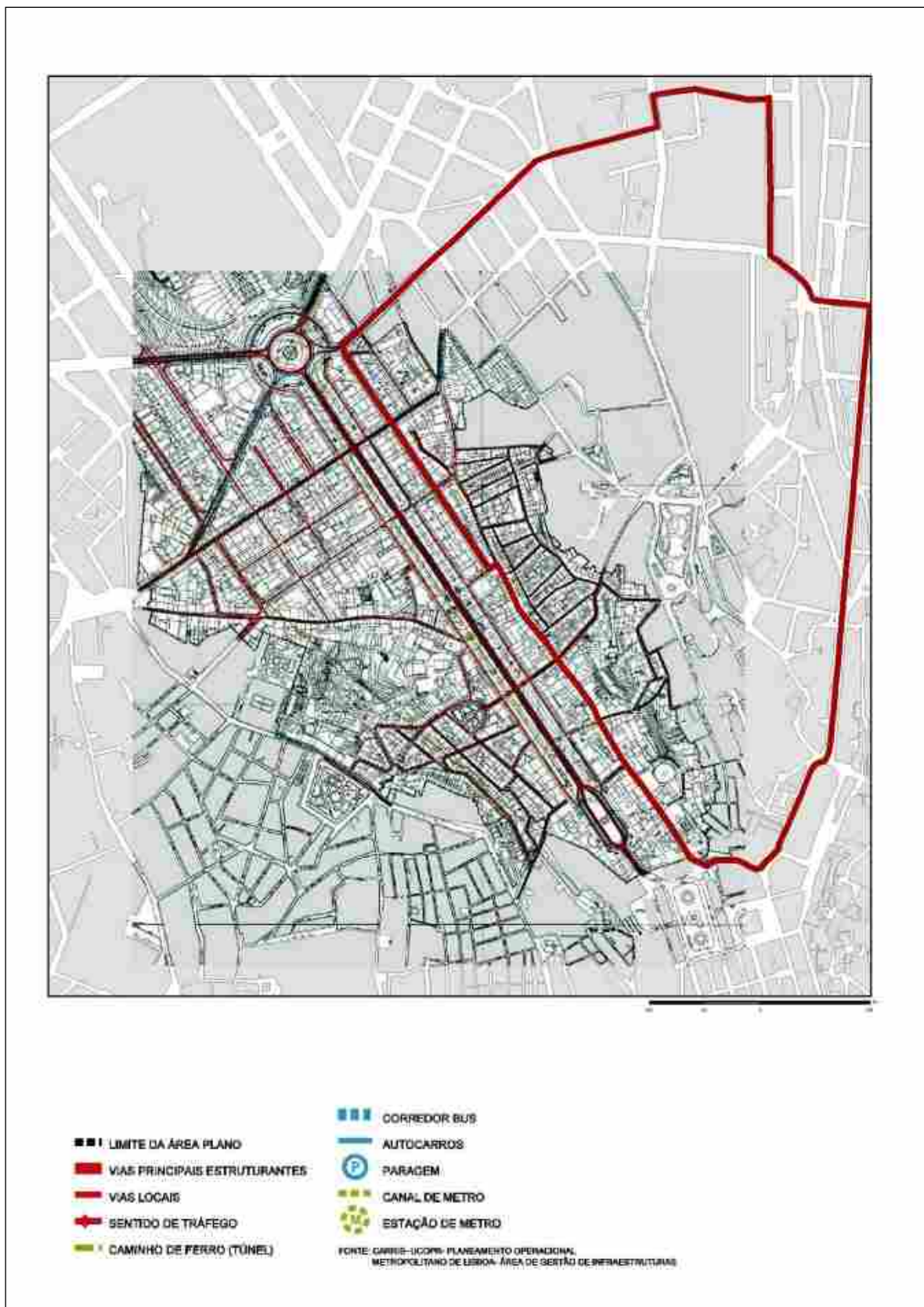
Figura 2.13 – PUALZE, Sistema de Espaços Coletivos



Quanto ao **sistema de vistas**, na área da Colina de Santana o PUALZE identifica um ponto de vista que se localiza no Jardim do Torel e, em termos regulamentares, *“Dentro das áreas abrangidas pelos sistemas de vistas assinalados na Planta de Zonamento devem ser preservados os espaços públicos e criadas condições adequadas à sua fruição, sendo interditas obstruções que alterem as panorâmicas proporcionadas a partir desses espaços, nomeadamente as referidas no Artigo 14.º”*, respeitante a regras impostas aos suportes publicitários (art.º 37.º).

No que se refere à **rede viária** a área da intervenção na Colina de Santana, abrangida pelo PUALZE é caracterizada por vias de acesso local com exceção de uma via principal estruturante, constituída pela Rua do Telhal / Rua de Santo António dos Capuchos que a atravessa transversalmente, no sentido nascente/poente e que, cruzando a Avenida da Liberdade, estabelece a ligação entre a encosta poente e a encosta nascente da Avenida (Figura 2.14).

Figura 2.14 – PUALZE, Planta de Sentidos de Tráfego e Transportes Coletivos (2003)





### 3. DEMOGRAFIA

A área da Colina de Santana localiza-se no centro da cidade, a Norte do centro histórico e abrange parte das freguesias de Santo António e Arroios e uma pequena parte a Norte da freguesia de Santa Maria na baixa da cidade. As freguesias anteriores a esta reforma administrativa eram as freguesias dos Anjos, Coração de Jesus, Pena, Santa Justa, São Jorge de Arroios e São José que são referidas apenas quando não se dispõe de informação para as novas freguesias. A fonte utilizada é a informação dos Censos 1991, 2001 e 2011 (Instituto Nacional de Estatística); no caso das novas freguesias, tem por base um apuramento provisório da Câmara Municipal de Lisboa.

A área de estudo, nos últimos vinte anos perdeu  $\frac{1}{3}$  dos seus habitantes sendo que na última década perdeu 11%, assim como o número de fogos ocupados por residência habitual decresceu cerca de 6%. Pelo contrário aumentou o número de fogos vagos que representa em 2011, cerca de  $\frac{1}{4}$  do total dos fogos da área, bem como o número de fogos ocupados para outros usos residenciais que não os de residência habitual, onde se inclui os fogos de segunda residência ou residência ocasional, que representam cerca de 13% do total dos fogos, à semelhança do que se observou na generalidade da cidade.

Relativamente aos fogos vagos desta área, é de referir que, segundo a média do conjunto das freguesias, apenas 37% dos alojamentos vagos se encontram no mercado.

Este abandono populacional, com o conseqüente aumento dos fogos devolutos, deu-se principalmente nas áreas consolidadas de Lisboa e de maior degradação do parque habitacional, refletindo-se na área da Colina ainda com maior expressão.

**Figura 3.1** - Evolução da População Residente e do Parque Habitacional, Colina de Santana, 2001 /11

	2011	2001	Variação (%)
Pop. Residente	13446	15109	-11,0
De 0 a 14 anos	1452	1380	5,2
De 15 a 64 anos	8708	9472	-8,1
De 65 e mais anos	3286	4257	-22,8
Índice de Envelhecimento	226	308	
Proporção de Idosos (%)	24,4	28,2	
Proporção de Jovens (%)	10,8	9,1	
Total Alojamentos	9821	9299	5,6
Alojamentos Coletivos	73	99	-26,3
Alojamentos Familiares	9748	9200	6,0
Alojamentos Familiares de Residência Habitual	6168	6548	-5,8
Alojamentos Familiares de Residência Habitual C/ Banho	6048	6199	-2,4
Fogos Familiares Clássicos	9743		
Fogos Familiares Clássicos Resid. Habitual	6163	6522	-5,5
Alojamentos Vagos	2351	1860	26,4
Alojamentos Uso Ocasional	1229	792	55,2
Alojamentos Familiares Clássicos RH Proprietário Ocup.	2329	2246	3,70
Alojamentos Novos	697		
Pessoas / Alojamentos	1,38	1,64	
Pessoas Residentes /Alojamentos familiares de Resi. Hab.	2,2	2,3	
Famílias Clássicas	6626	7514	-11,8
Dimensão Média da Família	2,0	2,0	
Rácio Famílias Clássicas / Fogos Residência Habitual	1,1	1,2	

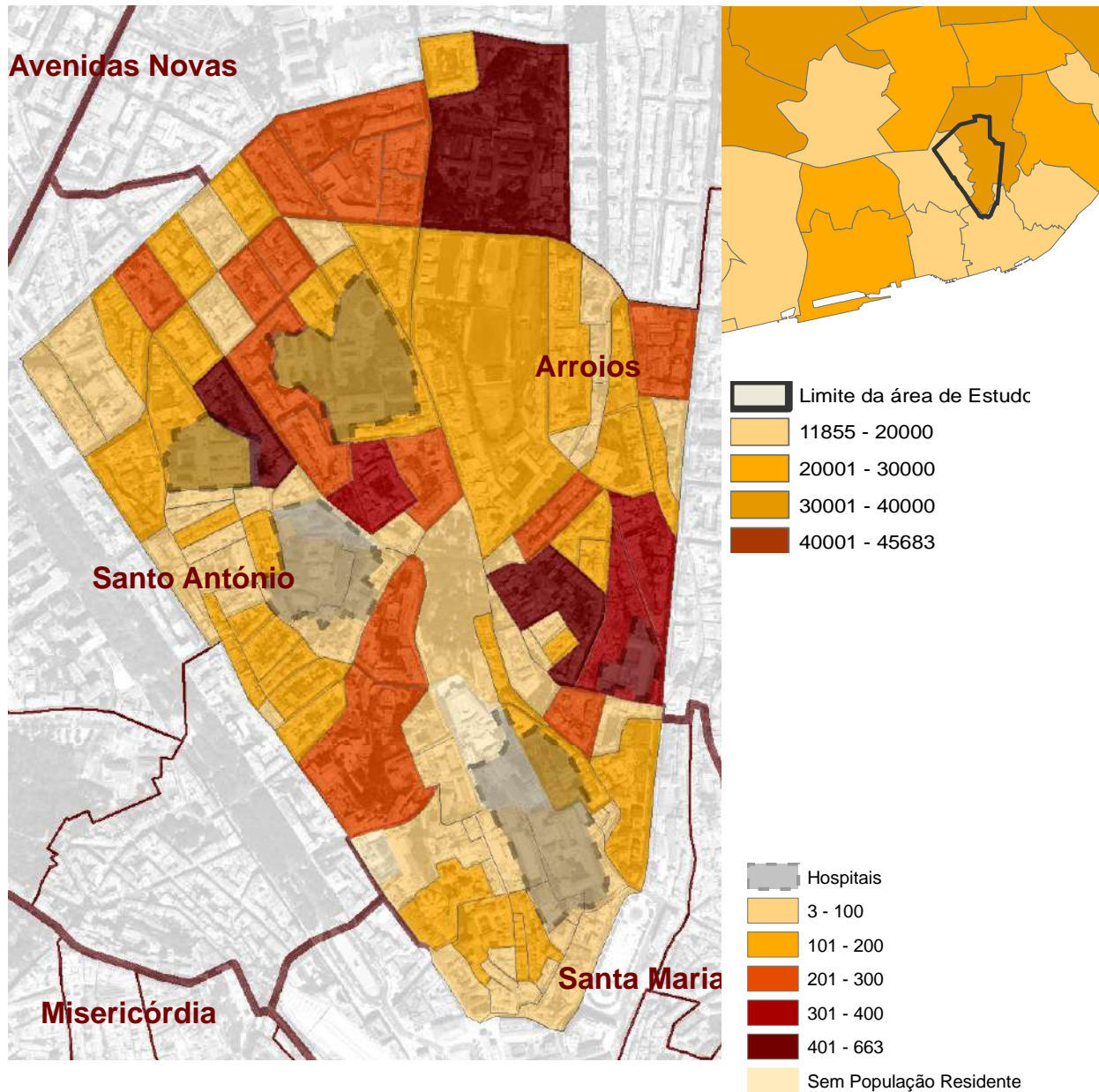
Nota: O número de alojamentos de uso ocasional referidos no quadro, é estimado.

### 3.1 População Residente

Esta área apresenta em 2011, uma densidade populacional elevada, acima da média do concelho, 10815 pessoas /Km2, enquanto a média do concelho é de 6446 pessoas por km2.

A área a norte é a mais povoada, onde se encontram as subsecções com maior quantitativo populacional.

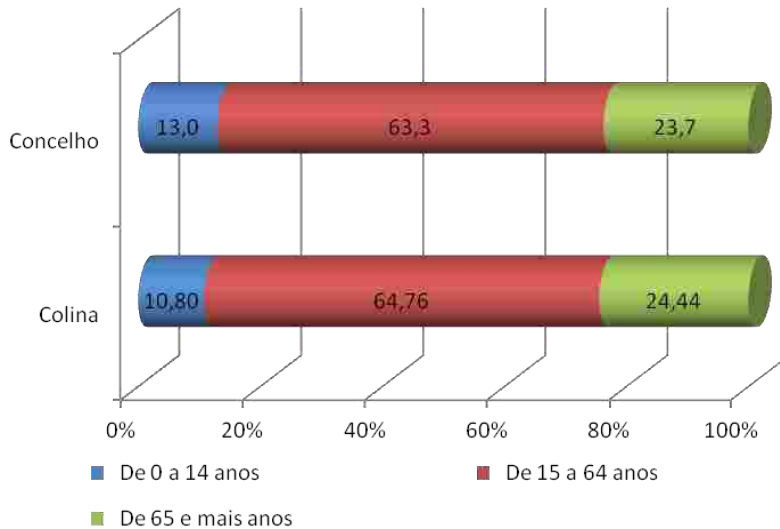
Figura 3.2 - População Residente, 2011



### 3.2 Estrutura Etária

A população na área de estudo, é mais envelhecida do que a população do concelho, cerca de ¼ da população tem mais de 65 anos, 24,4%, enquanto a média do concelho é ligeiramente inferior – 23,7% da população com 65 e mais anos.

**Figura 3.3** - População Residente por Grandes Grupos Etários, 2011



A proporção de jovens, 10,8%, é também inferior à média do concelho, com 13% de jovens.

Há assim a registar um duplo envelhecimento da população pela maior proporção de idosos e pela menor proporção de jovens relativa à média da cidade que já apresenta um quadro de envelhecimento.

Contudo, nesta última década, embora esta área da cidade se tenha despovoado, não foi acompanhado, como seria de esperar, pela continuação do processo de envelhecimento da sua população residente, relevando-se pelo contrário, um recente rejuvenescimento, quer na base quer no topo.

O índice de dependência total traduz, também, esta redução da relação entre a população em idade ativa e a população dependente e, paralelamente, a quebra acentuada do índice de envelhecimento, que passou de 308 para 226 idosos por cada 100 jovens.

Este facto indicia um fenómeno de reocupação, com a entrada de população em idade ativa, e um rejuvenescimento populacional.

**Figura 3.4** - Evolução dos Indicadores Demográficos por Grandes Grupos de Idades, 2001/2011, Colina de Santana

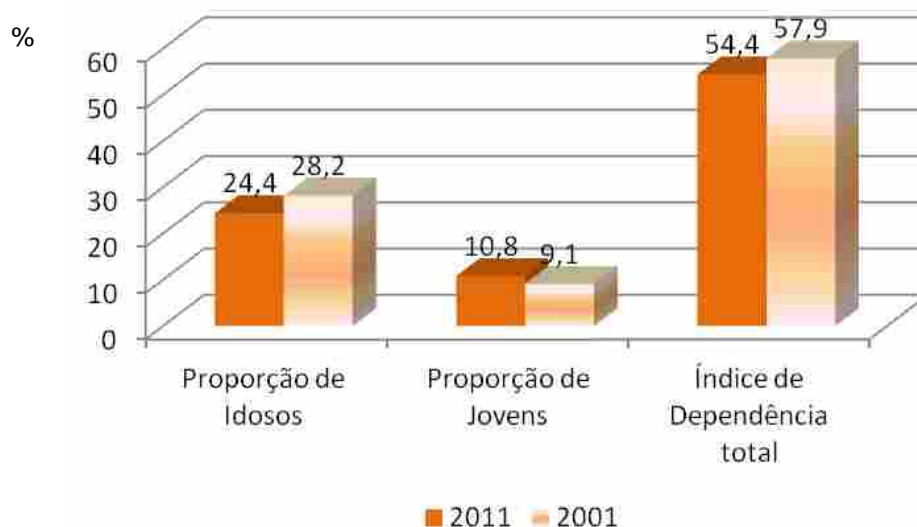
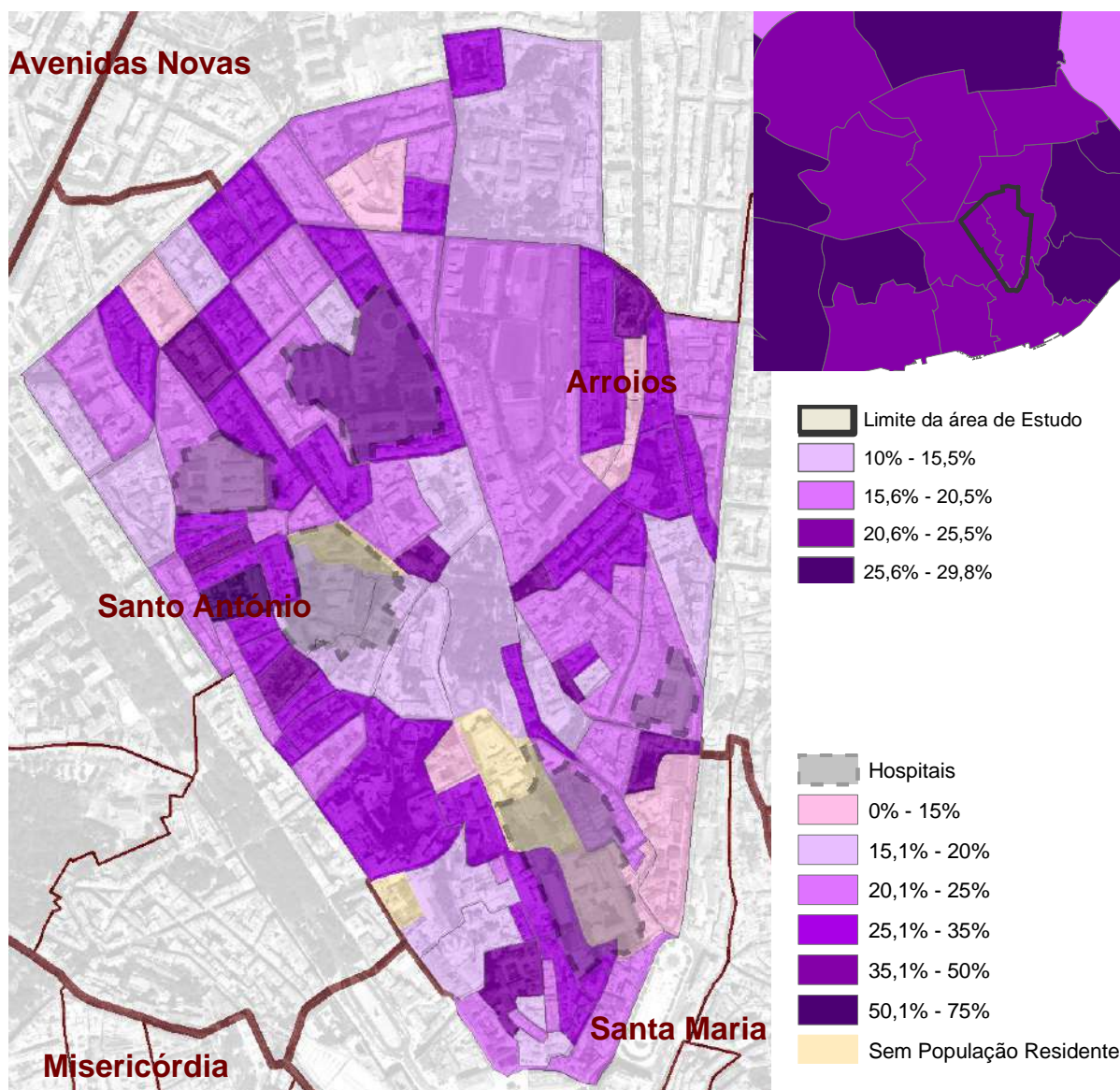


Figura 3.5 – Proporção de Idosos (%), 2011



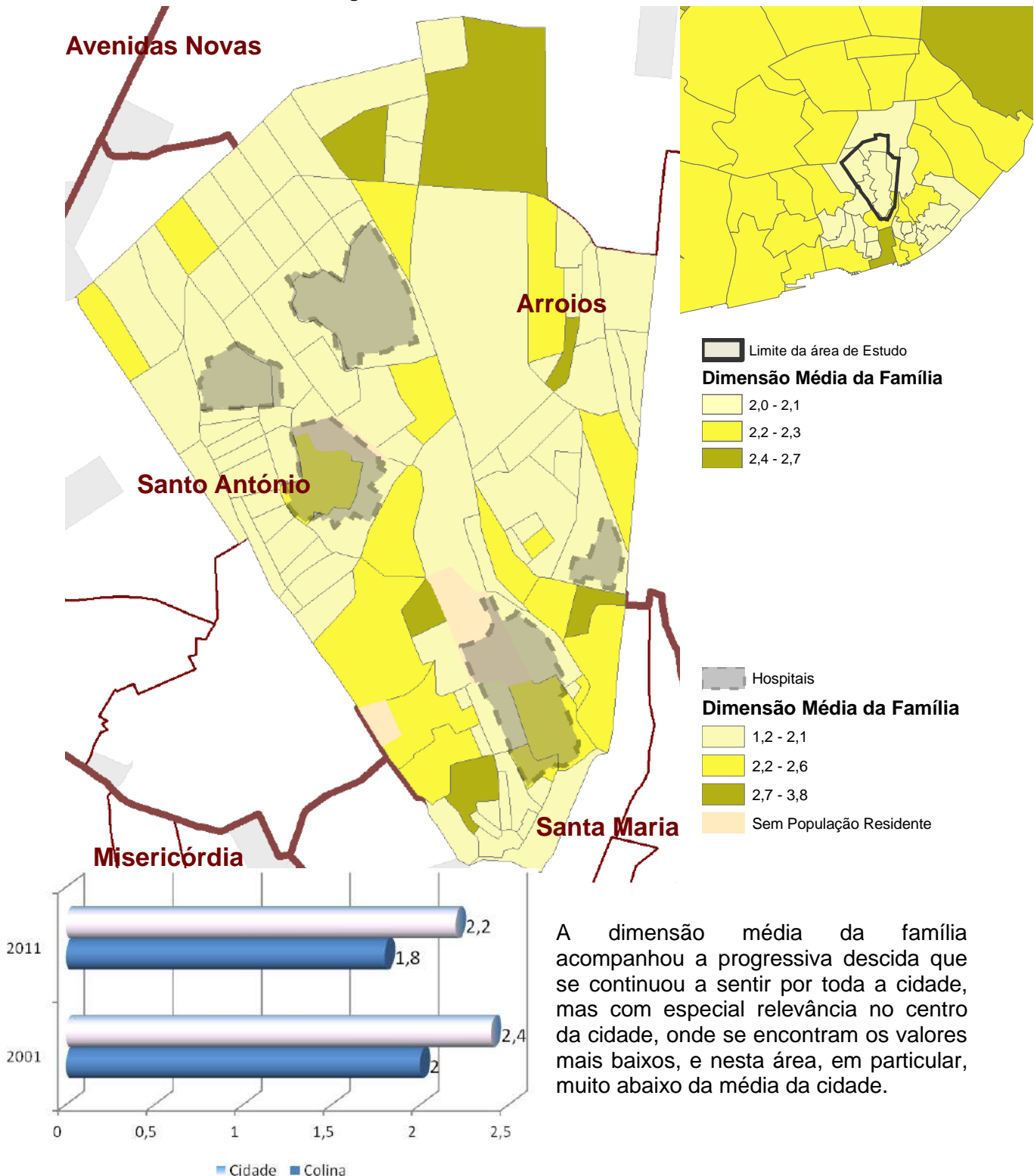
A proporção de pessoas com 65 e mais anos tem uma expressão mais elevada nas freguesias do centro da cidade. Todas as freguesias, onde esta área se insere, têm uma população idosa, entre 20% e 25%.

A área longitudinal oeste, ao longo da Av. da Liberdade, é onde se encontram as subsecções com maior proporção de população idosa, mais de 25%, existindo, ainda, pontualmente, subsecções onde mais de 50% das pessoas têm 65 e mais anos.

### 3.3 Famílias

Paralelamente ao despovoamento da cidade, que incidiu, nas últimas décadas, sobre as áreas centrais, tem-se observado uma progressiva diminuição da dimensão média da família que se refletiu em particular nestas áreas. Na Colina de Santana, a dimensão média da família, na última década, passou de 2,2 para 1,8 pessoas por família, encontrando-se bastante abaixo da média do concelho (2,2).

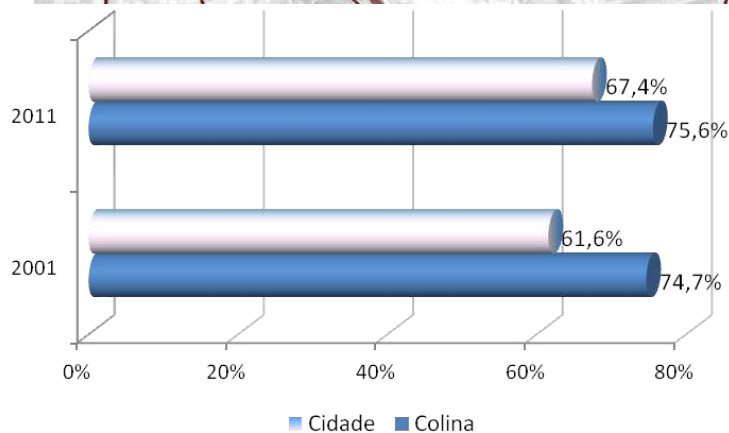
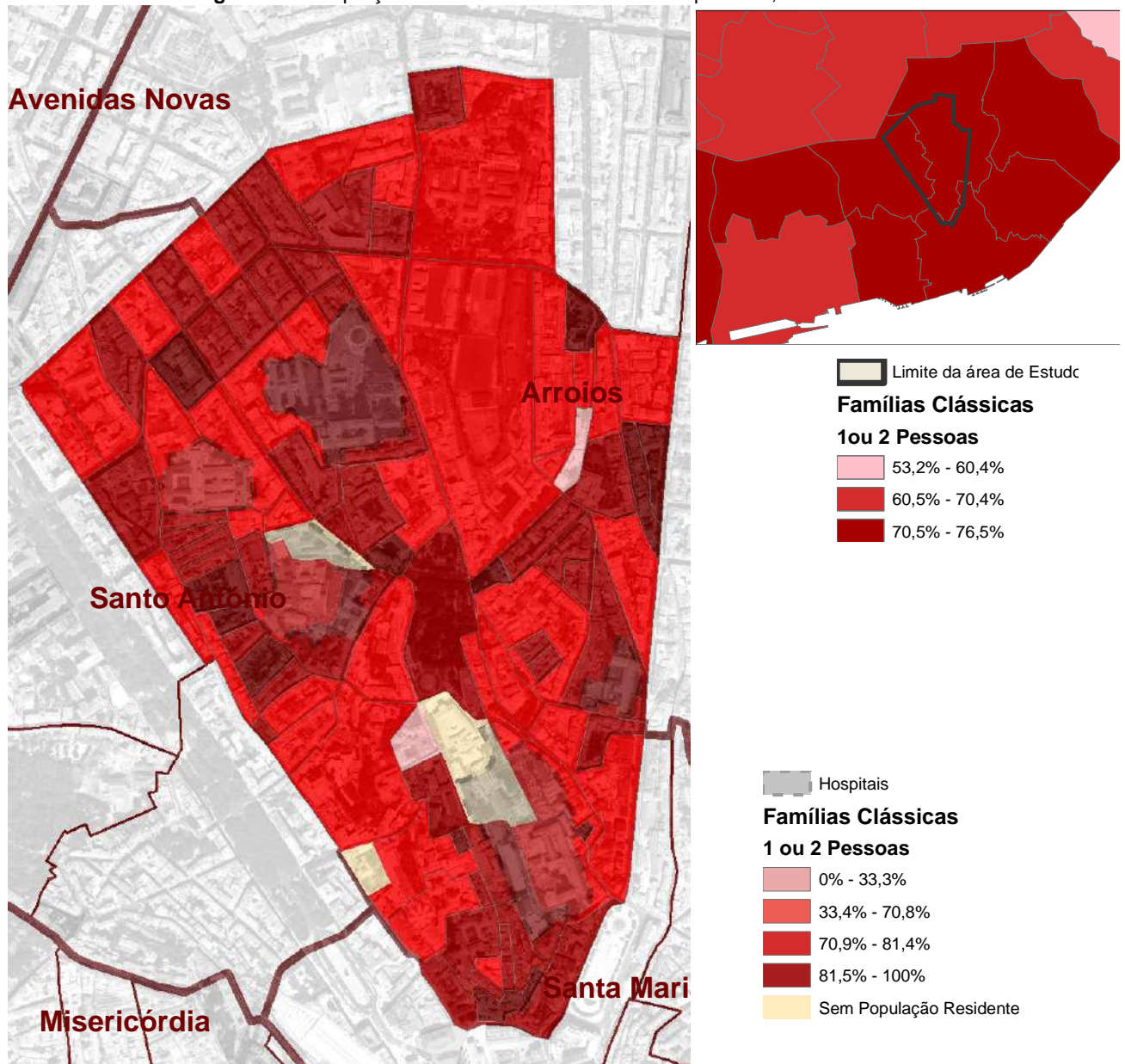
Figura 3.6 - Dimensão Média da Família, 2011



A dimensão média da família acompanhou a progressiva descida que se continuou a sentir por toda a cidade, mas com especial relevância no centro da cidade, onde se encontram os valores mais baixos, e nesta área, em particular, muito abaixo da média da cidade.

A diminuição do número de famílias da área de estudo dá-se ainda a par da redução da dimensão das famílias em que mais de 75% das famílias clássicas residentes, nesta área, são constituídas por uma ou duas pessoas.

Figura 3.7 - Proporção de Famílias com uma ou duas pessoas, 2011



A proporção de famílias de uma ou duas pessoas aumentou nesta década, mas esta área revela uma proporção muito superior à média da cidade (67,4%).

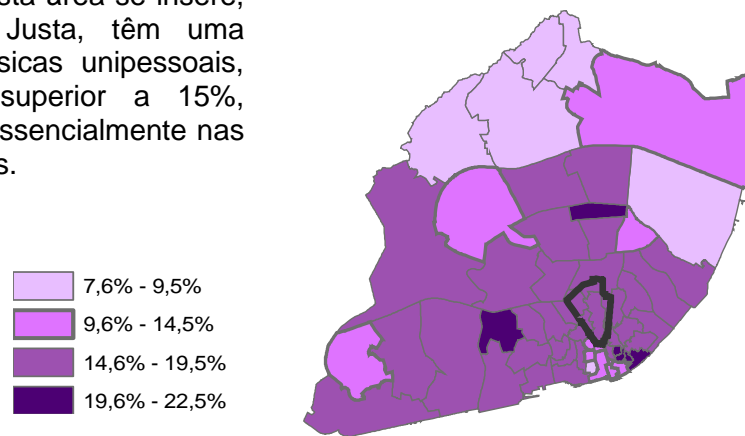
Este facto significa que, cada vez mais, famílias mais pequenas ocupam estes fogos o que está, também, relacionado com as características do parque habitacional existente, com áreas habitacionais médias reduzidas. Um quarto dos fogos de residência habitual detém uma área inferior a 50m<sup>2</sup>. Estima-se que a área média dos fogos seja aproximadamente de 89m<sup>2</sup>.

Por outro lado, a relação do número de famílias clássicas com o número de alojamentos ocupados, por residência habitual, é em 2011, superior a um, refletindo possíveis casos de sobreocupação de fogos ou de coabitação.

A ocupação desta área por agregados de cada vez menor dimensão traduz as alterações recentes da composição das famílias onde se expressa a presença de famílias constituídas por idosos, a viverem “sós”.

Todas as freguesias onde esta área se insere, com exceção de Santa Justa, têm uma proporção de famílias clássicas unipessoais, constituídas por idosos, superior a 15%, situação que se manifesta essencialmente nas freguesias das áreas centrais.

**Figura 3.8** – Famílias clássicas constituídas por um indivíduo com 65 e mais anos (%), 2011

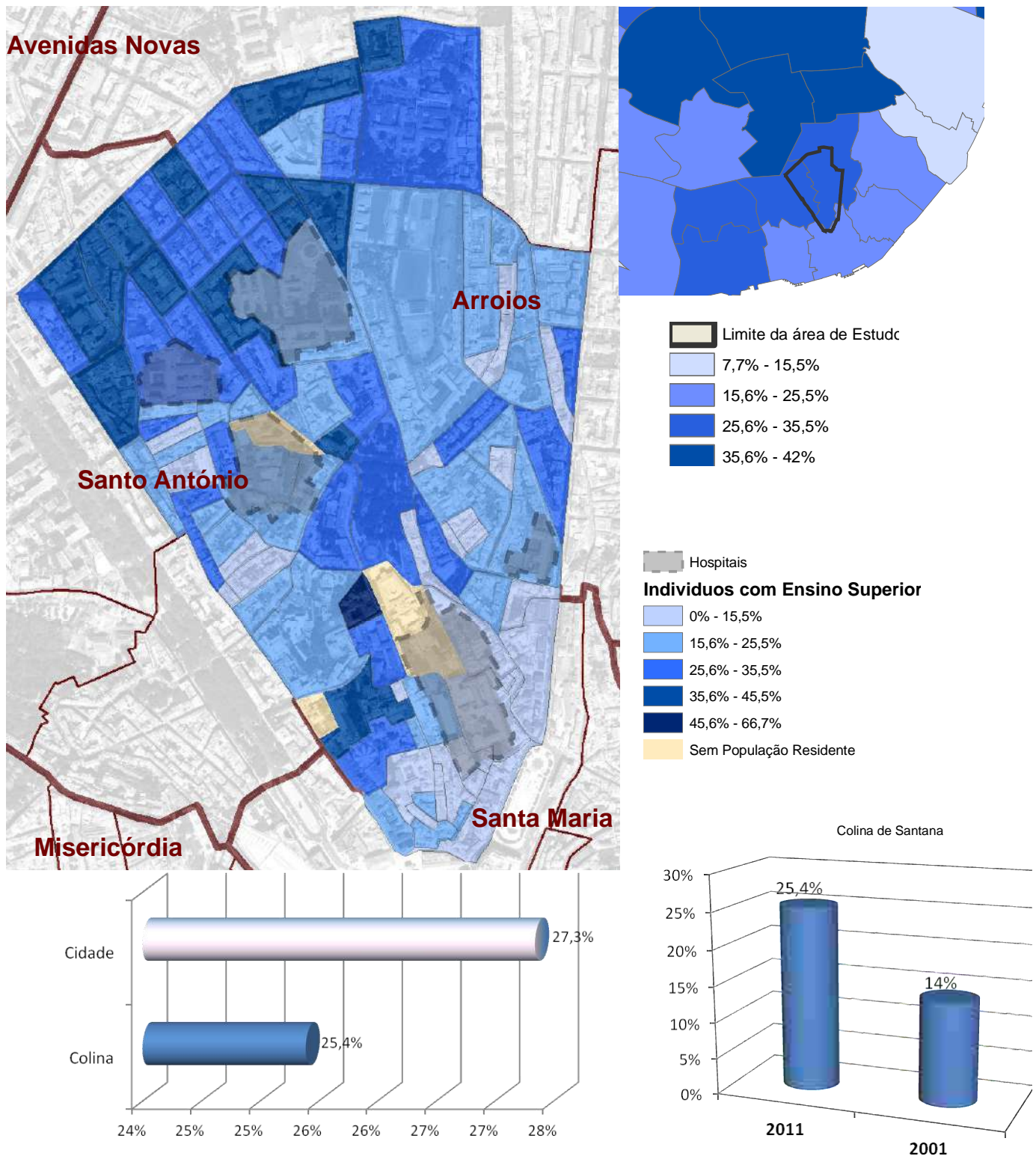


Em 2011, o conjunto das freguesias dos Anjos, Coração de Jesus, Pena, Santa Justa, São Jorge de Arroios e São José, representava 9% dos alojamentos familiares de residência habitual, ocupados por um único indivíduo com 65 e mais anos, relativamente ao total dos alojamentos familiares ocupados por um único idoso, na cidade.

Do total da população residente com 65 e mais anos, do conjunto destas freguesias, 66% vive com pessoas do mesmo grupo etário.

A proporção da população residente na Colina com ensino superior completo aumentou significativamente nesta década à semelhança do que se observou para a média da cidade. Em 2011, um quarto da população aqui residente possui o ensino superior completo, aproximando-se da média da cidade de Lisboa (27,3%). Contudo, a norte, continua a ser a área onde se concentra a população com maior grau de qualificação enquanto a sudoeste esta proporção é muito inferior.

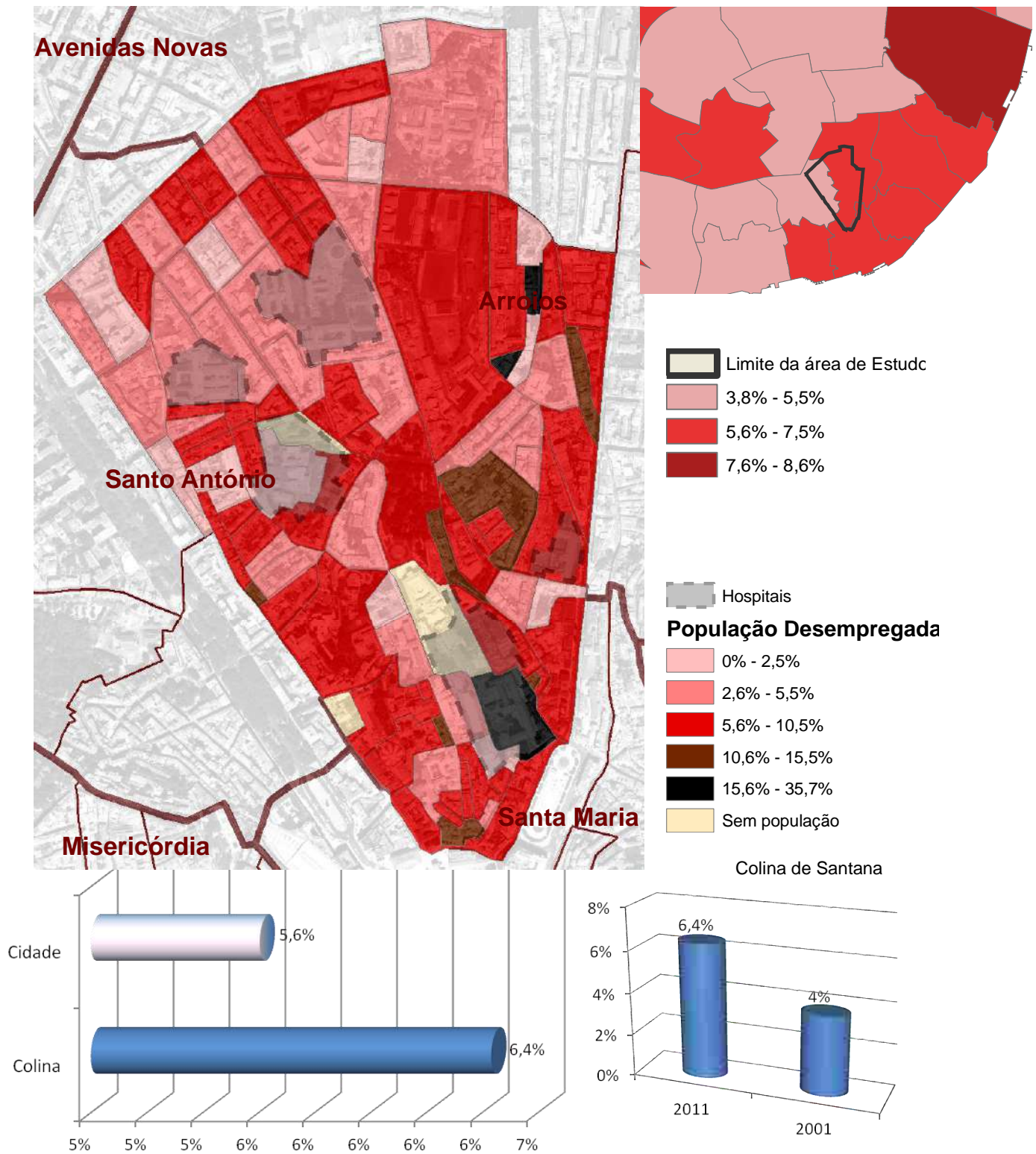
Figura 3.9 - População Residente com Ensino Superior Completo, 2011



A população desempregada, neste território, aumentou, nesta década, acompanhando o maior desemprego que se faz sentir na cidade, resultado da atual conjuntura de crise, assumindo aqui uma maior expressão. Em 2011, a população desempregada representa 6% face ao total da população residente e enquadra-se nos valores globais da média do concelho. A sudeste desta área manifesta-se com maior significado, onde alguns quarteirões detêm mais de 10%-15% da população residente desempregada.



Figura 3.10 - População Residente Desempregada, 2011



A população estrangeira aumentou, nestes últimos vinte anos, em todas as freguesias que abrangem a área de estudo, acompanhando o crescimento da população estrangeira que ocorreu nas últimas décadas em Portugal, e particularmente na Área Metropolitana de Lisboa e na cidade de Lisboa.

Nesta área central da cidade, em todas as freguesias onde se insere a área de estudo, a população estrangeira aumentou de uma forma assinalável. Com mais de 15% de população estrangeira destacam-se, por ordem crescente, as freguesias de Anjos, Pena, e Santa Justa em que nesta última, esta população representa 35% do total dos residentes da freguesia.

**Figura 3.11** - Evolução da Proporção da População Residente Estrangeira, 1991, 2001 e 2011

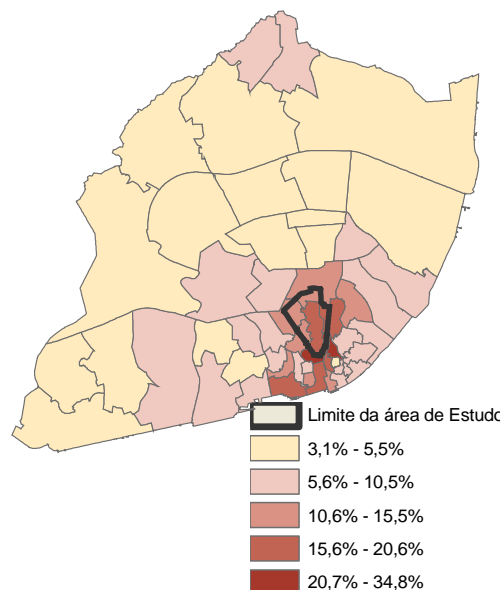
Local de residência	Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%)		
	2011	2001	1991
	%	%	%
Portugal	3,74	2,24	1,09
Continente	3,84	2,29	1,06
Lisboa	7,21	4,82	1,83
Lisboa	6,30	3,40	1,65
Anjos	15,53	5,56	1,83
Coração de Jesus	11,49	6,16	3,40
Pena	15,85	8,77	2,58
Santa Justa	34,79	6,57	3,73
São Jorge de Arroios	12,91	5,07	2
São José	14,24	6,22	2,62

Nestas freguesias, a entrada de população estrangeira, onde domina a população em idade ativa, contribuiu para o ligeiro rejuvenescimento demográfico sentido nesta década. Esta análise poderá ser aprofundada num estudo sectorial.

**Figura 3.12** - População Residente Estrangeira (%), 2011

Nesta período de tempo, a população estrangeira é, proporcionalmente, superior nas freguesias do centro da cidade, nomeadamente nas freguesias a sul e este, onde essa proporção é mais elevada, representando mais de 15% da população residente.

Em 2011, os estrangeiros nestas freguesias representam 16,4% do total de estrangeiros em Lisboa.



### 3.4 Síntese e Perspetiva

A Colina perdeu nos últimos vinte anos, em média, por década, mais de 2500 habitantes, com o conseqüente abandono e degradação dos fogos, que atinge perto de ¼ dos alojamentos existentes. Este abandono foi paralelo, numa área onde predomina o alojamento arrendado, à degradação da imagem do parque habitacional, resultante em parte, pelo congelamento das rendas a que se assistiu ao longo de décadas.

Importa ainda atender às assimetrias espaciais no que concerne às vulnerabilidades da população, como o desemprego ou o envelhecimento ou a integração da população estrangeira. Revela-se ainda a melhoria da qualificação média da população residente e o seu rejuvenescimento recente.

Assim, enquadrada na atual política de reabilitação urbana, será de incentivar a reabilitação e reocupação destes fogos que, com as novas áreas habitacionais, contribuirá para a reocupação das áreas centrais da cidade, com a recuperação da população perdida nestas duas últimas décadas.

Perspetiva-se assim no futuro, sem horizonte temporal, uma população residente baseada na população residente em 2011, a que acresce a ocupação dos fogos novos previstos e a reocupação dos fogos vagos, tendo por base a ocupação de 85% de fogos por residência habitual e uma dimensão média da família de 2.2 pessoas, tendo em atenção a média da cidade.

O reforço da função habitacional do centro a par de outras funções centrais, permite um “mix” urbano plurifuncional, com a vivência e a regeneração das áreas centrais de uma cidade capital.

**Figura 3.13** - Evolução da População Residente e População Prevista, Colina de Santana

	População Residente	Variação (%)
1991	19041	
2001	15109	-20,7
2011	13446	-11,0
Prospetiva	19145	42,4
Varição 1991/Cenário Futuro		0,5

**Figura 3. 14-** População Prevista, Colina de Santana

População Residente 2011	13446
População de Fogos de Reocupação	4396
População de Fogos Novos	1303
Total População Prevista	19145



## 4. EDIFICADO E DINÂMICA URBANÍSTICA

### 4.1. Introdução

Este diagnóstico tem como objetivo uma análise da estrutura do edificado e dos alojamentos existentes na área geográfica designada Colina de Santana (CS), quantificando-os e identificando as suas características particulares.

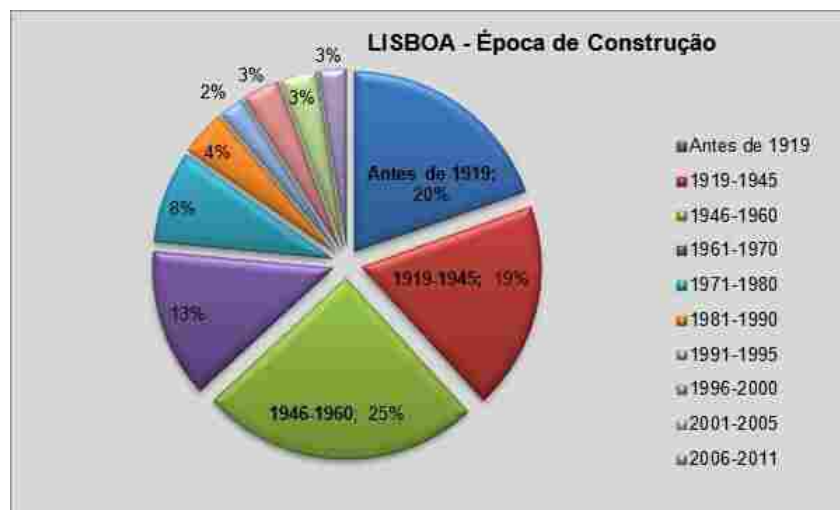
Os elementos disponíveis para a elaboração desta análise são na sua maioria, provenientes dos últimos dois Recenseamentos Gerais da População e Habitação (INE, 2001 e 2011), aos níveis de concelho e subsecção estatística. Relativamente ao último nível de análise, é de referir que não obstante a sujeição à informação estatística disponível, a abordagem apresentada expõe um conhecimento da parte física construída neste território específico da cidade, e de uma das estruturas básicas para a população – os edifícios e os alojamentos em que vive.

Recorreu-se ainda ao “Levantamento do Estado de Conservação do Edificado – Edifícios em Mau e Muito Mau Estado de Conservação”, documento produzido pela Unidade de Coordenação Territorial, e a informação disponibilizada pelo Sistema de Indicadores de Gestão Urbanística que reflete a “Dinâmica Urbanística” da Colina de Santana.

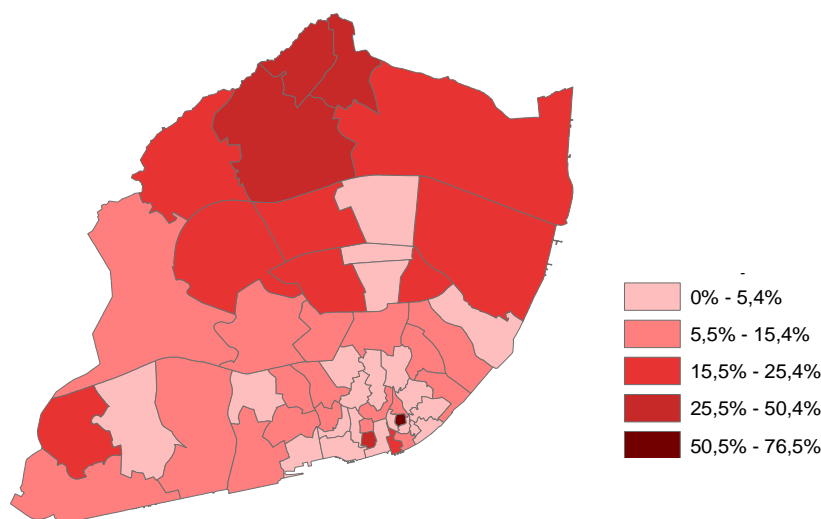
### 4.2. Caracterização do edificado

Assumindo como referência o último momento censitário, Lisboa em 2011 apresentava um parque habitacional constituído por 52.496 edifícios clássicos, dos quais aproximadamente 38% foram construídos entre 1946 e 1970 (Figura 4.1). Não obstante, não é negligenciável a dinâmica construtiva ocorrida nas últimas duas décadas (representando 15% do total de edifícios da cidade), com particular incidência geográfica na parte nordeste da cidade (Figura 4.2). Esta situação resulta em grande medida, do vigor do sector de construção nesse período, associado à disponibilidade de solo urbano que aguardava decisões urbanísticas que pudessem vir a rentabilizar, ainda mais, o valor da propriedade imobiliária.

Figura 4.1



Fonte: Quadro 4.1, Outubro 2013

**Figura 4.2-** Edifícios construídos entre 1991 e 2011

Fonte: Censos de 2011

Apesar deste dinamismo construtivo ter ocorrido e ser evidente nalgumas áreas da cidade, outras pelo contrário, ficaram resguardadas desse processo, como é o caso particular da área central da cidade ou “casco histórico”, como é muitas vezes designada.

A Colina de Santana, inserida geograficamente nessa área central da cidade, com especificidades muito próprias, fundamentalmente aos níveis morfológico, patrimonial e funcional, é caracterizada de uma forma geral, por possuir um tecido social bastante envelhecido e um parque edificado envelhecido e degradado, representando aproximadamente 3,6% dos edifícios da cidade e 2,5% da sua população residente, em 2011.

**Quadro 4.1 –** Época de construção dos edifícios, 2011

Época de Construção	Lisboa	Colina de Santana		
	N	N	%	
Antes de 1919	10279	590	30,9	↑
1919-1945	9747	696	36,5	↑
1946-1960	13149	242	12,7	↓
1961-1970	6965	181	9,5	↓
1971-1980	4335	91	4,8	↓
1981-1990	2136	28	1,5	↓
1991-1995	1171	19	1,0	↓
1996-2000	1751	12	0,6	↓
2001-2005	1700	25	1,3	↑
2006-2011	1263	24	1,3	↓
<b>TOTAL</b>	<b>52496</b>	<b>1908</b>	<b>3,6</b>	

Fonte: INE, 2011

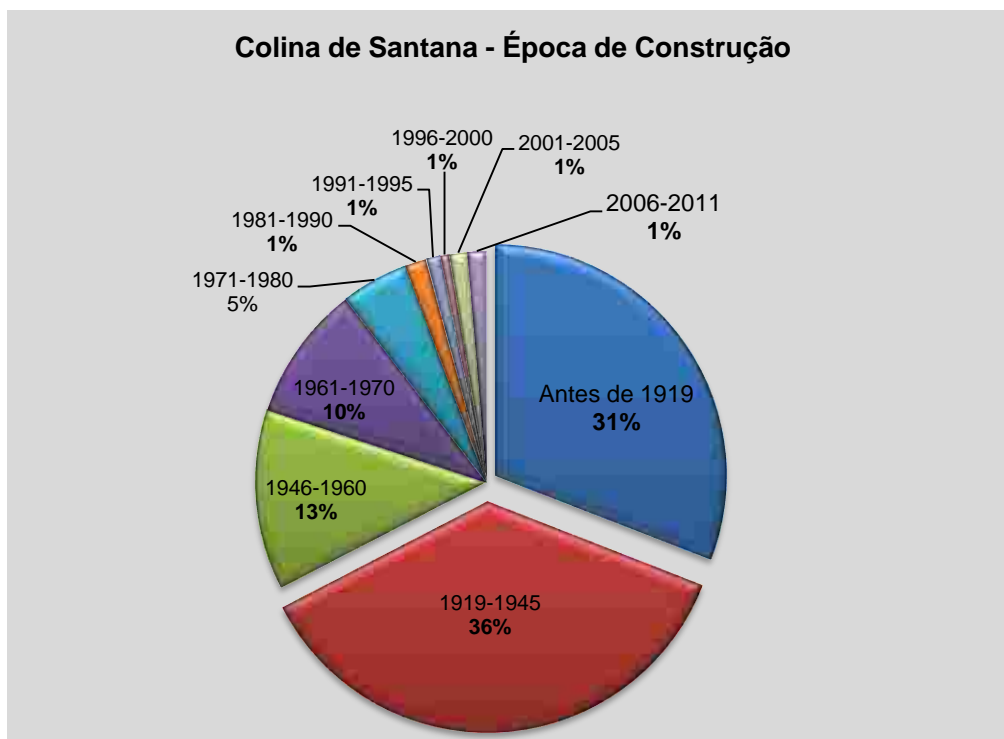
Analisando a época de construção (Quadro 4.1 e Figura 4.3), segundo os resultados do último censo, constata-se que 67% dos edifícios desta área foram construídos antes de 1919 e entre os anos de 1919 e 1945. De ressaltar que a antiguidade dos seus edifícios é francamente superior aos valores observados para a cidade (que são de respetivamente 19,6% e 18,6%).

De 1946 para 1960, evidencia-se na área uma quebra acentuada no número de edifícios construídos, em termos absolutos e relativos, não acompanhando a tendência do expressivo aumento de edifícios construídos na cidade (25%), registado nesse espaço temporal. Aliás, saliente-se que foi neste período que ocorreu o maior surto de construção na cidade de Lisboa.

Apesar do decréscimo assinalável da atividade do sector da construção (construção nova) na área da Colina de Santana nos anos subsequentes, reconhece-se no entanto, que na última década (2001-2011), houve algum dinamismo construtivo (49 edifícios - representando 2,6% do total de edifícios da área) o que não deixa de ser importante ao nível do contexto geográfico da área, mas pouco significativo à escala da cidade.

**De uma forma global reconhecemos que a grande maioria dos edifícios da área foram construídos antes da obrigatoriedade no cumprimento do Regime Geral das Edificações Urbanas - RGEU (DL nº 38382 de 7 de Agosto de 1951) e do Regulamento das Estruturas de Aços para Edifícios (DL nº 211/86 de 31 de Julho).**

Figura 4.3



Fonte: INE, 2011

Na Planta 4.1 – Época de construção dos edifícios, em anexo, é representada de uma forma menos abstrata e numérica, a época de construção dos edifícios que fazem parte de cada uma das subsecções da área. A territorialização desta variável permite aferir sobre qual ou quais os padrões locativos, por época de construção, e identificar quais as

áreas onde ocorreu um processo construtivo mais recente. Neste sentido, podemos concluir alguns aspetos que se encontram assinalados a azul:

- Uma concentração assinalável de edifícios construídos antes de 1919, a oeste e sudoeste do Hospital dos Capuchos.
- Uma maior predominância de edifícios construídos entre 1919 e 1945, no sentido nordeste /sudoeste do Hospital de São José.
- Uma maior concentração de edifícios construídos entre 1946 e 1970, numa área compreendida pelo eixo – Rua Gomes Freire/ Rua Bernardim Ribeiro/ Rua de Santa Marta/Rua do Conde Redondo.
- Não é reconhecido nenhum padrão locativo para a construção mais recente (última década), contudo, embora esta represente apenas 2,6% do total de edifícios da Colina, merece alguma atenção numa área em que predominam edifícios com uma grande longevidade. Neste contexto, verifica-se que pontualmente surgem alguns edifícios recentes na proximidade do Hospital de São José, entre a Av. Duque de Loulé e a Rua do Conde de Redondo e a nordeste da Academia Militar (Rua Passos Manuel/Rua de Arroios).

#### 4.2.1 Utilização dos Edifícios

A terciarização da cidade de Lisboa ocorrida nestas últimas décadas, expressa-se de uma forma evidente na utilização dos edifícios (Quadro 4.2). Deste modo, analisando esta variável, verifica-se que em 2011, 79% dos edifícios de Lisboa eram exclusivamente residenciais, os restantes edifícios encontravam-se repartidos entre “principalmente residenciais” (19,3 %) e “principalmente não residenciais” (2,1%). De notar que na última década, na cidade não se registaram alterações assinaláveis nestas variáveis.

Na área da Colina de Santana, os edifícios “principalmente residenciais” (23,2% - INE 2011) e os “principalmente não residenciais” (4,2%- INE 2011), assumem um maior peso quando comparados com os valores médios registados para a cidade. Este facto é concomitante com as atividades económicas e serviços sedeados na área, ligadas na sua globalidade, direta e indiretamente, ao sector da saúde (Hospitais; Universidade, Institutos Médicos e outros serviços afins), que são preponderantes.

De notar que na última década registou-se na Colina de Santana uma diminuição do número de edifícios clássicos (-59), similarmente ao comportamento registado para a cidade, decréscimo esse que se reflete em termos absolutos nas três categorias consideradas.

**Quadro 4.2 – Utilização dos Edifícios, 2001 e 2011**

	Lisboa				Colina de Santana			
	2001		2011		2001		2011	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Edifícios Clássicos	53387		52496		1967		1908	
Edifícios Exclusivamente Residenciais	41295	77,4	41245	78,6	1403	71,3	1386	72,6
Edifícios Principalmente Residenciais	10863	20,3	10133	19,3	480	24,4	442	23,2
Edifícios Principalmente Não Residenciais	1229	2,3	1118	2,1	84	4,3	80	4,2

Fonte: INE, 2001 e 2011



#### 4.2.2 Estado de conservação dos edifícios

A análise ao estado de conservação dos edifícios tem como base a informação disponibilizada pela Unidade de Coordenação Territorial.

De acordo com o serviço responsável, o levantamento foi efetuado tendo por base a observação do exterior dos edifícios, com exceção de algumas situações para as quais havia informação prévia, decorrente de vistorias já efetuadas. Para a prossecução deste objetivo foram definidos os seguintes critérios:

- Edifício em mau estado de conservação – *edifício que apresenta graves patologias como alvenarias desagregadas, cantarias partidas, paredes com seios e barrigas, fendas graves, reboco desagregado ou empolado, ferros em ruínas, tubos de queda com ruturas, fortes manchas de humidade e infiltrações ou janelas apodrecidas.*
- Edifício em muito mau estado de conservação – *edifício insalubre sem quaisquer condições de habitabilidade indiciando risco de acidente por instabilidade total ou parcial dos elementos construtivos ou que apresente quaisquer condições de risco ao nível das infraestruturas.*

Tendo presente os critérios adotados, e assumindo que a informação possa não corresponder na íntegra à realidade existente na área, atendendo à eventualidade de alguns dos edifícios poderem apresentar patologias graves no seu interior não identificáveis pela simples observação do seu exterior, apresentamos apenas algumas considerações gerais (Planta 4.2 - Estado de conservação dos edifícios, em anexo):

- É notória a predominância de edifícios em mau estado (553 edifícios) face aos que se encontram em muito mau estado de conservação (48 edifícios), correspondendo respetivamente, a 29% e a 2,5% do total existente na área.
- Os edifícios em mau e muito mau estado de conservação encontram-se completamente disseminados pela área, não se conseguindo identificar para o efeito, nenhum padrão locativo. Não obstante, evidenciamos a existência de dois pequenos núcleos na área (assinalados na Planta 4.1, com um círculo), onde praticamente são inexistentes edifícios com patologias graves, nomeadamente: **Núcleo 1** – compreendido pelos seguintes eixos: Rua de S. José / Calçada do Lavra/ Rua do Instituto Bacteriológico e Rua do Telhal; **Núcleo 2** – localizado a nordeste do Hospital dos Capuchos, compreendendo a Travessa das Recolhidas/ Rua da Cruz da Carreira e Rua Gomes Freire.
- Analisando em conjunto as Plantas 4.1 e 4.2, verifica-se que podemos estabelecer uma correspondência entre a época de construção dos edifícios (a nível de subsecção) e a maior frequência de edifícios em mau e muito mau estado de conservação. Neste sentido, **e com as reservas necessárias**, podemos dizer que nalgumas das subsecções estatísticas onde predominam edifícios mais antigos, surge uma maior intensidade de edifícios com patologias graves, consequência de um processo de deterioração progressivo do património imobiliário, da incapacidade financeira de alguns proprietários para atuar no sentido de evitar esta situação, e da inoperância do setor público em impor a obrigatoriedade legal de realização de obras de conservação ou de beneficiação geral, de oito em oito anos.

Apesar desta constatação ser puramente empírica, poderia no entanto ser objeto de uma análise mais rigorosa tendo por base a elaboração de vistorias mais pormenorizadas (exterior e interior do edifício e dos alojamentos).

Por outro lado, seria igualmente interessante fazer uma análise detalhada das obras de beneficiação geral realizadas nestes últimos anos, na área, no sentido de perceber qual o motivo, a periodicidade, a natureza e o padrão locativo das mesmas.

### 4.3. Caracterização dos Alojamentos

Em 2011, Lisboa apresenta um parque edificado constituído por 323.981 alojamentos, dos quais 73% são de residência habitual e aproximadamente 16% encontram-se vagos, para venda/aluguer/demolição ou outras situações (residências secundárias-estudantes e/ou reformados) (Quadro 4.3).

Comparando as formas de ocupação dos alojamentos da cidade com os da Colina de Santana, constata-se que o nível de ocupação de residência habitual, para cada um destes, apresenta quantitativos percentuais bastantes díspares, sendo francamente inferior na área em estudo (73,2%-concelho e 62,8%- CS). Em contrapartida, se atendermos aos quantitativos afetos aos alojamentos coletivos e vagos, observa-se que os valores apurados são bem mais expressivos, face aos valores médios registados para a cidade (respetivamente 0,7% e 23,9%).

**Quadro 4.3** – Alojamentos, segundo a forma de ocupação, em Lisboa e na Colina de Santana

	Concelho de Lisboa		Colina de Santana			
	2011		2001		2011	
	N	%	N	%	N	%
Total de Alojamentos	323981		9299		9821	
Alojamentos Familiares Clássicos	322865	99,7	6548	70,4	9743	99,2
Alojamentos Familiares não Clássicos	211	0,1			5	0,1
Alojamentos Coletivos	905	0,3			73	0,7
Alojamentos Clássicos de Residência Habitual	237247	73,2	6522	70,1	6163	62,8
Alojamentos Vagos	50209	15,5	1860	20,0	2351	23,9

Fonte: INE, 2001 e 2011

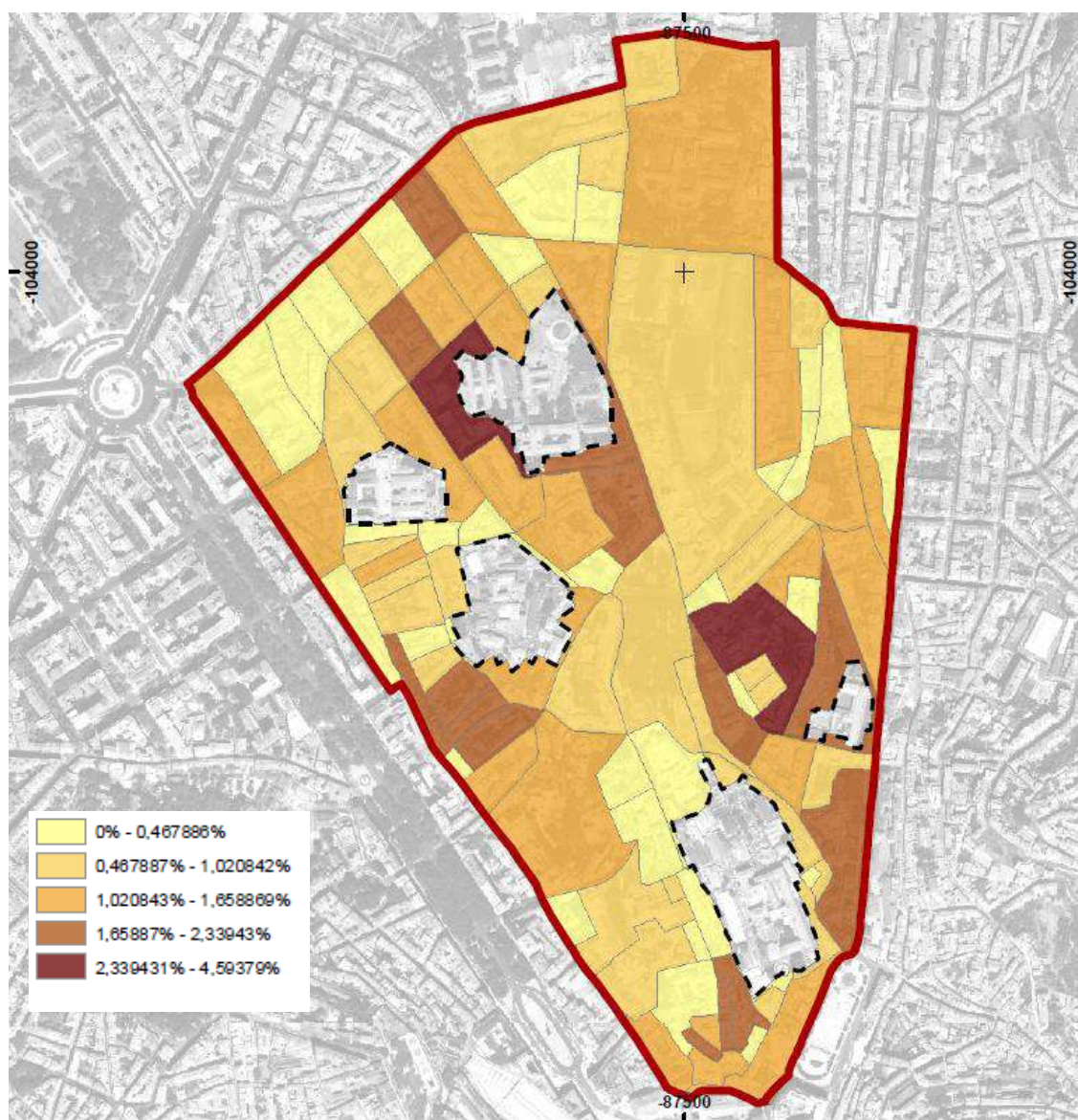
Dando mais enfoque a esta questão, verifica-se que na última década, ocorreu na área da Colina de Santana um aumento de alojamentos, com particular incidência ao nível dos alojamentos familiares clássicos, contudo, registou-se um decréscimo de alojamentos de residência habitual da ordem dos (-7%) e de alojamentos coletivos (-0,3%), factos que ocorreram paralelamente com um acréscimo no número de alojamentos vagos (+4%) na área.

Perante estes fatos poderá depreender-se que possivelmente houve por um lado, um ligeiro acentuar da terciarização da área, concomitante com o aumento de alojamentos clássicos sem a especificidade de residência habitual e por outro, ter ocorrido uma transferência de alojamentos residenciais para a situação de vagos, desconhecendo-se contudo, quais os motivos subjacentes a esta situação. (Quadro 4.3). Não obstante, independentemente do motivo que leva a que os alojamentos passem para a situação de vagos, é consensual que se trata de uma situação que contribui negativamente para a progressiva degradação do parque edificado existente, com consequências nefastas ao nível das condições de segurança e da imagem da cidade.

De salientar, ainda, neste contexto, que **os alojamentos vagos existentes na Colina de Santana, em 2011 representavam aproximadamente 24% do total de alojamentos da área e 5% do total da cidade.**

O peso absoluto e relativo dos alojamentos vagos no território da Colina de Santana é indiscutivelmente grande e nessa perspetiva, considera-se relevante analisar o seu impacto espacial. De acordo com a leitura da Figura 4.4, onde se encontra representada a distribuição percentual de alojamentos vagos face ao total de alojamentos vagos da área, a nível de subsecção estatística, destacam-se dois polos de maior concentração de vagos, mais concretamente em redor do Hospital Miguel Bombarda e na parte a oeste e a noroeste do Hospital do Desterro.

**Figura 4.4 –** Percentagem de fogos vagos face ao total de alojamentos vagos da área



Fonte: INE, 2011

### 4.3.1 Condições de habitabilidade

De acordo com os dados do último Recenseamento Geral da População (2011), a Colina de Santana revela taxas de cobertura para as infraestruturas básicas (água canalizada, retrete e ligação a esgoto) a quase todo o universo de alojamentos de residência habitual existentes no seu espaço geográfico (Quadro 4.4). Contudo, se atendermos às condições de habitabilidade associadas à existência de banho e de retrete, verificamos que respetivamente **120 e 24 alojamentos familiares de residência habitual** encontram-se desprovidos destas infraestruturas (representando 1,9% e 0,4% do total de alojamentos de residência habitual da área).

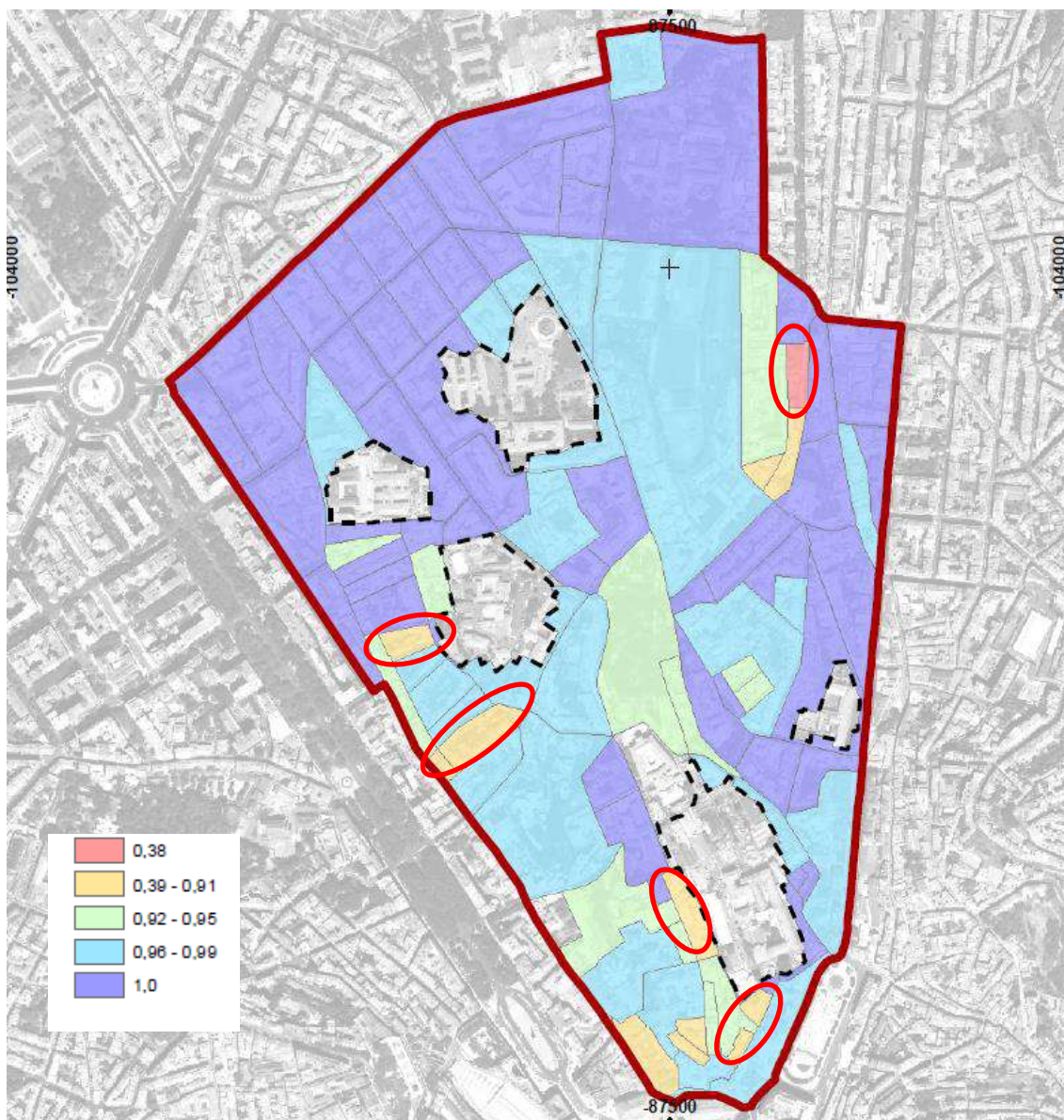
**Quadro 4.4** – Condições de Habitabilidade existentes nos Alojamentos de Residência Habitual, na Colina de Santana

	Colina Santana		Concelho Lisboa	
	N	%	N	%
Total de Alojamentos	9821		323981	
Alojamentos de Residência Habitual	6168	62,8	237247	73,2
Alojamentos de Residência Habitual - com água	6155	99,8	237014	99,9
Alojamentos de Residência Habitual - com retrete	6144	99,6	236870	99,8
Alojamentos de Residência Habitual - com esgotos	6159	99,9	237120	99,9
Alojamentos de Residência Habitual - com banho	6048	98,1	234958	99,0

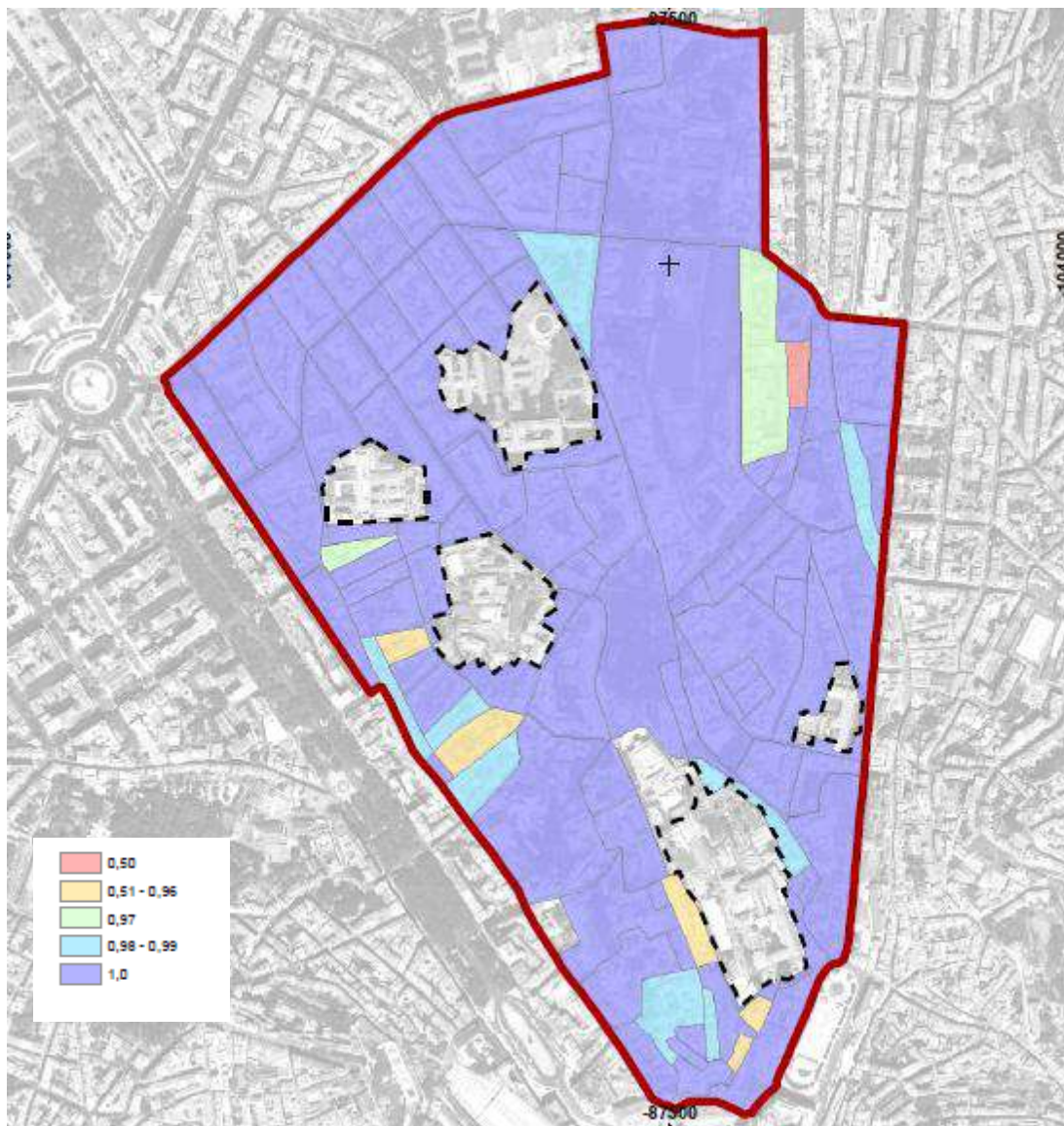
Fonte: INE, 2011

Estas carências habitacionais expressam-se no território, identificando-se, de uma forma inequívoca, as subsecções mais problemáticas (Figuras 4.5 e 4.6). Destas, é de ressaltar que existem subsecções estatísticas que se mantêm na mesma categoria (mesma cor), em ambas as variáveis analisadas (assinaladas com círculo vermelho na Figura 4.5). Esta situação é sintomática de que existe nessas unidades de análise, um **número significativo de alojamentos de residência habitual que se encontram desprovidos, em simultâneo, de banho e de retrete.**

O reconhecimento destas carências torna premente a necessidade de serem adotadas medidas de intervenção que sejam rápidas e céleres, no sentido de proporcionar uma melhor vivência aos seus ocupantes, dotando as suas habitações do mínimo de condições de habitabilidade.

**Figura 4.5** - Alojamentos de residência habitual com banho face ao total existente na área

Fonte: INE, 2011

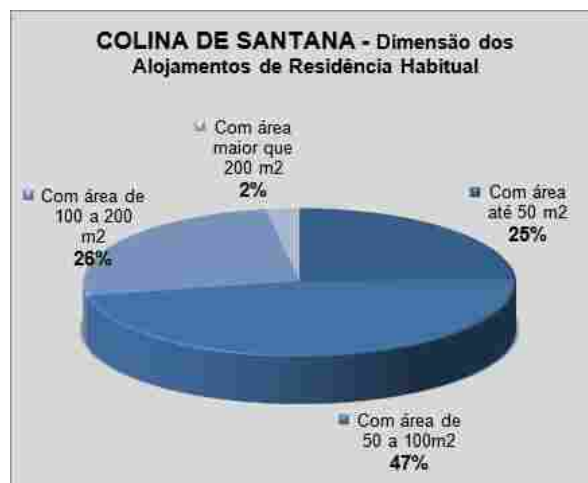
**Figura 4.6** - Alojamentos de residência habitual com retrete, face ao total existente na área

Fonte: INE, 2011

### 4.3.2 Dimensão dos alojamentos e regime de ocupação

Na área da Colina de Santana predominam os alojamentos com uma área que oscila entre os 50 e 100 m<sup>2</sup>, representando sensivelmente 46% do total de alojamentos de residência habitual da área (Figura 4.7). De salientar ainda, que o peso relativo dos alojamentos com uma área até 50 m<sup>2</sup> é praticamente igual ao dos alojamentos com 100 a 200m<sup>2</sup>, devendo-se a diferença apenas a 66 alojamentos. A fraca expressividade de alojamentos de grande dimensão (+ 200 m<sup>2</sup>) pode dever-se em grande medida às características e à natureza construtivas associadas à época de construção dominante na área.

Figura 4.7



Fonte: INE, 2011

Relativamente ao regime de ocupação, verifica-se que na área, mais de metade dos alojamentos de residência habitual (56%) encontra-se em situação de arrendamento, registando-se aproximadamente 38% dos alojamentos que são propriedade do ocupante (Quadro 4.5). De notar que esta situação é oposta à tendência verificada para a cidade, onde predominam os proprietários do alojamento (52% - INE-2011), podendo este facto, como já anteriormente referido, ser encarado como um dos fatores que contribuíram para a progressiva degradação do parque edificado da área.

**Quadro 4.5 – Colina de Santana – Alojamentos, segundo o regime de ocupação**

	Colina de Santana	
	N	%
Total de Alojamentos	9821	
Alojamentos Clássicos de Residência Habitual	6163	62,8
Alojamentos Clássicos de Residência Habitual com proprietário ocupante	2329	37,8
Alojamentos Clássicos de Residência Habitual Arrendados	3469	56,3

Fonte: INE, 2011

### 4.3.3 Índice de ocupação dos alojamentos

O índice de ocupação permite analisar as relações entre a população residente e os respetivos alojamentos que habitam, permitindo identificar situações de sobreocupação ou de subocupação existentes.

Conforme se pode depreender pela leitura do Quadro 4.6, a Colina de Santana possui em média 1 família e 2 indivíduos por alojamento, índices que à partida não expressam situações de carência em termos de ocupação.

Não obstante, reconhece-se a existência de uma situação que merece toda a atenção. Se considerarmos que a cada família clássica deverá corresponder um alojamento, o indicador correspondente ao saldo alojamento de residência habitual menos família deverá ser igual a zero. Aplicando este indicador para esta área, verifica-se que o valor

obtido é negativo, facto que pode indiciar a existência de situações de sobreocupação, ou seja, existir mais do que uma família a viver no mesmo alojamento. Empiricamente há conhecimento de que nesta área da cidade residem emigrantes, desconhecendo-se se à semelhança de outras áreas da cidade, estes nesta, coabitam, igualmente, com outras famílias, no mesmo espaço físico.

**Quadro 4.6** – Colina de Santana – Indicadores de Ocupação dos Alojamentos Clássicos de Residência Habitual

	Alojamentos Familiares Clássicos	Aloj. Clássicos Resid. Habitual	Famílias Clássicas	Residentes	Famílias/Aloj.	Pessoas/Aloj.
Área da Colina de Santana	9748	6163	6626	13446	1,1	2,2

Fonte: INE, 2011

#### 4.4. Dinâmica Urbanística

No contexto desta abordagem é relevante ter uma perceção sobre a dinâmica urbanística ocorrida na área da Colina de Santana nestes últimos anos. Neste sentido, e de acordo com a informação disponibilizada pelo sistema informático de Gestão Urbanística, verifica-se que nos últimos 10 anos (de 2003 a 2013, deram entrada na autarquia 357 processos respeitantes a diferentes intenções urbanísticas para esta área da cidade, estando na sua maioria (50%) relacionados com pedidos de **alteração de uso** (Figura 4.8).

Não obstante, não são negligenciáveis as intenções que se prendem com procedimentos urbanísticos relacionados com alteração (25%) e com ampliação (13%), disposições que não deixam de ser importantes no contexto da área, na medida em que reflete algum dinamismo e preocupação com a preservação do parque edificado existente.

**Figura 4.8**



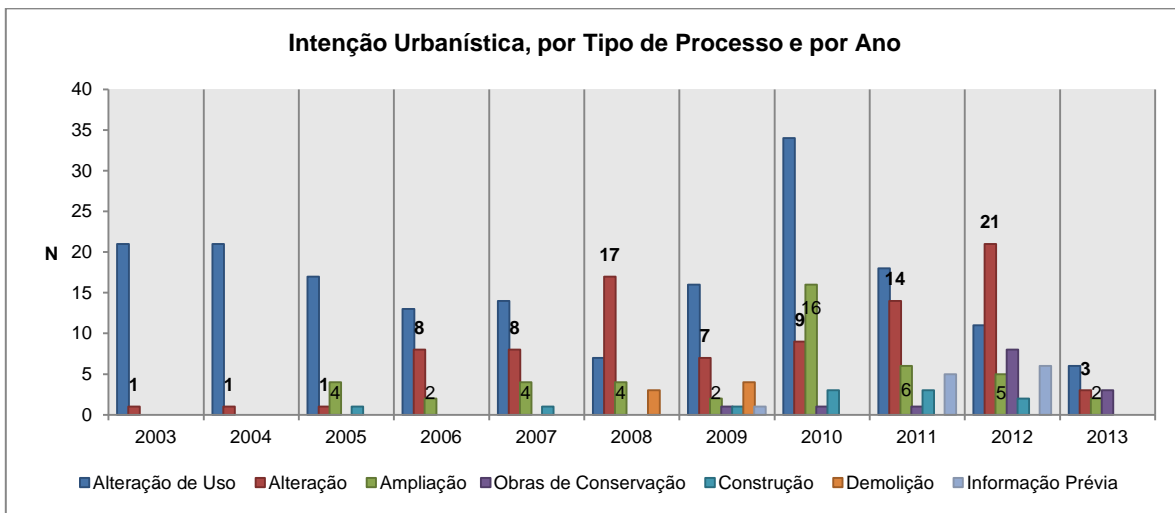
Fonte; Sistema de Indicadores de Gestão Urbanística, Setembro 2013



Da análise às intenções urbanísticas por ano e por tipo de processo (Figura 4.9), damos particular enfoque ao período de 2010 a 2012, onde se regista as seguintes situações: **i)** O enérgico quantitativo de intenções urbanísticas, representando aproximadamente 46% do total de intenções registado para a área, nos últimos 10 anos; **ii)** O crescente número de intenções relacionadas com processos de “alteração” (44 situações) e de “ampliação” (27 situações); **iii)** O despoletar do interesse pelas “obras de conservação” (10 situações) e pelas de “construção” (8 situações) que praticamente durante toda a década não tiveram qualquer expressão.

De destacar ainda, da leitura da Figura 4.9, o peso da “alteração de uso” ocorrido no ano de 2010 (54%), face ao universo de intenções registadas nesse ano.

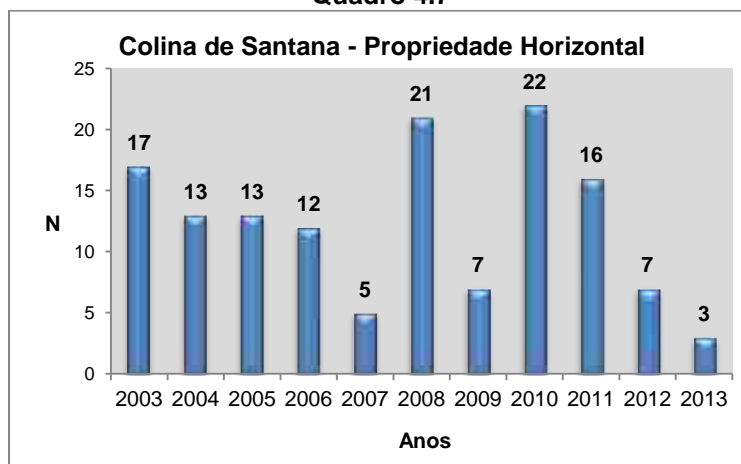
Figura 4.9



Fonte: Sistema de Indicadores de Gestão Urbanística, Setembro 2013

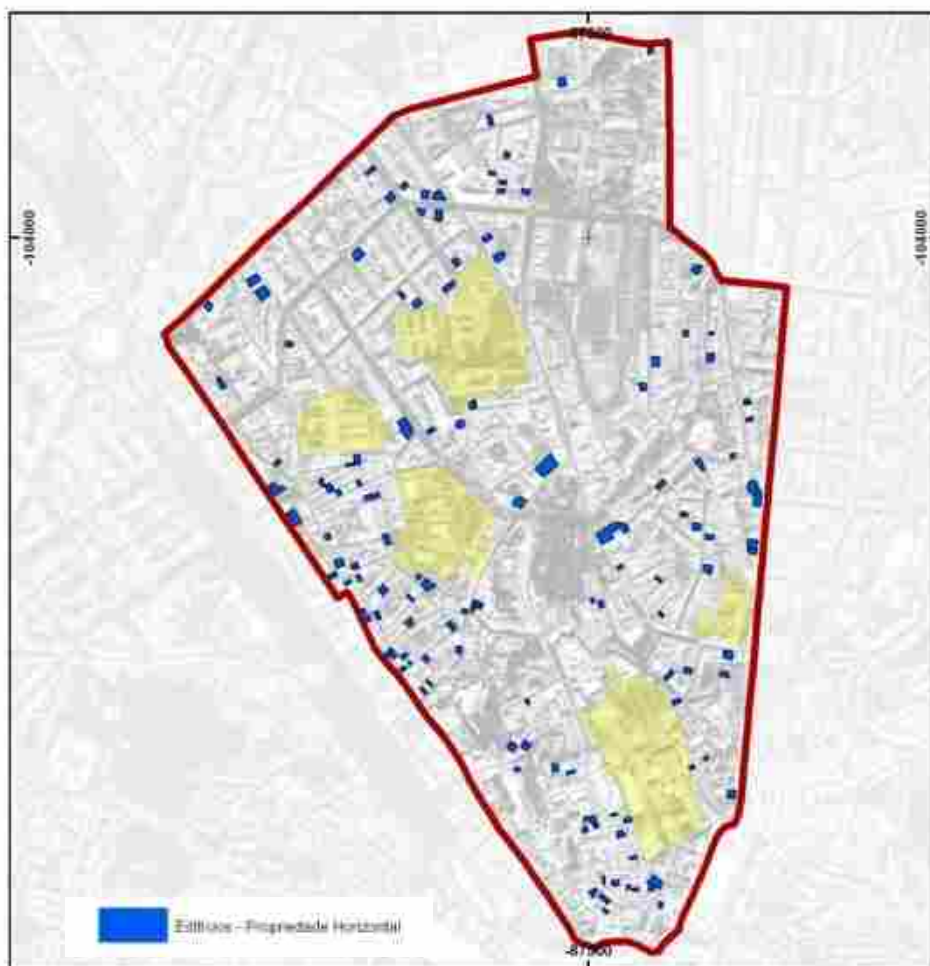
Relativamente aos pedidos de vistoria para efeitos de constituição de propriedade horizontal (Quadro 4.7 e Figura 4.10), constata-se que o maior quantitativo de processos reporta, por ordem decrescente, aos anos de 2010, 2008 e 2011, correspondendo respetivamente a 16%, 15% e 11%, face ao total de solicitações registadas entre 2003 e 2013. Em termos de impacto geográfico, nota-se que a maior concentração ocorre na proximidade de algumas das principais vias estruturantes da área, com particular enfoque para a Rua de S. José/Rua de Santa Marta; Rua da Palma /Av. Almirante Reis e Rua do Conde Redondo.

Quadro 4.7



Fonte: Sistema de Indicadores de Gestão Urbanística, Setembro 2013

Figura 4.10



Fonte: Sistema de Indicadores de Gestão Urbanística, Setembro 2013

Apesar de se encontrarem em análise os processos urbanísticos apresentados para cada uma das áreas dos Hospitais que serão desafetados, não podemos deixar de referir, no contexto da dinâmica urbanística, o impacto destes na área da Colina de Santana, em termos de edificado e de população, induzindo um acréscimo de sensivelmente 700 alojamentos destinados a habitação (total de superfície nova para habitação – 92.700 m<sup>2</sup>) e de aproximadamente 1.500 indivíduos. De ressaltar que a estimativa apresentada teve subjacente os índices adotados pelo PDM em vigor, nomeadamente: uma área de 120 m<sup>2</sup> por cada alojamento e o valor médio da cidade referente a pessoas/fogo=2.2 (este índice foi recentemente atualizado, face à informação do Censo de 2011).

**Em síntese**, a área da Colina de Santana tem vindo ao longo destes últimos anos, a sofrer alterações em termos de intenção urbanística. Entre os anos de 2003 e 2009, predominaram alterações de uso. A partir de 2010 (ponto de viragem) as pretensões dos munícipes recaem noutra tipo de situações “alteração”, “ampliação”, obras de “conservação” e “construção”, ainda que estas últimas sejam em menor número.

Embora esta alteração no tipo de processo urbanístico seja relativamente recente e possa, eventualmente, refletir intenções pontuais e pouco persistentes no tempo, considera-se, no entanto, que as intenções urbanísticas previstas para as áreas dos Hospitais que serão desafetados, podem positivamente ser encaradas como alavancas, podendo vir a potenciar e a encorajar futuros investimentos na área, para além de poderem impulsionar e dinamizar o mercado da reabilitação urbana.

## 5. SEGURANÇA

### 5.1 Introdução

Com base na Planta de ordenamento - Plantas de riscos naturais e antrópicos I e II do PDM, verifica-se que a Colina de Santana apresenta áreas de vulnerabilidade sísmica elevada e áreas de suscetibilidade à ocorrência de movimentos de massa em vertente.

As limitações da informação constante no Plano Diretor Municipal de Lisboa (PDM), bem como os trabalhos que se estão a iniciar com vista à elaboração de uma Carta Geotécnica, a incluir na futura revisão do PDM, são apresentados no subcapítulo 5.2. Riscos Naturais.

Resumidamente, os constrangimentos da cartografia de riscos constante no PDML advêm fundamentalmente de três aspetos:

- A informação baseia-se na Carta Geológica, produzida à escala 1:10 000, que corresponde à representação bidimensional da interseção da geologia com a superfície, que, por isso, não permite a representação das variações laterais e verticais que ocorrem dentro de cada unidade geológica;
- Com base nessa informação simplificada, bidimensional, agruparam-se as unidades geológicas pela respetiva litologia, ponderando-se a respetiva classe de vulnerabilidade sísmica de forma genérica, sem atender à complexidade do solo de cada formação geológica particular;
- Na delimitação das áreas de suscetibilidade de ocorrência de movimentos de massa em vertente foi preponderante o fator declive.

O objetivo de disponibilização desta informação no PDML não se destina a uma leitura literal dos dados, mas a funcionar como alerta para os projetistas, no sentido de nestas áreas, procurarem obter informação detalhada que permita edificar em segurança.

De referir que no âmbito dos trabalhos preparatórios para a futura revisão do PDML, estão a ser lançados os procedimentos para aquisição de serviços, com vista à obtenção da Carta Geotécnica, recorrendo a modelação tridimensional, com base na georreferenciação de sondagens realizadas no terreno, que permitirá, de forma mais fina e rigorosa, disponibilizar informação para cada área da Cidade de Lisboa.

De salientar que, no contexto da zona histórica central da Cidade de Lisboa, a Colina de Santana demonstrou resiliência sísmica em 1755, e apresenta, no PDM, um quadro de suscetibilidade a movimentos de massa em vertente bastante inferior às colinas fronteiras (quer a oriente, quer a ocidente).

Refira-se que a mancha de maior expressão, no que respeita à suscetibilidade de movimentos de massa em vertente, é uma área não edificada e sem aptidão à edificação, correspondente aos Jardins do Ateneu Comercial e dos CTT, localizada nas situações de maior declive.

Será de assinalar que, no âmbito da elaboração do Documento Estratégico da Colina de Santana, apuramos que esta zona apresenta um quadro de regressão populacional superior à média da Cidade (-11% contra -3%) e de regressão do número de famílias, em contraciclo com o resto da Cidade (-11,8% contra + 4%). Esse quadro de regressão do

número de pessoas e de famílias tem consequências diretas na expressão muito elevada de fogos vagos que atinge uma percentagem de 20%, contra 15,5%, no resto da Cidade.

Este fenómeno de esvaziamento, a par da vetustez do edificado em que 67% dos edifícios foram construídos antes de 1946, tem naturalmente expressão na degradação e patologias visíveis no parque edificado da Colina de Santana: 29% em mau estado de conservação e 2,5% em muito mau estado de conservação, segundo um levantamento efetuado pela Unidade de Coordenação Territorial.

De acordo com o exposto no subcapítulo 5.3, as patologias visíveis sobre o parque edificado relacionam-se mais com um fenómeno antrópico, de desertificação deste território, do que com os potenciais riscos naturais assinalados.

Naturalmente que a estratégia de regeneração urbana que se pretende empreender, de inversão do fenómeno antrópico, na sua componente física de reabilitação urbana, deve atender ao reforço da segurança das edificações, considerando as condicionantes particulares de cada edifício a intervir, não descurando outros aspetos igualmente importantes, como a eficiência energética ou as novas exigências de salubridade, de isolamento acústico e de condições de acessibilidade a pessoas de mobilidade condicionada.

## **5.2. Riscos Naturais**

### **5.2.1 Introdução**

No período decorrido entre o ano de 2008 e 2011, a CML desenvolveu, em parceria com a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, um projeto de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, que tinha como objetivo a modelação e produção de cartografia geológica e geotécnica tridimensional em áreas urbanas – GeoSIS\_Lx.

À data da conclusão do projeto, não foi possível atingir todos os objetivos propostos e houve matérias que ficaram ausentes e outras que carecem de estudos complementares. Das matérias que ficaram ausentes destaca-se a cartografia geotécnica da cidade, elemento essencial para o estabelecimento do zonamento geotécnico dos maciços e estimativa de efeitos de sítio face a vibrações. Contudo, foi possível produzir alguma cartografia temática que verteu para o PDML, nomeadamente a cartografia de suscetibilidade à ocorrência de movimentos de massa em vertentes.

No âmbito do Plano Municipal de Emergência, os Serviços Municipais de Proteção Civil desenvolveram trabalhos que culminaram na produção das restantes plantas de riscos naturais - vulnerabilidade a inundações, efeito de maré direto e vulnerabilidade sísmica.

### **5.2.2. Fundamentação técnico-científica**

No presente subcapítulo procurou-se efetuar uma análise técnico-científica das matérias relacionadas com a cartografia de Riscos Naturais patentes no PDML, especificamente na zona abrangida pela Colina de Santana (Planta 5.1, em anexo).

Para efetuar essa análise é importante o estabelecimento de determinadas considerações, nomeadamente:

1. A cartografia de vulnerabilidade e suscetibilidade patentes nas Plantas de riscos naturais e antrópicos I e II, do PDML, teve por base uma escala de trabalho compatível com o Instrumento de Gestão Territorial acima referido;
2. A análise abrangeu todo o território da cidade de Lisboa e para que pudesse ser estabelecida cartografia de âmbito geológico, à escala do concelho, tiveram de ser definidos determinados pressupostos base, entre os quais, o agrupamento das 21 unidades geológicas representadas na Carta Geológica do Concelho de Lisboa (IGM), em grupos menores;
3. A Carta Geológica é um elemento que representa a interseção da geologia com a superfície do terreno, contudo, como se trata de uma representação bidimensional, não permite a materialização das variações laterais e verticais que ocorrem dentro de cada unidade geológica e que levam a que a mesma seja distinta de local para local e exiba parâmetros distintos em função da maior ou menor percentagem de determinadas litologias;
4. A análise da estrutura geológica, elemento tridimensional, só é possível com recurso a modelação e esta deve ter por base os dados geológicos existentes mas, principalmente a informação geotécnica resultante das sondagens efetuadas nos terrenos;
5. A informação geotécnica permite a definição da estrutura geológica, nomeadamente a análise dos parâmetros físicos dos terrenos o que nos permite tirar ilações acerca do comportamento e resistência mecânica dos materiais, a diversas profundidades, permitindo igualmente a definição da posição do nível de água, uma das condicionantes em meio urbano;
6. É também através destes dados que se obtém a cartografia dos depósitos de cobertura, nomeadamente aterros que, por exibirem uma origem antrópica, não são representados na cartografia geológica tradicional; Estes materiais, quando em espessuras elevadas são outra das principais condicionantes geológicas à ocupação em subsolo;
7. Como os dados de natureza geotécnica de que a CML dispõe não se encontram sistematizados e não foi possível no âmbito da revisão do PDML efetuar esses estudos, a CML optou pela utilização dos elementos disponíveis, nomeadamente da Carta Geológica e considerou que os conjuntos de unidades se comportavam da mesma forma, em toda a sua extensão.

#### **a) Vulnerabilidade Sísmica dos Solos**

**Conceito:** Por vulnerabilidade entende-se a determinação do grau de perda de um elemento ou conjunto de elementos (pessoas, bens ou ambiente), expostos a um fenómeno natural de determinada magnitude.

Como referido nas considerações iniciais, devido à não existência de dados que contemplassem as heterogeneidades das unidades geológicas, foram efetuados agrupamentos dessas unidades em função da litologia predominante. Para esses grupos foram definidas colunas de solo tipo, estimados parâmetros gerais e analisados os efeitos das vibrações nessa coluna de solo.

Deste modelo resultou a cartografia de vulnerabilidade sísmica dos solos, constante do PDML (Planta 5.2, em anexo).

Para a obtenção das classes de vulnerabilidade, foram igualmente tidos em conta dados relativos à sismicidade histórica, nomeadamente localização do epicentro e magnitude de determinados sismos assim como, danos registados no edificado.

Efetuada uma análise detalhada acerca da Planta obtida, verifica-se que na classe de vulnerabilidade Baixa, constam as unidades geológicas de natureza carbonatada e basáltica que constituem o Maciço do Monsanto – Formações Rochosas (Planta 5.3, em anexo). Como se tratam de rochas, é expectável que exibam um comportamento resistente face à propagação de ondas sísmicas. Além disso, como a maioria da área onde afloram estas unidades se encontra no Parque Florestal do Monsanto, em caso de ocorrência de sismo, os danos em pessoas e bens serão menores.

Na classe de vulnerabilidade moderada foram incluídas as formações argilosas consolidadas/rochas de baixa resistência, uma vez que exibem, de modo geral, uma elevada sobreconsolidação. Este fator traduz-se num grau de compacidade elevado, o que as torna mais resistentes em caso de vibração logo, quando *in situ*, constituem apoio para fundações diretas. Contudo, muitas das vezes estas formações, devido à sua impermeabilização, conduzem ao estabelecimento do nível freático no seu topo e estas circunstâncias podem levar à diminuição da coerência de solos subjacentes e conduzem ao desenvolvimento de superfícies de deslizamento.

Na classe de vulnerabilidade elevada foram consideradas, de modo geral, as formações de natureza arenosa e calcarenítica da série miocénica de Lisboa (Figura 3). São formações cujas litologias predominantes são arenitos e areolas, contudo exibem intercalações de estratos de natureza calcarenítica, o que as torna mais duras e resistentes quando *in situ*, podendo exibir à superfície menor resistência, função de fenómenos de descompressão superficial. Por esse facto, não sofreram os efeitos dos fenómenos erosivos da mesma forma que as formações envolventes, dando origem aos relevos da Colina de Santana, Castelo e zona do Bairro Alto/Bica. Nas zonas erodidas deu-se a instalação do regime hidrológico.

Nas Plantas 5.4 e 5.5, em anexo, representam-se os aspetos geomorfológicos da área em análise.

Na classe de vulnerabilidade muito elevada foram consideradas as formações aluvionares e depósitos de aterro que, pela sua heterogeneidade textural e espessura variável, exibem menor competência para a maioria das solicitações urbanas. Além disso, como se tratam de materiais heterogéneos, exibem uma enorme variabilidade, função da fácies predominante, o que condiciona igualmente o comportamento em resposta a uma dada vibração.

Esta análise teve como objetivo demonstrar que pese embora se possam efetuar análises conjuntas às unidades litológicas, as heterogeneidades dos materiais e diferentes espessuras, levam a que todas as situações devam ser alvo de estudo específico, realizado em função do fim a que se destina determinada intervenção.

Tendo em conta a premissa da segurança de pessoas e bens, e assumindo o grau de perda expectável nas zonas de classe de maior vulnerabilidade (Elevada e Muito Elevada), além do zonamento exibido nas Plantas, foram definidas medidas preventivas e mitigadoras, preconizadas ao nível do Regulamento do PDML, nomeadamente no artigo 24º.

Entre elas destacam-se a necessidade da realização de estudos específicos que permitam a determinação das especificidades dos terrenos e a justificação, através desses estudos, das soluções técnicas adotadas, procurando nas zonas mais vulneráveis um reforço da resistência estrutural antissísmica não apenas do edifício em causa mas, de todo o conjunto com ele confinante.

É de forma integrada com o Regulamento, que devem ser lidas as plantas constantes do PDM.

## **b) Suscetibilidade de Ocorrência de Movimentos de Massa em Vertentes**

**Conceito:** Por suscetibilidade entende-se a probabilidade de ocorrência de um fenómeno potencialmente danoso, numa determinada área.

Um dos efeitos colaterais na sequência de um sismo são os deslizamentos de terreno. Estes registam-se nas zonas que exibem maior tendência à instabilidade, fator que pode ter origem em causas de natureza diversa, nomeadamente fatores geológicos, geomorfológicos ou devido à circulação de água subterrânea.

Para a determinação da suscetibilidade de ocorrência de movimentos de massa em vertentes, a CML decidiu ir além da metodologia tradicional baseada em métodos estatísticos e aplicou na produção de cartografia do fenómeno acima referido, um método físico.

Nesse método foram considerados dados acerca do comportamento geotécnico dos solos e rochas da cidade de Lisboa e foram estimados os principais parâmetros de resistência ao corte dessas formações (coesão e ângulo de atrito interno).

Com estes valores foram realizadas simulações acerca da variabilidade do fator de segurança estática dos taludes, função do declive, espessura da camada instável e posição de nível de água.

A partir dos resultados obtidos matematicamente, e para cada formação geológica, foram definidas 4 classes de suscetibilidade, expressas em intervalos de declive e materializadas nas Plantas do PDM (Planta 5.6, em anexo).

Estes dados foram ainda comparados com o registo de ocorrência de situações de instabilidade conhecidas, o que permitiu validar o modelo empírico.

Para a área em análise foi efetuado o exercício de sobrepor a cartografia em causa à carta de declives do concelho e constatou-se que as manchas correspondentes às classes de suscetibilidade mais elevadas, localizam-se nas zonas de declive mais acentuado, independentemente da unidade geológica de base (Planta 5.7, em anexo).

### **5.2.2. Considerações Finais**

Tendo a CML consciência da importância destas matérias e da necessidade de definir com maior rigor os limites das zonas de vulnerabilidade/suscetibilidade do território, encontra-se em desenvolvimento um procedimento para a aquisição de serviços de desenvolvimento de uma aplicação de gestão de dados geológicos, geotécnicos e hidrogeológicos, elemento que permitirá a compilação de toda a informação disponível na CML.

Estes dados serão integrados num Sistema de informação Geocientífico, permitindo a elaboração de um modelo geotécnico tridimensional, que além da estrutura geológica, visa a análise do território em função dos fins a que se destina, permitindo igualmente adequar o zonamento a diversas escalas.

É igualmente intenção da CML constituir o cadastro de subsolo da cidade e incluir na modelação geotécnica as infraestruturas subterrâneas, nomeadamente caves, procurando dessa forma ter em conta todas as variáveis, as de origem natural e as antrópicas.

- Numa ótica de planeamento estas matérias têm como principal aplicação a adequação das características do território às necessidades das populações;
- Numa ótica de proteção civil, estas matérias são analisadas do ponto de vista dos danos em pessoas e bens mas, procurando igualmente a definição dos locais mais adequados para a instalação dos meios e agentes de proteção civil;
- Numa ótica de reabilitação urbana, a existência do cadastro de subsolo é preponderante e deve ser usado esse modelo no sentido do estabelecimento de alinhamentos de edifícios mais vulneráveis a determinados fenómenos. Essa análise deverá ser estendida ao nível do quarteirão, de forma a determinar um ponto estratégico (um ou mais edifícios), sobre o qual se proceda a reforços estruturais, melhorando as características antissísmicas de todo o conjunto que com ele confina.

Para complementar este subcapítulo, sugere-se o levantamento em campo de todas as patologias do edificado da área afeta à Colina de Santana, de forma a averiguar se se tratam de danos a nível das fundações e portanto, derivados de assentamentos diferenciais, ou se por outro lado são apenas danos consequentes do estado de degradação e idade desses edifícios.

### **5.3. Estado de Conservação e Segurança do Edificado**

#### **5.3.1 Introdução**

A observação do exterior dos edifícios situados na Colina de Santana permitiu ter uma ideia sobre as características construtivas e estruturais e quanto às anomalias de que padecem, das quais resulta a avaliação do seu estado de conservação e segurança. Com base nos dados disponíveis, esta observação incidiu nas áreas onde se conjugam os vários fatores de risco em simultâneo - prédios em mau estado de conservação em áreas de risco elevado de vulnerabilidade.

#### **5.3.2 Elementos Disponíveis**

Dados provenientes dos últimos Recenseamentos Gerais de População (dados do INE) - época de construção dos edifícios.

Dados provenientes do levantamento de estado de conservação do edificado – edifícios em mau e muito mau estado de conservação (dados da Unidade de Coordenação Territorial).

Carta de riscos naturais e antrópicos I – risco de suscetibilidade de ocorrência de movimentos de vertente e áreas de vulnerabilidade a inundação.



### 5.3.3 Tipo de Estrutura do Edificado e Riscos Naturais

Face aos dados disponíveis verifica-se que na área em estudo a maioria do edificado é anterior a 1945, sendo 31% anterior a 1919, pelo que o sistema construtivo original será constituído por paredes exteriores resistentes em alvenaria de pedra e tijolo e interiores com estrutura em madeira, sendo os pavimentos e cobertura com estrutura em madeira. Constata-se ainda que 20% dos edifícios são posteriores a 1960 com sistema construtivo completamente em betão armado.

Assim, o sistema construtivo original da maioria dos edifícios caracteriza-se por ser uma estrutura elástica que se adapta aos movimentos do solo perante a ocorrência de um sismo.

Relativamente a quaisquer obras de alteração estruturais que tenham sido introduzidas ao longo dos anos que possam ter fragilizado os edifícios quanto ao seu desempenho sísmico, considera-se que poderão sempre ser implementadas medidas corretivas de forma a melhorar o seu comportamento estrutural.

Na área em estudo existem algumas áreas de risco de susceptibilidade de movimentos de vertente das quais importa analisar as de risco moderado e elevado.

Como de risco elevado identifica-se uma área a nascente do Coliseu dos Recreios e Ateneu, que não se encontra edificada.

Verificam-se ainda cinco pequenas áreas de risco moderado, sendo três na encosta junto à escola básica n.º 29; uma outra onde está edificado o centro comercial do Martim Moniz e mais uma pequena junto à Rua do Passadiço na encosta do Hospital dos Capuchos igualmente não edificada.

As áreas de vulnerabilidade a inundações são na sua maioria coincidentes com o sistema húmido sendo a de risco mais elevado junto à Baixa.

### 5.3.4 Estado de Conservação e Segurança

Verificam-se alguns edifícios aparentemente devolutos, estes em muito mau estado de conservação. A negligência e abandono a que foram sujeitos ao longo dos anos facilitaram a degradação verificada. Destes alguns já apresentam placas de publicitação afixadas de que aguardam realização de obras de reabilitação ou a decisão de projetos urbanísticos.

Nos edifícios mais antigos verifica-se o envelhecimento e degradação de elementos diversos, madeiramentos dos vãos das fachadas, estruturas de ferro das varandas, esboroamento de rebocos, algumas cantarias partidas e fendilhação generalizada e de aspeto antigo resultante de assentamentos diferenciais ocorridos ao longo do tempo.

**Figura 5.1** – Travessa de Santana – edifício antigo e outros já recuperados

Não se verifica no entanto a existência de patologias graves a que se possa atribuir situação de risco, apresentando os edifícios as deficiências normais face à sua idade e tipo de construção. Na generalidade estão apurados e sem deficiências estruturais visíveis, presumindo-se assim que as patologias presentes são devidas a falta de obras periódicas de reparação e conservação.

Nas áreas de risco de susceptibilidade de movimentos de vertente, também não se verificam nos edifícios indícios de assentamentos diferenciais, nem de fendas recentes ou abatimentos/deslocamentos de solo indicativos de movimentos de vertentes.

Constata-se ainda que estas áreas correspondem na sua maioria a zonas de espaços verdes, onde existem árvores de grande porte, como por exemplo na encosta do Atneu, que constituem risco para as edificações vizinhas que se encontram a uma cota altimétrica bastante mais baixa.

De igual modo, os muros de suporte e contenção de terras encontram-se sem deformações ou patologias relevantes.

**Figura 5.2** – Muros na encosta do Ateneu e Coliseu dos Recreios com árvores de grande porte



**Figura 5.3** – Muros de contenção na escola básica n.º 29



Distinguem-se os arruamentos Calçada do Garcia e Rua do Arco da Graça onde se encontram algumas patologias importantes.

Pela existência de edifícios municipais em pré-ruína, dos quais apenas restam as fachadas já em muito mau estado e com risco eminente de aluimento por instabilidade de construção.

**Figura 5.4 – Muros Rua do Arco da Graça, 2 a 4 e 6 a 12 (edifícios municipais)**

E porque confina com a construção recente de um grande empreendimento da EPUL. Os edifícios deste arruamento apresentam fendas verticais relativamente recentes e muito acentuadas, denotando a existência de assentamentos diferenciais significativos. Estes terão sido devidos às obras de escavação e contenção periférica realizadas para construção dos edifícios da urbanização da EPUL do Martim Moniz que afetaram toda a envolvente. Estas obras estão concluídas, estando os edifícios na fase final de acabamentos, pelo que a situação se encontra estabilizada. Importa agora a execução das devidas obras de reparação.

**Figura 5.5 – Rua do Arco da Graça, 22- edifício confinante com a obra da EPUL**

Constatou-se ainda que alguns edifícios referenciados no levantamento disponibilizado pela UCT como em mau estado de conservação, já sofreram obras de conservação estando vários outros com obras de reabilitação em curso, o que indica a existência de alguma atividade na Colina de Santana.

### **5.3.5 Considerações Finais**

Esta análise teve com base de trabalho uma inspeção efetuada à colina e o levantamento disponibilizado pela UCT relativamente ao estado de conservação, que de acordo com o serviço responsável, foi efetuado com base na observação visual do exterior dos edifícios, haverá certamente outros, não referenciados, que poderão apresentar patologias no seu interior pelo que deverá ser efetuada uma análise mais rigorosa do estado de conservação do edificado.

Do mesmo modo carece de estudo geológico/geotécnico para caracterização do subsolo e assim se aferir, na medida do possível, as consequências para o edificado de quaisquer alterações a introduzir nesta área.

A posse destes elementos permitirá um parecer mais fundamentado.



## 6. EQUIPAMENTOS COLETIVOS

### 6.1. Introdução

Na área da Colina de Santana, localizam-se as principais e mais antigas unidades hospitalares da cidade de Lisboa, que conforme referido no Relatório de Estado de Ordenamento do Território (REOT, 2009), apresentam uma área de influência que ultrapassa os limites do território do concelho.

Os edifícios onde são prestados cuidados de saúde secundários ou hospitalares (os Hospitais do Desterro e Miguel Bombarda já se encontram definitivamente encerrados), ao longo das últimas décadas (o Hospital de S. José, o mais antigo da cidade, encontra-se em funcionamento desde 1775), para além dos serviços oferecidos à população em geral, constituem elementos identitários da cidade, fazendo parte da sua história e memória coletiva.

Neste contexto, não devem ser menosprezadas as características e os elementos patrimoniais identificados em alguns destes edifícios, bem como a existência de um vasto e rico espólio, documental e instrumental, ligado à prática e à evolução do conhecimento médico que urge ser preservado e divulgado a toda a sociedade civil, com particular destaque para a comunidade científica.

De salvaguardar que a localização destes equipamentos, maioritariamente antigos conventos adaptados para a função hospitalar, na área mais central da cidade de Lisboa, contribuiu, conseqüentemente, para potenciar o surgimento e o investimento na sua área de influência, de atividades comerciais, de restauração e de serviços ligados, e em algumas situações, complementares aos serviços hospitalares prestados por cada um destes equipamentos, cuja sustentabilidade económica e dinamismo vivencial poderão ser postos em causa, caso não sejam substituídas para garantir o nível de procura, com o Plano de Reordenamento da Oferta Hospitalar (programa de ajustamento e de concentração dos serviços prestados nestas unidades hospitalares, no novo hospital-Hospital de Todos os Santos), previsto e preconizado pelo ministério da tutela.

A área objeto deste trabalho corresponde essencialmente a um território da cidade onde se constata predominar uma dinâmica populacional recessiva, na última década registou-se um decréscimo de residentes na ordem dos 11% (INE-2011) e uma diminuição do número de famílias (-11%- INE, 2011). De referir ainda, neste contexto, que a população desta área é francamente envelhecida (24,4% de população com + 65 anos de idade - INE, 2011) quando comparada com o valor médio registado para a cidade (23%).

As pretensões urbanísticas preconizadas pelos projetos apresentados para cada uma das áreas dos hospitais a desafetar, surgem para o executivo camarário como uma oportunidade, em primeira instância, porque permitem identificar quais as necessidades de equipamentos coletivos face à população existente e ao acréscimo induzido pela promoção imobiliária prevista, e numa segunda fase, porque permitem equacionar as carências encontradas propondo medidas que visem colmatar essas mesmas.

De relembrar o reconhecimento de que um adequado planeamento da rede pública de equipamentos de utilização coletiva pode ter um impacto positivo na qualidade do espaço urbano e conseqüentemente, na qualidade de vida da sua população, exigindo a adoção de medidas que possibilitem promover a substituição de estruturas desadequadas ou a criação de novas que se revelem deficitárias em qualquer território da cidade. Neste

sentido, o diagnóstico da situação existente surge como uma oportunidade de perceber melhor esta área e de apreender quais os entraves/obstáculos ao desenvolvimento urbano pretendido.

O propósito deste trabalho é apresentar de uma forma objetiva os aspetos mais marcantes de cada uma das valências de equipamentos de utilização coletiva, devendo estes ser encarados como os “elementos chave” a partir dos quais serão alicerçadas e materializadas as propostas de intervenção e de desenvolvimento urbano, tendo subjacente por um lado, a população residente no local e por outro, os acréscimos de população inerentes às pretensões urbanísticas previstas para a área.

## **6.2. Equipamentos Coletivos existentes na área da Colina de Santana e proposta de equipamentos para as áreas afetadas às Operações Urbanísticas**

### **6.2.1 Equipamentos de Saúde**

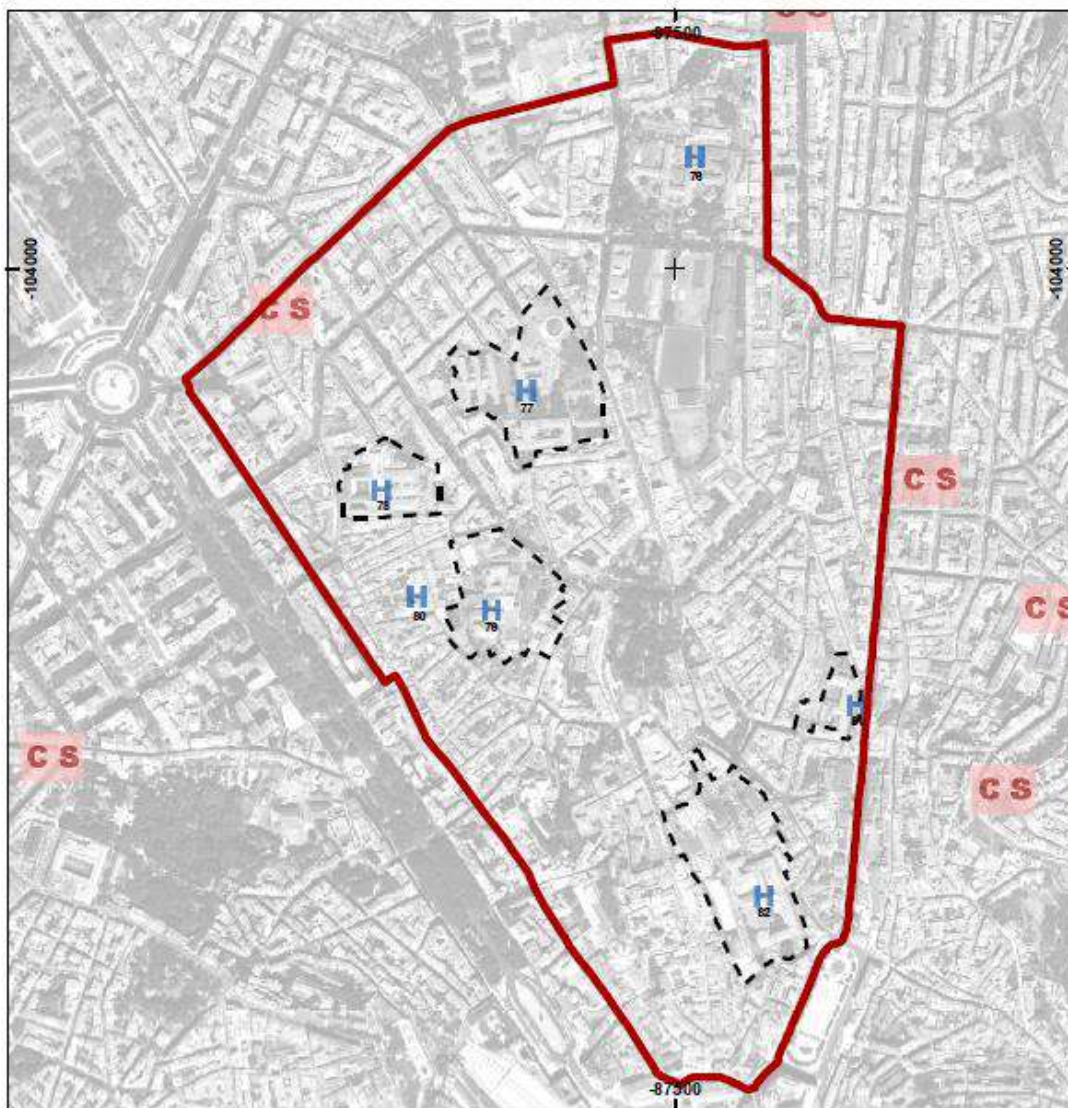
De acordo com a Carta de Equipamentos de Saúde de Lisboa (CML, Março 2009), a população residente na Colina de Santana é abrangida pela área de influência do Centro Hospitalar de Lisboa Central (Hospitais de S. José, St. António dos Capuchos, Estefânia, St<sup>a</sup>. Marta e Miguel Bombarda), ao nível dos cuidados secundários e terciários de saúde (Figura 6.1 e Quadro 6.1).

Relativamente ao estado das instalações destas unidades hospitalares, é de assinalar a sua desadequação, facto relacionado por um lado, pela antiguidade e pelas sucessivas adaptações funcionais a que foram sujeitas e por outro, pelo razoável e mau estado de conservação de alguns edifícios (Quadro 6.1), contribuindo, conseqüentemente, para uma prestação de serviços limitada e desadequada face às exigências médicas e às novas tecnologias.

De registar que nestas unidades, entre 1992 e 2006, ocorreu uma progressiva quebra do número de camas hospitalares (lotação), situação, contudo, que foi transversal à globalidade das unidades hospitalares do concelho (Quadro 6.2). Reconhecendo-se, ainda, que paralelamente a esta situação, verificou-se, no intervalo temporal compreendido entre 2000 e 2006, um decréscimo significativo do número de recursos humanos (médicos) nalgumas das unidades hospitalares do concelho, com particular destaque para as do Centro Hospitalar Central, afetando os equipamentos de saúde que abrangem a população da área, objeto deste documento (Quadro 6.3). De realçar que esta situação de quebra não é alheia à crise estrutural sentida no sector médico nestes últimos anos, associada, igualmente, ao despoletar do sector de saúde privado, captando e incentivando a passagem de recursos humanos de um para o outro sector.



Figura 6.1 - Área de influência do Centro Hospitalar de Lisboa



Fonte: CML, DPRU/PDM, Outubro 2013

Quadro 6.1 – Tipo de construção e estado de conservação das instalações

HOSPITAIS DO CONCELHO DE LISBOA	ANO INÍCIO FUNCIONAMENTO	TIPO DE CONSTRUÇÃO	ESTADO DAS INSTALAÇÕES
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental EPE <i>S. Francisco Xavier</i> <i>Egas Moniz</i> <i>Santa Cruz *</i>	1987 1925 1980	Específica Específica Específica	Razoáveis Razoáveis Razoáveis
Centro Hospitalar de Lisboa Central EPE <i>S. José</i> <i>Sto. António dos Capuchos</i> <i>D. Estefânia</i> <i>Sto. Marta</i>	1775 1928 1877 1903	Adaptada Adaptada Adaptada Adaptada	Razoáveis Más Razoáveis Razoáveis
Centro Hospitalar de Lisboa Norte EPE <i>Sto. Mana</i> <i>Pulido Valente</i>	1954 1975	Específica Adaptada	Más Excelentes/Más
Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa <i>Júlio de Matos</i> <i>Miguel Bombarda</i>	1941 1948	Específica Específica	Razoáveis Razoáveis
Curry Cabral	1907	Específica	Boas/Más
Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto	1892	Específica	Razoáveis
IPO de Lisboa Francisco Gentil	1923	Específica	Razoáveis
Centro Regional de Alcoologia do Sul	1995	Específica	Boas
Maternidade Alfredo da Costa	1932	Específica	Razoáveis

Fonte: Elaboração com base em: Consulta em Sítios da Internet, MS/Comissão Técnica Interdepartamental para o Reordenamento das Capacidades Hospitalares da Cidade de Lisboa - Plano de Ações Prioritárias, Janeiro de 2006

Nota: \* O Hospital de Sta. Cruz está localizado no concelho de Oeiras

Fonte: CML, Carta de Equipamentos de Saúde de Lisboa, Março 2009

Quadro 6.2 – Lotação dos Hospitais Públicos do Concelho de Lisboa

HOSPITAIS DO CONCELHO DE LISBOA	LOTAÇÃO PRATICADA ** (Camas)			
	1992	2000	2004	2006
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental EPE	769	924	921	907
<i>S. Francisco Xavier</i>	200	349	363	
<i>Egas Moniz</i>	456	435	417	907
<i>Santa Cruz*</i>	113	140	141	
Centro Hospitalar de Lisboa Central EPE	2.073	1.624	1.463	1.340
<i>S. José</i>	679	566	536	925
<i>Sto. António dos Capuchos/Desterro</i>	674	579	514	
<i>D. Estefânia</i>	428	231	206	210
<i>Sto. Marta</i>	292	248	207	205
Centro Hospitalar de Lisboa Norte EPE	1.702	1.397	1.407	1.368
<i>Sto. Maria</i>	1.341	1.101	1.101	1.065
<i>Pulido Valente</i>	361	296	306	303
Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa	-	1.006	1.012	834
<i>Júlio de Matos</i>	-	489	485	477
<i>Miguel Bombarda</i>	-	517	527	357
Curry Cabral	516	476	455	420
Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto	31	28	22	16
IPO de Lisboa Francisco Gentil	422	294	278	294
Centro Regional de Alcoologia do Sul	-	25	30	30
Maternidade Alfredo da Costa	384	275	170	150
<b>TOTAL</b>	-	<b>6.049</b>	<b>5.758</b>	<b>5.359</b>

Fonte: CMLisboa - PDM: Carta de Equipamentos de Saúde, 1992; MS/DGS/DSEES/DES - Centros de Saúde e Hospitais do SNS, 2000, 2004 e 2006

Notas: \* O Hospital de Sta. Cruz está localizado no concelho de Oeiras; \*\* Internamento/Total das Especialidades

Quadro 6.3 – Recursos Humanos (Médicos e Enfermeiros) dos Hospitais Públicos do Concelho de Lisboa

HOSPITAIS DO CONCELHO DE LISBOA	MÉDICOS				ENFERMEIROS			
	EFECTIVOS		VARIÇÃO 2000/2006		EFECTIVOS		VARIÇÃO 2000/2006	
	2000	2006	N.º	TAXA (%)	2000	2006	N.º	TAXA (%)
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental EPE	867	747	-120	-13,8	1.236	1.234	-2	-0,2
<i>S. Francisco Xavier</i>	294				493			
<i>Egas Moniz</i>	422				456			
<i>Santa Cruz*</i>	151				287			
Centro Hospitalar de Lisboa Central EPE	1.489	1.341	-148	-9,9	1.863	2.104	241	12,9
<i>S. José</i>	524	863	-124	-12,6	662	1.273	110	9,5
<i>Sto. António dos Capuchos</i>	463				501			
<i>D. Estefânia</i>	319	322	3	0,9	367	507	140	38,1
<i>Sto. Marta</i>	183	156	-27	-14,8	333	324	-9	-2,7
Centro Hospitalar de Lisboa Norte EPE	1.165	1.348	183	15,7	1.613	1.776	163	10,1
<i>Sto. Maria</i>	984	1.082	98	10,0	1.238	1.395	157	12,7
<i>Pulido Valente</i>	181	266	85	47,0	375	381	6	1,6
Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa	101	132	31	30,7	291	304	13	4,5
<i>Júlio de Matos</i>	54	80	26	48,1	180	170	-10	-5,6
<i>Miguel Bombarda</i>	47	52	5	10,6	111	134	23	20,7
Curry Cabral	402	321	-81	-20,1	419	476	57	13,6
Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto	29	39	10	34,5	24	31	7	29,2
IPO de Lisboa Francisco Gentil	266	263	-3	-1,1	438	481	43	9,8
Centro Regional de Alcoologia do Sul	6	3	-3	-50,0	11	8	-3	-27,3
Maternidade Alfredo da Costa	135	149	14	10,4	214	255	41	19,2
<b>TOTAL</b>	<b>4.460</b>	<b>4.343</b>	<b>-117</b>	<b>-2,6</b>	<b>6.109</b>	<b>6.669</b>	<b>560</b>	<b>9,2</b>

Fonte: Elaboração com base em: MS/DGS - Centros de Saúde e Hospitais - Recursos e Produção do SNS, 2000 e 2006

Fonte: CML, Carta de Equipamentos de Saúde de Lisboa, Março 2009

Em termos de Recursos Humanos - Enfermeiros, verifica-se que para a globalidade das unidades hospitalares do concelho, ocorreu no período de 2000 a 2006, uma variação positiva da ordem dos 9% (Quadro 6.3). Constata-se que aos hospitais do Centro Hospitalar Central estão afetos os maiores quantitativos de recursos – enfermeiros da cidade (representando em 2006, sensivelmente 32% do total de enfermeiros efetivos da cidade). Não obstante, observa-se que a tendência de aumento do número de técnicos desta categoria profissional não ocorreu da mesma forma no Hospital de St<sup>a</sup>. Marta, onde se registou um decréscimo da ordem dos 3%.

Relativamente à rede de equipamentos direcionados para os **cuidados primários de saúde**, observa-se que a população residente na área da Colina de Santana se encontra abrangida pelos serviços prestados pelos Centros de Saúde do **Coração de Jesus e da Penha de França** (o primeiro faz parte do Agrupamento de Centros de Saúde 3 com sede na Lapa, e o segundo faz parte do ACES 2 com sede em Olivais), cujos serviços se localizam muito próximo do limite da área em estudo, e em posições opostas, conforme se poderá observar na Figura 6.1.

De notar que cada um destes Centros de Saúde tem sob a sua dependência duas extensões. No caso do Centro de Saúde – Coração de Jesus, as extensões deste, localizam-se na Av. Ressano Garcia (código 6 A da Carta de Equipamentos de Saúde) e Av. Duque Loulé (código 6B). No caso do segundo, localizam-se na Rua Luís Pinto Moitinho (Código 13 A) e na Rua Damasceno Monteiro (Código 13 B).

Infelizmente, não possuímos informação que nos permita avaliar com detalhe as características destes Centros de Saúde e respetivas extensões, contudo, o recurso à informação disponibilizada pela Carta dos Equipamentos de Saúde de Lisboa, permite concluir alguns aspetos sobre a realidade dos serviços de saúde primários prestados à população residente abrangida por estes, com particular destaque para a da Colina de Santana.

Deste modo, observa-se que o Centro de Saúde do Coração de Jesus a funcionar em instalações adaptadas para o efeito (fração), envolvia, em 2007, um corpo médico (clínica geral) e de enfermagem, de respetivamente 13 e 16 indivíduos (este último dado é referente a 2005). Segundo os critérios estabelecidos pelo Ministério da Saúde para a programação dos equipamentos de utilização coletiva que se encontram sob a sua tutela (1 médico/1.800 habitantes), verifica-se que o número de médicos efetivos neste Centro de Saúde, face à população utente inscrita (onde se inclui uma parte dos residentes nesta área), encontra-se muito acima dos parâmetros estabelecidos (1 médico/ 2.117 utentes), facto que se deve em grande medida ao aumento significativo do número de inscritos, no intervalo de 2004 a 2007, face ao decréscimo registado no número de médicos de família, nesse mesmo período. Deste modo, não deixa de ser preocupante a deficiente cobertura de médicos por utente (em 2007- 23,7% de utentes sem médico de família), na medida em que pode refletir-se nefastamente na qualidade de serviços e do apoio médico a prestar à comunidade local.

Relativamente ao rácio enfermeiro/utentes, conclui-se que a proporção é de 1 para 1.720 indivíduos. De acordo com os critérios de programação pré estabelecidos pelo órgão da tutela, o rácio apurado encontra-se francamente acima do “valor de referência” desejável (1 enfermeiro/1.550 utentes), situação que se revela, igualmente, preocupante.

Analogamente, o Centro da Penha de França, a funcionar, igualmente, em instalações adaptadas, apresentava para os mesmos anos, um corpo de efetivos constituído por 22 médicos de clínica geral e 15 enfermeiros, face a um quantitativo de 39.447 utentes inscritos em 2007. Aplicando os rácios de referência, constata-se que na área afeta a este

Centro de Saúde, a cobertura de médico por utente (1/1.793 utentes), encontra-se dentro dos parâmetros estabelecidos. Se atendermos ao rácio enfermeiro/utente, verifica-se que a situação é oposta, merecendo toda a atenção por parte da tutela, na medida em que no território afeto a este Centro de Saúde, existe 1 enfermeiro para 2.630 utentes.

**Em síntese**, nas áreas afetas a estes dois Centros de Saúde que servem a população da Colina de Santana, identificam-se situações de défices de cobertura, ao nível de médicos e de enfermeiros, com tendência a agravarem-se face por um lado, ao evidente envelhecimento da população residente na Colina (24,4% de população com mais de 65 anos de idade em 2011) e na sua envolvente, e por outro, à perspetiva de acréscimo populacional, consequência dos projetos urbanísticos previstos para essa área, bem como, da possibilidade destes puderem alavancar localmente o interesse pelo mercado da reabilitação urbana e puderem vir a determinar a ocupação de fogos que atualmente se encontram em situação de vagos ou devolutos.

Foi considerada prioritária pelo anterior executivo governamental, uma mais adequada e assertiva intervenção ao nível dos cuidados continuados integrados (cobrindo as valências ao nível da convalescença; do internamento de média e longa duração e dos cuidados paliativos), direcionada, fundamentalmente, para uma população-alvo que é idosa e dependente. A meta estabelecida prevê que a satisfação das necessidades deste segmento da população venha a atingir os 100% no período de 2013-2016. Refira-se que em 2009 existia no concelho de Lisboa uma capacidade de oferta de 82 camas de internamento, ao nível das valências de convalescença e de cuidados de média e longa duração, sedeadas em instituições de cariz privado.

Tendo em vista colmatar as carências existentes na cidade, ao nível dos cuidados continuados, o executivo camarário, sensível a esta questão, tem vindo sempre que possível (fundamentalmente no âmbito de IGT em desenvolvimento) a disponibilizar/reservar terrenos para passível implantação deste tipo de equipamento, por parte do ministério da tutela. Neste sentido, face ao contexto demográfico da área da Colina de Santana (bem como de toda a sua envolvente-Centro Histórico), e à oportunidade que surge com as cedências inerentes aos projetos urbanísticos em estudo para a área, é conveniente que no seu âmbito seja equacionada a sua implantação.

### 6.2.2 Proposta de Equipamentos de Saúde

Do diagnóstico e da proposta elaboradas no âmbito da Carta de Equipamentos de Saúde de Lisboa (CML, Março 2009) destacam-se as seguintes ações a implementar para esta área concreta da cidade:

**1. Unidade de Cuidados Primários (código 6Q da Carta da Saúde) a implementar na freguesia do Coração de Jesus** (atualmente freguesia St. António) – Relativamente a esta ação, e de acordo com os objetivos estratégicos delineados pelo documento já referido, é de salientar que a proposta da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT) é de substituir a unidade de saúde sedeadada na Avenida Duque de Loulé (substituição do CS 6B) por outra, cuja localização apesar de ainda indefinida (prioridade de nível 3), é sugerida para a área circunscrita ao Hospital de Santa Marta ou dos Capuchos. Conforme avançado pela Carta da Saúde, esta sugestão de localização deve ser objeto de estudo a elaborar por parte do ministério da tutela.

Sendo necessário para o efeito, conforme sugerido no documento, de uma área bruta de construção da ordem dos 845 m<sup>2</sup>, para um universo de população de aproximadamente 10.000 residentes e envolvendo um corpo médico de sensivelmente 4 profissionais.

**2. Unidade de Cuidados Primários (código 13Q da Carta da Saúde) a implementar na freguesia da Pena** (atualmente freguesia de Arroios) – Relativamente a esta ação, é de referir a intenção da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT) em substituir a unidade de saúde ao nível de cuidados primários sediada na Penha de França -Rua Damasceno Monteiro (código 13B da Carta da Saúde), por outra a implantar em área construída afeta ao Hospital de S. José (readaptação de edifício existente). Esta “nova” unidade com sugestão de localização é considerada de nível de prioridade 1 e conforme documento base possui em curso um estudo de viabilidade, desenvolvido pelo ministério da tutela.

De referir, ainda, que este novo equipamento de saúde necessita de uma bruta de construção da ordem dos 1.200 m<sup>2</sup>, necessário para um universo que pode variar entre 20.000 e 25.000 residentes/utentes e envolvendo um corpo médico de sensivelmente 14.

**De clarificar que esta Unidade de Saúde proposta tem como objetivo colmatar as carências identificadas na área afeta ao Centro de Saúde da Penha de França, e que a Unidade de Saúde do Martim Moniz (em fase de conclusão), dependente de outro Centro de Saúde (Graça), tem como propósito prestar cuidados primários de saúde à população residente na área da Baixa (código 7Q da Carta da Saúde). Ou seja, apesar da proximidade destes dois equipamentos de saúde, sendo um previsto e outro proposto, cada um destes está afeto a uma área geográfica e a uma população-alvo diferente.**

**3. Unidade de Cuidados Continuados** - Conforme se depreende da leitura da Carta de Equipamentos de Saúde, existe uma estratégia estabelecida pelo Ministério da Saúde, tendo em vista satisfazer/colmatar as carências existentes na cidade, ao nível de cuidados continuados. Neste sentido, este documento identifica 15 localizações passíveis de concretização a médio e a longo prazo, inseridas geograficamente em áreas da cidade que num passado recente foram alvo de maior concentração populacional e de maior dinamismo construtivo. **Não obstante, constata-se não existirem propostas de localização na área mais central e histórica da cidade, onde se reconhece existir uma população bastante envelhecida e a viver isoladamente.**

**Face a este contexto urbanístico, seria desejável existir nesta área da cidade, um equipamento coletivo com esta valência, readaptando-se para o efeito instalações ou espaços já existentes (de acordo com o Ministério da tutela para a implantação desta valência é necessário no mínimo 2.000 m<sup>2</sup> de Abc). Refira-se neste sentido, a proposta sugerida pelo DPU em 2008 (Informação nº 457/DMPU/DPU/08), de reaproveitamento de algumas instalações do Hospital do Desterro para implantação desta valência. De salvaguardar que a proposta de um equipamento desta natureza pode e deve ser encarada neste Documento Estratégico como uma solução exequível, mais racionalista em termos financeiros e acima de tudo mais próxima da sua população-alvo (*target* idoso), contribuindo, positivamente, para que esta não se afaste do seu meio familiar.**

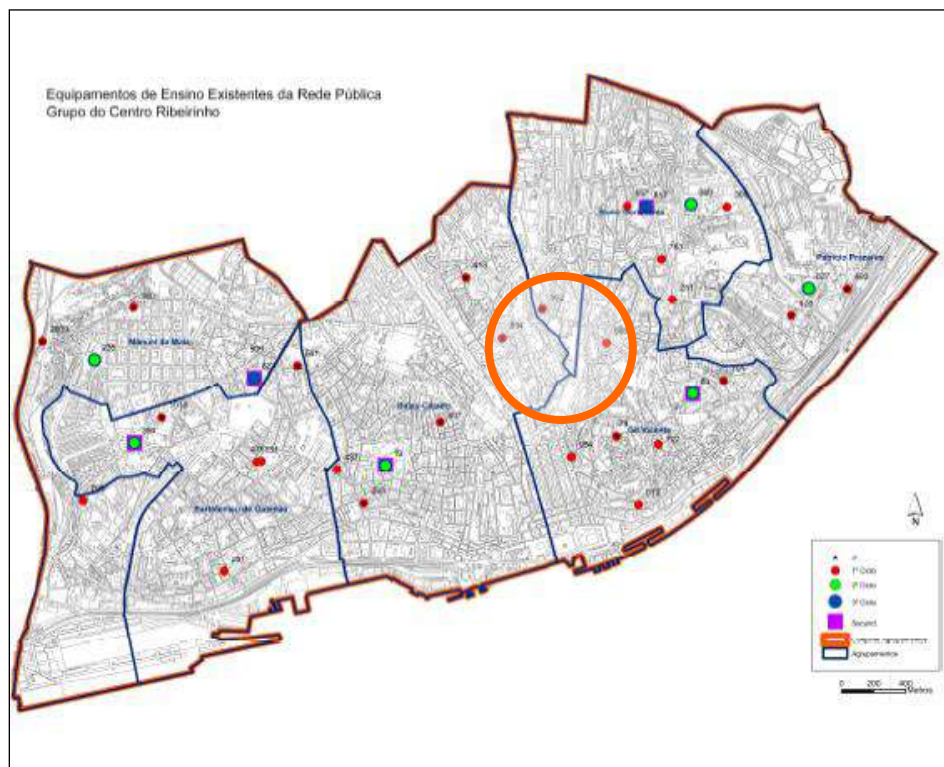
### 6.3 Equipamentos de Ensino

A análise da situação atual da rede pública de equipamentos de ensino existentes na área da Colina de Santana, terá subjacente o diagnóstico e as estratégias desenvolvidas no âmbito da Carta Educativa de Lisboa (concluída em Março de 2008 e homologada pelo Ministério da Educação em Maio do mesmo ano). De referir, sumariamente, que este documento apresenta o diagnóstico da situação atual da rede pública de equipamentos de

ensino da cidade de Lisboa, caracteriza cada uma das valências de ensino, caracteriza a oferta e a procura e identifica no território quais as necessidades de reforço e de requalificação de equipamentos. Tendo presente este diagnóstico, bem como, alguma informação adicional e com algum cariz de monitorização solicitado ao Departamento de Educação (DE), são assinaladas as principais características dos estabelecimentos educativos existentes na área afeta ao presente Documento Estratégico de Intervenção.

Os estabelecimentos escolares da rede pública existentes na área da Colina de Santana inserem-se geograficamente na área de influência de **dois Agrupamentos Escolares - Baixa-Chiado e Nuno Gonçalves** (Figura 6.2). De acordo com a Carta Educativa, o **primeiro território educativo** é caracterizado por possuir um parque escolar envelhecido e adaptado ao ensino, apresentando deste modo, algumas lacunas ao nível da oferta educativa e não cumprindo com o dimensionamento regulamentar das salas de aula. De referir a evidente necessidade de se proceder a intervenções de beneficiação /requalificação em algumas das escolas do ensino básico -1º ciclo, podendo estas surgir como uma oportunidade para reforçar a oferta educativa deste território da cidade, ao nível de pré-escolar (Jardim de Infância). Ainda neste contexto, é de realçar que se trata de um território escolar onde existem evidentes heterogeneidades sociais, coexistindo em simultâneo alunos provenientes de famílias com carências e problemas socioeconómicos, com outros oriundos de estratos sociais mais favorecidos.

Figura 6.2

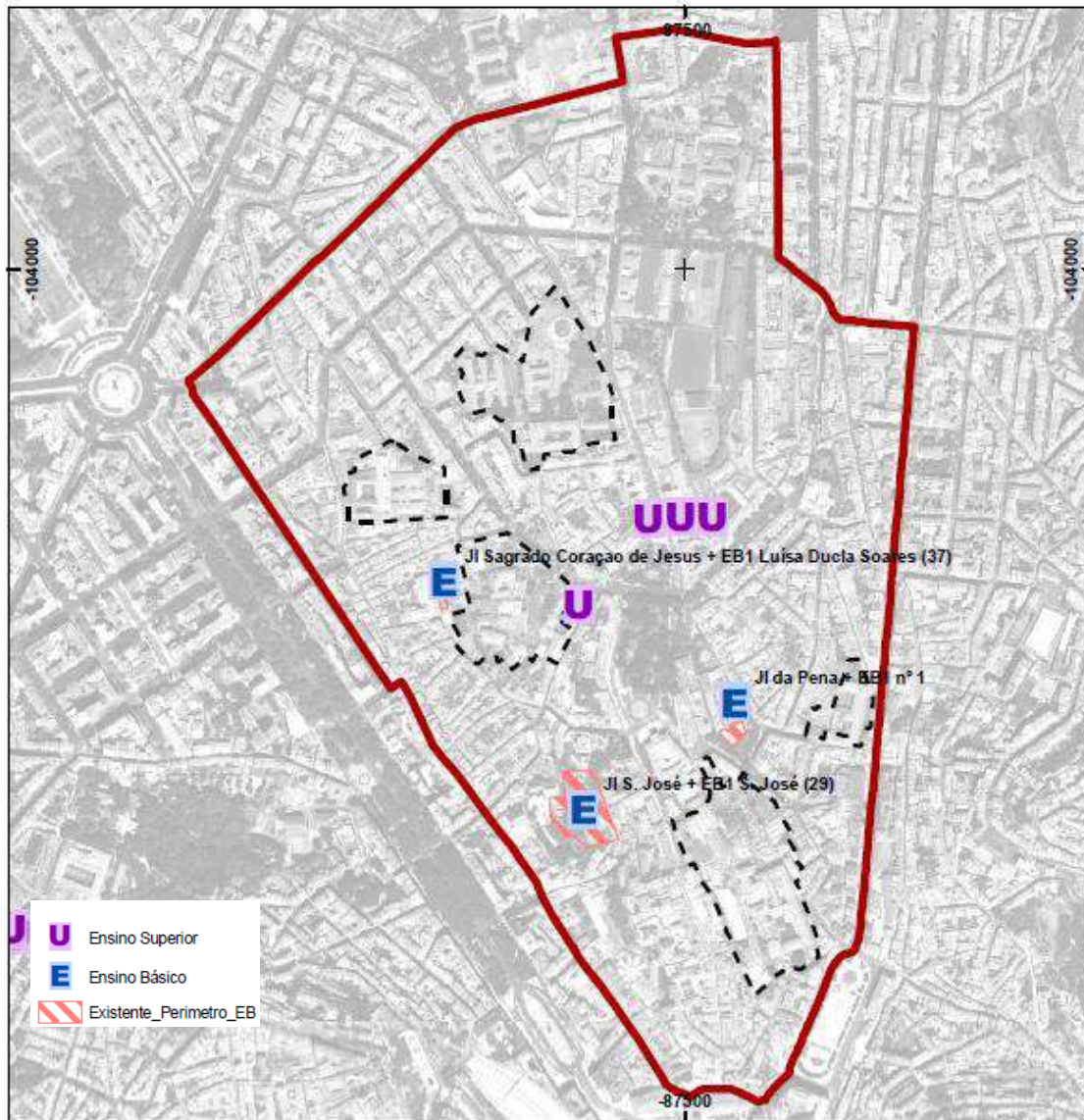


Fonte: CML, Carta Educativa de Lisboa, Março 2008

Relativamente ao **segundo agrupamento escolar**, constata-se que de uma forma genérica, possui um parque escolar que também se encontra envelhecido, tendo-se refletido esta situação no encerramento de estabelecimentos de ensino nos últimos anos, como é caso da EB1 Martim Moniz (nº79) e da EB1 (nº 68), suscitando a deslocação dos alunos para outras escolas do agrupamento e até para o agrupamento vizinho (ex:

Agrupamento Gil Vicente – EB1 – Marqueses de Távora). Existem escolas de 1ºCiclo no Agrupamento que apresentam uma procura elevada. Para além deste aspeto, e conforme o documento consultado, existem, similarmente ao agrupamento anterior, alunos provenientes de famílias disfuncionais e com um perfil sócio - profissional baixo.

Figura 6.3 – Equipamentos existentes-ENSINO



Fonte: CML, DPRU/PDM, Outubro 2013

Na área da Colina de Santana localizam-se os seguintes equipamentos escolares (Figuras 6.2 e 6.3): **Escola Básica de S. José; Escola Básica Luísa Ducla Soares e Escola Básica Lisboa, nº 1**. As duas primeiras escolas localizam-se a nascente dos limites do Agrupamento Baixa-Chiado, encontrando-se bastante afastadas da sua escola-sede e apresentando uma barreira física de grande dimensão (Avenida da Liberdade), dificultando grandemente o atravessamento, em particular para as crianças de menor idade (ao nível do pré-escolar e 1º ciclo). Relativamente à Escola Básica Lisboa, nº1, é o



único equipamento da área da Colina que faz parte do Agrupamento de Escolas Nuno Gonçalves.

De acordo com informação recentemente facultada pelo Departamento de Educação (DE, Outubro 2013), estas Escolas Básicas apresentam as seguintes características relativamente ao estado de conservação/físico dos seus edifícios:

- A Escola Básica de S. José, funciona em edifício construído de raiz, estando previstas obras de beneficiação parcial, ao nível da cozinha.
- A Escola Básica Luisa Ducla Soares, funciona em edifício adaptado, sem as condições necessárias ao nível de dimensionamento de espaços, oferta de valências e acessibilidades. De referir ainda, que este equipamento necessita de obras de beneficiação que já se encontram programadas.
- A Escola Básica Lisboa, n.º 1, foi sujeita a obras que permitiram aumentar a capacidade do Jardim de Infância de 1 para 3 salas de aula (ou atividade). No presente ano letivo aumentou a sua oferta escolar para 4 salas. Parte das instalações onde funciona o 1º ciclo encontra-se em estado razoável, e a parte destinada ao JI revela bom estado de conservação (edifício novo).

No ano letivo de 2012/13, a oferta educativa das escolas localizadas na área da Colina de Santana, resume-se a uma capacidade de 6 salas de Jardim de Infância e de 17 salas para a valência de ensino básico – 1º ciclo, proporcionando uma oferta educativa para respetivamente 150 e 442 alunos. (Quadro 6.4).

**Quadro 6.4 – Colina de Santana – Oferta Educativa da Rede Pública, ano letivo de 2012/13**

Colina de Santana - Escolas existentes - rede pública											
						Capacidade - n.º de salas			Capacidade - n.º de alunos/crianças		
Freguesia atual	Nova Freguesia	Agrupamento de Escolas	Cod. Des. Carta	Tipologia	Nomenclatura	JI	1Ciclo	Total	JI	1Ciclo	Total
Coração de Jesus	Santo António	Baixa-Chiado	413	EB01	Escola Básica Luísa Ducla Soares	1	5	6	25	130	155
São José	Santo António	Baixa-Chiado	894	EB01	Escola Básica São José	1	8	9	25	208	233
Pena	Arroios	Nuno Gonçalves	152	EB01	Escola Básica Lisboa n.º 1	4	4	8	100	104	204

Fonte: DE/DGPE/NEP, Outubro 2013

**Notas:**

1 - Os jardins de infância deixaram de ter denominação própria, desde que integrados num estabelecimento de ensino com outras valências:

Escolas de 1.º ciclo e Escolas Básicas Integradas com Jardim de Infância

Só mantém a designação os jardins de Infância que constituam estabelecimentos autónomos.

Assim, o JI Sagrado Coração de Jesus, integra a Escola Básica Luísa Ducla Soares (nº 37); O JI da Pena integra a Escola Básica Lisboa n.º 1 e o JI de S. José integra a Escola

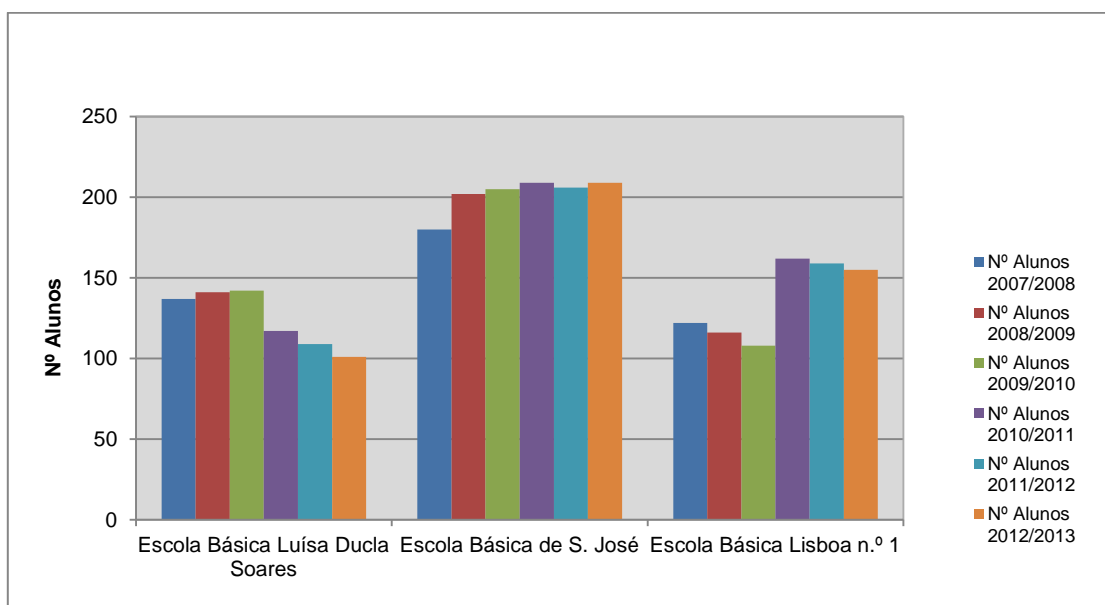
2 - A valência de jardim de infância da Escola Básica n.º 1 aumentou a sua capacidade de 3 para 4 salas no presente ano letivo (2013/2014), pelo que o quadro já reflete esta

Relativamente à evolução do número de alunos matriculados nos estabelecimentos escolares (Quadro 6.5 e Figura 6.4), nestes últimos 6 anos letivos, é de ressaltar que a dinâmica escolar não é constante, havendo oscilações no número de alunos inscritos, ao longo do período considerado, particularmente nas Escolas Básicas Luisa Ducla Soares e Lisboa n.º 1. Não obstante, é evidente que o maior número de alunos matriculados ocorreu na Escola Básica de S. José e o menor, com uma ligeira tendência de decréscimo, registou-se na Escola Básica Luísa Ducla Soares.

**Quadro 6.5** – Evolução do Número de Alunos, ao nível de JI e 1º Ciclo, anos letivos de 2007/08 a 2011/1

Colina de Santana - Evolução das frequências por anos lectivos															
Freguesia Antiga	Freguesia Nova	Nome	Nº Salas	2007/2008		2008/2009		2009/2010		2010/2011		2011/2012		2012/2013	
				1.º Ciclo	JI	1.º Ciclo	JI	1.º Ciclo	JI	1.º Ciclo	JI	1.º Ciclo	JI	1.º Ciclo	JI
Coração de Jesus	Santo António	Escola Básica Luísa Ducla Soares	6	124	13	128	13	124	18	99	18	91	18	83	18
São José	Santo António	Escola Básica de S. José	9	155	25	177	25	180	25	184	25	186	20	189	20
Pena	Arroios	Escola Básica Lisboa n.º 1	8	102	20	94	22	88	20	91	71	94	65	90	65
TOTAL			23	381	58	399	60	392	63	374	114	371	103	362	103

Fonte: DE/DGPE/NEP, Outubro 2013

**Figura 6.4** – Número de alunos matriculados nos últimos anos letivos

Fonte: DE/DGPE/NEP, Outubro 2013

Analisando a evolução dos alunos matriculados, por valência educativa, para os anos letivos considerados, verifica-se que ao nível do Jardim de Infância, a Escola Básica Lisboa nº 1 destaca-se nos últimos três anos letivos, pelo acréscimo significativo de alunos matriculados, facto que se prende diretamente com o aumento da capacidade de oferta de salas para atividades (Figura 6.5) (passando de 1 para 3), conforme anteriormente referido. Ao nível do 1º ciclo (Figura 6.6), destaca-se a tendência de crescimento de alunos na Escola Básica de S. José, a estabilização da procura educativa na Escola Básica Lisboa, nº 1, e na Luísa Ducla Soares regista-se uma diminuição progressiva, ao longo dos últimos 4 anos letivos considerados.

Figura 6.5

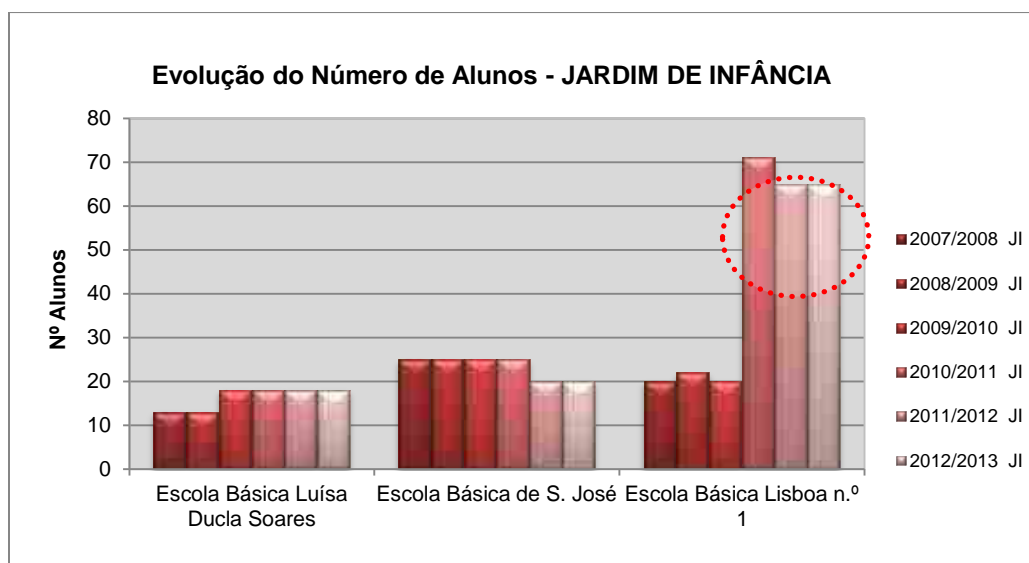
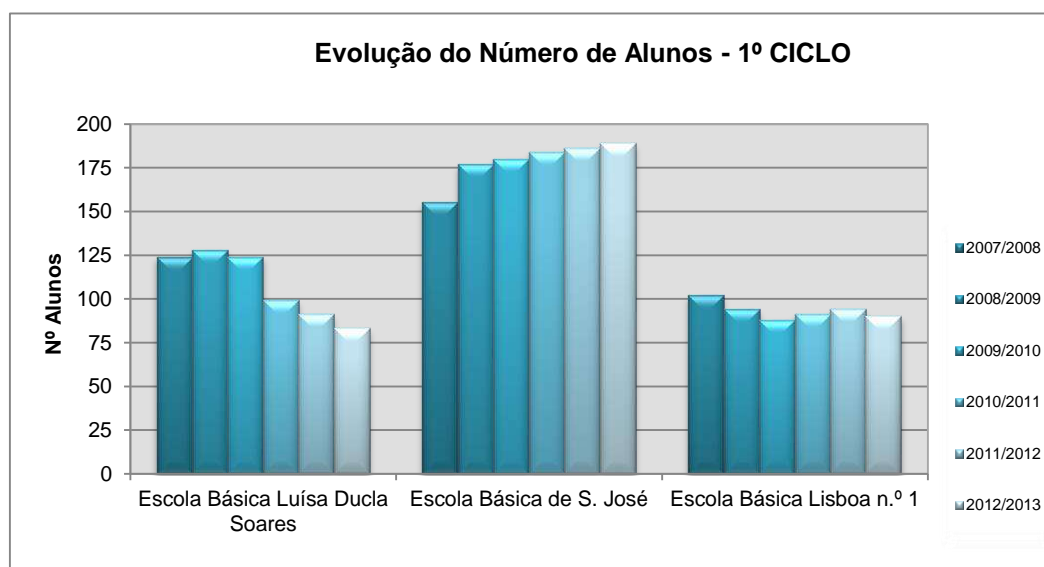


Figura 6.6

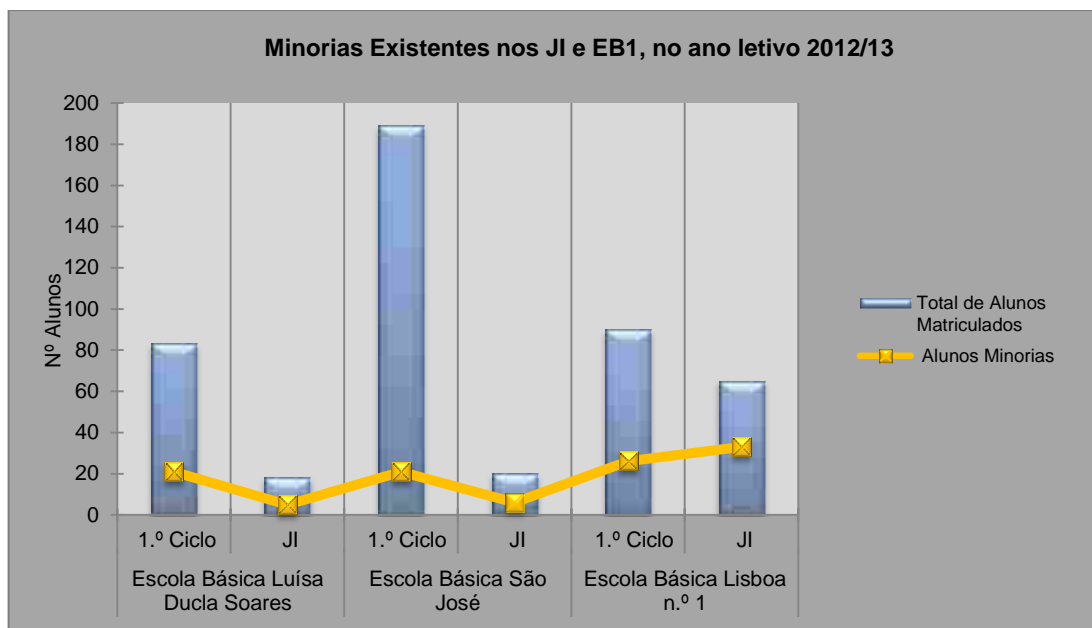


Fonte: DE/DGPE/NEP, Outubro 2013

Dos alunos inscritos e a frequentar as escolas localizadas na Colina de Santana, é de destacar os que são oriundos de culturas diferentes (Figura 6.7), com particular incidência para os procedentes do Brasil (26%); de Angola (10%); de Guiné Bissau (8%), da Roménia (7%) e da China/Macau (7%). A fixação destes “novos residentes” poderá dever-se em parte, à proximidade do Martim Moniz/Mouraria (centro de comércio e de negócio mais próximo da área da Colina), e pode ser resultante de uma oferta de habitação mais acessível, que surge, fundamentalmente, em áreas mais carenciadas do ponto de vista urbanístico, onde se admite existir uma tendência para a concentração de minorias étnicas.



Figura 6.8



Fonte: DE/DGPE/NEP, “Inquéritos Anuais efetuados às Escolas de 1º ciclo e Jardim de Infância da rede pública de Lisboa

### 6.3.1 Proposta de Equipamentos de Ensino

De acordo com a Carta Educativa de Lisboa, encontram-se propostos para a área geográfica, objeto desta análise, as seguintes ações:

- **Reabilitação** da EB01 da Pena (1º ciclo e Jardim de Infância) (código 152 da Carta Educativa) – Faz parte do Programa de Apoio ao Alargamento da Rede de Educação Pré-escolar – **Obras entretanto realizadas e concluídas recentemente.**
- Escola Básica Integrada com Jardim-de-Infância (código 6002 da Carta Educativa) – **reconversão** do Quartel do Cabeço da Bola.

Atendendo a que o potencial de construção e de reocupação dos fogos vagos/devolutos para a área da Colina de Santana antevê uma estimativa de acréscimo populacional da ordem dos 5.700 indivíduos, facto que suscita a necessidade de ser efetuada uma avaliação da capacidade educativa atualmente existente na área. Neste sentido e de acordo com o Departamento de Educação (DE), foram adotados os seguintes critérios:

1. *Tendo em consideração* os critérios de programação de equipamentos da Carta Educativa em vigor (2008).
2. “(...) *Tendo em consideração a área abrangida pela Colina de Santana contabilizou-se a totalidade do acréscimo previsto no agrupamento de escolas Nuno Gonçalves, uma vez que toda a área de intervenção se localiza a Nascente da Av. da Liberdade*” (CML/DE, Novembro 2013).

Tendo em consideração estes critérios, constata-se existir necessidade de novos equipamentos de pré-escolar e de 1º ciclo (Quadro 6.6).

**Quadro 6.6** – Necessidades geradas pela população existente e pelo acréscimo de população previsto para a área da Colina de Santana – **Agrupamento de Escolas Nuno Gonçalves**

População Total	Grupos Etários	Tipo de Equipamento	População por Grupo Etário	RIP	População total a escolarizar	N.º Alunos por Sala	Terreno /Utente m2	Nº de Salas/ Turmas		
								Necessárias	Existentes	Carências não satisfeitas
33074	3-5	Educ. Pré-Escolar	593	0,35	208	25	23	8	4	4
	6-9	Ensino Básico 1ºC	827	0,91	753	26	23	29	28	1
	10 - 11	Ensino Básico 2ºC	425	0,90	383	30	23	13	16	-3
	12 - 14	Ensino Básico 3ºC	649	0,89	578	30	24	19	38	-19
	15-17	Ens. Secundário	762	0,84	637	30	24	21	24	-3

Fonte: DE/DGPE/NEP, Novembro 2013

Segundo o Departamento de Educação, “A necessidade de novas salas de pré-escolar e de 1.º ciclo neste agrupamento é reforçada com a situação, da falta de condições de funcionamento da Escola Básica Luísa Ducla Soares (do Agrupamento de Escolas Baixa – Chiado).

Os resultados também evidenciam, embora de forma menos significativa, que a oferta é deficitária ao nível do 2.º Ciclo. A oferta neste nível de ensino é feita pela Escola Básica e Secundária Passos Manuel do Agrupamento Escolas Baixa-Chiado e pela Escola Básica Nuno Gonçalves sede do agrupamento com o mesmo nome. Quer uma quer a outra escola estão afastadas geograficamente da área em estudo” (DE, Novembro 2013).

A necessidade de reforçar o pré-escolar, o 1º e 2º ciclos já se encontra identificada na Carta Educativa em vigor. Neste contexto, relembramos, no caso particular do Agrupamento de Escolas Nuno Gonçalves, que no âmbito do Plano de Execução e Financiamento do PDM está prevista a construção de uma Escola Básica Integrada com Jardim de Infância – Reutilização do Quartel do Cabeço da Bola (6002 – código da Carta Educativa), para a qual tem havido algumas dificuldades em adaptar o espaço disponível às dimensões necessárias e adequadas à sua construção. Face a esta situação, e com o objetivo de serem superados estes entraves, sugere-se que no âmbito deste estudo seja equacionada a expansão do recinto afeto ao Quartel, aproveitando o património municipal localizado na Rua das Barracas, sendo necessário para o efeito criar ligações que facilitem a acessibilidade entre as duas estruturas.

Em síntese, são reconhecidas necessidades escolares nas áreas afetas aos dois agrupamentos de escolas, facto que justifica a criação de uma Escola Básica Integrada com Jardim de Infância, com capacidade para 26 salas de aula (3 de JI; 8 de 1º ciclo; 15 de 2º e 3º ciclo), sendo necessário para a sua concretização uma área de terreno com 16.000 m2. De realçar que as necessidades geradas pelo acréscimo de população previsto para a área da Colina de Santana ficam colmatadas com a proposta do equipamento escolar previsto para o Quartel do Cabeço da Bola, com as valências e a dimensão anteriormente referidas.

**Relativamente aos impasses e incertezas quanto à exequibilidade de readaptação do Quartel do Cabeço da Bola para o equipamento escolar necessário, sugere-se que seja efetuada uma avaliação detalhada, e acompanhada por responsáveis pela gestão do parque escolar do Ministério da Educação, com o intuito de em articulação, chegarem a um desfecho definitivo sobre este assunto.**

**Caso não seja viável a reutilização do Quartel para o equipamento escolar, sugere-se que seja equacionada a expansão do seu recinto para o lado da Rua das Barracas, possibilitando a reutilização de património municipal existente, devendo para o efeito serem criadas ligações e boas condições de acesso, entre os edifícios municipais a ocupar e o Quartel. Não obstante, propõe-se que caso surjam na área outras alternativas de localização para este equipamento, estas devem ser transmitidas ao DE para posterior avaliação e ponderação.**

#### 6.4 Equipamentos de Desporto

A Carta Desportiva de Lisboa (concluída em Julho de 2009) apresenta o diagnóstico da situação do Desporto na cidade de Lisboa, ao nível das instalações e das atividades desportivas, do movimento associativo desportivo e do desporto escolar. Para além destes aspetos, este documento identifica, ainda, quais as áreas do território da cidade onde existem carências ao nível da oferta desportiva.

Neste contexto, e de acordo com o documento supra citado, o território da Colina de Santana surge como fazendo parte da Unidade Agregada de Planeamento do Centro Histórico (Figura 6.9), evidenciando-se como uma das áreas mais carenciadas da cidade, em termos desportivos, dispendo de menor área desportiva útil (ADU) por habitante (0,72) (Quadro 6.7). A esta situação não é alheio o facto de se tratar de uma área bastante consolidada, desprovida de solo urbano com dimensões suficientes e adequadas para a implantação de equipamentos desportivos (de tipologia base formativa), normalmente exigentes em termos de área de construção.

**Figura 6.9** – Localização das Unidades Agregadas de Planeamento, consideradas pela Carta Desportiva



Fonte: CML, Carta Desportiva de Lisboa, Julho 2009

**Quadro 6.7** - Distribuição da ADU existente por Habitante, nas Unidades Agregadas de Planeamento

Unidades Agregadas de Planeamento	População estimada em 2007 (D.P.E.)	ADU existente em tipologias de base formativas em Julho de 2009 (m <sup>2</sup> )	ADU/Hab. (m <sup>2</sup> / hab)
Oriental	68.182	76.199,1	1,12
Olivais	54.857	62.732,1	1,14
Ocidental	46.897	185.330,2	3,95
Norte	81.103	115.341,4	1,42
Noroeste	99.250	177.488,0	1,79
Intermédia	82.644	198.059,1	2,40
Centro Histórico	131.724	95.498,3	0,72
<b>TOTAL CONCELHO DE LISBOA</b>	<b>564.657</b>	<b>910.648,2</b>	<b>1,61</b>

Fonte: CML, Carta Desportiva de Lisboa, Julho 2009

Uma análise mais “micro” da realidade desportiva deste território da cidade possibilita concluir os seguintes aspetos (Quadro 6.8 e Figura 6.10):

- Na área da Colina de Santana encontram-se implantados, em número e em diversidade de valências, equipamentos desportivos que não fazem parte da rede pública de equipamentos desportivos, tendo um acesso muito condicionado e reservado à população em geral, como é caso dos equipamentos afetos à Academia Militar, embora tenham sido contabilizados no rácio referente à área desportiva útil por habitante. Não obstante, constata-se existir um historial de protocolos celebrados, entre a CML ou as Juntas de Freguesias e as Instituições Militares, para permitir o uso destes espaços pela população residente na área.
- Ainda, no contexto de acesso às instalações desportivas, é de referir que as que estão sob a gestão das Juntas de Freguesia têm acesso público. Nas que se encontram, sob a gestão de clubes, o acesso está dependente de serem ou não entidades com fins lucrativos, ou eventualmente, de terem algum protocolo com a CML para a oferta de serviços, cobrando apenas taxas municipais. Relativamente às instalações que fazem parte dos equipamentos escolares da área, é de referir que o acesso a estas só é permitido à população escolar.
- Encontra-se prevista a recuperação das instalações do Ateneu Comercial de Lisboa desconhecendo-se, no entanto, para quando o início de obras e a sua abertura ao público.
- O desconhecimento sobre as carências, qualitativa e quantitativa, referentes aos equipamentos desportivos cujas entidades gestoras não fazem parte da esfera municipal.
- A área desportiva útil (ADU) de todos os equipamentos que se localizam na área é de sensivelmente 15.568 m<sup>2</sup>, contribuindo para que o rácio de área desportiva útil face à população residente na área (13.446 habitantes, INE 2011) seja de 1,16 m<sup>2</sup>/habitante. Se excluirmos os equipamentos desportivos que fazem parte da Academia Militar, verifica-se que as restantes valências desportivas existentes na área são maioritariamente de base formativa, reconhecendo-se o predomínio do carácter monofuncional da “Sala de Desporto”. **Para a globalidade desses equipamentos está afeta uma área desportiva de natureza pública, de**



**aproximadamente 6.000 m<sup>2</sup>, concorrendo para que o rácio de área desportiva por habitante seja de 0.45.** Atendendo aos indicadores de afetação superfícies desportivas recomendados pelo Conselho da Europa e pela UNESCO (4 m<sup>2</sup>/hab), conclui-se que esta área apresenta um défice de ADU que poderá agravar-se, caso se venha a confirmar um acréscimo de população residente, induzido pelo projetos urbanísticos previstos para a área.

**Quadro 6.8 – Equipamentos Desportivos existentes na área da Colina de Santana**

OBJECTID	DESIGNAÇÃO	TIPOLOGIA	MORADA	ADU (M2)
99	Sala de Desporto do Ateneu Comercial de Lisboa	Sala de Desporto	RUA PORTAS DE SANTO ANTAO, 110	700
143	Caixa de Saltos da Academia Militar	Caixa de Saltos	RUA GOMES FREIRE	0 (*)
144	Zona de Lançamento do Peso da Academia Militar	Zona de Lançamento	RUA GOMES FREIRE	0 (*)
145	Caixa de Lutas da Academia Militar	Caixa de Lutas	RUA GOMES FREIRE	0 (*)
146	Picadeiro da Academia Militar	Picadeiro	RUA GOMES FREIRE	1384
198	Pista de Atletismo Reta da Academia Militar	Pista de Atletismo	RUA GOMES FREIRE	0 (*)
199	Pista de Atletismo circular da Academia Militar	Pista de Atletismo	RUA GOMES FREIRE	0 (*)
285	Pequeno Campo de Jogos do Ateneu Comercial de Lisboa	Campo de Pequenos Jogos	RUA PORTAS DE SANTO ANTAO, 110	420
399	Pequeno Campo de Jogos Jogos Municipal do Passadiço	Campo de Pequenos Jogos	CALCADA DE ST ANTONIO, 3	640
431	Pequeno Campo de Jogos da Academia Militar	Campo de Pequenos Jogos	RUA GOMES FREIRE	486
432	Pequeno Campo de Jogos da Academia Militar	Campo de Pequenos Jogos	RUA GOMES FREIRE	968
433	Pequeno Campo de Jogos do Grupo Desportivo da Pena	Campo de Pequenos Jogos	CALCADA DE SANTANA, 132 A	375
434	Pequeno Campo de Jogos Municipal do Campo de Santana	Campo de Pequenos Jogos	LARGO CAMPO MARTIRES DA PATRIA	316
599	Sala de Desporto do Lisboa Ginásio Clube	Sala de Desporto	RUA DOS ANJOS, 63	331
600	Sala de Desporto do Lisboa Ginásio Clube	Sala de Desporto	RUA DOS ANJOS, 63	331
601	Sala de Desporto do Lisboa Ginásio Clube	Sala de Desporto	RUA DOS ANJOS, 63	331
602	Sala de Desporto do Lisboa Ginásio Clube	Sala de Desporto	RUA DOS ANJOS, 63	331
603	Sala de Desporto do Lisboa Ginásio Clube	Sala de Desporto	RUA DOS ANJOS, 63	331
604	Sala de Desporto do Lisboa Ginásio Clube	Sala de Desporto	RUA DOS ANJOS, 63	331
657	Sala de Desporto do Centro Cultural e Desportivo Trab. da Tranquilidade Seguros	Sala de Desporto	TRAVESSA DO ENVIADO DE INGLATERRA, 28	48
709	Sala de Desporto da Academia Militar	Sala de Desporto	RUA GOMES FREIRE	159
710	Sala de Desporto do Centro Social e Paroquial da Pena	Sala de Desporto	CALCADA DE SANTANA - VILA SERRA	110
711	Sala de Desporto da Fundação Dom Pedro IV	Sala de Desporto	TRAVESSA DO TOREL, 1	115
712	Sala de Desporto do Ateneu Comercial de Lisboa	Sala de Desporto	RUA PORTAS DE SANTO ANTAO, 110	88
713	Sala de Desporto do Ateneu Comercial de Lisboa	Sala de Desporto	RUA PORTAS DE SANTO ANTAO, 110	88
714	Sala de Desporto do Ateneu Comercial de Lisboa	Sala de Desporto	RUA PORTAS DE SANTO ANTAO, 110	88
715	Sala de Desporto do Ateneu Comercial de Lisboa	Sala de Desporto	RUA PORTAS DE SANTO ANTAO, 110	88
716	Sala de Desporto do Ateneu Comercial de Lisboa	Sala de Desporto	RUA PORTAS DE SANTO ANTAO, 110	88
859	Sala de Desporto da Esc. 1 Ciclo E.B. nº 29	Sala de Desporto	RUA DO TELHAL, 10	50
860	Sala de Desporto da Soc. Filarmónica João Rodrigues Cordeiro	Sala de Desporto	RUA DA FE, 46 A	118
861	Sala de Desporto da Soc. Filarmónica João Rodrigues Cordeiro	Sala de Desporto	RUA DA FE, 46 A	118
935	Piscina da Academia Militar	Piscina	RUA GOMES FREIRE	300
936	Piscina do Ateneu Comercial de Lisboa	Piscina	RUA PORTAS DE SANTO ANTAO, 110	300
956	Tanque do Ateneu Comercial de Lisboa	Piscina	RUA PORTAS DE SANTO ANTAO, 110	96
1008	Grande Campo de Jogos da Academia Militar	Campo de Grandes Jogos	RUA GOMES FREIRE	6271
1077	Sala de Desporto da Junta de Freguesia da Pena	Sala de Desporto	RUA DO SACO	100
1144	Sala de Desporto da Juventude da Galiza	Sala de Desporto	RUA JULIO ANDRADE, 3	70
	<b>TOTAL</b>			<b>15568</b>

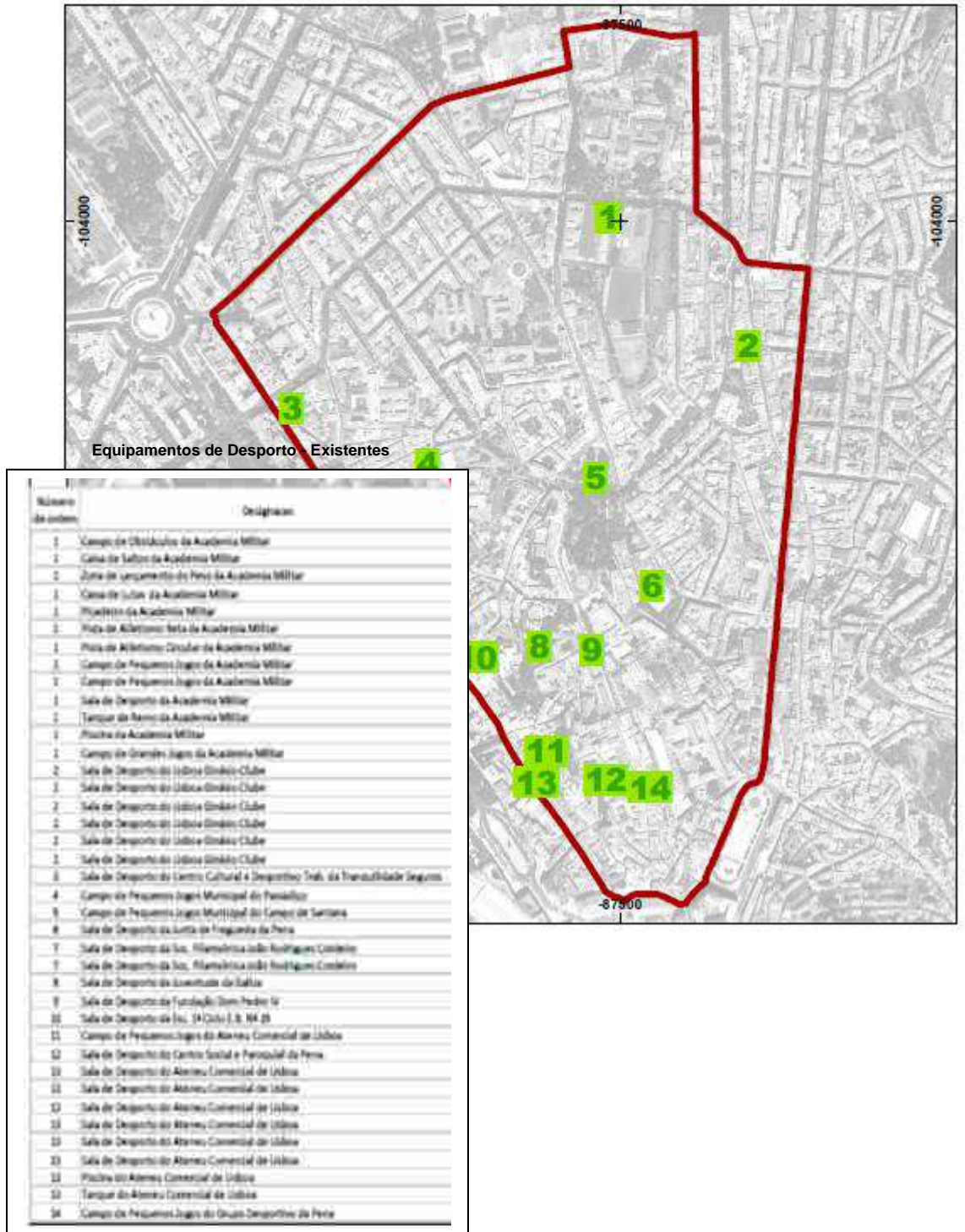
Fonte: CML, Carta Desportiva de Lisboa, Julho 2009

Nota: Esta informação foi confirmada pelo Departamento de Desporto em Novembro de 2013

(\*) - Desconhece-se a área desportiva útil afeta a estes equipamentos

Total de Área Desportiva Útil (ADU) (m <sup>2</sup> )	15.568
População Residente em 2011	13446
ADU/Habitante	<b>1,16</b>
ADU de carácter privado (Academia Militar)	9.568
ADU pública (ADU total - ADU privada)	6.000
ADU pública /Habitante	0,45

Figura 6.10



Fonte: CML, DPRU/PDM, Outubro 2013

### 6.4.1 Proposta de equipamentos de desporto

A Carta Desportiva de Lisboa não apresenta propostas de equipamentos para este território da cidade. Não obstante, atendendo ao facto de se constatar que as freguesias que se inserem geograficamente na área deste estudo, apresentarem carências desportivas, expressas pelos baixos índice de Área Desportiva Útil por habitante (tendo como referência os 4 m<sup>2</sup>/habitantes), considerou-se pertinente transmitir ao Departamento de Desporto (DD) esta “nova” oportunidade urbanística, possibilitando, deste modo, equacionar qual a oferta desportiva mais adequada para este território específico da cidade.

Neste sentido, são propostas as seguintes iniciativas/ações desportivas para a área:

**1. A Academia Militar que se localiza na freguesia de Arroios possui um Complexo Desportivo, em bom estado de conservação e com diversificadas valências desportivas (tais como: picadeiro; tanque de remo, pequeno e grande campo de jogos, pista de atletismo, entre outras). Num passado recente, a Junta de Freguesia formalizou um protocolo com a entidade militar no sentido de permitir o acesso e utilização da piscina, por parte da sua população residente. Na sequência deste antecedente, propomos que este protocolo seja alargado a todas as valências desportivas existentes no local, possibilitando, igualmente a estes, o acesso da população residente nas freguesias limítrofes. Como estímulo para esta iniciativa protocolar, propomos que a CML/Junta de Freguesia adote incentivos de apoio, nomeadamente de requalificação e de manutenção dos equipamentos desportivos em questão.**

**2. Criação de instalações desportivas direcionadas para os segmentos de população jovem e sénior, mais concretamente: salas de desporto (2) e tanque de aprendizagem. De referir que estas valências desportivas são compatíveis com a reutilização de espaços já existentes /construídos. No entanto é de frisar que desejavelmente devem se localizar na proximidade dos equipamentos sociais (Creche, Centro de Dia, Lar) e no lado oposto à Academia Militar.**

Não obstante, esta necessidade de equipamentos desportivos, considerou-se superiormente que não haveria proposta de localização para esses, prevendo-se que seja estabelecido protocolo com a Academia Militar, no sentido de permitir o acesso das suas instalações desportivas a toda a população residente na área, e na sua envolvente.

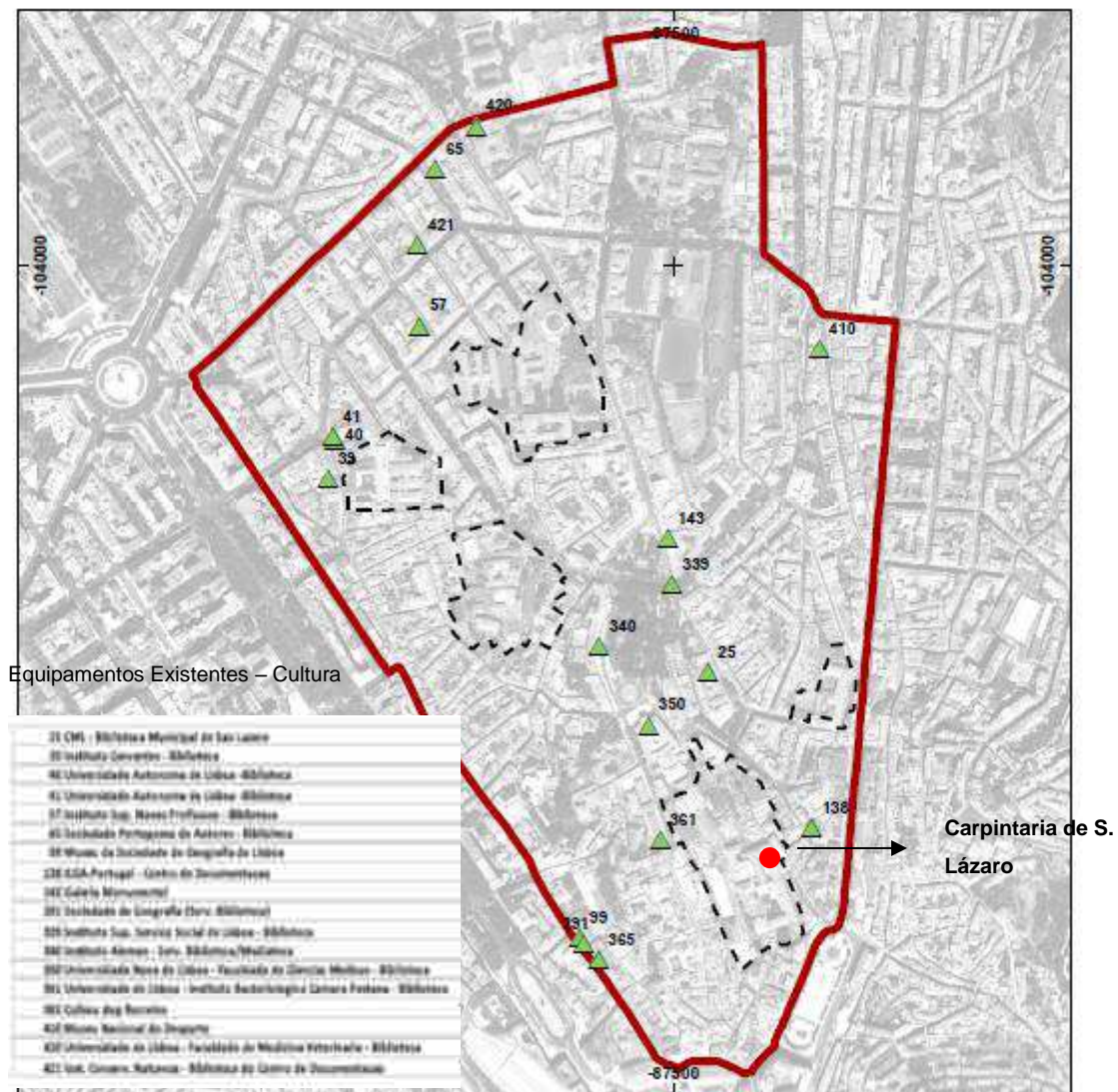
### 6.5. Equipamentos de cultura

A Colina de Santana apresenta condições ímpares, se atendermos às suas características históricas, arquitetónicas e funcionais e ao vasto património (material e imaterial) existente que urge ser valorizado e divulgado. Esta opção deve passar pela preservação e recuperação do património existente, bem como, por uma adequada e assertiva política de conservação/reabilitação, possibilitando, deste modo, uma melhoria das condições de habitabilidade do seu edificado. Para além destes aspetos, não é de negligenciar que a defesa dos valores patrimoniais e funcionais que fazem parte da paisagem urbana deste território da cidade (“**identidade territorial**”), representam um importante valor económico pelo que pode representar de incentivo à atividade económica, à científica e à turística, contribuindo, conseqüentemente, para suscitar o desenvolvimento local.

Nesta área localizam-se os equipamentos culturais que se encontram assinalados na Figura 6.11, dos quais se destacam as Bibliotecas e Centro de Documentação ligados a instituições universitárias e outros organismos não municipais sedeados no local. De ressaltar ainda, a localização de duas infraestruturas culturais que desfrutam de um nível de atratividade que ultrapassa os limites da própria cidade (equipamentos âncoras), como é o caso particular do Coliseu dos Recreios e da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Recentemente, o pelouro da cultura concluiu a reabilitação de um edifício municipal, anteriormente com a função de carpintaria, localizado na Rua de S. Lázaro (assinalado na Figura 6.11), cuja finalidade é proporcionar uma oferta cultural à população exógena e endógena à área. Com esta perspetiva, o departamento cultural da autarquia já iniciou um processo de divulgação deste espaço para concessão a entidades fora da esfera municipal. E neste sentido, este “espaço”, designado por “Carpintaria de S. Lázaro”, encontra-se vazio, sem atividade, aguardando o interesse e investimento privado.

Figura 6.11



Fonte: CML, DPRU/PDM, Outubro 2013

### 6.5.1 Proposta de equipamentos de Cultura

O Programa Biblioteca XXI, sob a tutela do Pelouro da Cultura da CML, propõe a conversão da Rede Municipal de Bibliotecas numa rede de Bibliotecas de 3ª Geração, tendo subjacente o papel catalisador e estruturante que este tipo de equipamentos pode assumir nas comunidades locais, constituindo, deste modo, um incentivo ao desenvolvimento de dinâmicas já existentes. Neste contexto, é proposto para cada Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG), a implementação de uma rede de bibliotecas, constituída, de um modo hierárquico, por uma Biblioteca Âncora e por Bibliotecas de Bairro.

No cumprimento desta pretensão cultural para a cidade, constata-se que nesta área específica, já se encontra implantada a Biblioteca de Bairro, localizada em edifício municipal na Rua de S. Lázaro (Freguesia de Santa Maria Maior).

De salvaguardar que no Programa de Execução e Financiamento do PDM, **não existem equipamentos de índole cultural programados** para os próximos anos, para esta área da cidade. Contudo, à escala da cidade existe uma necessidade – **Arquivo Histórico**.

As áreas de cedência afetas aos projetos urbanísticos, alvo deste trabalho, bem como a desativação dos hospitais instalados em edifícios conventuais, surgem como uma favorável oportunidade para resolver carências existentes e dá origem à necessidade de novos equipamentos.

Neste novo contexto, e no âmbito da cultura, o **Arquivo Histórico** poderá ser resolvido neste território.

Ainda no âmbito da cultura, propomos a preservação e dinamização cultural do **Panóptico** protagonizada pela realização de **exposições de Arte Outsider**.

Na sequência das reflexões apresentadas na “Introdução” deste capítulo não poderão ser negligenciados na intervenção cultural a implementar neste território da cidade, as características e os elementos patrimoniais identificados e reconhecidos nalguns dos edifícios hospitalares da área, objeto deste Documento Estratégico.

A salvaguarda do património construído, bem como de todo o espólio documental e instrumental existente em cada unidade hospitalar da Colina, ligados à evolução do conhecimento e à prática médica desenvolvida em cada um deles, merecem ser preservados, dignificados e divulgados, não apenas porque fazem parte da identidade da Colina de Santana, mas igualmente, da história da medicina e da própria cidade de Lisboa.

Neste contexto, propomos que seja equacionada a criação de um **equipamento cultural de valência museológica** que preserve e divulgue este importante espólio, testemunho da presença da Medicina neste território.

Mas o valor patrimonial da Colina de Santana não se esgota na sua profunda relação com a história da medicina e do exercício da medicina na cidade de Lisboa.

A evolução da ocupação da Colina de Santana, desde arrabalde, local eleito para a implantação da Gafaria e do Matadouro da cidade, à sucessiva ocupação por cercas e edifícios conventuais que determinaram a estruturação do território da Colina até ao presente, faz parte integrante da história do crescimento da própria cidade de Lisboa.

Para a preservação e divulgação desta memória propomos seja criado um **Centro de Interpretação da Colina de Santana**, que se relacione com a rede de polos do Museu da Cidade.

Para a concretização destes equipamentos culturais propõe-se a reutilização de edificado afeto a uma das unidades hospitalares a desativar, com reconhecido valor patrimonial e simbolicamente conotado com a história da atividade médica da Colina de Santana, em particular, e com a da cidade, em geral.

Os programas museológicos destes equipamentos deverão definidos na articulação entre a Autarquia, o Ministério da Saúde, a Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa e o Ministério da Cultura.

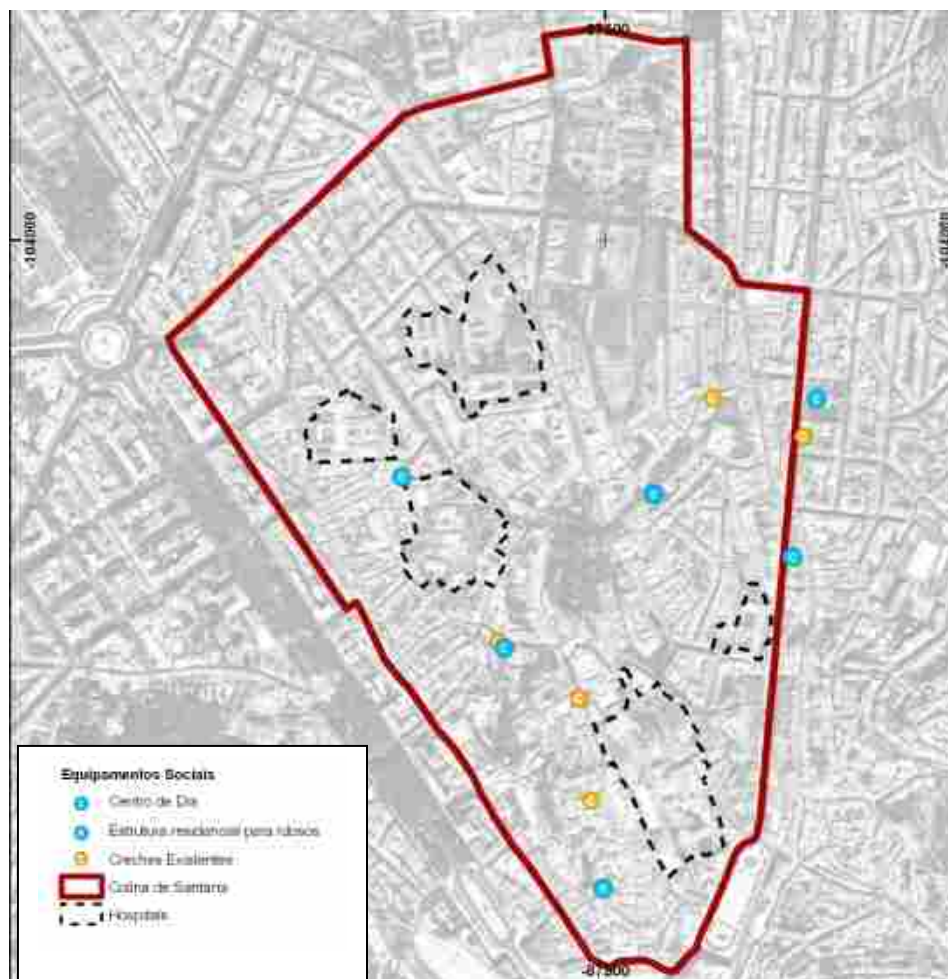
## 6.6 Equipamentos Sociais

A especificidade e a natureza deste tipo de equipamentos são de particular importância na medida em que se tratam de estruturas que têm subjacente uma oferta social direcionada para os estratos de menor (creches) e de maior idade (equipamentos de terceira idade), exigindo que o fator proximidade à população-alvo seja um fator determinante para a sua localização geográfica, que deve, preferencialmente, ser no seio das áreas residenciais da cidade. Neste sentido, este fator poderá beneficiar e promover a qualidade de vida da população residente, fomentar as relações de vizinhança e privilegiar a escala humana e do bairro.

Na área da Colina de Santana, as respostas sociais atualmente existentes permitem concluir os seguintes aspetos (Figura 6.12, Quadros.6.9 e 6.10):

- A área deste Documento Estratégico corresponde essencialmente à antiga freguesia da Pena, abrangendo uma parte das antigas freguesias de S. Jorge de Arroios e dos Anjos. Com a reforma administrativa implementada no município, em 2012, grande parte desta área (a mais significativa) passou a fazer parte da “nova” freguesia de Arroios.
- Na área da Colina de Santana existem **5** equipamentos da rede pública com a valência de creche, disponibilizando **297 lugares para crianças até aos 3 anos de idade**. De ressaltar que em termos de distribuição espacial, para além da freguesia de Arroios concentrar o maior número de equipamentos (representando aproximadamente 86% da capacidade de oferta da área), constata-se que estes localizam-se preferencialmente em duas áreas: 1- na proximidade da Calçada do Lavra e do Torel; 2 – na envolvente ao Largo de St. Bárbara. Ainda, neste contexto, verifica-se que na parte a noroeste da Colina não existe oferta social, ao nível desta valência.

Figura 6.12



Quadro 6.9 – Equipamentos de Ação Social – CRECHES - Existentes

FREGUESIA	DESIGNAÇÃO DO EQUIPAMENTO	MORADA	VALÊNCIA	CAPACIDADE
Arroios	Associação Pró-Infância Santo António de Lisboa (*)	Av. Almirante Reis, nº 38	Creche	98
Arroios	Jardim Infantil da Freguesia dos Anjos	Largo de Conde de Pombeiro, nº 12	Creche	33
Arroios	Fundação D. Pedro IV Estabelecimento de Santana	Travessa do Torel, nº 1	Creche	41
Arroios	Centro Social Paroquial da Pena	Vila Serra (à CÇ Santana)	Creche	83
Santo António	Cai de S. José	Rua Padre Luis Aparicio, nº 12	Creche	42

Fonte: CML, Departamento de Desenvolvimento Social/ Núcleo de Diagnóstico e Planeamento, Novembro 2013

(\*) – Fora da área afeta ao Documento Estratégico

**Quadro 6.10 – Equipamentos de Ação Social – IDOSOS - Existentes**

FREGUESIA	DESIGNAÇÃO DO EQUIPAMENTO	MORADA	VALÊNCIA	CAPACIDADE
Arroios	Centro de Dia de N.ª Senhora da Pena	Paço da Rainha, nº 46	Centro de Dia	110
Arroios	Centro de Dia N.ª Senhora dos Anjos (*)	Rua Andrade, nº 13 G	Centro de Dia	60
Arroios	Centro de Santa Maria Madalena (**)	Av. Almirante Reis, nº 16 - R/c- esq.- sede	Centro de Dia	60
Arroios	Centro Social Paroquial N.ª Sr.ª dos Anjos (**)	Av. Almirante Reis, Igreja dos Anjos	Centro de Dia	35
Santo António	Centro Social Laura Alves	Calçada do Moimho de Vento, nº 1D	Centro de Dia	40
Santo António	Centro de Dia e Apoio Domiciliário Coração de Jesus /S. José	Calçada de Santo António, nº 3	Centro de Dia	20
Arroios	Recolhimento da Capital - Encarnação	Largo do Convento da Encarnação à Calçada de Santana (Convento da Encarnação)	Estrutura Residencial para Idosos	52

Fonte: CML, Departamento de Desenvolvimento Social/ Núcleo de Diagnóstico e Planeamento, Novembro 2013

(\*) – Fora da área afeta ao Documento Estratégico

(\*\*) – No limite da área afeta ao Documento Estratégico

- Apesar da população residente na área da Colina de Santana revelar em 2011 uma regressão no valor do índice de envelhecimento, passando de 308 na última década, para 226 em 2011, esse valor continua, contudo, a ser francamente elevado, invocando uma atenção cuidada na abordagem dos equipamentos direcionados para a terceira idade. Nesta perspetiva, verifica-se que na área existem **6 Centros de Dia**, com capacidade para 325 utentes, e **1 Estrutura Residencial para Idosos** (englobando as valências de Lar e de Residência Assistida), localizada no Convento da Encarnação.

Em termos geográficos, verifica-se que os equipamentos direcionados para a população mais envelhecida localizam-se na proximidade dos equipamentos de primeira infância, identificando-se, neste sentido, um padrão locativo na área para os dois tipos de valências. Neste sentido, reforça-se a ausência de oferta social para idosos na parte noroeste da Colina, situação similar à realidade existente, ao nível da oferta para o sector infantil. No caso concreto dos idosos, esta situação revela-se mais preocupante, na medida em que a topografia do terreno dificulta a acessibilidade, desta franja de população, aos equipamentos existentes e disponíveis na área.

- Por último, e de uma forma geral, afirma-se que a freguesia mais representativa da área (Arroios) apresenta défices de cobertura nas diferentes valências de índole social, se compararmos as coberturas atualmente existentes com as taxas de referência pretendidas pelo executivo camarário (Quadro 6.11). **Nesta perspetiva, é de dar particular enfoque à valência de “Estrutura Residencial para Idosos” que surge na área como sendo a que apresenta a mais baixa taxa de cobertura (0,9%).**

**Quadro 6.11 – Taxas de Cobertura – Existentes e de Referência**

Respostas	Cobertura Existente	Cobertura Referência
Creches	43%	50%
Centro de Dia / Convívio	4,50%	10%
Estrutura Residencial para idosos	0,90%	3%

Fonte: CML, Departamento de Desenvolvimento Social/ Núcleo de Diagnóstico e Planeamento, Novembro 2013



### 6.6.1 Proposta de Equipamentos Sociais

Atendendo às características da população residente na área da Colina de Santana<sup>1</sup>, e ao acréscimo do número de fogos previsto com as pretensões urbanísticas para a área, suscitando **um aumento populacional de aproximadamente 5.700 indivíduos**<sup>2</sup>, situações que implicam necessariamente que seja redefinida a programação de equipamentos de proximidade, fundamentalmente ao nível dos serviços sociais direcionados para as faixas etárias dos 0-3 anos e dos + 65 anos de idade.

Face a este contexto urbanístico, adotou-se os seguintes critérios para o apuramento das necessidades: i) População dos 0-3 anos de idade – rácio de 2,32% (semelhante ao utilizado nas Orientações Estratégicas para a Primeira Infância; ii) População + 65 anos de idade – valor médio do concelho – 24,8% (INE, 2011), por se considerar o rejuvenescimento da população em resultado dos empreendimentos previstos. A conjugação destes pressupostos indigita para as necessidades apresentadas no Quadro 6.12.

**Quadro 6.12 – Necessidades induzidas pelo Acréscimo de População**

	Acréscimo Total	População Destinatória	Acréscimo Necessidades	Acréscimo Equipamentos
<b>Creche</b>	5700	132	66	1,9
<b>Centro Dia</b>	5700	1414	141	2,4
<b>Estrutura Residencial</b>	5700	1414	42	0,7

Fonte: CML, Departamento de Desenvolvimento Social/ Núcleo de Diagnóstico e Planeamento, Novembro 2013

Na sequência do anteriormente referido e corroborando com o parecer expresso pelo Departamento de Ação Social (DAS), propõe-se para a área afeta ao Estudo da Colina do Conhecimento a criação de 2 equipamentos direcionados para a população de menor idade (Creche) que devem respeitar os critérios de dimensionamento em vigor (unidade máxima – 35 crianças; área de construção - 10m2/criança; área exterior – 10m2/criança).

Para a satisfação das necessidades do indivíduo idoso, propõe-se para a área a reserva de espaço para a implantação de 2 Centro de Dia (unidade máxima – 60 utentes; área de construção – 7m2/utente + espaço exterior) e de uma Estrutura Residencial para Idosos (unidade máxima – 60 idosos (32 m2/utente). De referir que seria desejável que as valências de Centro de Dia e de Creche coabitassem, articuladamente, no mesmo espaço físico, possibilitando, conseqüentemente, uma maior proximidade e uma melhor ligação intergeracional.

Reavivamos que no âmbito das Cedências e Compensações foi proposto para a área de um PIP (Pedido de Informação Prévia – Processo 405/DPUR/DIV/10 – Rua Dona Estefânia, nº 14/16) a implantação de um equipamento coletivo com a valência de Creche e de Centro de Dia. Caso não se concretize esta proposta, mantêm-se a carência na área, havendo necessidade de a resolver, exigindo localização alternativa.

<sup>1</sup> Conforme anteriormente referido, o seu franco envelhecimento impõe uma avaliação cuidada da oferta social para a terceira idade.

<sup>2</sup> 1.303 Indivíduos – acréscimo de população induzido pelos fogos novos; 4.396 indivíduos - acréscimo induzido pela ocupação dos fogos vagos/devolutos.

## 6.7 Proposta de Equipamentos de Proteção Civil

No âmbito desta valência, encontra-se prevista a implantação de um novo Quartel do Regime de Sapadores de Bombeiros, com terreno e localização já definida e que se insere na área afeta a este documento (Figura 6.13). Para além deste equipamento, não se reconhece existirem outras carências ou necessidades desta natureza, para esta área.

**Figura 6.13**



Fonte: CML, Julho 2011

## 6.8 Síntese das Propostas de Equipamentos

No Quadro 6.13 são apresentadas, de uma forma sucinta, as propostas de equipamentos para a área da Colina de Santana, devendo as respetivas localizações ser equacionada no âmbito das pretensões urbanísticas, objeto deste Documento Estratégico.

**Quadro 6.13** – Síntese da Proposta de Equipamentos para a área afeta ao Documento Estratégico – Colina de Santana

EQUIPAMENTOS PROPOSTOS	ÁREA NECESSÁRIA	OBSERVAÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> <li>Equipamento Cultural de Valência Museológico (Museu da Medicina)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Dependente do programa museológico e das necessidades de armazenamento/ arquivo do espólio existente.</li> </ul>	A localizar em edifício de reconhecido valor patrimonial.
<ul style="list-style-type: none"> <li>Centro de Interpretação da Colina de Santana</li> </ul>	Dependente do programa museológico. Equipamento a integrar-se na rede de polos do Museu da Cidade.	A localizar em edifício de reconhecido valor patrimonial.
<ul style="list-style-type: none"> <li>Galeria de Arte</li> </ul>	Reutilização de espaço existente- Panóptico.	Pretende-se a divulgação do Panóptico, através de dinamização cultural – <b>Galeria de Arte – Exposições de Arte Outsider.</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Arquivo Histórico</li> </ul>		A área necessária a definir.
<ul style="list-style-type: none"> <li>Unidade de Cuidados Primários</li> </ul>	Abc – 1.200 m2 (código 6 Q da Carta da Saúde). Abc - 845 m2 (código 13Q da Carta da Saúde)	A unidade de cuidados continuados e primários pode coabitar no mesmo espaço físico. <b>Propõem-se para a área 2 unidades de Cuidados Primários, cuja localização preferencial encontra-se definida no diagnóstico.</b>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Unidade de Cuidados Continuados</li> </ul>	<p>Abc – 2.000 m<sup>2</sup></p>	<p>Propõe-se para a área <b>1 unidade.</b></p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estrutura Residencial para Idosos (ERI)</li> </ul>	<p><b>ERI</b> – abc – 1920 m<sup>2</sup> (32 m<sup>2</sup>/Utentes – capacidade para 60 idosos + espaço exterior</p>	<p>Propõe-se para a área <b>1 unidade.</b></p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Creche + Centro de Dia</li> </ul>	<p>Abc – 1.000m<sup>2</sup>+ 350 m<sup>2</sup> de espaço exterior <b>- Total 1350 m<sup>2</sup> (Capacidade para 35 crianças e 60 idosos)</b></p> <p>Abc – 700 m<sup>2</sup> + área de espaço exterior (350 m<sup>2</sup>).</p>	<p><b>Propõem-se 2 Unidades de Creche e 2 unidade de Centro de Dia.</b></p> <p>Estes equipamentos devem coabitar no mesmo edifício – ligação intergeracional e possuir espaço exterior.</p> <p>No âmbito do PIP analisado, encontra-se reservada uma área de aproximadamente 890 m<sup>2</sup> para este equipamento. Caso esta proposta não se concretize, deve ser equacionada outra alternativa.</p>

<ul style="list-style-type: none"> <li>Equipamento de Ensino - Escola Básica Integrada com Jardim de Infância (26 salas de aula- 3 salas de JI; 8 salas de 1º ciclo; 15 salas de 2º e 3ºciclos)</li> </ul>	<p>Área de terreno – 16.000 m2</p>	<p>Necessário avaliar se o espaço do <b>Quartel do Cabeço da Bola</b> é adequado para as necessidades do equipamento pretendido. Caso não seja viável, sugere-se que seja equacionada a expansão do seu recinto para o lado da Rua das Barracas, possibilitando a reutilização de património municipal existente, devendo para o efeito serem criadas ligações e boas condições de acesso, entre os edifícios municipais a ocupar e o Quartel.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliação e criação de novos polos universitários, ligados à área das ciências médicas</li> </ul>		<p>Propõe-se que na área afeta a estes projetos urbanísticos, seja equacionada a possibilidade de ampliação ou criação de mais polos universitários ligados, preferencialmente, à área das ciências médicas.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Equipamentos Desportivos – 2 Salas de Desporto e 1 Tanque de Aprendizagem</li> </ul>		<p>Não existe proposta de localização para estes equipamentos, <b>prevendo-se que seja estabelecido protocolo com a Academia Militar</b>, no sentido de permitir o acesso das suas instalações desportivas a toda a população residente na área e na sua envolvente.</p>

## 6.9 Considerações Finais

O Documento Estratégico de Intervenção da Colina de Santana surge como uma oportunidade para ser efetuada uma avaliação mais “micro” sobre a oferta de equipamentos de utilização coletiva da rede pública existentes na área afeta ao mesmo. A estimativa de população induzida pelo potencial construtivo da área, vem revelar e identificar carências sentidas ou agravadas neste território da cidade, para as quais é premente impor soluções corretivas, necessárias e determinantes, para proporcionar à sua população residente uma melhor qualidade de vida urbana.

Uma parte significativa dos equipamentos previstos e propostos para esta área, pela sua especificidade e natureza dos serviços prestados, revestem-se de um cariz de proximidade, possibilitando fomentar as relações de vizinhança e privilegiando a escala humana e do bairro.

Contudo, as questões patrimoniais e identitárias da área não podem ser menosprezadas, pois fazem parte não apenas da memória local, mas, igualmente da história da cidade. Neste contexto, a proposta de criação do **Museu da Medicina**, cuja influência deverá irradiar muito para além da esfera local, surge como uma oportunidade de perpetuar essas memórias para as gerações futuras e deverá ser integrado na oferta e na programação cultural da cidade.

Por último, sugere-se, embora fora do âmbito da proposta de equipamentos de utilização coletiva, que seja avaliada a hipótese de serem criadas condições para a implantação de atividades económicas ligadas à área do conhecimento e da investigação médica. Esta estratégia, se por um lado, pode permitir fomentar a competitividade deste território, por outro, pode reforçar a afirmação desta área enquanto polo ligado a atividades médicas.

## 7. AMBIENTE E PAISAGEM

### 7.1. Introdução

A breve análise e caracterização da estrutura ecológica e paisagem da Colina de Santana desenvolve-se tendo como base as linhas orientadoras definidas no Plano Diretor Municipal de Lisboa, complementadas pelos objetivos específicos delineados neste documento para a área em estudo.

#### 7.1.1. Objetivos PDML

No Regulamento do Plano Diretor Municipal de Lisboa (RPDML) são definidos os objetivos estratégicos para o território municipal, entre os quais se destacam, pelo interesse que revelam para o presente trabalho:

- Promover a reabilitação e a regeneração urbana, (...) como forma de defesa e valorização do seu património histórico, cultural e paisagístico;
- Tornar Lisboa uma cidade amigável, segura e inclusiva;
- Promover uma cidade ambientalmente sustentável e eficiente na forma como utiliza os recursos, incentivando a utilização de recursos renováveis, uma correta gestão de resíduos, a agricultura urbana e a continuidade dos sistemas naturais e aumentando a resiliência urbana.

No mesmo documento são definidos objetivos para as diversas Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), dos quais se destacam, para a área em estudo:

UOPG 3 – Almirante Reis / Roma:

- Consolidar a Estrutura Ecológica, através da valorização do tecido verde composto pelos Espaços Verdes de Enquadramento a áreas edificadas, permitindo a continuidade ecológica Nascente — Poente;
- Implementar a revalorização e requalificação biofísica dos cursos de linhas de água e respetivas margens, de forma a assegurar o seu papel do ponto de vista funcional e paisagístico, e a garantir uma correta integração em áreas de espaços verdes urbanos e permitindo a fruição pública destes espaços.

UOPG 4 – Avenida Novas:

- Reduzir o peso do transporte privado e promover o acréscimo da área pedonal, com consequente melhoria da qualidade da vivência urbana;
- Regenerar o eixo central da cidade, com acréscimo de espaço público pedonal e dinamização do comércio e equipamentos marginantes, pela sua articulação com esse mesmo espaço;
- Valorizar o Conjunto Urbano Singular Portas de Santo Antão/S. Sebastião;
- Implementar a revalorização e requalificação biofísica dos cursos de linhas de água e respetivas margens, de forma a assegurar o seu papel do ponto de vista funcional e

paisagístico, e a garantir uma correta integração em áreas de espaços verdes urbanos e permitindo a fruição pública destes espaços;

- Diminuir a velocidade de escoamento da água pluvial, minimizando a afluência de grandes caudais aos pontos críticos em intervalos de tempo reduzido e diminuindo a entrada de água no sistema de drenagem canalizado, reduzindo conseqüentemente o risco de inundação, concretizando bacias de retenção e infiltração.

UOPG 7 – Centro Histórico:

- Dimensionar a oferta de estacionamento visando suprir carências preexistentes;
- Valorizar parte do Conjunto Urbano Singular Portas de Santo Antão/S. Sebastião e o Conjunto Urbano Singular Campo dos Mártires da Pátria.

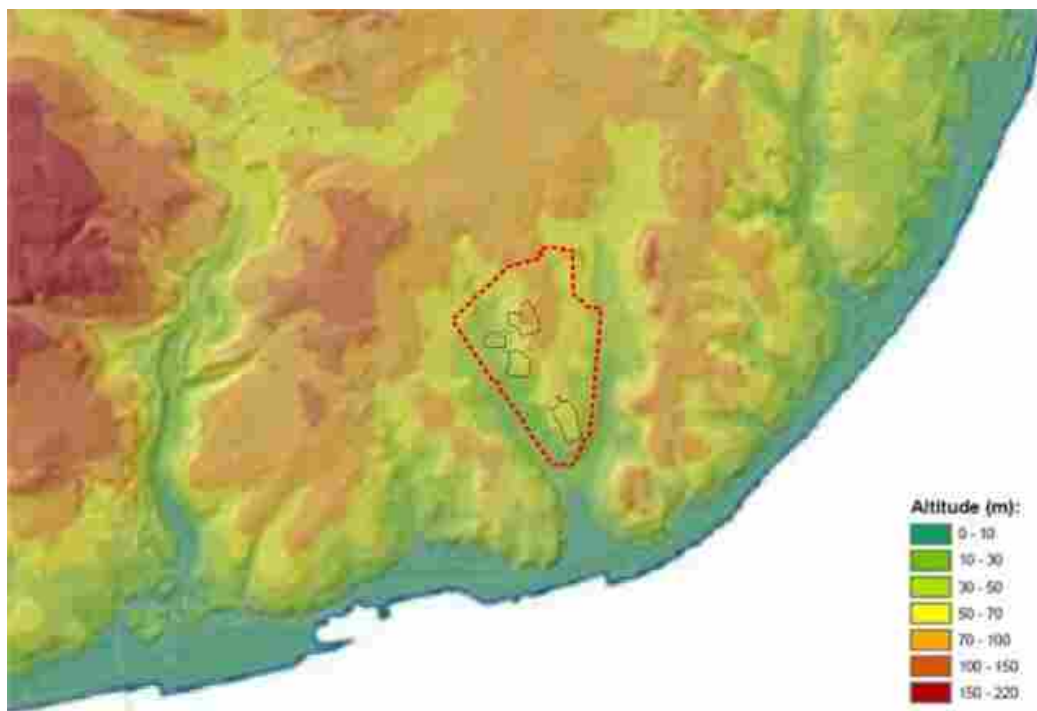
## 7.2. Caracterização biofísica

A breve caracterização biofísica que se segue teve por base diversos estudos realizados no âmbito da revisão do PDML, nomeadamente o Relatório Síntese de Caracterização Biofísica de Lisboa, bem como o Plano Verde de Lisboa e as Orientações Climáticas para o Ordenamento em Lisboa.

### 7.2.1. Morfologia / Fisiografia

As características e evolução da área em estudo encontram-se intimamente relacionadas com a sua fisiografia peculiar. Trata-se de um território integrado no sistema de colinas voltadas ao Tejo, delimitado pelos vales da Av. da Liberdade (Valverde) e da Av. Almirante Reis (Arroios).

Figura 7.1 - Carta Hipsométrica



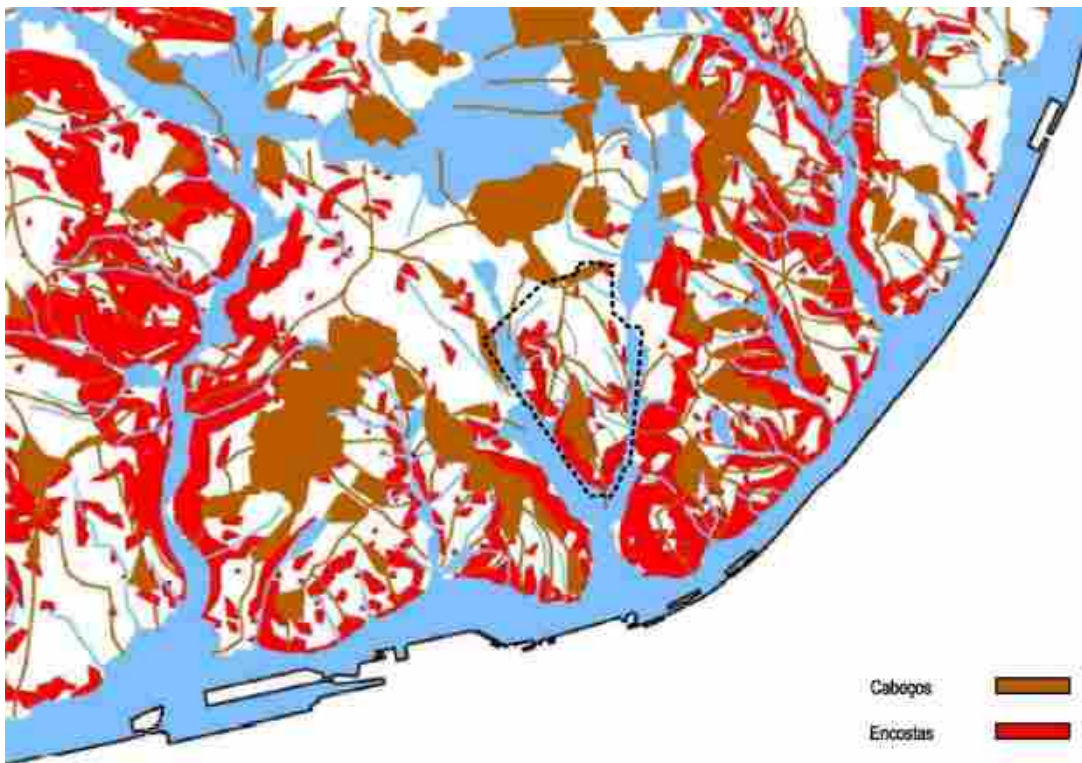
Fonte: CML/DPC/GAR (2007), adaptado do “Relatório síntese de Caracterização Biofísica de Lisboa”



Em termos altimétricos varia sensivelmente entre as cotas 10 e 89m, o que se revela significativo face à dimensão do território, concentrando-se as cotas mais elevadas a Norte, prolongando-se numa faixa central para Sul, coincidindo as cotas inferiores com os vales limítrofes a nascente e poente.

Analisando a morfologia do terreno revela-se o carácter específico e dominante desta unidade, constituído pelo festo que separa os vales de Valverde (Av. da Liberdade) e Arroios (Av. Almirante Reis), englobando as cabeceiras destas linhas de água, as encostas que as separam e parte destes dois vales que se unem na Baixa Pombalina, afluindo aí diretamente ao estuário do Tejo.

**Figura 7.2 - Morfologia do terreno**



Fonte: Adaptado do documento de atualização do “Plano Verde de Lisboa” (2002), coordenado por Gonçalo Ribeiro Telles e Manuela Raposo Magalhães

Caracteriza-se por um relevo diversificado e acidentado, excetuando-se o limite Norte, onde efetua uma transição suave com o território confinante, a zona planáltica das avenidas novas.

Relativamente ao declive, encontram-se todas as classes, sendo de destacar a presença de declives acentuados (superiores a 15%) nas encostas a nascente, sul e com maior incidência a poente, que efetua a transição entre os cabeços e os vales. Os declives mais suaves (inferiores a 5%) encontram-se ao centro, na zona mais elevada, definindo a zona de cabeço, e nos vales, a nascente e poente, definindo a zona adjacente das linhas de água.

Figura 7.3 - Carta de Declives

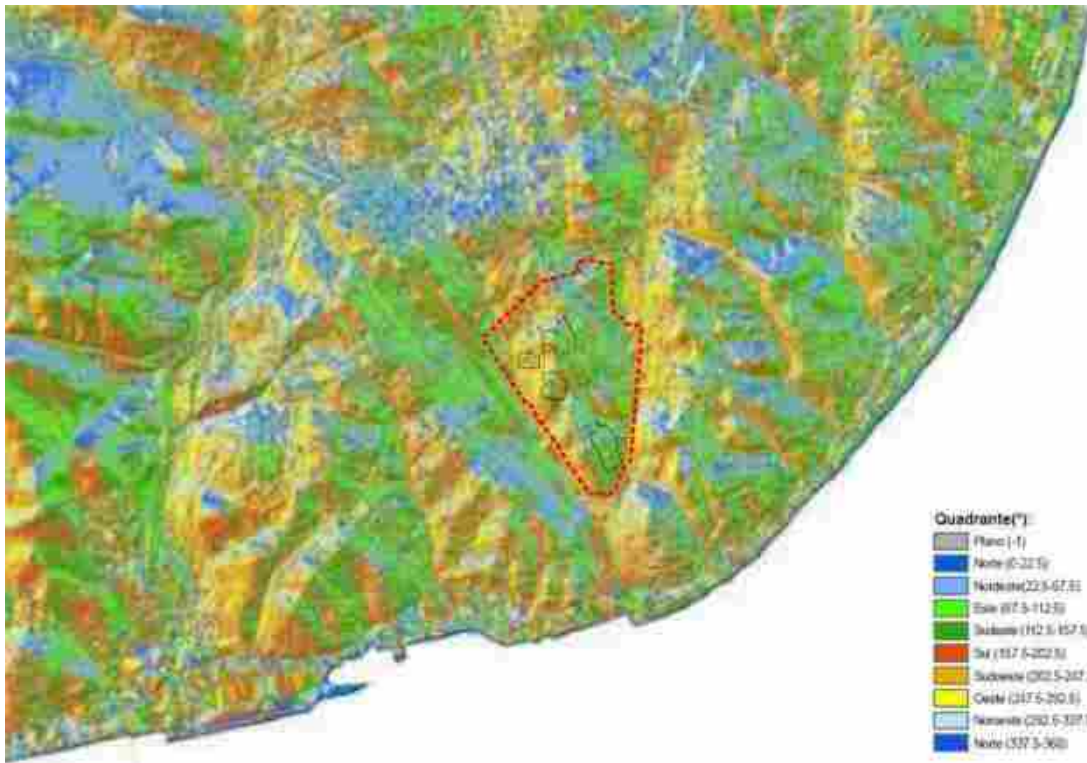


Fonte: CML/DPC/GAR (2007), adaptado do “Relatório síntese de Caracterização Biofísica de Lisboa”

Tal como referido no Projeto Urbano da Colina de Santana, esta prevalência de declives acentuados nos seus limites, está intimamente relacionada com um certo 'isolamento' que esta unidade tem sofrido relativamente às restantes zonas históricas que a envolvem.

Quanto à exposição das encostas este território encontra-se dividido longitudinalmente, concentrando-se as exposições do quadrante nascente (com maior incidência de E e NE) na encosta sobre a Av. Almirante Reis e as exposições mais favoráveis, do quadrante poente (maioritariamente W e SW) na encosta voltada para a Av. da Liberdade. Nas zonas de cumeada, por os declives serem muito suaves, a orientação assume menor relevância, constituindo zonas de forte incidência solar.

Figura 7.4 - Carta de Exposições



Fonte: CML/DPC/GAR (2007), adaptado do “Relatório síntese de Caracterização Biofísica de Lisboa”

### 7.2.2. Geomorfologia / Pedologia

A área em estudo compreende um conjunto de formações miocénicas, constituídas por areolas da Estefânia, calcários de Entrecampos e argilas do Forno do Tijolo e dos Prazeres. Os vales que delimitam este território constituem formações recentes, do Holocénico, compostas por aluviões e aterros.

A natureza geológica do substrato está diretamente relacionada com os tipos de solos, correspondendo às formações identificadas as categorias de solos arenosos, calcareníticos, argilosos e aluvionares.

Figura 7.5 - Carta Geológica



Fonte: Serviços Geológicos de Portugal “*Carta Geológica do Concelho de Lisboa*” (1986), adaptada da carta disponível na base de dados da CML (2011)

A Carta Geológica do Concelho de Lisboa foi realizada com base na Carta Geológica do Concelho de Lisboa (1986), à escala 1:10000, dos Serviços Geológicos de Portugal, atualizada com nomenclatura e simbologia da 2ª Edição da Carta Geológica de Portugal, à Escala 1:50000, de 2005.

A cada uma destas diferentes formações corresponde um grau de permeabilidade. Na Carta de Permeabilidade do concelho de Lisboa foram constituídas 5 classes de permeabilidade (baixa, baixa a média, média, média a alta e alta). Parte muito significativa deste território enquadra-se na classe média a alta (correspondendo a areolas e calcários), excetuando-se pequenas parcelas de baixa permeabilidade (argilas do Forno do Tijolo), média a baixa (argilas dos Prazeres) e alta (aluviões).

Na análise da área de intervenção é relevante a coincidência de zonas de média a alta permeabilidade com as cabeceiras das linhas de água, maximizando a sua capacidade de infiltração de águas pluviais e, conseqüentemente, a sua potencial contribuição para diminuir o caudal e a velocidade do escoamento superficial, reduzindo os caudais de ponta, ou seja, reduzindo o risco de inundação dos vales limítrofes. Para que tal se concretize seria necessário tomar medidas no sentido de reduzir o grau de impermeabilização desta área e aumentar os espaços de solo orgânico com revestimento vegetal.

Figura 7.6 - Carta de Permeabilidade



Fonte: Adaptada de CML/DIGC “Carta de Permeabilidade do Concelho de Lisboa” (2013), elaborada com base na “Carta Geológica do Concelho de Lisboa” (1986), dos Serviços Geológicos de Portugal

### 7.2.3. Clima

A breve análise que se segue baseou-se no Relatório Síntese de Caracterização Biofísica de Lisboa e nas Orientações Climáticas para o Ordenamento em Lisboa, estudo realizado em 2005 por Maria João Alcoforado, António Lopes, Henrique Andrade e João Vasconcelos, do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (Alcoforado, 2005).

Neste estudo refere-se que a cidade de Lisboa tem um clima de tipo mediterrâneo, caracterizado por um verão quente e seco e pela concentração da maior parte da precipitação no período entre Outubro e Abril. Apresenta as seguintes características:

- Temperatura: temperatura média anual da ordem dos 16°C, com mínimos a ocorrer durante os meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro (com 10°C) e máximos nos meses de Julho a Setembro (com valores médios de 20 a 25°C);
- Precipitação: valores médios anuais de precipitação da ordem dos 650mm aos 760mm, com máximos mensais a registarem-se durante os meses de Novembro (com 160mm) a Fevereiro e mínimos nos meses de Julho e Agosto (valores de 3 a 7mm). Por vezes ocorrem estados de tempo imprevisíveis, como a manifestação de valores elevados de precipitação em períodos curtos de tempo, situação que potencia a ocorrência de inundações;

- Vento: ventos predominantes do quadrante Norte (N), embora os rumos Noroeste (NO) e Nordeste (NE) apresentem igualmente algum significado; (segundo Alcoforado, 1987<sup>1</sup>, no verão, a nortada sopra em 70% das tardes e continuamente durante todo o dia em 45% dos dias, e no inverno os rumos N e NE atingem cerca de 27%, enquanto o vento sopra de SW e S em aproximadamente 29% das ocasiões). Quanto à velocidade, no período de Novembro a Março a velocidade média atinge os menores valores anuais (inferior a 15Km/h), sendo no entanto no período de Dezembro e Fevereiro que se verificam os valores extremos mais frequentes (incluindo a ocorrência de rajadas);
- Nevoeiro: baixo número de registo de situações de nevoeiro. Estes momentos ocorrem especialmente nos meses de Dezembro e Janeiro em que se registam frequentes períodos do dia com nevoeiro, por oposição ao período de verão;
- Nebulosidade: nebulosidade durante todo o ano, com maior intensidade durante o período de Inverno, onde se registam 10 a 15 dias por mês com nebulosidade de índice 8 (num intervalo compreendido entre 0 a 10), contrariamente ao período de Maio a Outubro, em que ocorre grande número de dias de céu limpo.

Nos estudos coordenados por M. João Alcoforado refere-se que, para além das características do clima da região de Lisboa que dependem de fatores geográficos regionais como a latitude e a proximidade do Oceano Atlântico, dois outros fatores condicionam, na escala mesoclimática e local, o clima de Lisboa: a topografia acidentada da cidade e a sua posição à beira-Tejo (Alcoforado, 1987<sup>1</sup>; Alcoforado, 1992b<sup>2</sup>; Andrade, 2003<sup>3</sup>). O clima resulta assim da modificação destas condições gerais pelas características físicas da cidade, nomeadamente a morfologia urbana.

O aspeto mais estudado do clima urbano em Lisboa é a ilha de calor urbano, fator com implicações no conforto e na saúde dos cidadãos, no consumo de energia e de água e na qualidade do ar. Outro aspeto do clima urbano, cujo estudo foi desenvolvido, é o das condições de ventilação, que influenciam não só o campo térmico urbano mas também (e sobretudo) a qualidade do ar.

Segundo Oke (1987<sup>4</sup>; 1988<sup>5</sup>) e Sailor e Lu (2004<sup>6</sup>), as principais causas da ilha de calor urbano (considerada no estudo a ilha de calor da atmosfera urbana inferior, registada entre o nível do solo e o nível médio do topo dos edifícios), são as seguintes:

Geometria urbana:

- Aumento da absorção da radiação solar devido a maior área de absorção e ao baixo albedo<sup>7</sup> consequência das “reflexões múltiplas” entre os prédios, mas também em consequência dos materiais de construção e cobertura;

<sup>1</sup> Alcoforado, M. J. (1987) - Brisas estivais do Tejo e do Oceano na região de Lisboa. *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia*, Lisboa, XXII (43): 71-112. (Cit in Alcoforado, 2005).

<sup>2</sup> Alcoforado, M. J. (1992b) - *O clima da região de Lisboa. Contrastes e ritmos térmicos*. Lisboa, Memórias do C.E.G, vol.15, Lisboa: 347. (Cit in Alcoforado, 2005).

<sup>3</sup> Andrade, H. (2003) - *Bioclima humano e Temperatura do ar em Lisboa*. Dissertação de Doutoramento em Geografia Física. Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa: 435. (Cit in Alcoforado, 2005).

<sup>4</sup> Oke, T.R. (1987) – *BoundaryLayer Climates*. Routledge, London. (Cit in Alcoforado, 2005).

<sup>5</sup> Oke, T.R. (1988) - Street design and urban canopy layer climate. *Energy and Buildings*, 11: 103-113. (Cit in Alcoforado, 2005).

<sup>6</sup> Sailor, D. J.; Lu, L. (2004) - A top-down methodology for developing diurnal and seasonal anthropogenic heating profiles for urban areas. *Energy and Buildings*, 38: 2737-2748. (Cit in Alcoforado, 2005).

<sup>7</sup> Razão entre a energia luminosa que uma superfície difunde em todas as direções e a luz que incide nessa superfície.

- Aumento da radiação de grande comprimento de onda proveniente da atmosfera mais poluída, assim como devido à emissão pelos prédios vizinhos em ruas de baixo *sky view factor* [O fator de visão do céu (*sky view factor*, SVF) é a razão entre a porção de céu observado a partir de um determinado ponto da superfície terrestre e aquela que está potencialmente disponível. O SVF tem valor 1, quando não existe qualquer obstáculo que limite a visão do céu];
- Diminuição da perda de radiação de grande comprimento de onda devido a redução do SVF;
- Redução (em média) da velocidade do vento e, conseqüentemente, das transferências de calor por advecção e menor eficácia na remoção de poluentes.

#### Poluição do ar:

- Aumento da radiação de grande comprimento de onda proveniente da atmosfera mais poluída.

#### Emissão de calor a partir dos edifícios, tráfego e metabolismo dos organismos vivos:

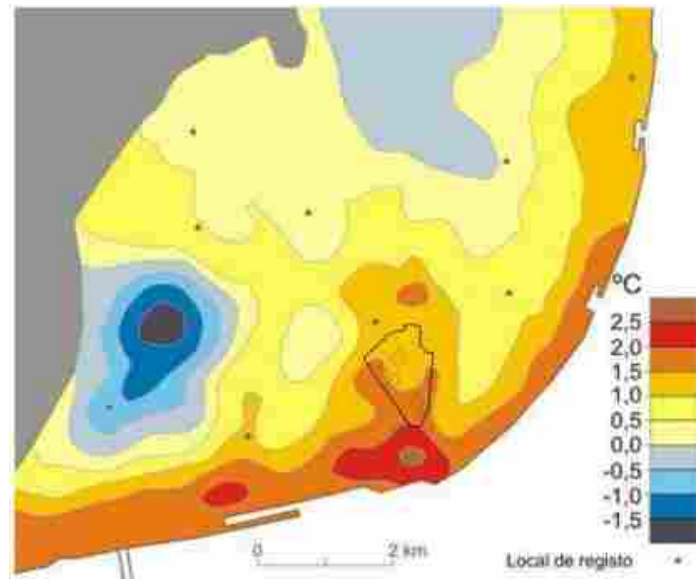
- Aumento do *input* energético em áreas urbanas.

#### Cobertura do solo e materiais de construção:

- Aumento do armazenamento do calor sensível devido às características térmicas particulares dos materiais de construção (calor específico, condutibilidade térmica, etc.);
- Redução da evapotranspiração e da transferência de fluxo turbulento de calor latente, devido a diminuição da cobertura vegetal e extensão das superfícies impermeabilizadas nas áreas urbanas.

Em Lisboa os estudos indicam a existência de ilhas de calor urbano, mais frequente de noite do que de dia. A intensidade média da ilha de calor noturna situa-se em geral entre 1°C a 4°C, embora se possam verificar intensidades muito superiores. De noite, ocorre tanto com situações de calma atmosférica, como em situação de vento fraco a moderado (neste caso, principalmente por efeito de abrigo dos ventos dominantes do quadrante Norte, sempre frios ou frescos), tanto de verão como no inverno. De dia, alternam situações de ilha de calor com “ilhas de frescura”, tanto no Inverno como no Verão.

**Figura 7.7** - Ilha de calor noturna de Lisboa - temperaturas normalizadas da atmosfera referentes a noites com vento Norte moderado



Fonte: Andrade, 2003, adaptado do relatório “Orientações Climáticas para o Ordenamento em Lisboa”, coordenado por M. João Alcoforado

Como se pode observar na figura, de noite é frequente o núcleo da ilha de calor situar-se na Baixa, prolongando-se pelos vales para Norte e ao longo da zona ribeirinha. Também durante alguns dias de Verão, em ocasiões muito frequentes de ventos de Norte, estes locais apresentam as temperaturas do ar mais altas da cidade.

A área em estudo, pela sua localização, é extremamente afetada por este fenómeno, sendo notório que as encostas expostas a SW e SE, por se encontrarem relativamente abrigadas dos ventos do quadrante norte, apresentam elevada suscetibilidade a este aumento de temperatura. Esta situação será naturalmente agravada sempre que se verifique um elevado *sky view factor* (que pode ser traduzido pela razão entre a altura dos edifícios e a distância entre eles), como acontece nos bairros mais antigos, nomeadamente no Bairro Andaluz, Bairro Santana e em alguns núcleos da encosta voltada para a Av. Almirante Reis.

Noutras situações diurnas, e por influência de brisas provenientes do Oceano e do estuário do Tejo, tanto no verão como no inverno a temperatura nestes locais pode ser bastante menos elevada do que no Norte: uma ‘ilha de frescura’ substitui então a ilha de calor.

Outro tema importante abordado no estudo coordenado por M. João Alcoforado é o vento em Lisboa.

O rumo e a velocidade do vento de gradiente sofrem modificações na cidade, sobretudo devido ao atrito acrescido provocado por uma superfície urbana mais rugosa (Oke, 1987<sup>8</sup>; Lopes, 2003<sup>9</sup>). Apesar da diminuição significativa da velocidade média, podem, no entanto, ocorrer acelerações em ruas por onde o vento é canalizado.

O vento desempenha um papel fundamental no ambiente climático das cidades,

<sup>8</sup> Oke, T.R. (1987) – *BoundaryLayer Climates*. Routledge, London. (Cit in Alcoforado, 2005).

<sup>9</sup> Lopes, A. (2003) - *Modificações no clima urbano de Lisboa como consequência do crescimento urbano. Vento, ilha de calor de superfície e balanço energético*. Dissertação de Doutoramento apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: 375. (Cit in Alcoforado, 2005).

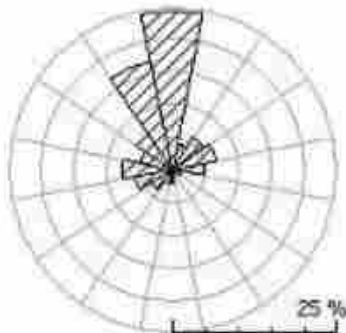


promovendo o necessário arejamento; particularmente as brisas do mar ou do estuário, que transportam ar fresco e húmido do oceano e/ou do estuário do Tejo, contribuem para um arrefecimento significativo da cidade, atuando positivamente no conforto térmico e saúde dos cidadãos. As consequências do vento são normalmente benéficas para a remoção de poluentes (Andrade, 1994<sup>10</sup> e 1996<sup>11</sup>), como é o caso da Nortada.

O efeito das brisas de vertente - nomeadamente a drenagem de ar frio por gravidade e sua acumulação no fundo dos vales - poderá variar de caso para caso, mas pode igualmente ser importante na mitigação da intensidade da ilha de calor urbano e na limpeza da atmosfera urbana. No entanto, o estudo refere que em vales muito densamente construídos como os da área de intervenção, a Avenida Almirante Reis e, em menor escala, a Avenida da Liberdade, a drenagem de ar frio é menos intensa, devido à falta de áreas a montante onde o ar frio seja produzido e aos obstáculos à sua progressão para jusante, constituídos pelos blocos de edifícios (Andrade, 2003<sup>12</sup>).

Numa síntese das características do vento na cidade, refere-se que em termos anuais dominam em Lisboa os ventos provenientes dos quadrantes N e NW, cujas frequências de ocorrência totalizam 41%, registando-se, no entanto alguma variabilidade estacional.

**Figura 7.8 -** Rumos do vento em Lisboa/Portela (medidas horárias, período de 1971-1980)



Fonte: Lopes, 2003 - extraído do relatório “Orientações Climáticas para o Ordenamento em Lisboa”, coordenado por M. João Alcoforado

O estudo coordenado por M. João Alcoforado elaborou um mapa dos climatopos de Lisboa, com base na morfologia urbana e nas classes de ventilação.

Como é visível na figura, a área em estudo localiza-se a Sul do limite aerodinâmico (situação em que ocorre uma redução significativa da velocidade do vento devido a uma maior rugosidade aerodinâmica) e corresponde, na maioria, a áreas construídas de elevada densidade de construção. Esta situação corresponde ao climatopo mais desfavorável quanto ao comportamento térmico e aerodinâmico, registando-se forte redução da velocidade do vento e elevada frequência da ilha de calor de máxima intensidade. Excetuam-se deste comportamento os espaços verdes de maior dimensão (com destaque para o Jardim do Campo dos Mártires da Pátria), as zonas de vale e os pequenos espaços intersticiais de menor densidade de construção.

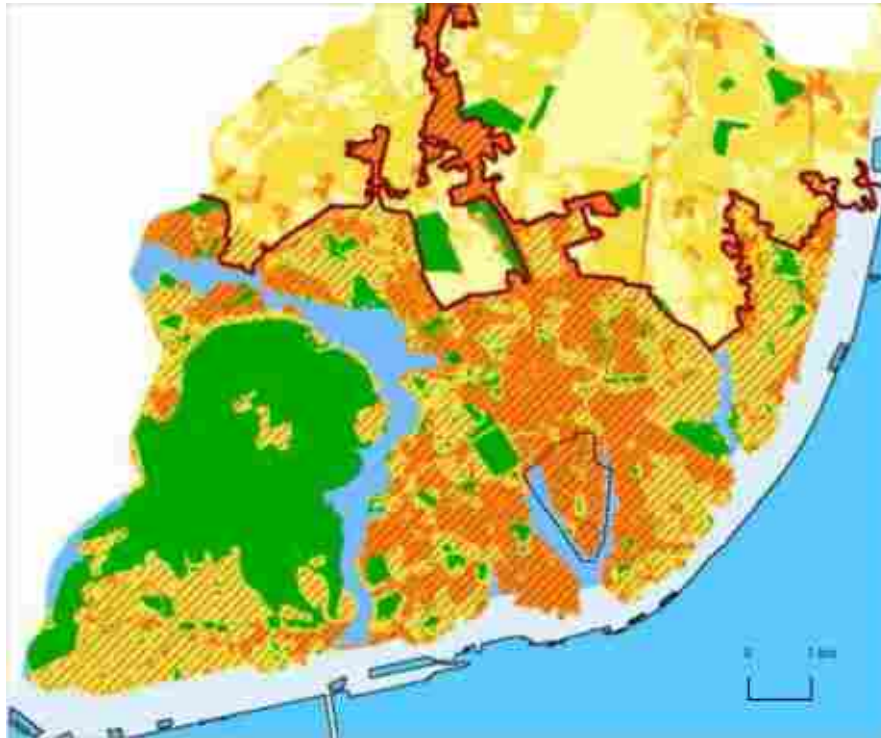
<sup>10</sup> Andrade, H. (1994) - *Poluição Atmosférica e Clima de Lisboa. Aspectos da Variação Espacial e Temporal no Semestre de Inverno*. Dissertação de Mestrado em Geografia Física. Faculdade de Letras Universidade de Lisboa: 214. (Cit in Alcoforado, 2005).

<sup>11</sup> Andrade, H. (1996) - A qualidade do ar em Lisboa, valores médios e situações extremas. *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia*, Lisboa, XXXI (61): 43-66. (Cit in Alcoforado, 2005).

<sup>12</sup> Andrade, H. (2003) - *Bioclima humano e Temperatura do ar em Lisboa*. Dissertação de Doutoramento em Geografia Física. Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa: 435. (Cit in Alcoforado, 2005).

Em função destas conclusões o estudo propõe orientações espacializadas que visam minorar os aspetos negativos do clima urbano e maximizar os positivos, nomeadamente, mitigar a ilha de calor urbano e as suas consequências e melhorar as condições de ventilação e a qualidade do ar.

**Figura 7.9 - Climatopos de Lisboa**



Climatopos		Densidade de construção
Áreas construídas	A Norte do limite aerodinâmico	Elevada
		Média
	A Sul do limite aerodinâmico	Baixa
Espaços Verdes		Elevada
Frente Ribeirinha		Média e baixa
Fundo de vale		Baixa
Limite aerodinâmico		Variável
		Variável

Fonte: Adaptado do relatório “Orientações Climáticas para o Ordenamento em Lisboa”, coordenado por M. João Alcoforado

Resume-se no quadro seguinte as recomendações aplicáveis à área de intervenção:

**Quadro 7.1** - Resumo das orientações climáticas especializadas para o ordenamento

Grupos de Climatopos	Orientações
Áreas construídas de alta densidade	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Preservar os fundos dos vales de novas construções e da ocupação com vegetação densa;</li> <li>2. Manter nas construções urbanas uma razão <math>H/W^{13}</math> o mais reduzida possível (se possível <math>\leq 1</math>); evitar o aumento do número de pisos dos edifícios e a construção nos espaços intersticiais;</li> <li>3. Ocupar os espaços intersticiais com vegetação, de preferência caducifólia;</li> <li>4. Utilizar materiais de construção e cobertura de baixa condutividade e albedo<sup>14</sup> elevado.</li> </ol>
Áreas construídas de média densidade	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Preservar os fundos dos vales de novas construções e da ocupação com vegetação densa</li> <li>2. Manter uma razão <math>H/W^{13} \leq 1</math> nas construções urbanas</li> <li>3. Criar espaços verdes de média dimensão e preencher os espaços intersticiais com vegetação</li> </ol>
Espaços verdes	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Manter os espaços verdes existentes e favorecer a manutenção de pequenos jardins e logradouros com vegetação</li> <li>2. Nos espaços verdes de lazer favorecer uma estrutura diversificada, com alternância de áreas abertas e arborizadas, dando preferência a vegetação caducifólia</li> <li>3. A barlavento das áreas de permanência (por exemplo esplanadas), criação de barreiras de árvores de folha persistente</li> <li>4. Nos espaços verdes de proteção, favorecer manchas densas de árvores de folha persistente</li> </ol>
Corredores de ventilação (a definir em futuro estudo microclimático)	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Impedir a construção de edifícios altos ou médios com fachada orientada perpendicularmente aos ventos dominantes (N-NW)</li> <li>2. Evitar a plantação de manchas arbóreas densas que impeçam a circulação dos ventos dominantes</li> </ol>

Fonte: Adaptado do relatório “Orientações Climáticas para o Ordenamento em Lisboa”, coordenado por M. João Alcoforado

### 7.3. Proteção de valores e recursos ambientais no PDML

#### 7.3.1. Estrutura Ecológica Municipal

Tal como definido no RPDML, a Estrutura Ecológica Municipal visa assegurar a continuidade e complementaridade dos sistemas naturais no território urbano, a sustentabilidade ecológica e física do meio, as funções dos sistemas biológicos, a biodiversidade, o controlo dos escoamentos hídricos e circulação do vento, o conforto bioclimático e a valorização do património paisagístico.

A Estrutura Ecológica Municipal é constituída pela Estrutura Ecológica Fundamental e pela Estrutura Ecológica Integrada (ver **Capítulo 2, Figura 2.3** - PDM, Planta da Estrutura Ecológica Municipal)

<sup>13</sup> Razão entre a altura dos edifícios e a distância entre eles.

<sup>14</sup> Razão entre a energia luminosa que uma superfície difunde em todas as direções e a luz que incide nessa superfície.

## Estrutura Ecológica Fundamental

A Estrutura Ecológica Fundamental define uma estratégia de valorização e salvaguarda dos sistemas naturais fundamentais, em articulação com a rede ecológica definida à escala metropolitana.

É constituída pelo sistema de corredores estruturantes, sistema húmido e sistema de transição fluvial estuarino.

O sistema de corredores estruturantes, embora não representado na área de intervenção, confina com esta a poente, através do corredor da Av. da Liberdade, que estabelece uma das ligações de Monsanto ao corredor que se desenvolve ao longo de toda a margem ribeirinha.

Coincidindo parcialmente com o anterior, mas sobrepondo-se aos limites nascente, sul e poente da área em estudo, e prolongando-se em diversos pontos para o seu interior, encontra-se o sistema húmido, que integra as linhas de drenagem a céu aberto e áreas adjacentes dos vales de Valverde a Arroios que são simultaneamente zonas de solos aluvionares, sujeitas a inundações e de elevada permeabilidade.

No limite sul da área de intervenção, na confluência dos dois vales, sobrepõe-se ao sistema húmido o sistema de transição fluvial estuarino, por ser uma zona de contacto entre as linhas de drenagem pluvial e as águas do estuário do Tejo, sujeitas ao efeito das marés, agravando-se aqui a suscetibilidade a inundações.

## Estrutura Ecológica Integrada

A Estrutura Ecológica Integrada é complementar da anterior, tendo por objetivo uma articulação entre os sistemas naturais e culturais e a sua gestão numa perspetiva sustentável e integrada do território municipal. Reúne espaços públicos de proximidade e compatibiliza funções ecológicas com usos de recreio, produção, enquadramento e proteção.

Na área em estudo estão representadas as categorias de Espaços Verdes, Logradouros Verdes Permeáveis a Preservar e Eixos Arborizados.

Os espaços verdes que integram esta estrutura são quatro, todos classificados como Espaços Verdes de Recreio e Produção.

Destaca-se pela sua dimensão, centralidade, funções de recreio e valor patrimonial, o jardim do Campo dos Mártires da Pátria, denominado Jardim Braamcamp Freire, construído no final do séc. XIX, e extremamente rico pela diversidade da sua flora, nomeadamente ao nível do estrato arbóreo, onde se destaca a presença de uma alameda e 10 exemplares isolados, classificados como de interesse público (ver **Capítulo 2, Figura 2.9** - PDM, Planta de Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública):

- *Casuarina cunninghamiana* Miguel, casuarina, pinheiro australiano, 16 exemplares;
- *Cedrus deodara* (Roxb.) G. Don, cedro-do-himalaia, um exemplar;
- *Ficus benjamina* L., figueira-da-índia, dois exemplares;
- *Metrosiderus excelsea* Soland ex Gaert, metrosídero, dois exemplares;

- *Phytolacca dioica* L., bela-sombra, dois exemplares;
- *Pinus pinea* L., pinheiro manso, um exemplar;
- *Taxus baccata* L, teixo, dois exemplares.

Este jardim, de cerca de 2 ha, integra a Carta Municipal do Património como Património Paisagístico.

Muito próximo do anterior, na Alameda de Santo António dos Capuchos, o Jardim dos Sabores, espaço verde de lazer de forma triangular e aproximadamente 1 500 m<sup>2</sup>, muito utilizado pela população.

A Norte, o jardim do Hospital D. Estefânia, que se desenvolve entre a Rua Jacinta Marto e o edifício principal do Hospital, com cerca de 1,5 ha, construído na segunda metade do séc. XIX, integra igualmente a Carta Municipal do Património, como logradouro do imóvel.

Por último, a Sul, o logradouro do Ateneu Comercial de Lisboa, um espaço atualmente bastante degradado e que não se encontra aberto ao público, tem uma área aproximada de 8 500 m<sup>2</sup>.

Na envolvente próxima da área de intervenção, mas já no seu exterior, evidenciam-se importantes espaços verdes, como a poente a Av. da Liberdade e o Parque Eduardo VII, à escala da cidade, e a norte a Praça José Fontana e o Jardim Constantino, a uma escala de proximidade.

Por sua vez o Jardim Miradouro do Torel, surge na Estrutura Ecológica integrada na categoria de logradouros, associado a um outro conjunto de espaços que com ele confinam, nomeadamente o logradouro da Escola Básica de São José e os jardins do conjunto classificado como imóvel de interesse público, dos prédios da Rua de São José (n.º 12 a 20), classificação esta que é extensiva aos jardins.

Esta categoria abrange outros espaços, destacando-se pela sua distribuição os interiores de quarteirão do Bairro do Andaluz e alguns logradouros na proximidade do Coliseu dos Recreios, que, em conjunto com a unidade do logradouro do Torel e o espaço verde do Ateneu, formam uma faixa quase continua, ligeiramente acima na encosta e paralela à antiga via de entrada em Lisboa, que se desenvolve hoje pelas Portas de Santo Antão, Rua de São José e Rua de Santa Marta.

Assinalam-se outros logradouros dispersos pelo território, sendo relevante o facto de alguns integrarem a Carta Municipal do Património, como o pátio do Hospício de São Bernardino, que confina com a Vila Leonor, ou o jardim do Palácio Pombeiro (embaixada de Itália).

Na área em estudo os eixos arborizados concentram-se maioritariamente na zona Norte, nos arruamentos ortogonais do Bairro Camões e prolongam-se até ao Campo dos Mártires da Pátria, ao longo da Rua Luciano Cordeiro e da Rua Gomes Freire. Na envolvente deste Campo assinalam-se ainda, pela sua riqueza cénica e raridade num território densamente construído, o Paço da Rainha, a Rua Manuel Bento de Sousa / Largo da Escola Municipal, a Rua do Instituto Bacteriológico e a Rua Júlio de Andrade.

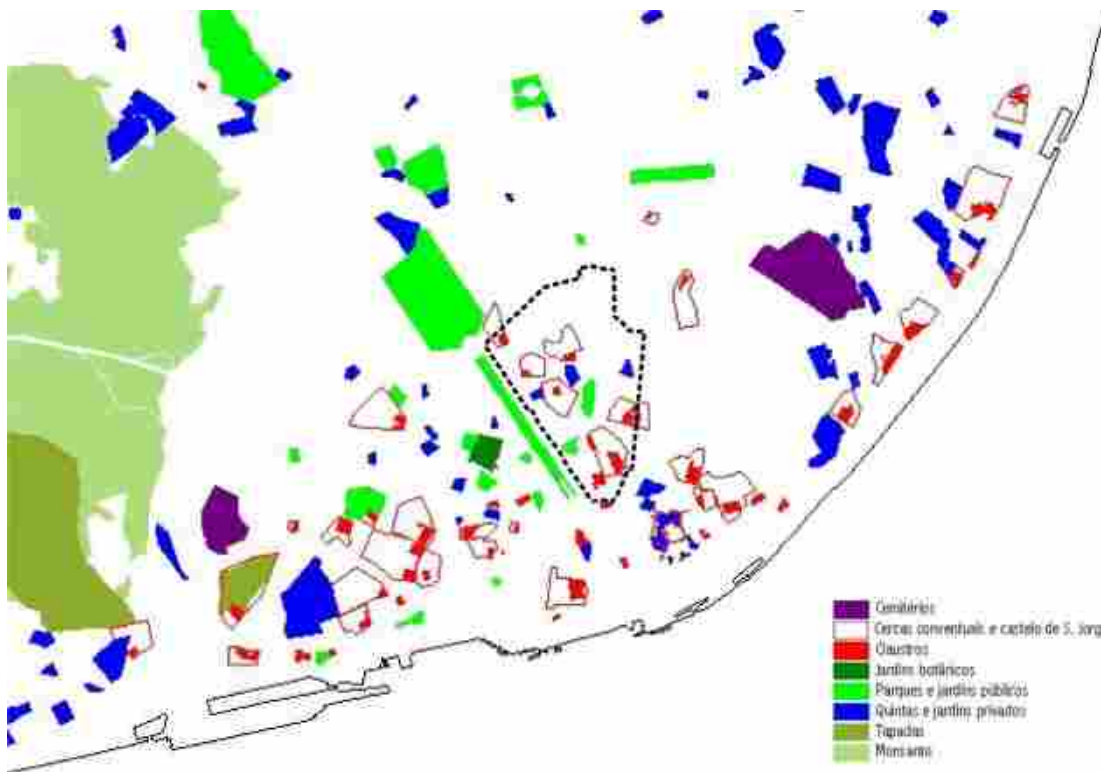
Nas zonas consolidadas da cidade a presença destes corredores assume uma extrema importância na interligação dos restantes espaços da Estrutura Ecológica Municipal.

## Estrutura Ecológica Cultural

Subjacente à definição da Estrutura Ecológica Municipal encontra-se, em simultâneo com a preservação da estrutura biofísica, a defesa e valorização do património cultural, aqui com especial relevância para o património paisagístico.

Nos estudos realizados como contributo para a revisão do PDML, foi desenvolvido o conceito de Estrutura Ecológica Cultural. Esta estrutura compreende os sistemas e ocorrências naturais notáveis, geomonumentos e espaços culturalmente significativos, no âmbito arquitetónico, histórico e/ou natural, nomeadamente com expressão na área em estudo: cercas conventuais, claustros, parques e jardins públicos e quintas e jardins privados.

Figura 7.10 - Estrutura Ecológica Cultural



Fonte: Adaptado do documento de atualização do “Plano Verde de Lisboa” (2002), coordenado por Gonçalo Ribeiro Telles e Manuela Raposo Magalhães

A elevada conectividade que desejavelmente caracteriza os sistemas ecológicos de suporte biofísico do território é aqui encarada como uma oportunidade de integração do património cultural numa estrutura contínua de enquadramento, acessibilidade e valorização do potencial recreativo e turístico deste património.

### 7.3.2. Outras componentes ambientais urbanas

Para além da Estrutura Ecológica Municipal, o PDML define ainda outras componentes com importância no ambiente urbano, as quais identifica e para as quais estabelece igualmente regras de uso.

Na área de intervenção assume especial importância o **Sistema de Vistas**. Este sistema é formado pelas panorâmicas e pelos enfiamentos de vistas que, a partir dos espaços públicos, nomeadamente os miradouros, jardins públicos, largos e praças e arruamentos existentes, proporcionam a fruição das paisagens e ambientes urbanos da cidade de Lisboa.

O sistema de vistas tem por objetivos salvaguardar e valorizar as relações visuais que, devido à fisiografia da cidade, se estabelecem entre os espaços públicos e os elementos característicos da paisagem urbana, nos seguintes subsistemas:

- Subsistema da frente ribeirinha, subdividido em setor ocidental e setor oriental, onde se estabelecem relações visuais com o Rio e o Estuário;
- Subsistema de pontos dominantes, subsistema de ângulos de visão e subsistema de cumeadas principais, onde se estabelecem relações visuais com a cidade e com o território envolvente, nomeadamente com o Parque de Monsanto;
- Subsistema de vales, onde se estabelecem relações visuais com as encostas e as zonas baixas da cidade, nomeadamente com o Aqueduto das Águas Livres.

A área de intervenção é particularmente sensível quanto ao sistema de vistas. Devido ao seu relevo característico, e sendo uma colina voltada sobre o Tejo e cortada por dois importantes vales transversais ao rio, integra zonas de elevada visibilidade a partir de diversos pontos notáveis da cidade, sendo percecionadas a grande distância, bem como permite, em determinados pontos dominantes do seu território, disfrutar de importantes panorâmicas, não só sobre os vales, mas também sobre outras colinas, nomeadamente sobre a encosta a poente da Av. da Liberdade (colina da cotovia).

Da análise da Planta do Sistema de Vistas (ver **Capítulo 2, Figura 2.4** - PDM, Planta do Sistema de Vistas) é visível que a área de intervenção é abrangida pelo sistema de vales - vale da Av. da Liberdade e vale da Av. Almirante Reis, e que integra três pontos notáveis, localizados no miradouro do Torel, na Rua Joaquina e no Hospital de São José. Estes pontos têm ângulos de visão muito alargados, variando entre os 120 e os 200°, o que evidencia a abrangência das panorâmicas que é possível disfrutar.

Simultaneamente, embora no estudo que fundamentou a execução desta carta não tenha sido possível definir os alcances de cada um dos pontos dominantes identificados [Santos, André (2008) – *Sistema de Vistas como ferramenta de apoio ao planeamento urbano. Caso de Estudo: Concelho de Lisboa*, Universidade de Évora] é expectável que a área em estudo seja visível a partir de muitos daqueles cujo azimute assim o proporciona, tais como o elevador de Santa Justa, miradouro de São Pedro de Alcântara, Jardim Botânico e Parque Eduardo VII, a poente, e o Castelo de São Jorge, miradouro da Graça, miradouro da Senhora do Monte, miradouro do Monte Agudo e Rua Marques Silva, a nascente.

A qualidade cénica da paisagem é um valor, cada vez mais raro, que é definidor da identidade da cidade de Lisboa e que como tal deverá ser preservado.

O estudo realizado recomenda que sejam tomadas medidas para a proteção das vistas panorâmicas, nomeadamente nas encostas em direção aos vales, evitando a obstrução das panorâmicas observadas a partir dos pontos de visão que delimitam essas zonas mais sensíveis, podendo ser necessário condicionar as alturas dos edifícios no seu interior e promover intervenções que valorizem as paisagens percecionadas.

### 7.3.3. Riscos naturais e antrópicos

O PDML identifica áreas sujeitas a diversos tipos de riscos associados a fenómenos naturais e à intervenção humana. Destacam-se na Colina de Santana a Vulnerabilidade a Inundações e Suscetibilidade ao Efeito de Maré Direto, e a Suscetibilidade de Ocorrência de Movimentos de Massa em Vertentes

#### Vulnerabilidade a Inundações e Suscetibilidade ao Efeito de Maré Direto

A definição das áreas vulneráveis a inundações teve como base o cruzamento de dados climáticos (nomeadamente de precipitação) com um conjunto diverso de parâmetros, como os registos de intervenção do Regimento de Sapadores Bombeiros e da Brigada de Coletores da CML, a geomorfologia (no qual se destaca o declive), o grau de permeabilidade das formações geológicas, a presença de linhas de água, o efeito de maré direto, entre outros, especificados no estudo de Caracterização Biofísica, elaborado no âmbito da revisão do PDML. Os dados foram ainda cruzados com o Sistema Húmido e as Zonas de Transição Fluvial-Estuarina, tendo sido definidas três classes de vulnerabilidade a inundações – moderada, elevada e muito elevada.

A área de intervenção, tal como decorre da análise já realizada quanto à Estrutura Ecológica Fundamental, apresenta zonas vulneráveis a inundações, nomeadamente nas linhas de água, agravando-se este fenómeno, a Sul, na junção dos dois vales, em que esta vulnerabilidade é muito elevada (ver **Capítulo 2, Figura 2.5** - PDM, Planta de Riscos Naturais e Antrópicos). De realçar a presença no limite da área em estudo, de dois pontos de máxima acumulação, correspondentes a bacias hidrográficas de dimensão superior a 500 ha, um em cada um dos vales das avenidas. A envolvente a estes pontos constitui zonas de especial vulnerabilidade.

Quanto à suscetibilidade ao efeito de maré direto, não se verifica na área de intervenção, mas é relevante o facto de se verificar um pouco mais a Sul, na afluência destas linhas de água ao estuário do Tejo.

Tal como referido no regulamento do PDML, em áreas de muito elevada vulnerabilidade a inundações, em especial junto aos pontos de máxima acumulação situados em bacias de dimensão superior a 500 ha, é interdita a ocupação do subsolo, salvo nas exceções identificadas nesse mesmo documento (Artigo 22º do RPDML). Simultaneamente, nas áreas classificadas como de elevada e moderada vulnerabilidade a inundações e nos referidos pontos de máxima acumulação, quando a Câmara Municipal não dispõe de dados de caracterização hidrogeológica, exige-se a prévia apresentação desses dados, nas operações de loteamento e obras de edificação de impacte relevante ou semelhante a operação de loteamento nos termos definidos no Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação de Lisboa (RMUEL), quando impliquem obras de diversa natureza, definida no RPDML, e tenham intervenção no subsolo (Artigos 22º e 13º).

#### Suscetibilidade de Ocorrência de Movimentos de Massa em Vertentes

O estudo de Caracterização Biofísica, elaborado no âmbito da revisão do PDML identifica os diversos fatores a que se encontra associada a suscetibilidade de ocorrência de movimentos de massa em vertentes, nomeadamente a natureza geológica das formações, a geomorfologia, onde se destaca a importância do declive, e a presença ou circulação de água. Este tema encontra-se desenvolvido no **Capítulo 5**, alínea **b)** do ponto **5.2.2**.



Encontram-se cartografadas três classes de suscetibilidade - moderada, elevada e muito elevada. Na área de intervenção as três classes encontram-se representadas, sendo de assinalar a presença de zonas de elevada e muito elevada suscetibilidade de ocorrência de movimentos de massa na vertente virada à Av. da Liberdade, com maior concentração no seu troço Sul (ver **Capítulo 2, Figura 2.5** - PDM, Planta de Riscos Naturais e Antrópicos).

O Regulamento do PDML define regras bastante restritivas relativamente a operações urbanísticas e de edificação ou construção, para estas zonas cartografadas como de muito elevada ou elevada suscetibilidade de ocorrência de movimentos de massa em vertentes, tendo em vista a estabilidade dos sistemas biofísicos e a total segurança de pessoas e bens.

## 7.4. Espaço público

### 7.4.1. Evolução da ocupação

O espaço público da Colina de Santana resulta do estreito cruzamento entre as características biofísicas atrás descritas, com especial relevância para a sua morfologia, e a evolução da ocupação deste território ao longo da história, abordada no Projeto Urbano da Colina de Santana.

Grande parte da área em estudo é exterior à Cerca Fernandina, registando-se o início da sua ocupação efetiva no séc. XVI, com o estabelecimento das ordens religiosas.

A poente, na zona de Valverde, de declive menos acentuado, verificou-se uma ocupação agrícola, em que predominavam as hortas, impulsionadas pela qualidade dos solos e disponibilidade de água.

O facto de neste limite poente se situar aquela que já no séc. XIV era uma das principais vias de acesso e abastecimento da cidade de Lisboa – Rua das Portas de Santo Antão / Rua de São José / Rua de Santa Marta, prolongando-se por Palhavã até Benfica – teve igualmente um papel relevante nesta evolução. A aptidão para a produção agrícola, aliada à proximidade à Porta de Santo Antão, anteriormente designada Porta de São Domingos, propiciou a instalação de quintas e palacetes, com os respetivos jardins e logradouros.

A génese destas propriedades muradas, com espaços de recreio e produção encerrados no seu interior, de grandes dimensões no caso das unidades conventuais, ou de dimensões mais diversas no caso dos palacetes, ainda hoje influenciam a estrutura urbana deste território.

No entanto, nomeadamente no caso das unidades conventuais e de ensino, que ao longo do séc. XIX foram sucessivamente reconvertidas em equipamentos hospitalares, a necessidade de edificações suplementares decorrentes do novo uso conduziu à quase total destruição da estrutura original do espaço das cercas.

Igualmente com origem ancestral e génese no Campo do Curral, que com o decorrer do tempo sofreu alterações mas se manteve ligado a atividades de venda e recolha de gado até ao final do séc. XIX, momento em que foi transformado em jardim, a Colina de Santana tem como polo agregador o Campo dos Mártires da Pátria. Este jardim funciona simultaneamente como espaço de descompressão deste todo construído e como o seu principal espaço público de lazer e recreio, destacando-se pela sua dimensão e localização, bem como pela qualidade do espaço e da envolvente edificada.

As sucessivas fases de ocupação deste território originaram ainda unidades urbanísticas com uma estrutura de arruamentos de características relativamente homogéneas consoante a época, que modelaram o espaço público até ao presente.

#### 7.4.2. Situação atual

Na atualidade o espaço público tem o seu núcleo central no Campo dos Mártires da Pátria, no designado **Jardim Braamcamp Freire**, implantado numa zona de declive suave a cota elevada, com arvoredo muito rico e diversificado (incluindo onze fitomonumentos, referidos no ponto 7.3.1. Estrutura Ecológica Municipal) e equipado com campo polidesportivo, zona de recreio infantil, aparelhos de *fitness*, quiosque e esplanada. O jardim perdeu a sua unidade original com o alargamento da via de circulação de veículos que interliga o Paço da Rainha e a Alameda de Santo António dos Capuchos, e a supressão da sua rotunda central, levada a cabo na década de 60 do séc. XX. Este corte em muito prejudicou a vivência deste jardim, segregando as atuais áreas de recreio infantil e juvenil do restante espaço do jardim e impedindo a sua leitura de conjunto. Julga-se ser de promover um estudo que avalie a possibilidade de restituir este espaço ao uso estritamente pedonal, encontrando alternativas para a circulação viária e permitindo ao jardim funcionar como um todo.

Próximo deste localiza-se, já na encosta sobre a Av. da Liberdade, o **Jardim-Miradouro do Torel**, que se desenvolve em dois patamares desnivelados, cada um dotado de um elemento de água ornamental, com vistas panorâmicas de grande alcance sobre o Rio Tejo e a colina de São Roque, e igualmente equipado com zona de recreio infantil, aparelhos de *fitness*, quiosque e esplanada.

Na Colina de Santana não existem, para além dos dois jardins mencionados, espaços públicos de dimensão e características adequadas a desempenharem funções relevantes ao nível do recreio e lazer ao ar livre e do suporte biofísico do território. Assim assumem especial importância um conjunto de pequenos espaços verdes e largos, alguns logradouros que embora não sendo espaços públicos constituem espaços de utilização coletiva e ainda o conjunto dos arruamentos.

Referem-se alguns **espaços verdes de reduzida dimensão**, bem como um conjunto de **pequenos largos** que, embora resultem maioritariamente de confluências da rede viária, são complementares dos espaços de maior dimensão. No primeiro caso destacam-se o Jardim Camilo Castelo Branco, contíguo à Praça do Marquês de Pombal, e o Jardim dos Sabores, na Alameda de Santo António dos Capuchos. Quanto aos largos, assinala-se um conjunto na proximidade do Campo dos Mártires da Pátria, o Largo do Mitelo, o Largo do Mastro e o Largo da Escola Municipal, bem como outros, dispersos pela área em estudo, como o Largo de Santa Bárbara e os largos que resultam da confluência da Rua Gomes Freire / Rua de Dona Estefânia, da Rua Antero de Quental / Av. Almirante Reis e da Rua de São Lázaro / Calçada do Desterro. Este conjunto de pequenos espaços pontua o território, encontrando-se na atualidade pouco valorizados, sendo importante promover a sua requalificação e reforçar a sua interligação, integrando-os na estrutura ecológica municipal e na rede de percursos pedonais, para o qual em muito contribuirá a sua contiguidade com eixos arborizados existentes e a implementar.

Não obstante a relevância de melhorar estes pequenos espaços, a sua capacidade de suporte de atividades de lazer será sempre reduzida, pelo que não obvia a necessidade de dotar este território de outros espaços públicos de recreio e lazer, preferencialmente em zonas de declive suave para maximizar a sua capacidade de carga e o seu potencial para o desenvolvimento de um conjunto alargado de atividades ao ar livre. A avaliação quantitativa destas necessidades desenvolve-se mais à frente, no ponto Carência de Espaços Verdes.

Da rede de **arruamentos** destacam-se algumas ruas da Colina que, para além de cumprirem a sua função de ligação entre espaços, contêm em si mesmas um valor paisagístico relevante, pelos pontos de vista que propiciam, pelo carácter único que a arborização lhes imprime e ainda pela notória qualidade do edificado que as circunscreve, a qual é patente no número de edifícios e conjuntos classificados como de interesse nacional, de interesse público, de interesse municipal ou ainda outros igualmente integrados na Carta Municipal do Património. No entanto, mesmo alguns destes arruamentos encontram-se desvalorizados pelo perfil adotado, em que é dada manifesta prioridade aos veículos e secundarizada a sua função na mobilidade pedonal e o seu potencial como espaços de interação social e interesse turístico. Importa reverter esta situação, nomeadamente no conjunto de arruamentos de grande interesse que envolve o Campo dos Mártires da Pátria, com especial destaque para o Paço da Rainha, mas assinalando-se igualmente a Alameda de Santo António dos Capuchos, a Rua Júlio de Andrade e a Rua Manuel Bento de Sousa.

Verifica-se em simultâneo um fenómeno distinto, em que, convivendo com estes últimos, surgem alguns arruamentos muito desqualificados, quer pela degradação do edificado envolvente, quer pela exiguidade do espaço, catalisadora de evidentes conflitos entre a mobilidade pedonal, circulação de veículos e estacionamento. Esta situação é comum nos bairros históricos, anteriores ao séc. XX, assumindo maior expressão no Bairro de Santana e Bairro Andaluz.

Quanto à **mobilidade pedonal**, a área em estudo apresenta algumas deficiências relevantes, nomeadamente pela intermitência da acessibilidade, face à existência de obstáculos intransponíveis como os muros das grandes unidades hospitalares, ou pelos constrangimentos à mobilidade universal, como escadarias, troços de arruamentos de declive muito acentuado, desadequação dos pavimentos e ocupação excessiva do canal de circulação por sinalética, armários de infraestruturas, ou outros. A dinâmica de transformação deste território gerada pela possível mudança de uso das unidades hospitalares será uma oportunidade de ultrapassar as barreiras que dificultam a mobilidade, não só por permitir uma maior permeabilidade à circulação destas unidades, como por poder promover a instalação de meios mecânicos (elevadores ou outros) que transponham as diferenças de cotas mais relevantes, o que se encontra previsto no Projeto Urbano da Colina de Santana.

Outros espaços exteriores da Colina de Santana, aqui não mencionados, merecem atenção pela sua qualidade, potencialidades de recreio ou valor patrimonial, no entanto estão inseridos em propriedades privadas, ou do estado mas sem utilização pública, razão pela qual foram excluídos desta análise. No entanto, considera-se relevante estudar a possibilidade de integrar na rede de espaços públicos alguns destes, dos quais se destacam os **logradouros** do Ateneu Comercial e do Palácio Sousa Leal (também designado Palácio dos CTT) na encosta poente. Um estudo mais aprofundado poderá identificar outros espaços em condições semelhantes, que interessaria resgatar para um usufruto da população.

Tal como já foi referido, o espaço das cercas conventuais, hoje integrado nas unidades hospitalares a desativar, encontra-se bastante descaracterizado. No entanto julga-se indispensável promover, em cada uma destas unidades, estudos de caracterização com o levantamento das preexistências inertes e vegetais, e a avaliação dos valores atuais e do passado, justificando a adequação das soluções propostas. No referente à vegetação existente, nomeadamente ao estrato arbóreo, devem ser identificados, e expressa a justificação, dos exemplares eventualmente a abater.

## Carência de Espaços Verdes

Para avaliar a eventual carência de espaços verdes da área em estudo, recorreu-se aos valores de referência constantes no documento DGOT 25 - Espaços Verdes Urbanos - publicado pelo SEALOT - MPAT, em que se considera como padrão os 30 m<sup>2</sup> de estrutura verde urbana por habitante. Para o caso em estudo, e por se tratar da análise de uma parcela e não do espaço urbano na sua totalidade, considera-se apenas os espaços incluídos na estrutura verde secundária "constituída pelos espaços públicos adjacentes à habitação, aos serviços e aos equipamentos e atividades económicas e que, por terem uma utilização diária e dirigida a todos os grupos etários, não devem situar-se para além de uma distância de 400 m do utente."

Para caracterizar a carência destes espaços efetuou-se uma medição dos espaços públicos sob gestão da CML, na área de intervenção e numa faixa de 400 m envolvente à mesma, e comparou-se com os valores da população residente em 2011, a mesma população com o acréscimo correspondente aos fogos novos previstos nos pedidos de informação prévia dos loteamentos em apreciação e o total da população prevista (dados constantes no **Capítulo 3 - Demografia**).

**Quadro 7.2 - Carência de espaços verdes**

	População Residente 2011 13 446 hab.	População Residente 2011 + fogos novos propostos 14 749 hab.	População Residente prevista (2011 + fogos de reocupação + fogos novos propostos) 19 145 hab.
Estrutura verde secundária existente (Colina de Santana + <i>buffer</i> de 400 m) 120 030 m <sup>2</sup> <sup>15</sup>	8,9 m <sup>2</sup> /hab.	8,1 m <sup>2</sup> /hab.	6,3 m <sup>2</sup> /hab.
Estrutura verde secundária prevista (incluindo espaços verdes de utilização coletiva previstos nos PIP) 153 334 m <sup>2</sup> <sup>16</sup>	—	10,4 m <sup>2</sup> /hab.	8,0 m <sup>2</sup> /hab.

Embora se trate apenas de valores indicativos, o facto de já na atualidade não se atingir o valor recomendado, agravado pela difícil topografia do local, que amplia as distâncias reais ao dificultar a mobilidade, realça a necessidade de dotar este território de novos espaços exteriores de utilização coletiva, complementares dos existentes.

A possível reconversão das unidades hospitalares surge como uma oportunidade de colmatar, ainda que parcialmente, as carências identificadas. Para tal seria importante proceder a um estudo detalhado de caracterização e identificação das tipologias de espaços exteriores mais adequadas, de forma a prever, nas diversas unidades, para além dos necessários espaços de proteção e enquadramento, espaços verdes de recreio e produção que possam contribuir para uma efetiva melhoria de qualidade de vida da população.

<sup>15</sup> Extraído de dados da CML, contabilizados os espaços públicos de gestão do município na área considerada, dos quais se exclui a área do Parque Eduardo VII que se sobrepõe parcialmente a esta (inserido na estrutura verde principal) e os espaços isolados com área inferior a 100m<sup>2</sup>.

<sup>16</sup> Consideradas as áreas de cedência de espaços verdes de utilização coletiva, constantes no Projeto Urbano da Colina de Santana e nos Pedidos de Informação Prévia para os Loteamentos. Não foi possível medir as áreas em planta, pelo que os dados carecem de confirmação.

## 7.5. Património paisagístico

Tal como definido no RPDML, a estrutura patrimonial municipal integra os bens culturais imóveis de interesse arquitetónico, histórico, paisagístico, arqueológico e geológico que, pela sua particular relevância, devem ser especialmente tratados e preservados no âmbito dos atos de gestão e planeamento, com vista à respetiva valorização e integração urbana.

A Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico integra os monumentos, conjuntos ou sítios classificados como de interesse nacional ou interesse público, ou em vias de classificação como tal, bem como os imóveis classificados como de interesse municipal, ou em vias de classificação como tal, e outros bens culturais imóveis que se revestem de especial interesse. O conjunto deste património encontra-se identificado no **Anexo do Capítulo 10, Quadro 10.1**.

### 7.5.1. Património classificado pela DGPC

O património paisagístico classificado materializa-se na área em estudo, por um conjunto de espaços abertos, de maior ou menor dimensão, e assumindo a forma de jardins com funções de recreio e profusão de elementos ornamentais construídos ou vegetais, ou constituindo apenas pequenos pátios, mas sempre associados a edifícios, ou conjuntos de edifícios, classificados, dos quais são um complemento indissociável.

Surge como exceção aos anteriores o Campo dos Mártires da Pátria, que não se encontra associado a nenhum edifício em particular, mas que é antes o polo centralizador de um conjunto vasto de elementos patrimoniais.

Será igualmente importante destacar o papel relevante que o património arquitetónico desempenha na qualidade da paisagem urbana, não só pelo seu valor intrínseco, mas ainda porque a sua observação a partir do espaço público, é determinante no interesse que este espaço representa para a população.

Refere-se em seguida os imóveis, conjuntos e sítios, classificados, ou em vias de classificação pela DGPC, de âmbito nacional e municipal, que incluem, logradouros associados:

#### Monumentos Nacionais

- 71091 Igreja do Sagrado Coração de Jesus;
- 3326 Palácio dos Condes de Almada (Largo de São Domingos).

#### Imóveis de Interesse Público

- 3303 Antiga Igreja do Convento dos Capuchos, bem como a Boca de Cisterna Revestida a Azulejo Existente num dos Pátios do Hospital e ainda Todas as Dependências Decoradas com Lambris de Azulejo, Incluindo o Claustro e a Escadaria Nobre;
- 4764 Campo dos Mártires da Pátria, também denominado “ Campo Santana”, incluindo as suas vizinhanças de interesse histórico, artístico ou pitoresco;
- 4768 Coliseu dos Recreios incluindo o edifício anexo da Sociedade de Geografia;

- 3228 Conjunto de prédios da Rua de São José, incluindo jardins pertencentes aos prédios;
- 3231 Conjunto formado pela Igreja de São José dos Carpinteiros e Prédios Anexos;
- 1765 Convento da Encarnação incluindo a igreja;
- 3236 Convento e Colégio de Santo Antão-o-Novo;
- 3269 Edifício situado no Campo dos Mártires da Pátria, nº 22 a 24;
- 3328 Palácio dos Condes de Redondo;

### Conjuntos de Interesse Público

- 70711 Balneário de D. Maria II e Pavilhão de Segurança (8ª Enfermaria) do Hospital Miguel Bombarda;
- 73640 Lisboa Pombalina (abrangendo áreas das freguesias de Encarnação, Madalena, Mártires, Sacramento, Santa Catarina, Santa Justa, São José, São Nicolau e São Paulo).

### 7.5.2. Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico

A Carta Municipal do Património tem uma categoria específica para o património paisagístico autónomo, integrando ainda nos restantes bens imóveis e conjuntos, a categoria de logradouro associado aos mesmos.

O património paisagístico da Carta Municipal do Património é constituído por jardins, miradouros, tapadas, azinhagas, cemitérios, quintas, cercas, parques e casais agrícolas com características tipológicas, paisagísticas, culturais e históricas singulares que lhes conferem valor patrimonial e ambiental, justificando-se a sua preservação para a conservação da identidade cultural e histórica da cidade e para a qualidade de vida das populações.

Na área de intervenção integra esta classe o Jardim Braamcamp Freire, no Campo dos Mártires da Pátria, identificado com o código 24.18, e o Jardim e miradouro do Torel, identificado com o código 45.24.

Indica-se em seguida todos os imóveis e conjuntos arquitetónicos da área em estudo que integram a CMP e que têm logradouros associados:

**Quadro 7.3** – Imóveis da Carta Municipal do Património com logradouros associados

Código	Tipo	Designação	Morada
06.15	Imóvel	Quartel do Cabeço da Bola - Regimento de Infantaria e 2º Esquadrão de Cavalaria da GNR	Largo do Cabeço de Bola, 15
06.18	Imóvel	Edifício de habitação unifamiliar	Av. Almirante Reis, 55-55A

Código	Tipo	Designação	Morada
06.22	Imóvel	Palacete	Paço da Rainha, 92; Rua das Barracas, 2; Largo do Conde de Pombeiro, 7-7A
06.23	Imóvel	palácio Pombeiro: palácio do Conde de Pombeiro; Embaixada de Italia	Largo do Conde de Pombeiro, 4-6; Calçada do Conde de Pombeiro, 24
14.11	Conjunto Arquitetónico	Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar	Av. Duque de Loulé, 101-109; Av. Duque de Loulé, 111-119
14.13	Conjunto Arquitetónico	Conjunto arquitetónico e viaduto de Sta. Marta	Rua da Sociedade Farmacêutica, 27-47A; Av Duque de Loulé, 81-91
14.14	Conjunto Arquitetónico	Conjunto de seis edifícios de habitação plurifamiliar.	Rua da Sociedade Farmacêutica, 48-70
14.15	Imóvel	(Antigo ) Convento de Sta. Joana	Rua de Sta. Marta, 57-57A e 61-61F
14.17A	Imóvel	Edifício de habitação plurifamiliar	Rua Rodrigues Sampaio, 152 - 160
14.17B	Imóvel	Edifício de habitação plurifamiliar	Rua Rodrigues Sampaio, 162-168
14.18A	Imóvel	Edifício de habitação plurifamiliar	Rua Rodrigues Sampaio, 142-150; Rua Camilo Castelo Branco, 7-11
14.18B	Imóvel	Edifício de habitação plurifamiliar	Rua Rodrigues Sampaio, 134-140; Rua Alexandre Herculano, 8
14.19	Conjunto Arquitetónico	Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar	Rua Alexandre Herculano, 4; Rua Camilo Castelo Branco, 2-2D e Rua Alexandre Herculano, 2-2C; Rua de Santa Marta, 51-51B
14.20	Imóvel	Edifício de habitação plurifamiliar	Rua Rodrigues Sampaio, 132-132D; Rua Alexandre Herculano, 11-11E; Trav. do Enviado de Inglaterra, 28
14.22	Imóvel	Edifício de habitação plurifamiliar	Rua Alexandre Herculano, 7-7C
14.25	Imóvel	(Antigo) Convento de Sta. Marta, Hospital de Santa Marta	Rua de Sta. Marta, 50D-50H
14.31	Imóvel	Palácio dos Condes de Penamacor - Instituto Oftalmológico Dr. Gama Pinto	Trav. Larga, 2-6; Rua do Passadiço, 35-39; Trav. do Loureiro 1; Beco de Sta. Marta, 4
14.37	Conjunto Arquitetónico	Conjunto de seis edifícios de habitação plurifamiliar com fachada de azulejo.	Rua da Sociedade Farmacêutica, 7, 9, 11-13, 15, 17-17A, 19
14.38	Conjunto Arquitetónico	Conjunto Arquitetónico	Rua Bernardim Ribeiro, 83-91; Rua Luciano Cordeiro, 53-67A
14.39	Conjunto Arquitetónico	Conjunto Arquitetónico	Rua Luciano Cordeiro, 31 a 47
14.42	Conjunto Arquitetónico	Conjunto Arquitetónico	Rua Ferreira Lapa, 11 a 27
24.01	Imóvel	Templo Adventista	Rua Joaquim Bonifácio, 17 - 19A
24.06	Imóvel	Palacete	Rua Gomes Freire, 96-100

Código	Tipo	Designação	Morada
24.07	Imóvel	Palacete	Rua Gomes Freire, 90-94
24.09	Imóvel	Edifício de habitação plurifamiliar	Rua Gomes Freire, 133-141
24.12	Imóvel	Edifício de habitação unifamiliar - Conjunto Arquitetónico - frente de rua (ver 24.88)	Trav. das Recolhidas, 6-12
24.13	Imóvel	(Antigo) Recolhimento de Nossa Sra. da Encarnação e do Carmo; Pátio do Hospício de S. Bernardino (ver 24.88)	Trav. das Recolhidas, 2-4; Trav. de S. Bernardino, 1-7
24.16	Imóvel	Edifício de habitação unifamiliar	Campo dos Mártires da Pátria, 90-93
24.19	Imóvel	Palácio do Patriarcado	Campo dos Mártires da Pátria, 44-46; Rua de Santo António dos Capuchos, 90-92
24.20	Imóvel	Palácio Valmor: Embaixada da Alemanha, Goethe Institut	Campo dos Mártires da Pátria, 36-39 e 40-43
24.21	Imóvel	Edifício de habitação plurifamiliar	Campo dos Mártires da Pátria, 29-35
24.24	Imóvel	Edifício de habitação plurifamiliar	Rua de Sto. António dos Capuchos, 78 - 80
24.26	Imóvel	Edifício de habitação plurifamiliar	Campo dos Mártires da Pátria, 11; Rua Júlio de Andrade, 18-20
24.27	Imóvel	(Antiga) Escola Médico-cirúrgica - Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Médicas	Campo dos Mártires da Pátria, 130
24.30	Imóvel	(Antigo) Paço Real da Bemposta - Academia Militar	Paço da Rainha, 21-41
24.32	Imóvel	Palácio do Mitelo	Largo do Mastro, 27-28; Largo do Mitelo, 1-2; Rua da Bempostinha, 2-4
24.34	Imóvel	Edifício de habitação plurifamiliar	Rua da Bempostinha, 30-32; Rua Rafael de Andrade, 43-47
24.41	Imóvel	Instituto de Medicina Legal	Rua Manuel Bento de Sousa, 1
24.45	Imóvel	Edifício de Habitação Unifamiliar	Rua de Júlio de Andrade, 6
24.46	Imóvel	Edifício de Habitação Unifamiliar	Rua de Júlio Andrade, 2-4
24.47	Imóvel	Palácio Silva Amado	Campo dos Mártires da Pátria, 1-2; Trav. do Torel, 2-4; Rua Júlio de Andrade, 2A
24.49	Imóvel	(Antigo) Convento de Sta. Ana, vestígios - Instituto Bacteriológico Câmara Pestana	Rua Câmara Pestana; Trav. do Torel, 1



Código	Tipo	Designação	Morada
24.50	Imóvel	Edifício de habitação unifamiliar com mirante	Rua Câmara Pestana, 41-45
24.53	Imóvel	Ateneu Comercial de Lisboa	Rua das Portas de Sto. Antão, 106 - 110
24.56	Imóvel	Edifício de habitação unifamiliar	Rua Câmara Pestana, 23
24.64	Imóvel	(Antigo) Palacete Ramiro Leão	Trav. da Pena, 5A
24.68	Imóvel	Casa nobre	Calçada de Santana, 166-168C
24.74	Imóvel	Edifício de habitação Plurifamiliar. Prédio de duas águas, com fachada de bico.	Calçada de Santana, 57-59
24.78	Imóvel	Edifício de Habitação Plurifamiliar	Calçada do Garcia, 9-13
44.57	Imóvel	(Antiga) Escola Superior de Medicina Veterinária	Rua Gomes Freire; Rua da Escola de Medicina Veterinária, 21
44.58	Imóvel	Edifício da Polícia Judiciária	Rua Gomes Freire, 147; Rua Joaquim Bonifácio, PJ
44.59	Imóvel	Hospital de D. Estefânia	Rua Jacinta Marto, 14; Rua de D. Estefânia, 2-4
44.85	Imóvel	Edifício de habitação unifamiliar	Trav. da Escola Araújo, 26-26A
45.04	Conjunto Arquitetónico	Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar	Rua do Passadiço, 18-24, 26-30 e 32-34
45.24B	Imóvel	Palacete	Rua Júlio de Andrade, 7; Calçada do Moinho de Vento, 1
45.24C	Imóvel	Palacete Francisco Teixeira	Rua Júlio de Andrade, 5
45.24D	Imóvel	Palacete das Condessas de Bastos	Rua Júlio de Andrade, 3-3A
45.24E	Imóvel	Palacete Castro Guimarães	Trav. da Cruz do Torel, 1-3; Rua Júlio de Andrade, 1
45.24F	Imóvel	Escola Básica do 1º ciclo n.29 e Jardim de Infância	Rua do Telhal, 10
45.34	Imóvel	Palácio Rio Maior - Palácio da Anunciada	Rua das Portas de Sto. Antão, 120-126
45,71	Imóvel	Palácio	Rua de S. José, 160-164; Rua do Cardal de S. José, 37

## 7.6. Conclusão

### 7.6.1. Síntese da caracterização

Resumem-se em seguida alguns dos aspetos mais relevantes da caracterização efetuada:

- As características geomorfológicas da área em estudo são indissociáveis do carácter e evolução deste território, devendo influenciar / condicionar as suas intervenções futuras.

A área integra a cumeada que separa os vales de Valverde (Av. da Liberdade) e Arroios (Av. Almirante Reis), englobando as cabeceiras destas linhas de água, que coincidem com zonas de média a elevada permeabilidade, as encostas que as separam, onde se encontram algumas áreas de declive acentuado e elevada suscetibilidade à ocorrência de movimentos de massa e parte destes dois vales que se unem na Baixa Pombalina, afluindo aí diretamente ao estuário do Tejo, numa zona sujeita ao efeito das marés e conseqüentemente de muito elevada vulnerabilidade às inundações.

As ações a desenvolver neste território devem contribuir para atenuar as situações de risco, nomeadamente privilegiando a manutenção e recuperação de permeabilidade dos solos e o seu revestimento com vegetação, maximizando assim a infiltração das águas pluviais e reduzindo o escoamento superficial.

A potencial afetação a novos usos das unidades hospitalares existentes na Colina de Santana e conseqüente dinâmica de alteração destes territórios surge como a grande oportunidade de operar esta transformação. Seria importante que as propostas apresentassem um conjunto de espaços passíveis de vir a integrar a estrutura ecológica municipal, sendo desejável que estes fossem dotados de uma elevada conectividade entre as diversas unidades (nomeadamente no caso se Santa Marta, Santo António dos Capuchos e Miguel Bombarda) e com a estrutura existente atualmente no território.

- No contexto da cidade de Lisboa, a área de intervenção apresenta um comportamento térmico e aerodinâmico muito desfavorável, registando forte redução da velocidade do vento e elevada frequência da ilha de calor de máxima intensidade.

Para minorar estes aspetos negativos os autores do estudo “Orientações Climáticas para o Ordenamento em Lisboa” consideram recomendável manter, nas construções urbanas, uma razão H/W (razão entre a altura dos edifícios e a distância entre eles) o mais reduzida possível (se possível  $\leq 1$ ), evitar o aumento do número de pisos dos edifícios e a construção nos espaços intersticiais, que devem ser ocupados com vegetação, de preferência caducifólia.

Consideram ainda importante manter os espaços verdes existentes e favorecer a manutenção de pequenos jardins e logradouros com vegetação e, nos corredores de ventilação, impedir a construção de edifícios altos ou médios com a fachada orientada perpendicularmente aos ventos dominantes (N-NW).

- A localização da área em estudo junto a um eixo fundamental da cidade, também importante ao nível ambiental e paisagístico, como é a Av. da Liberdade, bem como a existência de um conjunto significativo de espaços verdes e logradouros na encosta voltada a esta Avenida, próximo do conjunto urbano singular Portas de Santo Antão /

São Sebastião, induz a que a rede pedonal a estabelecer, incluindo as necessárias ligações entre a Avenida e o Campo dos Mártires da Pátria, sejam a oportunidade para constituir igualmente ligações ao nível da estrutura ecológica municipal, promovendo a continuidade dos espaços verdes de recreio e proteção.

- A área de intervenção é particularmente sensível quanto ao sistema de vistas. Devido ao seu relevo característico, e sendo uma colina voltada sobre o Tejo e cortada por dois importantes vales transversais ao rio, integra zonas de elevada visibilidade a partir de diversos pontos notáveis da cidade, tanto a nascente como a poente, sendo percecionadas a grande distância, bem como permite, em determinados pontos dominantes do seu território, disfrutar de importantes panorâmicas, não só sobre os vales, mas também sobre outras colinas, nomeadamente sobre a encosta a poente da Av. da Liberdade.

A qualidade cénica da paisagem é um valor definidor da identidade da cidade de Lisboa e que como tal deverá ser preservado através de medidas para a proteção das vistas panorâmicas, nomeadamente nas encostas em direção aos vales, evitando a obstrução das panorâmicas observadas a partir dos pontos de visão que delimitam essas zonas mais sensíveis, podendo ser necessário condicionar as alturas dos edifícios no seu interior e promover intervenções que valorizem as paisagens percecionadas.

Nas possíveis alterações a promover nas unidades hospitalares, nomeadamente na construção de novos edifícios, especial atenção deverá ser dada a este aspeto, sendo indispensável a elaboração de estudos de impacte visual que fundamentem as propostas.

- Ao nível do espaço público, o facto de já na atualidade não se atingirem os valores de referência para a estrutura verde secundária, agravado pela difícil topografia do local, realça a necessidade de dotar este território de novos espaços verdes de recreio e lazer, preferencialmente em zonas de declive suave para maximizar a sua capacidade de carga e o seu potencial para o desenvolvimento de um conjunto alargado de atividades ao ar livre.

A possível reconversão das unidades hospitalares surge como uma oportunidade de colmatar, ainda que parcialmente, as carências identificadas. A par da afetação de novos espaços à estrutura ecológica municipal, acima referida, seria importante proceder a um estudo detalhado de caracterização e identificação das tipologias de espaços exteriores mais adequadas, de forma a que os espaços verdes a prever nas diversas unidades, assumam funções de recreio e produção que contribuam para uma efetiva melhoria de qualidade de vida da população.

- A Colina contém um conjunto de arruamentos de elevado valor paisagístico, pelos pontos de vista que propiciam, pelo carácter único que a arborização lhes imprime e ainda pela notória qualidade patrimonial do edificado que as circunscreve. No entanto, alguns destes encontram-se desvalorizados pelo perfil adotado, situação que importa reverter, nomeadamente no conjunto que envolve o Campo dos Mártires da Pátria, como o Paço da Rainha, a Alameda de Santo António dos Capuchos, a Rua Júlio de Andrade e a Rua Manuel Bento de Sousa.
- A área em estudo é extremamente rica em património cultural e paisagístico, nomeadamente, quanto a este último, em cercas conventuais, claustros e jardins públicos e privados.

A preservação da estrutura biofísica e a defesa e valorização do património cultural, aqui com especial relevância para o património paisagístico, devem ser encarados em conjunto, uma vez que a elevada conectividade que desejavelmente caracteriza os sistemas ecológicos de suporte biofísico do território pode ser uma oportunidade de integração do património cultural numa estrutura contínua de enquadramento, acessibilidade e valorização do potencial recreativo e turístico deste património.

Um estudo mais aprofundado deverá ser desenvolvido no sentido de, através da caracterização deste património, permitir identificar um conjunto de percursos de interesse ambiental, patrimonial e turístico, a integrar numa rede que transcende a área em estudo, dando especial relevância às ligações entre colinas.

### 7.6.2. Propostas de intervenção

São os seguintes os princípios orientadores de intervenção neste território:

- Reforçar a Estrutura Ecológica Municipal:
  - Promover a continuidade do sistema ecológico;
  - Preservar as vistas panorâmicas;
  - Aumentar a área de espaços verdes, nomeadamente em zonas permeáveis e integradas no sistema húmido.
- Valorizar os Conjuntos urbanos singulares:
  - Campo Mártires da Pátria;
  - Portas de Santo Antão / São Sebastião.
- Qualificar e ampliar o espaço exterior de utilização coletiva.
- Criar uma rede de percursos que cumpra os seguintes pressupostos:
  - Aumentar a acessibilidade pedonal e ciclável;
  - Tornar as grandes unidades permeáveis à circulação pedonal;
  - Privilegiar a acessibilidade inclusiva.
- Estabelecer ligações às redes de transportes públicos.
- Estabelecer ligações entre pontos de interesse: espaços públicos, miradouros, equipamentos, elementos patrimoniais.
- Estabelecer ligações entre colinas e no eixo longitudinal Norte / Sul.

Referem-se em seguida algumas intervenções ao nível do espaço público que se consideram relevantes:

- Requalificar o espaço público na área de influência do Campo dos Mártires da Pátria:
  - Na envolvente ao Jardim Braamcamp Freire, integrando no jardim o atual eixo

- viário de ligação entre o Paço da Rainha e a Alameda de Santo António dos Capuchos e reestruturando a circulação viária neste conjunto;
- Nos Largos do Mastro e do Mitelo;
  - No Paço da Rainha, estendendo ao Largo e Calçada do Conde Pombeiro, alterando o seu perfil de modo a privilegiar o uso pedonal, criando áreas de estadia e interação social e valorizando o património edificado;
  - Na Alameda de Santo António dos Capuchos e Calçada de Santo António;
  - No Largo da Escola Municipal, Rua Manuel Bento de Sousa e Rua de São Lázaro, até à Travessa do Hospital;
  - Na ligação do Campo dos Mártires da Pátria ao Jardim do Torel e ao Elevador do Lavra, nomeadamente na Rua Júlio de Andrade, Travessa do Forno do Torel e Calçada do Lavra.
- Requalificar um conjunto de pequenos espaços verdes e largos dispersos no território:
- O Jardim Camilo Castelo Branco, junto à Praça do Marquês de Pombal;
  - O Jardim dos Sabores, na Alameda de Santo António dos Capuchos;
  - Na zona Norte da Colina, os largos da Rua Gomes Freire, junto à Praça José Fontana e na confluência com a Rua de Dona Estefânia, e o Largo de Santa Bárbara;
  - A Sul e Nascente, a confluência da Rua e Travessa do Convento da Encarnação, e da Rua Antero de Quental com a Av. Almirante Reis.
- Requalificar o espaço público da Rua das Barracas, em simultâneo com a reabilitação do edificado.
- Requalificar o conjunto dos arruamentos do Bairro do Andaluz, privilegiando o uso pedonal e misto.
- Integrar na rede de espaços públicos os logradouros do Ateneu Comercial e do Palácio Sousa Leal (Palácio dos CTT), promovendo a sua recuperação/reconversão.
- Valorizar uma rede de percursos pedonais de interesse local e turístico, nomeadamente:
- Requalificar a antiga entrada em Lisboa Portas de Santo Antão / Rua de São José / Rua de Santa Marta;
  - Estabelecer a ligação da Av. da Liberdade ao Jardim do Torel / Campo dos Mártires da Pátria, através de um conjunto de logradouros, com especial relevância para os associados ao Ateneu Comercial e ao Palácio Sousa Leal (Palácio dos CTT);
  - Incrementar a permeabilidade à circulação pedonal das unidades hospitalares a reconverter, através da criação de um conjunto de percursos de acesso e atravessamento e melhorar a acessibilidade universal, implementando um

conjunto de elevadores associados a estes percursos;

- Valorizar o eixo longitudinal da Colina de Santana, que interliga a Praça José Fontana / Campo Mártires da Pátria / Praça Martim Moniz;
- Valorizar os diversos eixos transversais de ligação à colina de São Roque;
- Valorizar as ligações à Mouraria, nomeadamente ao percurso histórico e turístico e ao Largo do Intendente.

## 8. ACESSIBILIDADES

### 8.1. Caracterização

#### Rede Viária

No que respeita à rede viária, a área de estudo é limitada a nascente, pela Av. Almirante Reis (Figura 8.4) e a poente, pelo eixo paralelo à Av. da Liberdade, constituído pelas seguintes vias: **i)** Rua Rodrigues Sampaio (Figura 8.8); **ii)** Rua de São José (Figura 8.7), e; **iii)** Rua Portas de Santo Antão (Figura 8.6). Ambas as avenidas referidas constituem importantes vias do 2º nível hierárquico (rede de distribuição principal) da rede viária da cidade<sup>1</sup> e asseguram a conexão com a rede estruturante (do 1º nível<sup>2</sup>), assim como a realização de percursos médios e a distribuição dos maiores fluxos de tráfego internos ao município (Figura 8.10).

Relativamente ao limite norte, a área de estudo é ladeada pelos seguintes arruamentos: **i)** Av. Duque de Loulé (via do 2º nível, Figura 8.1); **ii)** Rua da Escola de Medicina Veterinária (Figura 8.1); **iii)** Rua de Dona Estefânia (Figura 8.2); **iv)** Rua Alexandre Braga (Figura 8.2); **v)** Rua José Estevão (Figura 8.3); **vi)** Rua Jacinta Marto (via do 2º nível; Figura 8.3), e; **vii)** Rua Febo Moniz (via do 2º nível, Figura 8.4).

Finalmente, a sul, a área de estudo é limitada: **i)** pelo Largo Martim Moniz (Figura 8.5); **ii)** pela Rua da Palma; **iii)** pela Rua Barros Queirós (Figura 8.5), e; **iv)** pelo Largo de S. Domingos (Figura 8.6).

No seu interior (Figura 8.11), a Colina de Santana é atravessada na direção nascente-poente pelo eixo do 2º nível, formado pelos seguintes arruamentos: **i)** Rua Alexandre Herculano; **ii)** Rua do Conde Redondo (Figura 8.9); **iii)** Rua Joaquim Bonifácio (Figura 8.9), e; **iv)** Rua Jacinta Marto (Figura 8.3). Este eixo, designado por “Diagonal nascente/ poente” permite o alívio da carga de tráfego na Baixa de Lisboa e o PDM prevê a melhoria das condições de circulação em determinadas artérias já existentes, complementadas pela construção de algumas infraestruturas rodoviárias de apoio.

Já na direção norte-sul, a área de estudo é atravessada pelo eixo do 3º nível hierárquico (que assegura a distribuição de proximidade, bem como o encaminhamento dos fluxos de tráfego para as vias de nível superior) formado pelos seguintes arruamentos: **i)** Rua de São Lázaro; **ii)** Rua Concelheiro Arantes Pedroso, e; **iii)** Rua Gomes Freire (Figura 8.8) que a norte bifurca para a Rua Dona Estefânia.

As restantes vias da zona de estudo (Figura 8.12) são do 4º (rede de distribuição local) ou 5º (rede de acesso local) níveis hierárquicos. Este último garante o acesso rodoviário ao edificado do bairro, representando o sistema porta a porta em relação a cada edifício e reúne as condições privilegiadas para a circulação pedonal. Já o 4º nível constitui a rede de proximidade e é composto pelas vias estruturantes ao nível do Bairro, com alguma capacidade de escoamento e onde os elementos principais de dimensionamento são o estacionamento e a circulação de peões e bicicletas.

<sup>1</sup> Uma parte destas avenidas está classificada como 3º nível (rede de distribuição secundária).

<sup>2</sup> Que, por sua vez, assegura as ligações interconcelhias e de atravassamento, bem como as deslocações de maior distância dentro de Lisboa.

**Figura 8.1** - Av. Duque de Loulé (à esquerda) e Rua da Escola de Medicina Veterinária (à direita)



**Figura 8.2** - Rua de Dona Estefânia (à esquerda) e Rua Alexandre Braga (à direita)



**Figura 8.3** – Rua José Estevão (à esquerda) e Rua Jacinta Marto (à direita)





**Figura 8.4** – Rua Febo Moniz (à esquerda) e Av. Almirante Reis (à direita)



**Figura 8.5** – Largo Martim Moniz (à esquerda) e Rua Barros Queirós (à direita)



**Figura 8.6** – Largo de São Domingos (à esquerda) e Rua das Portas de Santo Antão (à direita)



**Figura 8.7** – Rua de São José (à esquerda) e Rua Manuel Jesus Coelho (à direita)



**Figura 8.8** – Rua Rodrigues Sampaio (à esquerda) e Rua Gomes Freire (à direita)



**Figura 8.9** – Rua Joaquim Bonifácio (à esquerda) e Rua do Conde Redondo (à direita)



No que respeita aos fluxos rodoviários, o sistema de gestão semafórica GERTRUDE permite recolher contagens de tráfego em alguns pontos da cidade de Lisboa. No entanto, dentro da zona de estudo da Colina de Santana apenas existem duas contadoras; ambas na Rua Conde Redondo.

Na Tabela 8.1 apresenta-se a evolução do TMDA (tráfego médio diário anual) para as referidas contadoras. Deste modo, é possível verificar que no sentido para a Av. da Liberdade, a Rua do Conde Redondo manteve um fluxo viário relativamente contante ao longo do período de análise (2007 a 2013).

Já no sentido contrário (para a Praça José Fontana), embora não tenha sido possível obter valores para os anos de 2007 e 2008, verifica-se que nos três anos seguintes (de 2009 a 2011) os níveis de tráfego são relativamente homogéneos, sendo que nos dois últimos anos do período de análise (2012 e 2013) sobem 176% e 329%, respetivamente e em relação ao ano anterior (2011).

Este aumento poderá eventualmente ser explicado pelas diversas intervenções na via durante o período de análise (designadamente obras que obrigaram ao fecho de faixas de circulação) e pelas significativas alterações introduzidas na rede viária e no correspondente esquema de circulação nesta zona da cidade.

**Tabela 8.1 – TMDA na Rua Conde Redondo no período 2007 a 2013**

<b>Sentido</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
para a Av. da Liberdade <sup>3</sup>	10.315	10.184	11.252	10.737	10.592	10.731	10.329
para a Praça José Fontana <sup>4</sup>	nd <sup>5</sup>	nd <sup>5</sup>	2.240	2.234	2.306	6.370	9.903

Fonte: contadoras do sistema de gestão semafórica GERTRUDE<sup>6</sup>

<sup>3</sup> depois da Rua Sociedade Farmacêutica.

<sup>4</sup> depois da Rua Luciano Cordeiro.

<sup>5</sup> nd- não disponível

<sup>6</sup> O GERTRUDE (Gestão Eletrónica de Regulação do Tráfego Rodoviário Urbano Desafiando Engarrafamentos) é um sistema de gestão centralizada de tráfego, que controla todos os semáforos integrados no sistema. Através de sensores (geralmente, espiras colocadas sob a faixa de rodagem), o sistema contabiliza em permanência o volume de tráfego rodoviário e estabelece prioridades. O seu objetivo é evitar engarrafamentos, dando durante mais tempo o direito de circulação quando e onde o fluxo de veículos é mais importante.

Figura 8.10 - Extrato da Planta de Acessibilidades e Transportes do PDM (enquadramento)

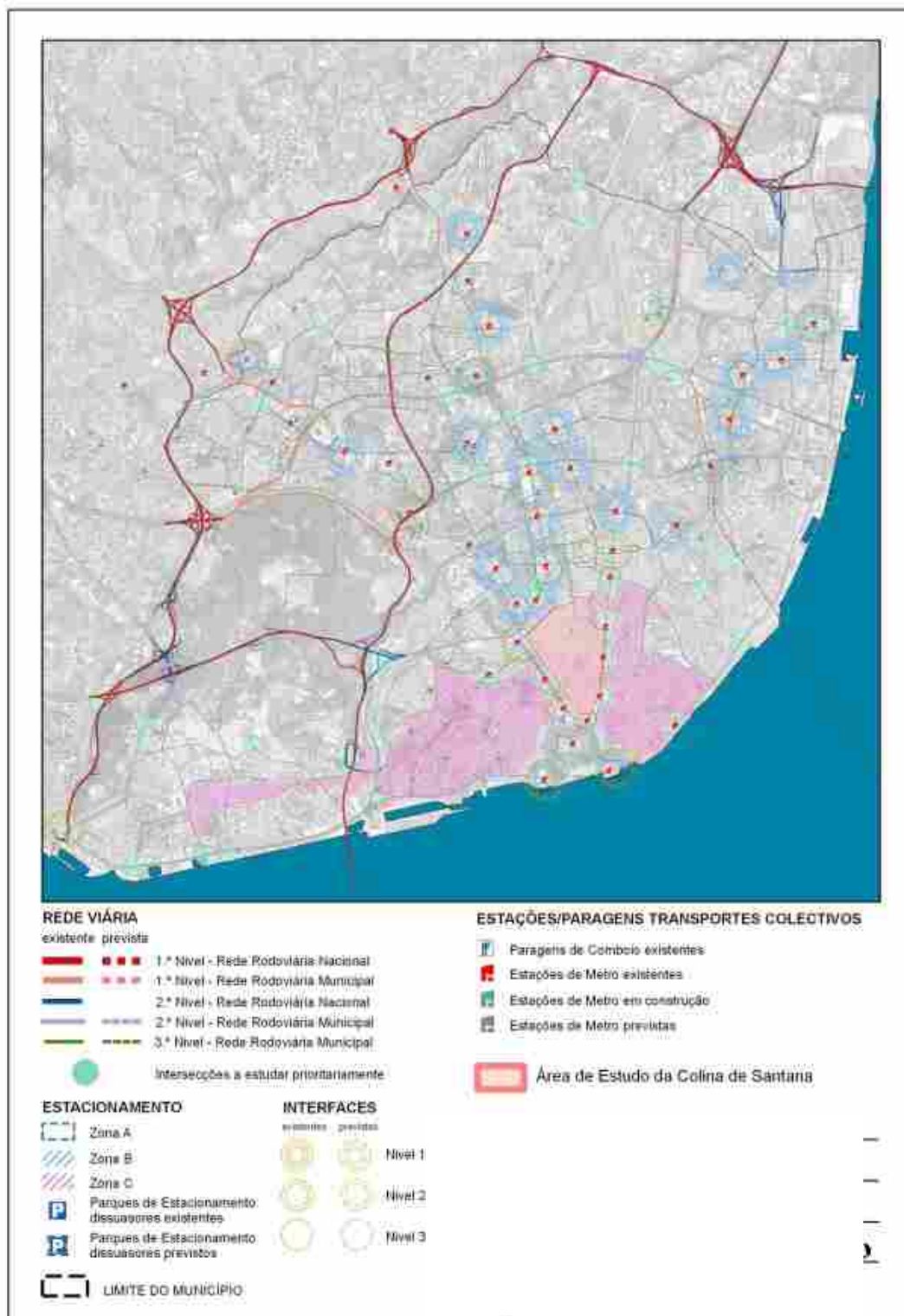
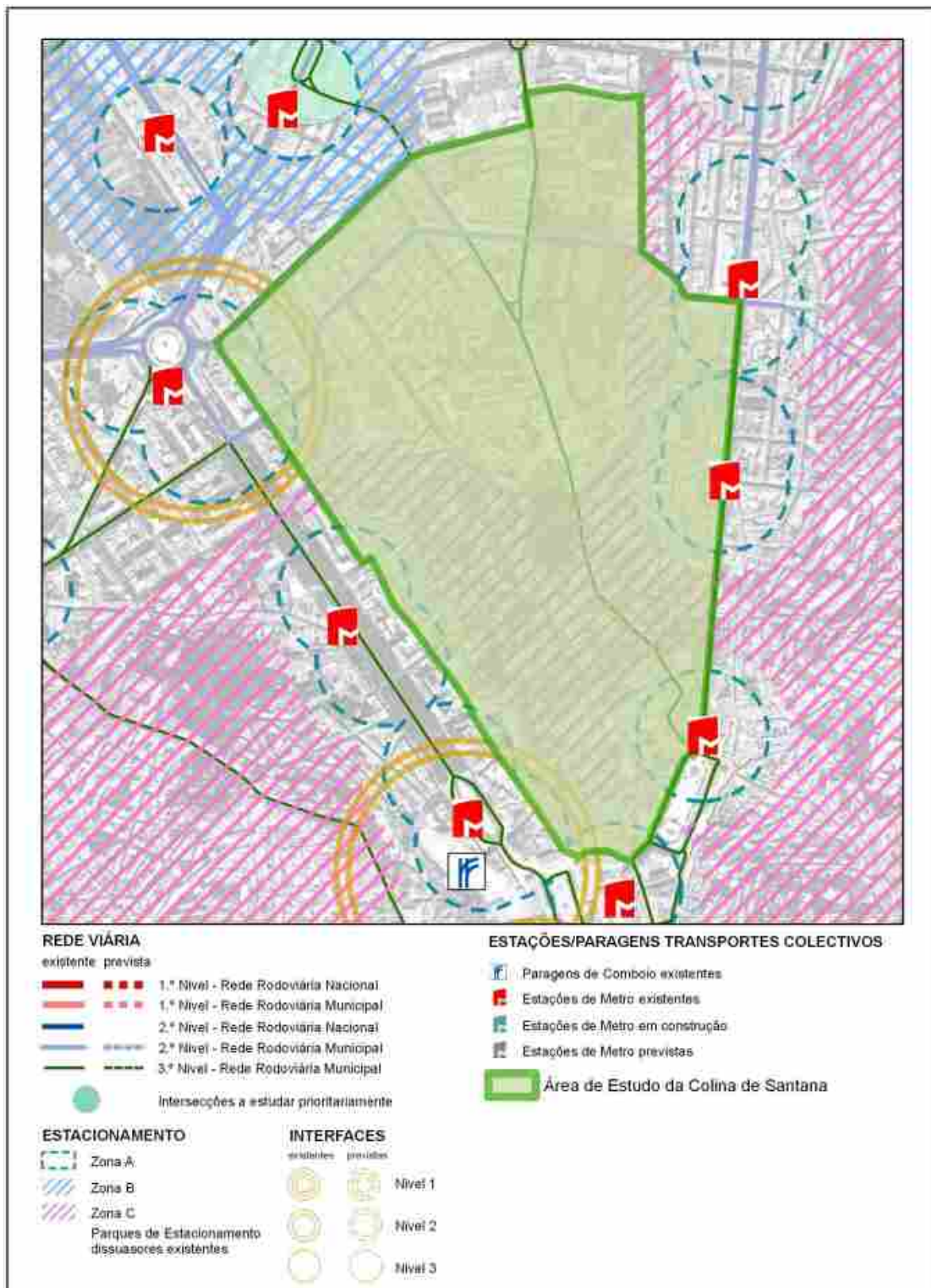


Figura 8.11 - Extrato da Planta de Acessibilidades e Transportes do PDM (área de estudo)



## Estacionamento

O estacionamento desempenha um papel fundamental na mobilidade dos residentes, trabalhadores, estudantes e visitantes de qualquer parte da cidade. Assim, a dinâmica desta importante componente da mobilidade urbana, quer na dimensão espacial (localização, atratividade, capacidade), quer na dimensão temporal (disponibilidade, regulamentação, tarifação), afeta consideravelmente o padrão geográfico das deslocações, e portanto, contribui para que deva ser considerada como um elemento central nas políticas de transportes e circulação. No entanto, a elevada dispersão de competências relacionadas com o processo de planeamento e gestão, em conjunto com a elevada dispersão territorial, torna o estacionamento num sistema difícil de caracterizar o que, por sua vez, dificulta a gestão do mesmo.

Neste contexto, estima-se que dentro da área de estudo existam aproximadamente 7 mil lugares de estacionamento<sup>7</sup> (Tabela 8.2), dos quais cerca de 69% são de acesso público e 31% de acesso privado.

**Tabela 8.2 – Estimativa da oferta de estacionamento na zona de estudo**

<b>Acesso Público</b>	<b>4.776</b>
Na via pública (EMEL)	1.680
Na via pública (outros)	1.120
Parques de estacionamento	1.976
<b>Acesso Privado</b>	<b>2.113</b>
Garagens de edifícios de habitação	524
Parques de estacionamento	457
Unidades hospitalares <sup>8</sup>	1.132

A gestão do estacionamento à superfície, em toda a área do presente estudo, encontra-se concessionada à Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.. A área central da zona de estudo abrange a totalidade da zona EMEL 25 (Campo de Santana) enquanto a periferia intersecta outras seis zonas EMEL (Figura 8.12), a saber: **i)** zona 5 (Av. da Liberdade); **ii)** zona 7 (Santa Marta); **iii)** zona 9 (Chile); **iv)** zona 14 (Praça José Fontana); **v)** zona 37 (Anjos), e; **vi)** zona 38 (Socorro).

Assim, dos cerca de 2.800 lugares de estacionamento na via pública<sup>9</sup>, estima-se que a EMEL explore aproximadamente 1.680 lugares<sup>10</sup> dentro da área da Colina de Santana (Tabela 8.3).

<sup>7</sup> Exclui: **i)** lugares de garagens em fogos não ocupados ou que não correspondam a residências habituais, e; **ii)** lugares de garagem em edifícios com outros usos que não tenham sido inquiridos no “Estudo de Levantamento e Caracterização da Oferta de Estacionamento no Distrito de Lisboa” (2010) (ex.: serviços, equipamentos para além das unidades hospitalares, etc.).

<sup>8</sup> Fonte: Gabinete de Comunicação e Imagem da Unidade Hospitalar ou, quando tal não foi possível, por contagem no terreno complementada com visualização de ortofotomapas (exclui a oferta do parque de estacionamento do Hospital do Desterro uma vez que vai encerrar no final do mês de Outubro de 2013 e do parque do Hospital Miguel Bombarda uma vez que se encontra a operar pela empresa ESTAMO em regime de avença para o público).

<sup>9</sup> Fonte: adaptado de “Lisboa, O Desafio da Mobilidade” (2003) página 194 (unidade de análise: “Santa Marta” que corresponde aproximadamente à área da Colina de Santana); Nota metodológica: para a caracterização e quantificação do estacionamento na via pública foi realizado um levantamento exaustivo de toda a oferta dentro do concelho de Lisboa (no

Figura 8.12 – Zonas EMEL abrangidas pela área do estudo



âmbito do referido estudo). Os lugares registados referem-se a locais onde o estacionamento é legal, independentemente do uso ser reservado (ex. entidades públicas ou cargas e descargas).

<sup>10</sup> Os restantes lugares, embora localizados dentro de zonas EMEL, não se encontram atualmente em exploração por esta empresa por motivos de ordem diversa (ex.: lugares reservados a entidades públicas ou cargas e descargas; vandalismo sistemático dos parquímetros; negociações em curso com juntas de freguesia ou associações de moradores, etc.).

**Tabela 8.3** – Estimativa da oferta de estacionamento explorada pela EMEL dentro da área de estudo<sup>11</sup>

Zona	Designação	N.º de Lugares
5	Av. da Liberdade	0
7	Santa Marta	296
9	Chile	54
14	Pç. José Fontana	393
25	Campo de Santana	848
37	Anjos	89
38	Socorro	0
<b>Total</b>		<b>1.680</b>

No que respeita à oferta para residentes, apresenta-se na Tabela 8.4 a evolução do total acumulado de dísticos de residentes atribuídos entre 2004 e 2012 total ou parcialmente contidas nos limites da área de estudo.

Tendo em conta as alterações introduzidas nos processos de gestão da EMEL<sup>12</sup>, não é possível observar uma tendência consistente no período 2004 – 2012, embora nos dois anos mais recentes se verifique um aumento no total acumulado de dísticos para residentes em todas as zonas EMEL abrangidas pela área do presente Estudo. De facto, existe uma forte pressão da procura de estacionamento por parte dos residentes, verificando-se nas zonas “Campo de Santana” e “Anjos” um rácio entre o número de dísticos emitidos e o total de lugares efetivamente explorados pela EMEL superior a 1 (1,40 e 1,34, respetivamente).

**Tabela 8.4** – Evolução dos dísticos para residentes (acumulados) nas Zonas EMEL da Área do Estudo

Zona	Designação	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
5	Av. da Liberdade	574	605	408	163	94	98	110	300	630
7	Santa Marta	484	526	340	199	133	106	109	384	457
9	Chile	2.498	2.420	2.497	200	164	338	370	1.262	1.389
14	Pç. José Fontana	1.048	1.083	879	309	306	244	281	963	1.099
25	Campo de Santana	1.264	1.304	1.403	354	283	233	316	1.043	1.190
37	Anjos	798	817	873	254	141	150	202	662	775
38	Socorro	0	0	0	0	0	0	0	0	34

<sup>11</sup> Fonte: EMEL (Setembro de 2013); nota metodológica: estimativa calculada a partir dos lugares disponíveis por arruamento, tendo em consideração: i) a proporção do arruamento contido dentro dos limites da área de estudo, e; ii) a distribuição geográfica do estacionamento pelo arruamento (através da visualização de Ortofotomapas).

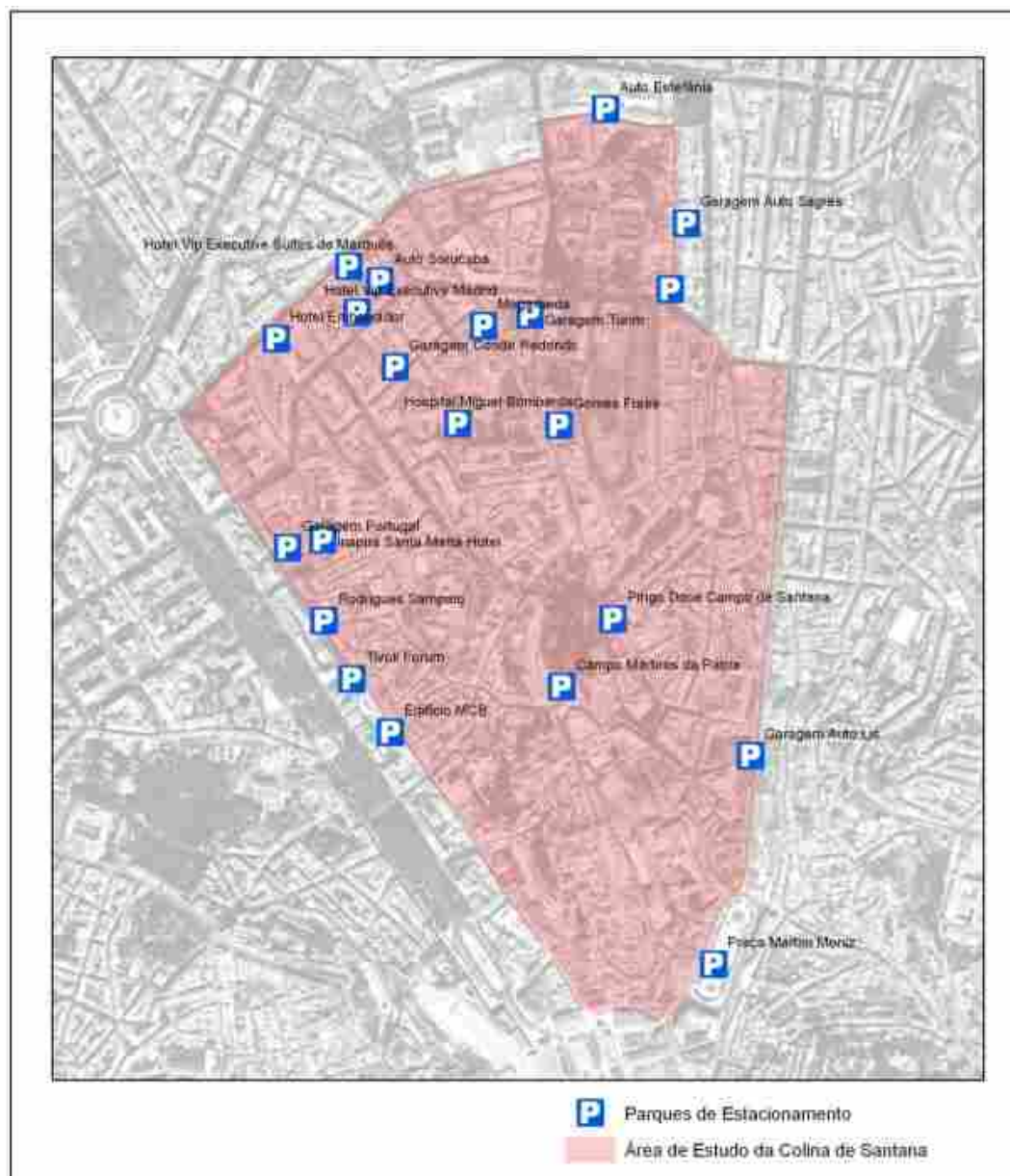
<sup>12</sup> Os dísticos para residentes sofreram uma quebra no período entre 2006 e 2007 uma vez que: i) passaram a ser cobradas despesas de processo pela sua emissão, e; ii) o período de validade foi reduzido de 4 anos para 1 ano.



No que concerne à oferta em parques de estacionamento, apresenta-se na Figura 8.13 a distribuição geográfica dos 21 parques de estacionamento existentes na área de estudo<sup>13</sup> e na Tabela 8.5 algumas características dos mesmos.

Todos os parques correspondem a estruturas com exceção dos parques “Gomes Freire” (parque à superfície operado pela EMEL) e o parque no antigo Hospital Miguel Bombarda (atualmente operado pela empresa ESTAMO – Participações Imobiliárias, S.A.).

**Figura 8.13** – Localização dos Parques de Estacionamento na área de Estudo da Colina de Santana<sup>14</sup>



<sup>13</sup> Dos 21 parques identificados, 16 encontram-se efetivamente dentro da área de estudo e 5 encontra-se na proximidade imediata (a menos de 50 metros dos limites).

<sup>14</sup> Fonte: adaptado de “Estudo de Levantamento e Caracterização da Oferta de Estacionamento no Distrito de Lisboa” (2010); Nota: estudo não exaustivo encomendado pela Associação Nacional de Empresas de Parques de Estacionamento à empresa TRENMO Engenharia S.A..

**Tabela 8.5 – Caracterização dos Parques de Estacionamento na Área de Estudo**

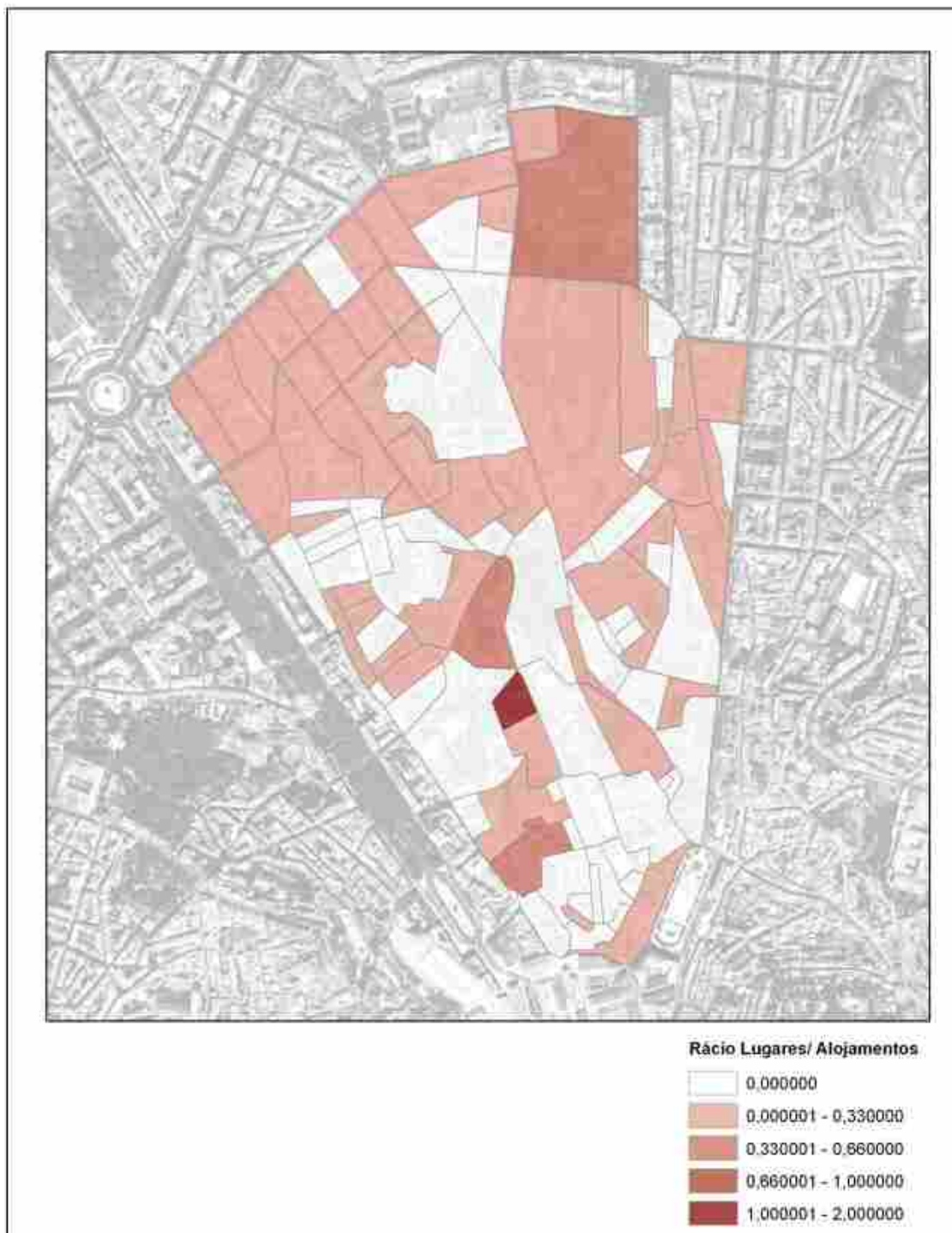
<b>Designação</b>	<b>Capacidade Total</b>	<b>Capacidade Pública</b>	<b>Tipo</b>
Garagem Auto Lis	50	50	Pago
Campo Mártires da Pátria	220	220	Pago
Tivoli Forum	480	160	Pago
Edifício M.C.B.	108	27	Pago
Praça Martim Moniz	720	720	Pago
Rodrigues Sampaio	40	40	Pago
Pingo Doce - Campo de Santana	40	40	Pago
Garagem Portugal	31	31	ND
Inspira Santa Marta Hotel	87	67	Pago
Gomes Freire	130	130	Pago
Garagem Conde Redondo	30	30	Pago
Hotel Embaixador	20	20	Pago
Hotel Vip Executive Madrid	60	60	Pago
Hotel Vip Executive Suites do Marquês	54	18	Pago
Megarueda	60	60	ND
Garagem Turim	20	20	ND
Auto Sorucaba	19	19	ND
Garagem Petrolinos	50	50	Pago
Garagem Auto Sagres	30	30	ND
Auto Estefânia	30	30	Pago
Hospital Miguel Bombarda	154	154	Pago
<b>TOTAL</b>	<b>2.433</b>	<b>1.976</b>	<b>-</b>

Finalmente, e em relação aos lugares de acesso privado, foram contemplados três tipos de oferta: **i)** estacionamento associado a usos residenciais (designadamente a alojamentos clássicos ocupados como residência habitual; 524 lugares); **ii)** estacionamento nos 21 parques de estacionamento anteriormente identificados mas apenas na sua componente de acesso privado (457 lugares), e; **iii)** oferta dentro das unidades hospitalares ainda em funcionamento (1.286 lugares). Neste sentido, contabilizou-se um total de 2.267 lugares de acesso privado.

Na Figura 14 apresenta-se o rácio entre o número de lugares de estacionamento de acesso privado associados a usos residenciais e o número de residências habituais por subsecções estatísticas. Assim, verifica-se que mais de metade destas unidades (51%) não dispõe de qualquer lugar de estacionamento e apenas uma tem um rácio superior a um lugar por fogo.

Esta é, portanto, uma zona da cidade com uma forte carência de estacionamento para residentes.

**Figura 8.14** – Rácio entre o número de lugares de estacionamento de acesso privado associados a usos residenciais e o número de residências habituais por subsecções estatísticas

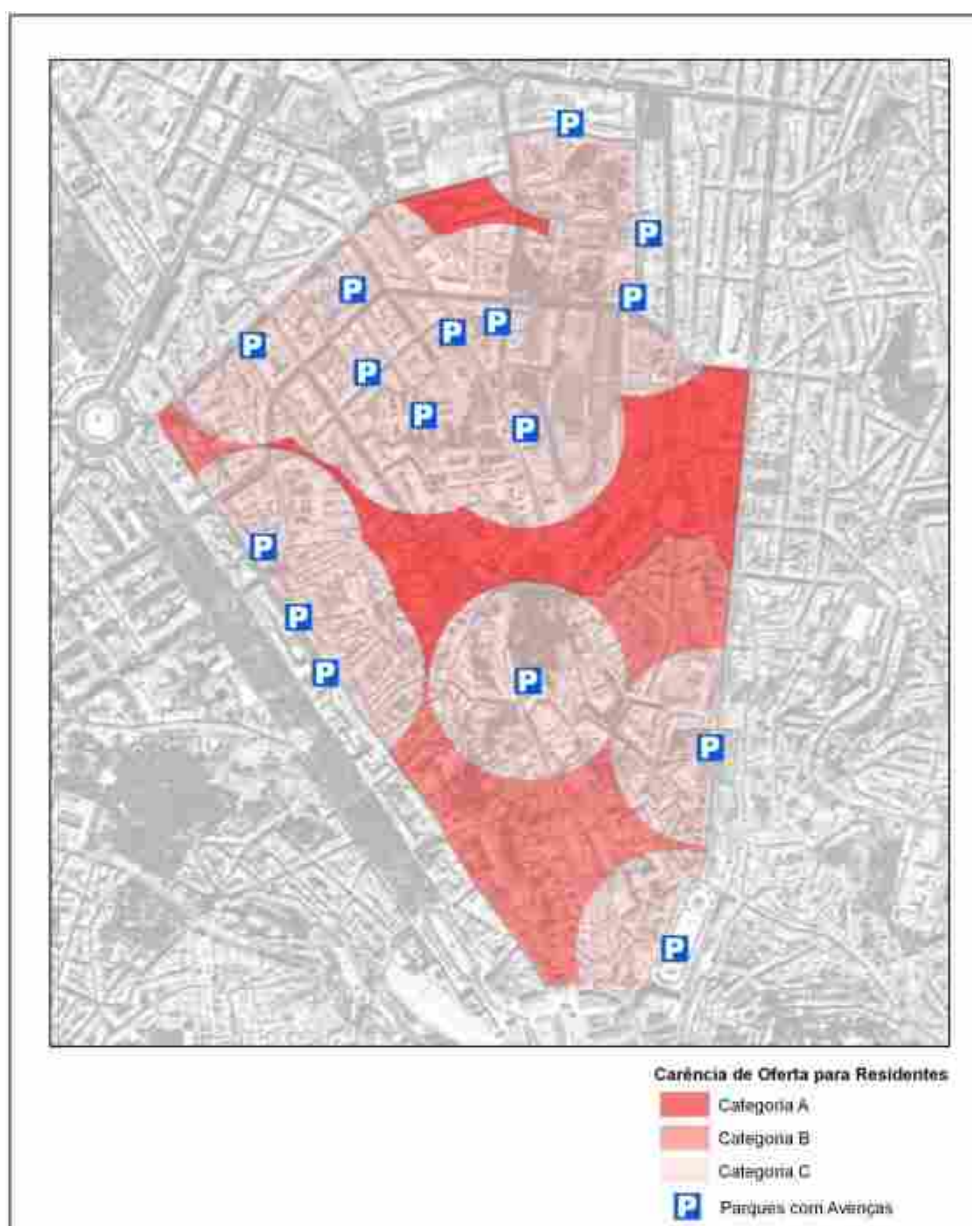


Fonte: INE, Censos 2011

Em paralelo, de modo a distinguir dentro da zona de estudo, as áreas com maior carência, procedeu-se a análise cujos resultados são ilustrados na Figura 8.15. Nesse sentido, foram identificadas três categorias distintas consoante o nível de carência, a saber:

- Categoria A – zonas que acumulem os seguintes critérios: i) localizadas a mais de 200 metros de parques de estacionamento que disponham de regimes tarifárias em avença<sup>15</sup>; ii) com menos de 1 lugar por fogo, e; iii) com mais do que 1 dístico de residente por lugar EMEL;
- Categoria B – zonas localizadas a mais de 200 metros de parques de estacionamento que disponham de regimes tarifárias em avença<sup>11</sup> e que satisfaçam apenas um dos seguintes critérios: i) com menos de 1 lugar por fogo, ou; ii) com mais do que 1 dístico de residente por lugar EMEL;
- Categoria C – zonas localizadas a menos de 200 metros de parques de estacionamento que disponham de regimes tarifárias em avença<sup>11</sup>.

**Figura 8.15** – Categorização da carência de oferta de estacionamento para residentes



<sup>15</sup> Independentemente de disponibilizarem tarifas bonificadas para residentes, ou não.

Deste modo, é possível constatar que a mancha mais escura na zona central da área de estudo (Categoria A) corresponde precisamente aquela em que a oferta de estacionamento para residentes aparenta ser mais reduzida.

No entanto, verifica-se que a maioria da população residente concentra-se nas zonas de menor carência.

Apesar disto, como um dos objetivos deste estudo é atrair população passando pela ocupação dos fogos vazios, deve ser assegurado, pelo menos, um lugar de estacionamento por fogo, pelo que se propõe a construção de garagens coletivas ou silos automóveis.

### Transporte Coletivo

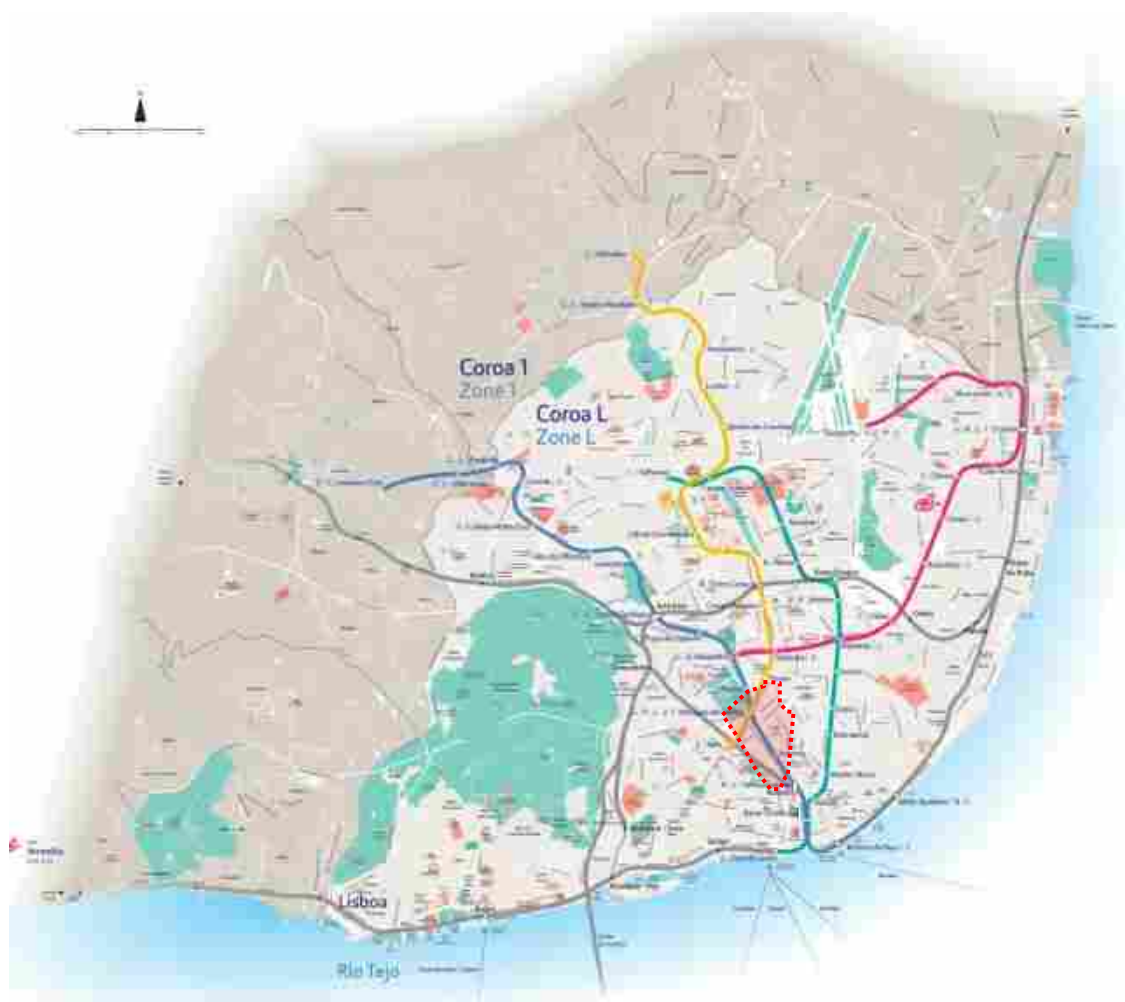
O PDM propõe a hierarquização da rede de transportes coletivos, sendo que o 1º nível se desenvolve ao longo dos eixos estruturantes da cidade e é constituído pela rede da REFER e do Metropolitano de Lisboa. Relativamente a este último, a Colina de Santana encontra-se entre uma parte das linhas azul e verde, sendo que ambas seguiram a tendência geral de redução da procura, concretamente: 17% na linha azul (entre 2008 e 2012) e 32% na linha verde (no mesmo período)<sup>16</sup>.

Na proximidade dos limites da Colina, encontram-se três estações na linha verde (Anjos, Intendente e Martim Moniz); três estações na linha azul (Marquês de Pombal, Avenida e Restauradores) e ainda a estação do Rossio que é comum a ambas as linhas.

Em termos de procura, a estação do Marquês de Pombal é a que apresenta valores mais elevados em toda a rede (na ordem dos 39 mil passageiros por dia), seguida das seguintes estações: Restauradores (11º lugar do *ranking* da rede com aproximadamente 18 mil passageiros por dia); Rossio (13º lugar com 17 mil passageiros/ dia); Anjos (24º lugar com 12 mil passageiros/ dia); Avenida (28º lugar com 9 mil passageiros/ dia); Martim Moniz (30º lugar com cerca de 8 mil passageiros/ dia), e; Intendente (37º lugar com 7 mil passageiros/ dia)<sup>17</sup>.

<sup>16</sup> Nota metodológica: a partir de 2011 o Metropolitano alterou a fórmula de cálculo da taxa de ocupação, utilizando 4 passageiros/m<sup>2</sup> nas carruagens (em vez dos 6 passageiros/m<sup>2</sup> dos anos anteriores).

<sup>17</sup> Fonte: Metropolitano (2013); nota metodológica: média diária incluindo sábados, domingos e feriados.

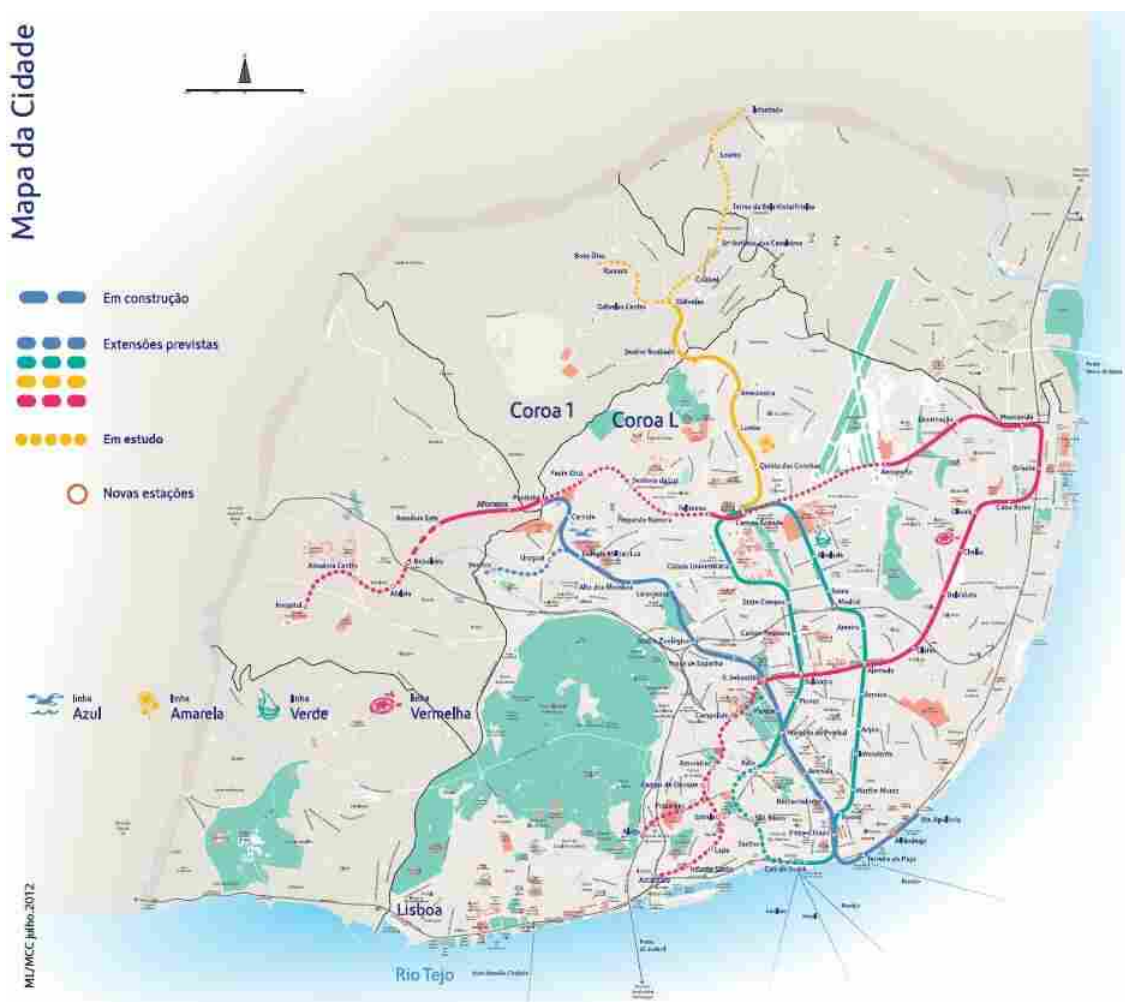
**Figura 8.16 – Rede do Metropolitano de Lisboa**

Fonte: <http://www.metrolisboa.pt>; consultado em 17 de Outubro de 2013

Acresce referir que dentro da área de estudo da Colina de Santana, não estão previstas novas estações no âmbito do plano de Expansão do Metropolitano (apresentado pelo MOPT/ML em Setembro de 2009 e aprovado pela CML).

No entanto, importa salientar o novo conceito de rede circular da linha verde que incluirá não apenas troços da atual linha verde mas também troços da atual linha amarela (Figura 17) e as conseqüentes implicações na operação do serviço, designadamente nos transbordos para determinados pares origem – destino.

Figura 8.17 – Extensões Previstas para a Rede do Metropolitano



Fonte: <http://www.metrolisboa.pt>; consultado em 17 de Outubro de 2013

Em termos de interfaces que asseguram a ligação com a restante rede de transportes coletivos, refira-se a existência de duas interfaces na proximidade imediata da zona da colina de Santana (Figura 8.11), a saber: **i)** a interface Restauradores-Rossio e; **ii)** a interface do Marquês de Pombal; ambas do 2º nível<sup>18</sup>.

A interface Restauradores-Rossio é uma interface informal que assegura diversas opções modais: **i)** ligações ferroviárias urbanas e suburbanas; **ii)** ligações funiculares da Glória e do Lavra; **iii)** conexão à linha azul do metropolitano; **iv)** ligações urbanas em autocarros (Carris); **v)** paragens destinadas a autocarros turísticos; **vi)** praça de táxis, e; **vii)** existência de parque de estacionamento subterrâneo e zonas de estacionamento automóvel à superfície<sup>19</sup>.

Em paralelo, a interface do Marquês de Pombal, é uma importante plataforma de conexão modal face à sua localização central, reforçada por uma intensa oferta de autocarros

<sup>18</sup> De acordo com o PDM, as interfaces de 2º nível correspondem a importantes pontos de conexão e podem corresponder ao cruzamento de duas ou mais linhas de transporte público urbano de 1º nível com um fluxo de transbordo superior aos 25.000 passageiros por dia. Para que uma interface seja de 2º nível tem que cumprir os seguintes requisitos: **i)** garantir a conexão entre redes de transporte público de 1º nível com fluxos superiores a 25 mil passageiros/dia; ou; **ii)** rebatimento sobre uma linha de 1º nível a partir de sistemas de transportes coletivos com níveis de procura (em transbordo) semelhantes.

<sup>19</sup> Fonte: "Estudo de Reordenamento e Requalificação das Interfaces de Lisboa" encomendado pela CML à empresa Perform Energia; relatório das interfaces do grupo 3 (2012).

urbanos e suburbanos, táxis e serviços ligados ao turismo. No entanto, estas funções são limitadas pela dificuldade de articulação e transbordo entre operadores rodoviários e o Metro, mais evidente nas ligações suburbanas e algumas das ligações urbanas de autocarros, que obrigam a atravessamentos de nível em vias de elevado tráfego e em extensões significativas<sup>20</sup>.

No que respeita à rede de autocarros urbanos, apresenta-se na Figura 8.18 a rede diurna do operador de urbano de superfície na cidade de Lisboa (Carris). É possível observar que existem 5 carreiras com terminal dentro da Colina de Santana, a saber: **i)** 753 (com destino a Centro-Sul no concelho de Almada; **ii)** 760 (com destino ao Cemitério da Ajuda); **iii)** 774 (com destino a Campo de Ourique); **iv)** 723 (com destino a Algés), e; **v)** 767 (com destino à Damaia). Na Tabela 8.6 apresentam-se algumas características de serviço destas carreiras.

**Tabela 8.6 – Características de Serviço das Carreiras com Terminal dentro da Colina de Santana**

Carreira	Circulações diárias		Intervalo entre passagens (min)			
			Inverno		Verão	
	Inverno	Verão	Manhã <sup>21</sup>	Tarde	Manhã	Tarde
753	106	102	5m00s	7m30s	5m27s	7m30s
760	172	145	6m00s	5m27s	7m30s	6m40s
774	171	134	5m27s	5m00s	6m40s	6m40s
723	125	110	5m43s	7m04s	8m00s	8m34s
767	180	174	5m13s	5m00s	5m43s	5m00s

Adicionalmente existem ainda outras 10 carreiras da Carris que atravessam a zona de estudo: 706; 708; 712; 720; 726; 730; 734; 753; 760, e; 774.

Ao nível da oferta noturna deste operador, refiram-se as carreiras 205 e 207 a circularem na Av. da Liberdade e a carreira 208, na Av. Almirante Reis.

<sup>20</sup> Fonte: “Estudo de Reordenamento e Requalificação das Interfaces de Lisboa” encomendado pela CML à empresa Perform Energia; relatório das interfaces do grupo 2 (2011).

<sup>21</sup> Nota metodológica: períodos de ponta considerados: **i)** da manhã: das 8h às 10h; **ii)** da tarde: das 17h às 19h.



Figura 8.18 – Rede diurna da Carris

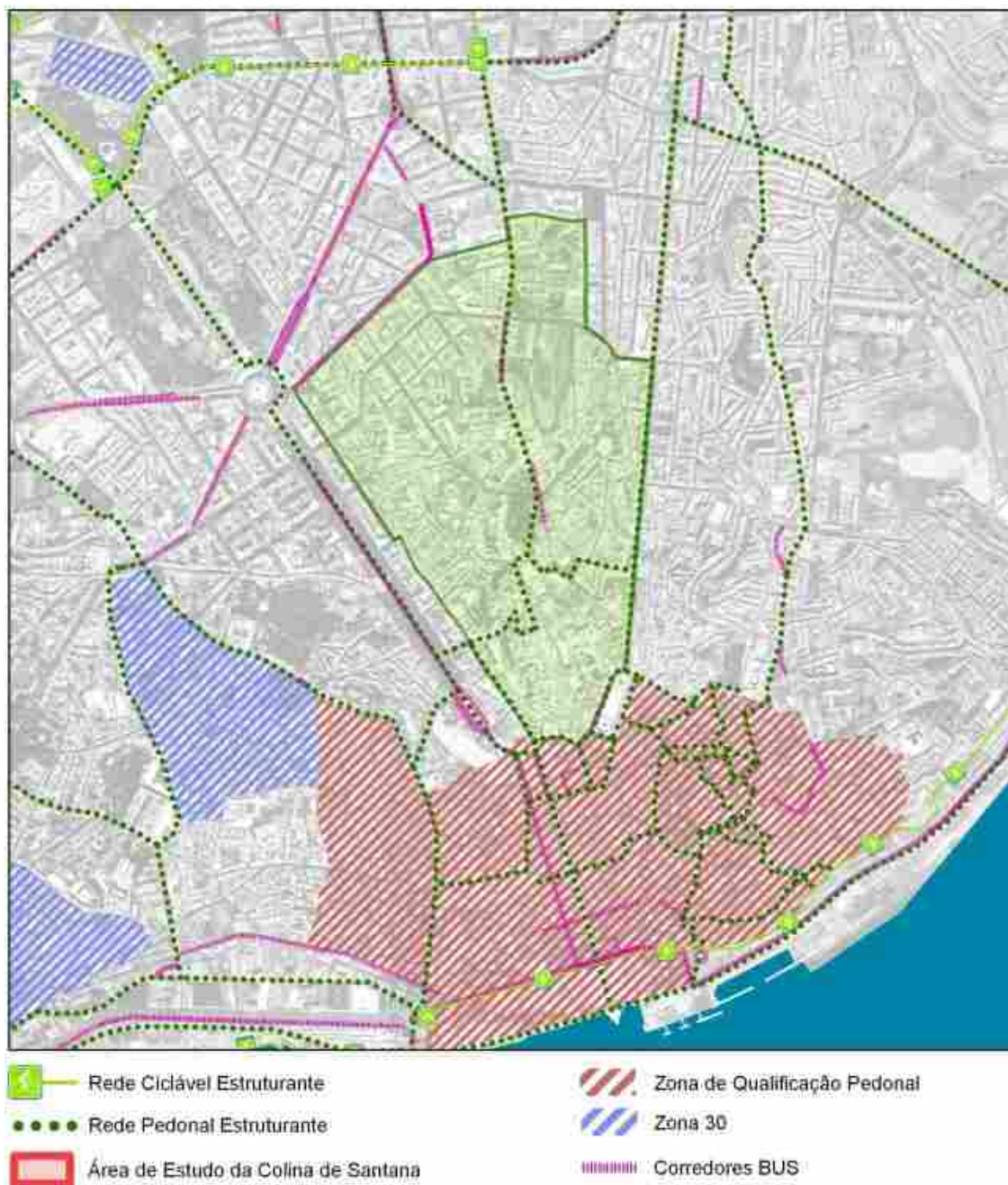


Fonte: Carris, 2012

### Modos Suaves

No que concerne à rede de mobilidade suave, apresentam-se na Figura 8.19 as redes pedonal e ciclável estruturantes. Relativamente a esta última, não existem nem estão previstas quaisquer ligações dentro da área de estudo da Colina de Santana. Relativamente à rede pedonal estruturante, o PDM contempla eixos que intersectam a zona de estudo, a saber: **i)** a Av. Almirante Reis; **ii)** o eixo formado pela Rua Dona Estefânia, Rua Gomes Freire e pelo lado nascente do Campo Mártires da Pátria, e; **iii)** o eixo formado pela Calçada do Lavra, Rua Câmara Pestana, Rua Instituto Bacteriológico, topo sul do Campo Mártires da Pátria, Rua Manuel Bento de Sousa e pela Rua Nova do Desterro.

Figura 8.19 – Rede de Mobilidade Suave



Fonte: adaptado da Planta de Programação e Execução 4 do PDM da cidade de Lisboa, 2012

Não existe nenhuma “zona 30” dentro da área de estudo da Colina de Santana e a zona de qualificação pedonal prevista no PDM faz fronteira com o topo sul da Colina.

Embora as faixas BUS não façam parte da rede de mobilidade suave, as alterações mais recentes introduzidas no Código da Estrada<sup>22</sup> contemplam que estas possam ser usadas por ciclistas mediante deliberação da Câmara Municipal competente e aprovação do IMTT. Neste sentido, existem dois eixos com alguma relevância para a zona da Colina,

<sup>22</sup> Lei nº 72/2013 (1ª série) publicada no Diário da República nº 169 a 3 de Setembro de 2013.

designadamente: **i)** o eixo formado pelos arruamentos Av. da República, Av. Fontes Pereira de Melo, Av. da Liberdade e Rua do Ouro, e; **ii)** Av. Duque de Loulé. Refira-se ainda a existência, dentro da área de estudo da Colina, de dois pequenos corredores BUS isolados na Rua Dona Estefânia e no Campo Mártires da Pátria/ Largo do Mastro.

O Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa (atualmente em discussão pública) efetua um diagnóstico dos principais problemas neste domínio com base num levantamento piloto das condições de acessibilidade na via pública. Embora não seja possível apresentar muita informação específica para a área da Colina de Santana, o Plano identifica alguns dos problemas mais relevantes. Relativamente aos atropelamentos nesta zona, ocorreram, em 2011, 22 atropelamentos (de um total de 672 atropelamentos registados em toda a cidade, nesse ano).

O suprarreferido Plano abordou ainda outros problemas, designadamente: **i)** o efeito das grandes barreiras à circulação pedonal; **ii)** passagens de peões com fracas condições (ex.: em mau estado de conservação ou, no caso de intersecções semaforizadas, passadeiras com tempos de verde insuficientes, etc.); **iii)** passeios com largura insuficiente ou com o pavimento em mau estado; **iv)** conflitos entre a rede pedonal e a rede ciclável, entre outros.

## 8.2. Proposta

Esta secção tem como principal objetivo a sistematização de um conjunto de propostas no domínio da mobilidade para a área de estudo da Colina de Santana. Nesse sentido, pretende-se que estas propostas se traduzam numa visão estratégica de conjunto para a Colina.

Deste modo, em detrimento de soluções urbanas isoladas de detalhe, julgou-se que, nesta fase do estudo, seria fundamental enquadrar o trabalho desenvolvido anteriormente através da identificação de princípios orientadores estratégicos e da sua materialização em possíveis linhas de intervenção para uma abordagem integrada.

Neste contexto, o conceito de mobilidade mais eficiente e amiga do ambiente defendido no PDM de Lisboa – e que aqui se detalha para a Colina - tem subjacente um elevado nível de sustentabilidade ambiental e financeira, em paralelo com elevados níveis de qualidade para os seus utilizadores, não apenas do modo rodoviário individual, mas também dos vários modos coletivos e suaves.

Assim, importa salientar que algumas das medidas com maior impacte nos tais níveis de qualidade e sustentabilidade atuam a montante da cadeia causa-efeito e, portanto não dizem diretamente respeito a atributos do sistema de transportes propriamente dito, mas antes a outras áreas da gestão urbana. São exemplos dessas áreas: **i)** a gestão dos usos de solo que promova a multifuncionalidade e contribua para a redução da necessidade de transporte (ou pelo menos para a diminuição das distâncias percorridas); **ii)** o sector imobiliário e a falta de oferta de habitação a preços acessíveis (sobretudo para jovens); **iii)** a reabilitação urbana, cuja tendência das últimas décadas tem resultado num elevado número de fogos desocupados (e que poderiam ser habitados por trabalhadores e estudantes que moram fora da cidade e trazem o seu veículo para Lisboa diariamente), ou; **iv)** o relativo baixo protagonismo do mercado de arrendamento no sector imobiliário. Em suma, um melhor sistema de mobilidade na Colina, e na cidade, não se poderá reduzir à implementação do conjunto de propostas que se segue. Pelo contrário: é verdadeiramente essencial a intervenção numa série de outros domínios de atuação de que resulte a atracção de novos habitantes e empregos para a Colina de Santana.

## Rede Viária

Constatando que o atual modelo rádio concêntrico de circulação viária já não satisfaz adequadamente os desejos de deslocação e os padrões de mobilidade dos residentes e visitantes de Lisboa, o PDM introduz um novo conceito de malha reticulada, apoiado no conjunto de infraestruturas atuais e, nas que se prevê concretizar a curto/médio prazo e aprofundado na alteração dos modelos de ordenamento e gestão da circulação. Deste modo, é essencial assegurar que o perfil das vias hierárquicas superiores existentes dentro da Colina (ver secção 8.1.) sejam, de facto, consentâneas com o papel que desempenham na rede da cidade (ver anexo 6 do regulamento do PDM).

Nessa lógica, e reconhecendo a importância da qualificação de uma zona central no sentido de promover uma vivência humana mais dinâmica para a Colina, admite-se a alteração do esquema de circulação do Campo Mártires da Pátria no sentido de privilegiar os espaços e movimentos pedonais mas salvaguardando a reserva de capacidade adequada para o tráfego automóvel. Tal requalificação, deverá equacionar soluções alternativas para diminuir o tráfego de atravessamento (ex.: contornando o limite norte do Campo Mártires da Pátria) mas cuja validação deverá implicar a realização de um estudo de tráfego.

Inversamente, é igualmente importante proteger os bairros e zonas residenciais do tráfego de atravessamento, seja através da introdução de zonas 30 (à semelhança do que está a ser feito para outras zonas da cidade), seja através da implementação de medidas de acalmia de trânsito pontuais.

## Estacionamento

No que respeita ao estacionamento, é expectável que a desativação de todas as unidades hospitalares, *per si*, contribua para a diminuição significativa da pressão de procura de estacionamento, sobretudo no período diurno. Por outra parte, as necessidades das novas ocupações serão satisfeitas com o cumprimento dos parâmetros definidos no PDM.

No entanto, e tal como diagnosticado na secção anterior, a Colina tem uma oferta de estacionamento para residentes muito abaixo do que seria desejável (ex.: eixo Rua das Barracas/Paço da Rainha). Este é um aspeto particularmente preocupante para a captação de novos habitantes, para os quais um lugar por fogo é a expectativa mínima de motorização familiar. Ou seja, sem a resolução, ou mitigação, deste problema, dificilmente se conseguirá resolver o problema dos fogos desocupados que, por sua vez, contribuem para o agravamento de outras questões críticas, não apenas relacionadas com a mobilidade, mas também com outros sectores (sobretudo o comércio mas também relacionadas com o equilíbrio financeiro da própria autarquia).

Deste modo, propõe-se a construção de alguns parques de estacionamento para residentes de dimensão reduzida, de forma a aumentar a cobertura territorial deste tipo de oferta e, conseqüentemente, diminuir a distância percorrida a pé pelos seus utilizadores. Tratando-se de infraestruturas pequenas é expectável que o preço de venda por lugar não possa refletir na totalidade o custo de construção. Neste contexto, a negociação do seu financiamento a partir das compensações para os novos empreendimentos aparenta ser uma oportunidade a ser equacionada.

Na figura 8.20 é possível observar a localização indicativa de quatro parques para residentes. No entanto, nesta fase do estudo, mais importante do que aprofundar o estudo da localização definitiva destas infraestruturas (processo que estará sempre sujeito a negociação), é identificar possíveis soluções para o problema da falta de oferta de

estacionamento para residentes. Neste sentido, é essencial destacar a importância de um modelo de negócio que viabilize o financiamento e exploração destes parques. Eventualmente, pondera-se a investigação de um novo conceito – garagem coletiva – que dispense alguns dos requisitos dos parques e, desta forma, contribua para reduzir os seus custos operacionais (ex.. sendo apenas para residentes, não seria necessária a permanência de nenhum funcionário no parque).

Para além da construção de novas infraestruturas, poderá ainda ser explorada a hipótese de negociar diretamente com alguns operadores de parques que já existem na colina, a disponibilização de avenças com tarifas bonificadas para residentes.

### **Modos Suaves**

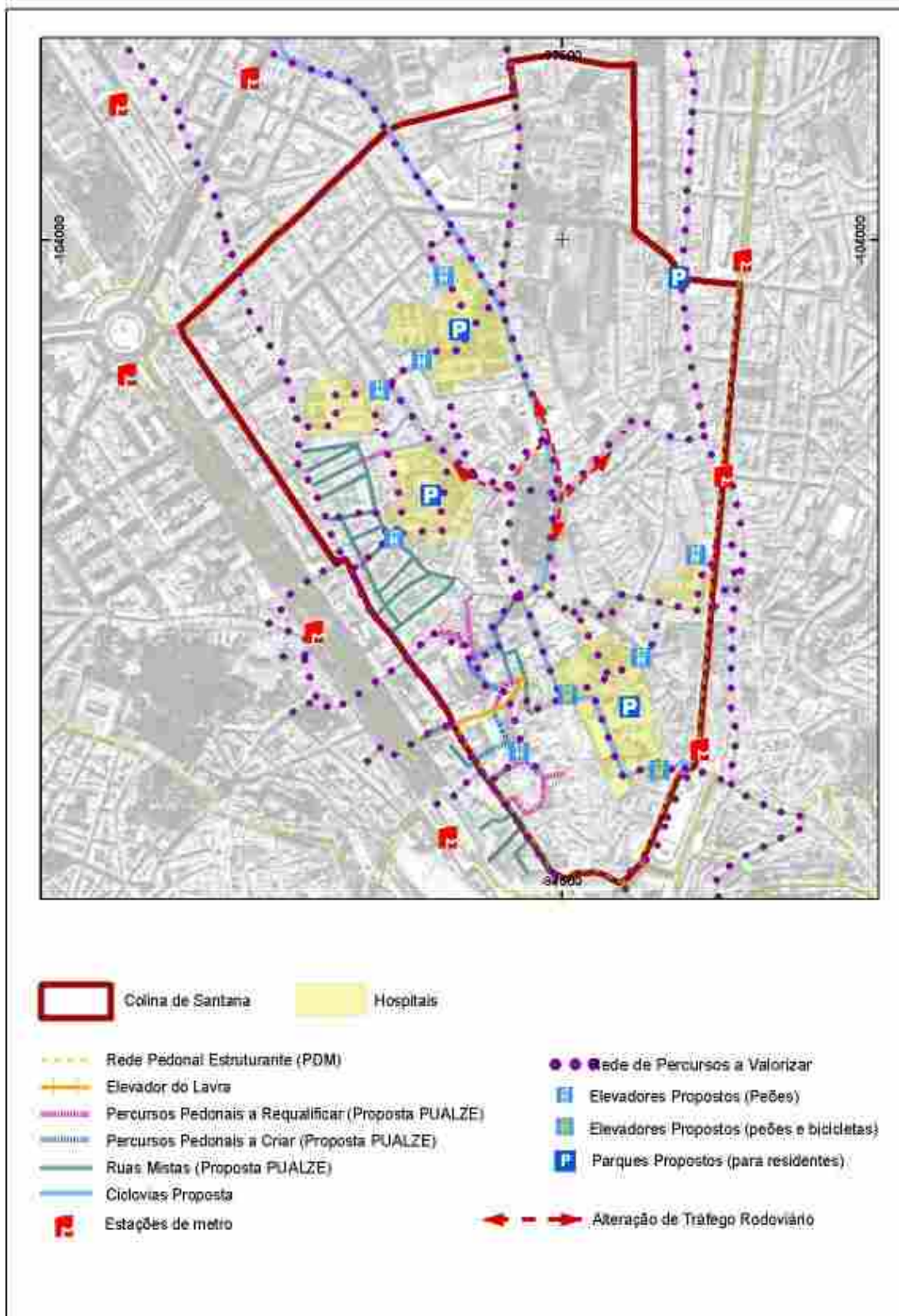
Os modos suaves são uma alternativa eficaz nas deslocações de curta distância ou um complemento essencial a outros modos de transporte (nomeadamente no acesso/ingresso às redes de transporte coletivo) e que contribuem de forma positiva para a qualidade do ambiente e para a saúde pública.

É intenção deste estudo a qualificação e ampliação significativa destas redes de modo a propiciar a sua maior utilização, o que passa pela valorização das áreas pedonais, através do recurso a meios mecânicos de apoio e a promoção da utilização da rede ciclável.

É fundamental a promoção da qualificação do espaço público, integrando a resolução dos problemas assinalados no Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa (PAPL), nomeadamente:

- Instalação de meios mecânicos (elevadores, escadas rolantes ou outros) que permitam a transposição dos declives mais desfavoráveis (medida já prevista no Projeto Urbano);
- Valorização das ligações pedonais estruturantes previstas no Projeto Urbano;
- Criação de um corredor ciclável único pela linha de fecho da Colina, desde a Praça José Fontana, pela Rua Gomes Freire e Campo dos Mártires da Pátria até à Rua do Instituto Bacteriológico. A ligação à Praça do Martim Moniz far-se-á através dos meios mecânicos previstos na intervenção a programar para o Hospital de São José. Esta proposta difere da preconizada no Projeto Urbano;
- Reperfilamento de arruamentos (pode incluir alargamento dos passeios se tal for possível) e/ou adaptação das passadeiras segundo o modelo de passagens de peões do PAPL;
- Recuperação de pavimentos em mau estado e introdução de pavimentos confortáveis e adequados ao modo pedonal nas situações a estudar;
- Adequação da velocidade de circulação rodoviária e do tempo de travessia para peões nas intersecções semaforizadas em função dos fluxos pedonais presentes;
- Controlo eficaz do estacionamento na via;

Figura 8.20 – Proposta



## 9. ECONOMIA

Apresentamos, neste capítulo, uma breve caracterização da economia presente na Colina de Santana, e desenvolvemos algumas reflexões estratégicas enquadradas numa política global para a cidade de Lisboa, ao nível da economia e inovação.

### 9.1. O Centro Hospitalar Lisboa Central (CHLC)

Da leitura do Quadro 9.1 podemos verificar que o CHLC integra as seguintes unidades hospitalares localizadas na Colina de Santana: Hospital de São José, Hospital de Santo António dos Capuchos, Hospital de Santa Marta e Hospital Dona Estefânia.

**Quadro 9.1** - Unidades Hospitalares localizadas na Colina de Santana

Unidades	Descrição	Lotação Média	Peso Relativo
Hospital de São José	<i>Especializado em politraumatizados, dispõe de várias especialidades</i>	401	37%
Hospital de Santo António dos Capuchos	<i>Valências específicas Neurologia, Oftalmologia, Oncologia, Dermatologia, etc</i>	295	27%
Hospital de Santa Marta	<i>Vocacionado para a área cardiovascular</i>	202	19%
Hospital Dona Estefânia	<i>Apoio perinatal diferenciado à mulher e criança</i>	186	17%
Total		1.083	

Esta unidade de gestão abrange, também, desde Março 2012 (por D.L nº 44/2012 de 23 de Fevereiro), o Hospital Curry Cabral, EPE e a Maternidade Dr. Alfredo da Costa, com o objetivo de, mais tarde, transferir a atividade praticada no CHLC, para o novo Hospital de Lisboa Oriental, previsto para 2015/2016.

A médio prazo, a região de Lisboa contará com três polos hospitalares requalificados: o Centro Hospitalar Lisboa Norte, o Centro Hospitalar Lisboa Ocidental e o Centro Hospitalar Lisboa Oriental.

De acordo com a opinião demonstrada pela Administração do CHLC “o grande volume da urgência, o número significativo de doentes com prolongamento de internamento por motivos meramente sociais, a escassez de instituições de retaguarda e a inadequada referenciação de doentes por parte de outros hospitais, têm contribuído para desvirtuar o correto posicionamento assistencial do CHLC”.

**Quadro 9.2** - Evolução da atividade assistencial do CHLC de 2009 a 2011<sup>1</sup>

Descrição	2009	2010	2011
Lotação média	1.158	1.128	1.083
Doentes tratados	38.075	37.386	35.364
Consultas externas (total)	571.981	574.483	573.396
Total atendimentos - urgências	251.906	255.356	249.179

**Quadro 9.3** - Evolução de recursos humanos do CHLC de 2009 a 2011

Descrição	2009	2010	2011
Nº de efectivos	6.179	6.007	5.857
Idade média global	39,67	40,23	40,7
Taxa emprego feminino, nos efetivos totais	73,64%	73,44%	73,52%
Taxa emprego feminino pessoal médico	57,06%	56,92%	57,50%
Taxa emprego feminino enfermagem	83,20%	83,02%	83,17%
Percentagem efectivos licenciados ou +	44,09%	44%	46,06%

## 9.2. Turismo – Oferta hoteleira

Na Colina de Santana estão localizadas as 10 unidades hoteleiras, apresentadas no Quadro 9.4, com disponibilidade de 696 quartos, perfazendo um total de 1.227 camas.

**Quadro 9.4** - Unidades Hoteleiras localizadas na Colina de Santana

Descrição	Morada	Cat.	Quartos	Camas
Hotel 3KMadrid	R.Conde Redondo, 24	4*	86	130
HA Suites do Marquês	Av.Duque Loulé, 45	HA	84	176
Pensão Caravela	R.Ferreira Lapa, 38	P 3ª	45	90
Hotel Dom Carlos Parque	Av. Duque Loulé, 121	3*	76	137
Hotel Embaixador	Av. Duque Loulé, 73	3*	96	160
Hotel Excelsior	R. Rodrigues Sampaio, 172	3*	81	181
Hotel Inspira Santa Marta	R.Santa Marta, 48	4*	89	97
Neya Lisboa Hotel	R.Dona Estefânia, 71-77	4*	76	145
Princesa Hotel & Tea	R.Gomes Freire	2*	46	80
Pensão D. João	R.José Estevão, 43	P 3ª	17	31
Total			696	1.227

A Taxa de Ocupação Média, de janeiro a agosto de 2013, no conjunto dos hotéis, para os quais dispomos de dados, foi de 64,2%.

## 9.3. Tecido Empresarial – Sociedades com sede na Colina de Santana

Na área de intervenção estavam sedeadas, em 2011, 1.680 sociedades, sendo que, destas, 90% têm menos de nove pessoas ao serviço, valor idêntico para o registado na cidade. Das sociedades, aqui localizadas, 92% têm um volume de negócios inferior a um milhão de euros, uma vez mais não se diferenciando do que se passa na cidade como um todo.

<sup>1</sup> Foram analisados os dados até 2011 de modo a evitar considerar a evolução registada após a integração do Hospital Curry Cabral e da Maternidade Alfredo da Costa após 2012. A título informativo refira-se que no Hospital Curry Cabral o número de profissionais era de 1.456, e de 644 na Maternidade Dr. Alfredo da Costa, à data de fevereiro de 2012. Nesta data, a lotação média do Hospital Curry Cabral era de 374.

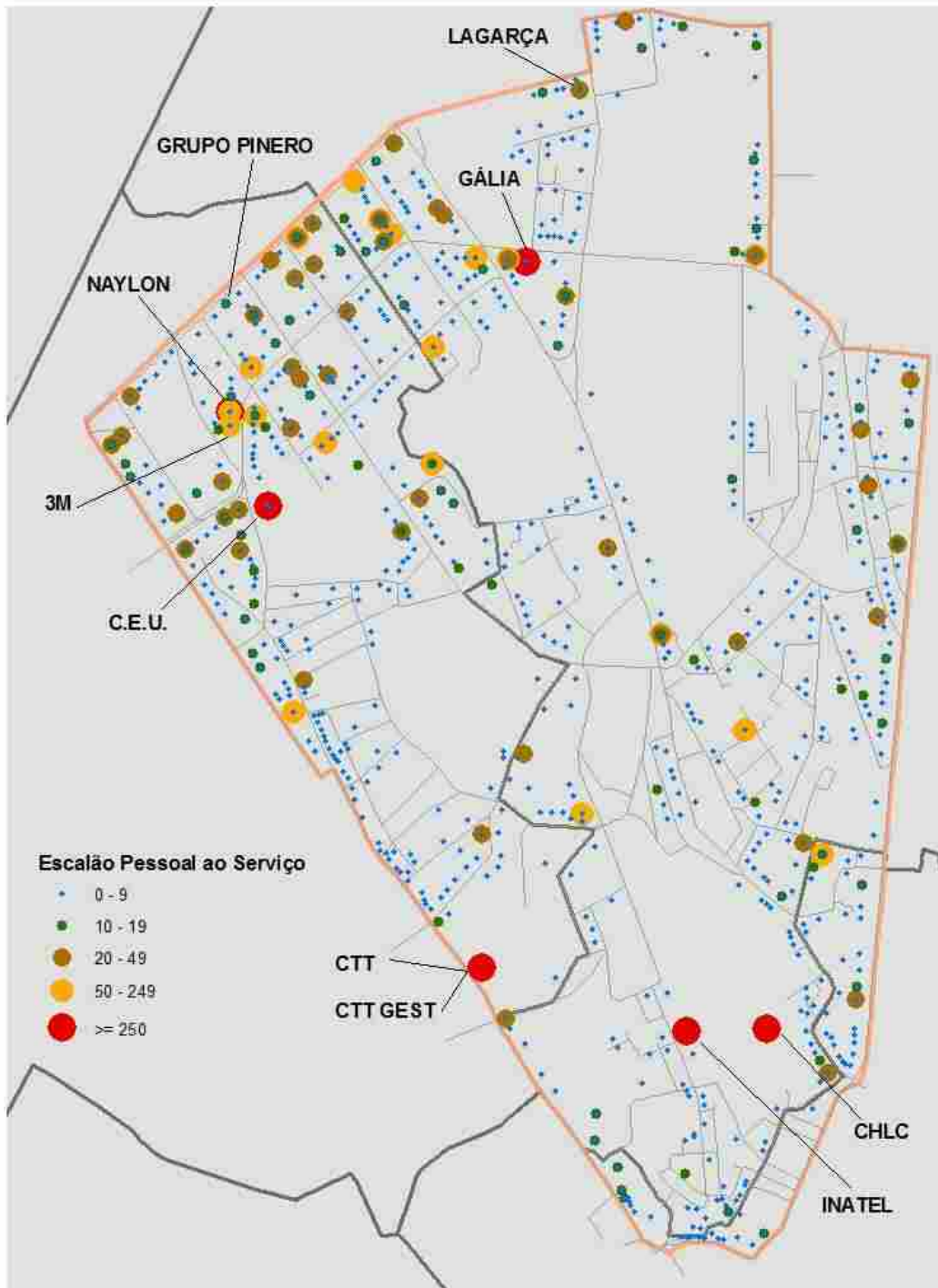


As empresas/serviços que se destacam pela sua dimensão, quer porque tenham 250 pessoas, ou mais, ao serviço, quer porque tenham registado um volume de negócios superior a 20 milhões de euros, são as apresentadas no Quadro 9.5.

**Quadro 9.5 - Empresas/Serviços localizadas na Colina de Santana**

Nome da Empresa	Morada.	Pessoal ao Serviço	Volume de Negócios (milhões de euros)
Centro Hospitalar de Lisboa Central, E.P.E	Rua José António Serrano	250 ou +	>= 200.M €
CTT - Correios de Portugal, SA	Rua de São José, 20	250 ou +	>= 200.M €
CTT GEST - Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, SA	Rua de São José, 20	250 ou +	5.M€ a 10.M€
Grupo Pinero, Agência de Viagens, SA	Av. Duque de Loulé, 75	10 a 19	50.M€ a 200.M€
Fundação INATEL	Calçada de Santana, 110	250 ou +	20.M€ a 50.M€
3M Portugal, Lda.	Rua do Conde de Redondo, 98	50 a 249	20.M€ a 50.M€
Construções Lagarça, SA	Rua Dona Estefânia, 51	20 a 49	20.M€ a 50.M€
C.E.U.-Cooperativa De Ensino Universitário CRL	Rua de Santa Marta, 56	250 ou +	10.M€ a 20.M€
NAYLON - Empresa De Trabalho Tempo-rário, Lda.	Rua. do Conde de Redondo, 84	250 ou +	5.M€ a 10.M€
GÁLIA - Empresa De Segurança, SA	Rua Joaquim Bonifácio, 21	250 ou +	10.M€ a 20.M€

Figura 9.1 - Escalão de pessoal ao serviço de Sociedades sedeadas – INE, 2010



#### 9.4. Comércio a retalho

De acordo com os dados do Recenseamento Comercial efetuado pela CML, em 2010, podemos caracterizar o comércio local da seguinte forma (ver Quadro 9.6):

- O *Comércio Alimentar* representa 10,8% do total de estabelecimentos;
- O comércio de *Artigos de Uso Pessoal* tem uma maior representatividade, atingindo 15,3% do total de estabelecimentos, sendo os de artigos de vestuário diverso misto, o ramo mais expressivo, com 6% do total;
- O segmento de *Equipamento do Lar* afigura-se com 5,9%, sendo o sector de móveis e colchoaria interior, o mais significativo com 1,8%;
- O ramo de *Saúde e Higiene* não vai além dos 3,8% do total. Neste conjunto, as farmácias e os estabelecimentos de artigos médico/cirúrgicos/ortopédicos são os mais significativos, 1,1% e 1,2%;
- A categoria *Cultura/Lazer* representa 8%, sendo as tabacarias e papelarias as mais numerosas, com 2,6% e 2,1%, respetivamente;
- O sector *Diversos* detém uma representatividade significativa, atingindo, no conjunto de estabelecimentos – 13,6%. As ourivesarias/relojoarias com 2,2%, seguidas pelas lojas de materiais de construção, metais e ferragens com 1,6% e as drogarias com 1,5%, são as mais expressivas;
- Porém, é na *Restauração e Bebidas* que há um predomínio, atingindo o conjunto, 35,7% do total de estabelecimentos, cabendo 19,9% ao das bebidas e 15,8% ao das comidas e refeições. Quanto ao número de pessoal ao serviço, são estes os ramos de comércio mais empregadores, com 18,9% e 19,1%, respetivamente (Quadro 9.6).

Quanto ao número de pessoas que trabalham nestas empresas e à superfície por elas ocupadas observar, igualmente, o Quadro 9.6.

**Quadro 9.6 - Comércio a Retalho**

Comércio a retalho	Nº Estab.	%	Sup. M2	%	Nº Pess.	%
Alimentar	457	10,8	24.734	9,3	1278	9,2
Artigos uso pessoal	645	15,3	30.269	11,3	2.245	16,2
Equipamento do lar	250	5,9	29.190	10,9	850	6,1
Saúde e higiene	162	3,8	8.394	3,1	746	5,4
Cultura e lazer	336	8,0	12.228	4,6	759	5,5
Diversos	572	13,6	37.031	13,9	1.856	13,4
Bazares	111	2,6	7.018	2,6	225	1,6
Reparações	180	4,3	36.145	13,5	615	4,4
Restauração e Bebidas						
Comidas e refeições	665	15,8	53.216	19,9	2.644	19,1
Bebidas	840	19,9	28.899	10,8	2.612	18,9
Total geral	4.218	100	267.124	100	13.830	100

Os estabelecimentos comerciais encontram-se particularmente concentrados em algumas zonas específicas do território em análise, a sudoeste do Hospital de S. José, na qual se nota uma maior presença de estabelecimentos de comércio de artigos de uso pessoal (Figura 9.2).

Na Rua dos Anjos, Rua de São José e, a norte, o Bairro Camões, orientado à Av. Duque de Loulé e ao Marquês de Pombal, salienta-se a presença das unidades hoteleiras.

Figura 9.2 - Recenseamento Comercial - 2010

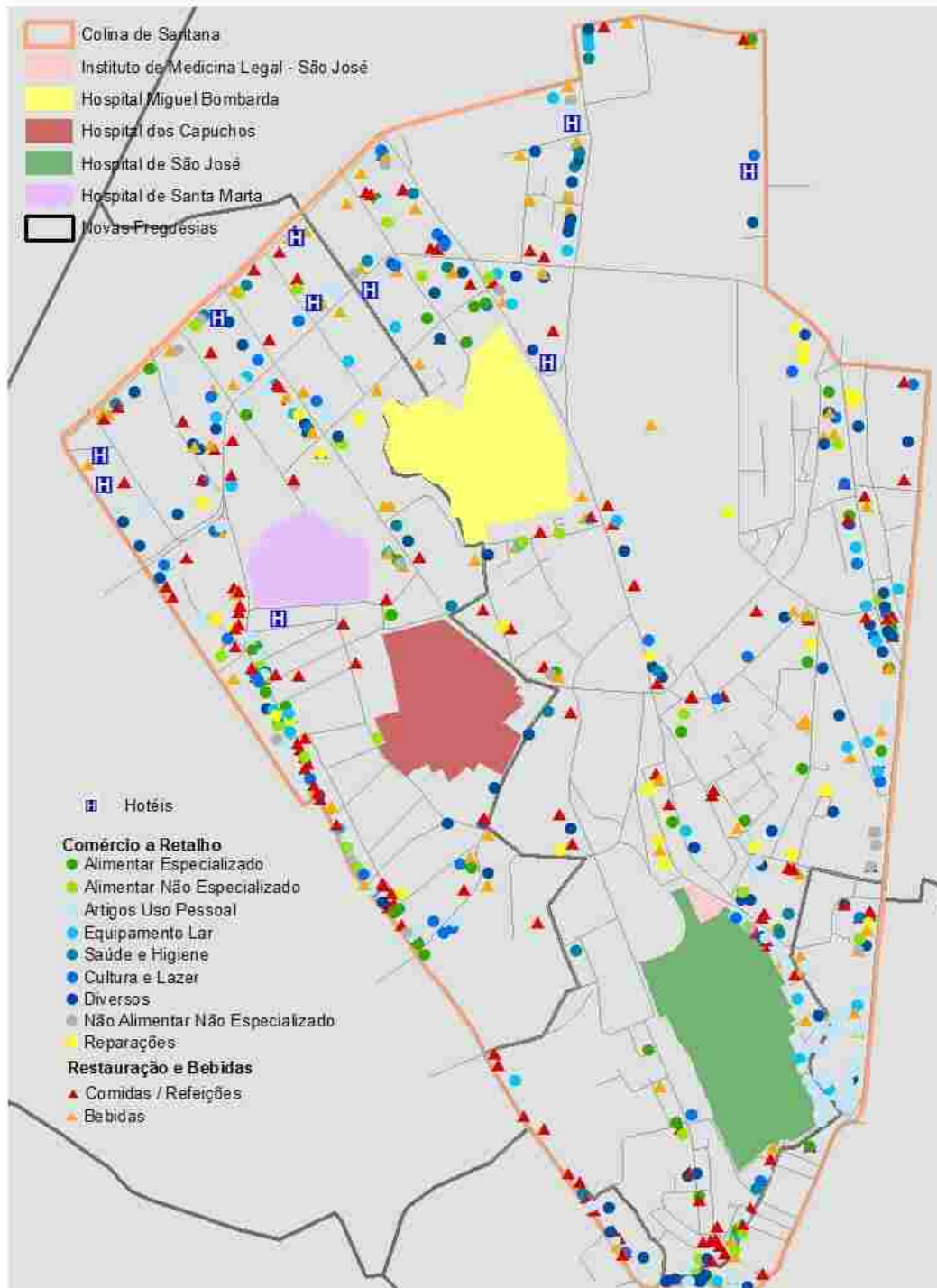
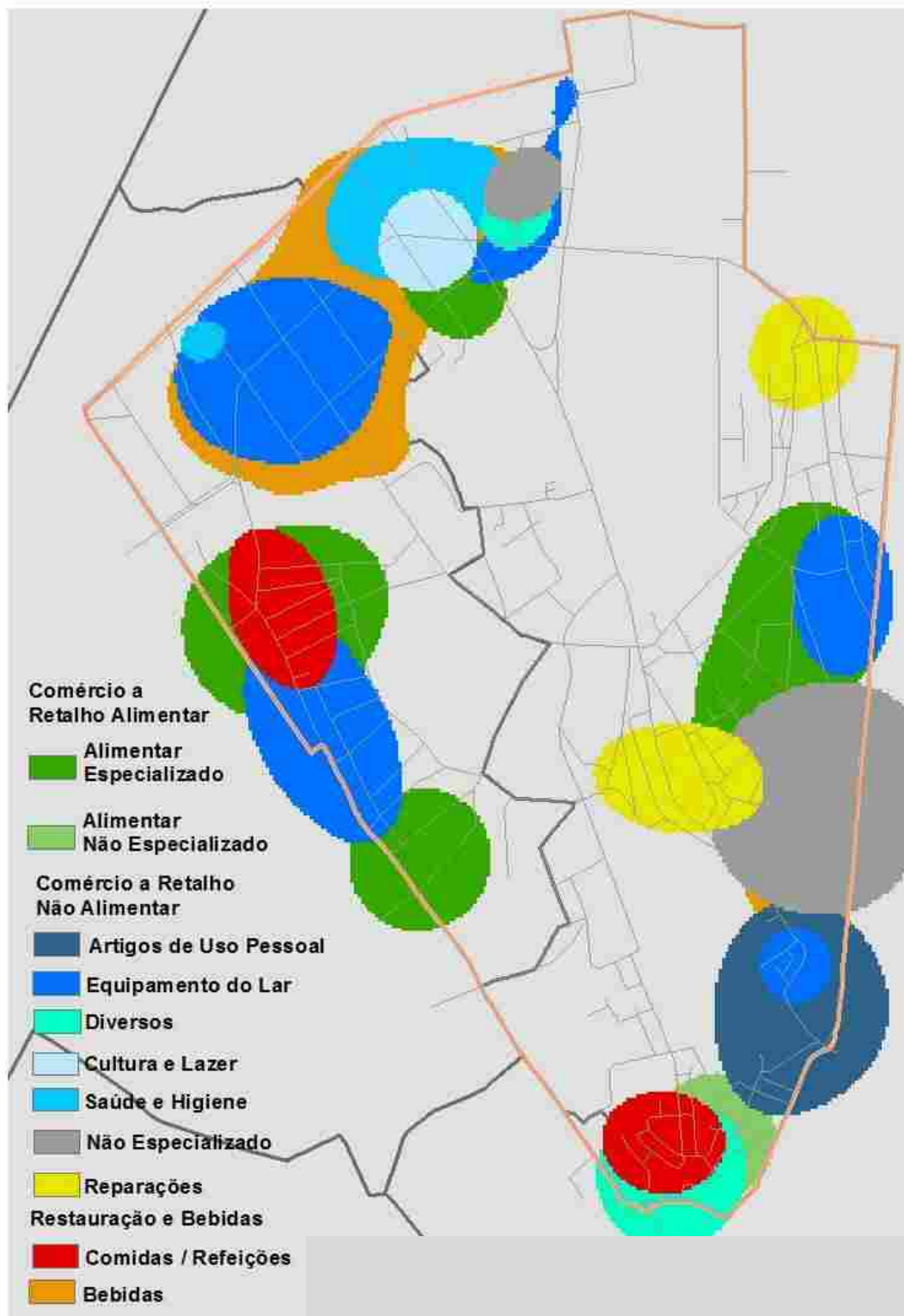


Figura 9.3 – Densidade relevante por ramo de atividade



Fonte: Recenseamento Comercial - 2010

## 9.5. Mapa do Conhecimento, Inovação e Setores Estratégicos

Em seguida, efetuamos uma leitura da informação compilada na plataforma digital - *Mapa do Conhecimento e Inovação de Lisboa* (<http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/>), desenvolvida pela CML, em articulação direta com as instituições de Investigação e Desenvolvimento e de Inovação, da cidade de Lisboa, fazendo um “zoom” para a Colina de Santana.

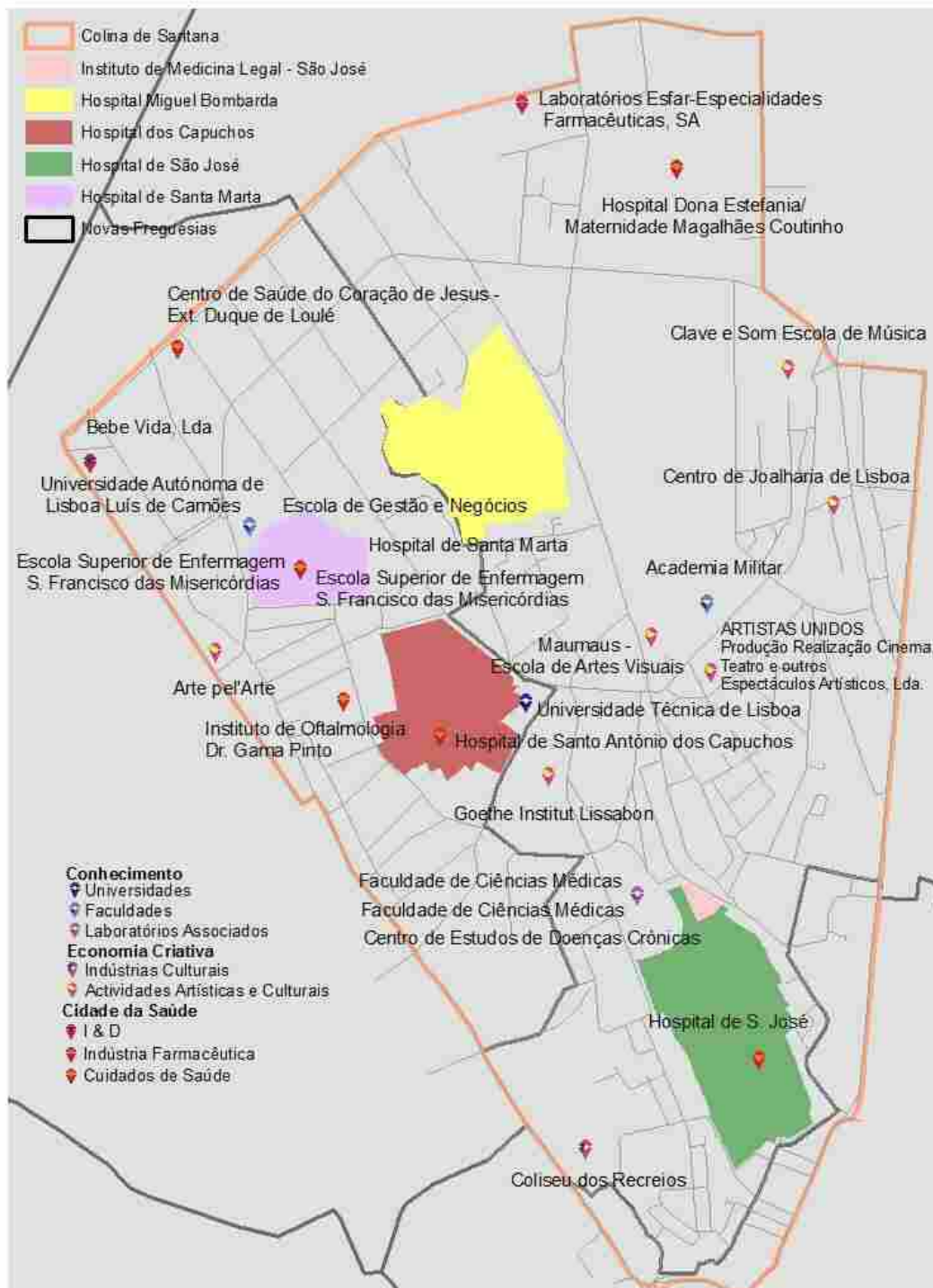
A análise dos *clusters* estratégicos da cidade de Lisboa tem vindo a ser desenvolvida pela CML ao longo dos últimos dois anos. Um dos *outputs* deste trabalho é o *Mapa dos Sectores Estratégicos*, passível de ser explorado na *Plataforma Digital Lisboa Interativa*. De notar que este mapa dos *Setores Estratégicos de Lisboa* não representa um recenseamento exaustivo, mas antes disponibiliza informação de diversos atores estratégicos que atuam na cidade e na região, obedecendo a lógicas de *cluster*, privilegiando os *clusters* da *Economia Criativa*, da *Economia do Mar* e da *Cidade da Saúde*.

Pela integração da leitura das diferentes dimensões, presentes nesta plataforma, constata-se que nesta área estão implantados importantes atores da economia da cidade, que poderão, num futuro próximo, vir a desempenhar um papel de relevo no processo de transformação do território, destacando:

- A Faculdade de Ciências Médicas, da Universidade Nova de Lisboa, da qual saem anualmente 483 diplomados;
- Centro de Estudos de Doenças Crónicas, Centro de Investigação da Faculdade de Ciências Médicas, onde trabalham 71 investigadores, dos quais 33 doutorados;
- A Escola Superior de Enfermagem S. Francisco das Misericórdias, onde anualmente concluem os seus estudos 124 diplomados;
- A Universidade Autónoma de Lisboa, da qual saem 455 diplomados por ano;
- A Academia Militar onde anualmente concluem os seus estudos 127 diplomados;
- O Instituto de Medicina Legal;
- A Universidade Autónoma de Lisboa;
- Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto;
- O Centro de Joalheria de Lisboa;
- A Sociedade de Geografia de Lisboa;
- O *Goethe Institut Lissabon*;
- Clave e Som – Escola de Música;

Para além destes atores poderemos, ainda, incluir outras instituições como a Embaixada Alemã, a Embaixada de Itália ou a Xuventude da Galícia.

Figura 9.4 – Levantamento de atores estratégicos – Conhecimento, inovação e saúde - 2013





## 9.6. Potencial impacto da deslocalização das unidades hospitalares

A deslocalização das unidades hospitalares não esvazia a Colina das funções nela instaladas na área da economia da saúde, gerando, inclusive, novas oportunidades neste sector que se apresenta como estratégico para a cidade. Estas oportunidades resultam da localização de equipamentos específicos na área da saúde, mas, também, da localização de unidades empresariais que procurem tirar partido dos recursos de saúde aqui presentes.

Como consequência, entendemos que aquilo que Michael Porter denomina de *cadeia de valor* não será afetada, tanto mais que as atividades correlacionadas com a saúde, aqui sedeadas, servem não só o conjunto de “clientes” da cidade, como os provenientes da Área Metropolitana de Lisboa, e até mesmo de todo o País.

Apesar de estas unidades gerarem um grande movimento de pessoas (postos de trabalho e utentes) é nossa percepção que a transferência destes serviços não afetará, de forma significativa, o comércio e a restauração, pois, e, uma vez mais, este tipo de comércio é procurado, não só pelos moradores, mas, também, pela população de toda a cidade. De salientar que as próprias unidades hospitalares são detentoras de serviços relacionados com a restauração (cantinas/bar) que são utilizados tanto por funcionários, como por utentes, pelo que o impacto será residual.

Devemos ainda acrescentar que o “*deve e o haver*”, entre os serviços/equipamentos que saem, e os que virão a ser aqui instalados (ver capítulo 6), terá um saldo positivo para os agentes económicos deste território.

## 9.7. Perspetivas da dimensão de Economia e Inovação sobre as Estratégias de Intervenção

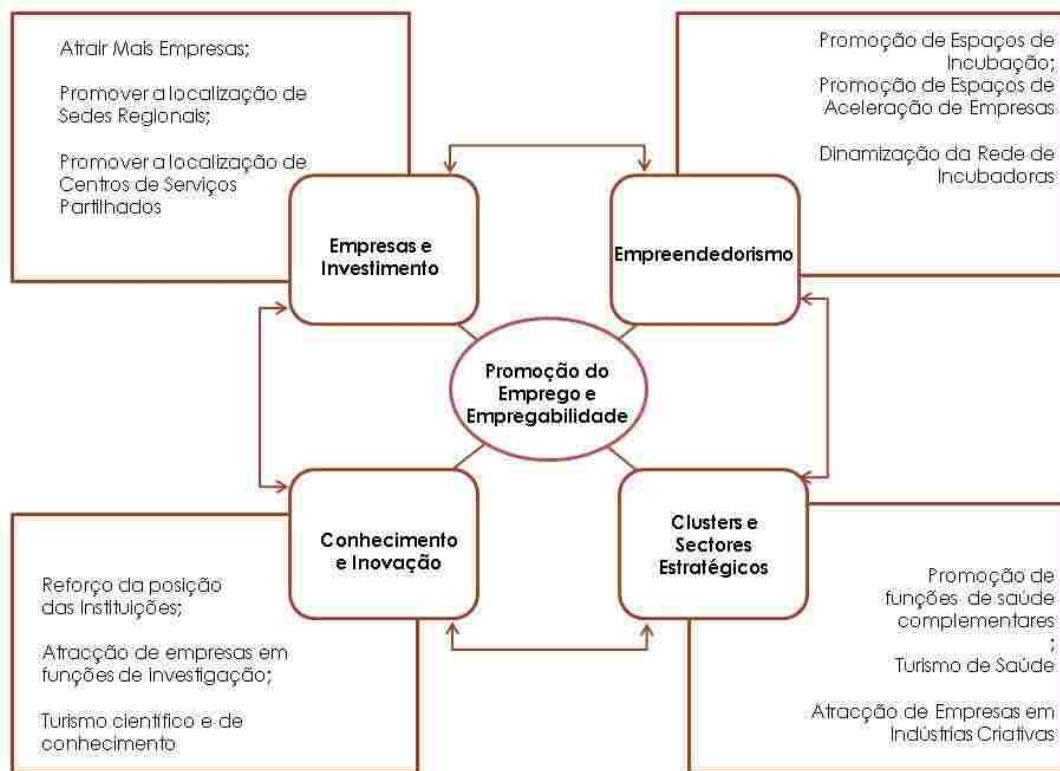
A realocação das unidades hospitalares deixará espaço, na Colina de Santana, para a regeneração urbana, tendo presente um quadro estratégico de intervenção que se deverá articular com as dinâmicas de transformação que se promovem à escala da cidade.

Assim, e de acordo com a análise da Figura 9.5, haverá lugar para a promoção do *Emprego e da Empregabilidade* assente no reforço da *Economia do Conhecimento e da Inovação* e dos sectores estratégicos da economia da cidade, de entre os quais destacamos o *Turismo* e o *Comércio*, bem como a *Economia da Saúde e do Bem-Estar* e a *Economia Criativa*, como dimensões particularmente relevantes para a área em análise.

A promoção destas dimensões estratégicas pode assentar na dinamização do Empreendedorismo - *Lisboa Start Up City* – através da promoção de espaços de incubação ou de espaços de aceleração de empresas. Lisboa conta já hoje com uma rede de espaços de incubação que, só na vizinhança do espaço de intervenção, conta com a presença da *Start Up Lisboa Tech* e da *Start Up Lisboa Commerce*, da *InvestLisboa*, do *FabLab Lisboa* e da *Dock38*, conferindo à área de intervenção um elevado potencial gerador de mais espaços que venham a integrar esta rede.

Aliás, e como é referido no capítulo 6., o recente compromisso com a *LX Factory*, para o espaço afeto ao Hospital do Desterro, poderá possibilitar a criação de um importante centro de incubação ou de espaços de aceleração de empresas, que deveriam, desejavelmente, estar ligadas ao sector da saúde, possibilitando a afirmação deste *cluster da saúde*, na cidade de Lisboa.

**Figura 9.5 –** Perspetivas da dimensão de Economia e Inovação sobre as Estratégias de Intervenção



A localização, neste território, de instituições de âmbito universitário e cultural, como a Faculdade de Ciências Médicas, ou a Universidade Lisboa, no espaço da antiga Reitoria da UTL, e o *Goethe-Institut*, poderão atrair atividades correlacionadas com as funções de I&D, gerando novas oportunidades para a revitalização económica desta área da cidade.

Existe uma outra dimensão económica importante para este território – a pré-apetência para a instalação de unidades hoteleiras.

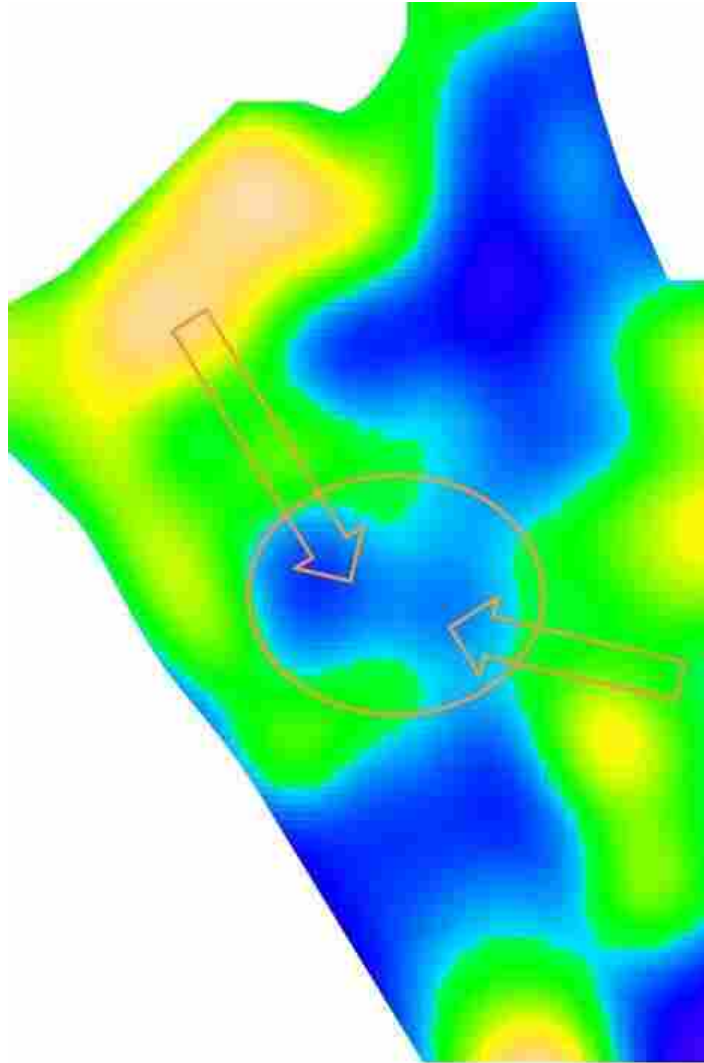
Estas unidades podem contribuir para reforçar o potencial turístico da cidade, mas possibilitam, igualmente, o reforço de outras dimensões estratégicas, como sejam as da *Economia da Saúde*, através da promoção de unidades vocacionadas para o *turismo de saúde* e da *Economia do Conhecimento*, criando condições para a implementação de unidades vocacionadas para o alojamento universitário (estudantes+investigadores).

Na área de intervenção verificámos que a atividade económica encontra-se particularmente consolidada a norte, na aproximação à Av. Duque de Loulé; a nascente, na R. dos Anjos e na ligação à Av. Almirante Reis; e a poente, na Rua de S. José, na ligação à Av. da Liberdade e à Praça Marquês de Pombal.

Deste modo, podemos apostar na promoção da localização de empresas e de funções específicas de promoção da atividade empresarial e científica, no centro geográfico da área de intervenção, particularmente no topo norte do Campo Mártires da Pátria, que venham dar continuidade às atuais áreas de maior densidade empresarial, promovendo a contiguidade dos espaços de atividade económica e aproveitando as oportunidades emergentes.

Estas oportunidades podem surgir quer por via da realocização dos hospitais, quer por via da reafectação de outras estruturas edificadas, como é o caso do edifício da Antiga Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa, o edifício que foi sede do Patriarcado de Lisboa e outros edifícios a estes vizinhos que se encontram, atualmente, sem ocupação.

**Figura 9.6 – Densidade de empresas sedeadas**





## 10. PATRIMÓNIO CULTURAL

### 10.1 Caracterização da área de intervenção

#### 10.1.1 Descrição

A história da Colina de Santana está diretamente ligada ao Colégio de Santo Antão-o-Novo. Não só pela relação que a construção e o território da sua cerca estabelecem com a cidade, como pelo seu papel no desenvolvimento da medicina na cidade de Lisboa, de que foi principal protagonista.

Conforme anteriormente referido, logo após o terramoto de 1755 e a expulsão dos jesuítas em 1759, o Colégio de Santo Antão-o-Novo acolheu os doentes do Real Hospital de Todos-os-Santos, tomando a designação de Hospital Real de São José. Com a evolução da medicina e a definição das diversas especialidades, a divulgação dos conceitos higienistas do séc. XIX e o aumento da população que a ele acorria, as instalações do Hospital de São José logo se revelaram insuficientes e foram alargadas a outras construções então disponíveis em território próximo. A estas foram-se associando outros estabelecimentos de saúde, que funcionaram na dependência do Hospital de São José até aos dias de hoje.

Primeiro, o Hospital de São Lázaro, em 1844, para onde passaram leprosos e doenças crónicas de pele.

Depois, o Hospital de Rilhafoles, que albergou não só os doentes mentais do Hospital de São José como também, mais tarde, os da Penitenciária de Lisboa.

De seguida, foi o Hospital do Desterro, em 1857, para alojar pacientes em caso de pandemias ou doenças infetocontagiosas, casos que pareciam carecer de isolamento, situação proporcionada pela localização periférica do extinto Convento do Desterro em relação à cidade, opção, sem dúvida, associada ao facto de estar na proximidade da vida boémia e da prostituição, na Mouraria.

O Hospital de D. Estefânia, em 1877, nasce com a identificação da necessidade de melhorar as condições de instalação das crianças do Hospital de São José. É o primeiro a ser construído de raiz, com conceção orientada pelas mais recentes inovações de construção de hospitais.

Mais tarde, o Instituto Dr. Gama Pinto, também construído de raiz, no Bairro do Andaluz, foi igualmente erguido em unidade cadastral de grande dimensão.

O Instituto de Medicina Legal veio a ser edificado na cerca do Hospital de São José.

O antigo Convento de Santana, construção iniciada em 1562 e destruída no final do séc. XIX, deu lugar ao Instituto Câmara Pestana e, hoje, ao complexo de Laboratórios da Universidade Nova; restam apenas alguns vestígios da construção monástica.

Instalaram-se ainda na Colina de Santana outros organismos:

- Escola do Exército, na Quinta da Bemposta em 1850.
- Instituto Agrícola, em 1852, também na Quinta da Bemposta, mais tarde fundido com a Real Escola de Veterinária, que também se instalou no mesmo local.

- Escola Primária n.º 1, na Rua do Saco, exemplo de nova organização de instalações como resposta a novos modelos de funcionamento.

No séc. XIX, a Colina de Santana é território de eleição para construções apalaçadas, localizadas preferencialmente ao longo do eixo formado pela Rua das Portas de Santo Antão e pela Rua de São José ou, no topo da Colina, junto ao Jardim do Torel e no Campo de Santana.

No séc. XX, a cidade cresceu. Os novos planos e urbanizações expandem-se à volta das cercas dos extintos conventos – Plano de Melhoramentos de Ressano Garcia, Bairro Camões. Com estas obras fica realçada a complexa topografia da Colina de Santana, não sendo encontrada solução para alguns arruamentos, que constituem, ainda hoje, vias sem saída.

Há ainda a referir a abertura da Avenida D. Amélia, hoje Avenida Almirante Reis, no final do séc. XIX e início do séc. XX, que implicou a demolição de várias construções na encosta nascente da Colina de Santana.

A área de intervenção do PU inclui também alguns bairros de conceção oitocentista e novecentista, de vocação predominantemente habitacional: Bairro de Santana, Bairro do Andaluz, Bairro Camões e Bairro do Desterro (também conhecido como Bairro do Castelinho).

O território é marcado por uma forte diversidade de ocupação, devida, por um lado, às grandes unidades cadastrais que correspondem aos antigos conventos e que se mantiveram definidas pelas suas cercas até hoje e, por outro, a uma evolução mais ou menos programada mas setorial, sem haver um pensamento do conjunto (v. anexo Planta 10.1: Unidades Estamo).

### 10.1.2. Estrutura cadastral

Este território é fortemente marcado pela presença de unidades cadastrais de grande dimensão, património do Estado, seis das quais estão atualmente sob a gestão da Estamo (v. anexo Planta 10.2: Estrutura Cadastral).

A desativação das unidades cadastrais de São José, Capuchos, Santa Marta, Miguel Bombarda e Desterro (estes dois últimos já desativados) justifica a realização deste estudo, pois gera a oportunidade de integrar plenamente este vasto território na cidade e de o integrar nas diferentes redes. Enquanto hospitais, mantiveram-se fechados pelos muros das suas cercas, permitindo apenas alguns atravessamentos. Agora, serão inscritos na estrutura da cidade. A sua reconversão funcional conjunta vai provocar mudanças muito profundas neste território.

A restante estrutura cadastral é, predominantemente, propriedade privada. Corresponde a diferentes modelos e períodos históricos, sendo mais significativos os bairros de Santana e do Andaluz, com regime de ocupação dos lotes bastante densa, e o Bairro Camões, de quarteirões regulares e traçado em quadrícula, planeado no final do séc. XIX.

Há ainda a assinalar a propriedade da recentemente extinta Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL), no Martim Moniz, e ainda alguma propriedade municipal.

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa é proprietária de algumas unidades cadastrais de pequena dimensão, disseminadas pela área de intervenção do PU.

## 10.2. Valores culturais

Como definido no Plano Diretor Municipal de Lisboa (art.º 26º.), a estrutura patrimonial municipal integra os bens culturais imóveis de interesse arquitetónico, histórico, paisagístico, arqueológico e geológico que, pela sua particular relevância, devem ser especialmente tratados e preservados no âmbito dos atos de gestão e de planeamento, com vista à respetiva valorização e integração urbana, sendo composta por duas categorias de bens:

- a) Os bens culturais imóveis de interesse predominantemente arquitetónico, histórico e paisagístico, que incluem imóveis e conjuntos arquitetónicos, objetos singulares e lojas de referência histórica e/ou artística e património paisagístico.
- b) Os bens culturais imóveis de interesse predominantemente arqueológico e geológico, que incluem património arqueológico, geomonumentos e ainda as ocorrências hidrominerais.

Todos estes bens culturais integram e constituem a Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico (CMP).

### 10.2.1 Bens culturais imóveis dentro da área de intervenção

Na área de intervenção deste Documento, localizam-se vários edifícios classificados oficialmente e outros que, pelo seu valor, estão integrados na referida CMP (v. anexos Quadro 10.1, Planta 10.3: Edifícios classificados, Edifícios de Interesse Municipal e Níveis arqueológicos e Planta 10.4: Outros bens da Carta Municipal do Património).

Dentro da área de intervenção localizam-se ainda outros edifícios ou conjuntos de edifícios de relevo, referidos no documento Estudos Históricos e Patrimoniais, realizado pelo olissipógrafo Dr. Sarmento de Matos (v. anexo 10.1 Estudos):

- Casa nobre do Dr. Tomé de Castro e Sequeira
- Palácio Freire de Andrade / Camarido
- Prédio de rendimento Silva Morais
- Casa nobre do Desembargador Campos Limpo
- Palácio Sanches de Brito
- Palácio do Desembargador Manuel da Costa Mimoso
- Palácio Quífel Barberino / Alverca (atual Casa do Alentejo)
- Casa das Torrinhãs / Palácio Vaz de Carvalho
- Palácios e casas nobres da família Miranda Henriques
- Prédio de rendimento da Irmandade de S. José
- Quarteirão Sul do Bairro do Andaluz.

### 10.2.2 Bens culturais imóveis dentro das unidades Estamo

Localizados no perímetro das referidas unidades cadastrais na posse da Estamo, localizam-se os seguintes bens culturais imóveis:

**Colégio de Santo Antão-o-Novo / Hospital de São José** (v. anexo Ficha 10.1)

- Igreja de Santo Antão-o-Novo (Capela do hospital), classificada como Monumento Nacional (CMP 3290);
- Convento e Colégio de Santo Antão-o-Novo, classificado como Imóvel de Interesse Público (CMP 3236);

- Campo dos Mártires da Pátria, também denominado “Campo de Santana”, incluindo as suas vizinhanças de interesse histórico, artístico ou pitoresco, classificado como Imóvel de Interesse Público (CMP 4764);
- Instituto de Medicina Legal, integrado na CMP (24.41).

**Convento de São Francisco de Paula / Hospital Miguel Bombarda** (v. anexo Ficha 10.2)

- Balneário D. Maria II e Pavilhão de Segurança (8ª. Enfermaria), classificados como Conjunto de Interesse Público (CMP 70711);
- Hospital Miguel Bombarda – Edifício principal (antigo) Convento Oratoriano de São Francisco de Paula, a Rilhafoles, integrado na CMP (CMP 24.04).

**Convento de Santo António dos Capuchos / Hospital dos Capuchos** (v. anexo Ficha 10.3)

- Antiga igreja do Convento dos Capuchos, boca da cisterna revestida a azulejo existente num dos pátios do hospital e ainda todas as dependências decoradas com lambris de azulejo, incluindo o claustro e a escadaria nobre, classificado como Imóvel de Interesse Público (CMP 3303);
- Conjunto do Hospital dos Capuchos / Calçada de Santo António dos Capuchos, integrado na CMP (CMP 45.01);
- (Antigo) Palácio Mello / Rua de Santo António dos Capuchos, integrado na CMP (CMP 45.01B);
- (Antiga) Escola de Enfermagem / Calçada de Santo António dos Capuchos, integrada na CMP (CMP 45.01C);
- Pavilhões do Hospital dos Capuchos / Hospital dos Capuchos, integrado na CMP (CMP 45.01D).

**Convento do Desterro / Hospital do Desterro** (v. anexo Ficha 10.4)

- (Antigo) Convento do Desterro / Rua Nova do Desterro, 6-12, integrado na CMP (CMP 06.43);
- Igreja de Nossa Senhora do Desterro / Rua Nova do Desterro, integrado na CMP (CMP 06.43A).

**Hospital de Santa Marta** (v. anexo Ficha 10.5)

- Igreja do Convento de Santa Marta, classificada como Imóvel de Interesse Público (CMP 3302);
- (Antigo) Convento de Santa Marta / Rua de Santa Marta, 56, integrado na CMP (CMP 14.25).

**Convento de Santa Joana / Divisão de Trânsito da PSP** (v. anexo Ficha 10.6)

- (Antigo) Convento de Santa Joana / Rua de Santa Marta, 57-57A e 61-61G, integrado na CMP (14.15).

Dentro da unidade Hospital de São José, são ainda identificadas construções que merecem destaque (v. anexo Ficha 10.1):

- Portal dos Pessegueiros e Porta do Carro, bem como os edifícios que a ladeiam;
- A cozinha monumental e o corpo de enfermarias, localizados no claustro norte;
- O edifício construído no início do séc. XX para a administração hospitalar;
- O palacete do séc. XIX contíguo ao Portal dos Pessegueiros;
- O edifício de Anatomia Patológica, da primeira metade do séc. XX, com acesso pela Rua do Instituto Bacteriológico.



### 10.2.3 Eixo Rua de São José / Rua das Portas de Santo Antão

Dentro da área de intervenção, é ainda de realçar o vasto património localizado no eixo constituído pela Rua de São José e pela Rua das Portas de Santo Antão, destaque já concretizado no Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente. Parte de um dos mais antigos eixos de acesso à cidade, e rivalizando inicialmente com o Passeio Público / Avenida da Liberdade, este eixo conserva construções de carácter palaciano e alojou uma intensa atividade cultural e boémia.

São de destacar:

**Palácio da Independência:** exemplar de arquitetura maneirista, tomou esta designação por ter acolhido as reuniões que conduziram ao golpe de Estado de 1640; foi classificado como Monumento Nacional em 1910.

**Casa do Alentejo:** instalada no antigo Palácio Alverca, mais tarde *Majestic Club*, o primeiro casino lisboeta, que nos anos 30 acolheu o Grémio Alentejano, antecessor da Casa do Alentejo; a planta organiza-se em torno de pátios com interiores revivalistas neogótico, neoárabe, neorrenascentista e neorrocó.

**Coliseu dos Recreios:** magnífico exemplar de arquitetura recreativa e cultural da cidade, com projeto original de Cesare Lanz e Francisco Goulard, foi inaugurado no final do séc. XIX; está classificado como Imóvel de Interesse Público desde 1996.

**Sociedade de Geografia de Lisboa:** fundada em 1875, numa época em que a soberania de Portugal sobre os territórios africanos começava a ser posta em causa pelas potências europeias da época (Inglaterra, França e Alemanha); tem projeto do Arq. José Luís Monteiro.

**Associação Comercial de Lisboa:** instalada num edifício que fora reconstruído, durante a I República (1917), para um club noturno (*Palace Club*), tem uma fachada alterada, com os interiores de estilos variados, muito ao gosto da época; seis painéis que decoravam o *Palace Club*, de temática ligada à dança, eram da autoria de José Simões de Almeida (Sobrinho).

**Ateneu Comercial:** antiga casa dos Condes de Povolide, com ampliações realizadas no final do séc. XIX.

**Cervejaria Solmar:** com projeto de decoração interior dos anos 50 e 60 do ateliê de Jorge Pinto pelos arquitetos Luís Bevilacqua, Francisco Botelho e Luís Curado, com grande painel azulejar esmaltado da autoria de Jorge Pinto e mobiliário da extinta empresa Olaio com desenho de José Espinho.

**Palácio Sousa Leal:** onde atualmente se realizam cerimónias solenes, conhecido como o Palácio dos CTT; faz parte de um conjunto de três edifícios classificados como Imóveis de Interesse Público.

Ainda neste eixo, são também de referir as seguintes construções de reconhecido valor histórico-patrimonial de carácter religioso:

**Ermida de São José dos Carpinteiros:** chegou a acolher a Casa dos Vinte e Quatro, atualmente objeto de intervenção de restauro;

**Igreja de São José da Anunciada:** resposta à necessidade de acréscimo de área da ermida com a mesma invocação. O edifício foi muito danificado com o terramoto de 1755. Posteriormente, foi objeto de vários projetos, sendo o último de José Luís Monteiro, mais uma vez inacabado.

**Igreja de São Luís dos Franceses:** construção do séc. XVI encomendada pela coroa francesa para o culto da comunidade gaulesa em Lisboa, funcionava também como hospital para apoio da comunidade francesa mais carenciada a viver na cidade.

#### 10.2.4 Património integrado

Este património imóvel encerra um rico património azulejar, conforme pode ser visto nas fichas anexas (Fichas 10.1 a 10.6).

Com o objetivo de realizar a inventariação deste património, foi celebrado, em dezembro de 2009, um protocolo entre o Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE (CHLC-EPE) e a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa / Instituto de História de Arte (FLUL-IHA), com vista à inventariação exaustiva deste património, visando a definição de medidas de salvaguarda e de valorização do património de azulejaria existente nos imóveis do CHLC-EPE, através dos investigadores do IHA-FLUL pertencentes à Rede Temática em Estudos de Azulejaria e Cerâmica João Miguel dos Santos Simões, em trabalhos coordenados pelo Prof. Doutor Vítor Serrão entre outros.

#### 10.2.5 Bens culturais móveis

Para além do património referido, estas construções integram ainda um vasto espólio documental e instrumental, nomeadamente arquivos e coleções que testemunham a importância e a atualidade do papel destes hospitais no desenvolvimento da medicina. Também a sua inventariação se encontra em curso, através de protocolos estabelecidos entre o CHLC-EPE e a Universidade de Lisboa / Museu de Ciência e a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa / Programa em Ciências da Documentação e Informação.

Não sendo da competência do Município a sua salvaguarda, é aqui feita uma chamada de atenção para a necessidade da sua proteção e preservação.

Ao longo dos tempos, algumas destas unidades hospitalares criaram pequenos núcleos museológicos com o espólio decorrente da sua atividade diária mas, e fundamentalmente, decorrente das práticas de ensino e de investigação.

O exemplo mais notável é a coleção de dermatologia que constituiu, em 1955, o Museu Sá Penella, no Hospital do Desterro, com peças criadas para as aulas e as consultas de venereologia neste hospital. Com o encerramento da unidade hospitalar, esta coleção, sem paralelo a nível europeu, devido à qualidade e à quantidade das peças, foi transferida para o Hospital dos Capuchos, onde hoje se encontra acessível ao público.

O património móvel do Hospital Miguel Bombarda é outro exemplo, que aliás se encontra legalmente salvaguardado através da Resolução da Assembleia da República n.º 99/2011, que recomenda ao Governo a preservação e à valorização do património museológico do Hospital:

1 - A adoção das medidas necessárias à valorização e à salvaguarda do património edificado do conjunto hospitalar da Colina de Santana, contemplando a necessidade de inventariação e manutenção do seu património com relevo cultural, histórico ou clínico,

nomeadamente do Panóptico de Segurança e do Balneário D. Maria II, bem como da sua envolvente, no quadro da responsabilidade do Governo sobre esse património.

2 - A preservação e a valorização do acervo patrimonial e documental do Hospital Miguel Bombarda, designadamente o Balneário D. Maria II e o Pavilhão Panóptico de Segurança, os elementos artísticos, documentais, clínicos e o mobiliário, mantendo-o como espaço museológico ou coleção visitável aberto ao público.

### **10.2.6 Áreas de valor arqueológico**

A área de intervenção do PU abrange os três níveis de áreas de valor arqueológico definidas no PDML (art.º 33º.) (v. anexo Planta 10.3: Edifícios classificados, Edifícios de Interesse Municipal e Níveis Arqueológicos):

Área de Nível Arqueológico I: áreas de valor patrimonial consolidado. Locais com pré-existências já identificadas de inegável valor e potencialidade patrimonial;

Área de Nível Arqueológico II: áreas de potencial valor arqueológico elevado. Locais onde já foram detetados testemunhos arqueológicos e onde se presume a existência de maior densidade e/ou espessura diacrónica de vestígios;

Áreas de Nível Arqueológico III: áreas condicionadas de potencial valor arqueológico. Locais onde as informações disponíveis indiciam a existência de vestígios arqueológicos.

A unidade cadastral de São José encontra-se localizada no Nível Arqueológico II. Já as unidades cadastrais dos Capuchos, de Santa Marta e do Miguel Bombarda encontram-se localizadas no Nível Arqueológico III.



## 11. CRITÉRIOS DE INTERVENÇÃO SOBRE OS ELEMENTOS CONSTRUÍDOS

### 11.1 Elementos construídos integrados na Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico

Considerando este conjunto de elementos construídos da Colina de Santana, a perspetiva da reconversão funcional das construções, o seu valor histórico-patrimonial e as características específicas de cada construção, a sua proteção e valorização depende da identificação das funções mais adequadas a cada espaço. A hierarquização dos valores histórico-patrimoniais deverá determinar a hierarquia dos usos a afetar a estes espaços.

O regulamento do Plano Diretor Municipal de Lisboa de 2012 (RPDML) define um conjunto de regras para as intervenções em imóveis e em conjuntos arquitetónicos identificados na Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico (CMP).

Os princípios orientadores das intervenções encontram-se definidos no art.º 27º. do RPDML:

1. As intervenções em imóveis da CMP devem respeitar as suas características e ter presente as possibilidades de fruição pela comunidade, num processo de contínua adaptação.
2. As intervenções em conjuntos arquitetónicos da CMP devem respeitar quer a morfologia e as estruturas urbanas na sua interligação com o território envolvente, quer as características arquitetónicas substanciais dos imóveis que contribuem para a continuidade urbana, incluindo a morfologia, a volumetria, a altura das fachadas, o cromatismo e os revestimentos.
3. Deve ser privilegiada a conservação do edificado para a preservação da identidade cultural e histórica da cidade, assente numa lógica de conservação não apenas de bens isolados da CMP, mas também dos edifícios de acompanhamento que com eles compõem uma unidade urbana.
4. A intervenção em bens da CMP deve respeitar o critério da autenticidade, no reconhecimento de cada época de construção.
5. Os objetivos de conservação e valorização a longo prazo e o critério de autenticidade previstos nesta secção para as intervenções em imóveis e conjuntos da CMP abrangem quer o exterior, quer os seus espaços interiores, tanto em áreas comuns, como em áreas privadas.
6. A adaptação a novas funcionalidades deverá ter em conta o significado histórico do imóvel ou do conjunto, o estudo estrutural do edificado, a compatibilização de materiais e a utilização de uma linguagem arquitetónica que promova a harmonização com a envolvente.
7. O restauro de elementos patrimoniais deve basear-se no respeito pelas estruturas pré-existentes e ter por objetivo a sua conservação a longo prazo.

As obras de conservação, alteração e ampliação estão regulamentadas no art.º 28º. do RPDML:

1. Em bens imóveis da CMP, são admitidas obras de conservação e, ainda, obras de alteração e de ampliação sujeitas a uma das seguintes condições:
  - a) Para reposição das características e da coerência arquitetónica ou urbanística do imóvel ou do conjunto, justificadas por estudos técnicos adequados baseados em documentos idóneos;

- b) Para adaptação do imóvel ou do conjunto a novo uso ou a novas exigências legais relativas ao uso existente, adequada às características substanciais e aos valores autênticos do passado do imóvel ou do conjunto;
- c) Para melhoria do desempenho estrutural e funcional dos imóveis, sem prejuízo das suas características substanciais e dos valores autênticos do passado;
- d) Para ampliação, quando não seja prejudicada a identidade do edifício e sejam salvaguardados os valores patrimoniais do imóvel ou do conjunto e a ampliação sejam admissíveis nos termos do presente Regulamento.

2. Nas situações em que as operações de restauro e reabilitação dos bens imóveis da CMP, face ao previsto no número anterior, não permitam atingir a média da altura das fachadas, é atribuído ao respetivo proprietário um crédito de construção, nos termos do artigo 84.º do presente Regulamento, correspondente à diferença entre a superfície de pavimento efetivamente admitida e a que resultaria da aplicação daquele parâmetro.

As condições em que podem ser realizadas demolições encontram-se definidas no art.º 29º. do RPDML:

1. Em bens imóveis da CMP, apenas são admitidas obras de demolição, total ou parcial, numa das seguintes condições:
  - a) Em situações de ruína iminente, atestada por vistoria municipal;
  - b) Quando o edifício não seja passível de recuperação e/ou reabilitação em razão de incapacidade estrutural, atestada por vistoria municipal;
  - c) Para valorização do imóvel ou do conjunto em que se insere, através da supressão de partes sem valor arquitetónico e histórico;
  - d) Quando as obras de demolição forem consideradas de relevante interesse urbanístico em plano de urbanização ou de pormenor ou em unidade de execução.
2. Se a demolição do edifício se fundamentar numa das situações previstas nas alíneas a) e b) do número anterior, é obrigatória a manutenção da volumetria pré-existente e da fachada principal.
3. Quando a demolição do edifício se fundamente numa das situações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do presente artigo e tenha existido deterioração dolosa da edificação pelo proprietário, ou por terceiro, ou violação grave do dever de conservação, comprovada no âmbito de processo contraordenacional instaurado e concluído nos termos da lei, é obrigatória a reconstrução integral ou parcial do edifício pré-existente.
4. Em situações de demolição parcial e de demolição total para reconstrução, quando se considerar que na fachada ou no interior do edifício existem elementos decorativos que importa salvaguardar, tais como cantarias, portas, serralharias, azulejaria e outros elementos decorativos, deve ser prevista a sua reintegração e/ou a adequada conservação por entidade competente.

As mudanças de uso nestes mesmos bens encontram-se definidas no art.º 30º. do RPDML:

Nos imóveis e conjuntos arquitetónicos da CMP, é admitida a mudança de uso desde que não comprometa a manutenção das respetivas características urbanas e paisagísticas, históricas, construtivas, arquitetónicas e decorativas.

Para além do definido neste documento, as intervenções a realizar neste património deverão respeitar o definido em Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais, nomeadamente no "Documento de Nara sobre a autenticidade do "património cultural" (Unesco, ICCROM e ICOMOS, Nara em Novembro de 1994) bem como na "Convenção para a salvaguarda do património arquitetónico da Europa" (Conselho da Europa, Granada em outubro de 1985).

Na apreciação realizada pelo Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR), atual Direção Geral do Património Cultural (DGPC), em 2011, é manifesta a importância das funções que estas construções venham a acolher como garantia da sua manutenção contínua.

É igualmente expresso o "palimpsesto" histórico que estas construções representam - história da cidade, da igreja e da medicina –, que deverá ser considerado. As intenções de intervenção deverão incluir orientações estratégicas, diagnóstico rigoroso do edificado, e regras de uso de ocupação do solo, em cumprimento da legislação em vigor.

Cada operação deverá identificar pormenorizadamente as áreas a demolir, os estudos e projetos de especialidades a desenvolver na fase de projeto de licenciamento, nomeadamente os projetos que envolvem a salvaguarda do património arquitetónico, devendo ser estudado o programa decorativo, e ainda identificar as medidas de proteção do património arqueológico a respeitar antes e durante as obras que envolvam remeximento de subsolo.

Há ainda a salvaguardar as seguintes orientações, expressas nos pareceres da Estrutura Consultiva Residente da Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico (CMP) aos pedidos de informação prévia dos projetos:

### **Hospital de São José**

É necessária a identificação das áreas passíveis de intervenções de conservação e restauro para os bens inseridos na CMP e quais os seus agentes, devendo ser inequivocamente identificadas as áreas de cedência e respetivas propostas de uso.

São de permanecer os seguintes elementos que se consideram mais relevantes:

- Portal dos Pessegueiros e Porta do Carro, bem como os edifícios que a ladeiam, expurgados de adições sem interesse, nomeadamente o último piso do edifício norte e as construções recentes, apostas ao edifício sul;
- Antiga sacristia da igreja, designada "capela" na classificação, e as partes correspondentes ao colégio jesuíta, sendo removidas as partes sem valor que interferem na leitura do conjunto;
- Cozinha monumental e o corpo de enfermarias, localizados no claustro norte, na essência oitocentistas;
- Edifício construído no início do séc. XX para a administração hospitalar;
- Palacete do séc. XIX contíguo ao Portal dos Pessegueiros;
- Edifício de Anatomia Patológica da primeira metade do séc. XX, com acesso pela Rua do Instituto Bacteriológico.

No edifício do antigo colégio dever-se-á promover a remoção dos elementos considerados espúrios, compreendendo todos os anexos e construções que prejudicam a leitura do conjunto, incluindo o piso amansardado construído na década de 70 do séc. XX.

As demolições e os elementos que possam vir a revelar-se serão objeto de avaliação em fase de projeto, tendo por base um levantamento arquitetónico rigoroso e um estudo aprofundado dos edifícios.

Para além destes edifícios e do riquíssimo espólio artístico que integram, foram identificadas outras construções cuja manutenção revela algum interesse para o entendimento da evolução arquitetónica e urbanística do hospital. Disto são exemplo:

- O edifício de Medicina Legal, construído em 1937 com projeto do Arq. Leonel Gaia, semelhante a outros equipamentos construídos em Lisboa nas primeiras décadas do séc. XX, cujas arquitetura e tipologia definem de forma marcante e diferenciada a imagem perfeitamente estabilizada do sítio;
- O edifício de construção dos anos 20 do séc. XX, com escala, imagem e afastamento que se crê adequados nas relações urbanas, arquitetónicas e morfológicas com a Calçada Nova do Colégio e com o edifício da administração;
- O conjunto de edificações construídas em finais de oitocentos e início de novecentos, de carácter industrial na imagem arquitetónica e nos materiais de construção, que permitem estabelecer uma transição menos abrupta entre conceitos urbanísticos e arquitetónicos distintos.

### **Hospital Miguel Bombarda**

É necessária a identificação das áreas passíveis de intervenções de conservação e restauro para os bens inseridos na CMP e quais os seus agentes, devendo ser inequivocamente identificadas as áreas de cedência e respetivas propostas de uso.

Deverá ser dado especial cuidado aos trabalhos de consolidação estrutural e à intervenção de conservação e restauro do edifício do Balneário de D. Maria II, devido ao seu preocupante estado de degradação.

O edifício do antigo convento deverá ser objeto de intervenção de restauro/renovação/manutenção de elementos estruturais e de interesse patrimonial.

### **Hospital dos Capuchos**

É necessária a identificação das áreas passíveis de intervenções de conservação e restauro para os bens inseridos na CMP e quais os seus agentes, devendo ser inequivocamente identificadas as áreas de cedência e respetivas propostas de uso.

Relativamente aos bens não classificados e constantes na CMP, a sua demolição pode ser aceite se considerada de relevante interesse urbanístico em plano de urbanização ou de pormenor ou em unidade de execução, conforme estabelecido na alínea d) do n.º 1 do art.º 29º. do regulamento do PDML.

### **Hospital de Santa Marta**

É necessária a identificação das áreas passíveis de intervenções de conservação e restauro para os bens inseridos na CMP e quais os seus agentes, devendo ser inequivocamente identificadas as áreas de cedência e respetivas propostas de uso.



A construção do antigo convento deverá ser depurada, sendo de prever a sua libertação das ampliações que foram adicionadas para a função hospitalar, em particular das partes que foram sendo construídas ao longo do séc. XX.

### **11.2 Entidades urbanísticas: bairros e conjuntos**

No acompanhamento dos estudos sobre a Colina de Santana, a DGPC considerou, relativamente aos bairros de Santana, do Andaluz, de Camões, e do Desterro e no conjunto do Torel, deverem ser seguidas as seguintes orientações:

- Preservar a identidade histórica e urbanística do bairro;
- Proteger a estrutura e a morfologia urbanas existentes, incentivando a reabilitação urbana;
- Acentuar as relações funcionais com a restante cidade, nomeadamente reforçando ligações pedonais e viárias;
- Proteger a ambiência urbana dominante, evitando a construção de novos edifícios que não estabeleçam relação de continuidade arquitetónica com as pré-existências.



## 12. ÁREAS A REABILITAR

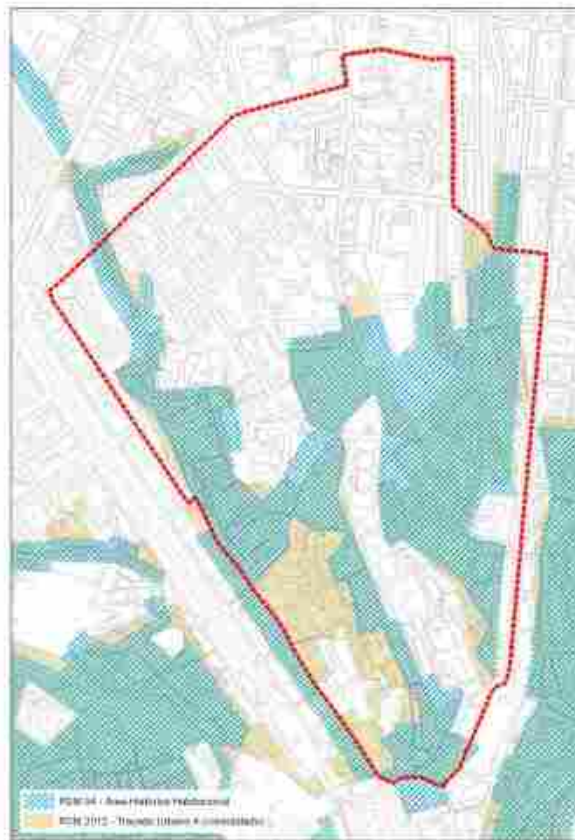
### 12.1 Instrumentos de Gestão Municipal para a Reabilitação

O primeiro instrumento de gestão municipal que suporta as opções a tomar no que respeita a “áreas a reabilitar”, é o Plano Diretor Municipal (PDM), designadamente na qualificação do espaço urbano que se encontra na sua Planta de Ordenamento.

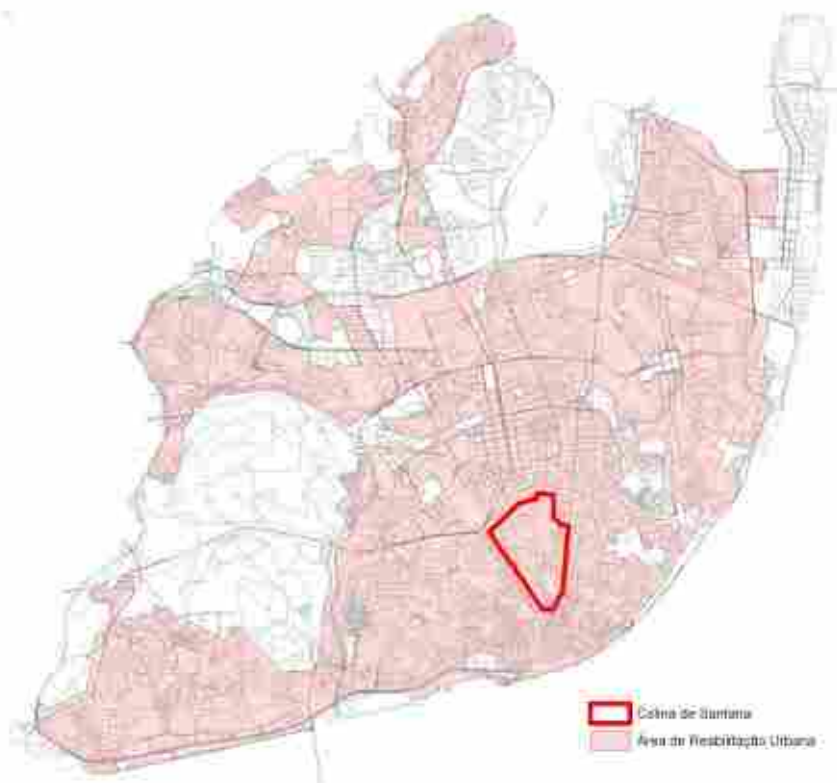
Na Colina de Santana, e comparativamente com o anterior PDM, destaca-se em primeiro lugar, o alargamento do conceito das “Áreas Históricas”.

Como se pode observar na figura seguinte, a anterior “Área Histórica” encontra-se agora integrada nos Espaços Consolidados Centrais e Residenciais – Traçado Urbano A. Este traçado, na atual revisão do PDM, foi objeto de ajustamentos de maior rigor no que respeita às Área de Usos Especiais e de um considerável alargamento da superfície que é agora abrangida, onde se privilegia, entre outras, a conservação e a reabilitação do edificado existente. No caso específico do “Traçado Urbano A” é dado especial relevo à requalificação do tecido habitacional.

**Figura 12.1-** PDM 94 – Áreas Históricas / PDM 2012 - Traçado Urbano A



A Colina de Santana encontra-se integrada, na sua totalidade, na Área de Reabilitação Urbana de Lisboa (ARU). A Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa para o período 2012 / 2024, aprovada pela Assembleia Municipal, é o documento que enquadra as ações de reabilitação a levar a cabo.

**Figura 12.2** - Localização da Colina de Santana na Área de Reabilitação Urbana

Neste documento encontra-se claramente expressa a prioridade a dar à reabilitação do edificado residencial, responsabilizando os vários atores, designadamente: os proprietários; o município, no que respeita à requalificação do parque habitacional municipal, equipamentos coletivos e espaço público, com especial relevância para o seu papel dinamizador de programas de apoio a estas ações; e o governo, no que diz respeito ao enquadramento legal e criação de fontes de financiamento.

Destaca-se ainda, deste documento, a prioridade a dar à conservação periódica do edificado bem como à reabilitação do edificado degradado atendendo ao risco sísmico e de incêndio. Da análise efetuada em capítulos anteriores sobressai, ainda, a necessidade de colmatar, na Colina de Santana, reais carências identificadas no que respeita à falta de instalações sanitárias em núcleos de alojamento.

## 12.2 Ocupação do Território

Relativamente à caracterização da ocupação do território, o Estudo Urbano desenvolvido para esta colina apresenta uma análise onde destaca a sua falta de homogeneidade quer das unidades cadastrais, quer das próprias estruturas construídas onde "...coexistem várias escalas e vários tempos...".

A delimitação precisa das diversas unidades / áreas que aqui coexistem exige estudo de pormenor de caracterização e extravasa a própria área em estudo designadamente nos eixos e praças que se encontram nos seus limites.

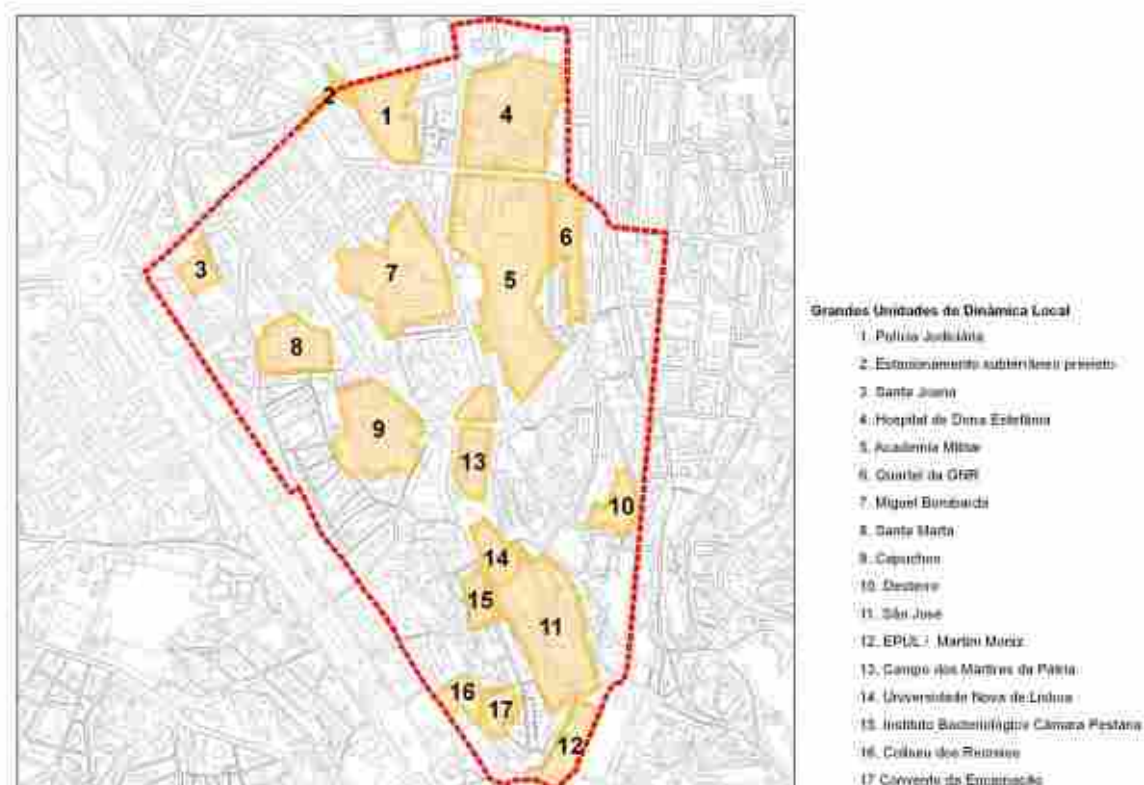
No entanto, em qualquer caso, sobressaem as grandes unidades cadastrais, estabilizadas, com obras em curso, ainda em estudo, ou com potencial para que aí venham a ocorrer transformações, dada a sua génese e atuais usos.

Destacam-se, pelo papel motor que poderão vir a ter na reabilitação do edificado e na regeneração urbana desta colina, as seguintes grandes unidades cadastrais:

- Novo edifício da Polícia Judiciária (recentemente inaugurado);
- Parque de estacionamento subterrâneo no topo da Av. Duque de Loulé (previsto);
- Convento de Santa Joana (atual núcleo de logística da PSP, com PIP aprovado);
- Hospital de D. Estefânia;
- Academia Militar;
- Quartel da GNR;
- Hospital Miguel Bombarda (desativado);
- Hospital de Santa Marta;
- Hospital dos Capuchos;
- Hospital do Desterro (desativado);
- Hospital de São José;
- Martim Moniz – Edifícios EPUL (habitação em fase de conclusão, novo Centro de Saúde e quartel de bombeiros previsto).

Sobressaem ainda outras grandes áreas de relevo, atualmente estabilizadas – a grande área do jardim do Campo dos Mártires da Pátria, o edifício da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa, associado à área do Instituto Bacteriológico Câmara Pestana, o Coliseu dos Recreios e o Convento da Encarnação, este último desempenhando um importante papel de apoio social na área, e ele próprio a necessitar de reabilitação profunda.

**Figura 12.3** - Localização das grandes unidades de dinâmica local



Em oposição, encontra-se uma malha urbana com topografia e traçados desiguais, identificados e subdivididos em grandes áreas ou bairros, no Estudo Urbano.

É nesta área, correspondente ao “negativo” das grandes unidades cadastrais, que surge a grande oportunidade de reabilitação e requalificação, consequência da dinâmica que vier a ser gerada a partir das intervenções nos grandes equipamentos.

**Figura 12.4 - Tecido Urbano - Bairros**



### **12.3 Potencialidades e tendências de desenvolvimento com impacto na reabilitação do parque habitacional**

A possível desativação dos hospitais, ainda em funcionamento na área, e a sua afetação a outros usos, à semelhança dos espaços já desativados, assim como a transformação de outras grandes unidades, gerará novas dinâmicas. Será essencial aproveitá-las, no sentido de prevenir o abandono e a degradação, que serão gerados se aí não se intervier, e que terão impacto nas áreas circundantes.

A crescente insegurança e desertificação noturnas, assim como a segregação de população estrangeira, que se sente já em determinadas áreas, são fatores a considerar.

Destacam-se, como motores a considerar na reabilitação do parque edificado residencial nesta zona, os seguintes:

- o impacto positivo que poderá ter na reabilitação do edificado desta área, o aproveitamento do seu grande potencial turístico, associado à valorização de todo o património histórico aqui existente;
- o papel da construção ou requalificação de novos equipamentos locais, como fator de atratividade e rejuvenescimento, colmatando carências já existentes e prevendo possíveis densificações;
- a melhoria da mobilidade suave e do acesso aos transportes públicos nas zonas de cota mais alta, bem como do estacionamento em toda a área, como fatores essenciais para a atratividade local, que tornarão efetiva a, agora apenas aparente, proximidade aos eixos centrais da cidade.

#### 12.4 A intervenção municipal

A intervenção direta do município exige um levantamento cuidado e estudo de pormenor, que possa identificar com rigor, os edifícios que necessitam de reabilitação, o tipo de reabilitação a empreender e as respetivas prioridades. O apoio dos programas municipais existentes ou em desenvolvimento, para a realização de obras em edifícios residenciais, é fator essencial, destacando-se, entre outros:

- o programa “Rehabita Lisboa”, dirigido a edifícios privados devolutos e em ruínas, que através do mecanismo de obras coercivas, em colaboração com o proprietário, coloca os edifícios, depois de reabilitados, de novo no mercado de arrendamento (permitindo a sua posterior devolução ao proprietário);
- o programa “RE9” destinado a pequenas intervenções em frações ou edifícios, designadamente construção de instalações sanitárias onde elas não existem;
- o apoio à diminuição do risco sísmico, associado a obras para instalação de elevadores em edifícios habitacionais ou reabilitação de coberturas;
- o “Programa de Valorização do Património Municipal Devoluto”;
- campanhas de sensibilização sobre as vantagens da reabilitação, designadamente divulgação dos benefícios fiscais existentes;
- a atuação junto das famílias com grandes carência económicas.

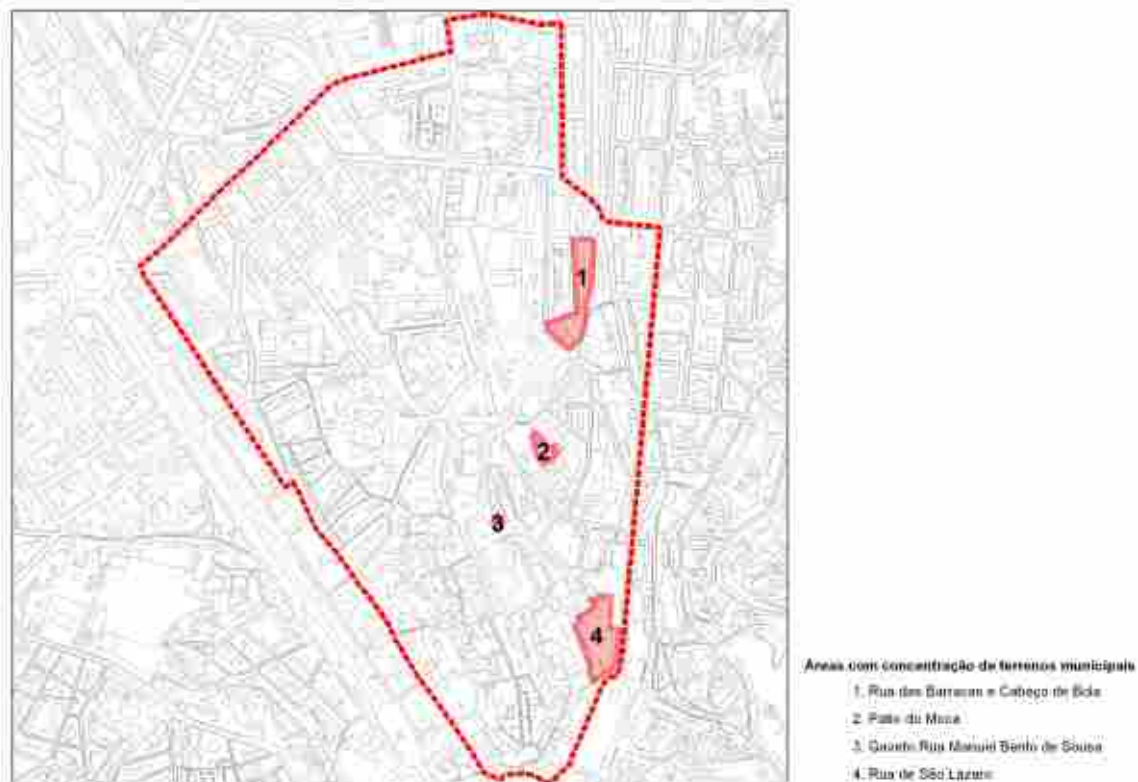
#### 12.5 Propostas de intervenção

Assim, e considerando que nesta área coexistem situações muito diversas em termos de malhas urbanas, com a correspondente degradação do parque edificado, propõem-se possíveis frentes para a atuação na reabilitação do parque residencial desta colina:

1. Atuação direta do município na valorização autossustentada do seu património residencial, através do desenvolvimento de estudos e programas de intervenção em áreas com elevada concentração de prédios municipais com potencialidades diversas. Estas áreas, a par da reabilitação do parque residencial, poderão absorver outras propostas, quer a nível da localização de equipamentos, quer da valorização do espaço público, quer das redes de circulação e estacionamento:

- Rua das Barracas – Para esta área foi aprovada já, pela Câmara Municipal, a 1ª fase do loteamento de iniciativa municipal para o topo norte desta rua, em parceria com a FENACHE, que prevê o desenvolvimento de um programa habitacional cooperativo. A sul, a restante reabilitação desta rua, assim como do Largo do Cabeço de Bola, deverá ser estudada em pormenor, com destaque para a resolução dos problemas de carência social existentes na zona e para o património de habitação municipal aí existente;
- Pátio do Moca - área municipal no interior de um quarteirão, com fraca acessibilidade mas com potencialidades no que se refere à criação de maior desafogo dentro da malha apertada em que se insere;
- Gaveto da rua Manuel Bento de Sousa – gaveto a valorizar que, caso se verifique ser viável, poderá incluir programa conjunto com as construções privadas contíguas;
- Rua de São Lázaro – rua onde existe um elevado número de edifícios municipais (ver cadastro) e que constitui um importante acesso ao Hospital de São José e topo da Colina, com movimento intenso, inclusivamente de transporte público, em autocarro. Considera-se a hipótese de localização de uma esquadra da PSP com frente para esta rua e Rua da Palma, incluindo a área do Palácio Folgosa. Salienta-se o edifício do Hospital de São Lázaro. Toda esta área necessita de estudo conjunto que preveja o alargamento do arruamento, implicando a eventual demolição de edifícios, bem como requalificação da utilização dos edifícios residenciais municipais.

**Figura 12.5** - Localização das áreas onde se concentram terrenos municipais

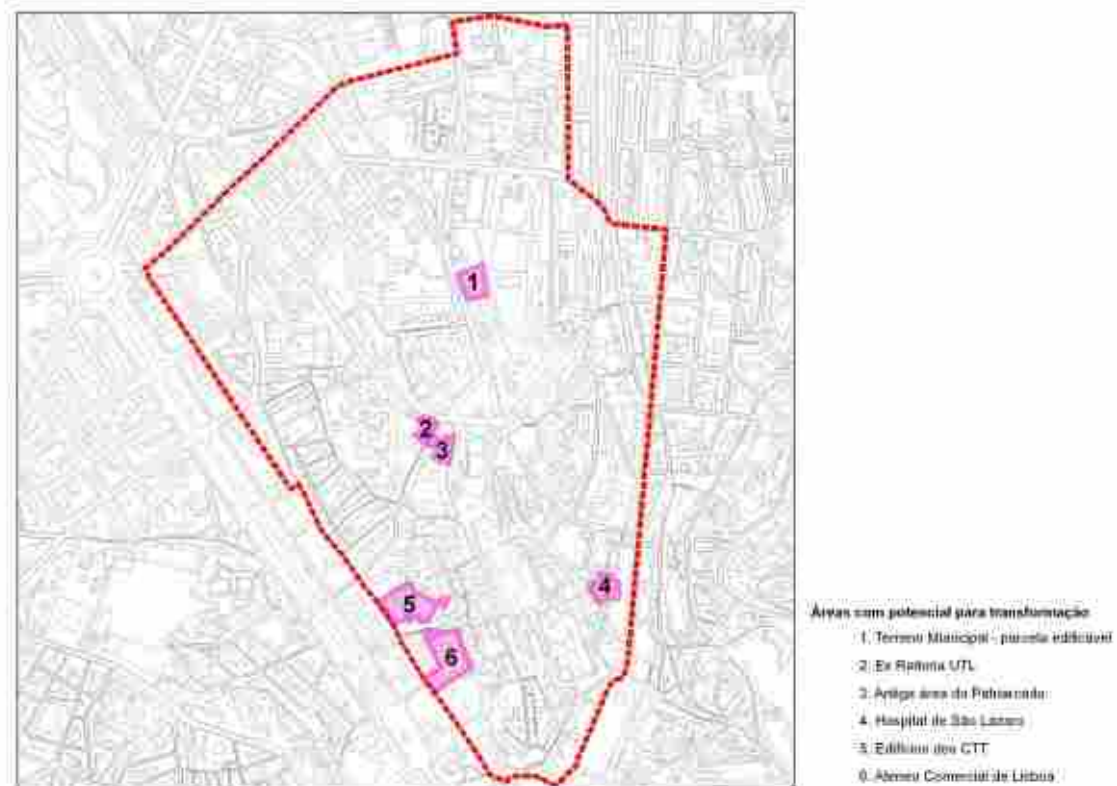




2. Identificação de edifício ou edifícios municipais que possam constituir bolsas de realojamento temporário para apoio à reabilitação de edifícios (Rua das Barracas e Rua de São Lázaro), garantindo assim que os moradores da Colina de Santana permanecerão dentro da sua área de residência, no decurso das obras de reabilitação.
3. Identificação de possíveis localizações para equipamentos e soluções residenciais coletivas, como residências de estudantes ou de apoio à terceira idade.
4. Apoio à reabilitação de fogos que não possuem instalações sanitárias (banho e retrete). Foram identificados cinco núcleos de grande carência no que diz respeito à existência de habitações que não possuem instalações sanitárias (ver Capítulo 4. Edificado e Dinâmica Urbanística). Na Rua das Barracas, área onde se assinala maior carência, encontra-se já aprovada a cedência de uma área para a construção de um empreendimento de habitação cooperativa.
5. Identificação de áreas com potencial para transformação e procura de parcerias de mútua valorização, tornando-as polos de atratividade onde a reabilitação contemple, a par do uso habitacional, usos de equipamento, e espaço público envolvendo e valorizando as áreas circundantes.

Destacam-se entre outras:

- O terreno municipal edificável, junto à Academia Militar;
- O edifício da antiga Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa;
- As antigas Instalações do Patriarcado;
- O Hospital de São Lázaro;
- Os edifícios dos CTT, na Rua de São José;
- O Ateneu Comercial de Lisboa.

**Figura 12.6 -** Localização de áreas com potencial para transformação

6. Reabilitação dos grandes eixos – Av. da Liberdade e Av. Almirante Reis – considerando a valorização e incremento da função residencial ainda aí existente, em progressiva quebra resultante da expansão do terciário, com destaque para a Rua de Santa Marta – Rua de São José – Rua das Portas de Santo Antão. A valorização deste último percurso (ver capítulos anteriores) deverá ser integrada em todas as suas valências designadamente do espaço público e das atividades económicas.
7. Identificação dos limites precisos das áreas com traçados e ocupação urbana homogêneos que possam ser alvo de programas de intervenção específicos, a definir.

## 13. EFICIÊNCIA AMBIENTAL

### 13.1 Premissas

A sustentabilidade ambiental começa na conceção do desenho urbano orientado por princípios ecológicos e é otimizada pelo aproveitamento local de recursos nos edifícios e no espaço público, nomeadamente pela incorporação de energias renováveis.

Estes princípios orientadores do planeamento urbanístico encontram-se consagrados pelo PDM em vigor (artº 20º do Regulamento), na prossecução das metas definidas pela Estratégia Energético-Ambiental para Lisboa (Lisboa E-Nova, aprovada pela CML em 2008) para melhores desempenhos nos consumos de **Energia, Água e Materiais**.

A intervenção na Colina de Santana constitui uma oportunidade ímpar para reverter o processo de envelhecimento que afeta aquele território, se as “Unidades ESTAMO” forem potenciadas como âncoras e indutoras de novas sinergias para toda a Colina, quanto ao modo como se entende o uso dos recursos **Energia, Água e Materiais**.

Nesta perspetiva, foram contactados pessoalmente, em reuniões informais, serviços municipais (DMAU/DHU e DMAU/DIP) e outras entidades (Lisboa E-Nova) que estudam e/ou intervêm na gestão destes recursos e que deram também os seus contributos para a caracterização do território e a formulação das orientações aqui apresentadas.

### 13.2 Energia

#### 13.2.1 Desempenho energético do edificado

A abordagem da energia centra-se, neste capítulo, na componente do desempenho energético do edificado com incorporação de fontes de energia renovável.

A simulação do desempenho energético do edificado está já prevista pela legislação. Contudo, a ponderação atempada de como se podem incorporar fontes de energia renovável adequadas e adaptadas ao(s) edifício(s), ainda na fase do desenho urbano, pode significar um ganho qualitativo ao nível dos desempenhos do edificado e dos perfis de consumos, traduzíveis em ganhos ambientais.

Potencial solar: A Carta do Potencial Solar do Concelho de Lisboa, decorrente da Estratégia Energético-Ambiental para Lisboa (Lisboa E-Nova) comprova que a cidade dispõe de condições excecionais de exposição solar que justificam e recomendam a incorporação no edificado, deste recurso para o aquecimento de águas e o aproveitamento de sistemas micro-produtores de energia.

O documento Lx-Europa 2020 (CML, 2013:92) refere, com base na Carta do Potencial Solar, que 28% de todas as coberturas de Lisboa estão otimamente orientadas para o aproveitamento de energia solar. Por isso, é decisivo avaliar e garantir, em fase de projeto, o melhor aproveitamento possível da(s) cobertura(s), ponderando a orientação e outras condicionantes, tais como características patrimoniais, que exigem um cuidado especial na escolha e integração dos dispositivos de captação.

Considerando os dados disponibilizados pela Carta do Potencial Solar, que nos dão o potencial solar de cada edifício, fizeram-se alguns exercícios de cálculo do **potencial**

## solar de captação de energia nas coberturas dos edifícios da Cidade de Lisboa e da Colina de Santana.

Esta análise seguiu a metodologia de interpretação da Carta do Potencial Solar presente também no documento Lx-Europa 2020, já referido, e avalia o potencial solar apenas das coberturas classificadas com Classe IV, a que corresponde um potencial unitário de captação de energia solar.

Nestas condições, a Carta do Potencial Solar foi avaliada para a área de estudo da Colina de Santana, tendo-se concluído da existência de um potencial de captação de 235 GWh/ano, enquanto para a cidade de Lisboa este valor é de 6 815 GWh/ano<sup>1</sup>.

Em termos de área da cidade, conclui-se que em Lisboa o potencial por m<sup>2</sup> de área de “chão” é de 80 kWh/m<sup>2</sup>.ano, enquanto para a Colina de Santana este valor é de 198 kWh/m<sup>2</sup>.ano, superior portanto à média da cidade.

Potencial Solar da Colina de Santana	Potencial Solar de Lisboa
Área da Colina: <b>1 191 743 m<sup>2</sup></b>	Área de Lisboa: <b>84 800 000 m<sup>2</sup></b>
O potencial de <u>captação</u> solar das coberturas dos edifícios da Colina (para coberturas classificadas na Classe IV): <b>235 GWh/ano</b>	O potencial de <u>captação</u> solar das coberturas dos edifícios de Lisboa (para coberturas classificadas na Classe IV): <b>6 815 GWh/ano</b>
Potencial por área de “chão”: <b>198 kWh/m<sup>2</sup>.ano</b>	Potencial por área de “chão”: <b>80 kWh/m<sup>2</sup>.ano</b>
(de 235 000 000 kWh/ano / 1 191 743 m <sup>2</sup> )	(de 6 815 000 000 kWh/ano / 84 800 000 m <sup>2</sup> )

O valor de 198 kWh/m<sup>2</sup>.ano aumenta, se aumentar a edificabilidade - o que não parece ser o desejável. Pelo contrário, pretende-se que o potencial solar possa ser incrementado como consequência da boa orientação das coberturas, inclinação adequada, evitar ensombramento excessivo e a colocação de equipamentos técnicos (ar condicionado) na cobertura, privilegiando orientações classificadas na Classe IV.

Deve salvaguardar-se que, muito embora exista uma relação direta entre a densificação de construção e o potencial de captação, o critério desejável deverá ser, contudo, a exploração das condições mais favoráveis de exposição solar e orientação, que são definidas em fase de desenho urbano e, simultaneamente, assegurar a manutenção dos níveis adequados de permeabilidade, que permitam o funcionamento ecológico da paisagem.

1. O valor apresentado no documento Lx-Europa 2020 de potencial de produção elétrica com base na instalação de painéis fotovoltaicos é de 593 GWh/ano, enquanto na tabela acima, este valor é de 6 815 GWh/ano. A diferença entre valores deve-se ao facto de que o primeiro reporta à produção elétrica líquida, enquanto o segundo diz respeito à captação bruta de energia solar. Assim sendo, o valor de 593 GWh leva em conta que uma parcela das coberturas terá de ser afeta a painéis solares térmicos, pela aplicação do RCCTE (Regulamento das Características do Comportamento Térmico dos Edifícios) que estabelece 1m<sup>2</sup>/ocupante, e sobre a área restante é aplicado o rendimento de conversão de energia solar em energia elétrica do painel fotovoltaico, considerado de 10%.

Contudo, face ao potencial existente, é de privilegiar a captação solar, por exemplo em relação às coberturas verdes, as quais, pese embora possam contribuir para a correção dos efeitos da ilha de calor, têm um funcionamento ecologicamente mais restrito uma vez que não contribuem diretamente para a infiltração da água ou seja, para o ciclo da água.

**Redes: O aproveitamento do rendimento real de um edifício pode ser maximizado através de sistemas centralizados de produção energética com energias renováveis.**

Este objetivo implica conhecer as necessidades de consumo dos edifícios (tendo em conta o uso) e o seu potencial de produção (edifícios públicos e residenciais). Este conhecimento é decisivo para a proposta de redes de proximidade (para o desenvolvimento integrado dos projetos do edificado).

O conhecimento desta informação é importante para a avaliação em fase de projeto, da definição de redes de proximidade. Após a avaliação do potencial dos edifícios, convém agregar num traçado em rede, edifícios habitacionais e edifício afetos a outros usos, com consumos diferentes, a horas diferentes, podendo funcionar uns como produtores e outros como consumidores e assim se complementarem ao nível de uma **rede de proximidade**.

**Figura 13.1** Excerto da Carta do Potencial Solar com delimitação da Colina de Santana (Lisboa E-Nova), disponível em <http://lisboaenova.org/pt/cartasolarlisboa> )



Radiação Incidente [kWh/(m<sup>2</sup>.ano)]

CLASSE I	≤1000
CLASSE II	]1000-1400]
CLASSE III	]1400-1600]
CLASSE IV	>1600

## Conclusões

Existem condições muito favoráveis à captação de energia solar pelo que será desejável, em sede de projeto de desenho urbano, a demonstração de que é possível alcançar o potencial da Colina de Santana que é claramente superior ao valor médio para a totalidade da cidade de Lisboa.

Neste âmbito, as propostas de desenho urbano devem à partida, deixar claras as opções sobre a **compatibilização da orientação dos edifícios e do tipo de cobertura com a possibilidade de explorar o potencial de captação solar**.

A implementação de micro-redes é desejável, pensadas de modo a integrar um **conjunto de edifícios tendencialmente com potencial de energia zero** (em vez de um só edifício) **ligados em redes de proximidade**.

### 13.2.2 Iluminação Pública

A Iluminação Pública da Colina de Santana encontra-se na generalidade obsoleta, em termos energéticos e ambientais.

Contactada a Divisão de Iluminação Pública (CML/DMAU/DIP) obteve-se informação sobre a caracterização atual e as orientações para a sua remodelação futura, tendo em conta a ponderação conjunta de critérios de qualidade, eficiência e economia.

Atualmente, os arruamentos da área de intervenção definida como "Colina de Santana", têm em grande parte um dos três tipos de iluminação a seguir caracterizada, cuja modernização como descrito:

- Postes de ferro do Tipo "Braancamp" ou "Utilitário", respetivamente com 10 e 9 mts. de altura, com uma luminária do tipo viário já obsoleta de 250W ou de 150W de potência. Nestes casos propõe-se a recuperação do poste (poste tradicional da zona e da própria cidade) com a instalação de uma luminária de tecnologia "led" com um rendimento superior e uma potência entre os 80 e os 110W.
- Coluna n.º 17 de 3,5 mts. de altura, com uma luminária do tipo "globo 9B" de 100W de potência. Similarmente ao ponto anterior, este candeeiro é também um poste tradicional da cidade de Lisboa, que se propõe recuperar e colocar a mesma luminária com uma fonte de luz mais eficiente e económica.
- Consola n.º 2 "Lisbonense" com lanterna "Lisbonense" com uma potência de 100W. Tratando-se igualmente de um equipamento de características patrimoniais na cidade de Lisboa, tem vindo a ser adotada a sua recuperação e a instalação no seu interior de um bloco ótico de rendimento superior, obtendo-se deste modo uma iluminação mais forte com um menor consumo efetivo de energia.

A iluminação pública da Colina de Santana, estando inserida numa zona central e nobre da cidade, deve antes de tudo ser enquadrada na tipologia dos edifícios e na ambiência que se pretender para o espaço público, não descurando a eficiência energética.

É considerada prioritária a valorização da centralidade constituída pelo Campo Santana e sequências espaciais adjacentes: Paço da Rainha / Lago do Mitelo / Alameda dos Capuchos / Rua Gomes Freire e respetivas ligações às áreas envolventes.

Neste sentido, entende-se que o equipamento de iluminação pública pode também ser um elemento aglutinador desta zona da cidade, de realce da singularidade de alguns pontos específicos, para além de também estabelecer a ligação com o resto da cidade através dos principais eixos de circulação.

Nesta perspetiva, o projeto deve seguir os princípios delineados para a Iluminação Pública da cidade, respeitando as linhas gerais e as recomendações para projetos e obras de iluminação pública no Município de Lisboa. Realça-se a importância e interesse em que haja uma certa normalização de soluções, no conjunto da cidade, no sentido de haver continuidade de linguagem bem como de otimizar as tarefas de manutenção/conservação.

Intervenção nas Unidades - ESTAMO:

Considerando que as áreas hospitalares em causa constituem conjuntos edificados de génese privada, os respetivos projetos de reconversão urbana deverão refletir as necessidades decorrentes da alteração de uso proposta.

A iluminação de um espaço que passará a ser público deverá obedecer a princípios de ordem técnica e funcional, atendendo ainda a critérios de ordem estética e económica.

Neste contexto, para além da observância das indicações de carácter técnico (disponíveis através dos serviços competentes já referidos), a iluminação pública destes espaços deverá constituir uma extensão da envolvente, quer ao nível das tipologias dos equipamentos, quer em termos dos requisitos de construção da própria rede pública de distribuição.

Do ponto de vista económico, a vertente da eficiência energética terá de ser refletida nas soluções dos projetos, induzindo reduções efetivas na fatura energética, quando comparadas com soluções tradicionais.

## **Conclusões**

Intervenção na Colina de Santana:

Remodelação da Iluminação Pública com incorporação de soluções energeticamente mais eficientes;

Prioridade para a centralidade Campo Santana / Paço da Rainha / Lago do Mitelo / (futura) Alameda dos Capuchos / Rua Gomes Freire e respetivas ligações às áreas envolventes.

Nas Unidades ESTAMO:

A iluminação pública destes espaços deverá constituir uma extensão da envolvente, quer ao nível das tipologias dos equipamentos, quer em termos dos requisitos de construção da própria rede pública de distribuição.

**Todos os projetos devem obedecer à normativa interna da CML para a Iluminação Pública (CML/DMAU/DIP)**



### 13.3 Consumo de água

O uso racional do recurso Água pressupõe genericamente um balanço equilibrado entre os consumos de:

- Água potável;
- Águas residuais tratadas, para usos não potáveis (ARUT), essencialmente destinadas à rega de espaços verdes e lavagem de ruas;
- Águas pluviais recolhidas ao nível das coberturas e armazenadas, para usos não potáveis, potencialmente usadas para a rega de espaços verdes de conjuntos habitacionais com logradouros privados ou de equipamentos;
- Águas cinzentas, para usos não potáveis, com utilização mais restrita, ao nível do edifício.

#### 13.3.1 Reutilização das águas residuais tratadas

A reutilização das águas residuais tratadas para usos não potáveis (ARUT – Águas Residuais Tratadas) destina-se à lavagem de ruas e rega de jardins.

Para o efeito seria necessário completar e estender a rede parcialmente construída, entre a ETAR de Alcântara e a Praça do Comércio, até à Colina de Santana. Existe um estudo sobre “Sistemas de Reutilização de Águas Residuais Tratadas em Lisboa. Caso de estudo de Alcântara – Terreiro do Paço – Belém” (elaborado em Julho de 2011, pela CML, EPAL; SIMTEJO e Lisboa E-Nova), que não prevê a extensão da rede a esta zona. Além disso, a construção da rede não foi ainda concluída.

Acresce que a área em estudo se desenvolve entre a cota 9,8m - na Rua das Portas de Santo Antão, junto ao Palácio da Independência, até à cota 88,7m - no recinto do Hospital Miguel Bombarda, a Norte, o que implicaria a instalação de equipamentos de bombagem.

Face a estes dados, não parece viável, pelo menos num horizonte alcançável, estender a rede até Colina.

#### 13.3.2 Águas pluviais recolhidas ao nível das coberturas e armazenadas

Solução a explorar no âmbito das novas intervenções, seja de uso residencial sejam equipamentos coletivos, apesar do regime incerto de pluviosidade no nosso clima.

#### 13.3.3 Águas cinzentas para usos não potáveis

Este aproveitamento tem uma utilização mais restrita, ao nível do edifício e está dependente também da construção de canalização de raiz e de equipamentos domésticos para o efeito a que o mercado ainda não deu uma resposta versátil e variada (como por exemplo, o aproveitamento da água de lavar as mãos para o autoclismo).

### 13.4 Reciclagem de materiais

#### 13.4.1 Recolha de resíduos sólidos

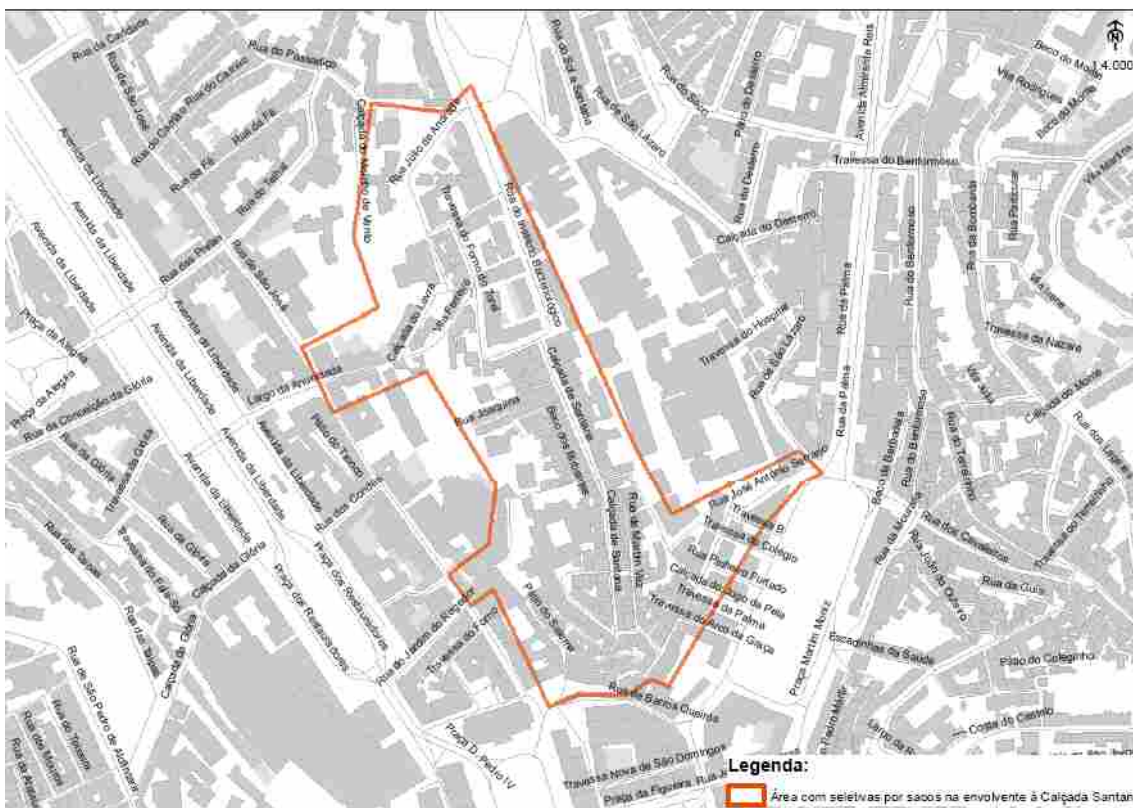
Atualmente a recolha de resíduos sólidos na área da Calçada do Lavra / Calçada de Santana e zonas nas imediações, é feita em sacos, porta a porta, devido à pequena

escala do traçado urbano. É desejável, segundo os serviços responsáveis contactados (DMPO/DHU), assegurar pontos de recolha (entre os edifícios devolutos ou nos equipamentos, por exemplo) distanciados entre si de 50 a 200 m no máximo (cf. ERSAR – Entidade Reguladora do Sistema de águas). Na figura 13.2 verifica-se a proximidade do bairro em relação a alguns equipamentos (Unidade 01 - São José) onde esta questão pode ser ponderada. É também de considerar a existência de construções devolutas (propriedade da CML) que possam libertar espaço no piso térreo, para o efeito.

### 13.4.2 Reciclagem de resíduos orgânicos

Quanto à reciclagem de resíduos orgânicos, é de incentivar a introdução de compostores comunitários destinados à manutenção dos espaços verdes públicos e privados. Estes compostores podem ser previstos, na fase de projeto, tanto ao nível dos condomínios como do espaço público (modelo de manutenção a explorar). Seria uma ação pioneira na cidade de Lisboa, que aqui se justifica pela existência de áreas verdes significativas, a manter.

Figura 13.2 Delimitação da área atualmente com recolha seletiva em sacos



Tendo em vista procurar possíveis localizações para pontos de recolha seletiva, fez-se o exercício de delimitar, na peça desenhada anexa, a área com recolha selectiva porta-a-porta, os edifícios devolutos, os devolutos municipais e a localização das Unidades ESTAMO /áreas PIP. Desta análise, constata-se que a **Unidade 01-Hospital São José, pode vir a comportar pontos estrategicamente colocados em relação à área a cobrir.**

Complementarmente há ainda a necessidade de reforçar a rede, em parte em edifícios municipais devolutos, muito embora se perceba que as suas localizações não são

suficientes para cobrir toda a área com uma rede de pontos (distanciados entre si de 50 a 200 metros no máximo).

### **Conclusões**

Melhorar o sistema existente de recolha seletiva em sacos, porta-a-porta, na área da Calçada do Lavra / Calçada de Santana e zonas nas imediações, através da ampliação da rede de pontos de recolha selectiva, estrategicamente situados na proximidade (entre 50 a 200m metros entre si no máximo), para já a incluir em **equipamentos** (Unidade 01-Hospital de São José), complementada por pontos situados ao nível do piso térreo de edifícios dentro da área (Planta 13.1 – Avaliação de futura localização de pontos de recolha seletiva, em anexo).



## 14. CONCLUSÕES

### 14.1. Análise “SWOT+T”

Com vista ao enquadramento e formulação da estratégia de intervenção, tendo por base a análise produzida nos capítulos antecedentes, pareceu-nos útil assinalar os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades, ameaças e tendências das dinâmicas territoriais, de forma integrada.

#### Pontos Fortes:

- Presença de importantes atores da cidade no âmbito dos setores do conhecimento e inovação dos quais se destaca a Faculdade de Ciências Médicas, com o seu respetivo Centro de Investigação e Centro de Estudos de Doenças Crónicas, o Instituto de Medicina Legal, a Universidade Autónoma de Lisboa, a Escola Superior de Enfermagem S. Francisco das Misericórdias, a Academia Militar, o Centro de Joalheria de Lisboa, a Sociedade de Geografia de Lisboa, o *Goethe Institut Lissabon*, a Clave e Som (Escola de Música) e o Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto;
- Centralidade do território com ligação aos dois eixos centrais de Lisboa, Av. da Liberdade e Rua da Palma/Av. Almirante Reis;
- Grande concentração de património cultural, sendo 29 imóveis classificados pela Direção-Geral do Património Cultural (entre os quais 7 são Monumentos Nacionais) e 1 com interesse municipal, a que se somam 59 conjuntos arquitetónicos, 119 imóveis, 3 objetos singulares, 3 lojas de referência e 2 elementos do património paisagístico, não classificados mas identificados na Carta Municipal do Património (CMP);
- Existência de património histórico-científico móvel;
- Grande densidade de oferta hoteleira (10 hotéis, 1.227 camas);
- Grande acessibilidade à rede pesada de transporte coletivos (linhas Amarela, Azul e Verde do Metropolitano de Lisboa) e a duas Interfaces de Transportes (Marquês de Pombal e Restauradores);
- Diversidade morfológica das malhas urbanas e grande identidade histórica e cultural dos diversos tecidos urbanos que compõem a Colina;
- Existência de importantes equipamentos culturais na área de intervenção e na proximidade imediata (Rua das Portas de Santo Antão);
- Recente reconversão da antiga Carpintaria de S. Lázaro como equipamento cultural;
- Orografia singular que determina uma qualidade cénica da paisagem, com existência de pontos de vista notáveis sobre as demais áreas históricas situadas sobre os vales e colinas centrais da Cidade;
- Proximidade de importantes espaços verdes, a ponte, a Av. da Liberdade e o Parque Eduardo VII, e, a norte, a Praça José Fontana e o Jardim Constantino;

- Densidade de eixos arborizados em espaços públicos com grande valor cénico, como o Paço da Rainha, a Rua Manuel Bento de Sousa / Largo da Escola Municipal, a Rua do Instituto Bacteriológico e a Rua Júlio de Andrade;
- Boa exposição solar, repartida por uma orientação nascente, sobre a encosta da Av. Almirante Reis e poente sobre a encosta da Av. da Liberdade;
- Existência de Jardins Históricos com grande variedade e diversidade de espécies vegetais, incluindo 11 fitomonumentos situados no jardim do Campo dos Mártires da Pátria;
- Existência de diversos logradouros verdes permeáveis protegidos no PDM.

**Pontos Fracos:**

- Deficiência na acessibilidade pedonal e na ligação ao fundo dos vales adjacentes, quer pela orografia, quer pela descontinuidade do sistema fomentada pelas barreiras físicas dos atuais hospitais;
- Espaços das antigas cercas conventuais descaracterizados pelas sucessivas adaptações às funções hospitalares;
- Dificuldades de ligação à malha envolvente, em particular no setor sul da área;
- Existência de 120 e 24 alojamentos clássicos sem, respetivamente, banho e retrete;
- Desadequação física do parque hospitalar para uma resposta eficiente à população;
- Carências de oferta de equipamentos desportivos;
- Lacunas na oferta de equipamentos sociais direcionados para a primeira infância e idosos na zona noroeste da Colina;
- Carência assinalada na oferta de equipamentos direcionados para a população idosa;
- Elevado número de edifícios em mau estado de conservação;
- Maior proporção de edifícios vagos que a média da Cidade (20% contra 15%);
- Subsiste uma maior proporção de população idosa e uma menor proporção de população jovem que a média da Cidade;
- Número médio de pessoas por família inferior à média da Cidade (1,8 contra 2,2);
- Carência de estacionamento para residentes;
- Espaços públicos desvalorizados pela preponderância do tráfego automóvel;
- Quebra de unidade do Jardim Braamcamp Freire, com o atravessamento viário que liga a Alameda dos Capuchos ao Paço da Rainha;

- Baixa capitação de áreas verdes por habitante;
- Iluminação pública pouco eficiente.

**Oportunidades:**

- A deslocalização dos hospitais pode dar lugar para a promoção do Emprego e da Empregabilidade assente no reforço da Economia do Conhecimento e da Inovação e dos sectores estratégicos da economia da cidade, de entre os quais o Turismo e o Comércio, bem como a Economia da Saúde e do Bem-Estar e a Economia Criativa;
- A possibilidade de promover o desenvolvimento turístico, tirando partido das condições paisagísticas e patrimoniais únicas da Colina, e do desenvolvimento de um *cluster* económico ligado à Economia da Saúde, através da promoção de unidades vocacionadas para o turismo de saúde e da Economia do Conhecimento, criando condições para a implementação de unidades vocacionadas para o alojamento universitário (estudantes+investigadores);
- O desenvolvimento de um pólo de economia criativa no antigo Hospital do Desterro em ligação com a experiência de regeneração urbana do bairro da Mouraria;
- Ligação histórica da Colina ao conhecimento, com a instalação dos conventos e do Colégio de Santo Antão o Novo (atual Hospital de S. José) pela Ordem dos Jesuítas, edificado nos finais do século XVI, até aos dias de hoje com a presença da Faculdade de Ciências Médicas, dos Institutos de Investigação e da Academia Militar;
- Existência de outros edifícios com valor patrimonial, para além dos incluídos nos hospitais, situados na área central da Colina, junto ao Campo Mártires da Pátria, com potencial de reconversão, entre os quais o antigo Patriarcado e a antiga Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa;
- Reabilitação de importante Património Classificado existente nos hospitais, que, no âmbito das operações de reconversão urbana, podem ser redescobertos e fruídos pelos cidadãos;
- Existência de grandes unidades cadastrais com potencial de reconversão urbana;
- Existência de cadastro público significativo, onde se inclui bolsas de solos municipais, que podem funcionar como bolsas de realojamento provisórias de apoio à reabilitação do edificado;
- Integração da Colina na Área de Reabilitação Urbana delimitada pela autarquia, bem como todos os programas e incentivos concedidos à reabilitação urbana;
- A reconversão de grandes unidades cadastrais permite programar uma rede de equipamentos locais que venha a colmatar carências da população existente e potencial, bem como a localizar novos equipamentos de nível superior que venham a tirar partido da centralidade e do potencial histórico e cultural de património existente;
- Possibilidade de reforçar a ligação à rede pesada de transportes coletivos, pelo reforço de meios mecânicos de acessibilidade pedonal à Colina;
- Maior densidade populacional que a média da Cidade;

- Aumento da população com ensino superior (entre 2001 e 2011);
- Possibilidade de aumento da população, quer por oferta de novos fogos, quer pela reocupação de fogos existentes a reabilitar;
- Existência de importantes equipamentos desportivos fora do âmbito da gestão municipal que, através de protocolos de utilização podem vir a colmatar carências da população;
- Criação de oferta suplementar de estacionamento para residentes;
- Possibilidade de criação de uma via ciclável de ligação entre as Avenidas Novas e a Baixa pelo centro da Colina de Santana, com recurso ao apoio de meios mecânicos na intervenção a realizar no hospital de S. José;
- Parte significativa do território apresenta uma geologia com graus de permeabilidade de média a alta, em particular nas cabeceiras das linhas de água, o que as torna aptas a acolher espaços verdes permeáveis;
- Potencial de criação de novos espaços verdes e de utilização coletiva, bem como de continuidade de percursos pedonais, nos processos de reconversão dos equipamentos hospitalares que colmatem carências da população e que promovam a continuidade dos espaços públicos urbanos existentes;
- Possibilidade de criação de um novo espaço verde público, a meia encosta, mobilizando os logradouros do Ateneu Comercial de Lisboa e Palácio dos CTT, em ligação com o Jardim do Torel;
- Existência de pequenos espaços verdes e de pequenos largos disseminados, que podem ser interligados à estrutura ecológica;
- Elevadíssimo potencial solar da Colina, superior à média da Cidade (198 kWh/m<sup>2</sup>.ano, na Colina, contra 80 kWh/m<sup>2</sup>.ano, no total da Cidade);
- Possibilidade de conceção e concretização de redes de produção e distribuição de energia a nível local (redes de proximidade em conjuntos de edifícios), aumentando a resiliência da Colina.

**Ameaças:**

- Esvaziamento urbano caso o encerramento do parque hospitalar não seja progressivo e não ocorra substituição sequente de funções;
- Desaparecimento de um importante pólo empregador e de atração de visitantes com a deslocalização do parque hospitalar, com potencial impacto residual em atividades económicas ligadas à restauração e bebidas;
- Perda de valores culturais móveis, caso não se acautele a tempo a respetiva conservação e catalogação;
- Sobreocupação de fogos;
- Aumento da população desempregada;



- Parque habitacional envelhecido, sendo que 67% dos fogos são anteriores ao RGEU;
- Não articulação das ações urbanísticas, no sentido de colmatar carências das populações mais desfavorecidas e com menos poder reivindicativo, no que se refere à melhoria de condições de segurança e salubridade dos fogos onde habitam (bolsas de habitações sem banho e retrete);
- Aumento dos alojamentos vagos;
- Comportamento aerodinâmico desfavorável, com suscetibilidade das áreas sobre as encostas com orientação sudeste e sudoeste de sofrerem efeito da ilha de calor;
- Obstrução de pontos de vista notáveis, com destruição da qualidade cénica da paisagem urbana, caso as operações não sejam devidamente avaliadas.

### **Tendências:**

- Diversidade de atividades económicas sem perfil de especialização, não ligadas à cadeia de valor dos hospitais;
- Lógica de fixação de atividades económicas na periferia do território, a norte, na Malha Ressano Garcia, e junto ao eixos urbanos principais;
- Predominância das alterações de uso no quadro das intenções urbanísticas;
- Diminuição do número de camas, de prestação de cuidados de saúde e de efetivos no Centro Hospitalar de Lisboa Central;
- Rejuvenescimento da população, pelo aumento da proporção de jovens e pela diminuição da proporção de idosos, entre os dois últimos períodos censitários;
- Aumento do número de famílias mais pequenas (com uma ou duas pessoas);
- Decréscimo do número de pessoas por família entre 2001 e 2011, de 2,2 para 1,8;
- Aumento da população estrangeira;
- Terciarização da área e diminuição do número de alojamentos clássicos;
- Impossibilidade de estender à Colina a rede de águas residuais tratadas.

### **14.2. Quadro de referência**

Com base análise setorial produzida nos capítulos precedentes, que condensamos na matriz “SWOT+T”, sublinhamos três de ideias chave, como ponto de partida para um processo de decisão que terá de ser alargado a atores chave e à participação pública mais ampla:

- **Identificação do território como Colina do Conhecimento**, através do reforço da atividade económica na área Central da Colina de Santana, com potencial de ligação à Economia da Saúde e Economia do Conhecimento, elegendo as Universidades e outros atores locais como alavancas desse potencial. Reforço da componente turística

especializada em ligação com o setor da Economia do Conhecimento e da inclusão da área em rotas de turismo cultural, quer pela redescoberta de valores patrimoniais atualmente “escondidos” nos hospitais, quer pela ambiência urbana e pelo reforço de ligação aos vales centrais e colinas fronteiras;

- **Reforço da componente residencial**, potenciada pela ideia de zona recatada e aprazível, onde se consegue ao mesmo tempo um relativo isolamento e uma surpreendente proximidade ao Centro Histórico e eixos centrais da Cidade. Concomitantemente tirando partido do carácter histórico identitário de cada uma das malhas que compõem o mosaico urbano da Colina de Santana, coadjuvado pelo potencial de desenvolvimento das redes locais de equipamentos, pela requalificação de espaço público e novas ligações aos vales, reabilitação do edificado, pela produção de novos espaços públicos e de novas tipologias de habitação a desenvolver nas áreas a reconverter;
- **Afirmação da Colina de Santana como Eco-Bairro Histórico**, através da aposta na reabilitação urbana, reaproveitamento do edificado e valorização do património histórico-cultural, aproveitamento do potencial solar nas ações de reconversão e reabilitação urbana, melhoria da eficiência ambiental dos espaços públicos (iluminação pública, recolha de lixo e compostagem), expansão e materialização da estrutura ecológica, no sentido de procurar continuidades, melhoria da ambiência urbana, da amenização climática e da respetiva contribuição para a redução de riscos naturais a jusante (dada o elevado potencial de permeabilidade do solo nas cabeceiras da linhas de água).

### 14.3. Programação

Os instrumentos de gestão territorial em vigor para a área da Colina de Santana são muito recentes: o Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente (PUALZE) acabou de fazer 3 anos e a primeira Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) apenas 1 ano.

A Revisão do PDM foi produzida tendo em consideração a intenção do Estado de desativar o conjunto dos Hospitais situados na Colina de Santana, assinalando essa possibilidade como oportunidade de regeneração urbana da área.

Da análise produzida no presente Documento Estratégico não ressalta a necessidade de adequação de normas regulamentares ou, sequer, de ajustar as propostas de ordenamento dos instrumentos de gestão territorial em vigor que justifiquem a elaboração de um plano municipal de ordenamento territorial específico para a área.

Nessa medida, haverá que perspetivar as ações de reconversão dos equipamentos em consonância com um processo de regeneração urbana da Colina, de forma programada e concertada entre a Autarquia e todos os atores envolvidos e a envolver.

A Lei permite várias modalidades de enquadramento da programação dos planos municipais de ordenamento do território: desde os programas de ação territorial (PAT), passando pela delimitação de uma área de reabilitação urbana (ARU) associada a uma operação de reabilitação urbana sistemática, até ao recurso a unidades de execução.

Na sequência do debate público, operado pela Assembleia Municipal de Lisboa, foi amplamente consensualizado que o PAT constitui o instrumento adequado para contratualizar a coordenação das ações entre entidades públicas e privadas interessadas na regeneração urbana integrada da Colina de Santana.

O recurso ao PAT, como modelo de contratualização e de compromisso público entre entidades, não exclui a posterior utilização de outros instrumentos de programação que se mostrem necessários e vantajosos para as operações a levar a cabo, designadamente a delimitação de unidades de execução de enquadramento à futura reconversão dos equipamentos hospitalares.

No quadro 14.1., em anexo, sintetizam-se as ações urbanísticas propostas a programar, promovendo-se a respetiva associação a cada unidade de execução, quando seja o caso.

Considerando os constrangimentos de previsão temporal do processo de desafetação dos hospitais atualmente em atividade, bem como a necessidade da Autarquia poder gerir a oportunidade de concretização da rede de equipamentos em função das necessidades coletivas em cada momento, não se alocou a cada operação a colmatação da rede de equipamentos proposta, facto que torna o processo de gestão urbanística mais exigente.

Tendo em consideração o “arrefecimento” do mercado imobiliário e o previsível ritmo lento do processo de transformação física sequente à desafetação do parque hospitalar, teremos de encontrar soluções transitórias de utilização dos espaços, acompanhadas de ações de supressão de adições que ao longo do tempo desvirtuaram a leitura dos elementos de maior valor histórico e patrimonial, bem como a instalação definitiva de programas de equipamentos, acompanhados da concretização de alguns dos novos espaços públicos, de modo a não se criar um efeito de esvaziamento da Colina, com consequentes efeitos sociais e físicos nefastos.



## FICHA TÉCNICA

## COORDENAÇÃO TÉCNICA

Paulo Pais                      Arquitecto, Diretor de Departamento de Planeamento e Reabilitação Urbana

## EQUIPA TÉCNICA

Antónia A.Santos	Engenheira Civil	DPDM	Estado de Conservação e Segurança do Edificado
Beatriz Franco	Arquitecta	DRU	Fichas de Património
Célia Jeremias	Geógrafa	DPDM	Demografia
Célia Milreu	Arquiteta, Chefe de Divisão	DPDM	Enquadramento no PUAZLE
Cláudia Pinto	Geóloga	DCM	Riscos Naturais
Cristina Lourenço	Arquitecta	DPRU	Eficiência Ambiental
Filomena Marques	Socióloga	DPDM	Economia
Gonçalo Belo	Engenheiro do Território	DPDM	Acessibilidade / Cartografia
Gonçalo Caiado	Engenheiro do Território	DPDM	Acessibilidades
Graça Azevedo	Arquiteta	DRU	Áreas a reabilitar / Cartografia
Inês Pereira	Arquiteta Paisagista	DRU	Ambiente e paisagem
Lúisa Araújo	Geógrafa	DPDM	Edificado e dinâmica urbanística/ Equipamentos coletivos
Nuno Caleia	Economista, Chefe de Divisão	DEP	Economia
Nuno Campos	Historiador	DRU	Recolha de dados patrimoniais
Patrícia S.Pessoa	Engenheira do Território	DPDM	Cartografia
Paulo Pais	Arquiteto, Diretor de Departamento	DPRU	Sinopse / Introdução/ Enquadramento nos IGT em vigor/ Conclusões
Teresa Duarte	Arquiteta, Chefe de Divisão	DRU	Património cultural. Critérios de intervenção sobre os elementos construídos.

## SECRETARIADO

Carla Gomes	Assistente Técnica	DPDM
Teresa Borges	Assistente Técnica	DRU



# ANEXOS

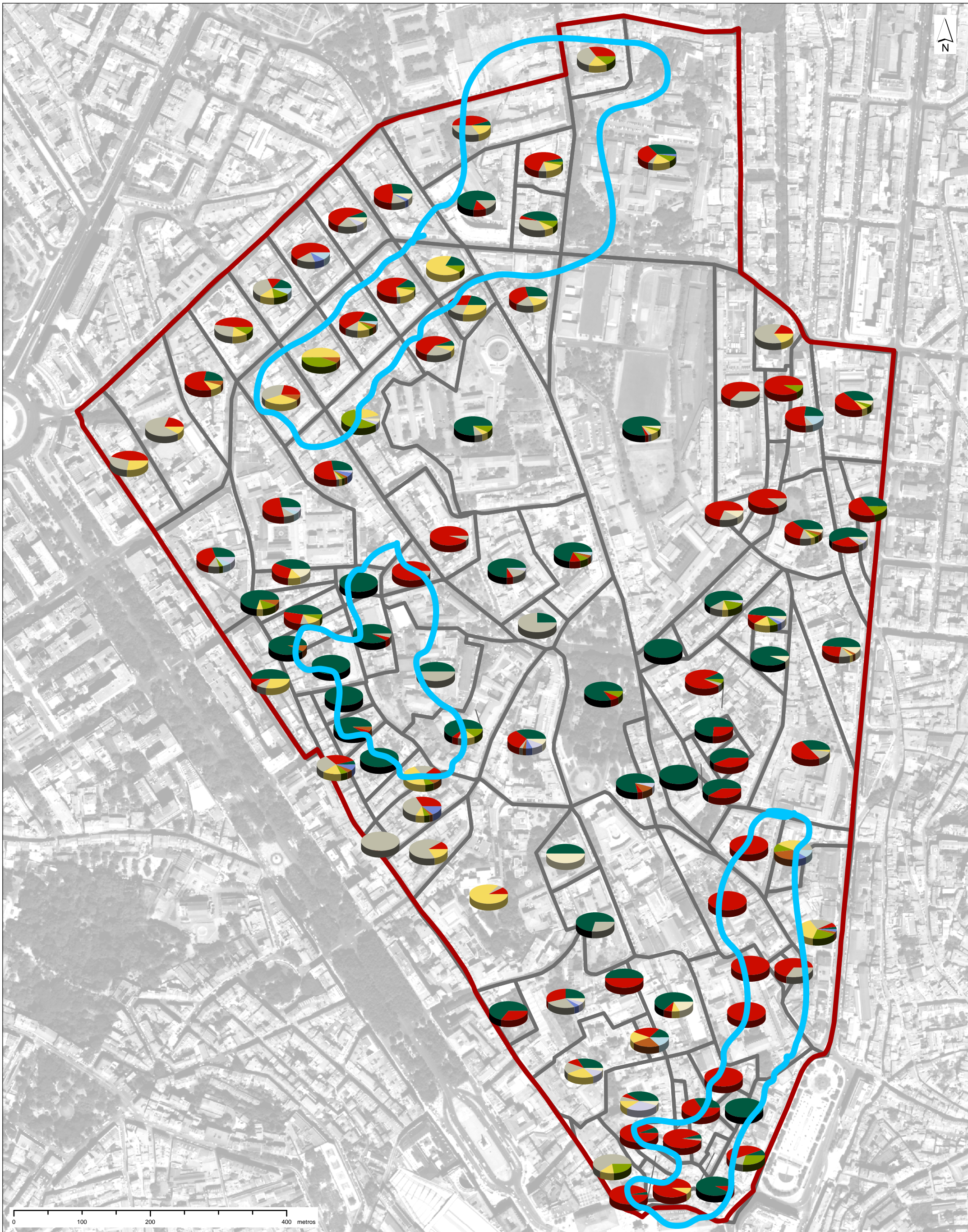




## ANEXOS | Capítulo 4 | PLANTAS

- **Planta 4.1** – Época de Construção dos Edifícios
- **Planta 4.2** – Estado de Conservação dos Edifícios





Colina de Santana

Padrões locativos

- Nº Edifícios Construídos antes de 1919
- Nº Edifícios Construídos de 1919 a 1945
- Nº Edifícios Construídos de 1946 a 1960
- Nº Edifícios Construídos de 1961 a 1970
- Nº Edifícios Construídos de 1971 a 1980
- Nº Edifícios Construídos de 1981 a 1990
- Nº Edifícios Construídos de 1991 a 1995
- Nº Edifícios Construídos de 1996 a 2000
- Nº Edifícios Construídos de 2001 a 2005
- Nº Edifícios Construídos de 2006 a 2011



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA  
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO URBANÍSTICA  
DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E REABILITAÇÃO URBANA

J10	J11	J12
H10	H11	H12
G10	G11	G12

### COLINA DE SANTANA - ESTUDO DE ENQUADRAMENTO

#### ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO DOS EDIFÍCIOS 2011

Coordenador:  
Paulo Prazeres Pais (Arq.)

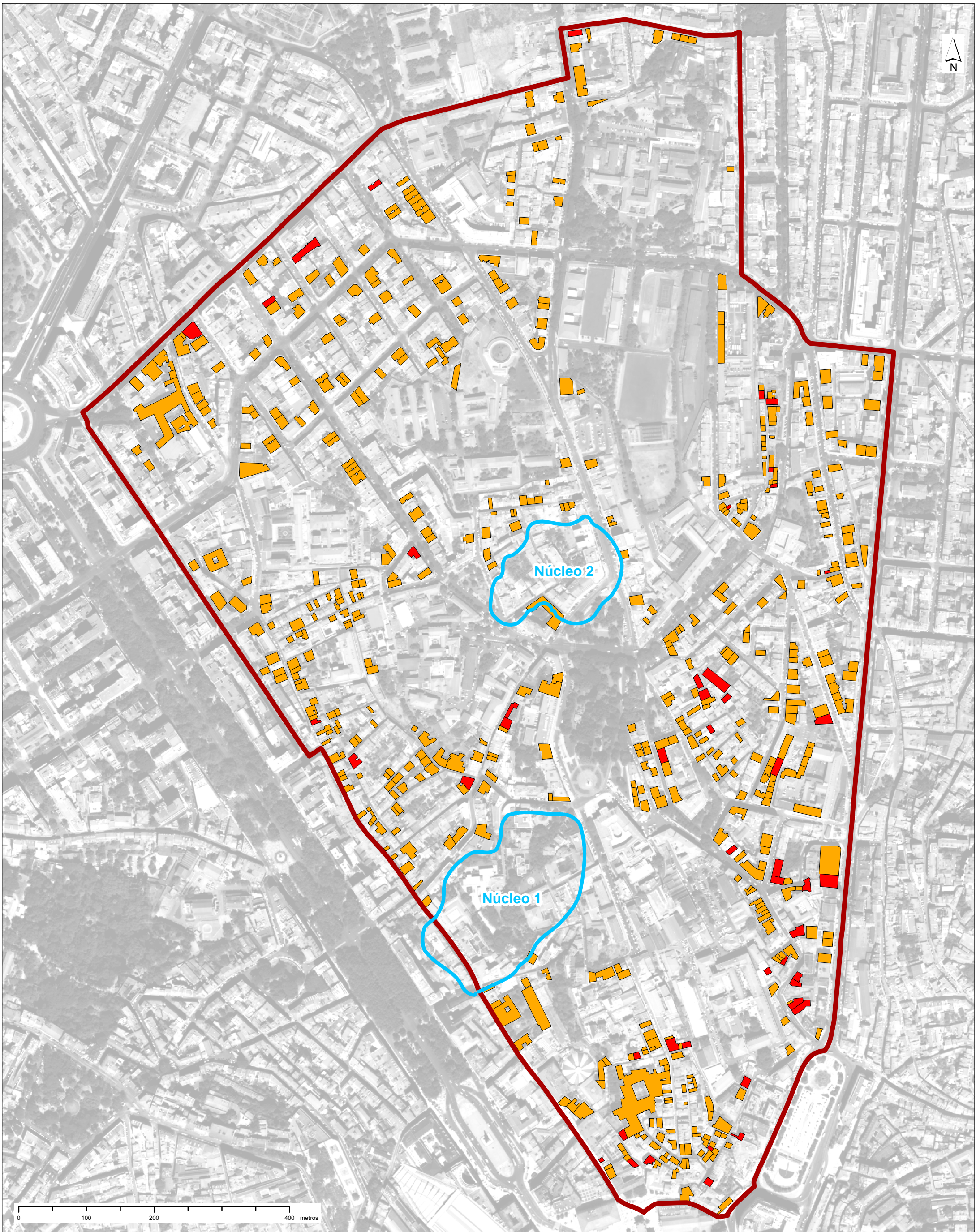
Diretor Municipal - Arq. Jorge Catarino  
Diretor de Departamento - Arq. Paulo Prazeres Pais


N  
O **4.1**

MARÇO 2014

Última atualização dos dados: Agosto de 2011  
Última atualização gráfica: Agosto de 2007  
Série Ortofotocartográfica Nacional à escala 1/10000 produzida pelo Instituto Geográfico Português, cobertura de 2007  
Sistema de referência: PT-TM06/ETRS89; Elipsóide de referência: Transversa de Mercator  
Exatidão posicional: 2m; Precisão posicional de reprodução: 2,20 m





 Colina de Santana

**Estado de Conservação da Construção**

-  Mau
-  Muito Mau



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA  
 DIREÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO URBANÍSTICA  
 DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E REABILITAÇÃO URBANA


J10	J11	J12
I10	I11	I12
H10	H11	H12
G10	G11	G12

**COLINA DE SANTANA - ESTUDO DE ENQUADRAMENTO**

**Estado de Conservação dos Edifícios**

Coordenador:  
 Paulo Prazeres Pais (Arq.)

Diretor Municipal - Arq. Jorge Catarino  
 Diretor de Departamento - Arq. Paulo Prazeres Pais

 **4.2**  
 MARÇO 2014

Última atualização dos dados: Agosto de 2011  
 Última atualização gráfica: Agosto de 2011  
 Série Ortofotocartográfica Nacional à escala 1/10000 produzida pelo Instituto Geográfico Português, cobertura de 2007  
 Sistema de referência: PT-TM06/ETRS89, Elipse de referência: GR580, Projeção cartográfica: Transversa de Mercator  
 Exatidão posicional: 2m; Precisão posicional de reprodução: 2,20 m.

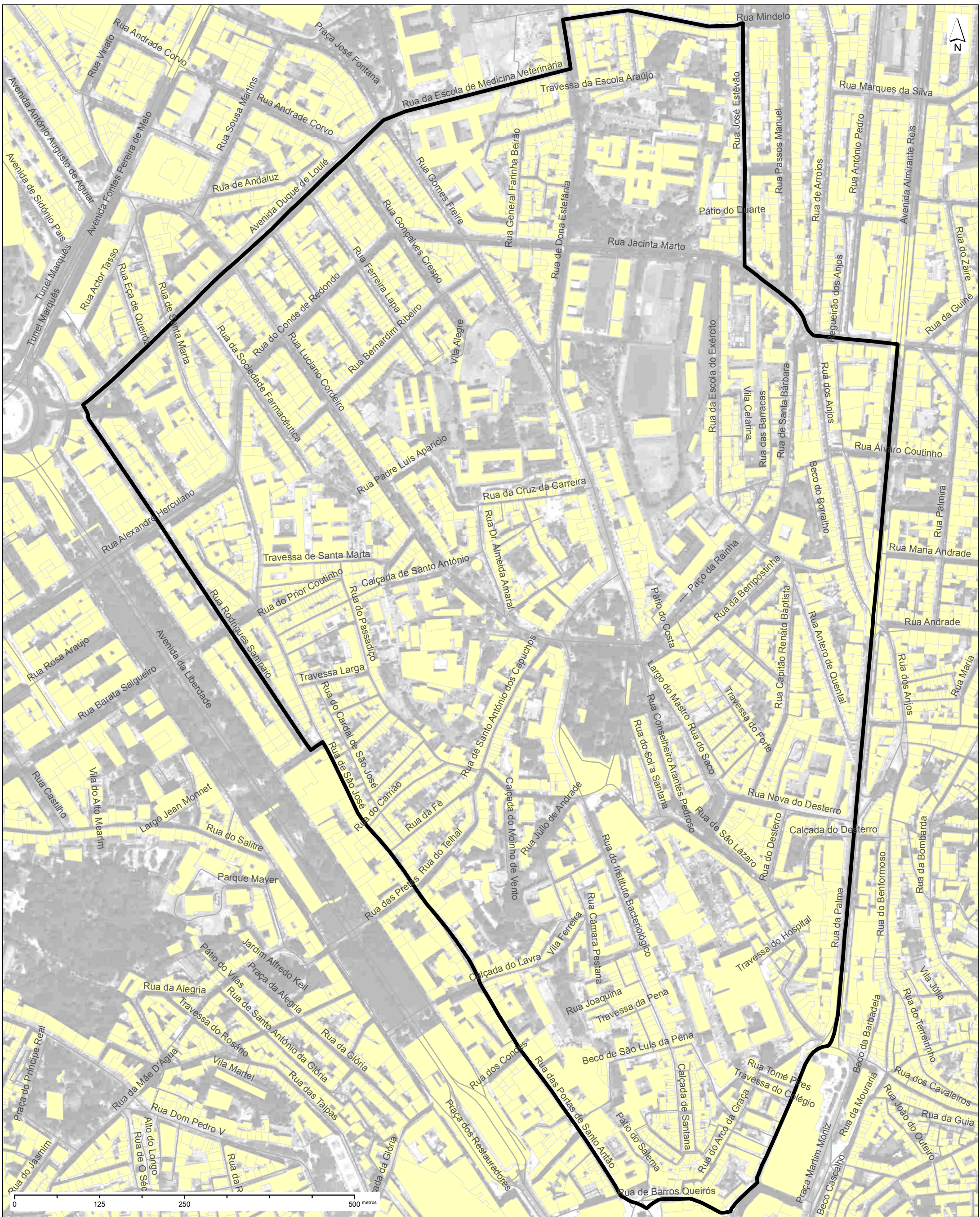


## ANEXOS | Capítulo 5 | PLANTAS

- **Planta 5.1** – Localização da área em estudo
- **Planta 5.2** – Vulnerabilidade Sísmica dos Solos
- **Planta 5.3** – Carta Geológica (Escala 1:10000)
- **Planta 5.4** – Carta de Declives
- **Planta 5.5** – Movimentos de Massa em Vertentes
- **Planta 5.6** – Sobreposição da Cartografia de Movimentos de Massa em Vertentes à Carta de Declives







- Colina de Santana
- Rede viária
- Edifícios

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA  
 DIREÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO URBANÍSTICA  
 DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E REABILITAÇÃO URBANA

J10	J11	J12
I10	I11	I12
H10	H11	H12
G10	G11	G12

### COLINA DE SANTANA - ESTUDO DE ENQUADRAMENTO

#### Localização da área em estudo

Coordenador: Paulo Prazeres Pais (Arq.)  
 Técnicos: Cláudia Pinto (Dra.)

1:5.000 5.1  
 OUTUBRO 2013

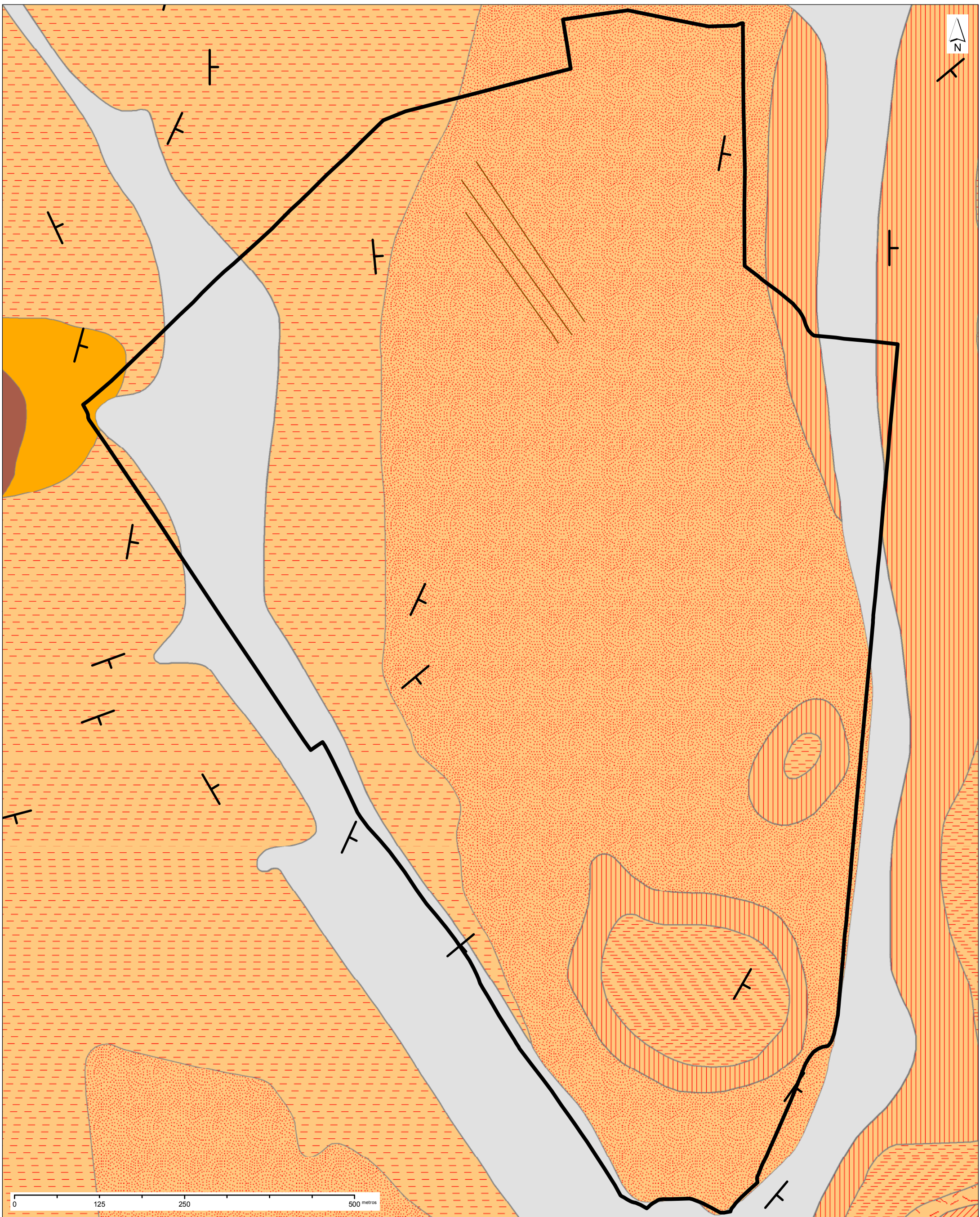
Diretor Municipal - Arq. Jorge Catarino  
 Diretor de Departamento - Arq. Paulo Prazeres Pais

Última atualização dos dados: Agosto de 2011  
 Última atualização gráfica: Agosto de 2011  
 Sistema de referência: PT-TM06/ETRS89, Elipsóide de referência: GRS80, Projeção cartográfica: Transversa de Mercator  
 Exatidão posicional: 2m; Precisão posicional de reprodução: 2,20 m









- Colina de Santana
- Falhas
- Unidades Geológicas**
- Aluviões e Aterros
- Areias com Placuna miocénica
- Calcários de Casal Vistoso
- Areias de Quinta do Bacalhau
- Argilas de Forno do Tijolo
- Calcários de Entrecampos
- Areolas de Estefânia
- Argilas de Prazeres
- Complexo de Benfica
- Complexo Vulcânico de Lisboa
- Formação de Bica
- Formação de Caneças
- Estratificação

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA  
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO URBANÍSTICA  
DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E REABILITAÇÃO URBANA

J10	J11	J12
I10	I11	I12
H10	H11	H12
G10	G11	G12

**COLINA DE SANTANA - ESTUDO DE ENQUADRAMENTO**

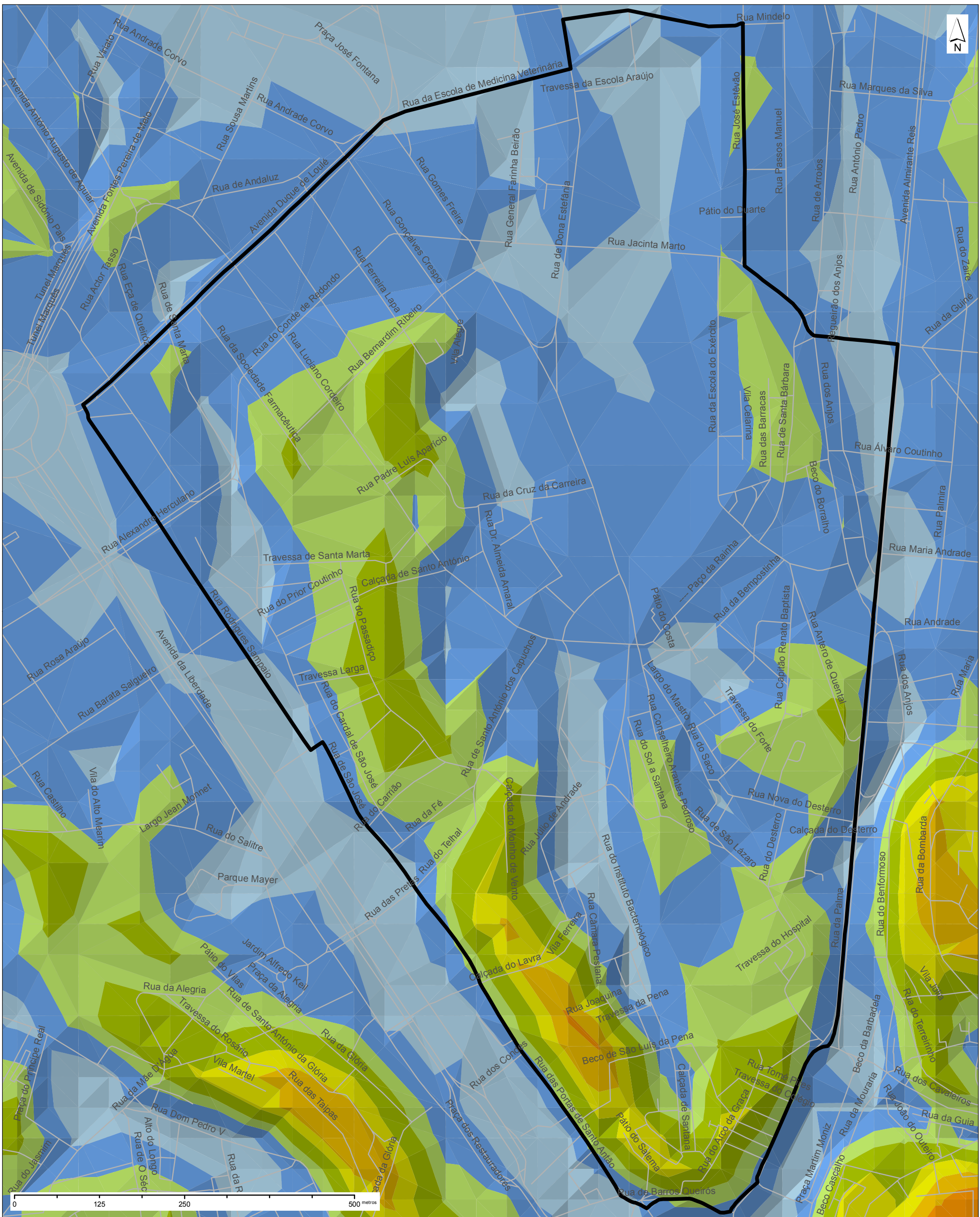
**Carta Geológica (Escala 1:10000)**

Coordenador: Paulo Prazeres Pais (Arq.) | Técnicos: Cláudia Pinto (Dra.)

1:5.000 **5.3**  
OUTUBRO 2013

Última atualização dos dados: Agosto de 2011  
Última atualização gráfica: Agosto de 2011  
Série Ortofotocartográfica Nacional à escala 1/10000 produzida pelo Instituto Geográfico Português, cobertura de 2007  
Sistema de referência: PT-TM06/ETRS89, Elipsóide de referência: GRS80; Projeção cartográfica: Transversa de Mercator  
Exatidão posicional: 2m; Precisão posicional de reprodução: 2,20 m





- Colina de Santana
- Rede viária
- Carta de Declives (Graus)**
- 0 - 3
- 3 - 7
- 7 - 10
- 10 - 14
- 14 - 17
- 17 - 20
- 20 - 24
- 24 - 27
- >27

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA  
 DIREÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO URBANÍSTICA  
 DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E REABILITAÇÃO URBANA

**COLINA DE SANTANA - ESTUDO DE ENQUADRAMENTO**

**Carta de Declives**

Coordenador:  
 Paulo Prazeres Pais (Arq.)

Técnicos:  
 Cláudia Pinto (Dra.)

J10	J11	J12
I10	I11	I12
H10	H11	H12
G10	G11	G12

1:5.000 5.4  
 OUTUBRO 2013

Diretor Municipal - Arq. Jorge Catarino  
 Diretor de Departamento - Arq. Paulo Prazeres Pais

Última atualização dos dados: Agosto de 2011  
 Última atualização gráfica: Agosto de 2011  
 Última atualização cartográfica: Agosto de 2007  
 Última atualização ortofotográfica: Agosto de 2007  
 Sistema de referência: PT-TM06/ETRS89, Elipsóide de referência: GRS80, Projeção cartográfica: Transversa de Mercator  
 Exatidão posicional: 2m; Precisão posicional de reprodução: 2,20 m







Colina de Santana

**Ocorrência de Movimentos de Massa em Vertentes**

**Classes de Susceptibilidade**

Moderada

Elevada

Muito Elevada

Rede viária

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO URBANÍSTICA

DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E REABILITAÇÃO URBANA

**COLINA DE SANTANA - ESTUDO DE ENQUADRAMENTO**

**Movimentos de Massa em Vertentes**

Coordenador:  
Paulo Prazeres Pais (Arq.)

Técnicos:  
Cláudia Pinto (Dra.)

1:5.000 5.5

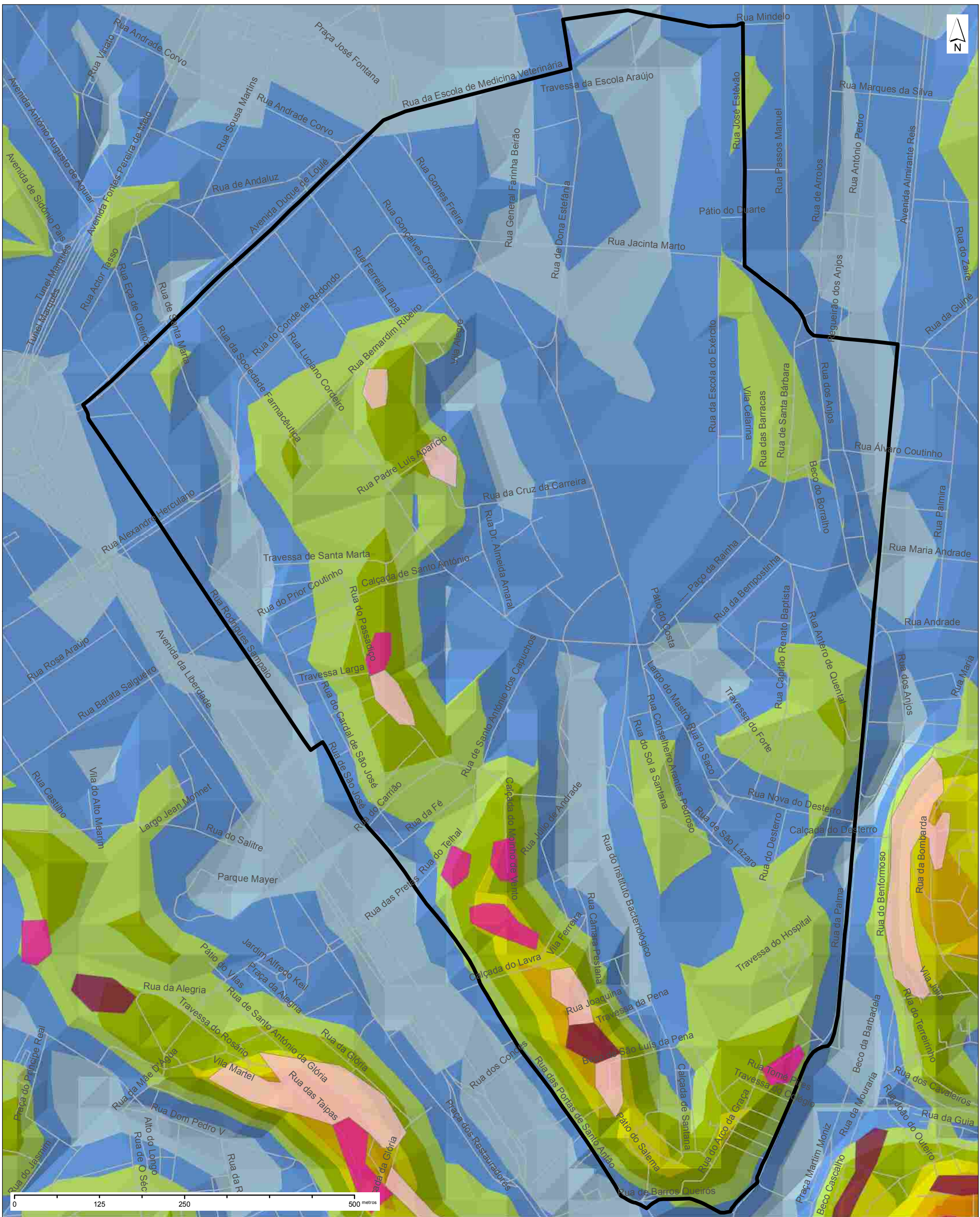
OUTUBRO 2013

Diretor Municipal - Arq. Jorge Catarino  
Diretor de Departamento - Arq. Paulo Prazeres Pais

Última atualização dos dados: Agosto de 2011  
Última atualização gráfica: Agosto de 2011  
Sistema de referência: PT-TM06/ETRS89; Elipsóide de referência: GRS80; Projeção cartográfica: Transversa de Mercator  
Exatidão posicional: 2m; Precisão posicional de reprodução: 2,20 m

J10	J11	J12
I10	I11	I12
H10	H11	H12
G10	G11	G12





**Colina de Santana**

— Rede viária

**Ocorrência de Movimentos de Massa em Vertentes**

**Classes de Susceptibilidade**

- Moderada
- Elevada
- Muito Elevada

**Carta de Declives (Graus)**

- 0 - 3
- 3 - 7
- 7 - 10
- 10 - 14
- 14 - 17
- 17 - 20
- 20 - 24
- 24 - 27
- >27

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA  
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO URBANÍSTICA  
DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E REABILITAÇÃO URBANA

**COLINA DE SANTANA - ESTUDO DE ENQUADRAMENTO**

**Sobreposição da Cartografia de Movimentos de Massa em Vertentes à Carta de Declives**

Coordenador:  
Paulo Prazeres Pais (Arq.)

Técnicos:  
Cláudia Pinto (Dra.)

1:5.000 **5.6**  
OUTUBRO 2013

Diretor Municipal - Arq. Jorge Catarino  
Diretor de Departamento - Arq. Paulo Prazeres Pais

Última atualização dos dados: Agosto de 2011  
Última atualização gráfica: Agosto de 2011  
Série Ortofotocartográfica Nacional à escala 1/10000 produzida pelo Instituto Geográfico Português, cobertura de 2007  
Sistema de referência: PT-TM06/ETRS89, Elipsóide de referência: GRS80, Projeção cartográfica: Transversa de Mercator  
Exatidão posicional: 2m; Precisão posicional de reprodução: 2,20 m



## ANEXOS | Capítulo 10 | QUADRO 10.1

- **Quadro 10.1** – Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico / Colina de Santana



**Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico / Colina de Santana**

**Edifícios Classificados - DGPC**

<b>Monumentos Nacionais</b>				
<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Morada</b>	<b>Tipo</b>	<b>Inclui logradouro</b>
141	Capela do Paço da beposta, incluindo todo o seu recheio artístico, nomeadamente o órgão, nas instalações da Academia Militar	Paço da Rainha	Monumento Nacional	
1566	Ascensor do Lavra e Meio Urbano que o Envolve	Calçada do Lavra	Monumento Nacional	
3199	Aqueduto das Águas Livres, seus Aferentes e Correlacionados	Lisboa	Monumento Nacional	
3222	Castelo de São Jorge e Restos das Cercas de Lisboa	Acessos ao Castelo: Porta de São Jorge - Rua do Chão da Feira; Porta de Santo André - Largo Rodrigues de Freitas	Monumento Nacional	
3290	Igreja de Santo Antão-o-Novo (Capela do Hospital)	Rua José António Serrano	Monumento Nacional	
3326	Palácio dos Condes de Almada	Largo de São Domingos	Monumento Nacional	
71091	Igreja do Sagrado Coração de Jesus	Rua Camilo Castelo Branco	Monumento Nacional	
<b>Imóveis de Interesse Público</b>				
1765	Convento da Encarnação incluindo a igreja	Largo do Convento da Encarnação, Calçada da Encarnação, Rua do Salema e Beco de São Luís da Pena	Imóvel de Interesse Público	
3225	Chafariz do Desterro também conhecido por Chafariz do Intendente	Rua da Palma, entre a Calçada do Desterro e a Rua Nova do Desterro	Imóvel de Interesse Público	
3228	Conjunto de prédios da Rua de São José, incluindo jardins pertencentes aos prédios	Rua de São José, 10 a 42	Imóvel de Interesse Público	
3231	Conjunto formado pela Igreja de São José dos Carpinteiros e Prédios Anexos	Rua de São José, 64 a 100	Imóvel de Interesse Público	
3236	Convento e Colégio de Santo Antão-o-Novo	Rua José António Serrano	Imóvel de Interesse Público	
3245	Edifício situado na Av. Almirante Reis, nº 1 a 1C	Av. Almirante Reis, 1/1C, e Rua Nova do Desterro, 2/2A	Imóvel de Interesse Público	
3262	Prédio na Rua de Santa Marta, 19	Rua de Santa Marta, 19	Imóvel de Interesse Público	
3265	Edifício na Rua de São Lázaro, nº 150 a 154	Rua de São Lázaro, 150 a 154	Imóvel de Interesse Público	
3269	Edifício situado no Campo dos Mártires da Pátria, nº 22 a 24	Campo dos Mártires da Pátria, nº 22 a 24	Imóvel de Interesse Público	
3274	Garagem Liz	Rua da Palma, 265 a 281, e Calçada do Desterro, 1	Imóvel de Interesse Público	
3302	Igreja do Convento de Santa Marta	Rua de Santa Marta (junto ao nº 56)	Imóvel de Interesse Público	

## Quadro 10.1

Código	Designação	Morada	Tipo	Inclui logradouro
3303	Antiga Igreja do Convento dos Capuchos, bem como a Boca de Cisterna Revestida a Azulejo Existente num dos Pátios do Hospital e ainda Todas as Dependências Decoradas com Lambris de Azulejo, Incluindo ao Claustro e a Escadaria Nobre	Alameda de Santo António dos Capuchos	Imóvel de Interesse Público	
3328	Palácio dos Condes de Redondo	Rua de Santa Marta, 56/56E, e Rua do Conde Redondo, 147	Imóvel de Interesse Público	
4668	Edifícios (dois) na Calçada do Desterro	Pátio da Bica, Calçada do Desterro 11-D, e Calçada do Desterro, 13/13B	Imóvel de Interesse Público	
4764	Campo dos Mártires da Pátria, também denominado "Campo Santana", incluindo as suas vizinhanças de interesse histórico, artístico ou pitoresco	Lisboa	Imóvel de Interesse Público	
4768	Coliseu dos Recreios incluindo o edifício anexo da Sociedade de Geografia	Rua das Portas de Santo Antão, 92/104 e Beco de São Luís da Pena, 18 e 32	Imóvel de Interesse Público	
4774	Edifício na Rua do Arco da Graça, nº 39 a 43	Rua do Arco da Graça, 39/43, e Calçada Nova do Colégio, 1/7	Imóvel de Interesse Público	
4776	Edifício na Rua da Palma, nº 1 a 15	Rua da Palma, 1/15	Imóvel de Interesse Público	
4777	Edifício na Rua da Palma, nº 17 a 29	Rua da Palma, 17/19	Imóvel de Interesse Público	

### Conjuntos de Interesse Público

70711	Balneário D. Maria II e Pavilhão de Segurança (8ª enfermaria) do Hospital Miguel Bombarda	Rua Dr. Almeida Amaral; Rua da Cruz da Carreira; Rua Gomes fFeire	Conjunto de Interesse Público	
73640	Lisboa Pombalina	Lisboa	Conjunto de Interesse Público	

### Monumentos de Interesse Público

1557	Palácio Alverca / Casa do Alentejo	Rua das Portas de Santo Antão, 44-74	Monumento de Interesse Público	
------	------------------------------------	--------------------------------------	--------------------------------	--

### Edifícios Classificados - CML

#### Imóveis de Interesse Municipal

CML 30	Palácio Rodrigues de Matos	Rua de São José, 160-164	Imóvel de Interesse Municipal	
--------	----------------------------	--------------------------	-------------------------------	--



## Quadro 10.1

Código	Designação	Morada	Tipo	Inclui logradouro
<b>Outros Bens da Carta Municipal do Património</b>				
<b>Conjuntos Arquitetónicos</b>				
06.59	Eixo urbano (parte)	Conjunto arquitetónico – eixo urbano (parte) / Rua da Palma 290 a 298, Av. Almirante Reis, 2 a 12, 16 a 18, 22 a 28B, 32 a 42, 46-46E, 50-50A, 52-52B-52C, 56 a 62H, 66-66C, 70 e 74-74C; Av. Almirante Reis 1 a 47, 55 a 59, 63 e 67 a 67I	Conjunto Arquitetónico	
06.60	Conjunto arquitetónico	Rua dos Anjos 15 a 61-61B; Rua Francisco Lázaro, 1-1E e Rua dos Anjos, 24 a 70-70A; Rua Álvaro Coutinho 17-23; Regueirão dos Anjos, 33	Conjunto Arquitetónico	
06.62	Conjunto de cinco edifícios de habitação plurifamiliar	Rua Antero de Quental, 1 a 27	Conjunto Arquitetónico	
06.63	Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar	Rua Antero de Quental 39 a 53	Conjunto Arquitetónico	
06.64	Conjunto de quatro edifícios de habitação plurifamiliar	Rua Antero de Quental 2 a 6	Conjunto Arquitetónico	
06.65	Conjunto de seis edifícios de habitação plurifamiliar	Rua Antero de Quental 16 a 30	Conjunto Arquitetónico	
06.66	Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar	Rua Antero de Quental 48-50; Calçada do Conde de Pombeiro, 9-13B e Calçada do Conde de Pombeiro 5-5A	Conjunto Arquitetónico	
14.11	Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar	Av. Duque de Loulé, 101-109; Av. Duque de Loulé, 111-119	Conjunto Arquitetónico	Logradouro
14.13	Conjunto arquitetónico e viaduto de Sta. Marta	Rua da Sociedade Farmacêutica, 27-47A; Av Duque de Loulé, 81-91	Conjunto Arquitetónico	Logradouro
14.14	Conjunto de seis edifícios de habitação plurifamiliar.	Rua da Sociedade Farmacêutica, 48-70	Conjunto Arquitetónico	Logradouro
14.19	Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar	Rua Alexandre Herculano, 4; Rua Camilo Castelo Branco, 2-2D e Rua Alexandre Herculano, 2-2C; Rua de Santa Marta, 51-51B	Conjunto Arquitetónico	Logradouro
14.23	Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar	Rua de Santa Marta, 45-45D e 47	Conjunto Arquitetónico	
14.34	Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar com fachada de azulejo.	Rua Nogueira e Sousa, 15 e 17	Conjunto Arquitetónico	
14.35	Conjunto de cinco edifícios de habitação plurifamiliar	Rua Nogueira e Sousa, 6-6A, 8-10 e 12-16 e Trav. de Santa Marta, 2 e 4	Conjunto Arquitetónico	
14.37	Conjunto de seis edifícios de habitação plurifamiliar com fachada de azulejo.	Rua da Sociedade Farmacêutica, 7, 9, 11-13, 15, 17-17A, 19	Conjunto Arquitetónico	Logradouro
14.38	Conjunto Arquitetónico	Rua Bernardim Ribeiro, 83-91; Rua Luciano Cordeiro, 53-67A	Conjunto Arquitetónico	Logradouro
14.39	Conjunto Arquitetónico	Rua Luciano Cordeiro, 31 a 47	Conjunto Arquitetónico	Logradouro
14.40	Conjunto de cinco edifícios de habitação plurifamiliar	Rua Luciano Cordeiro, 26-36	Conjunto Arquitetónico	
14.41	Conjunto Arquitetónico	Rua Ferreira Lapa, 1A a 7, Rua Bernardim Ribeiro, 35 a 77	Conjunto Arquitetónico	
14.42	Conjunto Arquitetónico	Rua Ferreira Lapa, 11 a 27	Conjunto Arquitetónico	Logradouro

## Quadro 10.1

Código	Designação	Morada	Tipo	Inclui logradouro
14.107	Conjunto de 4 edifícios de habitação plurifamiliar com fachada de azulejo	Rua Luciano Cordeiro, 72, 74, 76 e 78-78A	Conjunto Arquitetónico	
14.108	Conjunto de quatro edifícios de habitação plurifamiliar	Rua Luciano Cordeiro, 101, 103, 105-105B e 107	Conjunto Arquitetónico	
24.05	Conjunto arquitectónico - Frente de rua	Rua Gomes Freire, 40 a 74B	Conjunto Arquitetónico	
24.10	Vila Leonor	Acesso: Trav. de S. Bernardino, 19	Conjunto Arquitetónico	
24.11	Pátio de Sant'Ana	Rua Dr. Almeida Amaral, 2-6; Trav. das Recolhidas, 16-26	Conjunto Arquitetónico	
24.15	Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar	Campo dos Mártires da Pátria, 60-65, 66-68 e 69-70	Conjunto Arquitetónico	
24.23	Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar	Rua de Santo António dos Capuchos, 82-84 e 86-88C	Conjunto Arquitetónico	
24.28	Conjunto arquitectónico - quarteirão	Rua Manuel Bento de Sousa, 14; Campo dos Mártires da Pátria, 124 a 129 e Rua do Sol a Santana, 1 a 37	Conjunto Arquitetónico	
24.29	Conjunto arquitectónico	Paço da Rainha, 1 a 41 e 2 a 90 e Largo da Mitelo, 4 a 17	Conjunto Arquitetónico	
24.36	Conjunto de seis edifícios de habitação plurifamiliar	Largo do Mastro, 1-4 e 5-10 e Rua Conselheiro Arantes Pedroso, 2-10, 12-22, 24-32 e 34-42	Conjunto Arquitetónico	
24.42	Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar	Rua Nova do Desterro, 7A a 7E; Rua do Desterro, 37-49	Conjunto Arquitetónico	
24.51	Vila Ferreira	Acesso: Calçada do Lavra, 18	Conjunto Arquitetónico	
24.59	Conjunto arquitectónico	Calçada de Santana, 31 a 211 e 18 a 216, Rua de Martim Vaz 3 a 61 e 4 a 92 e Travessa do Adro da Pena, 8	Conjunto arquitetónico	
24.60	Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar	Calçada de Santana, 205-211; Rua Câmara Pestana, 1 e Trav. do Adro (Pena), 8; Rua Câmara Pestana, 3	Conjunto Arquitetónico	
24.66	Vila Serra Fernandes	Rua Joaquina, 1-2; 3 a 8 e 9 a 14 (Acesso: Trav. da Pena, 15 A)	Conjunto Arquitetónico	
24.75	Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar	Pátio do Salema (Escadinhas da Barroca,7) 2-6, Escadinhas da Barroca, 3-3D, Travessa de Santana, 33-39; Travessa de Santana, 31 e Escadinhas da Barroca, 8-8C	Conjunto Arquitetónico	
24.79	Conjunto arquitetónico	Rua do Arco da Graça, 39 a 51 e Calçada Nova do Colégio, 1 a 27 e 2 a 6	Conjunto Arquitetónico	
24.88	Conjunto arquitectónico - frente de rua	Trav. das Recolhidas, 2 a 12 e Trav. de S. Bernardino, 1 a 17	Conjunto Arquitetónico	Retificar morada:12 em vez de 26
31.44	Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar	Rua do Desterro, 8-8B, 10-10A e 12-22	Conjunto Arquitetónico	
31.45	Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar	Rua do Desterro, 6; Calçada do Desterro, 22	Conjunto Arquitetónico	
31.53	Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar	Rua da Palma, 171-181A e 183-189	Conjunto Arquitetónico	
31.55	Conjunto de quatro edifícios de habitação plurifamiliar	Rua da Palma, 157-159B; 161-163A, 165-165B e 167-167A	Conjunto Arquitetónico	
31.94	Conjunto arquitectónico – eixo urbano (parte)	Rua da palma 194 a 288, Rua da Palma, 157 a 287, Rua da Palma, Chafariz	Conjunto Arquitetónico	
44.62	Conjunto de cinco edifícios de habitação plurifamiliar	Rua Alexandre Braga, 1-1D, Rua Jose Estevao 117-117A; Rua Alexandre Braga, 3 e 5; Rua Jose Estevao, 80-80D, Rua do Mindelo, 3 e Rua do Mindelo, 1, Rua Passos Manuel, 101-101D.	Conjunto Arquitetónico	

## Quadro 10.1

Código	Designação	Morada	Tipo	Inclui logradouro
44.84	Conjunto de quatro edifícios de habitação unifamiliar	Trav. da Escola Araújo, 23, 25-25A, 27-31 e 31A	Conjunto Arquitetónico	
44.88	Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar com fachada de azulejo	Rua Bernardim Ribeiro, 12-12A e 14 e Rua Gonçalves Crespo, 10 e Rua Bernardim Ribeiro, 16	Conjunto Arquitetónico	
44.109	Conjunto arquitectónico	Rua Gonçalves Crespo, 30 a 60B	Conjunto Arquitetónico	
44.110	Conjunto arquitectónico	Rua Gomes Freire, 189 a 211B	Conjunto Arquitetónico	
44.119	Conjunto arquitetónico	Rua General Garcia Rosado, 2 a 26 e 11 a 35; Rua General Farinha Beirão, 2 a 26 e 3 a 25	Conjunto Arquitetónico	
44.120	Conjunto arquitetónico - Bairro Catarino	Trav. de Dona Estefânia, 1 a 21 e 6 a 12 e 16 a 18A	Conjunto Arquitetónico	
44.122	Conjunto de quatro edifícios de habitação plurifamiliar	Rua da Escola de Medicina Veterinária, 3 a 5A e 9 a 19	Conjunto Arquitetónico	
45.01	Conjunto do Hospital dos Capuchos; (Antigo) Palácio Murca; (Antiga) Escola de Enfermagem; Pavilhões do Hospital dos Capuchos	Calçada de Sto. António dos Capuchos; Alameda de Sto. António dos Capuchos; Rua de Sto. António dos Capuchos, 71	Conjunto Arquitetónico	
45.03	Conjunto Arquitetónico	Rua do Passadiço, 2 a 16 e Rua de Santo António dos Capuchos, 7 a 51	Conjunto Arquitetónico	
45.04	Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar	Rua do Passadiço, 18-24, 26-30 e 32-34	Conjunto Arquitetónico	Logradouro
45.06	Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar	Rua do Passadiço, 48-66 e 68-80	Conjunto Arquitetónico	
45.15	Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar com fachada de azulejo	Rua do Cardal de S. José, 9-11 e 13-15	Conjunto Arquitetónico	
45.20	Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar com fachada de azulejo. Casa onde nasceu Columbano Bordalo Pinheiro.	Rua da Fé, 21-29 e 31-35	Conjunto Arquitetónico	
45.23	Conjunto arquitectónico	Calçada do Moinho de Vento, 3, 5 e 7, Rua de Santo António dos Capuchos, 2-2A e 2B-2C e Rua do Telhal, 74-74D e 76-76A	Conjunto Arquitetónico	
45.25	Conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar	Calçada do Lavra, 13, 15 e 17-17A	Conjunto Arquitetónico	

## Quadro 10.1

Código	Designação	Morada	Tipo	Inclui logradouro
<b>Imóveis</b>				
06,05	Igreja Evangelista Lisbonense	Rua Febo Moniz, 17- 19	Imóvel	
06,09	Palacete	Rua dos Anjos, 82-82A; Regueirão dos Anjos, 51-53	Imóvel	
06.15	Quartel do Cabeço da Bola - Regimento de Infantaria e 2º Esquadrão de Cavalaria da GNR	Largo do Cabeco de Bola, 15	Imóvel	Logradouro
06.17	Ermida do Resgate das Almas e do Senhor Jesus dos Perdidos	Rua dos Anjos, 72-72A e Regueirão dos Anjos, Igreja	Imóvel	
06.18	Edifício de habitação unifamiliar	Av. Almirante Reis, 55-55A	Imóvel	Logradouro
06.19	Edifício da Cozinha Economica	Av. Almirante Reis, 47; Regueirão dos Anjos, 44	Imóvel	
06.22	Palacete	Paço da Rainha, 92; Rua das Barracas, 2; Largo do Conde de Pombeiro, 7-7A	Imóvel	Logradouro
06.23	palácio Pombeiro: palácio do Conde de Pombeiro; Embaixada de Italia	Largo do Conde de Pombeiro, 4-6; Calçada do Conde de Pombeiro, 24	Imóvel	Logradouro
06.25	Edifício de habitação plurifamiliar; Pedra de armas da cidade de Lisboa	Rua dos Anjos, 40 - 44; Beco da Índia 1-3; Regueirão dos Anjos, 9	Imóvel	
06.28	Edifício de habitação plurifamiliar	Av. Almirante Reis, 31 - 31F; Rua dos Anjos, 20-20E	Imóvel	
06.43	(Antigo) Convento do Desterro; Igreja de Nossa Senhora do Desterro	Rua Nova do Desterro, 6-12	Imóvel	
6.43A	Igreja de Nossa Senhora do Desterro - (Antigo) Convento do Desterro	Rua Nova do Desterro, Capela	Imóvel	
06.67	Edifício de habitação plurifamiliar	Rua Antero de Quental 34-38	Imóvel	
06.69	Edifício de habitação plurifamiliar	Rua Álvaro Coutinho, 46	Imóvel	
06.70	Edifício de habitação plurifamiliar	Rua dos Anjos, 13-13D	Imóvel	
06.72	Edifício de habitação plurifamiliar	Largo de Santa Bárbara 4-4H	Imóvel	
14.12	Edifício de Habitação plurifamiliar	Av. Duque de Loulé 93-95B	Imóvel	
14.15	(Antigo ) Convento de Sta. Joana	Rua de Sta. Marta, 57-57A e 61-61F	Imóvel	Logradouro
14.17A	Edifício de habitação plurifamiliar	Rua Rodrigues Sampaio, 152 -160	Imóvel	Logradouro
14.17B	Edifício de habitação plurifamiliar	Rua Rodrigues Sampaio, 162-168	Imóvel	Logradouro
14.18A	Edifício de habitação plurifamiliar	Rua Rodrigues Sampaio, 142-150; Rua Camilo Castelo Branco, 7-11	Imóvel	Logradouro
14.18B	Edifício de habitação plurifamiliar	Rua Rodrigues Sampaio, 134-140; Rua Alexandre Herculano, 8	Imóvel	Logradouro
14.20	Edifício de habitação plurifamiliar	Rua Rodrigues Sampaio, 132-132D; Rua Alexandre Herculano, 11-11E; Trav. do Enviado de Inglaterra, 28	Imóvel	Logradouro
14.21	Edifício de habitação plurifamiliar	Rua Rodrigues Sampaio, 112-112C; Trav. do Enviado de Inglaterra, 15-15B	Imóvel	
14.22	Edifício de habitação plurifamiliar	Rua Alexandre Herculano, 7-7C	Imóvel	Logradouro
14.25	(Antigo) Convento de Sta. Marta, Hospital de Santa Marta	Rua de Sta. Marta, 50D-50H	Imóvel	Logradouro

## Quadro 10.1

Código	Designação	Morada	Tipo	Inclui logradouro
14.27	Edifício de habitação plurifamiliar	Rua Rodrigues Sampaio, 50-50B	Imóvel	
14.31	Palácio dos Condes de Penamacor - Instituto Oftalmológico Dr. Gama Pinto	Trav. Larga, 2-6; Rua do Passadico, 35-39; Trav. do Loureiro 1; Beco de Sta. Marta, 4	Imóvel	Logradouro
14.32	Edifício de habitação plurifamiliar	Calçada de Sto. António, 5-5A	Imóvel	
14.33	Edifício de habitação plurifamiliar	Trav. de Sta. Marta, 1-1A; Calçada de Sto. António, 9-9A.	Imóvel	
14.36	Edifício de habitação plurifamiliar com fachada de azulejo	Rua da Sociedade Farmacêutica, 6-6B	Imóvel	
14.99	Edifício de habitação plurifamiliar	Rua Camilo Castelo Branco, 1-1A; Rua Alexandre Herculano, 6-6A	Imóvel	
14.104	Edifício de habitação plurifamiliar	Rua Luciano Cordeiro, 13; Rua Nogueira e Sousa, 1-7	Imóvel	
14.105	Edifício de habitação unifamiliar com fachada de azulejo	Rua da Sociedade Farmacêutica, 32-34	Imóvel	
14.109	Edifício de habitação plurifamiliar com fachada de azulejo	Rua Luciano Cordeiro, 16	Imóvel	
24.01	Templo Adventista	Rua Joaquim Bonifácio, 17 - 19A	Imóvel	Logradouro
24.04	Hospital Miguel Bombarda - Antigo Convento Oratoriano de São Vicente de Paula a Rilhafoles	Edifício principal / Acesso: Rua Dr. Almeida Amaral	Imóvel	
24.06	Palacete	Rua Gomes Freire, 96-100	Imóvel	Logradouro
24.07	Palacete	Rua Gomes Freire, 90-94	Imóvel	Logradouro
24.08	Ermida de Nossa Sra. da Conceição da Carreira	Rua Gomes Freire, 70	Imóvel	
24.09	Edifício de habitação plurifamiliar	Rua Gomes Freire, 133-141	Imóvel	Logradouro
24.12	Edifício de habitação unifamiliar - Conjunto Arquitetónico - frente de rua (ver 24.88)	Trav. das Recolhidas, 6-12	Imóvel	Logradouro
24.13	(Antigo) Recolhimento de Nossa Sra. da Encarnação e do Carmo; Pátio do Hospício de S. Bernardino (ver 24.88)	Trav. das Recolhidas, 2-4; Trav. de S. Bernardino, 1-7	Imóvel	Logradouro
24.16	Edifício de habitação unifamiliar	Campo dos Mártires da Pátria, 90-93	Imóvel	Logradouro
24.19	Palácio do Patriarcado	Campo dos Mártires da Pátria, 44-46; Rua de Santo António dos Capuchos, 90-92	Imóvel	Logradouro
24.20	Palácio Valmor: Embaixada da Alemanha, Goethe Institut	Campo dos Mártires da Pátria, 36-39 e 40-43	Imóvel	Logradouro
24.21	Edifício de habitação plurifamiliar	Campo dos Mártires da Pátria, 29-35	Imóvel	Logradouro
24.24	Edifício de habitação plurifamiliar	Rua de Sto. António dos Capuchos, 78 - 80	Imóvel	Logradouro
24.26	Edifício de habitação plurifamiliar	Campo dos Mártires da Pátria, 11; Rua Júlio de Andrade, 18-20	Imóvel	Logradouro
24.27	(Antiga) Escola Médico-Cirúrgica - Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Médicas	Campo dos Mártires da Pátria, 130	Imóvel	Logradouro

## Quadro 10.1

Código	Designação	Morada	Tipo	Inclui logradouro
24.30	(Antigo) Paço Real da Bemposta - Academia Militar	Paço da Rainha, 21-41	Imóvel	Logradouro
24.30B	Torre do relógio	Paço da Rainha	Imóvel	
24.32	Palácio do Mitelo	Largo do Mastro, 27-28; Largo do Mitelo, 1-2; Rua da Bempostinha, 2-4	Imóvel	Logradouro
24.34	Edifício de habitação plurifamiliar	Rua da Bempostinha, 30-32; Rua Rafael de Andrade, 43-47	Imóvel	Logradouro
24.35	Igreja Protestante	Rua Capitão Renato Baptista, capela - entre os nºs 31A e 33	Imóvel	
24.39	Edifício de habitação plurifamiliar	Rua Conselheiro Arantes Pedroso, 1-9; Rua do Sol a Santana, 2; Rua de S. Lázaro, 253	Imóvel	
24.40	(Antiga) Escola Municipal nº 1 / Biblioteca Municipal de S. Lázaro	Rua do Saco, 1 Rua de São Lázaro, Janelas Largo da Escola Municipal, Escola Básica nº 1	Imóvel	
24.41	Instituto de Medicina Legal	Rua Manuel Bento de Sousa, 1	Imóvel	Logradouro
24.45	Edifício de Habitação Unifamiliar	Rua de Julio de Andrade, 6	Imóvel	Logradouro
24.46	Edifício de Habitação Unifamiliar	Rua de Julio Andrade, 2-4	Imóvel	Logradouro
24.47	Palácio Silva Amado	Campo dos Mártires da Pátria, 1-2; Trav. do Torel, 2-4; Rua Júlio de Andrade, 2A	Imóvel	Logradouro
24.48	Edifício de habitação plurifamiliar	Trav. do Torel, 7-17; Trav. do Forno do Torel, 13-23	Imóvel	
24.49	(Antigo) Convento de Sta. Ana, vestígios - Instituto Bacteriológico Câmara Pestana	Rua Câmara Pestana; Trav. do Torel, 1	Imóvel	Logradouro
24.50	Edifício de habitação unifamiliar com mirante	Rua Câmara Pestana, 41-45	Imóvel	Logradouro
24.53	Ateneu Comercial de Lisboa	Rua das Portas de Sto. Antão, 106 - 110	Imóvel	Logradouro
24.55	Igreja de S. Luís dos Franceses	Beco de São Luís da Pena, 34-34A	Imóvel	
24.56	Edifício de habitação unifamiliar	Rua Câmara Pestana, 23	Imóvel	Logradouro
24.57	Edifício de habitação plurifamiliar com fachada de azulejo	Rua Câmara Pestana, 19-21	Imóvel	
24.58	Edifício de habitação plurifamiliar	Rua Câmara Pestana, 5-17; Travessa do Adro, 25-27	Imóvel	
24.61	Palácio	Calçada de Santana, 208 a 216, Rua do Instituto Bacteriológico, 8	Imóvel	
24.62	Igreja de Sao Luis da Pena	Calçada de Santana, Igreja	Imóvel	
24.64	(Antigo) Palacete Ramiro Leão	Trav. da Pena, 5A	Imóvel	Logradouro
24.65	(Antiga) Engomadoria Ramiro Leão (fachada)	Trav. da Pena, 4-6; Beco do Birbantes, 41	Imóvel	
24.67	Palácio - INATEL	Calçada de Santana, 170-190	Imóvel	
24.68	Casa nobre	Calçada de Santana, 166-168C	Imóvel	Logradouro
24.69	Casa nobre (fachada)	Calçada de Santana, 136-150; Calçada Nova do Colégio, 30-38	Imóvel	
24.70	Edifício de habitação plurifamiliar; Casa onde morreu Luís de Camões	Calçada de Santana, 139-141; Beco de S. Luís da Pena, 1-3	Imóvel	
24.71	Edifício de Habitação Plurifamiliar	Calçada de Santana, 75-83; Trav. do Convento da Encarnação, 2-12	Imóvel	
24.73	Edifício de Habitação Plurifamiliar	Largo do Convento da Encarnação, 1; Rua do Convento da Encarnação, 61; Travessa de Santana, empena	Imóvel	

## Quadro 10.1

Código	Designação	Morada	Tipo	Inclui logradouro
24.74	Edifício de habitação Plurifamiliar. Prédio de duas águas, com fachada de bico.	Calçada de Santana, 57-59	Imóvel	Logradouro
24.76	Edifício de Habitação Plurifamiliar	Calçada de Santana, 24 - 26; Rua Martim Vaz, 1	Imóvel	
24.77	(Antigo) Palácio Regaleira - Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores	Largo de S. Domingos, 14-15B; Escadinhas da Barroca, 2-2D	Imóvel	
24.78	Edifício de Habitação Plurifamiliar	Calçada do Garcia, 9-13	Imóvel	Logradouro
24.81	Casa nobre	Rua do Arco da Graça, 45-51; Calçada Nova do Colégio, janelas	Imóvel	
24.86	Edifício de habitação plurifamiliar com fachada de azulejo	Rua Nova do Desterro, 19-27	Imóvel	
24.87	(Antiga) Fábrica Ramiro Leão (fachada)	Trav. da Pena, 5; Beco de S. Luís da Pena, 16	Imóvel	
31.40	(Antiga) Padaria - Loja Casa Setas	Rua de S. Lázaro, 30-32A	Imóvel	Retificar morada: acrescentar A
31.41	Edifício de habitação plurifamiliar	Rua de S. Lázaro, 58-70	Imóvel	
31.42	(Antiga) Oficina de marcenaria	Rua de S. Lázaro, 72 - 82	Imóvel	
31.43	Edifício de habitação plurifamiliar	Rua de S. Lázaro, 86-94	Imóvel	
31.51	(Antigo) Teatro Laura Alves	Rua da Palma, 251-263	Imóvel	
31.52	Edifício da Associação de Socorros Mutuos dos Trabalhadores do Comércio e Indústria	Rua da Palma, 225-243	Imóvel	
44.57	(Antiga) Escola Superior de Medicina Veterinária	Rua Gomes Freire; Rua da Escola de Medicina Veterinária, 21	Imóvel	Logradouro
44.58	Edifício da Polícia Judiciária	Rua Gomes Freire, 147; Rua Joaquim Bonifácio, PJ	Imóvel	Logradouro
44.59	Hospital de D. Estefânia	Rua Jacinta Marto, 14; Rua de D. Estefânia, 2-4	Imóvel	Logradouro
44.85	Edifício de habitação unifamiliar	Trav. da Escola Araújo, 26-26A	Imóvel	Logradouro
44.86	Edifício de Serviços - Sociedade Portuguesa de Autores	Av. Duque Loulé, 31, Rua Gonçalves Crespo, 51	Imóvel	
44.87	(Antiga) Casa Rialto (fachada) - Edifício de habitação plurifamiliar	Rua do Conde de Redondo, 6	Imóvel	
44.107	Edifício de habitação plurifamiliar	Rua Gomes Freire, 185-185B; Rua do Conde Redondo, 2-2I	Imóvel	
44.111	Edifício de habitação plurifamiliar	Rua de D. Estefânia, 28-30A; Rua Alexandre Braga, 33-33G	Imóvel	
44.136	Edifício de habitação plurifamiliar com fachada de azulejo	Rua José Estêvão, 21	Imóvel	
44.151	Edifício de habitação plurifamiliar com fachada de azulejo	Rua de Dona. Estefânia, 23	Imóvel	
45.01B	(Antigo) Palácio Mello	Rua de Santo António dos Capuchos, s/n (Oftalmologia)	Imóvel	
45.01C	(Antiga) Escola de Enfermagem	Calçada de Santo António dos Capuchos	Imóvel	
45.01D	Pavilhões do Hospital dos Capuchos	Hospital dos Capuchos	Imóvel	

## Quadro 10.1

<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Morada</b>	<b>Tipo</b>	<b>Inclui logradouro</b>
45.02	Palácio Centeno - Universidade Técnica de Lisboa - Reitoria	Alameda de Sto. António dos Capuchos, 1-5; Rua de Sto. António dos Capuchos, 75-79	Imóvel	
45.05	Edifício de habitação plurifamiliar	Rua do Carrião, 2; Rua do Passadiço, 7-9	Imóvel	
45.07	Edifício de habitação unifamiliar com fachada de azulejo	Trav. Larga, 5	Imóvel	
45.14	Edifício de habitação plurifamiliar	Rua do Cardal de S. José,18, Rua da Esperança do Cardal, janelas	Imóvel	
45.19B	Casa dos Vinte e Quatro	Rua da Fé, 53 e 55-59 e edifício anexo	Imóvel	



## Quadro 10.1

Código	Designação	Morada	Tipo	Inclui logradouro
45.21	Edifício de habitação unifamiliar	Rua da Fé, 28-32	Imóvel	
45.22	Edifício de habitação plurifamiliar	Rua de Sto. António dos Capuchos, 1-5A; Rua do Passadiço, 1	Imóvel	
45.24B	Palacete	Rua Júlio de Andrade, 7; Calçada do Moinho de Vento,1	Imóvel	Logradouro
45.24C	Palacete Francisco Teixeira	Rua Júlio de Andrade, 5	Imóvel	Logradouro
45.24D	Palacete das Condessas de Bastos	Rua Júlio de Andrade, 3-3A	Imóvel	Logradouro
45.24E	Palacete Castro Guimarães	Trav. da Cruz do Torel, 1-3; Rua Júlio de Andrade,1	Imóvel	Logradouro
45.24F	Escola Básica do 1º ciclo n.29 e Jardim de Infância	Rua do Telhal, 10	Imóvel	Logradouro
45.34	Palácio Rio Maior - Palácio da Anunciada	Rua das Portas de Sto. Antão, 120-126	Imóvel	Logradouro
45.71	Palácio	Rua de S. José, 160-164; Rua do Cardal de S. José, 37	Imóvel	Logradouro

### Objetos Singulares

06.73	Panificação com loja, fornos e chamine	Rua Capitão Renato Baptista, 60-66	Objetos Singulares e Lojas de Referência Histórica e/ou Artística	
24.25	Monumento ao Dr. António Sousa Martins	Campo dos Mártires da Pátria	Objetos Singulares e Lojas de Referência Histórica e/ou Artística	
24.37	Chafariz do Largo do Mastro	Largo do Mastro	Objetos Singulares e Lojas de Referência Histórica e/ou Artística	
24.53A	Cervejaria Solmar	Rua das Portas de Santo Antão, 106	Objetos Singulares e Lojas de Referência Histórica e/ou Artística	
45.24A	Tanque ornamental setecentista	Jardim do Torel	Objetos Singulares e Lojas de Referência Histórica e/ou Artística	
45.72	(Antiga) Leitaria e Manteigaria "A Minhota"	Rua de São José, 138, R/c	Objetos Singulares e Lojas de Referência Histórica e/ou Artística	

### Património Paisagístico

24.18	Jardim Braamcamp Freire	Campo dos Mártires da Pátria	Património Paisagístico	
45.24	Jardim e miradouro do Torel	Trav. do Torel; Rua Júlio de Andrade	Património Paisagístico	



## **ANEXOS | Capítulo 10 | ESTUDOS HISTÓRICOS E PATRIMONIAIS**

- Estudos Históricos e Patrimoniais



**ESTUDOS HISTÓRICOS**

**e**

**PATRIMONIAIS**

**CONJUNTO DE PROPRIEDADES**

**SELECCIONADAS**

**NA COLINA DE SANT'ANA**

**José Sarmento de Matos**

**Jorge Ferreira Paulo**

**2012/2013**

**1**

## INTRODUÇÃO

O grupo de trabalho sobre a Colina de Sant' Ana, dirigido pela Arquitecta Inês Lobo, solicitou aos signatários a elaboração de Estudos Históricos e Patrimoniais sobre edifícios civis notáveis existentes na área de intervenção do projecto. Dado o número de conjuntos seleccionados, que ultrapassam as dezenas, foi necessário para já escolher alguns mais emblemáticos, cujo estudo se aprofundou com mais detalhe, dando origem ao presente trabalho. Tal não invalida que muitos outros tenham sido abordados, tendo-se já recolhido considerável documentação que oportunamente se consubstanciará na sequência deste primeiro estudo.

O aspecto mais relevante que resulta de imediato é a constatação do quase total desconhecimento até ao momento quer da evolução do edificado desta zona, quer da história dos seus proprietários originais, quer das datas e peripécias de construção, quer, ainda, o conhecimento de eventuais mestres – arquitectos, pedreiros e carpinteiros – que aqui trabalharam e alguns aqui moraram. Esse levantamento, atribuindo designações aos edifícios, identificando-os, como é o caso do palácio onde até há pouco residiram os Patriarcas de Lisboa, que agora se pode designar como Sanches de Brito, a família dos construtores e moradores por muitos anos. Esta aproximação permite aprofundar o conhecimento não só da real vivência urbana do lugar, como da compreensão da evolução social e de gosto que se vive em especial nos séculos XVII, XVIII e XIX, quando se consolida o tecido urbano da área, processo timidamente iniciado ainda no século XVI com a construção do convento de Sant' Ana. Ainda do ponto de vista sociológico é importante constatar como o Campo de Sant' Ana e a sua envolvente foi um território especialmente escolhido para construção

palaciana e residência de grande número de «funcionários» dependentes do processo de afirmação do Absolutismo Régio, sobretudo a partir do início do reinado de D. João V (1707/1750). Em especial desembargadores, corregedores e conselheiros ou procuradores da Fazenda, mas também militares, como os sucessivos membros da família Sanches de Brito, que forneceram oficiais de Marinha em gerações sucessivas, atingindo um o elevado cargo de Almirante da Armada Real.

Por tudo isto se pensa que este trabalho deverá ter a devida repercussão nos meios interessados, seja na perspectiva da história de Lisboa em geral, seja pelo conhecimento da arquitectura civil em particular, pelo que os signatários se disponibilizam para prolongar e aprofundar este inesperado filão de investigação, encarando a eventual publicação autonomizada de estudos sobre alguns conjuntos mais significativos.

A documentação adiante publicada é uma selecção restrita, tendo em atenção o volume deste trabalho, que mesmo assim ultrapassa em muito a ideia original de um mero bosquejo patrimonial. De facto Lisboa, e esta área em especial, albergam uma riqueza patrimonial quase esquecida durante demasiado tempo.

Lisboa, 4 de Outubro de 2013

José Sarmiento de Matos

Jorge Ferreira Paulo

## **CONJUNTOS / PROPRIEDADES SELECCIONADOS**

- Casa nobre do Dr. Tomé de Castro e Sequeira
- Palácio Freire de Andrade / Camarido
- Prédio de rendimento Silva Morais
- Casa nobre do Desembargador Campos Limpo
- Palácio Sanches de Brito
- Palácio do Desembargador Manuel da Costa Mimoso
- Palácio Quífel Barberino / Alverca
- Casa das Torrinhas / Palácio Vaz de Carvalho
- Palácios e casas nobres da família Miranda Henriques
- Prédio de rendimento da Irmandade de S. José
- Quarteirão Sul do Bairro do Andaluz



## **CASA NOBRE DO DR. TOMÉ DE CASTRO E SEQUEIRA**



### **LOCALIZAÇÃO**

Topo da calçada de Sant'Ana

### **CATEGORIA**

Palácio/Casa Nobre

### **CONSTRUÇÃO**

1764

### **PROPRIETÁRIO CONSTRUTOR**

Tomé de Castro e Sequeira

### **CARACTERÍSTICAS DA PROPRIEDADE**

Composto pela junção de dois foros, um do Conde de Sant'Iago e o outro, maior, de D. Catarina Pilar de Mendonça.

## EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Em 1757, o Dr. Tomé de Castro e Sequeira, advogado nos Auditórios da Corte, arrematou em pregão do Juízo das Capelas uma propriedade composta por dois foros, um pertencente ao Conde de Sant'Iago e outro a D. Catarina do Pilar de Mendonça, viúva de Tristão de Mendonça Furtado, senhor do morgado da Casa da Cova (junto a Santa Apolónia / Santa Clara). D. Catarina herdara a propriedade por morte de seus tios paternos, Pedro da Silva e Sousa e irmãos, falecidos sem geração. Estando integrada num vínculo familiar, e uma vez que o senhorio directo não tinha possibilidades de realizar as benfeitorias indispensáveis, a propriedade foi posta a pregão pelo referido Juízo das Capelas. Encontrava-se então em estado de pardieiro, pelo que o referido Tomé da Costa e Sequeira gastou uma fortuna nos desentulhos e construiu o novo edifício juntando os dois referidos prazos, mantendo, contudo, os alicerces anteriores.

Na vistoria realizada pelos Mestres da Cidade, em 1758, pode ler-se que

*estas cazas fazem cunhal fronteiro ao cunhal da igreja de Santa Anna e fica em distancia do dito cunhal e aresta da baze do cunhal da igreja trinta e tres palmos; e do mesmo cunhal a outro fronteiro tem a rua de largo quarenta e cinco palmos e meio; e pela parte de baixo estrocem as ditas cazas com cazas vezinhas, e por este estrocimento hade abrir alicerces, assentar portaes e fazer janellas de sacada em altura de dezaseis palmos (...).*

Contudo, em relação às janelas, obteve licença para manter a altura das antigas - "ginelas mais altas das de ley, que as mesmas antigas tinham".

Em 1765 estavam concluídas as obras de construção da propriedade, desde logo habitada pelo Dr. Tomé Sequeira, que ali residiu durante alguns anos.

Em 1772, antes de partir para Angola por ordem régia, assinou na Cadeia de Belém uma procuração destinada a garantir legalmente a sua irmã, D. Rafaela Policarpa Xavier, a parte da casa que lhe pertencia na sequência do empréstimo que lhe fizera. Mais concretamente, era senhora de uma parte equivalente a 5.106.000 reis, quantia que englobava dinheiro próprio que ali investira e também a herança que recebera quer de outra irmã quer da tia que, sem filhos como ela, tinham investido nas obras de construção da casa de Tomé Sequeira. Este, não tendo o cabedal necessário à despesa da obra, pedira ajuda às suas irmãs, D. Rafaela e D. Mariana de Sequeira da Costa, bem

como à sua tia, D. Isabel Maria de Sequeira, num total que ultrapassou os sete contos de reis. As duas primeiras venderam mesmo a propriedade de um ofício que detinham, respectivamente, de Escrivão do Judicial da Vila da Feira e de Escrivão dos Órfãos de Beja.

Assim, cada uma das familiares ficou "senhora e pessuidora das dittas cazas naquelas partes, que conrespondeçem ao cabedal com que entravão". Esta foi a forma que possibilitou a Tomé de Castro e Sequeira concretizar o projeto que segundo tudo indica se revelou demasiado ambicioso para os seus cabedais

Como particularidade refira-se que nos primeiros 70 anos após a construção esteve na posse de sucessivos magistrados, cujos herdeiros acabaram sempre por alienar a propriedade. Depois de Tomé de Castro Sequeira, foram os desembargadores Nicolau Lopes da Costa e Tomás José Borges de Brito. Todos eles habitaram o quarto grande e nobre da casa, do lado da Calçada de Sant'Ana.

Posteriormente, a propriedade passou para a posse de D. Mariana Cândida de Sousa Mello Meneses, cuja herdeira, D. Cecília de Sousa Meneses acabou por vendê-la, já em finais do século XIX, em 1894, ao Visconde de Mangualde, Francisco de Almeida Cardoso e Albuquerque, que ali fez algumas intervenções.



## **ANÁLISE PATRIMONIAL**

Atendendo ao facto de a propriedade, em estado de pardieiro em consequência do terramoto, ser adquirida em hasta pública em 1757 por Tomé da Costa de Sequeira, iniciando-se nesta data a construção do novo edifício, abrangendo a totalidade do terreno de dois foros contíguos (anteriormente separados), poderá avançar-se com segurança para a consideração de um modelo exemplar da Casa/Nobre (palácio) do período pombalino. Na ausência de modelos definidos para a Baixa, principal alvo de atenção da Sala do Risco, cuja única excepção é o palácio dos irmãos Rodrigues Caldas,

a maioria dos edifícios palacianos é erguido então em novas áreas de intervenção, como a Cotovia ou a zona da Lapa.

Este edifício merece, assim, uma redobrada atenção, quer pela qualidade evidente do tratamento arquitectónico e decorativo, quer pela modelação de um arquétipo que absorve alguns dos aspectos mais marcantes da arquitectura palaciana de influência do barroco romano, presente em Lisboa a partir do 2º quartel do século XVIII.

Na vertente da estrutura arquitectónica o edifício apresenta alguma continuidade com os modelos tradicionais do gosto chão, com uma acentuada dominante horizontal, e dois pisos (mais um meio piso nascido do declive da Calçada), sendo um inferior de janelas de peitoril, e o outro, o piso nobre, de janelas de sacada. A obediência ao modelo tradicional revela-se igualmente na marcação muito nítida de um eixo central, formado pelo grande portal e o janelão superior, coroado de ático recortado, introduzindo um vector verticalizante que equilibra o conjunto. A influência dos modelos barrocos do período joanino detecta-se sobretudo no recorte elegante das cantarias, nas vergas curvas das janelas de ambos os pisos, elemento que ritma e anima a dominante linear da fachada. O que revela uma nova atitude é o jogo de proporções entre as diversas componentes, resultando um edifício que se afasta neste aspecto dos grandes palácios anteriores: mais harmónico, evidenciando outro estilo de vida mais familiar e menos ostentatório, como que anunciando os futuros valores da casa «burguesa». Facto que bem se coaduna com o estrato não fidalgo do construtor, um advogado com as posses suficientes para erguer este belo edifício, participando do novo tipo de gente que se afirmará com a implementação das linhas mestras do poder de pendor civilista e estatal que resulta das reformas pombalinas.



Erguido, portanto, em 1764, este edifício isola-se como excelente exemplar característico do gosto dominante neste período, afastando-se do rigor predial da Baixa, ao qual se subordina nas suas linhas gerais o referido palácio Rodrigues Caldas, contemporâneo deste, pois foi iniciado em 1765.

Será ainda de realçar que o facto de o edifício esquinar para o Campo de Sant'Ana permite a definição de uma segunda fachada, mais sóbria, bem como uma divisão na fruição da propriedade, deste modo passível de ser arrendada em mais do que um fogo. Isto é, à maneira do tempo, poder ser dividida em vários «quartos»: o do piso nobre, com entrada pelo portal axial, e os restantes com acesso pelas restantes portas.



Eixo portal/janelão no centro da fachada, criando um sentido vertical na dominante horizontal da construção. De notar o trabalho de recorte das cantarias do portal e do ático do janelão superior, próximos da prática joanina de influência romana, muito em voga durante o período pombalino, sobretudo em áreas fora da Baixa. De notar, ainda, as duas janelas sobrepostas que ladeiam o portal, elemento mais raro que acentua a verticalidade que o portal já enuncia.

## ANEXOS

**1758 (28/05). Lisboa. Pedido de licença para reedificação e Auto de vistoria à propriedade de Tomé de Castro Sequeira. AHML, Livros de Cordeamentos (1758).**

*Diz Thome de Castro e Sequeira que elle aforou huma propriedade de cazas na calçada de Santa Anna que pertende reedificar, mas nos mesmos alicerces com que as antigas se achavão, e com ginelas mais altas das da ley, que as mesmas antigas tinham em cujos termos não tem o supplicante duvida (...) assim o não fassa demolirsse por ordem deste Senado a dita propriedade e assim recorre a V. Ex.a para que se sirva dar-lhe licença para poder continuar a dita obra. / P. a V. Ex.a seja servido conceder-lhe a dita licença na forma que o supplicante requer visto o que alega. / Concedem a licença para fazer a obra na forma do cordiamento. Meza 9 de Agosto de 1758.*

### *Auto de vistoria*

*Anno do nassimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil se setecentos e sincoenta e outo annos aos vinte e sete dias do mes de Mayo nesta cidade de Lisboa, no simo da Calçada de Santa Anna, onde foi o Dezembargador Manoel de Campos e Souza, vereador do Senado da Camara do Pelouro das obras, em companhia de Christovão Jozeph Franco Bravo, procurador da dita cidade, e do Capitão Eugenio dos Santos de Carvalho, Architecto da Cidade, e de mim escrivão do Tombo da Cidade, e de Manoel Antonio mestre e medidor das obras da cidade a ver a obra que em humas cazas que ahi tem, pertende mandar fazer o Doutor Thome de Castro e Sequeira conteudo na petição retro nas quais se fez vistoria, e cordeamento na forma seguinte: estas cazas fazem cunhal fronteiro ao cunhal da igreja de Santa Anna, e ficão em distancia do dito cunhal a aresta da baze do cunhal da igreja trinta e tres palmos; e do mesmo cunhal a outro fronteiro tem a rua de largo quarenta e sinco palmos e meio; e pela parte debaixo estrocem as ditas cazas com cazas vezinhas, e por este estrocimento hade abrir alicerces assentar portaes e fazer janellas de sacada em altura de dezaseis palmos. E nesta forma se houve por feita a dita vistoria de que fiz este auto para se porpor em Mesa da Vereação. E eu Joachim Jozeph Moreira de Mendonça o escrevi e assignei.*

*/Joachim Jozeph Moreira de Mendonça/*

**1758 (22/11). Lisboa. Provisão de aforamento de um pardieiro no Campo do Curral passada a Tomé de Castro e Sequeira. ANTT, Ch. de D. José, Liv. 68, fls. 74v-75v.**

*Dom Joze cetera. Faço saber que Thome de Castro e Siqueira me representou por sua petição que elle tomara de aforamento hum pardieiro no principio da Calçada de Santa Anna para a parte do Campo do Curral a Dom Fernando Tavares de Souza e Silva para o que percederão as circunstancias que fazião percizar ao meu Real Decreto de tres de Dezembro de mil settecentos sincoenta e sinco sendo huma dellas a avaliação que os Mestres da Cidade fizerão arbitrando o foro em trinta e sinco mil reis em cada hum anno em atençaõ a ser o dito pardieiro já obrigado a outro foro e a grande despeza que o supplicante havia de fazer no dezentulho (...) cuja sentença o supplicante juntava assim como tãobem a escritura de aforamento lavrada com o senhorio por forsa da mesma sentença e tinha o supplicante agora noticia depois de ter feito mais de seiscentos mil reis de despeza no desentulho que o dito pardieiro era de morgado e o administrador delle o aforara pella impossibilidade de poder*

*benfeitoriza-lo assim como outras propriedades do mesmo vinculo inteiramente aruinadas pello Terremoto em cujos termos me pedia lhe fizese merce confirmar o dito aforamento na forma que requeria e visto o que alegou e informação que se houve (...) ouvindo a immediata sucessora que não teve duvida e constar valer de principal o dito pardieiro quinhentos mil reis atendendo a estar reduzido a predio rustico e a ter ja inherente o foro de nove tostoins. Hey por bem fazer merce ao supplicante de lhe confirmar como com effeito confirmo e hey por confirmado o aforamento que foi do pardieiro de que trata sem embargo de ser de vinculo e das clauzulas de sua instituição pelo foro emfatiozim de trinta e sinco mil reis em cada hum anno estipulado na escritura que juntava (...) Lisboa 28 de Novembro de 1758.*

A handwritten signature in black ink, written in a cursive style. The text of the signature is "Thomé de Castro e Sequeira". The signature is written on a light-colored background.

Assinatura de Thomé de Castro e Sequeira

**1772 (06/06). Lisboa. Instrumento de declaração e confição de dívida. ADL, CNL15, LN699, fls. 89v-92.**

*Saibam quantos este instromento de declaração e confição virem que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil setecentos setenta e dois aos seis dias do mes de Junho na cidade de Lisboa e Rua direita da Senhora Santa Anna e cazas em que vivia o D.or Thome de Castro e Sequeira onde eu Tabelliam vim e se achavão presentes de huma parte sua mulher D. Joanna Xavier Antonia de Mello, e sua irman D. Rafaela Policarpia Xavier isto de huma parte e da outra Baltezar de Souza Alvim morador a porta do carro do hospital novo pessoa conhecida de mim Tabelliam outorga a presente em nome e como procurador do dito D.or Thome de Castro e Sequeira em vertude de hum alvara de procuração que reconheço verdadeira que ao diante hirá tresladada e logo por elle foi dito no nome que representa perante mim Tabelliam e testemunhas ao diante nomeadas, que quando o dito seu constituinte deu principio a fazer de novo desde os seus alicerces as cazas nobres que fez na parte mais superior na Calçada de Santa Anna com frente para a mesma calçada, e outra para a parte do Campo refletindo que não tinha todo aquele cabedal para a despeza da ditta obra, se ajustou com a ditta sua irman D. Rafaella Pollicarpia Xavier e bem assim com sua irman D. Marianna de Sequeira, ambas de presente falescidas a concorrerem com o que tinham, para se fazer a dita obra e ficar por esse modo cada huma dellas sendo senhora e pessuidora das dittaz cazas naquelas partes, que conrespondecem ao cabedal com que entravão e ficar elle ditto seu constituinte ditto D.or Thome de Castro e Sequeira com tudo o mais asim a respeito do dinheiro seu proprio, que diz pendia, como de todos os materiaes que lhe ficarem ou dividas que a esse respeito contrahice porque todo esse cabedal ficava sendo seu proprio, como obrigado a essas dividas, e nessa conformidade se fez a ditta obra para que cada hum tivece nella aquellas suas partes com que assim entravão ficando pertencendo-lhe proporcionadamente os rendimentos respectivos, e por esta forma entrou a ditta sua irman D. Marianna de Sequeira da Costa ja*

*falecida não so com a quantia de dois contos trezentos e trinta e dois mil reis por que vendeo o officio de Escrivão dos Orfaonz da Cidade de Beja de que era proprietaria mas com a quantia de outtocentos mil reis do que lhe coube na herança de seu tio o D.or Antonio de Castro e Sequeira em que entra parte da prata que se vendeo, e deichou o mesmo; e como a dita sua irman faleceo importando o que tinha nas cazas tres contos cento e trinta e dois mil reis e da ditta defunta forão seos unicos herdeiros o dito seu constituinte e a dita sua irman D. Rafaela Policarpa Xavier vem a pertencer a esta quanto a referida herança nas ditas cazas hum conto quinhentos e secenta e seis mil reis assim como lhe pertence dos dois contos de reis com que entrou para a mesma obra a dita sua tia D. Izabel Maria de Sequeira a respeito do que tinha e do que herdou do dito seu irmão o D.or Antonio de Castro e Sequeira tendo a sobreditta tambem parte na prata que se vendeo; e como por falecimento da dita sua tia so forão herdeiros o dito seu constituinte e a ditta sua irman D. Rafaela Policarpa Xavier por isso toca a esta nas cazas quanto a parte da dita sua tia a quantia de hum conto de reis, assim como lhe pertence a importancia com que ella propria entrou para a mesma obra que vem a ser do produto do officio de Escrivão do Judicial da Vila da Feira de que era proprietaria, e vendeo, e do mais com que entrou do que lhe pertenceo na prata, e mais herança do dito seu tio a quantia de dois contos quinhentos e quarenta mil reis e por isso vem a ter a dita sua irman nas referidas cazas a quantia de sinco contos cento e seis mil reis a saber pella herança de sua irman D. Marianna de Sequeira da Costa hum conto quinhentos sesenta e seis mil reis e pella herança da dita sua tia D. Izabel Maria de Sequeira hum conto de reis, cujas duas parcellas com os dinheiros seoz dois contos quinhentos e quarenta mil reis proprios fazem estas trez addiçoenz a quantia de sinco contos cento e seis mil reis, e asim o declara elle dito Baltezar de Souza e Alvim e o confeça em nome de seu constituinte dito Doutor Tome de Castro e Sequeira ser o que a ditta sua irman D. Rafaela Pollicarpa Xavier tem nas dittas cazas e por isso não tem duvida que a mesma sem embargo de estar ja de posse do que nellas lhe pertence que esta escritura se julgue para retificação do mesmo por sentença de preceito para por vertude della se retificar na dita posse a fim de em nenhum tempo padecer duvida a verdade referida, e maiormente na auzencia delle ditto seu constituinte ditto D.or Thome de Castro e Sequeira hir para o Reino de Angola para onde se transporta segundo as ordens regias, e desde logo se da sem constrangimento de pessoa alguma, e de sua livre vontade, por citado para que com effeito se julgue por sentença esta escritura, e para a execução da mesma sentença, e logo por ella ditta D. Joanna Aplonia Xavier de Mello mulher do ditto seu constituinte D.or Tome de Castro, e Sequeira foi ditto que dá concentimento expreço para esta escritura, e outorga tudo o que por parte do ditto seu marido se tem declarado por ser a mesma verdade (...) logar do signal publico em testemunho de verdade / Francisco Xavier Vieira Henriques / e tresladada a concertei com a propria que fica em meu poder e Cartorio que a tudo forão teztemunhas presentes o D.or Nicolao Lopes da Costa advogado nesta corte e morador a Anunciada, e Antonio Francisco Alves mestre esparteiro e morador na rua direita da Mouraria que todos conhecemos serem elles partes os proprios que na notta asignarão e teztemunhas e eu Francisco Xavier Vieira Henriques Tabelliam o escrevi.*



## **PALÁCIO FREIRE DE ANDRADE (CAMARIDO)**



### **LOCALIZAÇÃO**

Calçada de Sant' Ana

### **CATEGORIA**

Palácio/Casa Nobre

### **CONSTRUÇÃO**

Data desconhecida, provavelmente de finais do século XVII/ inícios do século XVIII

### **RECONSTRUÇÃO**

Após o terramoto: 1764

### **PROPRIETÁRIO / CONSTRUTOR**

Família Freire de Andrade

### **CARACTERÍSTICAS**

Propriedade plena e vinculada

## EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Este palácio foi a residência da família Freire de Andrade pelo menos desde os primeiros anos do século XVIII. Muito possivelmente terá sido construído ou reconstruído por Bernardim Freire de Andrade, aqui residente já em 1705, em cujos descendentes se manteve até ao início do século XX.

Em 30 de junho de 1717, Bernardim Freire de Andrade e Castro, então doente e acamado, "nas cazas em que vive", na Rua de Sant'Ana, pedia a Fr. António e Azevedo, frade trino, que lhe elaborasse o testamento, o qual foi redigido e aprovado nesse mesmo dia por tabelião de notas competente para o efeito. Não muito tempo depois, em Maio de 1720, pouco antes de morrer e bastante atormentado por achaques que o impediam de escrever, ainda viria a elaborar um codicilo com as suas últimas vontades. Desta feita pediu ao pároco da Pena – *cura da minha freguesia de Nossa Senhora da Penna que este meu codicillo escrevesse e a meu rogo assignasse*. Viria a morrer meses depois, poucos dias antes do natal. Por estes dois testemunhos de últimas vontades de Bernardim Freire de Andrade, capitão de Chaul, parece não restar dúvidas que esta foi a propriedade de sua residência durante vários anos.

Como testamenteiros deixou a mulher, também prima, D. Maria Eufrásia de Castro, e instituiu os quatro filhos por herdeiros universais, nomeando-lhes, à excepção do mais velho, Gomes Freire de Andrade, as capitánias de que dispunha, por alvará de D. Pedro II, para nomear o posto e lugar de capitão-mor das naus da Índia, posto então reduzido a quatro capitães de viagem.

Sucedeu-lhe Gomes Freire de Andrade que aqui viveu na casa da Rua Direita de Sant'Ana, onde fez testamento e à semelhança do pai faz expressa menção ao "parrocho desta minha freguezia de Nossa Senhora da Penna", a quem deixou 30.000 reis de uma só vez. Sete dias antes de morrer desistiu da posse de todos os morgados e capelas que possuía e universalmente de todos os bens que fossem vinculados a favor do seu irmão Nuno. Este, por seu turno, aqui viveu, na companhia de seu pais, primeiro, e depois de seu irmão, até 1730, quando passou a ter forma de se sustentar através dos rendimentos das suas legítimas, regressando já em final da vida à casa da Calçada de Sant'Ana, onde morreu em 1755, na companhia de seu irmão mais novo Fernando Martins Freire, que lhe sucederia na administração dos morgados.

Fernando Martins Freire de Andrade viveu aqui na propriedade defronte da paróquia da Pena durante muitos anos, quer com os pais quer com os irmãos, até herdar e se tornar administrador dos vários morgadios da família. Era o mais novo dos quatro filhos de Bernardim Freire de Andrade e foi o único a deixar geração. Foi ele o responsável pela reabilitação do edifício, que terá sofrido danos com o sismo de 1755, pois após o mesmo realizou obras de vulto na propriedade, que se prolongaram por alguns anos, ficando o quarto grande concluído em 1764.

Fernão Martins Freire de Andrade era igualmente proprietário da grande Quinta das Picoas, na qual após o Terramoto a família residiu continuamente. Assim, esta propriedade de Sant'Ana proporcionou, ao longo de quase um século, um bom pecúlio aos senhorios, através de um arrendamento que variava entre 200.000 e 300.000 reis pelo quarto nobre ou cerca de 500.000 reis por toda a propriedade, incluindo as lojas e os vários andares/quartos.

Até ao período liberal a família não mais estabeleceu aqui residência. Nem Bernardim Freire de Andrade nem seu irmão, Nuno Freire de Andrade, que viria a ser agraciado com o título de Conde de Camarido. Trata-se do nome de um pinhal, junto ao rio Minho, onde o general Bernardim Freire de Andrade, comandante-em-chefe do exército português, alcançou uma vitória sobre um destacamento francês durante as invasões francesas. Aliás este notável militar, proprietário desta casa, seria em seguida morto pela população amotinada em Braga, acusado de estar em sintonia com o exército invasor. A sentença condenatória dessa calúnia viria a merecer ao irmão a concessão do título de Conde em memória dos serviços do referido general injustiçado.

Foi diversificado o tipo de inquilinato que por aqui habitou depois do megassismo. Diferentes nomes, como os de D. Agostinha Antónia Maria Henriques Melo e Castro, viúva do Desembargador João Caetano Torel, a primeira inquilina após o Terramoto; de D. Brás da Silveira; de Francisco de Mariz Sarmento; e diferentes cargos e ocupações, relacionados com diferentes instituições, como a Alfândega, o Senado ou a Casa da Índia.

Depois da morte da condessa de Camarido, Maria Isabel Freire de Andrade e Castro, em 1905, sem descendência, e após algumas transmissões da propriedade, mais recentemente, em 1946, esta passou à posse do INATEL, que realizou grandes obras que profundamente a descaracterizaram no interior, apesar de ainda subsistir a antiga caixa da escadaria de lanços duplos.

## ANÁLISE PATRIMONIAL



Este palácio constitui um exemplar do modelo do palácio tradicional do barroco aristocrático, do período pós-Restauração, dominante até à introdução por D. João V do gosto barroco romano, isto é finais do século XVII, prolongando-se ainda no primeiro quartel do século XVIII.

Trata-se de um edifício construído na dominante horizontal. São dois pisos, um térreo – tirando partido por vezes, como é caso, da pendente da cota da via para aumentar as dependências –, com janelas de peitoril, e outro nobre. Neste, as janelas são de sacada com grades e ostentam cantarias mais elaboradas, coroadas por frontão saliente recto. Sobre o piso nobre encontra-se um andar superior, de janelas pequenas, que muito provavelmente será acréscimo introduzido na reconstrução pós-terramoto, para permitir aumentar o rendimento. No entanto, alguns palácios apresentam esta solução para elevar o pé-direito do piso nobre. Só uma análise mais pormenorizada

poderá esclarecer a datação deste 3º piso/sótão. Aliás, a platibanda corrida que corre na parte superior do edifício não é igualmente de origem, prejudicando a leitura mais harmónica das proporções arquitectónicas do conjunto.

O portal de acesso, abrindo para a rua, encontra-se hoje ladeado por duas aberturas insertas na cantaria, que devem resultar de obras mais tardias. O portal encontra-se no centro da fachada, e está colocado desfasado das duas aberturas do piso nobre, permitindo que no nembo imediatamente superior seja colocada a pedra de armas familiar. Assim se cria um eixo central vertical que equilibra e acentua a horizontalidade do conjunto.



## ANEXOS

**1717 (30/06). Lisboa (Rua de Sant'Ana); Testamento de Bernardim Freire de Andrade e Castro. ANTT, RGT, Liv. 163, fls. 80-85v.**

*Em nome da Santissima Trindade Padre Filho Espirito Santo tres pessoas distinctas e hum só Deus Verdadeiro em quem eu Bernardino Freire de Andrade como fiel Chrystão conciderando a certeza da morte e a incerteza da hora em que Deus será servido levar-me desta vida (...)*

*(...) satisfeitos estes meus legados e os mais que nomear neste testamento ou codicillo que depois faça o remanecente da minha terça se tomará em fazenda livre que possa receber vincullo ou se empregará o remanecente da minha terça em bens que se possão vincular os quaes vinculo em Morgado perpetuo inalienavel com as mesmas clauzullas e vocações do morgado que instituhio minha avo D. Izabel de Almeyda com obrigação de missas na Cappella dos freyres do Convento de S. Francisco da cidade de Beja e ficará o remanecente da minha terça vinculado ao dito morgado com a mesma natureza e vocações e clausullas e condições como se conthem na instituição hey aquy por expressa e repetida excepto a obrigação das missas porque não serão os sucessores delle que de proximo he meu filho Gomes Freire nem os que ao diante forem na forma da instituição que fes a dita minha avó D. Izabel de Almeyda obrigados por rezão desta parte que vinculo a mandar dizer missa ou sufragio; somente quero que vinculado o remanecente da minha terça serão os sucessores delles que são os chamados por minha avó Izabel de Almeida na instituição referida, obrigados a dar cada hum anno 40.000 reis a minha filha D. Catarina de Castro, e outros 40.000 reis cada hum anno a meu filho Nuno Freire de Andrade somente em vida dos ditos meus filhos Nuno Freire e D. Catarina de Castro perferindo sempre na satisfação deste legado minha filha D. Catarina de Castro ao dito meu filho Nuno Freire e o anno se principiará a contar desde o dia que o sucessor da minha terça que vinculo tomar posse dos taes bens vinculados. (...) e porque não haja alguma duvida sobre as fazendas livres ou vinculadas declaro que os foros herdados que tenho na villa de Ferreira e seu termo e hum foro de 50.000 reis na Meza da Imposição dos Vinhos he tudo livre de vinculo e ouve meu pay por herança de sua primeira mulher D. Brites de Abranches como tambem he forro e izento e livre de vinculo o Casal de Mafra.*

*Declaro que he minha vontade que no vinculo que faço do remanecente da minha terça não suceda meu filho Gomes Freire ou outro algum sucessor em sua falta na forma que fica disposto em vida de minha primeira mulher a senhora D. Maria Eufrazia de Castro porque a dita minha prima socederá em primeiro logar no dito vinculo que de novo faço como primeira chamada por mim instituhidor que para isso a chamo ou como uzufructoaria ou na melhor forma que em direito ouver lugar para effeito de posuhir e lograr o uzo e fructo do remanecente da minha terça em sua vida e por sua morte pasará a meu filho Gomes Freire se vivo for ou por sua falta aos sucessores do Morgado que instituhio minha avó D. Izabel de Almeyda na forma que neste meu testamento fica disposto, e não será a dita minha prima obrigada a dar caução alguma em qualquer Juizo para posuhir o remanecente de minha terça antes de se tomar em bens capazes de vinculo (...) e comprados todos os taes bens ou tomados na minha terça os posuhirá a dita minha prima e só por sua morte poderá meu filho Gomes Freire soceder no dito vinculo (...) e nesta forma hey por acabado este meu testamento que quero se cumpra e guarde como nelle se conthem (...)*

[Abertura do testamento: 19/12/1720]

**1720 (19/12). Lisboa. Registo do óbito de Bernardino Freire de Andrade. ADL, RP, Pena, Óbitos, Liv. 5, fl. 13v.**

*Aos dezenove dias do mez de Dezembro de mil setecentos e vinte annos faleceo Bernardino Freire de Andrade, que era cazado com D. Maria Eufrazia de Castro moradores na Rua Direita de Santa Anna sepultou-se no Convento da Santissima Trindade. Fez testamento, em que nomeou por testamenteira a dita sua mulher. / O Cura João Pereyra da Costa /*

**1746 (21/12). Lisboa. Testamento de Gomes Freire de Andrade. ANTT, RGT, Liv. 239, fls. 87v-92.**

*Em nome da Santissima Trindade, Padre, Filho, e Espirito Santo, tres pessoas destintas, e hum só Deus Verdadeiro (...). Declaro que sou natural desta cidade de Lisboa, filho legitimo de Bernardim Freire de Andrade, e de sua mulher a senhora D. Maria Eufrazia de Castro, sou solteiro que nunca cazey, nem tenho filho algum legitimo, ou bastardo, e como nesta forma não tenho herdeiro algum forçado poso dispor livremente de meus bens. Pelo que debaixo das dispozições deste meu testamento, instituo a minha alma por minha univerçal herdeira de todos os meus bens, direitos, e acçois, e para cumprirem as despoziçois deste meu testamento ordenadas nomeyo por meus testamenteiros univerçais a meus irmãos Nuno Freire de Andrade e Fernando Martins Freire de Andrade; Francisco Dias Leal e a Izidoro Joze de Almeida, todos moradores nesta cidade [todos moradores na Calçada de Santa Anna].*

*(...) E não deixo especiais legados a meus irmãos a quem tambem nomeyo por meus testamenteiros por que pelas suas peçoas, e pelo vincullo tam extricto de sangue que entre nos ha, espero que sem outro emterese ajudem o cumprimento de meus testamento, com o zello que delles confio. Instituo do remanecente de todos os meus bens, cumpridos meus sufragios, e legados morgado perpetuo para sempre da suceção regullar na forma, e hordem de direito com prohibição perpetua para a comservação do mesmo morgado de toda e qualquer alheação, ao qual morgado desde logo para o tempo do meu falecimento uno e vincullo os bens seguintes: sou senhor, e pessuidor de tres prazos em vidas de livre nomeação; hum que consta de terra de pam sita na estrada do Rego o qual he foreiro a Igreja de Santa Cruz do Castelo, em quinhentos reis de renda, e o tras de renda Manuel Freire chamado o Melrro de alcunha; outro prazo que consta de huma propriedade de cazas em Alfama no beco do Espirito Santo, freguesia de Santo Estevão, o qual he foreiro em vidas á Bazilica de Santa Maria antecedentemente a See de Lisboa em mil reis, e duas galinhas por natal, em cada hum anno, e nelle sou a primeira vida; terceiro prazo que tenho de livre nomeação consta de tres logeas, com tres sobrados por sima sitas na Gebetaria Velha foreiro ao Hospital de Todos os Santos em quatro mil reis em cada anno do qual entrei de posse por falecimento de minha irmã a senhora D. Catarina de Castro, que nelle hera terseira vida, e faleceo abemtestada no estado de donzella, por cujuração como seu irmão mais velho me pertence o direito da renovação do mesmo prazo (...) Tenho outro prazo mais que consta de huma terra no sitio das Picoas, que parte com Duarte Rodrigues da Paz, o qual foy da Senhora D. Catherina de Castro minha irmã por nomeação que lhe fez sua may, e por morte da dita senhora D. Catarina de Castro, que falleceo a bemtestada sem descendentes, me ficou pertencendo o dito prazo, como seu irmão mais velho, e por não estar prezente no foro que do tal prazo se paga, e se durão ou não as vidas delle o não declaro aqui (...). Mando que todos estes prazos que ficão declarados se*

*vendão por meus testamenteiros ou em praça publica a quem mais der ou particularmente sendo por seu justo preso conforme pareser mais conveniente a meus testamenteiros, aos quais nesta parte comsedo todo o poder nesenario para a tal venda, e mando outro sim que o producto della, e preço dos tais prazos se empreguem em bens de raiz, capazes de vincullo, que fiquem annexos e unidos para sempre a este morgado que instituo, ao qual hey desde logo por vinculado o vallor dos mesmos prazos como de direito me he premetido, e desde logo para o tempo da venda que mando fazer delles os hey por numeados nas pessoas que os comprarem nas vidas em que estiverem, ou no direito da renovação delles, sendo extinctas na melhor forma, e via de direito; Tenho dez mil cruzados a juro no Senado da Camara desta cidade; e suas rendas, de que se me pagão de juro duzentos mil reis cada anno, que tenho asentados nas rendas dos Reaes d'Agoa da Carne e levo na folha daquelle almoxarifado, o qual juro comprei ao Senado ca Camara desta cidade por dez mil cruzados, que he o capital do mesmo juro, e o dito capital, e seo rendimento dos duzentos mil reis de juro cada anno deixo desde logo unido, e vinculado a este morgado que instituo. Tenho mais quarenta mil cruzados em dinheiro de contado, os quais determino deixar em depozito de minha satisfação, de que constará por escripto de minha letra, e signal que valerá como parte deste testamento (...). Estes quarenta mil cruzados quero e mando se empreguem em bens de raiz, e com elles se comprem para se unirem a este morgado que instituo (...). Quero e mando que o meu movel se venda, como tãobem tudo o que me tocar de minhas legitimas paterna e materna, e tudo o mais que me pertencer por qualquer modo, reduzindose tudo a dinheiro, o qual se empregue em bens de raiz para o mesmo morgado e que desde logo o hey por vinculado, e os bens que com elle se comprarem para que como o mais que tenho vinculado neste testamento ande tudo unido, e anexo neste mesmo morgado que tenho instituido, os quais bens todos quero que andem sempre juntos sem nunca se poderem partir, nem alhiar (...).*

*Para sucesores deste morgado que asim instituo chamão em primeiro lugar aos filhos legitimos, e de legitimo matrimonio de meu irmão Nuno Freire de Andrade pela ordem regular de direito com a prelação ordenaria do Varam, em falta de filho varão a filha mais velha, e continuandoce a sucesam na sua legitima desendencia pela mesma ordem. Falecendo sem filhos legitimos de legitimo matrimonio meu irmão Nuno Freire de Andrade, quero que por sua morte sucedão neste morgado os filhos legitimos de legitimo matrimonio de meu irmão Fernando Martins Freire de Andrade na forma da suceção regular de direito com a mesma preferencia do varão a femea, sucedendo entre os filhos varões o mais velho, e em falta de filhos varões a filha mais velha, e dahy se continue a sucesam em toda a desendencia legitima do mesmo meu irmão na hordem regular de direito (...). E porquanto tenho chamado em primeiro lugar para a sucesam deste meu morgado os filhos ligitimos de legitimo matrimonio de meu irmão Nuno Freire de Andrade, declaro que emquanto elle não tiver os tais filhos legitimos de legitimo matrimonio hade administrar o morgado em sua vida dando a quarta parte do rendimento delle a seu irmão, e meu Fernando Martins Freire de Andrade, emquanto viver, sem o diro seo irmão Nuno Freire de Andrada ter filhos legitimos (...).*

*Declaro que a meu irmão Fernando Martins Freire de Andrade não devo couza alguma dos rendimentos das suas legitimas desde a morte de meus pays, porque o rendimento que podia tocar-lhe das tais legitimas hera muito pouco para a despeza do sustento da Meza que fiz com a sua pesoa, e de sua criada Izabel Leal, e de hum mosso que o acompanhava athe o tempo em que se annulou e revogou a partilha no anno de 1730, e ainda o meu irmão desfruta todos os rendimentos das propriedades que se lhe derão em suas legitimas naquella partilha que se anulou, e revogou. Declaro outrosim que na mesma forma alimentey do sustento da Meza a minha irmã a senhora D. Catarina de Castro, e a sua criada Jozepha Roza, e huma preta sua*



*por nome Izabel, e por a dita minha irmã não ter rendimentos de legitima para seu sustento, e das suas criadas fiz eu a minha custa a despeza de a sustentar athe que faleceo (...)*

*Declaro que o dito meu irmão Nuno Freire de Andrade esteve em minha caza depois da morte de meus pays alguns annos sustentandoce a minha Meza, o qual numero dos annos constará pelos livros das desobrigações da quaresma, depois de que se foy para o lugar da Amoreira aonde tambem esteve alguns annos, e desde o de mil setecentos e trinta em que se annullou e revogou a partilha se tem alimentado com os rendimentos das suas legitimas que lhes forão dadas na partilha que se tem anulado, e com os de outros mais bens que se lhe nomearão, e com mais dez mil reis cada mes que ultimamente venceo contra mim. (...)*

*Faço estas declarações para que conste a verdade, e para que nesta materia, e na demanda da apellação das partilhas que entre mim, e meus irmãos ainda está pendente, se proceda, e se possa findar com igualdade e justissa, e se for possivbel amigavelmente, e espero que meus irmãos para isso concorram conhecendo a rezão, e justissa, para que eu ficar resarcido do grave prejuizo que aquella partilha me cauzou, e possa ser inteirado, e satisfeito do que directamente me tocar pois o quero para o vinculo que instituo de meus bens em que os mesmos meus irmãos ficaõ sendo os principais emteresados (...)*

[Aprovação do testamento: 1746 (24/12); Abertura: 1747 (27/5)]

**1747 (27/05). Lisboa. Registo do óbito de Gomes Freire de Andrade. ADL, RP, Pena, Óbitos, Liv. 6, fl. 27.**

*Aos vinte e sete de Mayo de mil setecentos e quarenta e sete faleceo com todos os sacramentos Gomes Freire de Andrade e Castro solteiro filho de Bernardino Freire de Andrade e de D. Maria Eufrazia de Castro já tambem defuntos morador na Rua Direita de Santa Anna sepultou-se na Igreja da Santissima Trindade, como dispoz em seu testamento, em o qual nomeou por testamenteiro o seu irmão Nuno Freire de Andrade, e outros. / O Cura João Pereyra da Costa /*

**1754 (30/01). Lisboa. Registo do óbito de D. Isabel Teresa de Bourbon. ADL, RP, Pena, Óbitos, Liv. 6, fls. 72v.**

*Aos trinta dias do mez de Janeiro de mil setecentos e cincoenta e quatro faleceo com o sacramento da extrema unção D. Izabel Tereza de Borbon, que era cazada com Fernando Martins Freire de Andrade e Castro moradores na Rua direita de Santa Anna. Sepultou-se na Igreja da Santissima Trindade. / O Cura João Pereyra da Costa /*

**1755 (05/03). Lisboa. Registo do óbito de Nuno Freire de Andrade. ADL, RP, Pena, Óbitos, Liv. 6, fl. 82v.**

*Aos cinco de Março de mil setecentos e cincoenta e cinco faleceo com todos os sacramentos Nuno Freire de Andrade e Castro solteiro, que assistia em Caza de seu irmão Fernando Martins Freire de Andrade morador na Rua Direita de Santa Anna. Sepultou-se nesta igreja aos seis do dito mez, e nomeou para testamenteiro ao mesmo seu irmão, em cuja caza faleceo. / O Cura João Pereyra da Costa /*

## **PRÉDIO DE RENDIMENTO DE JOSÉ DA SILVA MORAIS**



### **LOCALIZAÇÃO**

Calçada de Sant'Ana / Calçada Nova do Colégio

### **CATEGORIA**

Prédio de Rendimento ou Prédio Nobre

### **CONSTRUÇÃO**

Edifício anterior arruinado pelo terramoto

### **RECONSTRUÇÃO**

Entre 1759 e 1762, *a fundamentis*

### **PROPRIETÁRIO / CONSTRUTOR**

José da Silva Morais, Negociante

### **CARACTERÍSTICAS DA PROPRIEDADE**

Propriedade plena

## EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Antes de 1755, aqui, onde então a Calçada de Sant'Ana se ligava à Rua direita de Sant'Ana, existiam umas casas pertencentes a José da Silva de Moraes, que vivia de suas fazendas. Arruinadas pelo terramoto tratou o negociante de reconstruir *a fundamentis* a propriedade onde residia. Uma vez realizada a vistoria dos Mestres da Cidade à propriedade arruinada, em 1759, não demorou muito até ao início das obras. Em 1762, pelo menos, já estavam concluídas, pois consta já desde o início dos Registos da Décima da Cidade.

José da Silva de Moraes manteve ali a sua residência, habitando então o primeiro andar e a loja grande que lhe dava acesso. O segundo e terceiro andares estavam divididos em parte esquerda e direita. Lojas e andares por cima, na Calçada de Sant'Ana e na Travessa do Monturo do Colégio. Tinha então cocheira e cavalaria, então devolutas, que desaparecem na década de 1770. Na travessa é mencionada uma cozinha debaixo da escada.

Até ao início do século XIX os vários senhorios habitaram sempre o 1º andar, com a loja grande. Entretanto, passou para a posse do Desembargador Francisco Duarte Coelho que durante mais de um quarto de século arrendou o prédio na totalidade, sem nunca ali ter habitado.





## ANÁLISE PATRIMONIAL

Construído logo no início dos anos 60 do século XVIII, este notável edifício é pois contemporâneo dos modelos então definidos para a Baixa pela Sala do Risco. No entanto, afasta-se desse arquétipo na sua tipologia. Em primeiro lugar, apresenta dois pisos principais, ambos com sacadas e desenho de cantarias de lioz com lintel curvo e ligeiro frontão, ou rebordo superior meramente enunciado. Em segundo lugar, aproveitando o declive da calçada, apresenta um pequeno piso de sobreloja, ou *mezzanino*, que lhe confere características próprias. Por fim, dispõe de um piso superior acima da cimalha corrida, de pequenas aberturas de peitoril.

Este piso superior, espécie de sótão espúrio, poderá levantar a suspeita de ser acrescento posterior, uma vez que macula a unidade do conjunto, bastante harmónica, e se encontra acima da cimalha com beiral bem evidente. Todavia a documentação menciona a existência de três pisos desde o início. É possível, contudo, aventar a hipótese de essa contagem se referir à já mencionada sobreloja, que abre três janelas para a calçada e outras para a travessa. No entanto esta leitura parece pouco provável pois se menciona sempre o proprietário, José da Silva de Moraes, como morador no primeiro piso, com entrada autónoma pela loja grande, sendo pouco verosímil por isso que habitasse nesta pequena sobreloja. Será de ter em conta a possibilidade de o terceiro piso, descaracterizador da unidade arquitectónica da fachada, ter sido um acrescento feito ainda no decurso da construção para aumentar os réditos da propriedade.

A afirmação do prospecto deste edifício, quase ao tempo com carácter palaciano, com as suas sacadas todas iguais em dois pisos e mantendo ainda as guardas de ferro originais, bastante típicas deste período, confere-lhe um ar solene e insere-o na estética ainda barroca na continuidade de finais do período joanino, alheio portanto à austeridade muito mais sóbria dos modelos pombalinos da Baixa. Apesar de menos exuberante no recorte das cantarias, apresenta algumas afinidades com o prédio da Ribeira Velha, dito o Prédio das Varandas, construção anterior ao Terramoto e atribuído a Carlos Mardel.

Dada a data da sua construção, este edifício representa, pois, como que uma alternativa contemporânea aos modelos pombalinos, merecendo por isso toda a atenção

por parte dos estudiosos da arquitectura deste período. Além, claro, de obras de preservação e integração na listagem de imóveis de interesse concelhio.



## ANEXOS

**1759 (02/04). Lisboa. Auto de vistoria à propriedade de José da Silva Morais. AHML, Livros de Cordeamentos (1759).**

*Dis Joze da Silva Moraes morador na Calsada de Santa Anna que por cauza do terramoto se aruinaram humas cazas [...] de o supplicante abitava no dito sitio e as quer retificar e o não pode fazer sem licença deste senado (...).*

*Auto de vistoria*

*Anno do nacimiento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil cetesentos sincoenta e nove annos aos dois dias do mes de Abril do dito anno nesta cidade de Lisboa e calçada de Santa Anna aonde foy o Dezembargador Manoel de Campos e Souza veriador do Senado da Camara que a seu cargo tem o pellouro das obras em companhia dos officiaes do Regimento das mesmas obras e de mim escrivam dellas para efeito de se ver e cordiar a obra que ahy pertende mandar fazer Joze da Silva Morais nas suas cazas que pertende reidificar a fundamentis e sendo ahy lo[...] o dito Dezembargador mandou ao mestre e medidor da cidade Manoel Antonio medice e cordiace o que fez e medindo do conhal ao conhal tem a traveça que dece para o monturo para onde tambem as cazas fazem frente dezaseis palmos e tres quartos e medindo do dito conhal ao outro conhal fronteyro na Calçada de Santa Anna tem esta trinta e sete palmos de largo e do dito conhal para cima tem extrocimento direyto com cazas vezinhas e nam pora nenhum degrao na rua e nestes pontos hade abrir alicerces asentar jenellas de sacada em altura d dezaseis palmos e nesta forma ouve o dito Dezembargador a vistoria por feita de que para constar em Meza mandou [...] escrivam fizece este auto a que satis[...] e eu Antonio Cardozo Casseres escrivam o escrevy e asigney. / Antonio Cardozo Casseres /*

**CASA NOBRE DO DESEMBARGADOR CAMPOS LIMPO,  
AO ARCO DA GRAÇA**



**LOCALIZAÇÃO**

Rua do Arco da Graça / Calçada Nova do Colégio

**CATEGORIA**

Palácio/Caso Nobre

**CONSTRUÇÃO**

Desconhecida. Provavelmente anterior ao terramoto mas com alterações e arranjos posteriores

**PROPRIETÁRIO CONSTRUTOR**

Propriedade do Desembargador Francisco de Campos Limpo (pelo menos desde 1762).

## CARACTERÍSTICAS DA PROPRIEDADE

Foreira ao marquês de Nisa.

## EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Francisco de Campos Limpo era magistrado, habilitado pelo Santo Ofício e pela Ordem de Cristo (1719), Juiz de Fora e Órfãos da cidade de Évora (1722), Corregedor do Crime do Bairro de Alfama (1726), Desembargador da Relação do Porto (1734), Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação (1741), Deputado da Mesa da Consciência e Ordens (1742), Conselheiro da Relação do Brasil (1742), Reposteiro da Mesa da Consciência e Ordens (1753).

Dada a posição do Desembargador Campos Limpo dentro da magistratura da corte ao longo do reinado de D. João V é presumível que aqui habitasse anteriormente ao Terramoto, sobretudo a partir de 1741, ano em que passa a integrar a Casa da Suplicação, um dos tribunais superiores. O edifício não deverá ter sofrido grandes danos por causa do sismo, como parece indicar a tipologia arquitectónica.

A seguir ao Terramoto o mesmo senhor teve a propriedade sempre arrendada a homens de negócio, casos de João Alves Barbosa, Bento José Álvares e Gaspar Alves Bandeira. Este último tomou posse da propriedade após a morte do desembargador, em finais da década de 1770. Já no século XIX, esteve durante muitos anos ocupada pelo advogado Diogo José de Morais Calado.



## ANÁLISE PATRIMONIAL

Trata-se de um edifício de estrutura palaciana convencional do período de transição do século XVII para o XVIII, dentro dos modelos definidos da arquitectura aristocrática. Um piso térreo de lojas, com grande portal central, decorado de pináculos, que marcam o eixo vertical central a partir do qual se organiza a imagem externa da fachada. Sobreposto um primeiro piso, *mezzanino*, com cinco aberturas de peitoril e

cantarias lisas. Sobre este corre o piso nobre, de sacadas com guardas de ferro, com cantarias simples, apresentando frontões lisos bem realçados. Marca-se desta forma uma clara hierarquia entre os diversos pisos, com o andar nobre bem destacado na economia do conjunto, aliás dentro dos moldes seguidos pelo citado modelo arquitectónico de matiz seiscentista tão comum em Lisboa. No entanto, a dimensão do edifício, com apenas cinco aberturas por piso, afasta-o dos grandes palácios aristocráticos de muito maiores dimensões. Esta característica enquadra-se melhor na categoria social do desembargador Campos Limpo, participante da elite funcionária e não da aristocracia de corte, cuja orgânica vivencial implicava estruturas habitacionais com outras proporções. Portanto, mais do que um palácio, trata-se na verdade de uma casa-nobre, bem reveladora da posição cimeira que a chamada nobreza de toga ganhava com o crescimento da estrutura da Administração da corte, de acordo com a afirmação da monarquia absoluta que caracteriza o reinado de D. João V.



Na parte traseira do edifício, na fachada lateral sobre as Escadinhas do Colégio, encontra-se um piso superior recuado, que parece ser um acréscimo mais tardio que destrói a unidade do conjunto. O carácter de acréscimo parece bem evidente na ruptura do beiral, cujo prolongamento corresponde à cimalha do cunhal primitivo.



## **PALÁCIO SANCHES DE BRITO**



### **LOCALIZAÇÃO**

Campo de Sant' Ana (dos Mártires da Pátria)

### **CATEGORIA**

Palácio

### **CONSTRUÇÃO**

1748

### **PROPRIETÁRIO CONSTRUTOR**

Família Sanches de Brito (provavelmente o construtor terá sido José da Costa de Brito)

### **CARACTERÍSTICAS DA PROPRIEDADE**

Propriedade plena. Trata-se, na verdade, de dois edifícios juntos, com características bem diversas, um sobre o Campo de Sant' Ana e o outro, na traseira, com entrada por um pátio e jardim pela Rua de Santo António dos Capuchos. Constituem, todavia, uma mesma propriedade, sendo sempre assim considerada na documentação, apesar de por vezes terem usos diferenciados.

## EVOLUÇÃO HISTÓRICA



**EDIFICADA, 1730, ARCHITECTO-LUDOVICE QUE O FOI DO PALACIO DE MAFRA. RESTAURADA E ACCRESCENTADA SOB A DIRECCÃO DE J. A. SANTOS CARDOZO J. FELIX DA COSTA A. MOREIRA RATTO. 1867**

Segundo se encontra inscrito na placa sobre uma porta do primeiro andar deste edifício, o palácio foi construído em 1730 sob a direcção de João Frederico Ludovice, *que foi do Palácio de Mafra*, sendo restaurado em 1867 *sob a direcção de J.A. Santos Cardoso, J. Félix da Costa e A. Moreira Rato*. A mais antiga referência da família Sanches de Brito até ao momento apurada, no respeitante ao Campo de Sant' Ana, é de 1707, o que poderia corroborar a informação contida na placa, datando o edifício de 1730 e indicando o nome de J. F. Ludovice. No entanto, esta informação, que não revela a fonte original em que se baseou, é contraditada por um documento de 1748, constante de um Livro de Cordeamentos (ver anexo) .

Segundo consta nessa verba, nesta data *o Capitam de Mar e Guerra João da Costa de Brito (...) he senhor de huma propriedade de cazas sitas no Campo do Corral as quais quer demolir e no mesmo chão fazellas de novo (...)* solicitando a respectiva vistoria. Nesta conformidade, os oficiais do Senado da Câmara foram *ao Campo do Curral a ver a obra que em humas cazas que ahi tem pertende mandar fazer o Capitão de Mar, e Guerra João da Costa e Brito contheudo na petição retro nas quais se fez vistoria, e hade mandar fazer a obra na forma seguinte: estas cazas estrocem dereito*

*com as paredes das casas vizinhas, e por este estrocimento hade abrir os alicerces da parede da frontaria sacada no meio aonde hade fazer o portico com huma janela de cada banda palmo, e quarto para mayor formosura, e melhor semetria das ditas cazas, e nellas hade fazer janelas de sacada em altura de dezaseis palmos.* A descrição contida no documento do novo corpo central *da frontaria sacada* (isto é, saliente) é perfeitamente condizente com a construção ainda hoje existente. Além disso, o pedido de construção fronteiro de um telheiro de obra provisório pode corroborar que a obra desejada implicava um estaleiro considerável, sobretudo para a execução do trabalho elaborado de toda a cantaria, que ainda hoje é a marca mais significativa desta bela fachada.

Portanto, aquilo que se pode afirmar com segurança documental é que em 1707 havia umas casas onde habitava Álvaro Sanches de Brito, casas essas que seu filho, João da Costa de Brito, fez demolir e substituir por uma fachada, com um corpo central saliente. Aliás, as características arquitectónicas do edificado apontam para data mais tardia de 1730, como se dirá adiante, levando outros autores a atribuírem o edifício ao arquitecto Mateus Vicente de Oliveira, discípulo de Ludovice. Curiosamente o nome de Mateus Vicente surge num contrato de 1756 a trabalhar no palácio de J. J. de Miranda Henriques, mesmo ao lado deste. Fazendo fé na informação documental, que melhor se ajusta até à leitura arquitectónica, o palácio actual data pelo menos de 1748, de qualquer forma anterior ao terramoto de 1755, pois nos registos da Décima da Cidade, a partir de 1762, o palácio encontra-se sempre habitado, sem menção explícita a obras ou reconstrução, como acontece na maioria dos casos. Logo, como muitas outras construções nesta parte da cidade e mais especificamente na "parte de cima do Campo", não foi afectada pelo sismo.

Seria que as casas citadas em 1707, residência de Álvaro Sanches de Brito, foram objecto de uma intervenção de Ludovice, em 1730? É pouco provável que uma obra realizada sob a orientação de Ludovice, por certo de monta, fosse demolida dezoito anos depois, em 1748, para dar lugar a novo edifício, aliás bem aparentado com o gosto introduzido e difundido em Lisboa pelo mesmo mestre alemão. Aliás, Ludovice ainda estava vivo em 1748, pelo que poderá ter indicado o seu discípulo Mateus Vicente para dirigir o projecto. Esta afinidade poderá ter induzido em erro os autores dos restauros datados de 1867, afixando na placa a informação da autoria de Ludovice e a data de 1730.

Foram proprietários e construtores os membros sucessivos da família Sanches de Brito, sendo o primeiro ligado documentalmente ao Campo de Sant'Ana (ou do Curral), pelo menos desde os primeiros anos do século XVIII, como se disse, Álvaro Sanches de Brito. Várias referências apontam para que aqui tenha nascido (1656) e vivido vários anos, intercalando a residência com a Quinta de Caparide, à semelhança do que fizera seu pai, sendo certo que ao longo das décadas de 1720 e de 1730 tenha residido ao Campo de Sant'Ana, onde viria a morrer em 1741.

A handwritten signature in black ink, written in a cursive style. The signature reads "Álvaro Sanches de Brito". The letters are fluid and connected, with a prominent initial 'A' and a decorative flourish at the end.

Sucedeu-lhe seu filho João da Costa de Brito, que permaneceu na casa sendo o primeiro proprietário citado nos Registos da Décima, logo em 1762, e depois o filho deste, José Sanches de Brito, que manteve a residência na propriedade mesmo durante o período que, ao que parece, terá levado a cabo umas obras nas casas grandes, referenciadas "por acabar" (1768) ou "hum quarto nobre por acabar" (1769).

O arrendamento ao cônsul da Rússia por 400.000 reis durante quatro anos, entre 1773 e 1776, e de seguida ao Bispo de Elvas, certamente por razões de ordem financeira devido à dimensão das suas dívidas, parece indiciar que a obra entretanto se concluiu. Posteriormente, logo em 1780, José Sanches de Brito regressa à propriedade onde é referenciado até 1801, ano em que provavelmente faleceu, pois após essa data é já referida a herança de José Sanches de Brito como proprietária. É possível que estas campanhas de obras citadas (1768/9) se refiram exclusivamente ao corpo de tardo, sobre o pátio com entrada pela Rua de Santo António dos Capuchos, construído mais tardiamente.

Trata-se de uma família de Lisboa com ligações estreitas aos Mendes de Brito, cujo palácio era ao Carmo, riquíssima família de raiz cristã-nova, estigma este ainda bem presente em meados do século XVIII, como se verifica nos processos de habilitação e suas "provanças" de limpeza de sangue, em que o zelo dos inquiridores recorrentemente se deparava com a informação de que "a fama de christam novice sempre houve na familia dos Britos", com toda a fundamentação genealógica testemunhal para o comprovar.

O avô do primeiro Álvaro, Nuno Dias de Brito (Sanches, segundo Felgueiras Gaio), casou com a herdeira de um Diogo Mendes de Brito, neta de Simão Pires de Solis, figura de proa da comunidade cristã-nova de Lisboa na primeira metade do século XVII que terá sido o responsável pela aquisição da propriedade ao Campo de Sant'Ana, em finais do século XVI, em 1592. Já no segundo quartel do século XVII aqui viveu algum tempo Nuno Dias de Brito e depois a sua viúva - *junto a Santo Antonio dos Capuchos as cazas em que vive Biatris da Costa de Brito veuva de Nuno Dias de Brito* (1630). Um dos seus filhos, Francisco de Brito Sanches, pai de Álvaro Sanches de Brito, residiu aqui ao Campo do Curreal bem como na sua Quinta de Caparide.

Os citados membros desta família Sanches de Brito, no século XVIII, destacaram-se nas lides marítimas, como oficiais de marinha de Guerra, como Coronéis de Mar e Capitães-de-mar-e-guerra. O primeiro, Álvaro, chegou a ser governador da fortaleza de São Lourenço da Barra (Cabeça Seca); o último, José Sanches de Brito, fidalgo da Casa Real e Comendador da Ordem de Cristo, chegou a Almirante da Armada Real. Este último, José Sanches de Brito, contudo, deparou-se com dificuldades ou "impedimentos" na sua habilitação na Ordem de Cristo, sendo considerado inábil para o efeito. Este julgamento resultou da sua condição de filho natural de *mãe concubina do Pay*, o mesmo se passando com a avó paterna relativamente ao avô paterno, com o avô materno, despenseiro das naus da coroa e a avó materna "mulher de segunda condição". Assim, viu-se forçado a recorrer à boa vontade régia, através de petição em que expôs que a mercê do hábito lhe provinha dos serviços prestados no Paço por sua mulher, D. Luísa Margarida Leonor de Veinholtz, no foro de açafata, situação em que o rei costumava dar a dispensa necessária, pois a mercê seria para o marido com quem fosse casada.

Destacaram-se igualmente pela posse de inúmeros bens (quintas, fazenda, etc.) e pelos vários processos por dívidas acumuladas, cuja natureza é explicada pelo próprio José Sanches de Brito em petição ou súplica dirigida ao monarca, aludindo ao pai e ao avô, afirmando que apesar do *laboriozo serviço do mar que principiarão e acabarão a vida chegando qualquer delles ao posto de Coronel de Mar e contraindo ambos importantes dividas de que os não puderão livrar os incertos intereces do Real Serviço passarão estas ao supplicante como hereditarias, obrigandoce ao pagamento de todas, de que não tem podido libertar-se (...)*. Isto no ano de 1769, em que parece concluir as

obras na propriedade. Devia então, só ao seu maior credor, a quantia de 47.000 cruzados, 15.000 dos quais só em juros.

Num documento relativo a processo de dívidas, datado de 1769, José Sanches de Brito refere expressamente:

*Humas casas nobres no Campo de Santa Anna, que arrendadas, rendem quinhentos e cinquenta e oito mil reis; Humas casas na rua de Santo António, para doze moradores, que arrendadas todas rendem duzentos e setenta e dois mil réis; Humas casas grandes a S. Cristóvão que lhe pagão de foro oitenta mil reis.*

É relevante notar que apesar de contíguas, as duas partes deste conjunto são tratadas ao tempo como propriedades distintas, uma no Campo de Sant'Ana e a outra, na traseira, abrindo autonomamente para a Rua de Santo António dos Capuchos, subdividida em doze moradas, chegando a ser referenciadas como *infinitas cazas de acomodações*.



O corpo traseiro do edifício com entrada por um pátio pela Rua de Santo António dos Capuchos

Para se acompanhar a estrutura setecentista da propriedade leia-se a descrição constante do Inventário realizado em 1777, a pedido do proprietário José Sanches de Brito, que se junta em anexo.

A propriedade manteve-se na família até pelo menos 1833, sendo mais tarde vendida à família Costa Lobo, responsável pela campanha de obras de 1867, como parece indicar a existência do seu brasão de armas em ferro sobre a porta de entrada. Nestas obras ter-se-ão provavelmente acrescentado alguns elementos decorativos em pedra, sobretudo em torno da mesma porta axial, bem como a balaustrada sobre a cornija e as estátuas que a coroam.



Brasão da família Costa Lobo, gravado na grade da sobreporta principal do palácio, datável da campanha de obras de 1867.

No palácio esteve instalada no princípio do século XX a embaixada da Alemanha, ao tempo que era embaixador o conde de Tattenbach, que aqui deu grandes festas, sobretudo aquando da visita a Lisboa do Kaiser Guilherme II (v. Anexos).

Um dos membros da família Costa Lobo doou a sua parte do edifício à Misericórdia de Lisboa, vindo este a ser arrendado para instalação da residência do Patriarca de Lisboa. Mais tarde (1926) foi adquirido na totalidade pelo Patriarcado, mantendo-se na sua posse até tempos recentes.

## ANÁLISE PATRIMONIAL



Vista aérea e planta em que é perceptível a organização do conjunto, com a entrada principal para o Campo de Sant'Ana, e a segunda fachada para Santo António dos Capuchos, com pátio ajardinado.

Não existe qualquer referência documental coeva relativa à origem da informação registada na lápide existente no interior do edifício, inserida na sequência das obras de 1867, segundo a qual o palácio foi construído em 1730 e foi seu arquitecto João Frederico Ludovice, responsável pelas obras do Convento de Mafra. A tipologia do edifício poderá corroborar essa informação, pois bastará comparar esta elegante fachada com o desenho daquela que Ludovice deixou na sua casa/nobre/prédio do Bairro Alto, sobre São Pedro de Alcântara. Em ambos os casos estamos perante uma das mais marcantes novidades do período joanino, isto é, o palácio com dois andares «nobres», ambos de janelas de sacada, contrariando a prática tradicional do palácio com um único andar nobre, hierarquizado de forma ostensiva em relação ao restante conjunto.

Como a fachada da casa/prédio de Ludovice data de 1747, como está registado na própria fachada, a fazer fê na placa atrás citada este palácio do Campo de Sant' Ana



seria anterior dezassete anos, ganhando por isso foros de pioneirismo na afirmação desse novo formulário estético, com profundas implicações na orgânica interna do próprio edifício e na sua relação com o espaço público. Uma arquitectura preocupada em revelar novos valores urbanos, em certa medida antecessora do futuro prédio/nobre pombalino. Olhando-a, todavia, com alguma atenção essa datação tão precoce parece pouco plausível.



Casa / prédio de Ludovice, em S. Pedro de Alcântara

Esta espécie de «diz-se que» deverá sempre que possível ser confrontada com eventual documentação existente, como neste caso se passa com os Livros de Cordeamentos, registo precioso tantas vezes esquecido. Ora segundo esta fonte, no ano de 1748 é realizada uma vistoria municipal à obra em curso nas casas de João da Costa de Brito, para acompanhar a demolição do edifício existente e a construção da nova fachada, com um corpo central saliente, com um portal ladeado por duas janelas de peito, como ainda lá está.

Portanto a nova fachada segue o modelo de Ludovice erguido no ano anterior (1747), aproximando formalmente os dois edifícios contemporâneos. Todavia, se confrontados com mais detalhe, nota-se de imediato que este palácio do Campo de Sant'Ana, apesar de exibir idênticos pressupostos, é não só mais «ligeiro» na sua estrutura, como a exuberância decorativa é mais pronunciada. Ou seja, a fachada de

Ludovice, no Bairro Alto, é bastante mais pesada, mais presa ao chão, enquanto esta afirma valores estéticos mais de acordo com a «leveza» ascensional de outra sensibilidade de idêntica matriz barroca.



Na verdade, é sempre perigoso aceitar como definitivas as informações contidas em registos bastante mais tardios, e sem referirem qualquer base documental segura. Tudo parece, por isso, indicar que a obra se inicia em 1748, numa versão mais elegante e leve do modelo definido por Ludovice no Bairro Alto, sendo plausível aceitar que Mateus Vicente seguiu a orientação do mestre, mas norteado pelas suas opções estéticas.





Corpo central da fachada, com marcação ostensiva de verticalidade

De qualquer forma a construção do palácio será sempre anterior ao terramoto, pelas razões já atrás aduzidas, tratando-se sem dúvida de um dos mais notáveis apontamentos da arquitectura palaciana do 2º quartel do século XVIII, indicador das novas directrizes introduzidas pela influência da arquitectura romana deste período, protagonizada por Ludovice, entre outros, e alimentada a peso de ouro pelo próprio rei D. João V. Descontando pois alguns elementos introduzidos em 1867, como a balaustrada superior e as estátuas que a coroam, esta fachada – com os seus três panos bem realçados pelo jogo das pilastras, a marcação tão evidente do eixo central, acentuando a verticalidade do conjunto, a elegância esguia das janelas, realçada pelos florões que as rematam, a ondulação tão afirmativa das grades das varandas, quase rendilhadas – constitui uma das obras mais perfeitas do barroco joanino na arquitectura civil, merecendo por isso toda a atenção da parte dos estudiosos da actividade artística em Lisboa neste período.

## ANEXOS

**1656 (27/12).** Lisboa. *Registo de baptismo de Álvaro Sanches de Brito.* ADL, RP, Baptismos, Pena, Liv. 4, fl. 63v.

*Aos vinte e sete bautizei a alvaro filho de francisco de britto, e de dona mariana da costa sua molher padrinho Joam da costa / Pedro da Costa /*

**1699 (17/01).** *Alvará de habilitação a Álvaro Sanches de Brito para se poder opor às Naus de Viagem.* ANTT, Ch. D. Pedro II, Liv. 43, fls. 8-8v.

*Eu El rey faço saber aos que este meu Alvara virem que tendo respeito a Alvaro Sanches de Brito me haver servido pella Repartiçam da Junta do Comercio geral por espaso de mais de doze annos em prasa de soldado e capitam de infantaria no discurso do referido tempo se embarcar em onze Armadas que foram ao estado do Brazil havendo-se nas viagens com bom prosedimento e particularmente no anno de 682 quando a charua Santa Maxima esteve em risco de se perder em hum baixo ao sahir da Barra de Pernambuco acodir a todo o trabalho nos bordos que se davão para haver de se livrar e nas tromentas que houve se haver com valor e vegilancia nos comboes das frotas naos da India sendo pello seu prestimo nomiado por cabo de Artilheiro de Baixo e prasa d'armas em seiscentos noventa e dous hir a Ilha Terceira a buscar a nao da India athe se recolher neste porto sahindo segunda ves no mesmo anno de guarda costa obrando tudo o que por seus officios mahores lhe foi emcarregado por ser muito inteligente nas regras da navegação tomar o sol cartiar. Hey por bem fazer-lhe merce de o abelitar para se poder opor as Capitancias de naos de viagem da India pello que mando ao Prezidente e concelheiros de meu Concelho Ultramarino cumpram e guardem este alvara como nelle se contem sem duvida alguma o qual vallera como carta sem embargo da ordenação do libro segundo cetera em comtrario pagou de novo dereito quinhentos e quarenta reis que se carregaram ao Thezoureiro João Ribeiro Cabral a fl. 29 cujo conhecimento enforma se registou no Registo geral a fl. 108 Manoel Penheiro de Fonseca a fes em Lisboa a des de Janeiro de 699 o Secretario Andre Lopes do Lavra o fez escrever (...) 17 de Janeiro de 1699.*

**1741 (09/04).** Lisboa. *Registo de óbito de Álvaro Sanches de Brito.* ADL, RP, Pena, Óbitos, Liv. 11, fl. 130.

*Aos nove dias do mez de Abril de mil setecentos e quarenta e hum faleceo com todos os sacramentos o Coronel Alvaro Sanches de Brito solteiro morador no Campo pela parte de sima. Fez testamento, em o qual nomeou por testamenteiro a seu filho João da Costa de Brito, e ao Provedor do Tabaco Manoel de Oliveira de Abreu e Lima, e nelle ordenou seria sepultado na Ermida de Nossa Senhora do Livramento da Freguezia de S. Vicente de Alcabedeche termo da Villa de Cascaes. /O Cura João Pereyra da Costa/*

**1748.** Lisboa. *Vistoria do Senado da Câmara às obras que João da Costa de Brito pretendia executar nas suas casas do Campo do Curral.* AHML, *Livros de Cordeamentos* (1748).

*Diz o Capitam de Mar e Guerra João da Costa de Brito que elle supplicante he senhor de huma propriedade de cazas sitas no Campo do Corral as quais quer demolir e no mesmo*

*chão fazellas de novo e juntamente, no mesmo sitio armar hum telheiro para trabalhar os canteiros e como não pode fazer sem lissença (...)*

*Joachim Jozeph Moreira de Mendonça escrivão do Tombo dos bens e propriedades do senado da Camara desta cidade de Lisboa, e hospital de São Lazaro da mesma cidade etcetera. Certifico que o Dezebargador Jozeph Bostoque vereador do Senado da Camara, e que a seu cargo tem o pelouro das obras foi em companhia de Francisco de Mendonça Arraes de Almada Procurador da dita cidade, e mais officiaes do Regimento ao Campo do Curral a ver a obra que em humas cazas que ahi tem pertende mandar fazer o Capitão de Mar, e Guerra João da Costa e Brito contheudo na petição retro nas quais se fez vistoria, e hade mandar fazer a obra na forma seguinte: estas cazas estrocem dereito com as paredes das casas vezinhas, e por este estrocimento hade abrir os alicerces da parede da frontaria sacada no meio aonde hade fazer o portico com huma janela de cada banda palmo, e quarto para mayor formosura, e melhor semetria das ditas cazas, e nellas hade fazer janelas de sacada em altura de dezaseis palmos. E hade fazer hum tilheiro para lavrar pedra defronte das ditas cazas de trinta palmos de comprido, e vinte, e dous de largo obrigandose o Mestre a desmanchalo logo depois de acabada a obra. E de todo o referido pasou a prezente nesta cidade de Lisboa aos trinta dous do mes de Abril de mil, e sete centos, e quarenta, e oito annos. / Joachim Joseph Moreira de Mendonça /*

*Concedem licença para fazer esta obra na forma do cordiamento. Meza 2 de Maio de 1748.*

**1751. Lisboa. Mercê de administração de duas capelas a João da Costa de Britto natural desta cidade, e filho do Coronel Alvaro Sanches de Britto. ANTT, RGM, D. José, Liv. 3, fls. 293-293v.**

*Houve Sua Magestade por bem tendo respeito aos serviços do dito João da Costa de Britto obrados no Regimento da Armada, em praça de soldado, e nos mesmos postos de Alferes, tenente, Capitão Tenente, e Capitão de Mar, e Guerra, por espaço de 41 annos, 11 mezes, e 5 dias, contados com alguma interpolação desde 4 de Julho de 1701, até 6 de Mayo de 1750, em que ficava exercendo, e no referido tempo fazer 3 embarques de comboys, e guarda costas, com grande promptidão, acerto, e vigilancia sendo Alferes no anno de 1714, e vindo embarcado na nao N. Sra. da Piedade, que comboyava a frota do Rio de Janeiro, e a da Bahia, e duas naos da India governar na falta do Tenente a sua Companhia, com grande zelo, e cuidado, sem que no decurço desta viagem faltasse a couza alguma da sua obrigação. No de 1717 se embarcar na mesma nao, que por ordem do Governador do Rio de Janeiro fora dar cassa a hum corsario francez levantado o qual dezaparecera daquella costa, ao quarto dia que fora avistado, e nessa occasião occupara a taifa da poupa (lugar de maior perigo) por nomeação do Capitão de Mar e Guerra sendo Thenente no anno de 1721, livrara de se hir a pique na Barra, e assim mais por conta de sua intelligencia, e promptidão, lhe ordenara o Capitão de Mar, e Guerra em Pernambuco, deligenciasse o socorro de agoa, e mantimentos de que estava falto por cauza da larga viagem que trazia. E no de 1725 fora nomeado pelo Capitão de Mar e Guerra da nao N. Senhora Madre de Deos (que vinha por cabo da frota do Rio de Janeiro) por Capitão Thenente da dita nao, cujo posto exercera com boa satisfação. No de 1727 hir na nao N. Senhora da Victoria a Cabo Verde, e dahi a Ilha de S. Vicente, e de Santo Antão, de donde se trouxera para esta cidade o Capitão Mor que a estava governando, e nas referidas occasiões, e nas mais que se lhe oferecerão se haver sempre como valerozo soldado, e com grande intelligencia. Em remuneração dos sobreditos serviços feitos até 2 de dezembro de 1750; Há Sua Magestade por*

*bem fazer-lhe merce em sua vida da administração da capella, que na villa de Montemor o novo instituiu o Padre João Mendes, e vagou por fallecimento de Duarte Lobo da Gama, e assim mais da capella que na villa de Serpa instituiu Vicente Domingues do Freyxo, e vagou por fallecimento de D. Catherina da Rocha Bocarra. E lhe fez tambem merce (alem de outra de que se lhe hade passar padrão pela via a que toca) dos cahidos das mesmas capellas, com obrigação de satisfazer, com os encargos dellas, fazer os tombos, e registar as cartas de que lhe foi passado Alvará a 11 de Novembro de 1751*

**1770 (08/02). Lisboa. Auto de vistoria - Certidão com que se prova o valor das cazas do Campo de Santa Anna no estado prezente em que estão. ANTT, DP-EI, mç. 1312, doc. 2.**

*Diz o Capitão de Mar e Guerra Joze Sanches de Brito que elle he senhor e pessuhidor de humas cazas nobres citas no Campo de Santa Anna que se acham hipotecadas por este Juizo a quantia de vinte e dois mil cruzados vincullados ao Morgado de que [he] Administrador Ayres Antonio da Silva e porque o suplicante precisa mostrar o estado e intrinzico vallor da dita propriedade pertende se proceda judicialmente a vestoria na dita propriedade e como o não pode fazer sem despacho de vossa merce, pede a vossa merce lhe faça merce mandar se proceda judicialmente na dita propriedade a vestoria, e receber a merce.*

*Despacho*

*Proceda-ce como o requer. Correa*

*Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e setecentos e setenta aos outo dias do mes de Fevereiro do dito anno na cidade de Lixboa no Campo de Santa Anna em huma propriedade de cazas nobres que sam do Capitam de Mar e Guerra Joze Sanches de Brito onde veyo o Doutor Joze Gonçalves Correa que serve de Provedor dos Orphãos e Cappellas em companhia de mim escrivão no fim deste asignado e ahy estavam prezentes os louvados por mim notheficados Vicente Alves Mestre do officio de pedreiro e Fellippe de Samthiago Mestre do officio de carapinteiro ambos juizes que tem sido dos seus officios aos quaes o dito Doutor Provedor deu o juramento dos Santos Evangelhos e lhe emcarreguey que debayxo delles em boa e sam comsiencia depois de vista e examinada a dita propriedade declarasem o quanto vallião de propriedade e sendo por elles recebido o dito juramento logo todos fomos ver e examinar a dita propriedade e pellos louvados foy dito que a dita propriedade de cazas nobres que fica no Campo de Santa Anna do lado do convento das relligiozas da dita invocasam com frente noble feita com toda a arquitetura tudo bom a qual se acha com precizão de aprefeiçoar o quarto de todo sima a qual consta de loge grande de entrada e dos lados dois corpos, e cada hum em seu portal grande de coxeiras na frente e no interior serventia de rampa que vay para hum pateo e para infenitas cazas de acomodações da famillia com um armazem grande cozinha cavalharice e seu quintal palheiros e por sima hum andar de cazas nobres que se acha aprefeiçoado que se compoem de quatorze cazas de bom cumprimento e quatro na frente bem acabadas com paineis nos membros de relevado e ximenéz e tectos tudo de relevado e boas pedrarias e o segundo andar com outras tantas cazas porem ainda por acabar e somente tem completas tres cazas e o que tudo visto e examinado deserão valler de propriedade treze contos de reis e he o que declararão debayxo do dito juramento de que fiz este auto que dou fe pasar o comtheudo nelle na verdade o qual todos assignaram e eu João Manoel Xavier de Pontes Cabral e Alcacere o escrevy assigney // João Manoel Xavier de Pontes Cabral e Alcacere // Correa // Vicente Alves // Fellippe de Samtheago //*



O conde de Tattenbach durante onze anos representou o seu país junto da corte portuguesa, abrindo os seus "esplêndidos salões à aristocracia portuguesa" no "sumptuoso palácio do campo de Sant'Anna", embaixada da Alemanha. Com a visita do Rei Frederico da Saxónia, em 1907, a legação alemã tornou-se o centro das atenções. Anteriormente por aqui passara Guilherme II, em 27 de março de 1905. (in *Ilustração Portuguesa*).



Sala Árabe



Gabinete do ministro



Sala de baile



Sala de recepção

## **PALÁCIO DO DESEMBARGADOR MANUEL DA COSTA MIMOSO**



### **LOCALIZAÇÃO**

Campo dos Mártires da Pátria (Campo de Sant'Ana) / Travessa José Vaz de Carvalho

### **CATEGORIA**

Palácio

### **CONSTRUÇÃO**

Meados do Século XVIII (pós terramoto de 1755)

### **PROPRIETÁRIO CONSTRUTOR**

Desembargador Manuel da Costa Mimoso

### **CARACTERÍSTICAS DA PROPRIEDADE**

Propriedade plena. No entanto, como consta do Registo da Décima, estava «pensionada em 10.000 reis aplicados a bem pio, conforme a Carta do Superintendente de 26/12/1763». A propriedade forma um conjunto composto de dois edifícios justapostos. O maior, palaciano, com fachada para o Campo de Sant'Ana, e o segundo, nas traseiras, de menores dimensões, esquinando da Travessa José Vaz de Carvalho para a Rua das Recolhidas. Pelas características construtivas poderá julgar-se que o corpo posterior seja mais antigo.





Fachada do corpo traseiro, na Travessa José Vaz de Carvalho



Através da perspectiva aérea distinguem-se bem as duas partes componentes da propriedade, com fachadas sobre as três vias. A mais nobre ocupando a maior parte do terreno, e a segunda, na traseira e com cobertura bem diferenciada, abrindo para a travessa lateral e Rua das Recolhidas

## EVOLUÇÃO HISTÓRICA

São escassas as informações sobre as origens deste edifício. Segundo uma escritura de venda celebrada em 1741, publicada em anexo, foi *toda a propriedade de cazas novas e velhas, e quatro moradas a ellas contiguas quintaes e mais pertenças e especialmente de todas as benfeitorias e acrescentamento que nellas quintaes e mais pertenças se fizerão depois da morte do dito Duarte Teixeira Chaves* vendida pela testamentaria do Almirante de Castela, à qual tinha dívidas o referido Teixeira Chaves, sendo comprador o Desembargador Manuel da Costa Mimoso, à data já ali morador.

Após o terramoto, surge referenciado nos Livros de Arruamentos, a partir de 1764, neles se recolhendo algumas informações importantes para a sua história. Aí se diz que nesse ano o senhorio ocupa as casas, mas o *Quarto Novo se acha imperfeito*. Em 1765 o mesmo *quarto grande novo se acha por acabar*. No entanto, *o outro quarto grande da Travessa das Recolhidas de Rilhafoles se acha devoluto em 1764 e já arrendado no ano seguinte, ao Desembargador J.A. Ribeiro de Azevedo*.

Portanto, tudo indica que originariamente a propriedade se compusesse das tais *cazas novas e velhas, e quatro moradas a ellas contiguas quintaes e mais pertenças*, que mais tarde, já após o terramoto, o Desembargador Mimoso tenha realizado as obras que levaram à construção do actual corpo nobre, com fachada sobre o Campo de Sant' Ana, reunindo provavelmente mais que uma das tais *quatro moradas*. E sobre a Travessa das Recolhidas se terá mantido parte da edificação pré-existente, aliás de características construtivas mais modestas, como ainda hoje se pode constatar, autonomizadas e arrendadas, conforme informa o registo desse ano.

O senhorio atrás referido é o Desembargador Manuel da Costa Mimoso, natural de Linhares, filho do Alcaide-mor de Monsanto, Bernardo da Costa Mimoso, fidalgo da Casa Real, cavaleiro da Ordem de Cristo e senhor da Casa dos Mimoso de Linhares da Beira e outros morgadios. Quando Manuel C. Mimoso foi habilitado pelo Santo Ofício (1720) tinha 30 anos, tendo pois nascido em 1690, sendo então bacharel formado na *faculdade dos sagrados cânones*, tendo já servido no lugar de ouvidor da Comarca de Linhares, onde vivia *abastadamente e com luzimento*, e onde era proprietário do ofício de Escrivão dos Órfãos. Mais tarde foi Desembargador do Porto e depois passou para a Casa da Suplicação, em Lisboa, e Mesa da Consciência e Ordens. Tinha igualmente o foro da Casa Real e era cavaleiro professo na Ordem de Cristo. Deverá notar-se que

vivendo já nas casas em 1741, se pode admitir uma afinidade profissional próxima com o desembargador Vaz de Carvalho, morador no palácio vizinho desde 1738. Mais uma vez se confirma a apetência dos Desembargadores para se instalarem nesta zona da Colina de Sant' Ana, o então dito *Campo do Curral*.

Em 1769 o senhorio ainda habitava parte da casa «nova». Esta encontrava-se dividida em *dois quartos*, sendo um ocupado pelo senhorio e o outro pelo *embaixador de Castela*. A propriedade já então se encontrava toda terminada, pois se em 1767, quando ainda em obras, pagava 214.000 mil réis de décima, em 1768 já pagava a soma choruda de 900.000 mil réis. Manuel da Costa Mimoso morreu em 1770, pelo que no ano seguinte os Registos da Décima já citam os herdeiros como proprietários, cabendo a propriedade ao mais velho, José Bernardo da Costa Mimoso, fidalgo da Casa Real. Este último não é dado como morador nesta casa, andando a mesma sempre arrendada. Entre os inquilinos contam-se o referido embaixador, e depois o Conde de Cuncolim e, mais tarde, o Conde de Valadares, que viveu aqui com um irmão, o Principal Abranches, pelo menos até 1793. No ano seguinte, 1794, a propriedade, ou seja o conjunto dos vários quartos que a compõem, encontra-se *toda devoluta por se estar consertando*.



Pela observação das fotos acima, percebe-se a ligação entre o corpo principal, o nobre, e aquele mais modesto que esquina para a Travessa das Recolhidas. Todavia, percebe-se igualmente a existência de portas no corpo nobre para a Travessa José Vaz de Carvalho, permitindo a sua divisão em *dois quartos*, como então se diz. O principal, sobre o Campo de Sant' Ana, com a entrada nobre, e o secundário com acesso pela referida travessa. Em 1768 parece que o senhorio habitava a parte secundária e o *embaixador de Castela* a mais nobre, uma vez que a parcela ocupada pelo senhorio é avaliada em 180.000 mil réis e a do embaixador em 620.000 mil réis. Aliás, nesta data, o desembargador Manuel da Costa Mimoso já se encontra aposentado, morrendo pouco tempo depois, em Janeiro de 1770.

*Manuel da Costa Mimoso*

Assinatura de Manuel da Costa Mimoso



## ANÁLISE PATRIMONIAL



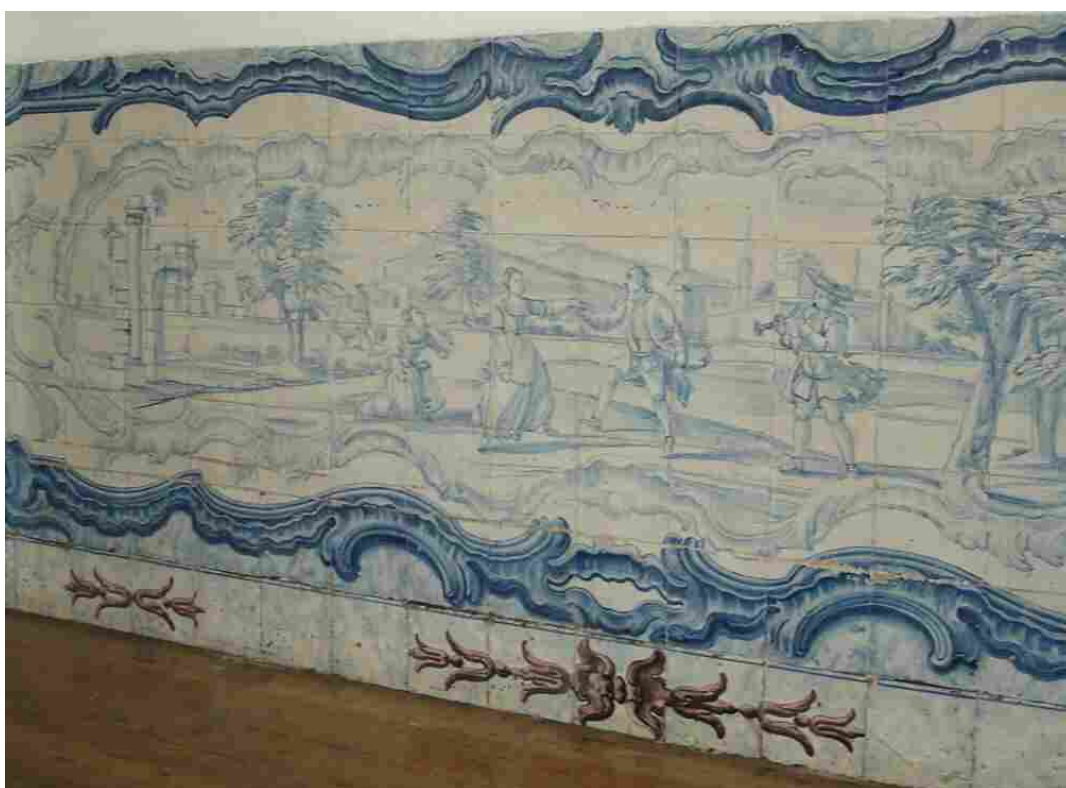
Considerando a fachada nobre sobre o Campo de Sant'Ana, a mesma parece corroborar as informações recolhidas nos Registos da Décima da Cidade. Estamos perante um alçado perfeitamente integrado no espírito pós-terramoto, com manifesta sobriedade, sem deixar, no entanto, de exibir nobreza, solidez e mesmo alguma elegância nas proporções e nos detalhes. Ao contrário da tradição palaciana lisboeta, aqui o piso nobre, de sete janelas, é o primeiro, correndo sobre ele o segundo piso secundário, com aberturas de peitoril. No piso nobre as janelas são todas de sacada, com gradeamentos comuns à época (idênticos aos dos prédios pombalinos da Baixa), e o lintel das janelas é recto, recortado superiormente com um ligeiro rebordo de cantaria. Já no piso superior as vergas são em arco abatido, apresentando idêntico rebordo na margem superior da cantaria. Esta pequena diferenciação na modelação das janelas introduz algum ritmo elegante à fachada, podendo mesmo supor-se que o piso superior seja um tudo nada mais tardio, pois, como atrás se disse, as obras deste corpo nobre arrastaram-se por vários anos.

No piso térreo encontra-se ao centro o portal de entrada, de cantarias rectas e desornamentadas, no entanto com idêntico ligeiro rebordo superior, no qual pousa a sacada central do piso nobre. Lateralmente, nos extremos da fachada, encontram-se, dois portais de loja que, ao contrário do portal nobre de acesso ao palácio, apresentam vergas de lintel em arco abatido. O conjunto obedece pois a um rigoroso jogo de simetrias, realçado pelas três mansardas, que estão dispostas em eixo com a linha das aberturas inferiores. É este cuidado com a obediência simétrica que faz desta fachada, apesar de tão sóbria e comum, um agradável exercício arquitectónico. Espera-se que esta característica não seja posta em causa com o projecto de renovação de momento em execução.

No interior destaca-se o vestíbulo nobre, com possante arco abatido, que dá acesso ao arco da escadaria, ladeado por dois portais rectos, numa referência ao modelo serliano. A escadaria é de lanços duplos, com cantarias trabalhadas e as paredes revestidas de azulejos policromos ainda de finais do século XVIII, com familiaridade com a produção da Fábrica do Rato. No piso nobre encontram-se várias salas decoradas com azulejos, sendo de destacar os figurados em azul e branco, com molduras *rocaille*, comuns nas construções nobres do período pombalino.



Vestíbulo Nobre



Azulejos em azul e branco figurados, com moldura *rocaille*, numa sala do piso nobre



Azulejos policromos da escadaria e duma sala



## ANEXOS

**1741 (08/09). Lisboa. Instrumento de promessa de venda, cessão de dívida e obrigação relativo à venda do palácio ao Campo de Sant'Ana. ANTT, ADL, CNL7A, cx. 101, LN600, fls. 12v.**

*Em nome de Deus Amem Saybão quantos este estromento de promessa de venda sessão de divida e obrigação virem que no anno do Nassimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e setecentos e quarenta e hum aos outo dias do mes de setembro na Cidade de Lisboa e Campo de Santa Anna e Cazas em que vive o Dezembargador Manuel da Costa Mimoso Corregedor do Sivel da Corte onde elle estava prezente de huma parte; E da outra o Reverendo Duarte Teixeira Chaves Prior da Colegiada da Vila de Chaves; e o Reverendo Padre Marcello Leytão da Companhia de Jezus procurador geral das missoens da India outorga nesta escritura como testamenteyro do Almirante de Castella D. João Thomas Henriques de Cabreyra pessoas conhecidas de mim tabeliam, e por elle dito Dezembargador Manoel da Costa Mimoso foy dito perante mim tabeliam e das testemunhas ao diante nomiadas que tendo noticia que o Reverendo Padre Marcello Leytão, como testamenteyro do dito Almeyrante, queria vender as cazas citas no dito Campo que forão do Tenente General da Artelharia Duarte Teixeira Chaves, e com que se fez pagamento ao sobredito Padre Marcello Leytão no inventario do mesmo Tenente General por vertude de huma arematção que avia feito da porção hereditaria do dito Reverendo Prior filho e herdeiro do dito Tenente General da Artelharia Duarte Teixeira Chaves e que pelo resto da sua divida pertendia executar o dito devedor nas bemfeitorias das ditas cazas; elle dito Dezembargador por conservarce n'abitação das ditas cazas em que se acha e evictar pleytos de preferencias com o dito Reverendo Padre Marcello Leytão por ser tambem o credor caucionario de Diogo Alvares Pereira de Lacerda de perto de seis mil cruzados o que melhor constará da escritura de divida, e auctos de pinhora e execução contra o mesmo devedor que se achão no Juizo das Capellas de que he escrivão Manoel da Sylva se rezolvia a remir a divida do dito Reverendo Padre Testamenteyro do Almeyrante, sedendo-lhe toda a dita caução que tem nellae a sua execussão, e vendendo-lhe as cazas que lhe tocarão por folha de partilhas na porção hereditaria do devedor, e da que se acha de posse; e porque nas tais cazas ha hum prazo fatiozim de que oje he direito senhorio hum filho ou netto de João Moniz da Sylva, da Ribeira de Maria Afonço que se acha no Rio de Janeiro o que empede a selebração da venda, sem se lhe pedir lissença a elle e a permitir, se ajustarão todos que elle ditto Dezembargador remisse a divida pertencente a dita testamentaria dando-lhe de principal doze mil cruzados e sinco de juros vencidos com que se daria por pago de toda ella elle reverendo Padre Marcello Leytão, e lhe sederia toda a posse que tem nas ditas cazas direitto e aução a toda a divida inteiramente e sua execução que constara dos auctos della de que he escrivão Caetano Jozeph, e Moura, e se obrigaria a asignar-lhe ou a testamenteyro que a esse tempo for escritura de venda a todo o tempo que elle dito Dezembargador quizer e que por esta dava por vendidas as ditas cazas todas as vezes que o dito comprador alcanssar a licença delle direito senhorio e satisfazer a siza ou aver izenção della pelo privilegio de huns e outros desde antão ficarão vendidas as ditas cazas; e que a segurança deste contrato obrigava elle Reverendo Padre Marcello Leytão a mesma testamentaria e bens della, e pelo dito Reverendo Duarte Teixeira Chaves foy dito que elle reconhecia a divida referida de que elle dito Dezembargador lhe hera credor e tambem a que agora sedia nelle o dito Reverendo Padre Marcello Leytão; e que juntamente com elle juntamente se obrigava asignar tambem a escritura de venda por cautella e melhor segurança de toda a propriedade de cazas novas e velhas, e quatro moradas a ellas contiguas quintaes e mais pertenças e especialmente de todas as benfeitorias e acrescamento*



*que nellas quintaes e mais pertença se fizerão depois da morte do dito Duarte Teixeira Chaves seu pay a qual venda ajustarão selebrada pela empotancia das ditas duas dividas que hade constar dos referidos proessos, avendo tambem desde agora por feita a venda todas as vezes que elle comprador mostrar a dita licença e certidão de siza ficando desde antão livre das ditas duas dividas, que paga com as ditas propriedades de cazas quintaes e suas pertença o que tudo ajustado passionado e contratado pelos sobreditos, logo elle dito Dezembargador entregou a elle dito Reverendo Padre Marcello Leytão testamenteiro do dito Almeyrante na prezença de mim tabeliam e das testemunhas os ditos doze mil cruzados e sinco de juros vencidos que tudo faz a quantia de dezacete mil cruzados em dinheiro de contado corrente neste reino de que tudo elle Reverendo Padre Marcello Leytão contou e recebeo, e disse estavão sertos sem falta alguma, de que lhe dá quitação e por estar entrege da dita quantia sedia nelle dito Dezembargador Manuel da Costa Mimoso toda a posse que tem nas ditas cazas, e todo o direito e aução que tem na dita divida e sua execussão, e o mesmo pela parte que lhe toca fez o dito Reverendo Duarte Teixeira Chaves, e ambos dicerão davão a elle dito Dezembargador todos os poderes bastantes em direito necessarios para que em seos nomes e como seu procurador bastante poder defender quaesquer cauzas pertencentes as ditas cazas e segurança deste contrato substabelecendo os mesmos puderes em hum e mais procuradores ficando sempre os mesmos nelle Dezembargador e tudo por elle feito averão por bem sobre suas pessoas e bens da dita testamentaria por modo que os ditos vendedores vendam com distincção a saber elle Reverendo Padre testamenteiro tudo quanto se lhe deu em folha de partilhas no inventario pela porção creditaria do dito seu filho o Reverendo Prior Duarte Teixeira Chaves de que tomou posse em vinte e oito de janeiro de mil e setecentos e trinta e sette dada pelo escrivão Antonio Soares Garreyro, e o dito Reverendo Prior Duarte Teixeira Chaves vende as bemfeitorias e tudo o mais que acresseo depois da morte do dito seu pay ficando asim vendidas todas as referidas propriedades seus quintaes e suas pertença pela empotancia das ditas duas dividas, elle Duarte Teixeira Chaves livre dellas e o dito Reverendo Padre Marcello Leytão testamenteiro do dito Almeyrante satisfeito da sua empotancia e nesta conformidade se hão elles partes por ajustados e permitem de cumprirem e guardarem esta escritura como nella se conthem (...)*

**1756 (10/02). Lisboa. Registo de óbito de D. Gracia Antonia de Vasconcelos Costa e Pereira. ADL, RP, Pena, Óbitos, fl. 90.**

*Aos des de Fevereiro de mil setecentos sincoenta e seis, faleceo D. Gracia Antonia de Vasconcelos Costa e Pereira que hera cazada com o Dezembargador Manoel da Costa Mimoso, deputado da Meza da Conciencia e Ordens moradores no Campo. Sepultouce no Convento de Nossa Senhora dos Remedios dos Carmelitas Descalços na forma de seu testamento, de que foy testamenteiro o dito seu marido. / O Cura João Pereyra da Costa /*

**1770 (08/01). Lisboa. Registo de óbito do Desembargador Manuel da Costa Mimoso. ADL, RP, Pena, Óbitos, fl. 72.**

*Aos oito de Janeiro de mil setecentos e setenta faleceo com o sacramento da Extremaunção o Dezembargador Manoel da Costa Mimoso viuvo de D. Gracia Antonia Pereira de Vasconcellos morador no Campo de Santa Ana. Fez testamento, em que nomeou por seo testamenteiro a seo irmão o Reverendissimo Antonio Joze Ozorio da Fonseca Conigo da Basilica Patriarchal de Santa Maria Mayor de Lisboa e foi sepultado nesta igreja. / O Padre Fr. Joze do Espirito Santo Ferreira da Cunha /*

## **PALÁCIO QUÍFEL BARBERINO / ALVERCA**



### **LOCALIZAÇÃO**

Rua das Portas de Santo Antão/São José;

Entrada nobre pela calçada da Igreja de São Luís dos Franceses.

### **CATEGORIA**

Palácio

### **CONSTRUÇÃO**

Inícios do Século XVIII

### **PROPRIETÁRIO CONSTRUTOR**

A família Quífel Barberino era de origem flamenga, da cidade de Anvers (Antuérpia), tendo um dos seus membros casado com uma senhora italiana, que se dizia aparentada com a família Barberino, ou Barberini, à qual pertencia o papa Urbano VIII, o célebre papa mecenas do Barroco, grande construtor em Roma e protector de Bernini. O primeiro a vir para Portugal foi Guilherme Quífel, que aqui casou, ainda no século XVII, e que tudo indica ser já morador a São José. No entanto, dada a tipologia do palácio, o edifício actual será mais tardio, sendo provavelmente iniciativa de seu filho Bartolomeu Quífel Barberino – o presumível construtor da Quinta de Molha-Pão, em Sintra, depois de a adquirir em 1682, fidalgo da Casa Real, do Conselho do Rei e da sua

Fazenda e seu juiz das Justificações –, ou de seu neto Manuel Quífel Barberino, que foi senhor da casa e administrador do morgado.

### **CARACTERÍSTICAS DA PROPRIEDADE**

Propriedade plena que segundo tudo indica terá sido integrada num morgadio instituído por Isabel de São José (possivelmente freira) e cuja relação com a família Quífel se desconhece, mas era próxima pois foram os membros desta família que detiveram a administração do morgadio. Alvitra-se a hipótese de ser irmã de D. Teresa Maria de Figueiredo, mulher de Bartolomeu Quífel Barberino, e mãe do referido Manuel Quífel Barberino, possível construtor da casa do morgadio de que foi administrador.

### **EVOLUÇÃO HISTÓRICA**

Após a construção, reveladora de um estatuto social bem ancorado financeiramente, a casa manteve-se sempre na posse de vários membros da família Quífel Barberino, na sua maioria letrados judiciais, desempenhando funções na magistratura, como Desembargadores do Paço, dos Agravos ou da Casa da Suplicação. São vários irmãos em cada geração, todos eles na sua maioria juristas. Trata-se, portanto, de uma importante família integrante da dita *nobreza togada*, cuja importância política e social foi aumentando consoante se consolidava a complexa estrutura administrativa do absolutismo régio. Aliás, é interessante notar o grande número de edifícios nobres erguidos na Colina de Sant'Ana no século XVIII por membros desta nobreza ligada à administração pública, em especial jurisdicional, cada dia mais poderosa no meio cortesão.

Finalmente, pela morte sem geração de alguns dos possuidores da casa, veio a mesma a cair num herdeiro por linha feminina, o Desembargador Manuel Estêvão de Almeida e Vasconcelos Quífel Barberino. Tendo herdado de seus irmãos já de idade avançada, casou com D. Joana Bernarda, da família Pais do Amaral, da Casa de Mangualde, sobrinha por afinidade de Aires de Sá e Melo, importante ministro de D. Maria I. Data deste período a concessão ao mesmo Manuel de várias mercês, como a alcaidaria-mor de Penedono, entre outras (1778). O mesmo senhor depressa enviuvou e terá desposado a sua antiga «amiga», a fim de legitimar a filha já nascida da relação, D.

Isabel Luísa. Esta senhora, declarada herdeira única da grande fortuna de seu pai, cujo rendimento é quantificado no *Nobiliário* de Felgueiras Gaio – *rende a Casa deste Barberino doze mil cruzados* –, desposou Simão Pais do Amaral, irmão da referida mulher de Manuel Estevão, D. Joana Bernarda.



Assinatura de Manuel Estevão de Almeida de Vasconcelos Barberino

A propriedade passou assim para a família Pais do Amaral, cujas armas se encontram representadas na cimalha do edifício sobre a rua, esquarteladas com a dos Quífel Barberino, estes através do bem conhecido escudo com três abelhas, as armas do Barberini, cuja representação é tão comum nas muitas obras realizadas pelo papa Urbano VIII e todos os subsequentes príncipes Barberini, riquíssima família romana.

Os Pais do Amaral vieram a herdar a grande Casa dos Sá, condes da Anadia e viscondes de Alverca, vindo a propriedade a cair num ramo segundo, que usou o título de visconde de Alverca.

Já no século XX, aqui se instalou o *Majestic Clube*, depois chamado *Monumental Clube*, que mais tarde trespassou ao Grémio Alentejano, em seguida denominado Casa do Alentejo, que por fim adquiriu a propriedade plena.



## ANÁLISE PATRIMONIAL

**A** - Trata-se de um excelente exemplar da arquitectura barroca aristocrática, de raiz nacional, esquematizada nas suas linhas mestras na segunda metade do século XVII, a qual, pelos vistos, foi bem assimilada pela ascendente *nobreza togada*. Em especial nas primeiras décadas do século XVIII, antes de, por directa influência régia, se disseminarem os padrões importados do chamado barroco romano.

O edifício tem a forma de um sólido quadrado, com pátio aberto ao centro. O lado sul encosta à Cerca Nova (Fernandina), que separa a propriedade do jardim do palácio Almada. Sobre o Beco de S. Luís da Pena (a calçada/escadinhas da Igreja de

São Luís dos Franceses), corre uma fachada de dois pisos, com sete janelas, onde se abre o grande portal principal, de linhas sóbrias e sustentando dois pináculos estriados que ladeiam o janelão sobreposto, encimado por um frontão curvo de boas dimensões. Obedece-se desta forma ao arquétipo deste tipo de palácio, em que se tenta equilibrar a dominante pesada e horizontal através da marcação vertical e centralizada do eixo portal/janelão (a fachada do palácio Almada, datável de cerca de 1712, é bom exemplo deste gosto). Este portal, colocado assim ao nível do primeiro andar de quem olha da Rua das Portas de Santo Antão, dava acesso ao pátio interior, a partir do qual a casa se organizava, com acesso à escadaria do andar nobre superior. Apesar das grandes alterações sofridas posteriormente, sobretudo a nível decorativo, a estrutura base setecentista da construção mantém-se praticamente intacta, pois o palácio pouco sofreu com o terramoto de 1755.

Deste período restam ainda revestimentos de azulejos da primeira metade do século XVIII, em algumas divisões.

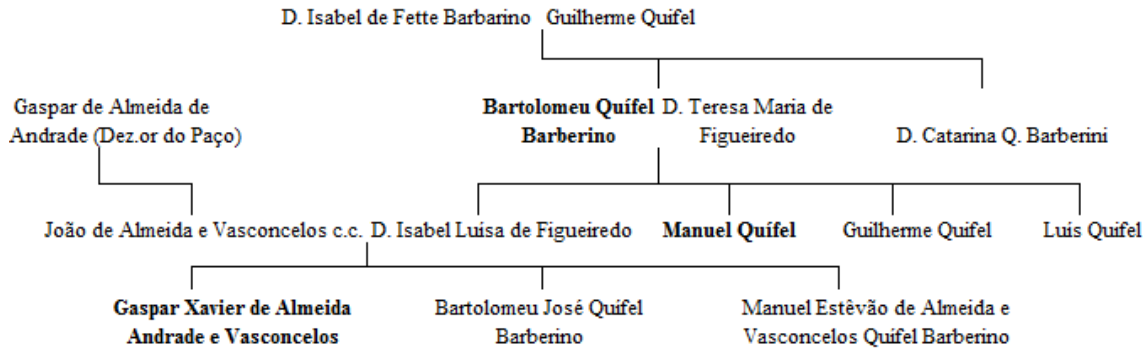
**B** - Hoje em dia o mais notável deste edifício é a sua decoração interior, decorrente da adaptação a *Majestic Clube*, em 1917, que ocupou a maior parte do edifício, com excepção das lojas do piso térreo sobre a Rua das Portas de Santo Antão. Esta adaptação durou até 1919, sendo dirigida pelo Arquitecto António Rodrigues da Silva Júnior (projecto de 1917). A principal inovação foi a cobertura vidrada do pátio central, transformando-o num enorme vestíbulo, com galerias abertas, agora revestido por uma exuberante decoração em estuques ao gosto neo-árabe. Quanto às salas do piso nobre foram redecoradas em gosto eclético, com intervenções de vários artistas, como Benvindo Ceia e Domingos Costa, autores das pinturas de tecto e murais dos salões, bem como José Ferreira Bazaliza.

Entre os conjuntos decorativos mais notáveis destacam-se os diversos revestimentos de azulejos em várias dependências, polícromos e azuis e branco, da autoria de Jorge Colaço. Constituem um dos mais importantes acervos do autor existentes em Lisboa, com destaque para os episódios de *Os Lusíadas* que revestem o topo das paredes de uma das salas.

No piso térreo (ao nível do pátio) encontram-se pequenos gabinetes, os *privée*, cada um deles com decoração coerente de um gosto, numa profusão de ecletismo notável no panorama do património decorativo lisboeta do primeiro quartel do séc. XX.

## ANEXOS

### Descendência de Guilherme Quífel e transmissão do morgado (até à sua extinção em 1770)



**1671 (13/12). Lisboa. Baptismo de Manuel Quífel.** ADL, RP, S. José, Baptismos, Liv. 2, fl. 268.

*Hem treze de dezembro de seiscentos he setenta he hum baptizei a Manoel filho do desembargador Bertolameu Quífel, he de sua molher donna Thereza de Figueiredo foi padrinho o Conde de Vilar Maior Regedor da Justissa / Antonio Garces de Azevedo /*

**1674 (20/05). Lisboa. Baptismo de Guilherme Quífel.** ADL, RP, S. José, Baptismos, Liv. 3, fl. 5.

*Hem vinte de Maio de seiscentos he setenta he quatro annos baptizei ha Gilherme filho do Doutor Bertolameu Quífel he de sua molher donna Tereza de Figueiredo padrinho ho Marques de Govea dom João da Silva / Antonio Garces de Azevedo /*

**1678 (08/09). Lisboa. Baptismo de Luis Quífel.** ADL, RP, S. José, Baptismos, Liv. 3, fl. 31v.

*Hem outo de Setembro de seiscentos, he setenta he outo annos baptizei ha Luis filho do doutor Bertolameu Quífel he de sua molher donna Thereza Maria de Figueiredo padrinho o doutor João de Andrade Leitão / Antonio Garces de Azevedo /*

**1686 (26/09). Lisboa. Carta de Conselheiro da Fazenda passada a Bartolomeu Quífel.** ANTT, Ch. de D. Pedro II, Liv. 17, fl. 286.

*Dom Pedro cetera faço saber aos que esta minha Carta virem que tendo respeito a satisfação com que o Doutor Bertollameu Quífel me tem servido no lugar de Desembargador dos Aggravos da Caza da Suplicação e nos mais que ocupou e suas letras e merecimentos. Hey por bem e me praz fazerlhe merce do lugar de Consilheiro de minha Fazenda que vagou pello Doutor Diogo Marchão Themudo que foy provido no lugar de Desembargador do Passo o qual terá e servirá emquanto eu o ouver por bem e não mandar o contrario ehavera com ella trezentos mil reis de ordenado em cada hum anno pagos na Alfandega desta cidade e de ordinario tambem em cada hum anno quatro moios de trigo no Almojarifado das jugadas da vila de Santarem e quatro moios de sevada no Almojarifado da Azambuja que he outro tanto*

*como tem os mais conselheiros da Fazenda e gozara de honrras e progetrição e priminenção que por razão do tal lugar lhe são concedidos e mando aos vedores de minha Fazenda que no Conselho della lhe dem posse do tal cargo e lho deixem servir haver o dito ordenado e ordinarias e todos os proes e precalços que lhe diretamente pretencerem constando primeiro por certidão nas costas desta dos officiaes a que tocar (...) mando passar esta carta ao Doutor Bertollameu Quifel por mim asinada e sellada com o meu cello pendente Antonio da Silva a fes em Lisboa a vinte de setembro de seiscentos e outenta e seis annos Sebastiam da Gama Lobo a fes escrever / El Rey / (...) Lisboa 26 de Setembro de 686. Dom Sebastiam Maldonado.*

**1704 (06/04). Lisboa. Alvará do cargo de Conselheiro da Fazenda a Bartolomeu Quifel. ANTT, Ch. de D. Pedro II, D. Pedro II, Liv. 45.**

*Eu El Rey Fasso saber aos que este Alvara virem que tendo respeito a ficar pertensendo por falecimento do Doutor João Vancusem ao Doutor Bertholameu Quifel do Concelho de minha fazenda como ministro letrado mais velho do dito concelho com o officio de Juis das Justificações que espera servira com todo o cuidado e sem queixa das partes numarar os livros que no mesmo Concelho servem. Hey por bem que posa haver sincoenta mil reis cada anno pello trabalho de rubricar os ditos livros que he o mesmo que tinha seu antecesor o Doutor João Vanucusem e lhe serão asentados e pagos na Chancellaria Mor da Corte e Reyno onde os prencipiaara a vencer de tres de Abril do anno prezente em deante. Pello que mando aos vedores de minha Fazenda lhos fação assentar nos livros della da ditta Chancellaria e levar em cada anno em seu nome para lhe serem pagos como dito he (...) Miguel de Abreu e Freitas o fes em Lisboa a seis de Abril de mil setecentos e quatro e deu fiança no livro primeiro dellas a fl. 117v a pagar outra tanta quantia Sebastião da Gama Lobo o fes escrever / Rey /*

**1712 (30/04). Lisboa. Baptismo de Gaspar Xavier de Almeida Andrade e Vasconcelos. ADL, RP, S. José, Baptismos, Liv. 4, fl. 65.**

*Aos trinta dias do mes de Abril de mil e setecentos, e doze annos baptizei a Gaspar filho de João de Almeida Vasconcellos, e de sua molher D. Izabel Luiza de Figueiredo Padrinhos Belchior de Andrade Leitão e a Madrinha Sebastiana Theresa de Jezus Maria Jozeph, e em seu nome com procuração toquou Manoel Quifel Rebello / O Vigario Antonio Roiz de S. João /*

**1714 (06/04). Lisboa. Baptismo de Bartolomeu José Quifel Barberino. ADL, RP, S. José, Baptismos, Liv. 4, fl. 84v.**

*Aos seis dias do mes dde Abril de mil settecentos e quatorze annos, baptizey a Bartholomeu filho de João de Almeyda Vasconcellos e de sua molher D. Izebel Luiza de Figueyredo Padrinho por procuração Manoel da Gama Lopo tocou Diogo Fernando de Almeyda Madrinha D. Anna Maria Quifel Religioza em Odivellas tocou o Dezembargador Bartholomeu Quifel. / O coadjutor Paulo Calheiros do Amaral /*

**1719 (21/03). Lisboa. Óbito de Bartolomeu Quifel Barberino. ADL, RP, S. José, Óbitos, Liv. 2, fl. 60v.**

*Aos vinte e hum dias do mes de Março de mil settecentos e dezanove annos faleceo com todos os sacramentos o Dezembargador Bartolomeu Quifel Quifel viuvo de D. Thereza Maria de Figueiredo nesta freguezia a S. Luis, foy a sepultar ao convento da Lus, não fes testamento. / O coaductor Paulo Calheiros do Amaral /*

## **CASA DAS TORRINHAS / PALÁCIO VAZ DE CARVALHO**



### **LOCALIZAÇÃO**

Topo norte do Campo dos Mártires da Pátria (Campo de Sant'Ana)

### **CATEGORIA**

Palácio

### **CONSTRUÇÃO**

Século XVII (data incerta)

### **PROPRIETÁRIO CONSTRUTOR**

A propriedade é citada como integrante do morgadio instituído por Cecília Temudo, em 1661, sendo referida como *nobres casas das Torres do Campo do Curral da Cidade de Lisboa*.



## **CARACTERÍSTICAS DA PROPRIEDADE**

Propriedade plena, havendo depois um prolongado litígio entre os administradores do referido morgadio, senhores da Casa de Azevedo, e a família Vaz de Carvalho da Silveira Preto, que tinha a casa arrendada desde 1737. Devido ao montante que José Vaz de Carvalho e seu filho Gonçalo da Silveira Preto gastaram em constantes benfeitorias na propriedade, acabaram por ganhar judicialmente a propriedade plena em 1768, pela verba que já nela tinham despendido, tendo-se então apurado que só um terço das casas nobres estava abrangido pela vinculação.

## **EVOLUÇÃO HISTÓRICA**

Como acima se afirma, as *casas nobres das Torres* (ou das Torrinhas, como depois são referidas) integravam o núcleo de bens de um vínculo instituído por Cecília Temudo, em 1661. Desta senhora o morgadio passou para Fernando Monteiro Montarroio e deste para seu filho, o Desembargador Francisco Monteiro Montarroio, Conselheiro da Fazenda e Corregedor da Corte. Deste e de sua mulher, D. Margarida de Luna Sottomaior, foi filha D. Maria de Luna Sottomaior, que veio a ser herdeira de seus pais, a qual casou com Pedro Lopes de Azevedo, Senhor da Casa de Azevedo, junto a Barcelos.

Como o filho deste casal, Leonardo Lopes de Azevedo, vivesse na sua casa familiar, frequentemente arrendava a propriedade do Campo do Cural, o que lhe permitiu auferir um bom rendimento durante os vários anos em que ali habitou a Condessa de Tarouca, que pagava uma renda de 200.000 reis, soma considerável no primeiro quartel do século XVIII. Contudo, a degradação das casas foi-se acentuando andando *por mão de rendeiros que ordinariamente as destroem como destruirão as ditas cazas que se achavão com varias ruinas e com a certeza de se virem ao chão se se lhe não acudira a sua reedificação*. Da avaliação resultante de duas vistorias à propriedade realizadas em 1737 por dois Mestres da Cidade (um pedreiro e um carpinteiro), uma *pera ver o estado em que estavam por ordem de El Rey pera haver de fazer despejar quem nellas morava com o pretexto de se consertarem por estarem muinto aruinadas, e outra ves por ordem do Provedor das Capellas pera dizermos o que haveria de mister pera se reedificarem*, apurou-se o valor de 4.300.000 reis, bastante baixo para a sua dimensão.

Desprovidos de cabedais para obras de grande envergadura, depois de se socorrerem de duas provisões régias, por hipoteca, para financiarem a execução de algumas obras, que se revelaram insuficientes, aos administradores da capela instituída por Cecília Temuda não restavam muitas alternativas para salvar da ruína as casas nobres do Campo do Curral. Foi assim que Pedro Lopes de Azevedo arrendou as casas nobres das Torrinhãs, ainda em 1737, ao Desembargador José Vaz de Carvalho, que não só lhe emprestara 8.000 cruzados para liquidar uma dívida relacionada com as obras, como acabou por investir uma fortuna na reedificação das casas fazendo *nellas tantas obras, que a despeza excede a quantia de vinte e cinco mil cruzados*. Um documento de composição entre o proprietário do vínculo e o desembargador refere-se a este como *cavaleiro professo da Ordem de Cristo e fidalgo da Casa de Sua Majestade e do seu Desembargo, Chanceler-mor do Reino, Corregedor do Crime da Corte e Casa*, assim como dá o novo arrendatário como já ali morador no ano seguinte. A confirmar a sua residência ali por esta altura registou-se a cerimónia de baptismo do seu primeiro neto, no caso da menina Constância, apadrinhada pelo Sr. Cardeal da Mota, que se fez representar pelo secretário de estado Pedro da Mota e Silva, no oratório das casas, em 15 de Agosto de 1739.

Figura de relevo na administração pública, desempenhando o cargo de Chanceler-mor do Reino, José Vaz de Carvalho (1675/1752) gozou de grande valimento junto de D. João V, tendo inclusive realizado grandes obras na sua quinta de Pintéus, junto a Loures, morgado familiar, para alojar o próprio monarca nas suas deslocações para acompanhar as obras de Mafra. É, portanto, um dos mais significativos protagonistas da movimentação social e política que marca o reinado joanino, com o empolamento crescente do Estado centralizado, decorrente da consolidação do poder absoluto da monarquia. Note-se que em tempos em que a esperança de vida era bastante baixa, Vaz de Carvalho morre nestas casas da freguesia da Pena com 77 anos. Este facto ajuda a justificar a duração do seu valimento junto do monarca, vindo a sobreviver-lhe, pois D. João V morre em 1750, dois anos antes de Vaz de Carvalho. De notar, igualmente, que o ministro de D. José I, também de apelido Carvalho, depois marquês de Pombal, quando sobe ao poder já tem 51 anos, idade já madura para a época, e é demitido em 1777, com 78 anos, vindo a morrer aos 83. Tudo indica que, neste período, além de uma raridade, *a idade é um posto*.



Quinta de Pintéus (Loures), com o exuberante portal armoriado, ao fundo (em cima)



A José Vaz de Carvalho sucede como morador seu filho primogénito Gonçalo José da Silveira Preto, nascido em 1715. Este senhor, igualmente formado em Leis por Coimbra e desembargador, começa desde cedo a beneficiar do valimento do pai, sendo muitas das mercês régias dadas directamente ao filho. Em 1729 (08-06), com 13 anos, recebe uma Carta de Padrão de 48\$000 reis de tença efectiva. Seis dias depois outra de mais 12\$000 reis e Hábito de Cristo. Em 1734 (08-12) um alvará régio concede-lhe o *Foro de Fidalgo Cavaleiro* da Casa Real. No mesmo ano, (a 10-06), é emitida a *Carta da Juiz da Índia e Mina*. Em 1737 (11-13), uma Carta que o reconduz no lugar de Juiz da Índia e Mina com a expectativa na Casa da Suplicação. Em 1738 (03-31) é-lhe passado o Alvará de Foro de Moço Fidalgo, e em 1738 (05-28) outro Alvará *para se riscar o acento do foro de Fidalgo Cavaleiro por lhe pertencer o de Moço Fidalgo*. E logo no mês seguinte o novo Alvará de *Foro de Fidalgo Cavaleiro por acrescentamento*. Em 1739 (11-30) consagra-se a ascensão rápida através da Carta Régia que lhe concede a *Comenda de Santa Maria da Vila de Monção*, na ordem de Cristo, acrescida da *Alcaidaria Mor da mesma Vila*. Em 1740 (01-07) já é *Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação*. Em 1745 (02-01) é emitida a *Provisão* que o nomeia Procurador da Fazenda Real, recebendo em 1749 a carta de Conselheiro. Em 1751 é-lhe feita a Doação do Senhorio do lugar de S. Miguel, que logo de seguida é elevado a Cavalaria e, depois, em 1752, constituído como vila (concelho). Por fim, em 52, é-lhe feita ainda a mercê da Comenda do Casal do Bugalho, também na Ordem de Cristo.

Ao longo de vários anos, mais precisamente entre 1739 e 1753, Gonçalo da Silveira Preto baptizou os seus dez filhos aqui "no Campo", no oratório das suas casas de residência, devidamente autorizado para o efeito por parte do Cardeal Patriarca. A vida corria-lhe de feição. Contudo, tal situação não se iria manter. De facto, todas as mercês que recebeu foram concedidas em vida de seu pai, parando a «cornucópia das benesses» no ano da morte deste. Tudo indica que Gonçalo José, talvez por tão habituado à proximidade da coroa, não foi *persona grata* do novo poder pombalino, tendo inclusive sido desterrado por um determinado período para as suas propriedades no Fundão, berço da família. Apesar dessa possível animosidade é ainda na vigência de Pombal, em 1768, que terá sido resolvido a seu favor o litígio sobre a propriedade do *Campo do Curral*, pois é a partir desse ano que os Livros de Arruamentos se lhe referem como *senhorio*, em vez dos senhores de Azevedo, até essa data sempre

mencionados como detentores da propriedade. É, no entanto, provavelmente durante o desterro forçado que a casa aparece nos referidos Livros como arrendada no seu todo, sendo inquilino por certo período o Correio-mor e família. A verdade é que a partir de 1779, já depois da queda de Pombal, o desembargador e conselheiro da Fazenda Gonçalo José ocupa toda a casa com a família, com 8 *criadas*, 5 *escudeiros*, 12 *criados de escada abaixo*, num total de 25 servidores, revelando pelo menos uma situação politicamente tranquila e financeiramente desafogada.

A propriedade continuou na posse da família, vindo o neto deste Gonçalo, também Gonçalo José Vaz de Carvalho da Silveira Preto, nascido nesta casa da freguesia da Pena em 17 de Setembro de 1779 (morto na freguesia do Coração de Jesus a 11.11.1869), sido elevado a 1º Visconde de Monção (1849, D. Maria II), vila de que a família detinha hereditariamente, como acima se referiu, a comenda e alcaidaria-mor. Como se percebe o visconde terá sido o último proprietário da família Vaz de Carvalho, pois tendo nascido nesta casa em 1779, viria já a morrer noutra morada. Note-se, ainda, que a longevidade parece ter sido apanágio familiar, pois se o primeiro José morreu com 77 anos, este último, seu bisneto, finou-se aos 90.



Assinatura de Gonçalo José da Silveira Preto

## ANÁLISE PATRIMONIAL

*Uma propriedade de Casas Nobres sita no Campo de Santa Anna Freguesia de Nossa Senhora da Pena a qual consta da sua principal frente para o mesmo Campo, e faz mais duas frentes, huma para a Travessa do Recolhimento, e outra para a Travessa de São Boaventura (actual Travessa José Vaz de Carvalho). Assim é descrita a propriedade num inventário realizado em 1793.*

Apesar de não ter sido possível até ao momento a efectivação de visita ao interior desta casa por motivos alheios à nossa vontade, o que naturalmente limita a apreciação meramente ao que é possível inferir do exterior, parece desde já de avançar com algumas considerações que a observação atenta das diversas fachadas coloca. Além

disso, o Inventário de 1793, acima em parte transcrito (que se junta em anexo na totalidade), revela bem a estrutura complexa do interior, fruto de constantes obras e benfeitorias, sobretudo a partir do arrendamento ao Desembargador Vaz de Carvalho.



Da vista aérea acima, percebe-se que o edifício é composto por três corpos, formando um U estirado, uma vez que o corpo sobre a travessa lateral (hoje José Vaz de Carvalho, mas à data de São Boaventura) é bastante mais comprido que os outros dois. Além disso, a irregularidade das coberturas, em especial no corpo de tardo, sobre a Travessa das Recolhidas, denota de imediato as sucessivas alterações e acrescentos que o edifício foi sofrendo. No centro desse U irregular resguarda-se um jardim arborizado (antigo pátio), em torno do qual por certo se organizaria a vivência quotidiana, quando a casa estava toda ocupada pela mesma família, o que nem sempre acontece pois os Registos da Décima anotam frequentemente, em finais do século XVIII, após a morte de Gonçalo José (1796), a divisão da casa em *dois quartos*, um habitado por algum membro da família do senhorio e o outro arrendado.

Das três fachadas merecem alguma atenção a principal, sobre o Campo de Sant'Ana e a traseira, sobre a Travessa das Recolhidas. A mais longa, sobre a Travessa José Vaz de Carvalho, apresenta extrema simplicidade, cuja leitura remete de imediato

para a arquitectura seiscentista, dominada por um muro compacto sinalizado somente por aberturas pequenas, de nembos alargados. Aquilo a George Kubler chama as *paredes povoadas* e aponta como uma das características mais singulares dessa arquitectura sóbria e chã.



Quanto á fachada principal, respira a mesma sobriedade, sem arrebiques decorativos, com a excepção do pequeno toque diferenciador das grades simples das sacadas do andar nobre. Quanto ao resto – cunhais, cantarias das janelas e cimalha – é tudo pautado por uma simplicidade austera. Um pormenor parece indiciar alguma complexidade na construção. O andar intermédio, de janelas de peito, espécie de *mezzanino*, revela na leitura exterior um pé-direito bastante avantajado para aquilo que será referência na arquitectura civil mais tardia. Poderá colocar-se a hipótese de originalmente a casa ter somente um andar, com pé-direito enobrecedor, e que mais tarde tenha sido acrescentada em altura com o piso nobre de sacadas. É possível, o que talvez justificaria as verbas consideráveis dispendidas em benfeitorias por José Vaz de Carvalho, citadas na documentação. Mas também é possível que seja a obediência rígida ao conceito arquitectónico chão, da valorização ostensiva do *muro*, a tal *parede*

*povoada*, que determine esta aparente incongruência de um *mezzanino* tão alteado. Além disso não existe qualquer marcação axial, uma vez que o único portal, dado como um dos acessos no referido inventário de 1793, se encontra deslocado numa das pontas, hoje com pouco leitura externa devido ao toldo da loja que alberga. De notar, ainda, as duas pequenas janelas de um piso superior, com grades, certamente acrescentos mais tardios que aproveitam, nas duas pontas da fachada, o elevado pé-direito do piso nobre.

Pelo que se pode intuir desta apreciação externa da fachada principal as informações batem certo com aquilo que nos é dado observar. Se a tal Cecília Temudo vincula a sua propriedade de *casas nobres da Torre do Campo do Curral*, em 1661, estas datarão certamente, na melhor das hipóteses, da primeira metade do século XVII, o que perfeitamente se coaduna com a leitura estética que a construção impõe. Isto é, um perfeito exemplar, algo pobre e de arrabalde (não se esqueça), do gosto chão seiscentista, anterior ao desenvolvimento da chamado barroco aristocrático, dominante na arquitectura palaciana cortesã citadina, que prolifera em Lisboa a partir sobretudo das décadas de 70/80 do século XVII. Esta constatação concede a este edifício um carácter único no panorama arquitectónico da área do Campo de Sant'Ana, o então ainda *Campo do Curral*, pois tudo indica tratar-se da mais antiga residência nobre aqui erguida, ou pelo menos da única sobrevivente desse período inicial de ocupação da zona, em especial na sequência da construção do vizinho convento de Santo António dos Capuchos.

Bem mais complexa é a fachada de tardo, sobre a Travessa das Recolhidas. Além do deplorável estado de conservação, apresenta um prospecto não só bastante irregular, denotando várias campanhas construtivas, como alguns elementos estruturais significativos para entender a orgânica original da casa. O primeiro é o grande portal, muito simples na sua moldura de cantarias lisas (de acordo com o gosto chão já detectado), que no mencionado Inventário de 1793 é referido como entrada original da Casa, com acesso directo ao amplo pátio, depois ajardinado. O segundo é a exteriorização tão acentuada do volume da grande chaminé, pormenor bastante raro na arquitectura palaciana, mais comum em certa construção popular do sul de Portugal, ou em edifícios nobres ainda quinhentistas. Em Lisboa, nos séculos XVII e XVIII, as chaminés das cozinhas dos palácios não se destacam desta forma na imagem externa dos edifícios. É certo que na primeira metade do século XVII o Campo do Curral é ainda arrabalde, pelo que pode pensar-se em certa medida numa casa quase de campo.



No entanto, este detalhe construtivo parece reforçar a ideia da antiguidade desta construção, seguindo ainda, pelos vistos, certos pormenores praticados na arquitectura civil privada quinhentista.



Outro aspecto a realçar é o pequeno corpo com duas sacadas no primeiro piso, «entalado» entre o bloco definido pelo volume da chaminé e aquele que alberga o portão. Essas duas janelas apresentam uma dimensão, sobretudo em altura, muito diferente das outras sacadas da frontaria, aproximando-se das proporções mais comuns no século XVIII. Este corpo será, portanto, tudo o que parece indicar, um acrescento decorrente da intervenção da família Vaz de Carvalho depois de 1738.

Um outro dado que suscita alguma perplexidade é o nome com que este edifício é citado na documentação, em particular mais antiga: *Casa das Torres do Campo do Curral*, ou, depois, *das Torrinhãs*. Isto sugere que originalmente haveria uma ou mais torres, que posteriormente terão desaparecido nas obras sucessivas. Ou, talvez se possa inferir que, como atrás se alvitrou, a casa inicial tivesse somente o tal piso único, hoje intermédio, coroado por pequenas torres, depois desaparecidas ao construir-se o andar nobre. Ou será que as duas pequenas janelas junto à cornija, nas pontas sobre o andar nobre, são eventuais reminiscências dessas *torrinhãs* originais? O que se poderá concluir é que esta designação de *Casa das Torrinhãs* constitui de facto um enigma, hoje por certo muito difícil de decifrar.

## ANEXOS

**1738 (28/03). Lisboa. Carta de mercê do Título de Conselheiro. ANTT, Ch. de D. João V, Liv. 93, fls. 204v-205.**

*Dom João por graça de Deos Rei de Portugal cetera. Faço saber aos que esta minha Carta virem que tendo respeito aos serviços, merecimentos letras e mais partes que concorrem na pessoa de Jozeph Vas de Carvalho meu Dezembargador do Paço, e que no de que o encarregar me servirá muito a meu contentamento e satisfação me pras e hey por bem fazer-lhe merce do tittolo do meu Concelho, e quero que elle goze de todas as honrras, previllegios, e prerrogativas que por elle lhe competem; e jurará em minha Chancelaria aos Santos Evangelhos que me dará concelho fiel, e tal como deve, quando eu lho mandar e por firmeza de tudo lhe mandey dar esta Carta por mim assignada passada pella Chancelaria e cellada com o cello pendente della (...) Dada nesta cidade de Lisboa occidental aos 22 dias do mes de Março do anno do nascimento de N. Sr. Jezus Christo de 1738 / El Rey / Pedro da Mota e Sylva / Felipe Correa da Sylva a fez (...) Lisboa occidental 28 de Março de 1738. Dom Miguel Maldonado.*

**1739 (15/08). Registo de baptismo de Constanca (primeiro baptizado da família no oratório). ADL, RP, Pena, Baptismos, Liv. 11, fl. 70v.**

*Aos quinze dias do mez de Agosto de mil setecentos e trinta e nove por virtude de hum despacho do Em.mo Rm.o Senhor Cardeal Patriarcha, no oratorio das Cazas em que vive o Dezembargador Joze Vaz de Carvalho no campo desta freguezia de Nossa Senhora da Pena baptizou o Ill.mo Dom Antonio de Aguilar de Figueira prelado da Santa Igreja Patriarchal a Constanca que nasceo a vinte e nove de Julho proximo passado filha do Dezembargador Gonçalo Joze da Silveira Preto, e de sua mulher Dona Felipa Catharina de Aguilar da Gama moradores nas mesmas cazas, e recebidos na freguezia da Sé da cidade de Elvas; foi padrinho o Em.mo R.mo Senhor Cardeal da Motta por seu procurador o Ill.mo Ex.mo Pedro da Motta e Silva Secretario de Estado, e madrinha tambem por procuração Dona Margarida Cicilia de Menezes de que fiz este assento que assignei em auzencia do R.do Padre Cura João Pereyra da Costa. / O Padre Antonio Alvares da Silva /*

**1740 (08/09). Registo de baptismo de José Vaz de Carvalho (neto). ADL, RP, Pena, Baptismos, Liv. 11, fl. 91v.**

*Aos oito dias do mez de Setembro de mil setecentos e quarenta baptizou o Ill.mo D. Antonio de Aguilar de Sequeira Prelado da Santa Basilica Patriarchal a Jozé, que nasceo aos vinte nove de Agosto proximo passado, e he filho do Dezembargador Gonçalo Jozé da Sylveira Preto, e de sua mulher D. Felippa Catharina de Aguilar da Gama recebidos na Sé da cidade de Elvas, e moradores no Campo, no oratorio de cujas cazas se administrou este Baptismo em virtude da licença, que por seu despacho concedeo o Em.o e R.mo Senhor Cardeal Patriarcha. Foi padrinho D. João de Aguilar Mexia por seu procurador D. Affonso Baptista de Aguilar e Monroy, e madrinha tãobem por procuração D. Anna Maria da Sylva Sotomaior, do que tudo fiz este assento, que assignei. /O Cura João Pereyra da Costa/*

**1749 (19/09). Lisboa. Carta de mercê do Título de Chanceler da Casa da Suplicação. ANTT, Ch. de D. João V, Liv. 124, fls. 277-277v.**

*Dom Joam por Graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves d'aquem e d'alem mar e Africa Senhor de Guine e da Comquista Navegação Comercio da Etiopia Arabia Percia e da India cetera. Faço saber aos que esta minha Carta virem que tendo consideração aos merecimentos letras e serviços do Doutor Jozé Vas de Carvalho do meu Concelho e Dezembargador do Paço: Hey por bem fazer-lhe merce de o nomear Chancellor da Caza da Suplicação o qual lugar elle servira asim e da maneyra que o tem servido as mais pessoas que ante delle o occuparão, e com elle haverá o ordenado proes e precalssos que lhe direymente pretencerem (...) Por despacho de Sua Megestade de sette de Setembro de mil settecentos e quarenta e nove João Galvão de Castello Branco a fes escrever. Antonio Baptista de Fegueredo a fes (...) Lisboa 19 de Setembro de mil e sette centos e quarenta e nove. Dom Miguel Maldonado.*

**1752 (20/12). Registo de óbito do Desembargador José Vaz de Carvalho. ADL, RP, Pena, Óbitos, Liv. 6, fl. 65.**

*Aos vinte dias do mez de Dezembro de mil setecentos e cincoenta e dous annos faleceo com todos os sacramentos o Dezembargador do Paço Jozé Vaz de Carvalho viuvo de D. Constança Antonia de Sylveira morador ao Campo. Sepultado na igreja de S. Roque. / O Cura João Pereyra da Costa/*

**1778 (11/10). Registo de casamento de José Vaz de Carvalho e de D. Maria Rosa de Sá. ADL, RP, Pena, Casamentos, Liv. 16, fl. 220.**

*Aos onze dias do mes de Outubro de mil setecentos setenta e oito annos de tarde em prezença do Perclarissimo e Reverendissimo D. Miguel de Atayde Conego da Santa Igreja Patriarcal, e tambem na minha prezença, como proprio Parocho, promptos os papeis do estillo, e dispençados os banhos da naturalidade da contraente por Decreto do Exmo. Senhor Cardial Patriarca Eleyto, se receberão por marido, e mulher como manda a Santa Madre Igreja de Roma. Jozé Vaz de Carvalho, filho legitimo do Dezembargador Gonçalo Jozé da Silveira Preto natural desta cidade batizado na Freguezia de Nossa Senhora da Encarnação, e de Dona Felipa Catharina de Aguilar da Gama natural de Elvas batizada na Freguezia de Nossa Senhora de Alcaçova, e elle contraente natural e baptizado nesta Parochial Igreja de Nossa Senhora da Pena aonde tambem he morador; com a Ex.ma D. Maria Roza de Sá natural da cidade de Braga batizada na Freguezia de São João do Souto, filha legitima do Perclarissimo Luis Manoel de Azevedo e Sá Coutinho Senhor de São João de Rey, e de D. Barbara Micaela Xavier de Azevedo e Atayde; cujo Matrimonio foi celebrado no oratorio das cazas do R.mo Conego D. Miguel de Atayde acima declarado morador no Campo de Santa Clara freguezia de S. Vicente de Fora em virtude de hum Decreto de S. Em.a, no qual tambem concedeo licença ao dito R.mo Conego para receber aos ditos contraentes. a Ex.ma contraente he moradora no convento de Chellas destrito da Freguezia de S. Bartolomeu. Assistirão por testemunhas D. Joze de Aguilar, e D. Joze Vasques da Cunha, com outras muitas mais pessoas, que presentes estavam. Do que tudo fis este assento, que assignei com as ditas testemunhas, e R.mo conego em o mesmo dia, e era ut supra. / O Cura Dionizio Jozé de Miranda / Dom Jozé de Aguilar / D. Joze Vasques da Cunha /*

**1779 (03/10). Registo de baptismo de Gonçalo José Vaz de Carvalho da Silveira Preto. ADL, RP, Baptismos, Pena, Liv. 16, fl. 52v-53.**

*Aos trez de outubro de mil setecentos secenta e nove por Decreto de Sua Eminencia foi baptizado no Oratorio da Caza de seus Pays pelo Ex.mo Bispo de Miranda D. Miguel Antonio*

*Barreto de Menezes na minha presença Gonçalo, que nasceo a dezassete de Setembro do dito anno, e he filho de Joze Vaz de Carvalho, e D. Maria Roza de Sá neto paterno de Gonçalo Joze da Sylveira Preto, e D. Felippa Catherina de Aguilar da Gama, e materno de Luiz Manoel de Azevedo Sá Coutinho, e D. Barbara Michaella da Cunha e Athaide. Foi Padrinho Gonçalo Joze da Sylveyra Preto, e Madrinha por procuração D. Barbara Michaella da Cunha, e Athayde, por quem seu irmão D. Luiz Ignacio de Athayde Britto Malafaya, de que fiz este Assento, que assignei / O Coadjutor Matheus Joze Lobo Mesquita/*

**1793 - Inventário de bens. ANTT, IPM-G, mc. 34, n.º 10, fls. 113-114v.**

[Inventariante: José Vaz de Carvalho; Escrivão: Mateus Gonçalves da Costa.]

*(...) Huma propriedade de Cazas Nobres sita no Campo de Santa Anna Freguezia de Nossa Senhora da Pena a qual consta da sua principal frente para o mesmo Campo, e faz mais duas frentes, huma para a Travessa do Recolhimento, e outra para a Travessa de São Boaventura e consta em o seu plano terrio a facia do dito Campo de huma caza grande de cocheira, e outra caza de mossos, e mais duas cocheiras com duas portas e outra caza de cavalharisse, e mais outra caza que serve de criados, e para a Travessa das Recolhidas sua loge de entrada, e mais duas cazas de criados ao lado do Poente de sobrados, e para o sentro e face da Rua de São Boaventura huma cozinha com sua conserva de agoa, e duas pias tudo de pedra e seu forno de assados, sendo esta caza de cozinha toda azolejada de azolejo branco, e mais huma caza que serve de despensa, e mais huma caza com seu posso de nora a Mourisca, e na mesma caza mais outra caza que serve de mossos e sua commua, e assim mais a frente da mesma rua huma caza de cavalharissa com suas mangedouras de pedra e sua pia para agoa, e seguido a esta para o lado do sul huma cocheira e caza de carreyos com hum grande palheiro por sima e no pavimento da loge de entrar para o lado do Nascente se contão onze cazas em que entra salla de entrada sendo parte destas em terra firme, e parte em sobrados com a frente para o Campo de Santa Anna, e no sentro seu jardim com seu lago no meyo de pedra com sua conserva de agoa para repucho e seus assentos e dous alegretes todos azolejados e no fundo do jardim seu protico com sua escada de dous lances que dá serventia a huma caza que serve de armazem de azete com seis talhas grandes emterradas em pedra e cal e sua pia grande que serve de salgadeira de pedra, e por sima destas suas cazas de sobrados com tres cazas sendo huma despensa, e duas de seleiros, e sobindo o primeiro lanso da escada principal ao lado do Poente com a frente para a Travessa se contão sinco cazas de accomodações, e no pavimento nobre se contão doze cazas em que entra huma caza de oratorio de dizer Missa com sua caza de sachristia sendo asoalhado de madeira do Brazil de varias cores e tudo bem feito, e assim mais para o sentro sua caza de jantar oitavada com tres cantoneiras de vidraças e seus armarios e sua xaminé de regalo com seu lavatorio de pedra bem feito de conxa, e ao lado desta huma caza que serve de copa com sua xaminé e tres pias de pedra e conserva de agoa taobem de pedra, e por sima destas outro pavimento de sobrados aonde se contão des cazas sendo tres de agoas furtadas, e as outras de pé direito tendo huma dellas sua xaminé de emgomar, e outra que serve de terbuna para a caza do oratorio tendo duas escadas inferiores, e confronta esta propriedade ao todo, do Nascente com o dito Campo de Santa Anna, do Norte, e Poente com as travessas de serventias publicas, e do Sul com cazas e quintal do Beneficiado Joze Antonio Nogueira, e sendo bem vista e examinada, e atendendo ao sitio e sua qualidade, e serem livres de pensão alguma as avaliam de seu valor intrizico na quantia de doze contos de reis.*

## PALÁCIOS (2) E CASAS NOBRES (2) DA FAMÍLIA MIRANDA HENRIQUES



Fachada de dois edifícios palacianos sobre o Campo de Sant'Ana



Conjunto de duas casas nobres idênticas na Rua de Santo António dos Capuchos

## **LOCALIZAÇÃO**

Campo de Sant'Ana e Rua de Santo António dos Capuchos

## **CATEGORIA**

Palácios e casas nobres

## **CONSTRUÇÃO**

Século XVIII, antes e depois do terramoto

## **PROPRIETÁRIO CONSTRUTOR**

Família Miranda Henriques: António José de Miranda Henriques, seu filho José Joaquim de Miranda Henriques e o filho deste, António José de Miranda Henriques, 1º Visconde de Sousel.

## **CARACTERÍSTICAS DA PROPRIEDADE**

Propriedade plena, mais tarde subdividida em quatro fracções, duas sobre o Campo de Sant'Ana e duas sobre a Rua de Santo António dos Capuchos.

## **EVOLUÇÃO HISTÓRICA**

**A** - Apesar de a investigação se encontrar ainda por terminar, dada a enorme quantidade de documentação reunida até ao momento sobre esta propriedade, poderá desde já avançar-se com alguma segurança na apreciação desta complexa propriedade da família Miranda Henriques no antigo *Campo do Curral*. A primeira referência certa, conhecida até ao momento, à residência familiar é de 1732. É aprovado em 8 de Janeiro um primeiro codicilo ao testamento (redigido em 1721), *na cidade de Lisboa ocidental ao Campo de Santa Anna nos aposentos de António José de Miranda Henriques*. Após a morte deste senhor neste mesmo ano, D. Maria Francisca Xavier de Bourbon, sua viúva (de quem fora 2ª mulher), em 1735, é referenciada no *Campo de Santa Anna nos aposentos em que vive*, num contrato de empréstimo de 800.000 reis para os aprestos do casamento de seu filho (José Joaquim) com a condessa viúva da Ilha do Príncipe, caucionando para pagamento o rendimento de duas propriedades de casas à Mouraria (90.000 reis) e as do Relógio de S. Roque (120.000 reis).

Se estas são as primeiras referências efectivas à residência, portanto à existência física das casas nobres, a posse da propriedade, no entanto, é bastante anterior. Segundo uma escritura de venda datada de 1857 (adiante referida e transcrita em anexo), o terreno estava inserido num morgadio instituído por João Gomes Leitão, Desembargador do Paço e Chanceler da Casa do Cível, na primeira metade do século XVII. Deste João Gomes Leitão foi neto materno e herdeiro o general Gil Vaz Lobo Freire, Governador das Armas da Beira na Guerra da Restauração, na qual muito se distinguiu, o qual morrendo solteiro, deixou como herdeira a irmã, D. Madalena da Silveira, mulher de Manuel de Miranda Henriques, general da Armada e Governador do Brasil, dos quais foi filho herdeiro o referido A. J. de Miranda Henriques, *natural de Santa Justa* (baptizado em 2/9/1674), que nesse ano de 1732, em que morreu, adicionou um codicilo ao testamento nas casas do Campo de Sant' Ana.

Além disso a família Miranda Henriques já tinha ligações patrimoniais nesta área do *Campo do Curral*. No referido testamento de 1732, António de Miranda Henriques dispôs ser depositado *na sepultura de seus pais e avós, no vizinho convento de Santo António do Curral* (isto é, Santo António dos Capuchos). Segundo Carvalho da Costa, na *Corografia Portuguesa* (1712, Vol. III, p. 413): *A Capela da parte da epístola [colateral] he de N. Senhora da Piedade, a qual fez à sua custa Damião Borges Veador del Rey D. Henrique, e nela tem seu enterro para seus herdeiros; a outra Capela, que está contigua a ela, é dedicada a N. Senhora da Conceição, mandou-a fazer Jerónimo Borges, irmão do dito Damião Borges.*

O Cardeal D. Henrique foi o impulsionador da fundação do mesmo convento (1570), e deste Damião Borges foi neta herdeira D. Mariana Borges de Macedo, mulher de António de Miranda Henriques, avô paterno deste último António citado. É, pois, possível estabelecer a ligação da família à zona de Sant' Ana, através deste avô Borges, desde finais do século XVI ou inícios do seguinte, quando de facto o Convento de Santo António é finalizado. Como Jerónimo Borges, referido acima como instituidor da capela de N<sup>a</sup>. Sr.<sup>a</sup> da Conceição, não teve sucessão, a mesma terá sido igualmente herdada pela sobrinha e entrado também no património vincular deste ramo da família Miranda Henriques. Desconhece-se todavia que outras propriedades na área fariam parte deste morgadio dos Borges. Na verdade António de Miranda Henriques refere, no testamento aberto à sua morte em 1732, o nome deste seu antepassado Damião Borges e o morgadio por ele instituído a que manda anexar diversas propriedades em Odivelas. O

que não deixa de ser curioso é que uma destas duas capelas tenha mudado de orago entre 1712, data em que são citadas por Carvalho da Costa como da Piedade e da Conceição, e a década de quarenta do mesmo século, quando D. António Caetano de Sousa, na *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, entre os muitos morgados que cita como administrados por António J. de Miranda Henriques, refere que é *senhor dos morgados seguintes na Guarda, em Pinhel, Viseu e Lisboa de que é cabeça a Capela do Santíssimo Sacramento do Convento de Santo António do Curral*. Qual delas terá sido adaptada à evocação do Santíssimo Sacramento, a qual se torna quase obrigatória ao longo do século XVIII? Por mera curiosidade se diga que este Damião Borges (que Alão de Morais apelida Borges de Macedo) era sobrinho-neto de Damião de Góis, meio-irmão de seu avô materno, Francisco de Macedo.

A close-up photograph of a handwritten signature in dark ink on aged, slightly yellowed paper. The signature is written in a highly decorative, cursive script. The legible parts of the signature include 'Ant. José de Mir. Henriques' followed by a large, ornate flourish that ends in a circular shape.

Assinatura de António José de Miranda Henriques

O filho herdeiro deste A.J de Miranda Henriques e da referida D. Maria de Bourbon, sua segunda mulher, é José Joaquim de Miranda Henriques, baptizado em Janeiro de 1719 *no oratorio das cazas em que vive António de Miranda Henriques no Caminho da Penha de França*, então freguesia dos Anjos, em cerimónia presidida pelo patriarca D. Tomás de Almeida, tio-avô materno do neófito. No entanto na obra citada, D. António Caetano de Sousa afirma que nasceu em 4 de Dezembro de 1718, informação confirmada por Silva Canedo, em *A Descendência Portuguesa de El-rei D. João II*, acrescentando este último que o nascimento terá tido lugar na freguesia da Pena. Pode, portanto, ter nascido na Pena em Dezembro, e em seguida baptizado com solenidade patriarcal um mês depois na Penha de França, freguesia dos Anjos. A ser correcta esta informação o nascimento teria tido lugar por certo nas casas do Campo de Sant' Ana, que assim já estariam erguidas em 1718.



Dada a sua relação familiar tão próxima com o 1º Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida, figura cimeira do reinado de D. João V, acentuada ainda pelo facto da sua avó materna, D. Teresa de Bourbon, irmã do prelado, se ter consorciado, uma vez viúva de D. Álvaro da Silveira e Albuquerque, com o todo-poderoso Diogo de Mendonça Corte-Real, secretário de Estado de D. João V por mais de trinta anos, poder-se-á supor que, pelo menos até à morte do tio-avô patriarca (1754), José Joaquim de Miranda Henriques tenha tido a vida facilitada no meio cortesão. São inúmeras as cartas de mercês que recebe, logo a partir de 1724, aos cinco anos, com o indispensável alvará de Moço Fidalgo da Casa Real, que lhe cabia por sucessão. Recebe depois as comendas de seu pai, após a morte deste, a de Santo Estêvão de Pussos e a de Santa Maria dos Prazeres de Vilar Torpim, ambas na Ordem de Cristo, bem como a de São Romão de Panóias, com a respectiva alcaidaria-mor, esta na Ordem de Sant'Iago, e ainda a alcaidaria-mor de Vilar Maior. A estas rendas acrescia, no que concerne a Bens da Coroa, os senhorios das vilas de Carapito e Codiceiro, herdados com o morgadio lisboeta do tio Gil Vaz Lobo Freire. A isto se somavam os inúmeros morgadios que se haviam acumulado por sucessivas heranças, em que se destacam a quinta grande de Odivelas e o morgado do Freixial, citados igualmente por D. António Caetano de Sousa. No entanto, José Joaquim não caiu em desgraça após a mudança de reinado e o sequente consulado pombalino. As mercês mantêm-se e atinge os altos postos militares de Marechal de Campo e depois Tenente-General, tendo, nesta qualidade, exercido o lugar de Governador das Armas do Minho. Morreu em Lisboa, nas suas casas do Campo de Sant' Ana, em 1782.

Acidentada foi a sua vida conjugal. Casou a primeira vez, em 1735, com dezassete anos, com uma prima direita de sua mãe, filha dos Condes de Avintes, e já viúva do Conde da Ilha do Príncipe, tendo D. João V o gesto simpático de manter à senhora o tratamento e honras de condessa, mesmo depois de casada em segundas núpcias. Esse matrimónio foi oficiado igualmente pelo Patriarca, tio de ambos, sendo padrinho o secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte-Real, marido da avó materna do nubente, espelhando bem esta espectável conjugação de notabilidades relacionadas entre si a lógica endogâmica de clã ainda vigente na primeira aristocracia de corte. Viúvo, em 04/08/1749 casou 2ª vez, no oratório das casas do Principal Saldanha em Santo Amaro, com D. Maria Bárbara de Saldanha (ou de Lancastre), natural da Ajuda,

filha de João de Saldanha da Gama e de sua mulher D. Joana Bernarda de Noronha, irmã inteira de Luís de Saldanha da Gama, 4º Conde da Ponte.

Também este casamento foi infértil, pelo que a 2 de Maio de 1758 casou pela terceira vez, no mesmo oratório da Junqueira, com sua cunhada, D. Ana Joaquina de Saldanha e Lencastre, irmã mais velha da segunda esposa, e já viúva de seu tio, o 3º Conde da Ponte. Embora casado com condessas viúvas, José Joaquim nunca conseguiu igual tratamento ao de duas das suas esposas. Desta última união, nasce por fim, a 16 de Dezembro de 1761, um filho único, António José de Miranda Henriques da Silveira e Albuquerque Mexia Leitão de Pina e Mello (juntando nos apelidos os múltiplos morgadios herdados de diversos ascendentes), que viria a ser o herdeiro, notável militar na Guerra Peninsular, que lhe valeu o título de 1º Visconde de Sousel, depois Governador das Armas do Alentejo e, finalmente, General em Chefe do Exército entre Tejo e Mondego, aquando da Vila-Francada (1823), de que foi um dos cabecilhas. Morreu em 1835.

**B** - Olhando agora para a propriedade familiar, pode constatar-se que a mesma ocupa um vasto talhão de terreno em declive, de formato irregular, fazendo frente a parte cimeira para o Campo de Sant'Ana, e a traseira para a íngreme rua de Santo António dos Capuchos, em cujo convento a família detinha, como se disse, capela tumular.



O primeiro olhar sobre esta longa fachada de 22 janelas de idêntica dimensão é perturbante, pois a indiscutível unidade orgânica da fachada é desmentida pelo tratamento externo que distingue de imediato os dois edifícios, facto acentuado quer pelo desenho diverso em ambos do gradeamento das sacadas, quer pelos elementos decorativos que pontuam as cimalkas de balaústres.

Embora alguma informação por trabalhar possa dar a indicação da construção inicial desta fachada, o que é certo é que a sua parte sul (correspondente hoje à Embaixada da Alemanha), já estava completa em 1747, pois nesta data José Joaquim de Miranda Henriques celebra um *contrato de obras com o pedreiro António Álvares*, que implicaria não só a actividade de pedreiro como também de carpinteiro. Contrato logo anulado e depois corrigido que descreve com alguma minúcia o que se pretende. José Joaquim deseja que o referido pedreiro/carpinteiro, digamos verdadeiro mestre-de-obras, prolongue um novo corpo *às suas casas nobres* já existentes, copiando o original. Segundo o documento, *esta obra há-de ser a medição e pela direcção dele dito José Joaquim de Miranda Henriques e do sargento-mor José Sanches da Silva o qual será o medidor e avaliador por parte dele dito José Joaquim de Miranda Henriques*.

Este contrato é um documento central por várias ordens de razões. Por um lado, diz-nos que a matriz arquitectónica base desta longa fachada já está definida em 1747, desejando o proprietário simplesmente prolongá-la com mais um corpo que completasse toda a frente da propriedade sobre o Campo de Sant' Ana. Deste facto torna-se mais compreensível o facto de hoje se tratar de duas propriedades diversas, facto aliás já perceptível nos Registos da Décima pois por vezes são referidas como duas fracções autónomas: *dois quartos*, como se diz, cada qual com seu inquilino. Por outro, além do nome do mestre-de-obras, é-nos dado a conhecer o responsável pela obra, coisa rara na maioria da arquitectura civil privada, na qual o nome do possível autor é sempre uma dor de cabeça ou um desafio à imaginação. Mais adiante, o documento é ainda mais explícito, pois determina que devem seguir *pelo risco e determinação do sargento-mor engenheiro José Sanches da Silva o qual risco e planta serão eles mestres obrigados a executar*.

José Sanches da Silva é figura de cuja actividade profissional pouco ou nada se sabe, pois Sousa Viterbo limita-se a referenciar que ao *capitão José Sanches* foi concedida por D. João V a mercê *de praça de aprendiz de Arquitectura dos meus paços desta cidade*, em 1729. O que se poderá acrescentar é que em 1747, à data deste

contrato, já tinha a patente de sargento-mor engenheiro e que terá morrido logo em 1748, pois em 49 é nomeado para o substituir nas funções oficiais Elias Sebastião Poppe, que se manteria em funções para lá do terramoto, sob a orientação de Manuel da Maia.

Em 1748 novos contratos parecem indiciar que algo não corra bem com os mestres anteriores. No primeiro desses contratos, de 23 de Fevereiro, é retratado o estado da construção, dizendo que no *palácio do Campo de Santa Anna cuja obra ao presente esta com as paredes levantadas e telhados feitos pelo risco do Sargento-mor engenheiro José Sanches da Silva*. Mais tarde, outro contrato celebrado com *Jacinto Isidoro mestre canteiro e morador na rua direita de Santa Anna* a 8 de Agosto de 1748, é determinado que o mesmo mestre há-de *fazer todas as pedrarias de seu ofício de canteiro pondo as pedras a sua custa para a obra que determina fazer no seu palácio em que vive no dito Campo de Santa Anna a qual dita obra consta de oito janelas vigadas com suas sacadas e cimalthas irmãs das que são no seu palácio*. A obra deverá ser *prefeita e acabada segundo a arte (...) tudo de pedra lioz*.



Pintado de cor diferente, encontra-se o acrescento (hoje autonomizado) decorrente das obras programadas em 1747 e continuadas no ano seguinte com novos contratos. Segundo se diz num desses contratos, *a qual dita obra consta de oito janelas vigadas com suas sacadas e cimalthas irmãs das que são no seu palácio*. Neste contrato de 1748 não consta qualquer menção aos óculos superiores.

Está portanto bem definido o acrescento, que ainda hoje apresenta as mesmas oito janelas com *suas sacadas e cimalthas irmãs das que são no seu palácio*. É curiosa esta vontade expressa de manter a unidade formal da fachada, embora destes contratos se perceba que as duas partes dispõem desde início de alguma autonomia relativa, com entradas, escadas e até cozinhas separadas. Mas o aspecto mais interessante deste contrato é a confirmação da incapacidade do sargento-mor engenheiro José Sanches da Silva em acompanhar a obra, pois neste último contrato é dito que o referido mestre pedreiro, Jacinto Isidoro, deve seguir o *risco que entre si tem aprovado feito pelo architecto Remígio Francisco*, referido aliás como *Ramizio*. De facto, José Sanches da Silva viria a morrer em 26/01/1749. Assim sendo, Remígio Francisco substituíra Sanches da Silva como responsável pelo risco da obra, em especial no que diz respeito ao traçado e desenho das cantarias que o mestre Isidoro deveria executar. Portanto, trata-se de uma obra a duas mãos, em que a estrutura de planta, alçados, paredes e telhados se podem atribuir a José Sanches da Silva, e o desenho do recorte das cantarias novas a Remígio Francisco. No entanto, como acima se viu, que José Joaquim prescreve de forma nítida que as janelas devem ser *irmãs das que são no seu palácio*, o único desenho novo que resta é o dos portais e janelas do piso térreo.

Remígio Francisco, nome a que se junta por vezes o apelido Abreu, é uma figura secundária no panorama arquitectónico deste período, acompanhando grande parte da reconstrução pombalina. A obra que por hábito se lhe aponta é a traça da nova Igreja de São Paulo. Sousa Viterbo, no *Diccionario (...)*, aponta as razões dessa secundarização, escrevendo: (...) *ele era o mais antigo dos ajudantes da Casa do Risco, e Reinaldo Manuel o mais cortesão. Quando o marquês de Pombal ali ia de visita, tocava a ele, como o mais velho, fazer as honras da casa, mas, como era naturalmente acanhado, mandava em seu lugar o Reinaldo. Este soube captar as graças do marquês e por isso na vaga deixada por Miguel Ângelo de Blasco é que foi provido no lugar de Architecto das Obras Públicas*. Mais acrescenta que Remígio Francisco era igualmente architecto do Senado. A isto se resume a informação de Viterbo, não adiantando qualquer trabalho, risco ou projecto da sua autoria, nem mesmo São Paulo, que outros citam como obra sua.

De momento poder-se-á adiantar, com alguma segurança, que é o autor da traça dos portais de desenho requintado do acrescento da fachada palaciana de José Joaquim

de Miranda Henriques, no Campo de Sant'Ana. Tendo em atenção a informação já trabalhada, pode ser dado como certo que este corpo acrescentado, hoje autonomizado, data de 1747/8 e segue a restante fachada pré-existente. O que resta apurar é quando foi construída a fachada original, sobre a qual adiante se procederá à respectiva análise patrimonial.



Pormenor da fachada do acrescento de 1747/8. Se as janelas do piso nobre são idênticas às do palácio mais antigo, como é determinado no contrato, já os portais apresentam diferenças significativas (comparar com a foto acima inserida) . Segundo se depreende do contrato de 1748 o desenho destes portais do acrescento, com um recorte decorativo bastante peculiar, serão da autoria de Remígio Francisco. De notar que existe uma diferenciação na dimensão da sacada sobre o portal, igualmente referida no contrato como a *logea*.

Em 28/07/1756, estando José Joaquim de Miranda Henriques morador na Junqueira, por certo nas casas de família da mulher, realiza um novo contrato com o pedreiro António Franco *para haver de lhe reedificar a propriedade nobre de cazas que possui no Campo do Curral em que vive o Desembargador Antonio Velho da Costa*. Trata-se por certo de reparações decorrentes de estragos causados pelo terramoto, que

não deviam ser de grande monta, quer por as casas se encontrarem ocupadas, quer por se especificar que a *referida obra da qual não largará sem de todo a deixar acabada e a dará pronta até o natal deste presente ano*, ou seja, cinco meses depois.

A novidade mais interessantes deste contrato é o facto de o arquitecto não ser já o anterior Remígio Francisco, mas prescreve-se que deve *fazer a semelhante frontaria de novo na altura a que lhe for dada pelo risco do sargento-mor Mateus Vicente*.

Os arquitectos sucedem-se e, muito provavelmente, Remígio Francisco estaria já então integrado nas equipas da reconstrução, pelo que surge a substituí-lo a personagem de Mateus Vicente. Este é uma figura bem conhecida do panorama arquitectónico de Lisboa, sendo da sua traça a Igreja de Santo António e o projecto original da Basílica da Estrela, depois alterado pela intervenção de Reinaldo Manuel. Aliás já se alvitrou que fosse da sua autoria o palácio junto deste de J. J. de Miranda Henriques, no Campo de Sant' Ana, da família Sanches de Brito.



Assinatura de José Joaquim de Miranda Henriques

A propriedade permaneceu na posse do filho, o visconde de Sousel, estando por vezes unida num só edifício, mas geralmente dividida em duas, conforme se pode constatar através dos Livros de Arruamentos. Por fim, em 1823, o Visconde de Sousel e sua filha primogénita, herdeira dos morgadios, a Condessa de Bobadela, procederam ao contrato de aforamento perpétuo a Gaspar Pessoa de Amorim da Vargem, da parte maior do palácio, correspondente à actual embaixada da Alemanha. Este Gaspar Pessoa, que já aqui vivia há mais de duas décadas, três anos depois vende a propriedade a Henrique José Pestana Pereira Lobo d'Almeida Sodré que, por sua vez, o deixa como legado a sua irmã D. Maria da Piedade de Pestana Pereira Lobo d'Almeida Sodré. Será depois herdado pela condessa de Vimioso, D. Maria Domingas, que o vendeu a José Isidoro Guedes, em 1857, por 12 contos de reis, adquirindo igualmente o domínio directo. Fez obras no ano seguinte, apresentando o projecto à Câmara em 26 de outubro

de 1858 (sob a designação de *reedificação*). José Isidoro Guedes seria depois criado 1º Visconde de Valmor, vindo a herdar o palácio seu sobrinho, Fausto de Queirós Guedes, 2º Visconde de Valmor, diplomata e celebrizado pelo prémio que institui para galardoar cada ano o melhor edifício construído de novo.



Assinatura de José Isidoro Guedes

Das obras realizadas pelos viscondes de Valmor, a partir de 1858, resulta o aspecto actual exterior do edifício, com os óculos envoltos por grinaldas de sabor neo-clássico, talhados em gesso, aliás como as molduras em esquadria da fachada, dando ao conjunto um acentuado sentido estético oitocentista e tornando difícil perceber o palácio original setecentista da família Miranda Henriques, que de facto ainda lá está subjacente.

Mais tarde neste conjunto esteve instalada a Faculdade de Direito de Lisboa, criada na sequência da reforma universitária produzida após a proclamação da República, em 1910.

**C** – A fachada da propriedade que deitava sobre a Rua de Santo António dos Capuchos, a uma quota mais baixa, apresenta hoje dois edifícios idênticos, geminados se poderá dizer, que são interessantes exemplares da arquitectura setecentista imediatamente posterior ao terramoto de 1755, que denotam alguma originalidade face aos modelos prediais impostos pela Sala do Risco para a reconstrução da Baixa. De fonte segura, através do Registo da Décima de 1762, o ano em que se inicia o pagamento deste imposto, sabe-se que os edifícios estavam prontos e habitados, sendo neles residente o Almotacé-mor do Reino, parente aliás de J.J. de Miranda Henriques. Apura-se mais que o mesmo oficial-mor da Casa Real já era morador na mesma rua em 1758, pelo que se poderá congeminar que era nas mesmas casas. Ora no contrato acima



citado de 1756, celebrado na Junqueira, em que intervém Mateus Vicente de Oliveira, é prescrito que, além das obras no palácio do Campo de Sant' Ana, *se obriga mais ele dito mestre a fazer-lhe uma propriedade de casas pelo risco que ele senhorio lhe apresentar no sítio da Junqueira da quinta do Exmo. Conde de S. Lourenço ou em outra qualquer parte que ele senhorio quiser*. Será que a *outra qualquer parte*, se poderá entender como as traseiras sobre a Rua de Santo António? É uma mera conjectura que aliás confirmaria a possibilidade de as casas, iniciadas em 56, estarem prontas em 58, para albergar o Almotacé-mor, de facto aqui residente em 1762. Adiante se fará a análise arquitectónica destes dois edifícios contíguos, encontrando-se hoje um bem conservado por obras recentes de reabilitação e o outro bastante degradado.



Casas geminadas sobre a Rua de Santo António dos Capuchos



## ANÁLISE PATRIMONIAL

**A** – Constitui um curioso exercício a tentativa de perceber a realidade da fachada setecentista do palácio (ou palácios) Miranda Henriques, no Campo de Sant' Ana. Torna-se necessário retirar toda a decoração oitocentista decorrente da intervenção do Visconde de Valmor, após o pedido de *reconstrução* submetido à apreciação da Câmara em 1858. Sabe-se, pela descrição constante de uma das escrituras atrás referidas, que o palácio apresentava o piso térreo, o andar nobre de sacadas e, sobre este, corria um andar de peitoril e, por cima da cornija do telhado, um outro pequeno de águas furtadas. Portanto tudo indica que os óculos que hoje apresenta, decorados com grinaldas e feitos de reboco, são decorrentes das obras Valmor, após 1858, pois no 2º andar anterior as janelas seriam por certo de cantaria, como era norma. Logo, será necessário substituir imaginariamente os óculos por pequenas janelas; retirar as grinaldas neo-clássicas; as molduras em gesso que separam as janelas do piso nobre; algumas cantarias das portas, sobretudo no edifício mais antigo, como a sacada corrida sobreposta à porta; as grades das sacadas; e, sobretudo, a cimalha de balaústres com vasos decorativos que coroa ambos os edifícios. Ou seja, é necessário despi-lo de tudo aquilo que lhe dá o carácter típico de meados do século XIX, ainda devedor da estética neo-clássica.

O que resta é uma comprida fachada horizontalizante de 14 janelas, imagem fortemente acentuada pelo acrescento de mais oito após 1748. As sacadas do piso nobre apresentam uma proporcionalidade que as aproximam mais da prática seiscentista, onde é dominante a pequena dimensão das aberturas, do que as grandes janelas que aparecem nos palácios da primeira metade do século XVIII, com os seus áticos, lisos ou depois recortados, sempre bem evidenciados. Neste caso resta saber se os áticos interligados com os óculos sobrepostos são de origem, ou se, pelo contrário, são igualmente talhados em reboco. Neste caso, as janelas originais do piso nobre teriam a cantaria superior lisa, aproximando-se das aberturas que se podem apreciar no palácio Vaz de Carvalho, que tudo aponta como datáveis ainda do século XVII. Ou seja, a construção original deste

palácio parece ser bastante sóbria, apontando pois para uma data de finais do século XVII ou logo inícios do XVIII, sem quaisquer preocupações de exuberâncias decorativas, mas, ao invés, dominada por uma tonalidade austera e repetitiva. É curioso lembrar que António José de Miranda Henriques habita a casa em 1732, data do codicilo ao seu testamento, e é possível, como se viu, que nas casas já tenha nascido seu filho, em Dezembro de 1718.

Uma outra informação reforçará ainda esta ideia, pois em 18 de Janeiro de 1691, quando já tinha herdado o morgadio e todos os bens de seu tio materno, o general Gil Vaz Lobo Freire, portanto bem abonado, António José casa, aos 17 anos, como informa D. António Caetano de Sousa, na obra já referida, *no Oratório do Paço, com a assistência das Majestades d' el-rei D. Pedro II, e da Rainha D. Maria Sofia, com D. Helena de Retz, dama da dita Rainha*. Na sequência de enlace tão altamente apadrinhado, é bastante provável que o jovem Miranda Henriques, já senhor dos terrenos do Campo de Sant' Ana, herdados com o morgadio do tio, se tenha abalançado à construção de uma residência condigna para uma dama do Paço, senhora de origem dinamarquesa que viera no séquito da rainha germânica. E, como é bem sabido, essas senhoras que vinham como damas das rainhas eram sempre consorciadas pelos monarcas com fidalgos da sua corte, implicando por hábito algumas mercês, por vezes chorudas. Bem herdado aos 17 anos, tendo seu pai já exercido o Governo do Brasil, António José foi bem recompensado com a honra significativa de casar no oratório régio, apadrinhado pelos próprios monarcas. Nesta ordem de ideias não seria de admirar que se tenha de seguida entregado à construção de residência mais condigna com o estatuto de esposo de uma dama do paço e afilhado d'el-rei. Daí quer o ar ainda seiscentista que a mansão poderia revelar, quer ainda o carácter de «comboio» de janelas que as construções palacianas deste período por hábito apresentam. E a proximidade à corte mantém-se pois, após enviuvar sem filhos, casa de novo com D. Maria Francisca Xavier de Bourbon, sobrinha do recém-nomeado Patriarca, D. Tomás de Almeida, matrimónio do qual um dos filhos, José Joaquim, nasce, segundo Silva Canedo, na freguesia da Pena, em 1718, naturalmente nestas mesmas casas nobres.

Esse carácter de «comboio», ou correnteza de sacadas relativamente pequenas, será fortemente reforçado pelo acrescento com mais oito, erguido a partir de 1748 pelo mesmo José Joaquim, passando a contar com vinte e duas janelas, número francamente invulgar nas fachadas palacianas lisboetas. A forte pendente horizontal, já sensível na

primeira construção, reforça-se assim, transmitindo um carácter estirado ao conjunto, acentuado ainda pela sua altura relativamente baixa.



**B** – Bem mais interessante do ponto de vista arquitectónico são as duas fachadas que deitam sobre a Rua de Santo António dos Capuchos. Possivelmente erguidos a partir de 1756, e de certeza já prontos e habitados seis anos depois, em 1762, estas duas casas «geminadas» constituem uma agradável surpresa quando apreciadas no seu contexto específico. Como se sabe, a partir de 1758 inicia-se a definição dos modelos prediais da Baixa, primeiro com a matriz mais sóbria de Eugénio dos Santos e, depois, com o gosto mais ligeiro de Carlos Mardel, depois estandardizado por Reinaldo Manuel. Ora estas fachadas, contemporâneas desses protótipos impostos, afastam-se muito significativamente das suas linhas mestras. Ao contrário da horizontalidade dominante nos projectos de Eugénio dos Santos (algo suavizada por Mardel), estas duas fachadas apostam de forma bem marcante na verticalidade, herdeira de uma matriz mais barroca.

Elas organizam-se a partir de um amplo portal, sóbrio mas elegante, em torno do qual se dispõe em leque o jogo alternado das aberturas. Ao centro, um eixo vertical, de contornos ondulados, liga as janelas dos dois pisos sobrepostos, apresentando ambas janelas de peitoril com aventais almofadados. No piso superior, o nobre, a janela central, é acompanhada de cada lado por outras duas de sacada, com grades simples ao modo chão. E, estas duas alternam com outras duas de avental, idênticas à central, colocadas em cada uma das extremidades. No piso intermédio, mais simples, a abertura central de avental de cantaria almofadada, é ladeada por duas janelas idênticas de cada lado de molduras simples. De notar que todas as aberturas, incluindo o portal (exceptuando o andar térreo) apresentam lintéis de verga curva, facto que aligeira e ritma toda a fachada, mais uma distinção relativamente aos modelos prediais oficiais que privilegiam as vergas rectas.

Se de facto estas fachadas resultam da intervenção consignada no contrato celebrado em 1756, onde surge o nome de Mateus Vicente como arquitecto que dá o

risco para a intervenção no palácio vizinho no Campo de Sant' Ana, será possível admitir que o mesmo arquitecto tenha sido o autor da traça destas fachadas, pois, dado o seu carácter, com um jogo tão subtil de alternâncias e simetrias, não é plausível acreditar que este desenho elaborado saia da mera acção voluntarista de qualquer simples mestre-de-obras.

Nesta ordem de ideias, e aceitando como possível a autoria de Mateus Vicente para este verdadeiro «exercício de estilo», a traça destas duas fachadas isolam-se como inesperados modelos alternativos à prática mais sóbria e pesada desenvolvida pela Sala do Risco.

É de facto interessante constatar como o estudo mais cuidado de uma construção pode levantar questões pertinentes nunca imaginadas. Dada a estreiteza da via pública e o desconhecimento da datas da construção, estas duas belas fachadas, em especial após o restauro criterioso de uma delas, permitem aprofundar o estudo e as alternativas arquitectónicas e estéticas que se colocam em Lisboa nesse momento charneira do pós-terramoto.



Fachada sobre a Rua de Santo António dos Capuchos

## ANEXOS

**1732 (5/6). Lisboa. Registo de óbito de António de Miranda Henriques. ADL, RP, Pena, Baptismos, Liv. 5, fl. 73**

*Aos cinco dias do mez de Junho de mil setecentos e trinta e dous faleceo com todos os Sacramentos Antonio Jozeph de Miranda Henriques, que era cazado com D. Maria Francisca Xavier de Borbon moradores no Campo pela parte de sima. Sepultou-se aos seis do dito mez na Igreja de Santo Antonio dos CApuchos. Fez testamento, em que nomeou por seu testamenteiro a Martinho de Mendonça Pina, e Proença. /O Cura João Pereyra da Costa/*

**1747 (30/04). Lisboa. Contrato de obras entre José Joaquim de Miranda Henriques e o mestre pedreiro António Alvres. ADL, CNL7A, cx. 103, LN622, fls. 27v-29.**

*Saibão quantos este instromento de contrato de obras e obrigaçam virem que no anno do Nassimento de Nosso Jezus Christo de mil e settecentos e quarenta e sette aos trinta dias do mes de abril na cidade de Lisboa e Campo de Santa Anna e cazas em que vive Jozé Joaquim de Miranda Henriques fidalgo da Caza de Sua Magestade isto de huma parte e da outra Antonio Alvres mestre pedreiro e morador na Rua direita dos Anjos, por elles partes foi dito perante mim tabelliam e testemunhas ao diante nomeadas que elles estão justos e contratados para haver de fazer elle ditto Antonio Alvres huma obra nas cazas em que vive o ditto Jozé Joaquim de Miranda Henriques no Campo de Santa Anna tanto do seu officio como de carapinteiro, azulejador e ferrages e pintura athe que fique de toda acabada para o que se lhe dará risco como tâobem na sua quinta grande de Odivellas e esta obra hade ser a midicção e pella derecção delle ditto Jozé Joaquim de Miranda Henriques e do sargento mor Jozé Chanches da Silva o qual será o mididor e avaliador por parte delle ditto Jozé Joaquim de Miranda Henriques, esta obra será medida por parte dos mestres por dous juizes do officio desta corte as quaes passarão suas certidões despois de ambas as obras acabadas; as quaes certidões será o ditto Jozé Joaquim de Miranda Henriques obrigado a asinar no termo de tres dias; e do dia da asinatura em diante correrá o juro da importancia da obra a sinco por cento ao anno; (...) com declaração que todos os desmanchos de pedraria e carapinteiro fará elle mestre a sua custa ficando para elle ditto senhorio a telha cantaria e vigamentos e ferro, e os mais que pertensse aos ditos desmanchos para elle mestre (...) e declara elle mestre que se oubriga a fazer as ditas duas obras a fazellas no tempo de vinte mezes que se contarão da dita data em diante, e não fazendo a dita obra no dito tempo perderá o juro de hum anno de toda a importancia das ditas obras, e importando as certidões das obras mais de nove mil cruzados (...) e por esta escritura sedem e annullão outra escritura que tinham feito nas minhas nottas e nella se pora huma verba para que por ella se não faça obra alguma e fique sem vigor nenhum (...)*

**1747 (05/08). Lisboa. Contrato de obras entre José Joaquim de Miranda Henriques e os mestres António Alvres, pedreiro, e Manuel Duarte, carpinteiro. ADL, CNL7A, cx. 103, LN623, fls. 51-53v.**

*Saibão quantos este instromento de obrigaçam de obras virem que no anno do Nassimento de Nosso Jezus Christo de mil e settecentos e quarenta e sette aos sinco dias do mes de agosto na cidade de Lisboa e Campo de Santa Anna e palacio em que vive Jozé Joaquim de*

*Miranda Henriques Leitão Pinna e Mello e Silveyra fidalgo da Caza de Sua Magestade isto de huma parte e da outra Antonio Alvres mestre pedreyro e morador aos Anjos, e o mestre carapinteyro Manuel Doarte morador ao Senhor Jezus da Boa Morte que por elle dito Jozé Joaquim de Miranda Henriques Leitão Pinna e Mello foi dito perante mim tabelliam e testemunhas ao diante nomiadas que tinha selebrado huma escritura com elle dito mestre pedreyro Antonio Alvres em minhas nottas que do dia mes e anno melhor constará a qual hão ambos por revogada para por elle se não fazer obra alguma como se feita e outorgada não fora; e agora por este novo contrato estão ajustados elles dittos Antonio Alvres, e Manuel Doarte a lhe fazerem a elle ditto Joze Joaquim de Miranda Henriques toda a obra tanto de seus officios de pedreyro e carapinteyro como tãobem ladrilhador azulejador pintor ferreiro e serraleiro e tudo o mais que for necessario para que a dita obra fique de todo acabada; cuja obra se ha de fazer, e tem ja seu principio nas cazas em que vive elle dito senhorio no Campo de Santa Anna como tãobem na sua quinta de Odivellas a qual obra se fara (...)pello risco e detriminação do sargento mor emginheiro Jozé Sanches da Silva o qual risco e planta serão elles mestres oubrigados a executar, fazendo toda a dita obra com toda a seguranssa e bons materiaes; (...)a qual obra elles mestres não largarão mão della, emquanto a não findarem; (...) e se obrigão a dalla por feita e acabada tanto nas ditas cazas de Lisboa como na quinta de Odivellas dentro de dous annos; e menos se poderem, e que elle senhorio lhe dá de consinação para gamento [sic] das ditas obras a quantia de quatrocentos e outo mil reis a saber (...) sento e sincoenta mil reis nas cazas do Campo do Cural em que mora o Ex.mo e R.mo arcebispo de Lacedemonia; (...) depois de tirada a certidam da medição e avaliação que será medida e avaliada por parte delle senhorio pello dito sargento mor Jozé Sanches da Silva, e por parte delles mestres pellos juizes do officio a qual certidam será elle senhorio oubrigado a asinar no termo de seis dias para correr o juro do dia da asignação em diante (...)*

**1748 (23/02). Lisboa. Contrato de obras entre José Joaquim de Miranda Henriques e os mestres Manuel Duarte, carpinteiro, e António Alvres, pedreiro. ADL, CNL7A, cx.103, LN625, fls. 57-58v.**

*Saibão quantos este instrumento de obrigaçam e contrato virem que no anno do Nassimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil settecentos e quarenta e outo aos vinte e tres dias do mes de fevereiro na cidade de Lisboa e Campo de Santa Anna e palacio de Jozé Joachim de Miranda Henriques fidalgo da Caza de Sua Magestade isto de huma parte e da outra Manoel Doarte mestre carapinteyro e morador ao Sr. Jezus da Boa Morte, e Antonio Alves pedreyro e morador na Rua direita dos Anjos, e por elle dito Jozé Joaquim de Miranda Henriques foi dito perante mim tabeliam e testemunhas ao diante nomiadas que elle está contratado com elles com elles ditos mestres de lhe fazer huma obra no seu palacio do Campo de Santa Anna como taobem a obra de Odivellas na sua quinta e elles mestres se obrigão a fazer primeiro a do palacio do Campo de Santa Anna cuja obra ao presente esta com as paredes allevantadas e telhados feitos pello risco do Sargento-mor emgenheiro Jozé Sanches da Silva e para ficar melhor acomodado no dito palacio pedio elle Jozé Joaquim de Miranda Henriques a elles mestres lhe quizessem fazer a cozinha no quintal das ditas cazas por ficar mais bem e comodo e o palacio livre de ensendio; e desserão elles mestres que não tinham duvida a fazer-lhe a dita cozinha acrescentando-lhe elle senhorio a consinação a que elle senhorio não teve duvida e se asertou com elles mestres de lhe acrescentar a dita consinação de quarenta e outo mil reis em cada hum anno que junta esta quantia com a outra que esta*

*declarada na escritura feita em minhas nottas faz toda a quantia de toda a consignaçon de quatrocentos e sincoenta mil reis e cobrarão elles mestres finda que seja a obra do palacio e asinada a certidão a consignaçon declarada na dita escritura (...) e hesta nova obra da cozinha será medida e avaliada como a do mesmo palacio com todas as certidões declaradas na dita escritura passada; (...)*

**1748 (08/08). Lisboa. Contrato e obrigação de obras entre José Joaquim de Miranda Henriques e o mestre canteiro Jacinto Isidoro. ADL, CNL7A, cx.103, LN627, fls. 66v-68.**

*Saibão quantos este instramento de contrato e obrigaçam virem que no anno do Nassimento de Nosso Jezus Christo de mil settecentos e quarenta e oito aos oito dias do mes de agosto na cidade de Lisboa e Campo de Santa Anna palacio em que vive Jozé Joaquim Miranda Henriques Leitão Pinna e Mello fidalgo da Caza de Sua Magestade e Comendador da Ordem de Cristo, isto de huma parte e de outra Jacinto Izidorio mestre canteiro e morador na rua direita de Santa Anna, e por elle dito Jozeph Joaquim de Miranda Henriques Leitão Pinna e Mello e Silveira foi dito perante mim tabeliam e testemunhas ao diante nomiadas que elle está justo e contratado com elle dito Jacinto Izidorio de lhe fazer todas as pedrarias de seo officio de canteiro pondo elle as pedras a sua custa para a obra que detrimina fazer no seu palacio em que vive no dito Campo de Santa Anna a qual dita obra consta de oito genellas vigadas com suas sacadas e simalhas irmans das que sam no seu palacio em que vive o illmo. arcebispo de Lacedimonia hum portal na porta de logea tres pelas tras com sua simalha athe altura das cazas em que mora o dito illmo. arcebispo, duas genellas aos lados do portal da logea pondo taobem as genellas no quarto baixo todas regulares, pondo dous gigantes na porta da entrada, fazendo dous arcos de pedraria para a escada com todos os degraos e mais pedraria que for necessaria para a dita escada regullando as portas que ficão na escada com sua verga de volta fazendo no taboleiro da escada hum portal que entra para a dita salla e limpando todas as pedrarias que forem necessarias para a dita obra assistindo ao asiento dellas pondo os sulplimentos nas portas que se handam a levantar nas ditas cazas intriores, e tudo o mais que for presizo para a dita obra de seo officio segundo o risco que entre sy tem aprovado feito pello arquiteto Ramizio Francisco os quaes asinarão elles partes, e isto por presso e quantia de seiscentos e quinze mil reis; os quaes lhe pagara pella consignaçon de setenta mil reis pagos em dous pagamentos de natal e S. João e terá principio a dita comsignaçon pello natal deste prezente anno que cobrará trinta e sinco mil reis e asim hirão contenuando os mais pagamentos athe ser pago e satisfeito de toda a importancia da dita obra (...) elle dito mestre aseita adita consignaçon na forma declarada e se obriga a fazer a dita obra, do dito seu officio prefeita e acabada (...) tudo de pedra lioz; isto dentro do termo de seis mezes, que será por todo o mes de fevereiro do anno que hade vir de quarenta e nove (...)*

**1748 (28/08). Lisboa. Contrato e obrigação de obras entre José Joaquim de Miranda Henriques e João Franco, mestre carpinteiro. ADL, CNL7A, cx.103, LN627, fls. 87-89.**

*Saibão quantos este instramento de obrigaçam e contrato de obras virem que no anno do Nassimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e settecentos e quarenta e oito aos vinte e oito dias do mes de agosto na cidade de Lisboa e Campo de Santa Anna e Palacio em que vive Jozé Joaquim de Miranda Henriques Leitão Pina e Mello e Silveira fidalgo da Caza de Sua*



*Magestade isto de huma parte e da outra João Franco mestre carapinteyro e morador ao Salitre freguezia de São Jozé, por elle dito Jozé Joaquim de Miranda Henriques Leitão Pinna e Mello e Silveira foi dito perante mim tabeliam e testemunhas ao diante nomiadas que esta justo e contratado com elle dito Mestre João Franco de lhe fazer huma obra no seu palacio em que vive no dito Campo de Santa Anna que consta de fazer toda a frontaria que cahe para o Campo metendo genellas e levantando a parede de sorte que fique tudo na mesma regularidade do outro palacio em que vivem o Ex.mo arcebispo sentando portal na logea pondo-lhe jenellas e fazendo a escada e regulando as portas das cazas interiores pondo alizares de madeiras em todas fazendo as janellas e portas necessarias lajiando a salla com lages d'Olanda tudo como está apontado no risco do arquiteto Ramizio Francisco fazendo-lhe huma claraboia na escada e consertando o oratorio toda a dita obra se fará na forma que elle dito Jozé Joaquim de Miranda detriminar; isto fará elle Mestre tanto de seo officio como de pedreiro ferrages grades de ferro para as genellas de sorte que a obra fique de todo prefeta e acabada sem defeito algum como tãobem será oubrigado a consertar e a repregar os tetos das ditas cazas como for mister; ficando guarnecendo as cazas por dentro asentando todas as cantarias que elle dito Jozé Joaquim de Miranda tem ajustado para a dita obra com o canteiro Jacinto Izidoro; com declaração que as grades velhas se darão por pezo em desconto para o dito ferreiro as pagar ficando a sua enportancia na mão delle Mestre por conta da dita obra, como tãobem lhe dará sincoenta moios de cal posta na dita obra a dois mil e quatrocentos reis cada carrada, e de sua importancia pagará elle Mestre os carretos (...) a qual será medida e avaliada por dous louvados de seos officios sendo em geral por parte delle dito Jozé Joaquim de Miranda o Sargento mor Jozé Sanches da Silva e midida que seja e asinadas as certidões da medição lhe correrá juro de sinco por cento que será elle dito Jozé Joaquim de Miranda obrigado a asinallas dentro de tres dias (...)*

**1756 (28/07). Lisboa. Contrato de obras entre José Joaquim de Miranda Henriques e o mestre carpinteiro António Franco. ADL, CNL7A, cx. 107, LN661, fl. 45v.**

*Saibão quantos este instrumento de contrato de obras e obrigação consignaçoão virem que no anno do Nassimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e settecentos e sincoenta e seis aos vinte e outo dias do mes de Julho a Junqueira e cazas em que vive o Ex.mo Jozé Joaquim de Miranda Henriques Leitão Pina Mello e Silveyra comendador da Ordem de Christo e da outra o estava o mestre carapinteyro Antonio Franco e morador ao Salitre e por elle dito Ex.mo Jozé Joaquim de Miranda Henriques foi dito perante mim tabelliam e testemunhas ao deante nomiadas que elle está justo e contratado com elle dito mestre Antonio Franco para haver de lhe redeficar a propriedade nobre de cazas que pussui no Campo do Corral em que vive o Dezembargador Antonio Velho da Costa tanto do seu officio de carapinteyro como de pedreyro de maos e tãobem de maos de trabalhadores que serão tudo por conta do dito mestre Antonio Franco e por conta delle senhorio fica a dar todos os materiaes e madeiras e ferragens e tudo o mais pertencente a dita obra, excepto as ditas maos pregos e agoa e dezentulhos, e tudo o mais por conta delle senhorio, e os ditos dezentulhos os porá o mestre em lugar proprio adonde o dito senhorio possa mandar carregallos com o seu carro para os lançar aonde lhe paresser mais conviniente; e se obriga o dito mestre a fazer todos os desmanchos que forem prezizos a sua custa levantando de novo as paredes que se julgarem persizas e necessarias como tãobem fazer a semalha da frontaria de novo na altura que lhe for dada pello risco do sargento mor Matheus Vissente ao que elle senhorio detriminar e mandar como tãobem fazer a*

*cozinha de novo que se acha demolida e toda a mais obra tanto de pedreyro como de carapinteyro que elle senhorio mandar fazer a qual obra se oubriga elle mestre a fazer pellos pressos seguintes: pello carro de madeira de castanho como tãobem vigamentos ordenarios de seis e de quatro e frontaes frichal e todos os mais madeiramentos toscos em toda a parte que se pozer na dita obra pello presso de sento e outenta reis a duzia de tabuado limpo e aberto de meio fio a mil e sem reis em toda a parte que se pozer na dita obra; pella duzia de taboado groço em tapumes tosco e de toda a parte que se pozer na dita obra a seiscentos reis; pella duzia de taboado em forro debruado em toda a parte a mil e sem reis (...) e se oubriga elle mestre a mandar fazer de jornal toda a obra que elle senhorio quizer exseptuar na referida propriedade a qual obra a pagarão a jornaes os quaes serão pagos ao mestre pello rol que elle apresentar pella confiança que faz da sua verdade os quaes serão pagos pella mesma consignaçoão que elle senhorio lhe fez e se oubriga elle mestre a pegar como tem ja pegado na referida obra da qual não largará sem de todo a deichar acabada e a dará prompta the o natal deste prezente anno com declaraçãõ que se lhe tirarem os officiaes por ordem de Sua Magestade será elle senhorio obrigado a dezembarassallos para poderem contenuar com a referida obra e se oubriga mais elle dito mestre a fazer-lhe huma propriedade de cazas pello risco que elle senhorio lhe apresentar no sitio da Junqueira da quinta do Ex.mo Conde de S. Lourenço ou em outra qualquer parte que elle senhorio quizer com as mesmas obrigaçoens e clauzullas declaradas no contrato desta escritura por menos hum vintem nos pressos desedidos declarados nesta escritura em cada huma dellas na forma do mesmo contrato e os dizentulhos que ouver nesta segunda obra que he as cazas novas que se hão de fazer se havalliarão a elle mestre por elle senhorio lhe pagar de fora parte, e se oubriga elle mestre mais que acabada a obra do Campo do Curreal principiara elle dito mestre com esta nova obra na qual mandarã logo fazer telheiro para se recolher matereaes para a mesma obra a sua custa (...) e se oubriga elle senhorio a pagar-lhe a referida obra tanto as das cazas do Campo do Curreal como as cazas novas que ouverem de se fazer pellos pressos declarados nesta escritura que serão avaliadas as ditas obras e se tirará sertidãõ passada por hum louvado de cada parte fazendosse a conta pellos referidos pressos estipulados neste contrato (...)*

**1757 (02/02). Lisboa. Contrato de obras entre José Joaquim de Miranda Henriques e António Franco, mestre carpinteiro. ADL, CNL3, LN4, fls. 8-9v.**

*Saibão quantos este instrumento de contracto de obra, obrigaçoão, consignaçoão, e procuraçam em cauza propria, virem que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo, de mil setecentos sincoenta e sette, em doiz dias do mez de Fevereiro, no sitio da Junqueira suburbio da Cidade de Lisboa no Palacio da Illma. Ex.ma Senhora Condeça da ponte, em que vive o Ex.mo Jozé Joaquim de Miranda Henriques Leitão Pina Mello, e Silveyra, comendador da Ordem de Christo, estando elle ahy prezente, de huma parte, da outra o estava Antonio Franco, mestre do officio de carpinteyro morador na Rua direita do Salitre por elle Ex.mo Jozé Joaquim de Miranda Henriques Leytão Pina Mello e Silveira foy dito perante mim Tabellião, e testemunhas ao diante nomeadas, que hé senhor de huma propriedade de cazas nobres, sitas no campo de Santa Anna, desta dita cidade os quais se achão arruinadas por cauza do terremoto que na mesma cidade ouve no primeiro de Novembro do anno de mil e setecentos sincoenta e sinco e por que se tem contratado com elle mestre em lhas reedificar estipulãõ a prezente escritura na melhor forma de direito debaixo das condiçoens seguintes. Que elle mestre continuará na factura da dita obra que ja tem principiado nas ditas cazas,*

*asim do seu officio de carpinteiro como do de pedreyro, na qual obra continuara a fazer tudo na forma que elle senhorio lhe tem determinado e daqui em diante lhe determinar segundo a planta que elle mestre tem em seu poder e da mais que elle senhorio lhe der; a qual fará executar de ambos os dois officios de carpinteyro, e pedreyro, e pello que diz respeito as cantarias que se necessitarem para a mesma obra as fará por promptas elle senhorio (...) cuja obra se obriga elle Mestre a fazer pellos referidos preços e do officio de pedreyro se contracta elle mestre com elle senhorio pellos preços seguintes, a saber a braça de parede guarnecida e rebocada aonde for precisa a mil e seis centos reis; a braça de frontal rebocado, e guarnecido a settecentos e vinte reis; a braça de fasquiado rebocado, e guarnecido a seiscentos e sincoenta reis; a braça de aboboda rebocada, e guarnecida a mil e quinhentos reis; a braça de telhado moriscado a quinhentos e sincoenta reis; e tudo isto se entende somente de mãos, porquanto os materiais hão de fazer por conta delle senhorio; e os fará por promptos dentro da dita obra (...) e todos os desmanchos que ouver na dita obra mandará elle mestre fazer de jornal por conta delle senhorio, cuja despeza que se fizer nos mesmos desmanchos lhe pagará elle senhorio pella consignação que se lhe faz para a importancia da referida obra a saber cento e setenta mil reis no fim de cada hum mez até o de Junho do corrente anno, o qual já teve principio no ultimo do mes de Janeyro proximo passado; e continuarão pellos mais mezes ate o fim do que fica expresado; e do dito mes de Junho em diante lhe consigna setenta mil reis tãobem cada hum mes até que seja pago de toda a emportancia da dita obra que elle mestre operar dos referidos dois officios; a qual obra tanto que se findar será avaliada pellos preços asima ditos, e medida, na forma que se pratica por louvados hum de cada parte, cuja certidão será elle senhorio obrigado a assignalla no termo de tres dias (...) e porque elle senhorio tem outras mais propriedades nesta dita cidade que tãobem se achão damnificadas pello dito conflicto, outro sim se tem ajustado com elle mestre em lhas reedificar, pondo elle mestre todos os materiais a sua custa, e dos officios de que carecerem para a sua reedificação, as quais obras serão medidas e avaliadas por dois louvados hum por cada parte por conta dos mesmos concertos tem elle mestre ja recebido algumas parcellas pellos rendimentos das mesmas propriedades, as quais elle senhorio lhe consigna para pagamento de toda a despeza que elle mestre faz, por ser elle mestre quem entra com o seu proprio dinheiro para a despeza das referidas obras; e satisfeita que seja com o seu juro a razão de sinco por cento ao anno, ficarão consignadas as mesmas propriedades para embolso delle mestre da obra das ditas cazas do Campo de Santa Anna (...) o qual [mestre] se obriga a fazer as ditas obras conforme pede a arte de seu officio de pedreyro, em forma que fiquem com toda a segurança, e perfeição, não largando mão della até de todo ser finda, dando prompto hum quarto das ditas cazas do Campo para o São João do corrente anno ao que elle mestre assim com officio se obriga sem duvida alguma (...)*

**1857 (08/04). Lisboa. Venda do palácio a José Isidoro Guedes. ADL, CNL9B, Cx. 65, LN309, fls. 50-52v.**

*Saibão quantos este instrumento de venda, quitação, reconhecimento de foreiro, e obrigação virem, que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil oitocentos e cincoenta e sete aos oito dias do mez d'Abril nesta Cidade de Lisboa, Campo de Santa Anna Nº 22 Freguezia da Pena Palacio de residencia da Ill.ma e Ex.ma Condessa de Vimiozo Dona Maria Domingas, cazada com o Ill.mo e Ex.mo Conde de Vimiozo Dom Francisco de Portugal e Castro, aonde eu Tabellião vim, e sendo ella ahí presente de uma parte por si e na qualidade de Procuradora do dito seu marido, como fez ver pelo Alvara de procuração que me*

*aprezentou e que fica no meu Cartorio para ser trasladado nas copias que desta escriptura se extrahirem, da outra estava o Ill.mo e Ex.mo Joze Izidoro Guedes, Par do Reino do Concelho de Sua Magestade Fedellissima Commendador das Ordens de Christo, Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa e da Imperial da Legião de Honra de França morador na rua e Freguezia de São Joze N°199 ambos elles Ill.mos e Ex.mos outorgantes pessoas conhecidas, que dou fe serem os proprios. E pela mesma Ex.ma Condessa foi dito perante mim Tabellião e testemunhas no fim declaradas e assignadas, que he senhora util de um prazo de natureza fateozim, composto de um palacio, sito nesta cidade, no Campo de Santa Anna, numeros vinte e dois a vinte e cinco, Freguezia de Nossa Senhora da Pena, com varias accomodações e officinas, caza de poço com uma nora, na loja uma grande escada, que sobe ao andar nobre, tendo mais segundo pavimento e aguas furtadas, e no fundo um grande pateo com arvores, e juncto a este outro pateo pequeno com cavalhariça e palheiro, e mais um jardim com suas arvores, confrontando o dito predio, pelo Nascente com o dito Campo, para onde tem a frente com treze janellas em cada um dos pavimentos; pelo Poente com quintaes de Luis Joze Pinto Camello e Francisco Sanches Xara; pelo Norte com palacio pequeno, que igualmente era foreiro ao Visconde de Souzel e he possuido pelo Visconde d'Orta e pelo Sul com cazas de Ayres Valdez (...) tendo sido o mesmo aforamento feito na conformidade da Carta de Lei de quatorze de Março de mil outocentos e vinte e trez, e confirmado pella applicação da quinta declaração da outra Carta de Lei de vinte e quatro de Novembro de mil oitocentos e vinte e quatro, e por isso ficou foreiro o predio ao dito vinculo na quantia annual de duzentos mil reis, nas especies de metal e papel, paga aos semestres pelo São João e Natal com laudemio de quarentena nos cazos de venda; dominio directo que taobem se acha livre do dito vinculo, em razão de o adquirir, por subrogação Joaquim Joze Pereira de Souza, actual directo senhor deste prazo, e como ella Ex.ma Condessa outorgante, esteja habilitada com a licença do dito directo senhor, com o pagamento do direito de transmissão, segundo constava dos documentos, que apresentou e ao diante iram transcriptos, leva por meio do presente instrumento a effeito a venda do dominio util do referido prazo, que ajustou com o Ex.mo segundo outorgante Joze Izidoro Guedes, pelo preço de doze contos de reis, metal, livres e seguidos para ella Ex.ma Condessa, de siza, laudemio, e outras quaesquer despezas, com clauzula de dar a caza despejada até ao ultimo dia do corrente mez de Abril; e visto o Ex.mo segundo outorgante ja tinha satisfeito a siza e laudemio, segundo os documentos que apresentava, e igualmente irão trasncriptos, ella Ex.ma Condessa, com effeito, por si, e em nome delle seu Ex.mo marido constituinte, vende de pura e firme venda de hoje para sempre a elle Ex.mo Joze Izidoro Guedes o mencionado palacio com todas as suas pertenças e serventias pela ajustada quantia de doze contos de reis, a qual quantia logo elle Ex.mo comprador deu e entregou neste acto e em minha presença e das ditas testemunhas a ella Ex.ma Condessa vendedora, que a contou, achou certa e recebeu em moeda metalica corrente neste Reino, do que eu Tabellião dou fe (...)*

## **QUARTEIRÃO SUL DO BAIRRO DO ANDALUZ**



Vista aérea do Bairro do Andaluz. O rectângulo vermelho delimita o terreno pertencente à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Madalena que foi aforado em talhões para habitação a partir do século XVI.

### **LOCALIZAÇÃO**

Bairro do Andaluz

### **CATEGORIA**

Conjunto Urbano

### **CONSTRUÇÃO**

A partir de meados do século XVI

### **PROPRIETÁRIO CONSTRUTOR:**

Irmandade do Santíssimo Sacramento da Madalena

### **CARACTERÍSTICAS DA PROPRIEDADE**

Circunscrito pelas ruas da Fé, do Passadiço, do Carrião e do Cardal a S. José, este quarteirão é composto por cerca de 30 propriedades em tempos quase todas foreiras à Irmandade do Santíssimo da Madalena. Mais precisamente: na Rua da Fé, todas as 12 propriedades; na Rua do Cardal a S. José (antiga Rua da Praga juntamente com a Rua de

Santa Bárbara), apenas duas não eram foreiras à Madalena: uma foreira à Irmandade das Almas dos Mártires e outra à Ordem 3<sup>a</sup> de S. Francisco; na Rua do Carrião, 11 propriedades em 13 pagavam foro à Madalena (exceptuavam-se uma a um padre e outra a Santa Clara, isto na segunda metade do século XVIII).

## **EVOLUÇÃO HISTÓRICA**

O Processo de crescimento de Lisboa ao longo do século XVI, através da urbanização acelerada de inúmeros terrenos em diversas áreas, tem sido habitualmente focado em especial no respeitante ao Bairro Alto, talvez pela maior dimensão do terreno ocupado na encosta fora das Portas de Santa Catarina. No entanto, esse processo é bem mais significativo, estendendo-se a outras zonas, como duas das encostas da Colina de Sant' Ana. Essas rápidas urbanizações depressa determinaram a constituição de novas freguesias, sinal evidente da alteração significativa do estatuto das zonas que essas novas paróquias abrangiam, com número suficiente de habitantes para justificar e suportar financeiramente uma estrutura paroquial. Ora se a freguesia do Loreto (depois Encarnação), a primeira do Bairro Alto, é instituída em 1551, deverá chamar-se a atenção para o facto de a freguesia de Sant' Ana (depois da Pena) datar de 1564, e a de São José, abrangendo precisamente este Bairro do Andaluz, de 1567. Se a estas juntarmos as freguesias sequentes de Santa Catarina, Anjos, e Santos-o-Velho, percebe-se a dimensão desta «ebulição» urbanística, justificada pela transformação de Lisboa num empório comercial à escala planetária.

A principal diferença entre o processo original de definição do Bairro Alto e este do Andaluz é a questão da propriedade. Se o Bairro Alto é um emparcelamento de terrenos da família Andrade, dividida por inúmeros membros proprietários de talhões, no caso deste vasto troço da encosta ocidental da Colina de Sant' Ana a propriedade é sobretudo detida por agremiações de carácter religioso, em especial diversas irmandades de outras freguesias ou mesmo congregações religiosas.

Basta um olhar mais atento ao percorrer a Rua da Fé, a primeira do Bairro, para se encontrarem ainda, sobre as portas de acesso dos imóveis, placas foreiras com a indicação do Santíssimo Sacramento da Madalena, para se perceber que esta Irmandade era detentora original de um vasto talhão na encosta, que se apressou a urbanizar ainda

no século XVI. E se muitas dessas placas já desapareceram, bastará consultar os Livros de Arruamentos, na segunda metade do século XVIII, para confirmar que o quarteirão era quase todo originalmente propriedade da referida Irmandade, à qual as habitações pagavam o respectivo foro anual.



Pedra de foro identificando o Santíssimo da Madalena como senhorio directo

O Santíssimo Sacramento da Madalena era ainda senhorio directo de outras propriedades disseminadas pelo Bairro – como por exemplo logo ali do outro lado da Rua do Carrião – à semelhança de outros senhorios eclesiásticos, casos de Santa Joana, Carmo, Irmandade de S. José, Santos ou Salvador.

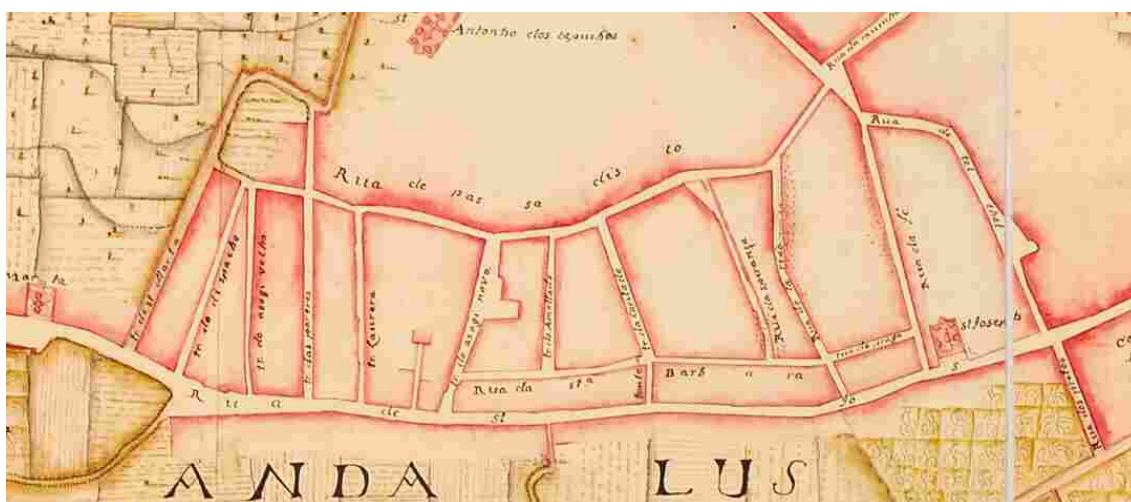
De acordo com os contratos localizados até ao momento, que não são muitos atendendo à destruição provocada pelo terramoto de 1755, quer nos cartórios dos tabeliães de Lisboa quer no arquivo da Irmandade da Madalena, que após o megassismo se queixa da perda das escrituras primordiais, o tipo de contrato aqui utilizado para a cedência do domínio útil dos chãos terá sido em muitos casos, se não em todos, o de emprazamento em *fatiozim* perpétuo, seguindo um modelo com um clausulado bastante comum a estes contratos enfitêuticos, impondo entre outras obrigações o manter o prazo sempre bem tratado com todas as benfeitorias e reparações necessárias ou garantir que o *prazo andar* sempre unido e emcabeado em huma só pessoa sem que se possa deverdir trocar escambar ou apartar sem licença, expresa facultade da dita Irmandade direita senhoria.

Este caso da Madalena envolvendo um quarteirão inteiro é único no Bairro. O mais parecido é o caso da antiga Rua do Açougue Velho (hoje Rua Prior Coutinho),

onde os Padres Congregados tinham doze propriedades confinantes ao longo de todo o lado direito da rua.

Esta focagem faz emergir a importância económica e social que as Irmandades, em especial as mais ricas, tiveram na dinamização urbanística da cidade, pois muitas delas eram proprietárias de largos troços de terrenos disseminados por todo o seu perímetro, doações testamentárias de irmãos ao longo dos tempos.

Neste caso do Bairro do Andaluz convirá ainda realçar o facto de ele se iniciar exactamente na referida Rua da Fé, em cuja esquina sul com a depois chamada Rua de São José (a antiga Corredoura), se encontra ainda hoje a ermida de São José, da Irmandade dos Carpinteiros, templo onde inicialmente se instalou a freguesia depois de 1567, acabando o seu orago por denominar toda a paróquia, bem com a rua fronteira.



O Bairro do Andaluz na planta de Reverend (1756). É bem perceptível a orgânica urbana no declive da encosta, a partir da Rua do Passadiço, que corria paralelamente na meia encosta, delimitando o terreno da cerca do Convento de Santo António dos Capuchos. A meio da urbanização, e somente em parte dela, corre paralela à Rua do Passadiço a Rua do Cardal de São José, originalmente designada de Santa Bárbara (ou Rua da Praga).

## ANÁLISE PATRIMONIAL

Tal como as restantes urbanizações que surgiram como cogumelos nas zonas envolventes da cidade contida na Cerca Nova, esta do Andaluz também respira o mesmo carácter empírico, prosaico e utilitário, sem permitir grandes considerações



urbanísticas de carácter erudito, como se tem por vezes pretendido teorizar em relação ao Bairro Alto.

Dado o condicionamento orográfico das zonas onde essas urbanizações se desenvolveram, prioritariamente em encostas das colinas, as então chamadas *ladeiras*, o traçado urbano ajusta-se de forma empírica às condicionantes naturais, procurando manter tanto quanto possível a obediência à definição através da linha do cordel, sempre adaptado aos condicionalismos impostos por um terreno naturalmente irregular.



O Bairro do Andaluz na *Planta Topographica de Lisboa...* (Honorato José Correia [?], 1785 - fragmento) aparece muito bem delimitado pela Ermida de S. José dos Carpinteiros, a sul (nº79), pelo Convento de Santa Marta, a norte (nº78), e pelo Convento dos Capuchos, a nascente (nº107). Um outro aspecto que releva desta planta é o facto de o bairro ter sido poupado pelo terramoto de 1755, pois como se constata dentro do perímetro do bairro não há qualquer elemento marcado a "banho amarelo", cor utilizada para assinalar "o Projecto do novo Plano". Ora, de acordo com o critério expresso na legenda da planta, "de banho vermelho he o que se conserva antigo", situação que se verifica para todo o Bairro do Andaluz.

Neste caso, é possível que a Rua do Passadiço, limite superior da urbanização, fosse já uma azinhaga de separação de propriedades, servindo depois como limite da Cerca do Convento de Santo António dos Capuchos (fundado logo em 1570). A partir dela foram traçados a cordel dez arruamentos em percursos mais ou menos rectilíneos, por certo consoante o terreno o permitia, desembocando oito delas na antiga Corredoura (Rua de São José) e as outras duas numa rua paralela a esta última, cujo traçado deverá obedecer a qualquer divisão das propriedades originais, depois dita o Cardal de São José (anteriormente Rua de Santa Bárbara e Rua da Praga).

As vias são todas elas bastante estreitas, aliás, à semelhança das ruas quer do Bairro Alto, quer da Madragoa (ou Mocambo), por exemplo. Se este esquema aparentemente linear pode levar a pensar na definição prévia de qualquer plano de conjunto, essa hipótese desvanece-se pela forma exaustiva como todo o território é ocupado pelo emparcelamento, sem haver qualquer preocupação na definição de uma ideia de unidade urbana, a qual passaria inevitavelmente pela existência de uma praça central, logradouro comum a partir do qual o bairro de facto se organizaria. Ora tal não acontece, nem aqui nem em nenhum dos outros bairros que então surgem na periferia lisboeta, incluindo, claro, o Bairro Alto. A rendibilização das parcelas a urbanizar é a ideia mestra condutora destas iniciativas, sem quaisquer preocupações com a orgânica funcional de um bairro citadino, pensado como uma unidade urbanística.



O Bairro do Andaluz na planta de D. J. Fava (1807)

Na sequência da Lisboa medievla, esta Lisboa quinhentista, só aparentemente mais arrumada, continua a justapor unidades urbanas sem qualquer preocupação da agencição interna desses novos bairros, nem tão pouco revelar um sentido unitário na ligação funcional de um todo citadino harmónico e perfeitamente articulado. O empirismo de cariz quase clandestino, de braço dado com a vontade de realizar o máximo de mais-valias financeiras, dominou a euforia de construção numa cidade ávida de habitações para responder às necessidades cada dia mais prementes.

Esta urbanização quinhentista do Bairro do Andaluz, até hoje pouco mais que esquecida, merece pois uma consideração especial, quer pelo seu traçado, quer pela revelação inesperado dos seus activos promotores, irmandades e congregações religiosas.

## **PRÉDIO DE RENDIMENTO DA IRMANDADE DE S. JOSÉ**



### **LOCALIZAÇÃO**

Esquina da Rua de São José com o Largo da Anunciada

### **DESIGNAÇÃO**

Prédio da Irmandade do Santíssimo Sacramento de São José

### **CATEGORIA**

Prédio de rendimento

### **CONSTRUÇÃO**

Última Década do Século XVIII e primeira do Século XIX

(Habitado em 1803)

### **PROPRIETÁRIO CONSTRUTOR**

Irmandade do Santíssimo Sacramento de São José

### **CARACTERÍSTICAS DA PROPRIEDADE**

Plena

## EVOLUÇÃO HISTÓRICA



Anteriormente ao Terramoto de 1755 este terreno encontrava-se integrado numa área mais vasta correspondente ao Convento da Anunciada, profundamente atingido pelo sismo, e que nunca foi reconstruído. Sem meios para reconstruir a casa onde residiram durante cerca de dois séculos as dominicanas da Anunciada, juntamente com as também desalojadas freiras do Convento da Rosa, ocuparam o Convento de Santa Joana, para onde levaram os materiais que puderam aproveitar do cenóbio arruinado:

*as pedrarias lavradas de todo o edefício, e da igreja, madeiras de todas as qualidades, forro de toda a casta, e azulejo de todo o convento, a pedra de alvenaria que se acha ja arancada a telha de todo o edefício, o ladrilho que se acha ja em monte o movel de todo o convento, asim de talha como escultura, e pintura movedisa, e todas as mais couzas pertencentes a madeiras movedisas, pois todos estes matriais aqui declarados rezervão as rellegiozas para sy.*

Entretanto, dez anos após o megassismo, os terrenos do mosteiro e da sua cerca foram vendidos pelas freiras por seis contos e quatrocentos mil reis à Irmandade do Santíssimo Sacramento da freguesia de S. José, detentora de um número considerável de propriedades nesta paróquia (Rua das Pretas, Rua de S. José mais para norte, Bairro do Andaluz, etc.) que há muito arrendava e aforava.

Mais concretamente no que diz respeito à propriedade aqui em estudo, sabe-se que já se encontrava demarcada há mais de três décadas quando a irmandade iniciou a construção do prédio, desfrutando a mesma confraria de outras cinco propriedades

confinantes para norte, na Rua de S. José, além de ter construído (em finais do séc. XIX), logo ao lado no Largo da Anunciada, a nova sede da freguesia, como desde logo ficou estipulado aquando da aquisição do terreno. Tudo indica que a Irmandade terá edificado o prédio com a configuração actual já no início do século XIX, ficando concluída em 1803, ano em que foi arrendada pela primeira vez. De grandes dimensões, proporcionava à Irmandade um bom rendimento anual, através do valor total dos arrendamentos dos três andares, quer para o Largo da Anunciada quer para a Rua de São José, mais as águas-furtadas, lojas e sobreloja.

É interessante salientar que mesmo após o terramoto as Irmandades, apesar dos novos tempos, continuam a dispor dos meios para intervir de forma activa na construção da cidade.



Planta Topographica da Cidade de Lisboa... A amarelo, o projecto do novo Plano da cidade. Marcado com o nº 82 a futura igreja de S. José, contígua ao prédio de rendimento da irmandade.



## ANÁLISE PATRIMONIAL

Trata-se de um excelente exemplar, algo raro em toda a Rua de São José, de um prédio que, apesar de tardio, se pode inserir dentro do modelo do chamado prédio pombalino, definido para a reconstrução pela Sala do Risco, após o sismo de 1755. No entanto, aproxima-se mais da fórmula mais tardia adoptada no Chiado e zona envolvente, com dois pisos de sacadas, ao invés do modelo original, só com um. Assim, temos um edifício de cinco pisos, com o térreo com portas de cantaria destinado a lojas (hoje a parte mais difícil de apreciar, dadas as modificações ao longo dos tempos). Segue-se um piso intermédio, um mezzanino ou sobreloja, com aberturas de peitoril que alternam vergas curvas e rectas. Seguem-se os dois andares de sacadas, espécie de pisos nobres, e depois um último de janelas de peitoril. Ao contrário da sobreloja, nestes três pisos as vergas superiores, quer das sacadas quer das janelas de peito, são rectas, como era determinado nos prédios da Baixa. Por fim, no telhado, um piso de águas furtadas. O único elemento que distingue este conjunto do modelo predial pombalino é a existência, na fachada mais estreita sobre o Largo da Anunciada, de um amplo e alto portal, para serventia de viaturas, que sugere uma estrutura interna mais complexa.



Cunhal de esquina (Rua de S. José / Largo da Anunciada) do edifício e o grande portal para o Largo da Anunciada.

## ANEXOS

### **1765 (14/05). Lisboa. Avaliação do que restou do Mosteiro da Anunciada [Treslado em pública forma].**

*Caetano Thomaz Architecto da Meza da Conciencia, e ordens cetera certefico que por ordem do R.mo Padre Mestre Fr. Jozé de Jezus Maria Caetano Prior Provencial da Ordem dos Pregadores fui ao convento das rellegiozas da Annunciada o qual se acha aruinado pelo terremoto do primeiro de Novembro de mil e setecentos, e sincoenta e sinco para ver, e exzaminar o valor do chão do mesmo convento, e igreja, e serca, e os matriais que nas ditas partes exzistem rezervando fora do dito valor todas as pedrarias lavradas de todo o edeficio, e da igreja, madeiras de todas as qualidades, forro de toda a casta, e azulejo de todo o convento, a pedra de alvenaria que se acha ja arancada a telha de todo o edeficio, o ladrilho que se acha ja em monte o movel de todo o convento, asim de talha como escultura, e pintura movedisa, e todas as mais couzas pertencentes a madeiras movedisas, pois todos estes matriais aqui declarados rezervão as rellegiozas para sy fora da dita avaliação, em cujo acto se achou tambem por parte das mesmas rellegiozas Antonio Rodrigues Gil mestre carpinteiro, e por parte da Irmandade do Santicimo Sacramento de Sam Jozé, Vicente Alves mestre pedreiro, e Felipe de Santhiago mestre carpinteiro que todos tem servido de Juizes de seos officios desta cidade, e seu termo; E fazendo nós todos quatro juizo do valor do dito terreno, e possos que nelle se achão, e mais matriaes fora dos excetuados e reservados para as mesmas rellegiozas o avaliamos em seis contos, e quatrocentos mil reis o que tudo afirmamos pelos juramentos de nossos cargos Lisboa quatorze de Mayo de mil e setecentos, e sesenta, e sinco / Caetano Thomaz/ Antonio Rodrigues Gil / certefico ser a letra, e hum dos sinais supra de Caetano Thomaz, e outro de Antonio Rodrigues Gil neles contheudos Lisboa quatorze de Maio de mil e setecentos, e sesenta e sinco Lugar do sinal publico / Em testemunho de verdade / O Tabellião Manoel Inácio da Silva Pimenta / Vicente Alves / Felipe de Santhiago.*

### **1765 (25/05). Lisboa. Venda dos terrenos onde existiu a igreja da Anunciada e respectiva cerca à Irmandade do Santíssimo Sacramento de S. José. ADL, CNL9B, cx. 8, LN29, fls. 57v-59.**

*Em nome de Deos Amen. Saibão quantos este instrumento de venda quitação e obrigação virem que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo, de mil e setecentos, e sesenta e sinco annos aos vinte e sinco dias do mes de Mayo nesta cidade de Lisboa na Rua direita de Sam Jozé no meu escritorio parecerão presentes o Reverendo Padre Francisco Lobo da Ordem dos Pregadores, e procurador geral da Provincia de Portugal conventual no seu convento do Patriarcha Sam Domingos, e especial da Ex.ma Madre Soror Maria Magdalena Prioreza e das Reverendas Madres Soror Caetana Jozefa Suprioreza, e mais rellegiozas do Governo do mosteiro de Santa Juanna desta corte por bem de huma procuração por todos asinada, e reconhecida por verdadeira, e com licensa do R.mo Padre Prior Provencial da mesma rellegião, e Provincia o Mestre Fr. Jozé de Jezus Maria Caetano isto de huma parte, e da outra o estava Antonio de Almeida Barradas procurador actual da Meza, e Irmandade do Santissimo Sacramento da Parrochial Igreja de Sam Jozé, e expecial por procuração que lhe passarão do Juiz, e Irmãos da Meza da dita Irmandade, e tambem com*

*licensa que obtiverão do Ex.mo Sr. Cardial Patriarcha que para solinidade deste acto ahi apresentarão, e ao diante hirá tudo inserto. Por elle Reverendo Padre Procurador nos nomes que reprezenta foi dito perante mim tabellião, e testemunhas ao diante nomeadas, que por ocasião do inopinado terremoto do primeiro de Novembro do anno de mil e setecentos, e sincoenta, e sinco vierão a transportarce as rellegiozas suas constituintes para a dita caza de Santa Juanna do seu Mosteiro que foi da Annunciada que se aruinou, e cahio como he notorio, ficando-lhe porem pertencendo a acção, e pecessorio do terreno da igreja, serca, e mais logradouro, e matriais de todo o edeficio, cujos planos de chãos inteiramente com aquelles matriais que para sy não vem reservados na dita procuração das rellegiozas, se havião estas debaixo das perditas licensas contratado em venderem aos ditos Juiz e mais Irmãos da Meza, e Irmandade do Santicimo Sacramento da freguezia de Sam Jozé por nesse sitio quererem edeficar templo de nova igreja, e parochia, e o mais que ordenarem, para o que se procedeu primeiro a avaliação de peritos louvados de ambas as partes que passarão certidão contemplando tambem nela os matriais que provenientemente se comprehendem na dita venda, e com effeito pela prezente escritura na melhor via de direito elle Reverendo Padre procurador da Ex.ma Madre Prioreza, e mais rellegiozas nos ditos nomes de suas constetuintes, e por bem de seos poderes outorga de pura e firme venda de hoje para sempre os ditos planos, terrenos do convento, e igreja, serca, suas anexas logradouros do convento que foi da Annunciada como lhe exzistião redondamente na forma que tudo lhe está dado pelo novo alinhamento da cidade, e com aqueles matriais fora dos excetuados para as rellegiozas como asima fica referido, e isto ao dito Juis, e mais Irmãos da Irmandade do Santicimo Sacramento da Parrochial de Sam Jozé, e seos sucessores em preço e quantia de seis contos, e quatrocentos mil reis da predita avaliação que tantos logo ahi em prezensa de mim tabellião e ditas testemunhas elle procurador da dita Meza, e Irmandade deu pagou, e entregou a elle Reverendo Padre Procurador das rellegiozas vendedoras em dinheiro corrente neste Reyno que contou achou certos, e recebeu sem falta alguma de que dou minha fé, com o destino de por a dita quantia no depozito geral como lhe he ordenado na procuração de suas constetuintes de que por bem de seos poderes nos ditos nomes dá plena, e geral quitação a Irmandade compradora, e aos bens, e rendas de sua Meza, e Irmandade para lhe não repetirem mais couza alguma do dito preço que na forma de seu ajuste he percipualmente livre para as ditas rellegiozas com applicação de ser o dito dinheiro para a fatura da nova igreja do mosteiro de Santa Joanna e suas continuaçoens na conformidade da licença do dito Reverendissimo Padre Prior Provencial (...) dizendo mais elle Reverendo Padre Procurador das rellegiozas vendedoras que rezervando estas como reservado tem para sy os ditos matriais do edeficio que foi do convento da Annunciada como na forma ja dita se contem na dita sua procuração, e certidão da avaliação, todos os mais matriais largão aos compradores, a cujo favor tira demite renuncia, e aparta das mesmas suas constetuintes todo o direito acção pertençaõ poce propriedade poder, e dominio dos ditos terrenos de chãos, assim como pela deliniação da cidade lhe estão dados, e por suas frentes redondamente, e livres de todo o onus, obrigação, ou emcargos nos ditos nomes de suas constetuintes os transfere cede, e trespasa na Irmandade compradora, e em seos sucessores para que os pessuão, e fação delles, e nelles o que quizerem e por bem tiverem, para o que logo, e com toda a brevidade as mesmas vendedoras farão demolir as paredes, e o mais que for precizo, e tirarem os seos matriais que lhe competem, e ficão reservados para que de tudo lhe sejam livres e desembarasados os planos, e terrenos aos compradores para que delles uzem como couza sua propria que he e lhe fica pertencendo por bem, e rigor desta escritura em vertude da qual poderão os compradores per sy, e quem lhe parecer tomar, e haver posse dos ditos planos real actual civil (...)*



## ANEXOS | **Capítulo 10** | **FICHAS CMP**

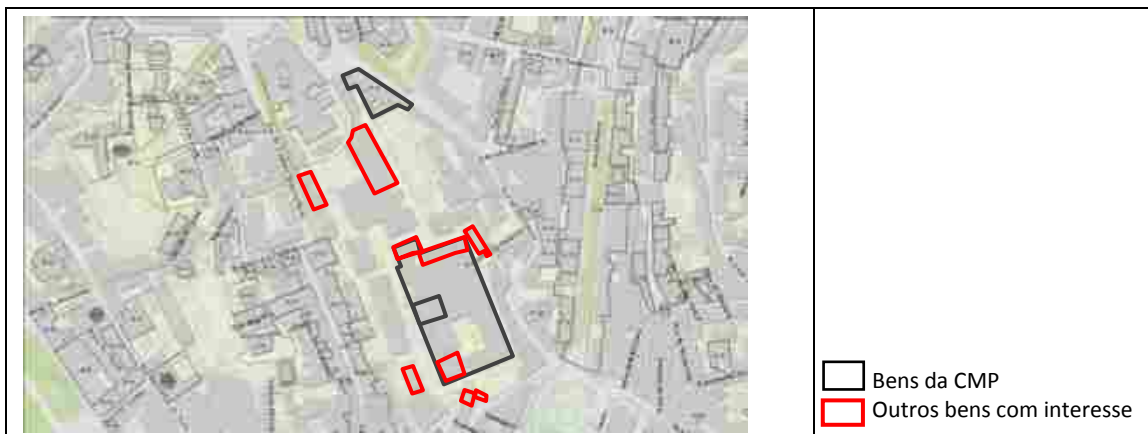
- **Ficha 10.1** – Hospital de São José
- **Ficha 10.2** – Hospital Miguel Bombarda
- **Ficha 10.3** – Hospital dos Capuchos
- **Ficha 10.4** – Hospital do Desterro
- **Ficha 10.5** – Hospital de Santa Marta
- **Ficha 10.6** – Convento de Santa Joana



<b>UNIDADE CADASTRAL</b>	Hospital de São José	<b>Ficha: 10.1</b>
--------------------------	----------------------	--------------------



<b>Código CMP: 3236</b>	<b>Designação Patrimonial:</b> (Antigo) Convento e Colégio de Santo Antão-o-Novo (edifício principal do Hospital de São José) (oficialmente classificado como Imóvel de Interesse Público)
<b>Código CMP: 3290</b>	<b>Designação Patrimonial:</b> Igreja de Santo Antão-o-Novo (Capela do Hospital) (oficialmente classificado como Monumento Nacional)
<b>Morada:</b>	Rua José António Serrano





Entrada principal e pormenores das fachadas do edifício do Convento e colégio de Santo Antão-o-Novo



Interior do edifício do Convento e colégio de Santo Antão-o-Novo



Portal de entrada na Igreja de Santo Antão-o-Novo (Capela do Hospital) e pormenores do Interior



Vista geral da Igreja de Santo Antão-o-Novo e pormenores do seu interior

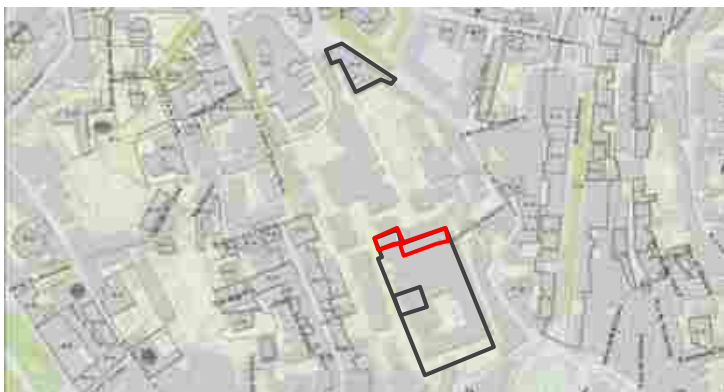


Teto e pavimento da Igreja de Santo Antão-o-Novo



Pormenores da Capela do Hospital de S. José

**Cozinha Monumental e corpo de enfermarias localizados no claustro norte**



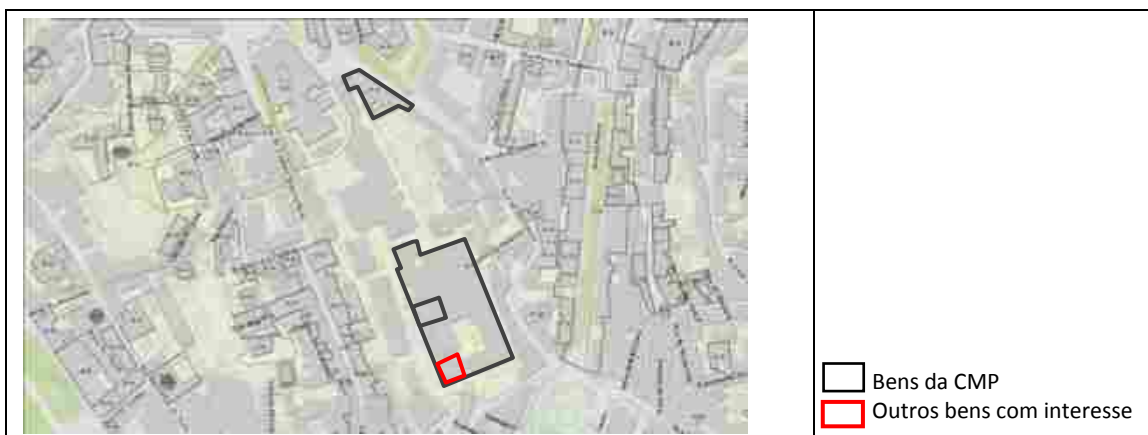
□ Bens da CMP  
□ Outros bens com interesse



Entrada no corpo norte do convento onde se localiza a cozinha monumental e pormenores do seu interior



Edifício da administração hospitalar





Pormenores dos interiores do edifício da administração hospitalar (átrio e escadaria)

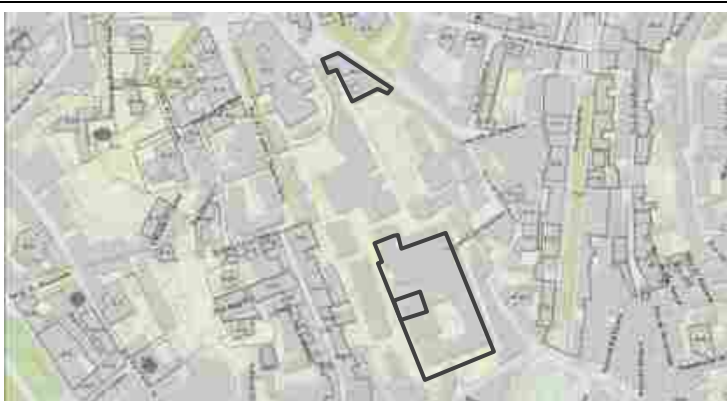




Pormenores dos interiores do edifício da administração hospitalar (escadaria)



Sala da Esfera localizada no andar nobre do edifício da administração hospitalar

**Edifício do Instituto de medicina Legal (CMP 24.41)**



 Bens da CMP  
 Outros bens com interesse



Fachada Norte do edifício do Instituto de Medicina Legal



Fachada Nascente do edifício do Instituto de Medicina Legal



Portal dos Pessegueiros e palacete do século XIX que lhe fica contíguo



□ Bens da CMP  
□ Outros bens com interesse



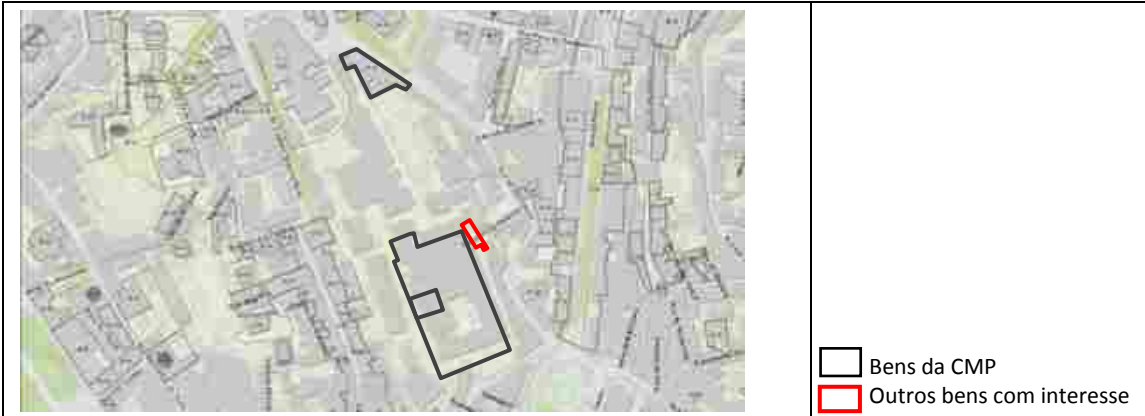
Vista geral do portal dos Pessegueiros



Fachada principal do palacete do século XIX contíguo ao portal



Porta do carro e edifício contíguo



Porta do carro e pormenor dos azulejos que a encimam



pormenor do interior da Porta do carro

Fachadas do edifício do século XIX contíguo à Porta do Carro

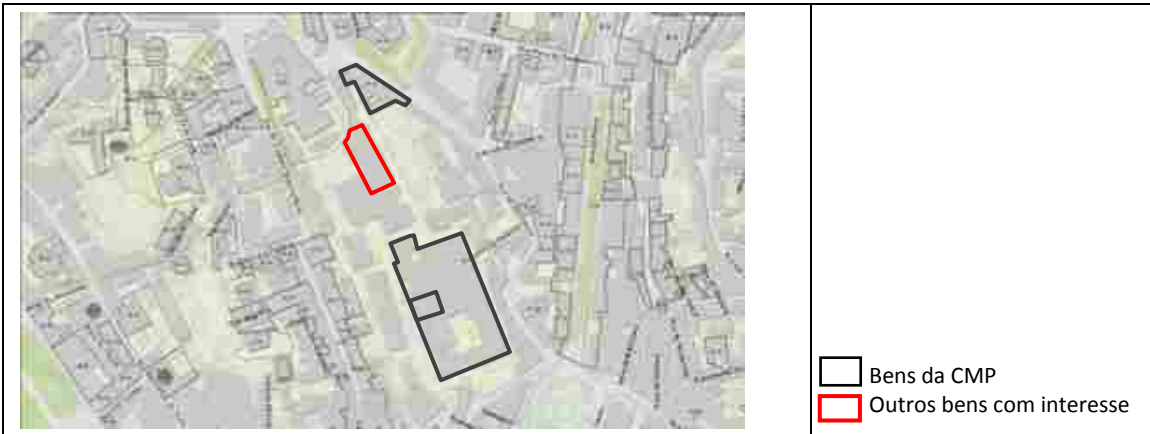


Painel de azulejos existente no edifício contíguo à Porta do Carro



Pormenor da estrutura interna do mesmo edifício (nível térreo)

Conjunto de edificações construídas na transição do século XIX para o século XX



Fachada principal e lateral do edifício da lavanderia



Pormenor da estrutura interna do edifício da lavanderia



Fachada principal do conjunto de edificações construídas na transição do século para apoio hospitalar

Edifício de Anatomia Patológica

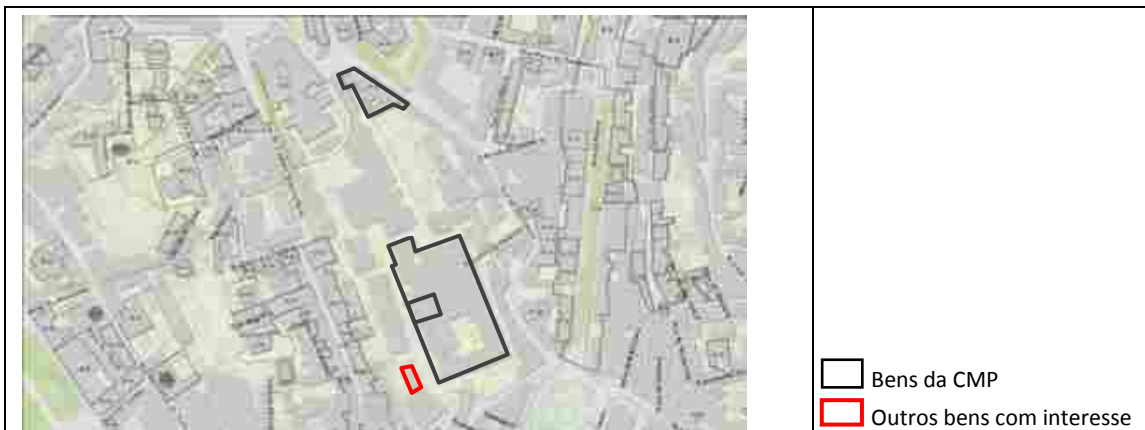


□ Bens da CMP  
□ Outros bens com interesse



Fachada principal do edifício de Anatomia Patológica

Edifício construído nos anos XX junto à Calçada Nova do Colégio



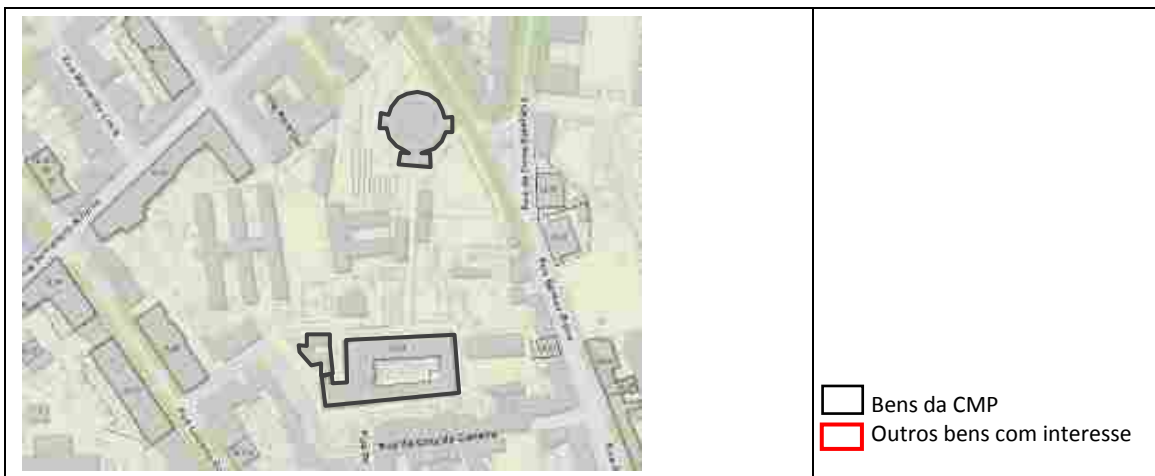
Fachada principal e lateral do edifício construído nos anos XX para apoio hospitalar

Data: Novembro de 2013

UNIDADE CADASTRAL	Hospital Miguel Bombarda	Ficha: 10.2
-------------------	--------------------------	-------------



Código CMP: 24.04	Designação Patrimonial: (Antigo) Convento Oratoriano de S. Vicente de Paula a Rilhafoles Hospital Miguel Bombarda
Código CMP: 70711	Designação Patrimonial: Balneário D. Maria II e Pavilhão de Segurança (8.ª Enfermaria) do Hospital Miguel Bombarda (oficialmente classificados como Conjunto de Interesse Público)
Morada:	Acesso: Rua Dr. Almeida Amaral



Fachada principal do edifício principal do Hospital Miguel Bombarda (antigo edifício conventual) e pormenor da entrada principal.



Fachada Poente do antigo convento



Fachada Norte do antigo convento



Fachada Norte do antigo convento



Fachada Nascente do antigo convento



Fachada Sul do claustro do antigo convento



Átrio de entrada e escadaria principal



Corredor transversal que liga o átrio ao tardo



Átrio de entrada na capela



Átrio e porta de entrada na capela



Capela do Hospital, pormenor do altar e do teto





Capela do Hospital, pormenor das paredes laterais e do coro alto



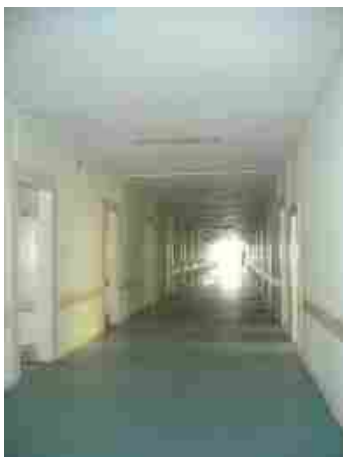
Salão nobre e pormenor do respetivo lambrim de azulejos e teto do escritório do Dr. Miguel Bombarda



Piso inferior do edifício conventual



Piso inferior do edifício conventual



Corredores das enfermarias (corredores das antigas celas conventuais)



Pormenores das antigas celas conventuais



Fachadas do Balneário D. Maria II

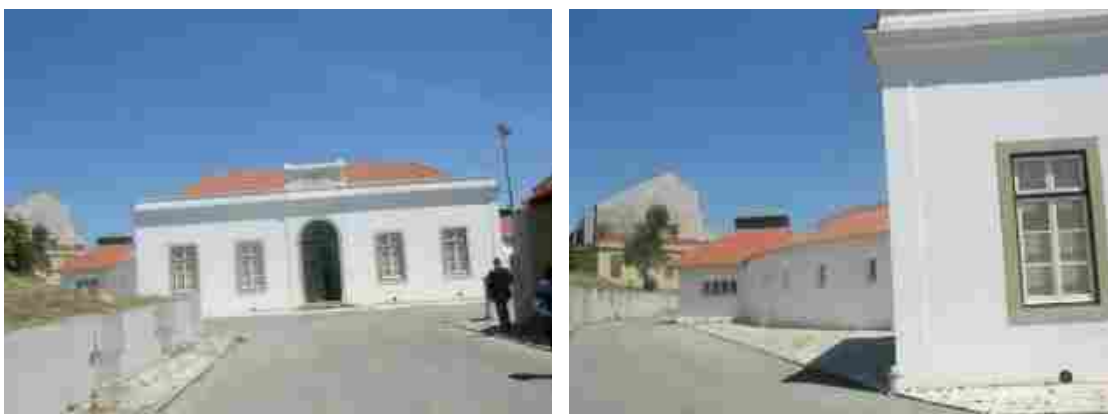


Fachadas do Balneário D. Maria II





Pormentores do Balneário D. Maria II ( galeria em arcadas, azulejos de revestimento e zona de banhos no interior)



Entrada e pormenores do exterior do Pavilhão de Segurança (8ª enfermaria do hospital)



Exterior do Pavilhão de Segurança (8ª enfermaria do hospital)



Entrada no Pavilhão de Segurança (8ª enfermaria do hospital) e Pátio central



Pormenor das celas e dos balneários do Pavilhão de Segurança (8ª enfermaria do hospital)



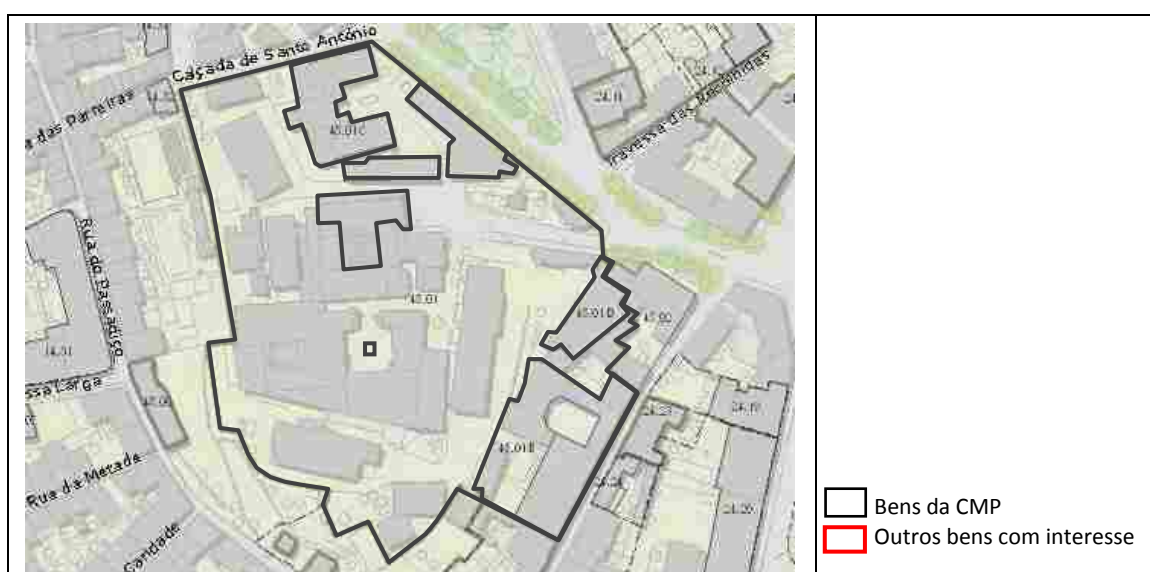
Balneário e sala de convívio do Pavilhão de Segurança (8ª enfermaria do hospital)

**Data:** Novembro de 2013

<b>UNIDADE CADASTRAL</b>	Hospital dos Capuchos	<b>Ficha: 10.3</b>
--------------------------	-----------------------	--------------------



<b>Código CMP: 45.01</b>	<b>Designação Patrimonial:</b> Conjunto do Hospital dos Capuchos (Antigo) Palácio Murça (CMP 45.01B) (Antiga) Escola de Enfermagem (CMP 45.01C) Pavilhões do Hospital dos Capuchos (CMP 45.01D)
<b>Morada:</b>	Calçada de Santo António dos Capuchos; Alameda de Santo António dos Capuchos; Rua de Santo António dos Capuchos
<b>Código CMP: 45.01B</b>	<b>Designação Patrimonial:</b> (Antigo) Palácio Mello
<b>Morada:</b>	Rua de Santo António dos Capuchos
<b>Código CMP: 45.01C</b>	<b>Designação Patrimonial:</b> (Antiga) Escola de Enfermagem
<b>Morada:</b>	Calçada de Santo António dos Capuchos
<b>Código CMP: 45.01D</b>	<b>Designação Patrimonial:</b> Pavilhões do Hospital dos Capuchos
<b>Morada:</b>	Hospital dos Capuchos
<b>Código CMP: 3303</b>	<b>Designação Patrimonial:</b> Antiga Igreja do Convento dos Capuchos, bem como a Boca de Cisterna Revestida a Azulejo Existente num dos Pátios do Hospital e ainda Todas as Dependências Decoradas com Lambris de Azulejo, Incluindo o Claustro e a Escadaria Nobre.
<b>Morada:</b>	Alameda de Santo António dos Capuchos





Fachada principal e lateral da igreja do antigo Convento dos capuchos.



Fachada lateral da igreja confinante com o claustro do antigo Convento dos capuchos e pormenor da torre sineira.



Pormenor da entrada na igreja do antigo Convento dos capuchos com a inscrição na porta da data de 1698.



Pormenor da entrada na igreja e do interior.



Pormenor das capelas laterais da igreja, revestidas a azulejo.



Pormenor da zona do altar da igreja.



Pormenor do teto e do coro alto da igreja.



Pormenores do claustro do antigo convento.



Pormenores do claustro do antigo convento.



Sala no piso térreo do claustro onde está exposta a coleção de dermatologia do Hospital do Desterro



Sala de exposição da coleção de dermatologia do Hospital do Desterro



Boca da cisterna e relógio de sol do convento.



Boca da cisterna e relógio de sol, envolvidos pelas fachadas que enformavam um dos claustros do convento.



Corpo que enforma o claustro pequeno do convento dos capuchos (fachada que confina com a igreja)



Fachada lateral e posterior do corpo que enforma o claustro pequeno do convento dos capuchos.



Fachada principal do Palácio Mello (Palácio Murça).



Portal de entrada no Palácio Mello



Fachada posterior (parcial) e pátio de acesso à escadaria nobre.



Entrada principal e escadaria nobre do Palácio Mello





Pormenores da escadaria nobre do Palácio Mello



Pormenores da escadaria nobre do Palácio Mello



Pormenores da escadaria nobre e do corredor do 1º andar



Pormenores do corredor do 1º andar



Fachada da antiga escola de enfermagem Artur Ravara na Alameda de Santo António dos Capuchos, frente ao Jardim dos Sabores



Fachadas da antiga escola de enfermagem Artur Ravara no interior do recinto hospitalar



Fachadas da antiga escola de enfermagem Artur Ravara no interior do recinto hospitalar



Pavilhão hospitalar inaugurado em novembro de 1888 conforme placa colocada sobre a porta de entrada.



Pormenores arquitetónicos do Pavilhão hospitalar.

**Data:** Novembro de 2013

UNIDADE CADASTRAL	Hospital do Desterro	Ficha: 10.4
-------------------	----------------------	-------------



Código CMP: 06.43	Designação Patrimonial: (Antigo) Convento do Desterro
Código CMP: 06.43A	Designação Patrimonial: Igreja de Nossa Senhora do Desterro
Morada:	Rua Nova do Desterro, 6 -12



□ Bens da CMP

□ Outros bens com interesse



Fachada sobre a Rua Nova do Desterro



Átrio de entrada e fachada do convento sobre o claustro grande



Fachada do convento sobre o claustro grande



Fachada virada para a Avenida Almirante Reis



Fachadas do claustro pequeno do convento



Cozinha do antigo convento



Escadaria do antigo convento



Interior do corpo principal do antigo convento



Interior do corpo principal do antigo convento



## Colina de Santana

Documento Estratégico de Intervenção



Fachada principal e posterior da Igreja de Nossa Senhora do Desterro

**Data:** Novembro de 2013

<b>UNIDADE CADASTRAL</b>	Hospital de Santa Marta	<b>Ficha: 10.5</b>
--------------------------	-------------------------	--------------------



<b>Código CMP: 14.25</b>	<b>Designação Patrimonial:</b> (Antigo) Convento de Santa Marta Hospital de Santa Marta
<b>Código CMP: 3302</b>	<b>Designação Patrimonial:</b> Igreja do Convento de Santa Marta (oficialmente classificado como Imóvel de Interesse Público)
<b>Morada:</b>	Rua de Santa Marta, 56



Bens da CMP  
 Outros bens com interesse



Frente para a Rua de Santa Marta (igreja e edifício de transição)

Edifício de transição

Fachada sul do convento onde se localiza a portaria





Vista geral do claustro



Piso inferior do claustro podendo ver-se os arcos, as abóbadas e os silhares de azulejo



Pormenor de vão de janela e das capelas domésticas existentes no claustro



Piso superior do claustro

Silhares de azulejo de cariz barroquizante



Vista geral da quadra ajardinada



Chafariz da autoria de João Antunes



Corredor subterrâneo e painel da N.Srª da Salvação



Painel de paisagem campestre nas escadas



Vista geral da Sala do Capítulo



Pormenores dos painéis figurativos que revestem a sala do capítulo





Fachada principal da Igreja



Pormenor do pórtico de entrada na Igreja



Vista geral do coro baixo



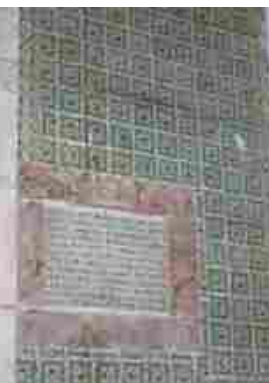
Teto pintado do coro baixo e pormenor do medalhão central



Pormenores das pinturas do teto do coro baixo e dos azulejos que revestem as respetivas paredes



Nave da igreja



Pormenor do azulejos das capelas laterais

**Colina de Santana**

Documento Estratégico de Intervenção



Painel figurativo



Arco da capela-mor



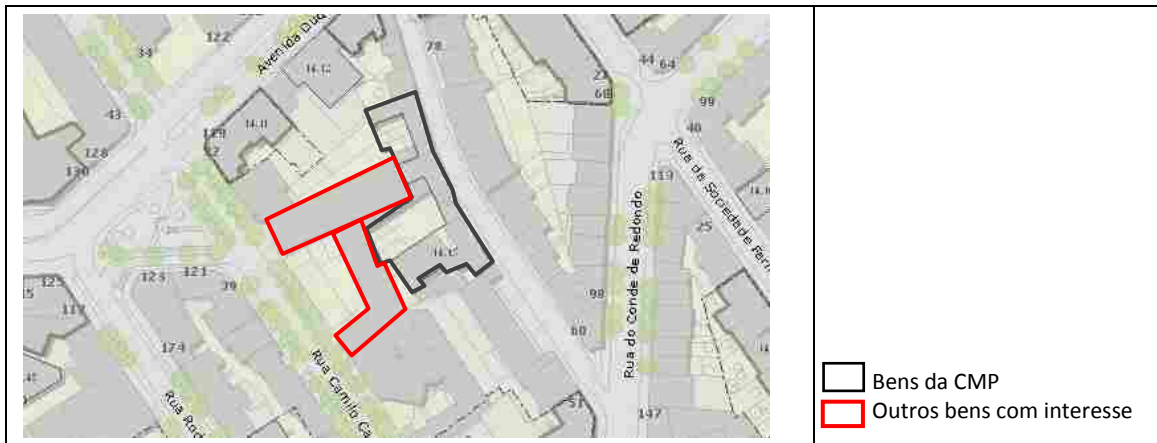
Pormenor do teto da capela-mor

**Data:** Novembro de 2013

UNIDADE CADASTRAL	Convento de Santa Joana	Ficha: 10.6
-------------------	-------------------------	-------------



Código CMP: 14.15	Designação Patrimonial: (Antigo) Convento de Santa Joana
Morada:	Rua de Santa Marta, 57 -57A e 61 -61G



Fachada da frente de rua do Convento de Santa Joana e Portal de entrada



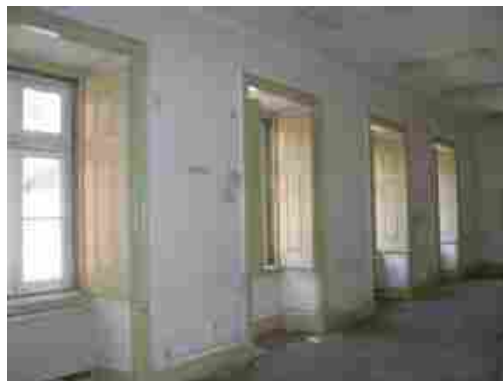
Fachada posterior do corpo da frente de rua do Convento de Santa Joana e pormenor do seu interior (escada de acesso aos pisos superiores)



Pormenores do interior do corpo com frente de rua



Pormenores do interior do corpo com frente de rua



Pormenores do interior do corpo com frente de rua

Corpo da antiga Igreja do convento



Corpo da antiga Igreja



Portal de entrada na antiga Igreja porta lateral e painel de azulejos na entrada



Pormenores do átrio de entrada na antiga igreja



Pormenores do interior da nave da antiga igreja (pavimento e abóbada)



Pormenores do interior da nave da antiga igreja



Pormenores de elementos arquitetónicos da antiga igreja hoje ocultos ou embutidos em paredes (colunas, pilastras)



Pormenores de elementos arquitetónicos da antiga igreja hoje ocultos ou embutidos em paredes (colunas, pilastras, arcos, emolduramentos)





Pormenores de elementos arquitetónicos da antiga igreja



Pormenores de elementos arquitetónicos da antiga igreja

Corpo que enforma o claustro da entrada do convento



Fachada do corpo que enforma o claustro



Fachada posterior do corpo que enforma o claustro



Aqueduto localizado entre o convento e a Igreja do Coração de Jesus



Pormenores do corpo que enforma o claustro

**Data:** Novembro de 2013

## ANEXOS | Capítulo 10 | PLANTAS

- **Planta 10.1** – Unidades ESTAMO
- **Planta 10.2** – Estrutura cadastral
- **Planta 10.3** – CMP 1 - Edifícios classificados
- **Planta 10.4** – CMP 2 - Outros bens da Carta Municipal do Património





- Colina de Santana
- Freguesias
- Unidades "Estamo"

- Unidades Estamo**
- U1. São José
  - U2. Miguel Bombarda
  - U3. Capuchos
  - U4. Desterro
  - U5. Santa Marta
  - U6. Santa Joana



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA  
 DIREÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO URBANÍSTICA  
 DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E REABILITAÇÃO URBANA

J10	J11	J12
I10	I11	I12
H10	H11	H12
G10	G11	G12

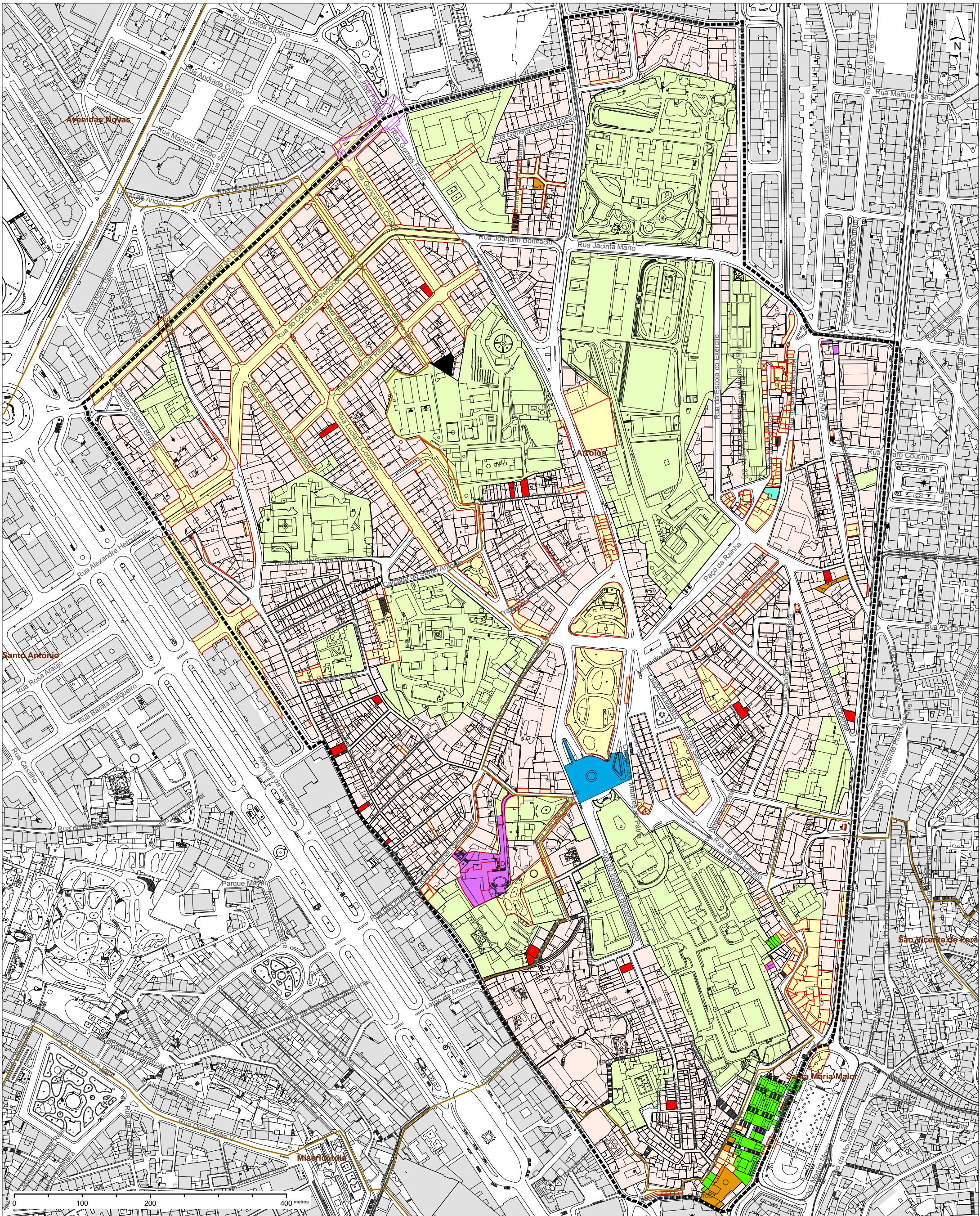
**COLINA DE SANTANA - ESTUDO DE ENQUADRAMENTO**

**UNIDADES "ESTAMO"**


Coordenador: Paulo Prazeres Pais (Arq.)  
 Técnicos: Teresa Duarte (Arq.); Graça Azevedo (Arq.)

MARÇO 2014 **10.1**





- Colina de Santana
- Freguesias
- Parcialmente municipais
- Direitos de superfície (municipal)
- Direitos de superfície em profundidade (municipal)
- Condições Especiais
- EPUL
- Misericórdia
- Estado
- Municipais
- Particulares
- Compromisso
- Não identificados



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO URBANÍSTICA  
DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E REABILITAÇÃO URBANA

J10	J11	J12
I10	I11	I12
H10	H11	H12
G10	G11	G12

**COLINA DE SANTANA - ESTUDO DE ENQUADRAMENTO**

**ESTRUTURA CADASTRAL (out. 2012)**

Coordenador: Paulo Prazeres Pais (Arq.) | Técnicos: Teresa Duarte (Arq.); Graça Azevedo (Arq.)

Diretor Municipal - Arq. Jorge Catarino  
Diretor de Departamento - Arq. Paulo Prazeres Pais

MARÇO 2014 **10.2**

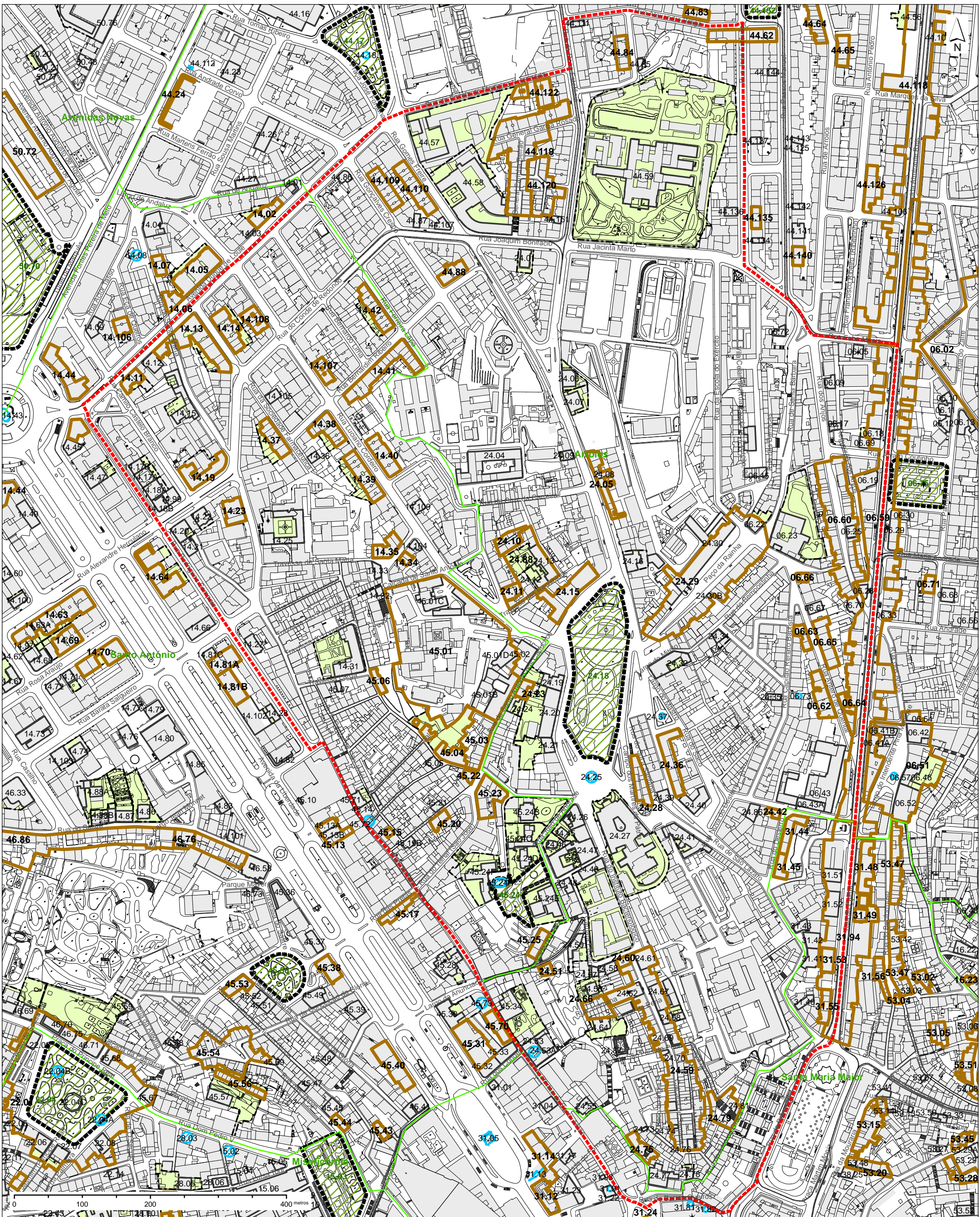
Cartografia de referência propriedade da CML, produzida por Esterofoto, cobertura aérea de Outubro 1998, sistema de referência Hayford Gauss Datum 73, atualização parcial em Maio 2010 efetuada por CML/DMP/UDIC











- Colina de Santana
- Freguesias
- CMP-Conjunto Arquitectónico
- CMP-Imóveis
- CMP-Logradouros
- CMP-Objectos Singulares
- CMP-Património Paisagístico



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA  
 DIREÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO URBANÍSTICA  
 DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E REABILITAÇÃO URBANA

J10	J11	J12
I10	I11	I12
H10	H11	H12
G10	G11	G12

**COLINA DE SANTANA - ESTUDO DE ENQUADRAMENTO**

**CMP 2 - OUTROS BENS DA CARTA MUNICIPAL DO PATRIMÓNIO**

Coordenador: Paulo Prazeres Pais (Arq.)  
 Técnicos: Teresa Duarte (Arq.); Graça Azevedo (Arq.)

MARÇO 2014 **10.4**

Diretor Municipal - Arq. Jorge Catarino  
 Diretor de Departamento - Arq. Paulo Prazeres Pais

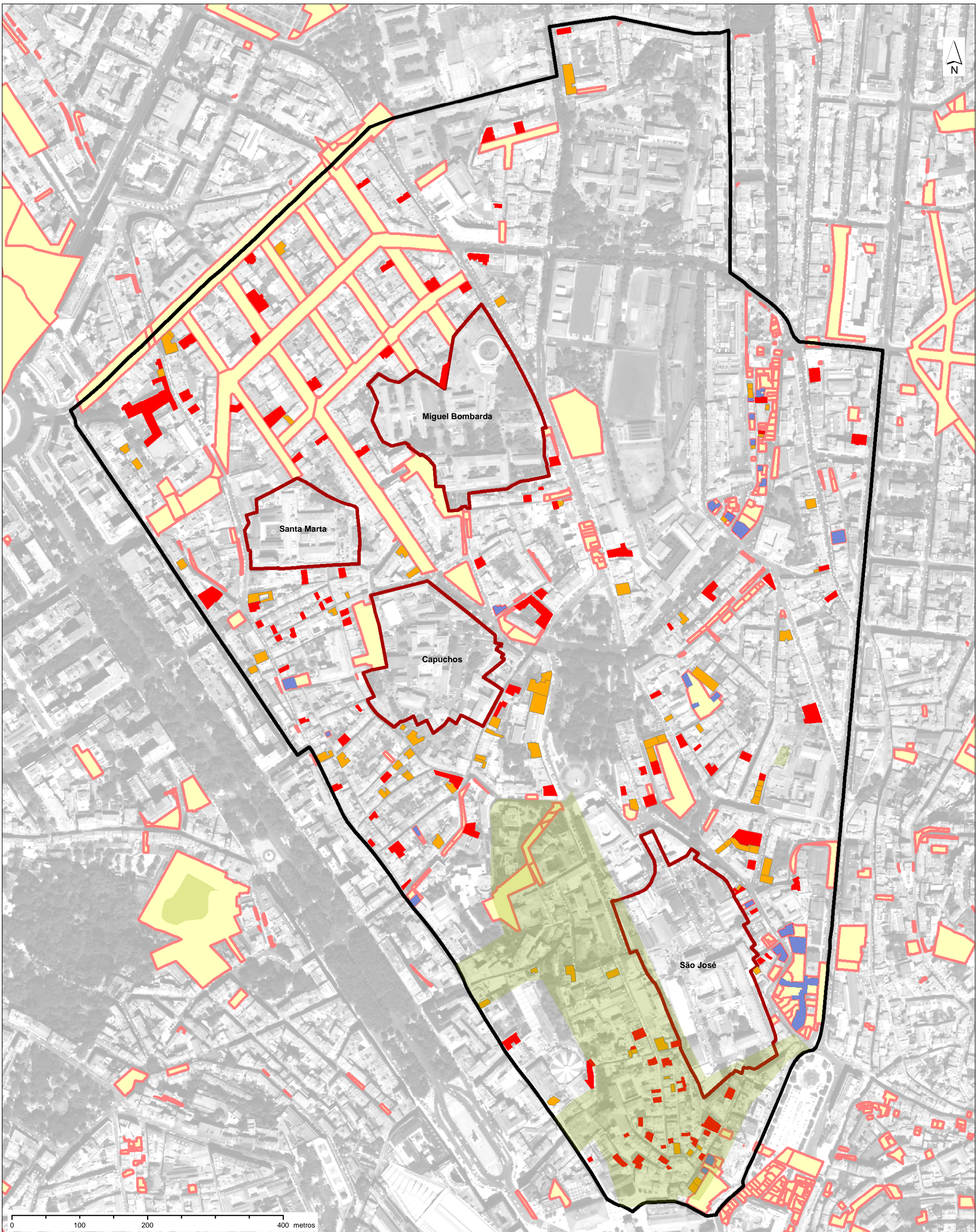
Cartografia de referência propriedade da CML, produzida por Esterofoto, cobertura aérea de Outubro 1998, sistema de referência Hayford Gauss Datum 73, atualização parcial em Maio 2010 efetuada por CML/DMP/DIGC



## ANEXOS | Capítulo 13 | PLANTAS

- **Planta 13.1** – Avaliação da futura localização de pontos de recolha de RSU





- Colina de Santana
- Hospitais\_PIP
- Área atual com recolha de RSU porta à porta em sacos
- Edifícios municipais devolutos
- Edifícios parcialmente devolutos
- Edifícios totalmente devolutos
- Solos Municipais

**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
**DIREÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO URBANÍSTICA**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E REABILITAÇÃO URBANA**

J10	J11	J12
I10	I11	I12
H10	H11	H12
G10	G11	G12

**COLINA DE SANTANA - ESTUDO DE ENQUADRAMENTO**

**Avaliação da futura localização de pontos de recolha de RSU**  
 Coordenador: Paulo Prazeres Pais (Arq.)

Diretor Municipal - Arq. Jorge Catarino  
 Diretor de Departamento - Arq. Paulo Prazeres Pais

Última atualização dos dados: Agosto de 2011  
 Última atualização gráfica: Agosto de 2011  
 Série Ortofotocartográfica Nacional à escala 1/10000 produzida pelo Instituto Geográfico Português, cobertura de 2007  
 Sistema de referência: PT-TM06/ETRS89; Elipsóide de referência: GRS80; Projeção cartográfica: Transversa de Mercator  
 Exatidão posicional: 2m; Precisão posicional de reprodução: 2,20 m





## ANEXOS | Capítulo 14 | QUADRO 14.1

- Quadro 14.1 – Síntese de Ações



**QUADRO 14.1- SÍNTESE DE AÇÕES**

UNIDADE	DOMÍNIO	AÇÃO	ENTIDADE RESPONSÁVEL
UNIDADE 01 - São José	Ambiente e paisagem	Requalificação da Rua Manuel Bento de Sousa/Rua de São Lázaro, até à Travessa do Hospital	Estamo
		Requalificação dos Largos do Mastro e da Escola Municipal	Estamo
	Acessibilidades	Instalação de 3 elevadores de acesso público, peões/bicicletas	Estamo
		Construção do troço da Rede Ciclável entre a Rua do Instituto Bacteriológico e a Praça Martim Moniz	Estamo
Património Cultural	Refuncionalização e reabilitação dos edifícios de valor patrimonial	Estamo	
UNIDADE 02 - Miguel Bombarda	Equipamentos coletivos	Galeria de exposições (Panóptico)	CML/Ministério da Cultura/Ministério da Saúde
	Ambiente e paisagem	Requalificação da Rua Gomes Freire, do espaço público do Paço da Rainha/Largo e Calçada do Conde Pombeiro, Largo do Mitelo, Rua Júlio de Andrade, Tv. do Torel, Tv. do Forno do Torel, Cç. do Lavra, Beco de S. Luís da Pena, Largo do Convento da Encarnação e Beco do Índia	Estamo
	Acessibilidades	Instalação de 2 elevadores de acesso público, peões/bicicletas	Estamo
		Construção do troço da Rede Ciclável na Rua Gomes Freire entre a Praça José Fontana e o Campo dos Mártires da Pátria Construção de parque de estacionamento (ou “garagem coletiva”) no Largo de Santa Bárbara	Estamo
Património Cultural	Refuncionalização e reabilitação dos edifícios de valor patrimonial	Estamo	
UNIDADE 03 - Capuchos	Ambiente e paisagem	Requalificação do espaço público do Campo dos Mártires da Pátria, Alameda de Stº António dos Capuchos e Calçada de Stº António	Estamo
		Requalificação do Jardim dos Sabores	Estamo
	Acessibilidades	Instalação de 1 elevador de acesso público, peões/bicicletas	Estamo
		Construção do troço da Rede Ciclável no Campo Mártires da Pátria Supressão do tráfego de atravessamento no Campo dos Mártires da Pátria	Estamo
Património Cultural	Refuncionalização e reabilitação dos edifícios de valor patrimonial	Estamo	
UNIDADE 04 - Desterro	Equipamentos coletivos	Espaços culturais, comerciais, e criativos, e habitações temporárias e hortas	Protocolo entre CML/Estamo/Mainside
	Património Cultural	Refuncionalização e reabilitação dos edifícios de valor patrimonial	Estamo

UNIDADE	DOMÍNIO	AÇÃO	ENTIDADE RESPONSÁVEL
UNIDADE 05 - Santa Marta	Ambiente e paisagem	Requalificação dos arruamentos do Bairro Andaluz	Estamo
	Acessibilidades	Instalação de 1 elevador de acesso público, peões/bicicletas	Estamo
	Património Cultural	Refuncionalização e reabilitação dos edifícios de valor patrimonial	Estamo
FORA DAS UNIDADES	Equipamentos coletivos	EBI+JI do Cabeço da Bola	Ministério da Educação e Ciência/CML
	Ambiente e paisagem	Requalificação de um conjunto de pequenos jardins e largos dispersos no território	CML
		Requalificação do espaço público da Rua das Barracas	CML
		Promover a integração dos logradouros do Ateneu Comercial e do Palácio Sousa Leal (Palácio dos CTT) na rede de espaços de utilização coletiva	CML
		Valorização de uma rede de percursos pedonais de interesse local e turístico	CML
	Acessibilidades	Requalificação do eixo Portas de Stº Antão/São José	CML
	Património Cultural	Valorização dos edifícios do eixo Portas de Stº Antão/São José	CML/Privados
	Áreas a reabilitar	Criação de bolsa(s) de realojamento	CML
		Melhoria das condições de habitabilidade	CML
		Rua das Barracas/Cabeço da Bola	CML/Fenache
		Pátio do Moça	CML
		Gaveto da Rua Manuel Bento de Sousa	CML/ Privados
		Rua de São Lázaro	CML/PSP
		Ateneu Comercial de Lisboa (espectável)	Ateneu
		Palácio CTT (espectável)	CTT
		Antigas Instalações do Patriarcado (espectável)	Privados
		Terreno municipal edificável (espectável)	CML
Antiga Reitoria da UTL (espectável)		Privados	
Hospital de São Lázaro (espectável)		Estamo	
Reabilitação do edificado (ARU)	CML/Privados		
Eficiência ambiental	Remodelação da Iluminação Pública com incorporação de soluções energeticamente mais eficientes	CML	
	Melhoria do sistema existente de recolha seletiva em sacos, porta-a-porta	CML	

UNIDADE	DOMÍNIO	AÇÃO	ENTIDADE RESPONSÁVEL
LOCALIZAÇÃO A DEFINIR	Equipamentos coletivos	Museu da Medicina	CML/Ministério da Saúde/Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa/Ministério da Cultura.
		2 Unidades de Cuidados Primários	Ministério da Saúde
		Unidade de Cuidados Continuados	Ministério da Saúde / Missão para os Cuidados Continuados de Saúde
		Estrutura Residencial para Idosos	CML / Ministério da Solidariedade e da Segurança Social
		Arquivo Municipal	CML
		2 Salas de Desporto *	CML
		1 Tanque de Aprendizagem *	CML
		Creche + Centro de Dia **	CML
		Creche + Centro de Dia	CML

\* Concretização dependente de protocolo a estabelecer com a Academia Militar para abertura dos seus equipamentos desportivos a toda a população

\*\* Equipamento a executar no âmbito do Processo 405/DPUR/DIV/10, Rua D.<sup>a</sup> Estefânia, n.º 14-16. Caso este processo não se concretize, mantêm-se estas carências na área da Colina, exigindo localização alternativa

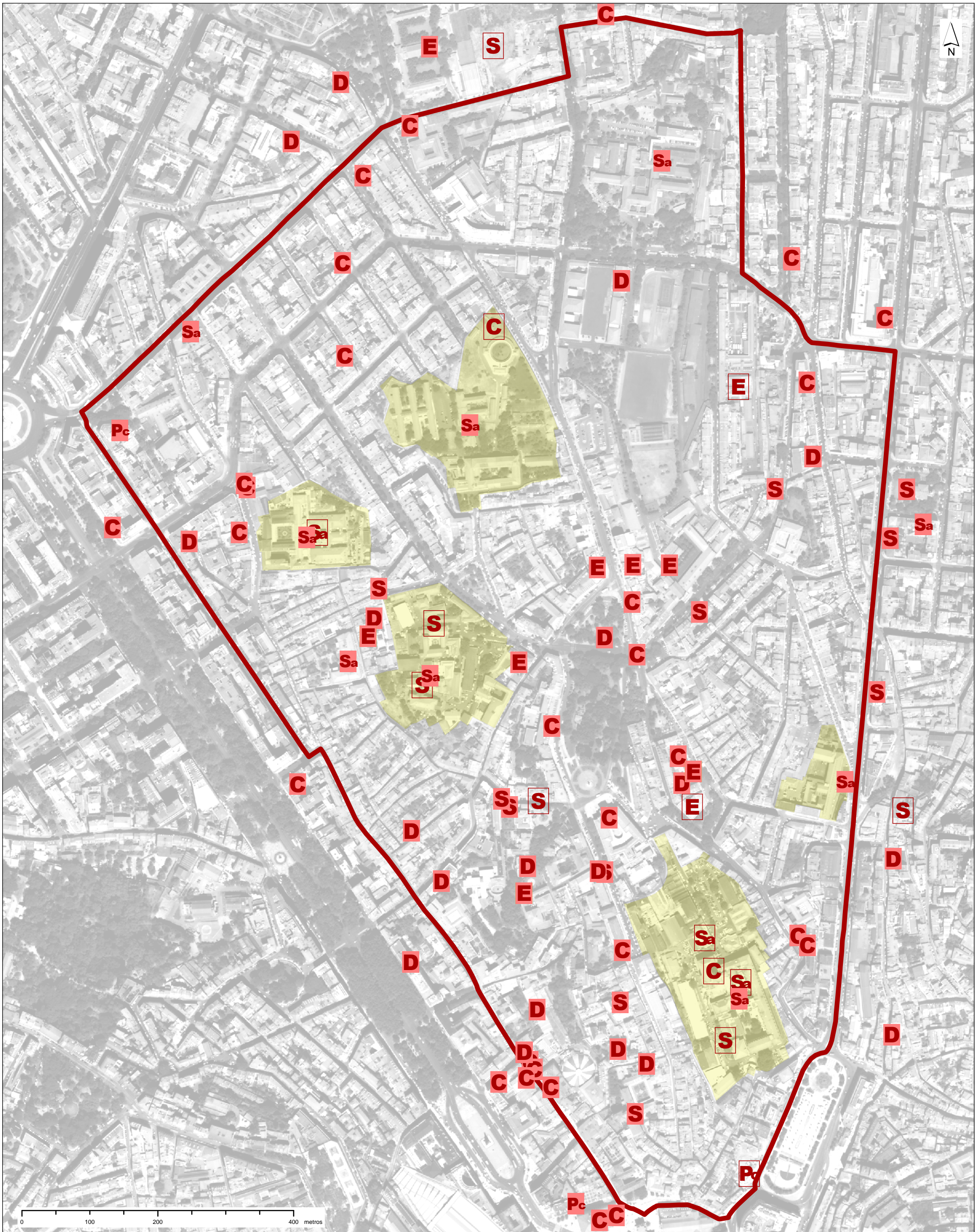


## ANEXOS | Capítulo 14 | PLANTAS

- **Planta 14.1** – Equipamentos
- **Planta 14.2** – Ambiente e Paisagem
- **Planta 14.3** – Acessibilidades
- **Planta 14.4** – Património e Áreas com Impacto na Dinâmica de Reabilitação Local







Colina de Santana    Hospitais

**Equipamentos:** Existentes    Propostos

Sociais    Saúde    Protecção Civil  
 Desportivos    Culturais    Ensino



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA  
 DIREÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO URBANÍSTICA  
 DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E REABILITAÇÃO URBANA

J10	J11	J12
H10	H11	H12
G10	G11	G12

**COLINA DE SANTANA - ESTUDO DE ENQUADRAMENTO**

**Equipamentos**

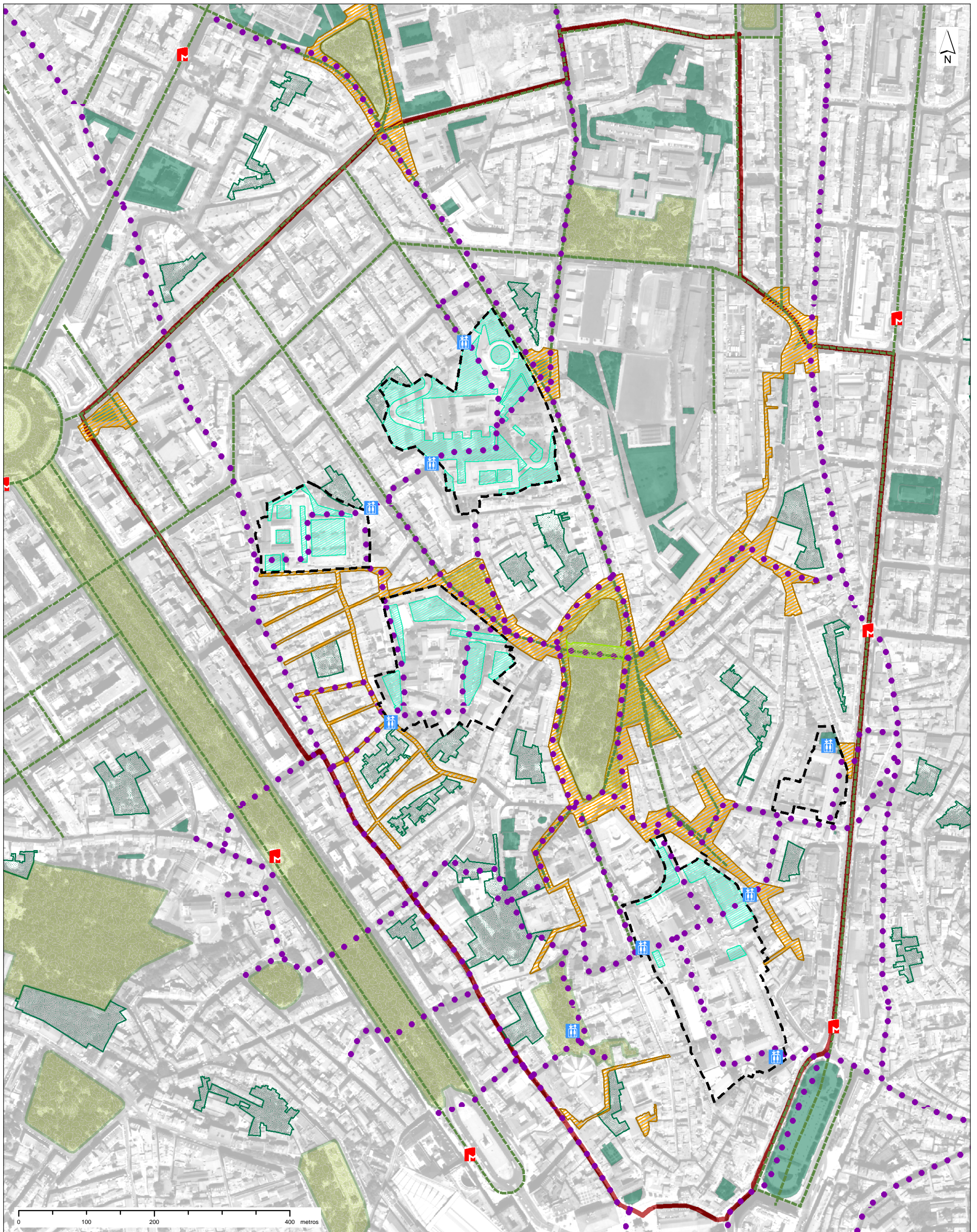
Coordenador:  
 Paulo Prazeres Pais (Arq.)

Diretor Municipal - Arq. Jorge Catarino  
 Diretor de Departamento - Arq. Paulo Prazeres Pais

**14.1**  
 MARÇO 2014

Última atualização dos dados: Agosto de 2011  
 Última atualização gráfica: Agosto de 2011  
 Série Ortofotocartográfica Nacional à escala 1/10000 produzida pelo Instituto Geográfico Português, cobertura de 2007  
 Sistema de referência: PT-TM06/ETRS89; Elipsóide de referência: Transversa de Mercator  
 Exatidão posicional: 2m; Precisão posicional de reprodução: 2,20 m





Colina de Santana

Hospitais

Espaços Verdes Recreio e Produção

Logradouros Verdes Permeáveis Apreservar

Outros Espaços Verdes Existentes

Eixos Arborizados Existentes

Estação de Metro

Via a Reconverter em Espaço Pedonal

Espaços Verdes Potenciais

Espaço Público a Requalificar

Rede de Percursos a Valorizar

Elevador



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO URBANÍSTICA

DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E REABILITAÇÃO URBANA

**COLINA DE SANTANA - ESTUDO DE ENQUADRAMENTO**

**Ambiente e Paisagem**

Coordenador:  
Paulo Prazeres Pais (Arq.)

Diretor Municipal - Arq. Jorge Catarino  
Diretor de Departamento - Arq. Paulo Prazeres Pais

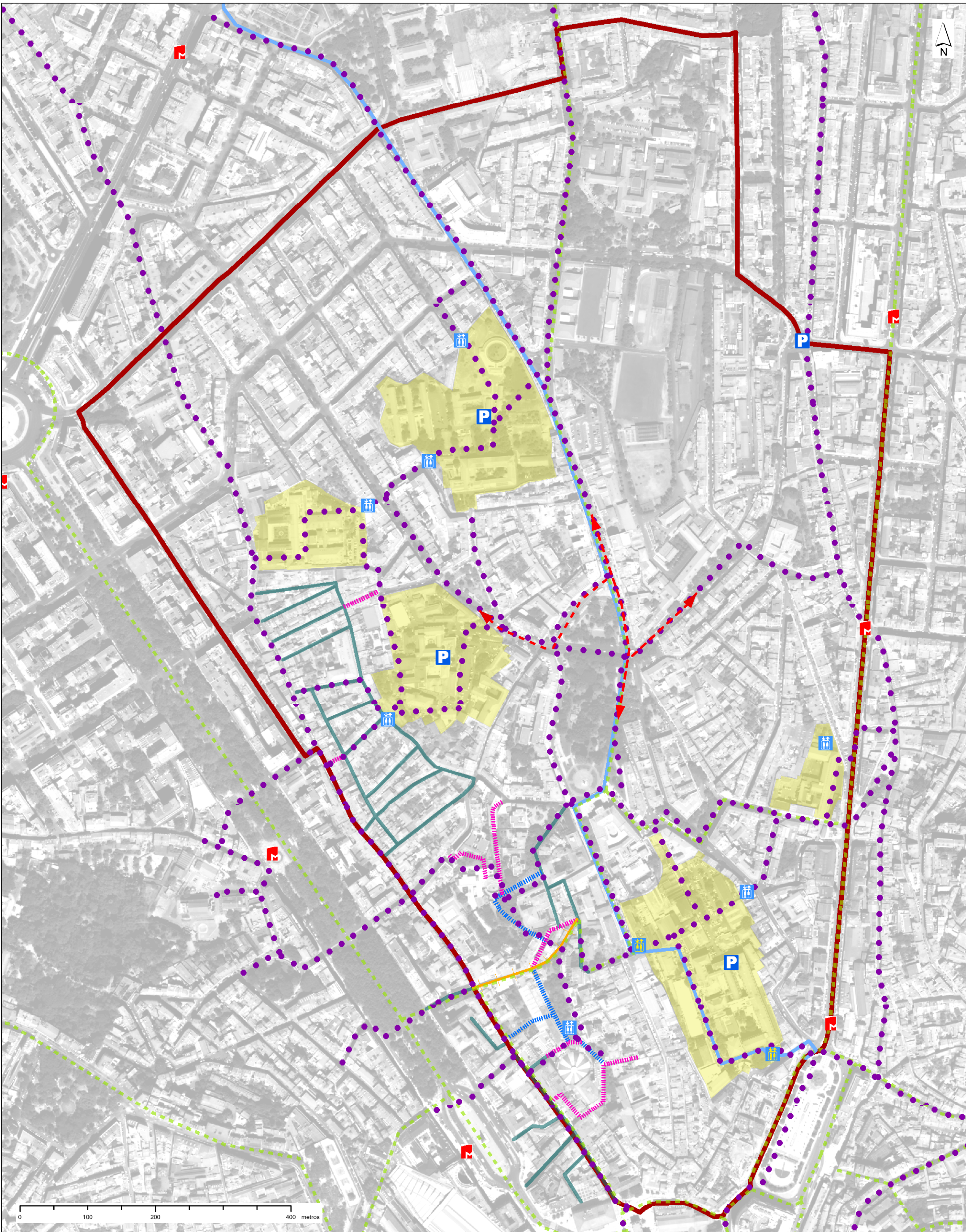
J10	J11	J12
I10	I11	I12
H10	H11	H12
G10	G11	G12

**14.2**

MARÇO 2014

Última atualização dos dados: Agosto de 2011  
 Última atualização gráfica: Agosto de 2011  
 Série Ortofotográfica Nacional à escala 1/10000 produzida pelo Instituto Geográfico Português, cobertura de 2007  
 Sistema de referência: PT-TM06/ETRS89; Elipsóide de referência: GRS80; Projeção cartográfica: Transversa de Mercator  
 Exatidão posicional: 2m; Precisão posicional de reprodução: 2,20m





Colina de Santana Hospitais

Rede Pedonal Estruturante (PDM)

Elevador do Lavra

Percursos Pedonais a Requalificar (Proposta PUALZE)

Percursos Pedonais a Criar (Proposta PUALZE)

Ruas Mistas (Proposta PUALZE)

Ciclovias Proposta

Estações de metro

Rede de Percursos a Valorizar

Elevadores Propostos (Peões)

Elevadores Propostos (peões e bicicletas)

Parques Propostos (para residentes)

Alteração de Tráfego Rodoviário



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA  
DIREÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO URBANÍSTICA  
DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E REABILITAÇÃO URBANA

**COLINA DE SANTANA - ESTUDO DE ENQUADRAMENTO**

**Acessibilidades**

Coordenador:  
Paulo Prazeres Pais (Arq.)

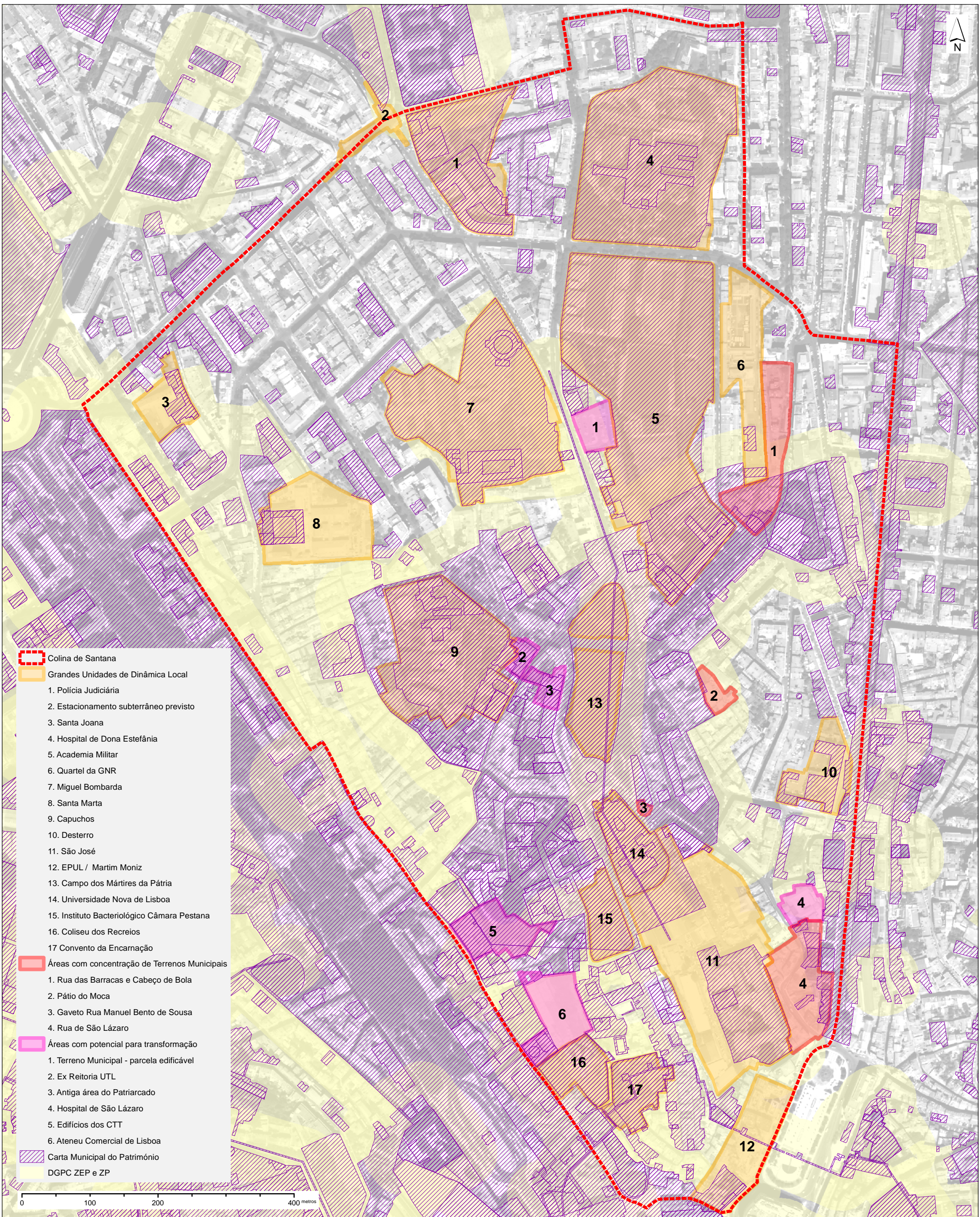
Diretor Municipal - Arq. Jorge Catarino  
Diretor de Departamento - Arq. Paulo Prazeres Pais

J10	J11	J12
I10	I11	I12
H10	H11	H12
G10	G11	G12

MARÇO 2014 **14.3**

Última atualização dos dados: Agosto de 2011  
Última atualização gráfica: Agosto de 2011  
Série ortofotocartográfica Nacional à escala 1/10000 produzida pelo Instituto Geográfico Português, cobertura de 2007  
Sistema de referência: PT-TM06/ETRS89; Elipsóide de referência: GR80; Projeção cartográfica: Transversa de Mercator  
Exatidão posicional: 2m; Precisão posicional de reprodução: 2,20 m





- Colina de Santana
- Grandes Unidades de Dinâmica Local
- 1. Polícia Judiciária
- 2. Estacionamento subterrâneo previsto
- 3. Santa Joana
- 4. Hospital de Dona Estefânia
- 5. Academia Militar
- 6. Quartel da GNR
- 7. Miguel Bombarda
- 8. Santa Marta
- 9. Capuchos
- 10. Desterro
- 11. São José
- 12. EPUL / Martim Moniz
- 13. Campo dos Mártires da Pátria
- 14. Universidade Nova de Lisboa
- 15. Instituto Bacteriológico Câmara Pestana
- 16. Coliseu dos Recreios
- 17. Convento da Encarnação
- Áreas com concentração de Terrenos Municipais
- 1. Rua das Barracas e Cabeço de Bola
- 2. Pátio do Moca
- 3. Gaveto Rua Manuel Bento de Sousa
- 4. Rua de São Lázaro
- Áreas com potencial para transformação
- 1. Terreno Municipal - parcela edificável
- 2. Ex Reitoria UTL
- 3. Antiga área do Patriarcado
- 4. Hospital de São Lázaro
- 5. Edifícios dos CTT
- 6. Ateneu Comercial de Lisboa
- Carta Municipal do Património
- DGPC ZEP e ZP

0 100 200 400 metros



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA  
 DIREÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, REABILITAÇÃO E GESTÃO URBANÍSTICA  
 DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E REABILITAÇÃO URBANA

J10	J11	J12
I10	I11	I12
H10	H11	H12
G10	G11	G12

**COLINA DE SANTANA - ESTUDO DE ENQUADRAMENTO**

**PATRIMÓNIO E ÁREAS COM IMPACTO NA DINÂMICA DE REABILITAÇÃO LOCAL**

Coordenador:  
Paulo Prazeres Pais (Arq.)

Técnicos:  
Teresa Duarte (Arq.); Graça Azevedo (Arq.)

14.4  
MARÇO 2014

Diretor Municipal - Arq. Jorge Catarino  
 Diretor de Departamento - Arq. Paulo Prazeres Pais

Última atualização dos dados: Agosto de 2011  
 Última atualização gráfica: Agosto de 2011  
 Série Ortofotocartográfica Nacional à escala 1/10000 produzida pelo Instituto Geográfico Português, cobertura de 2007  
 Sistema de referência: PT-TM06/ETRS89; Elipsóide de referência: GRS80; Projeção cartográfica: Transversa de Mercator  
 Exatidão posicional: 2m; Precisão posicional de reprodução: 2,20 m

